

desde 1840
abreu
175
ANOS 1840 | 2015

AGÊNCIA ABREU UMA VIAGEM DE 175 ANOS



desde 1840
abreu®



Agência Abreu

A primeira agência de viagens no mundo a abrir um estabelecimento de atendimento ao público foi fundada em 1840, na cidade do Porto, por Bernardo Luís Vieira de Abreu.

Não obstante os embates do tempo e da História, a Empresa permanece, até aos nossos dias, propriedade dos descendentes diretos do fundador.

Esta obra vem homenagear o universo de clientes, parceiros e colaboradores, tripé de excelência em que assenta o êxito da marca ABREU, que continua a reinventar-se em Portugal, no Brasil, em Angola e no mundo.

A Administração

AGÊNCIA ABREU

UMA VIAGEM DE 175 ANOS



BERNARDO LUÍS VIEIRA DE ABREU

Fundador da AGÊNCIA ABREU em 1840

Título

Agência Abreu – Uma Viagem de 175 Anos

Autores

Fernando de Sousa

Maria da Conceição Meireles Pereira

Esquemas Genealógicos

António Pestana de Vasconcelos

Cronologia

Ricardo Rocha

Coordenação

José Quintas do Couto

Colaboração

António Pedro Ferreira

Direção Editorial

Alberto Machado

Projeto Gráfico

Departamento de Design da Agência Abreu

Impressão e Acabamento

Printer Portuguesa – Indústria Gráfica S.A.

1.ª Edição

novembro de 2015

Depósito Legal

401656/15

ISBN

978-989-99474-0-5

© **Todos os direitos reservados – Viagens Abreu S.A.**

Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



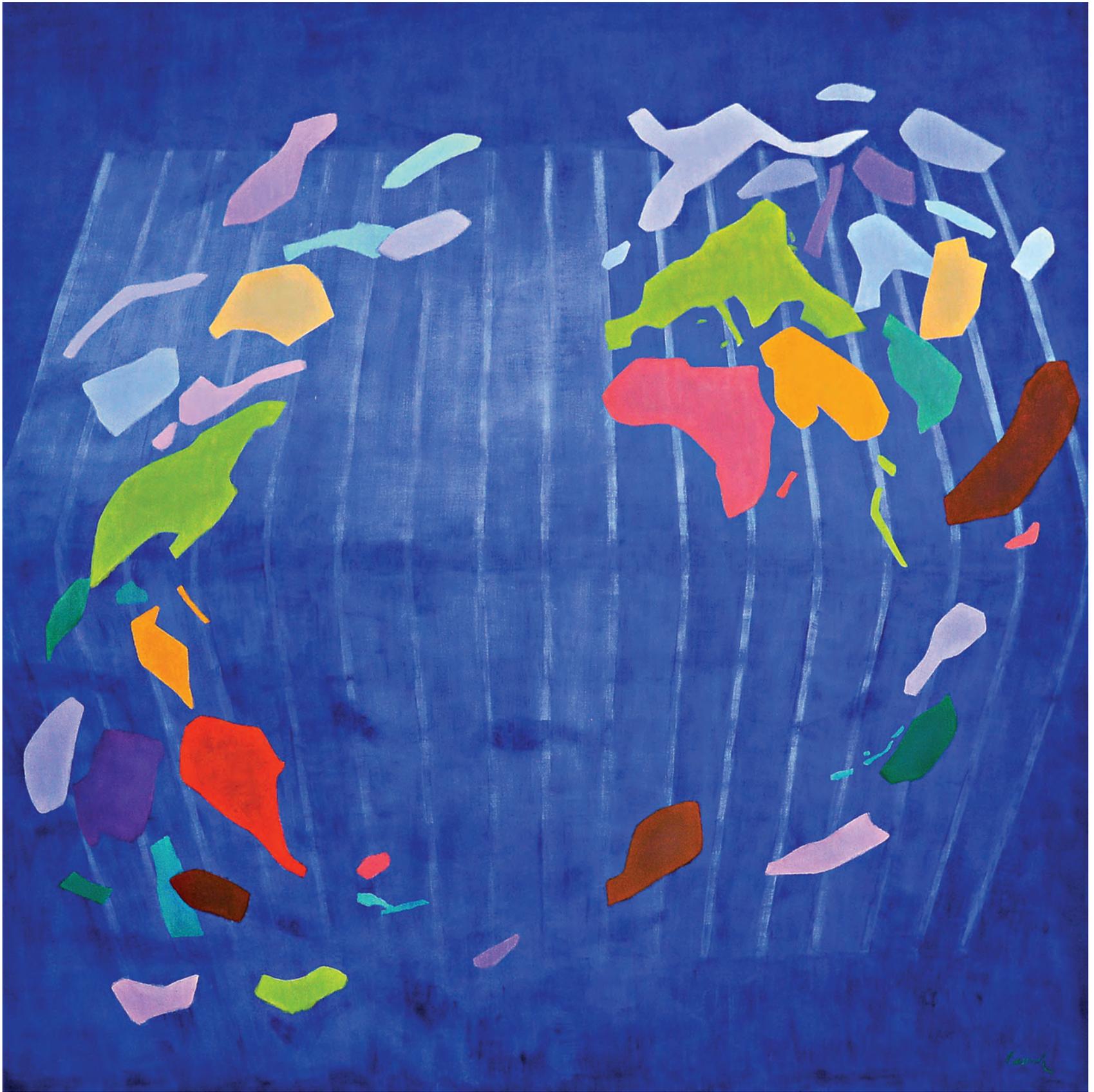
13	INTRODUÇÃO
25	CAPÍTULO 1 O Turismo – algumas considerações históricas
41	CAPÍTULO 2 As origens da Agência Abreu e o seu fundador Bernardo Luís Vieira de Abreu
47	2.1. Bernardo Luís Vieira de Abreu – um minhoto entre o Porto e a Bahia?
59	2.2. A Casa Comercial embrião da Agência Abreu
62	2.3. A diáspora brasileira dos filhos de Bernardo Luís Vieira de Abreu
88	2.4. Bernardo Luís Vieira de Abreu – balanço de uma vida
92	2.5. A emigração portuguesa para o Brasil ao tempo de Bernardo Luís Vieira de Abreu – da independência brasileira ao 3.º quartel do século XIX
101	CAPÍTULO 3 A continuação da acreditada Casa Abreu sob a direção de Daniel Luís Vieira de Abreu – A Agência Abreu na 2.ª Geração (1870-1902)
109	3.1. A Casa Abreu no último quartel do século XIX sob a gestão de Daniel Luís Vieira de Abreu
118	3.2. Diversificação dos negócios da Casa Abreu e constituição de uma sociedade comercial
125	3.3. Daniel de Abreu Júnior – o primogénito preterido
131	3.4. A Casa Abreu nos últimos tempos da gestão de Daniel Luís Vieira de Abreu
143	3.5. A emigração portuguesa ao tempo de Daniel Luís Vieira de Abreu
147	CAPÍTULO 4 Um período conturbado da Agência Abreu – A 3.ª Geração: Aníbal Vieira de Abreu e Sucessores (1902-1924)
157	4.1. A breve gestão de Aníbal Vieira de Abreu (1902-1908)
162	4.2. A atribulada sucessão de Aníbal Vieira de Abreu (1908-1924)
167	4.3. O labor legislativo sobre a emigração ao tempo de Aníbal Vieira de Abreu e Sucessores – da Monarquia para a República



177	CAPÍTULO 5
	A transformação de uma Casa de passagens e passaportes para a venda de turismo na Agência Abreu – A 4.ª Geração: Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu (1924-1973)
182	5.1. Os inícios da nova gestão
197	5.2. Legislação sobre emigração e a extinção dos agentes de passagens e passaportes
203	5.3. A Abreu como agência de viagens e arranque da atividade turística
220	5.4. O triunfo do segmento lazer
224	5.5. Os circuitos europeus
233	5.6. O registo de marca <i>Agência Abreu</i> e a evolução administrativa da Empresa
237	5.7. Dois irmãos – dois temperamentos
246	5.8. Brasil, um país-continente com asas para voar
255	CAPÍTULO 6
	O salto evolutivo para uma Organização de Viagens – A 5.ª geração da Agência Abreu: Aníbal, Alberto e Artur Macedo Vieira de Abreu (de 1973 ao presente)
262	6.1. Evolução da Empresa – estrutura e capital
263	6.2. A consolidação da Abreu no Brasil
269	6.3. O êxito dos cruzeiros <i>Funchal</i>
271	6.4. A Abreu entre a Península Ibérica e o continente americano
277	6.5. A Abreu Carga – sucesso e crescimento sustentado
280	6.6. Histórias da terra e do espaço
281	6.7. Os <i>charter</i> – aviões fretados em operações eventuais e regulares
285	6.8. Crescimento, Diversificação e Reconhecimento
291	6.9. Novas parcerias, modernização tecnológica, lógicas inovadoras
301	6.10. Mercados novos e renovados
304	6.11. Sempre o futuro no horizonte
311	CONCLUSÃO
343	ANEXOS
345	ANEXO I – ESQUEMAS GENEALÓGICOS
353	ANEXO II – ANO DE ABERTURA DAS DEPENDÊNCIAS DO GRUPO ABREU
361	CRONOLOGIA
389	FONTES E BIBLIOGRAFIA



INTRODUÇÃO



◀ Óleo do pintor Júlio Resende
nas instalações da Agência Abreu
em Linda-a-Velha, 1995

Para viajar basta existir.

(Fernando Pessoa [Bernardo Soares], *Livro do Desassossego*)

Fazer a história de uma empresa com origens tão remotas como a Agência Abreu não constitui tarefa fácil, por várias ordens de razões. Desde logo, pelo escopo cronológico em apreço, já que se trata da mais antiga agência de viagens de Portugal em atividade, que mergulha as suas raízes na década de 1830 – embora a data oficial de fundação seja 1840 – e, sem interrupção, desenvolveu-se até à atualidade, pertencendo sempre a descendentes diretos do seu fundador. Por outro lado, não existe um arquivo organizado e o espólio documental é escasso, particularmente para o século XIX e inícios do seguinte, o que obrigou a um labor redobrado de pesquisa de múltiplas fontes indiretas com vista ao delineamento e problematização do tema em estudo.

Atravessar tão longo tempo histórico – desde a época da afirmação do liberalismo em Portugal até ao presente – pressupõe um percurso teórico-metodológico não isento de sobressaltos de diferente natureza, no qual as vicissitudes da investigação se colocam com frequência, obrigando a uma dialética constante entre o *corpus* documental e o objeto de estudo, que necessariamente deve contemplar a contextualização epocal e a especificidade de uma casa comercial que acompanhou as mudanças estruturais do país no transcurso de quase dois séculos, mantendo sempre a sua direção no seio da mesma família. Não será exagerado dizer que a vida desta empresa praticamente coincide, em termos cronológicos, com a contemporaneidade de Portugal.

Não sendo a história empresarial inédita no panorama historiográfico português, aliás cultivada com alguma intensidade nos três últimos decénios – necessariamente beneficiando de uma antiga e vasta produção bibliográfica internacional –, a particularidade da empresa que este livro trata reside no seu ramo de negócios, inquestionavelmente menos conhecido e estudado no nosso país¹.

Com efeito, desde os anos 1970, a relação entre os historiadores e as empresas passou de uma “indiferença mútua” a uma colaboração “significativa”, traduzida numa crescente aproximação de interesses. Se os historiadores descobriram na documentação empresarial matéria para o estudo das dinâmicas económicas e sociais e da moder-



1. MENDES, José Amado, 2004 – “Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003”. *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*. Coimbra: CEIS 20/Quarteto, n.º 4.

nização técnica, também uma nova geração de empresários passou a considerar os historiadores como colaboradores essenciais para reconstruir a história da empresa, entendida como elemento de prestígio e valorização da sua identidade, tradição e imagem de marca. Assim, grande parte da história empresarial que tem vindo a ser feita em Portugal resulta desta colaboração, sem que o historiador, não obstante o seu inelutável fascínio pelo objeto de estudo, enverede pela deriva da narrativa panegírica.

Por outro lado, e como já referido, a Abreu insere-se no domínio das empresas familiares. Apesar da dificuldade de uma definição simples que abranja toda a sua diversidade, Andrea Colli e Mary Rose propõem a seguinte definição geral: “Empresa familiar é aquela em que uma família detém uma parte suficiente para ser capaz de exercer o controlo sobre a estratégia da empresa e estar envolvida na sua gestão em posições de topo”².

Independentemente da sua dimensão, as empresas familiares desempenharam um importante papel em todas as revoluções industriais, no emprego, na geração de rendimentos e acumulação de riqueza, continuando a ter uma presença fundamental nos nossos dias.

No século XIX, a empresa familiar representou uma “resposta previsível à instabilidade, incerteza e fraca definição dos direitos de propriedade, tornando-se o pivô central de uma rede de confiança”³. Daí a importância do nome de família e da “casa”, como garantia no mercado. Mas não só: assegurava o trabalho de gestão, o capital necessário à expansão da empresa, a rede de negócios e de informações, a transmissão de saberes e competências informais, verificando-se que as práticas de partilha favoreceram, em muitos casos, um modelo de primogenitura masculina. Por outro lado, deve ter-se em conta as representações e mitos da história da família na construção da imagem da empresa, muitas vezes em articulação com as perceções dos consumidores; o controlo da família sobre a empresa pode evoluir do domínio financeiro e de gestão até uma dimensão simbólica na cultura da empresa e na marca.

Segundo alguns autores, como Alfred Chandler, a empresa familiar terá sido mais um estorvo do que um ativo nas economias modernas. Esta tese, que suscitou polémica, partia do princípio de que os recursos da empresa familiar eram limitados e incapazes de responder às necessidades de aumento de capital e de novos recursos humanos para fazer face às pressões do mercado de massas e ao desenvolvimento tecnológico, que se verificaram no período entre guerras. Considerava-se que, nesta nova fase de desenvolvimento das economias, os negócios já não eram autofinanciáveis e que a família tinha deixado de ser a principal fonte de capital humano. Além disso, esta tese partilhava da ideia de que o controlo familiar era ineficiente, porque se baseava no nepotismo e não no mérito e desviava recursos da empresa para consumos familiares.

Na ótica dos seus críticos, Chandler subvalorizou a resiliência e as capacidades da empresa familiar, especialmente na Europa. Em certos casos, a ideia de continuidade da família e a aposta intergeracional não restringiu, antes estimulou os investimentos,

2. COLLI, Andrea; ROSE, Mary, 2008 – “Family Business” in JONES, G.; ZEITLING, J. – *The Oxford handbook of business history*. Oxford: Oxford University Press, p. 194.

3. COLLI, Andrea; ROSE, Mary, 2008 – “Family Business” in JONES, G.; ZEITLING, J. – *The Oxford handbook of business history*. Oxford: Oxford University Press, p. 197.



e muitas empresas familiares, grandes e pequenas, continuaram a desempenhar, no século XX, um papel dinâmico na economia. Não menos importantes na análise do desenvolvimento das empresas familiares são as “regras informais” que influenciaram, em cada momento, as estratégias das famílias e das empresas. O “ambiente institucional e legal” é ele mesmo “produto de um processo histórico complexo, apoiado por forças culturais simultaneamente ao nível regional e ao nível nacional”: atitudes e valores face às empresas, à inovação, à tradição e à tecnologia⁴.

As origens da Agência Abreu encontram-se indissociavelmente ligadas ao Brasil, muito especialmente à emigração que do norte de Portugal se desenvolveu na primeira metade do século XIX, com destino àquele país. Tal fenómeno deve ser entendido como a continuação de um processo multissecular iniciado no século XVI e que, ao longo do tempo, com altos e baixos, se prolongou até ao século XX.

Quer sob a forma de colonização, que contribuiu para a construção do designado Império Luso-Brasileiro (1500-1822), quer sob a forma de emigração a partir da independência do Brasil (1822), exigindo a partir dos inícios do século XVIII a emissão de um passaporte para quem pretendesse ausentar-se de Portugal para terras de Vera Cruz, esta longa emigração iludiu as leis de proibição ou restrição de ambos os territórios e ignorou as mudanças dos regimes políticos que ocorreram em cada um dos países nos últimos dois séculos, numa corrente contínua que, umas vezes, se submerge tão profundamente que parece não existir e, outras, irrompe com uma pujança que nada parece deter.

4. COLLI, Andrea; ROSE, Mary, 2008 – “Family Business” in JONES, G.; ZEITLING, J. – *The Oxford handbook of business history*. Oxford: Oxford University Press, p. 204.



*Vista da cidade de S. Salvador
na Bahia de Todos os Santos,
de Friedrich Salathé,
início do séc. XIX*



As atitudes de lusofobia no Brasil de Oitocentos, após a independência do território ao fim de mais de três séculos de colonização, bem como as retóricas denúncias políticas em Portugal da exploração que afetava numerosos portugueses no Brasil não lograram evitar tal emigração.

Sem dúvida, este fenómeno migratório – independentemente das suas múltiplas explicações e interpretações – constitui uma constante estrutural da história portuguesa e matriz inquestionável da nação brasileira. Certo é que, se os portugueses partiam – cultos ou analfabetos, detentores de variáveis bens de fortuna ou deles totalmente destituídos, em ambos os casos largamente mais numerosos os segundos – era porque a aventura se afigurava mais forte que o enraizamento, o sonho mais irresistível que a realidade, o futuro mais preñado de esperança ou abundância que o presente vivido. Neste vasto movimento de população característico da era contemporânea, homens, sobretudo, mas também mulheres e crianças deixaram para trás o país de nascimento e embarcaram, respondendo aos apelos da história e língua comuns, de familiares e amigos já instalados, de contratos sedutores mesmo que tantas vezes dolosos, de promessas de negócios garantidos, enfim, das mais diversas razões e decisões que fazem de cada emigrante um caso irredutível. Se o passaporte, o meio de transporte e o local de destino os uniformizam, as motivações que impelem os portugueses a emigrar para o Brasil são tão plurais e complexas como a sua idade, naturalidade, estado civil, formação ou nível social.

Estas breves considerações vêm a propósito do que atrás foi referido, isto é, a seminal ligação da Agência Abreu com a emigração para o Brasil, nomeadamente a que se fazia das regiões setentrionais do país com saída pela barra do Douro, mas também pelo porto de Lisboa, já que também dessas viagens a Agência tratava, por duas razões fundamentais.

Por um lado, o fundador desta Empresa foi o minhoto Bernardo Luís Vieira de Abreu que, segundo veicula a tradição familiar, cedo emigrou para o Brasil, desenvolvendo aí atividades empresariais, e, como tantos “brasileiros de torna-viagem” – ou seja, os portugueses que haviam trabalhado no Brasil e retornaram ao país de origem – regressou a Portugal com algum pecúlio para dar continuidade aos negócios iniciados. Assim, em 1840, fundou na cidade do Porto a Agência Abreu, a mais antiga empresa de viagens do



Panorama de Rio de Janeiro, de Louis Aubrun, início do séc. XIX

mundo, a qual, não obstante os embates do tempo e da História, permaneceu nas mãos da mesma família até aos nossos dias. Sublinhe-se que não há praticamente nenhum estudo no nosso país sobre turismo que não refira, mesmo que brevemente, esta agência como a primeira estabelecida em Portugal⁵.

Por outro lado, foi justamente a emigração transatlântica que esteve na base da fundação desta Empresa e se manteve durante largas décadas, grosso modo até meados do século XX, como a sua principal atividade. Desta forma, fazer a história da Agência Abreu implica entretecer nas malhas da narrativa a evolução da emigração portuguesa para o Brasil desde os primórdios da implantação definitiva do liberalismo em Portugal, em meados da década de 1830, quando o processo administrativo da mesma passou a ser tutelada pelos recém-criados governos civis, num longo arco temporal que se estende até à Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), passando necessariamente pela I República (1910-1926). Interessará realçar a emigração nos seus contornos fundamentais, os quantitativos do êxodo, a legislação reguladora que os sucessivos regimes – monárquico, republicano e ditatorial – publicaram, a gradual complexificação burocrático-administrativa do processo migratório, o papel das agências de viagens, entre outros aspetos.

A partir da II Guerra Mundial (1939-1945), a emigração para o Brasil regrediu consideravelmente, em favor de destinos intraeuropeus. A Agência Abreu acompanhou os tempos, e a sua atividade, sem deixar de considerar as viagens de negócios e os agentes do intercâmbio comercial entre Portugal e o Brasil, centrou-se sobretudo no turismo, que então se

5. Como exemplo, entre muitos outros, refira-se SILVA, Maria José Nunes da – *A Distribuição Turística e as Redes nas Agências de Viagens em Portugal*. Disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1669/1/2009001206.pdf> [acesso em 10 de fev. 2013].



afirmava como uma indústria progressivamente florescente, tornando-se nesse domínio uma empresa de referência no país, multiplicando as suas filiais pelo território continental e insular, depois radicando-se noutros continentes, diversificando os seus produtos e aumentando consequentemente o seu volume de negócios.

A qualidade dos serviços prestados vincou um nome que rapidamente se converteu numa marca de qualidade, não obstante a massificação e a concorrência que os novos tempos consigo arrastavam. Mais, a internacionalização e expansão da Empresa – mercê do seu pioneirismo, apostas estratégicas em produtos, parcerias e tecnologia de comunicação, bem como uma rasgada visão empresarial – permitiram a sua evolução para uma Organização de Viagens, reconhecida no país e no exterior.

Destas transformações darão sucessivamente conta os capítulos que estruturam a obra, os quais se dispõem em função das diversas direções da Empresa – sempre dentro da família – numa lógica de sucessão geracional.

Assim, depois de um capítulo inicial onde se tecem algumas considerações históricas sobre o turismo, atividade intrinsecamente ligada à Agência Abreu, o segundo capítulo debruça-se sobre a génese desta Empresa, traçando o perfil atividade do seu fundador, Bernardo Luís Vieira de Abreu; o terceiro capítulo aborda a Agência Abreu sob a direção de Daniel Luís Vieira de Abreu (1878-1902), filho do fundador; o quarto refere-se à gestão de Aníbal Vieira de Abreu (1902-1908) e seus sucessores (1908-1924); o capítulo seguinte remete para um período mais longo, em que a direção da Agência Abreu esteve a cargo dos irmãos Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu (1924-1973); enquanto o sexto e último capítulo analisa as décadas seguintes da atividade desta Agência até ao presente, dirigida por Aníbal Macedo Vieira de Abreu, Alberto de Macedo Vieira de Abreu e Artur de Macedo Vieira de Abreu, a 5.^a geração à frente desta Empresa que integra já elementos da geração seguinte. Depois da imprescindível conclusão, apresenta-se uma cronologia que permite uma melhor compreensão do texto.

As fontes compulsadas para este trabalho – vastas, de natureza diversificada e dispersas por numerosas bibliotecas e arquivos, tanto portugueses como brasileiros – estão coligidas em listas finais. Nas transcrições que dessas fontes históricas se fazem ao longo deste livro optou-se pela atualização da respetiva grafia.

Resta-nos agradecer os valiosos contributos generosamente prestados por várias pessoas. Começando pelos amigos do Brasil, apresentamos os nossos agradecimentos a três historiadores: ao Doutor Vítor Fonseca, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pelas instruções de pesquisa formuladas; à Doutora Silvia Ninita de Moura Estevão pelo auxílio à investigação no mesmo arquivo; à Doutora Maria das Graças Andrade Leal, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, pelo acompanhamento nas instituições daquele Estado brasileiro. Do lado português, à Doutora Carla Ribeiro (ESE/IPP) pela partilha dos seus conhecimentos sobre o turismo nas primeiras décadas do século XX; ao Doutor António Pestana de Vasconcelos pela construção dos esquemas genealógicos da família de Bernardo Luís Vieira de Abreu; ao Doutor Ricardo Rocha (CEPESE) pela elaboração da cronologia; ao Professor Domingos Mangas que, como presidente da junta de freguesia de Rossas, Vieira do Minho, foi incedível na busca de familiares de Bernardo Luís Vieira de Abreu no lugar de Ortezelo daquela freguesia, tarefa dificultada pelo facto de já não usarem nenhum dos

sobrenomes do fundador da Agência Abreu; à família Gonçalves Concieiro, descendentes diretos do irmão mais velho de Bernardo Luís Vieira de Abreu, residente na “Casa da Adega” e que disponibilizou para o acervo da Agência Abreu um número apreciável de documentos originais dos séculos XVIII e XIX; finalmente, aos colaboradores mais antigos da Agência Abreu, já reformados ou ainda no ativo, pelos seus depoimentos e empenho na recolha de documentação de importância crucial para a história da Casa Abreu.

Falta referir que, no 170.º aniversário da sua fundação, a Agência Abreu promoveu uma recolha de documentos históricos, junto dos seus clientes, parceiros, ex-colaboradores e amigos, por intermédio de um passatempo denominado *Conte-nos como foi*⁶. Muitos desses documentos foram importantes para construir esta história e alguns deles são mesmo referenciados na presente obra. Agora, no seu 175.º aniversário, a Empresa tomou a decisão de reeditar esta recolha de documentos históricos da Agência Abreu, tornando-a permanente⁶. A história da Agência Abreu não se esgota com a publicação do presente livro. Vamos, pois, continuar a escrevê-la.



6. Disponível em: www.abreu.pt/contenoscomofoi



CAPÍTULO 1

O TURISMO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

South Eastern Railway, London-Chatam-Dover Railway
CHEMINS DE FER DU NORD & DE L'EST DE FRANCE

LONDRES · PARIS · CONSTANTINOPE

Depart tous les Jours
LES MARDIS & LES JEUDIS
Les Mercredis
Le Jeudi & Dimanche
Pour BUKAREST

SERVICE RAPIDE
sans Changement de Voitures
SANS PASSEPORT

FAST TRAVELLING
Without any Change of Carriages
WITHOUT PASSPORT

The Trains are Starting
on LONDON & PARIS on the THURSDAY
Only on Wednesday
For CONSTANTINOPE
On Thursday & Sunday
For BUKAREST

PARIS · MUNICH · VIENNE · BUDAPEST · BELGRADE · CONSTANTINOPE

PARIS & BUKAREST
ORIENT EXPRESS

HIVER 1888-89 WINTER 1888-89

LONDRES-PARIS-VIENNE
Londres - Paris - Vienne
Londres - Paris - Vienne
Londres - Paris - Vienne
Londres - Paris - Vienne

PARIS-CONSTANTINOPE
Paris - Constantinople
Paris - Constantinople
Paris - Constantinople
Paris - Constantinople

PARIS-BUKAREST
Paris - Bukarest
Paris - Bukarest
Paris - Bukarest
Paris - Bukarest

Chemins de Fer de Paris à Lyon & à la Méditerranée

SPORTS D'HIVER CHAMONIX (MONT-BLANC)

SAISON D'HIVER : Décembre, Janvier, Février.
SAISON D'ÉTÉ : Mars à Octobre.
De PARIS à CHAMONIX en 12 HEURES
De GENEVE à CHAMONIX en 4 HEURES

Paul Fung

Pour tous Renseignements s'adresser :
à la Compagnie P.M. 20.11^{re} Diderot à Paris
s. au Syndicat de Chamonix à Chamonix (Haute-Savoie)

CHARGEURS RÉUNIS

COMPAGNIE FRANÇAISE DE NAVIGATION A VAPEUR

LIGNE DU TOUR DU MONDE

EUROPE, CHINE, JAPON, AMÉRIQUE
DU NORD, AMÉRIQUE DU SUD, EUROPE

POUR FRÊT, RENSEIGNEMENTS ET PASSAGES, S'ADRESSER A

O Turismo é, juntamente com o processo migratório, o grande veículo atual do contacto de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais, o elo potenciador da ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros.

(Francisco Martins Ramos, “Antropologia, turismo e invasão das periferias”. *Etnicex*. N.º 1, 2010, p. 23)

Sem querer remontar a origens mais longínquas, é usual apontar a época das Luzes como o nascimento do conceito de turismo, com a voga entre as camadas sociais mais elevadas, nomeadamente na Inglaterra, das viagens de recreio na Europa – o grande ou pequeno *tour*, consoante a extensão percorrida – como forma de complementar a educação dos jovens ou de aquisição de conhecimentos para as elites de qualquer idade. O cosmopolitismo então postulado justificava as digressões prolongadas que as pessoas mais cultas empreendiam no velho continente.

Este impulso de conhecimento do “outro” e consequente “turismo viajor”¹ tornou-se mais visível no século XIX, com o progresso técnico-científico, o desenvolvimento das ligações ferroviárias, a circulação das ideias promovida pelo incremento da imprensa. A Grã-Bretanha e a Suíça foram os países de referência neste domínio. No primeiro, impuseram-se as ações de Richard Cox e Thomas Cook; no segundo, sobressaiu a iniciativa de Alfred Kuoni.

Richard Cox terá iniciado ainda no século anterior, em 1758, a sua atividade como agente no aprovisionamento de fardamentos e pagamentos dos soldos aos oficiais e soldados dos regimentos de infantaria de Sua Majestade. Tendo evoluído nas áreas de transporte e da



Cartaz, 1926

1. SANTOS, Figueiredo, 2002 – *Turismo mosaico de sonhos: incursões sociológicas pela cultura turística*. Lisboa: Edições Colibri, p. 157 e ss.

banca, em 1922, a empresa Cox & Co veio a efetuar uma fusão com a rival Henry S. King & Co, com forte implantação na Índia, passando a denominar-se Cox and Kings. Em 1923, a empresa foi vendida ao Lloyds Bank, que separou a atividade bancária da de transporte de pessoas e carga, que incluía também um negócio entretanto desenvolvido de organização de viagens. Desde então, a empresa foi transacionada várias vezes, nomeadamente em 1970, quando, por acordo com a primeira-ministra Indira Gandhi, foi adquirida pelo Grindlays Bank, no sentido de fomentar e desenvolver o turismo para a Índia².

Thomas Cook, antigo pregador da Igreja Batista e, na altura, com a profissão de marceneiro, organizou a primeira excursão (de índole religiosa) em 1841 – uma viagem de comboio de Leicester para Loughborough com cerca de quinhentos participantes – tornando-se, desta forma, no fundador do turismo organizado. Nos três anos seguintes continuou a organizar excursões ferroviárias no âmbito da sua atividade religiosa, sem qualquer interesse financeiro, até que em 1845 realizou a sua primeira excursão de natureza comercial – uma viagem a Liverpool – tendo introduzido também o conceito de brochura ao publicar um panfleto de sessenta páginas com informações sobre a excursão. Em 1855, realizou as primeiras viagens para fora de Reino Unido, em direção à Europa continental. Em 1928, os netos herdeiros de Thomas Cook venderam a empresa, na altura denominada Thos Cook & Son, à belga *Companhie Internationale des Wagons-Lits et des Grands Express Européens*, que operava a maioria dos comboios de luxo europeus incluindo o *Orient Express*. Mais tarde, com a II Guerra Mundial, o governo inglês requisitou os ativos britânicos da Thos Cook & Son, e, para evitar o colapso financeiro da empresa, no ano do seu centenário chegou-se a um acordo com vista à sua nacionalização, incorporada nos caminhos-de-ferro britânicos. Privatizada novamente em 1972, foi transacionada várias vezes até aos dias de hoje³.

Na Suíça, evidenciou-se a criação dos primeiros hotéis e também de agências de viagens de grande longevidade e prestígio mundial como a Kuoni, fundada por Alfred Kuoni em 1906⁴. Um especialista na indústria têxtil, Alfred Kuoni regressou à Suíça depois de vários anos a viver em Inglaterra, onde tinha tomado conhecimento do tipo de negócio criado por Thomas Cook. Inicialmente uma extensão da empresa de transportes que possuía com seus irmãos, separou a Kuoni Reisen, em 1912, e fez concorrência às duas outras empresas do ramo em Zurique, uma das quais era filial da própria Thomas Cook. Começou por vender pequenas excursões locais e, em 1907, organizou a primeira excursão guiada para fora da Suíça com destino ao Egito. Em 1921, foi-lhe atribuída a licença para operar como agência de emigração, cumprindo uma exigência legal que lhe permitiu expandir o negócio. Depois de ter admitido um sócio minoritário, em 1925, com 40% das ações, iniciou a expansão da empresa na Suíça, França e Itália. Em 1957 foi criada a Kuoni and Hungentobler Foundation, para onde passou o controlo acionista da empresa, cujo capital se abriu na bolsa de Zurique, em 1972.

Nos inícios do século XX, a Europa da indústria e da técnica, que foi também a Europa da racionalização do trabalho, do sindicalismo e da democratização das sociedades, conseguiu reduzir o tempo de trabalho, alcançar o direito ao repouso semanal e, posteriormente, instituiu o direito de férias remuneradas. Com o conceito de lazer, associado a profundas

2. Disponível em: <http://www.coxandkings.co.uk/history> [acesso em 30 de jun. 2013].

3. Disponível em: <http://www.thomascook.com/thomas-cook-history/> [acesso em 30 de jun. 2013].

4. LÜÖND, Karl, 2006 – *Globally yours. Kuoni: the future of Travel. Since 1906*. Baden: AT Verlag.



modificações económico-sociais, ao progresso dos transportes, ao fenómeno da urbanização⁵, surgia uma nova noção de turismo que contribuiu para a transformação da sociedade e influenciou os comportamentos, ganhando uma dimensão económica que não parou de crescer.

Como sintetiza Ema Pires, “esta nova atmosfera económica, tecnológica, política e sociocultural – materializada no desenvolvimento de novos meios e vias de comunicação, numa burguesia enriquecida pelo processo de industrialização, e num universo sociopolítico também favorável – fez constituir na Europa o cenário privilegiado para viajar. Ao mesmo tempo, entre as classes trabalhadoras a prática de viajar institui-se também, em particular a partir da década de 1930, com a gradual conquista sindical das férias pagas, potenciada igualmente pelo desenvolvimento do automóvel e do motociclo”⁶.

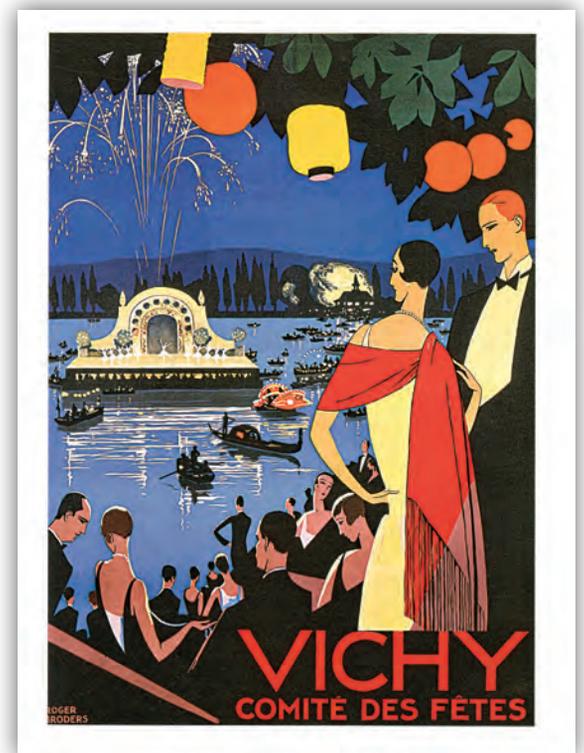
Multiplicaram-se então as organizações privadas, associações e clubes, bem como grandes agências de viagens e operadores turísticos mundiais, que permitiram ao turismo um desenvolvimento notório. Os requisitos de tal arranque foram, como explica Días Alvarez, o sistema de comunicações, a agência de viagens e o alojamento hoteleiro, detendo-se particularmente no papel do segundo: “Surgen de forma decidida las Agencias de Viajes, ofreciendo los *for-fais* (transporte más alojamiento) y los circuitos, que durante años han sido la fuente fundamental de un preturismo programado. El rol de las Agencias de Viajes ha sido desde entonces eficaz e indispensable para el sector”⁷.

O período do pós-guerra marcou indelevelmente esta viragem, pois com “a vitória dos Aliados triunfa o lazer-mercadoria entendido sobretudo como um tempo disponível para o consumo”⁸. Gradualmente, o turismo democratizava-se. Assim, os anos 1950 constituem o marco temporal que, no contexto do mundo ocidental, serve para datar a promoção dos tempos livres e da mobilidade pessoal, enfim, da massificação do turismo, tendência que se acentua nos anos 1960, a “década maravilhosa”, na expressão de Fernández Fúster⁹.

Portugal acompanhou este processo à escala de um país periférico, longe dos níveis de rendimentos e remunerações que a Europa “avançada” conhecia. Desde o século XIX que a época estival estava associada, para os grupos ascendentes, às vilegiaturas campestres e balneares, em que as vantagens terapêuticas e o ideal de



Cartaz, 1890



Cartaz, 1926

5. VIEIRA, João Martins, 1997 – *A economia do turismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 27-28.

6. PIRES, Ema Cláudia, 2003 – *O baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, p. 4.

7. DÍAS ALVAREZ, José R., 1993 – *Geografía del Turismo*. Madrid: Editorial Síntesis, p. 10.

8. CORBIN, Alain (ed.), 2001 – *História dos Tempos Livres*. Lisboa: Editorial Teorema, p. 7.

9. FERNANDEZ FÚSTER, Luis, 1991 – *Historia general del turismo de masas*. Madrid: Alianza Editorial.





Cartaz, anos 1920

vida saudável se associavam à prática de certos desportos e à sociabilidade burguesa e aristocrática.

No plano económico-político, o turismo foi pioneiramente apontado por Mariano Carvalho como fator de prosperidade e enriquecimento; no seu *Plano Financeiro*, de 1893, defendia que o turismo poderia contribuir para atenuar a grave crise financeira que o país atravessava, ou seja, entendia-o como uma atividade económica que poderia atrair divisas estrangeiras.

Em 1906, deu-se a criação da Sociedade Propaganda de Portugal¹⁰, entidade privada de propaganda turística que, logo em 1909, se fez representar no II Congresso Internacional de Turismo, ocorrido em San Sebastian, franqueando assim a entrada de Portugal na Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda. Entre 12 e 20 de maio de 1911, teve lugar em Lisboa o IV Congresso Internacional de Turismo promovido por aquela federação de organizações de turismo da Europa meridional. Nesta mesma altura, o Governo Provisório da República decretou a constituição, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo, coadjuvado por uma Repartição de Turismo, dotada de autonomia administrativa e financeira¹¹.

“Entre os novos prazeres da vida privada que a classe média conquistou, desde a Primeira República, o turismo passou a ocupar um lugar de relevo. Viajar por prazer era, até então, apanágio das elites mais restritas ou dos peregrinos, mas o comboio e o automóvel vieram facilitar novos hábitos, fazendo com que o próprio vocábulo turismo se tornasse comum na linguagem do dia-a-dia que incluía, cada vez mais, os lazeres ao ar livre”¹².

Mas o turismo a que se refere este excerto reduzia-se a pequenas viagens, muitas vezes de um só dia, a locais onde o comboio chegava – e no virar do século existiam já em Portugal mais de 2000 Km de vias férreas – pois o automóvel estava longe de figurar entre os bens alcançáveis pelos grupos intermédios da sociedade portuguesa; em 1902 não havia mais do que uma dúzia em todo o país.

10. Fundada em 28 de fevereiro de 1906 por destacadas personalidades da vida nacional, de diferentes tendências políticas e religiosas, visava a promoção do desenvolvimento moral, intelectual e material do país, incluindo nas suas linhas orientadoras ações de divulgação e de sensibilização para a questão turística, através de artigos na imprensa e de conferências proferidas pelos seus sócios; lutou pela formulação de um produto turístico nacional, congregando os recursos e infraestruturas disponíveis; estimulou uma série de iniciativas dedicadas ao aperfeiçoamento da indústria hoteleira, a nível de instalações e serviços, como é exemplo o primeiro curso de formação profissional para pessoal de hotelaria que realizou em parceria com a Casa Pia de Lisboa; dedicou-se à promoção turística do país, através de materiais publicitários, como cartazes e folhetos, ações promocionais várias e organizou a primeira “viagem educacional”, que trouxe a Portugal, em 1913, um influente grupo de dezanove jornalistas britânicos, que visitou o país do Porto ao Algarve. Com a instauração da República, a Sociedade veria as suas atribuições em matéria de turismo transferidas para o setor público.

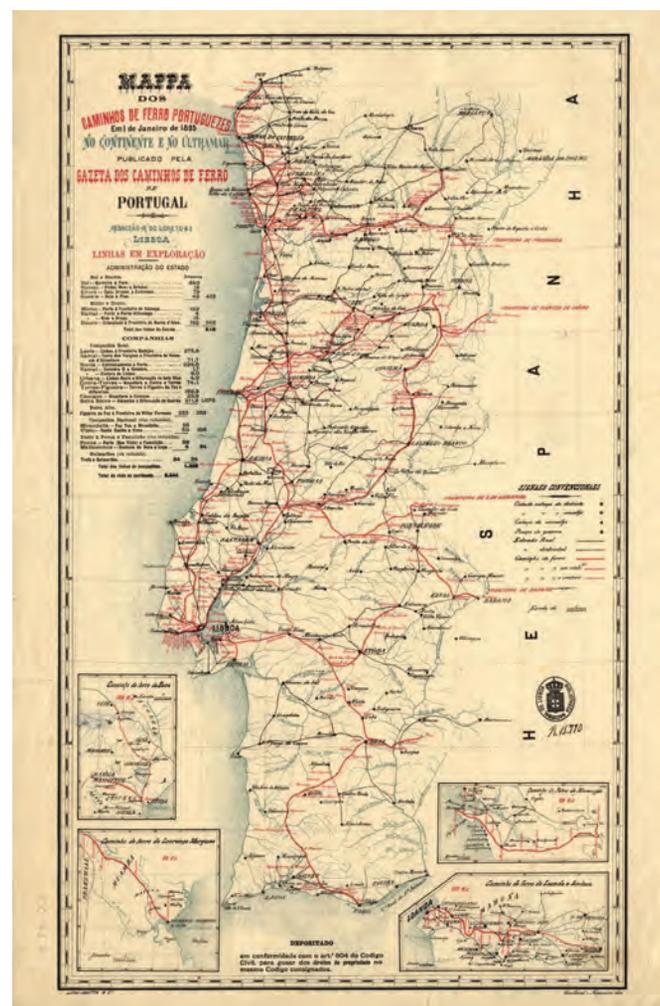
11. PINA, Paulo, 1988 – *Portugal, O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda.

12. VAQUINHAS, Irene (coord.), 2011 – “A Época Contemporânea” in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Círculo de Leitores/Temas e Debates, pp. 394-395.

Depois de em 1918 terem sido criadas as primeiras “terras de turismo”¹³, cujo número foi aumentado por novo decreto do ano seguinte, os responsáveis políticos aperceberam-se da importância dos meios de transporte rodoviário e do estado deplorável das nossas estradas, sendo criada, em 1920, a Administração Geral das Estradas e Turismo, integrada no Ministério do Comércio e Comunicações que, em 1919, substituíra o Ministério do Fomento, extinguindo-se o Conselho de Turismo e integrando-se no novo ministério a Repartição do Turismo, encarregada da reorganização dos serviços de propaganda e desenvolvimento do turismo, que passou a centralizar todos os assuntos concernentes a esse domínio (cooperação no estudo e serviços das “estradas de turismo”; superintendência das estâncias balneares, termas e restantes estações de turismo; fiscalização e classificação do serviço de hotéis, restaurantes, cafés e estabelecimentos congéneres; promoção da propaganda de Portugal como país de turismo).

A Repartição de Turismo continuava a apoiar-se nas delegações da Sociedade Propaganda de Portugal mas, logo em 1921, foi legislada a criação de “comissões de iniciativa” nas estâncias de turismo compostas de elementos diversos (delegado do município; delegado da junta de freguesia; delegados das entidades que explorassem a estância; um médico; delegado da Sociedade Propaganda de Portugal; capitão do porto ou delegado marítimo quando a estância fosse balnear; regente florestal quando houvesse matas públicas; o chefe da conservação das obras da região; um hoteleiro; um proprietário e um comerciante). O número destas comissões foi aumentando e as respetivas áreas de jurisdição foram progressivamente fixadas.

Em 1927, já no período da Ditadura Militar surgida do golpe de 28 de maio do ano anterior, a Repartição de Turismo subtraiu-se à tutela do Ministério do Comércio e Comunicações para passar para o Ministério do Interior, transformando-se em Repartição de Jogos e Turismo, em 1928. No ano seguinte foi criado o Conselho Nacional de Turismo (que substituiu o atrás mencionado Conselho de Turismo) presidido pelo ministro do Interior. Este órgão, que passou a coordenar a política do turismo, foi pensado no contexto da realização das exposições internacionais de Sevilha e Barcelona, pois o governo estimava que tais certames atrairiam a Portugal numerosos estrangeiros, além de pretender dar resposta à própria participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929.



Mapa dos caminhos-de-ferro portugueses, 1.1.1895 (Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP)

13. O decreto n.º 4819, de 19.9.1919, para dar execução ao decreto n.º 4700, de 12 de julho do mesmo ano, considerou doze localidades como terras de turismo de 1.ª classe (a saber: Buçaco, Cascais, Espinho, Estoril, Figueira da Foz, Gerês, Granja, Luso, Miramar, Monte Estoril, Praia da Rocha e Sinta) e cinquenta e três localidades como terras de turismo de 2.ª classe (*Diário de Governo*, 19.9.1919).



Posteriormente, a legislação neste domínio focou-se na conservação da feição “pitoresca dos sítios e locais de turismo e monumentos naturais”, com o objetivo de os subtrair “ao mau gosto, intolerância e caprichos da ação humana”¹⁴, bem como na sua classificação e delimitação, além de determinar as formas de dotação financeira das comissões de iniciativa.

Após a implantação do Estado Novo (1933), a configuração das secções da Câmara Corporativa (que tal como a Assembleia Nacional iniciou funções em 1935) contemplou também a de turismo. Por sua vez, o Código Administrativo de 1936 extinguiu as comissões de iniciativa e deu nova forma à organização regional do turismo, cuja ação passou a pertencer às câmaras municipais (nas zonas de turismo com sede em cabeça de concelho) ou às juntas de turismo (quando a sede fosse noutros locais).

Entre 12 e 16 de janeiro de 1936, realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa o I Congresso Nacional de Turismo, o qual pretendia “dignificar o país, não só no campo espiritual, mas também no campo económico, desenvolvendo e aperfeiçoando essa grande indústria moderna que é o turismo”¹⁵, segundo palavras do conde de Penha Garcia, então presidente da Sociedade Propaganda de Portugal.

A reflexão que na altura se pretendia fazer sobre o turismo e sua organização prendia-se com várias circunstâncias, desde logo o facto de se encontrar sob tutela do Ministério do Interior, mais orientado para a manutenção da ordem pública – matéria delicada nos tempos que corriam, a nível interno e externo – do que para a eficácia da ação turística nacional. Por outro lado, a Repartição de Turismo do Ministério do Interior via o seu papel subalternizado face a outros organismos públicos – primeiro a Comissão de Propaganda do Turismo no Estrangeiro e, depois, o Conselho de Turismo, instituído em 1935 (ambos do Ministério dos Negócios Estrangeiros); Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia e, sobretudo, a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), surgida em 1935 e que viria a atuar no domínio do turismo social, através das suas excursões populares – mas igualmente face a instituições privadas, como o Automóvel Clube de Portugal (ACP), que em 1934 criou um Centro de Turismo Português, passando a representar o país na prestigiada Alliance Internationale de Tourisme¹⁶.

Não obstante as hesitações dos sucessivos governos nesta matéria, ou quiçá por causa delas, o turismo era assunto que suscitava aceso debate na sociedade portuguesa, como atestam numerosos artigos da *Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*, patrocinada pelo Automóvel Clube de Portugal.

Não surpreende, assim, que em 1940, pelo decreto-lei n.º 30 289, de 3 de fevereiro, fossem transferidas para o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) as competências do Ministério do Interior em matéria de turismo, com a conseqüente integração do Conselho Nacional de Turismo no SPN, sem que esta mudança em nada contrariasse o disposto no recente Código Administrativo no tocante aos seus organismos locais. A atividade turística caiu, pois, na alçada do órgão que António Ferro desenhara e dirigia desde a sua criação,

14. COSTA, Jorge Felner da, 1957 – “Coordenação do Turismo” in *Problemas de Administração Local*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais, p. 344.

15. PINA, Paulo, 1988 – *Portugal. O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda., p. 81.

16. Criada em 1898, com o intuito de agrupar os clubes de turismo de vários países, foi a primeira organização internacional de turismo.





Autocarro Chevrolet,
matrícula de 1935
(Grupo Barraqueiro – Frota Azul)

em 1933, e se encontrava sob a dependência direta da presidência do Conselho de Ministros a quem, conseqüentemente, passava a pertencer, em última instância, a competência em matéria de turismo, pese embora o diretor do SPN fosse a “entidade” coordenadora do turismo nacional.

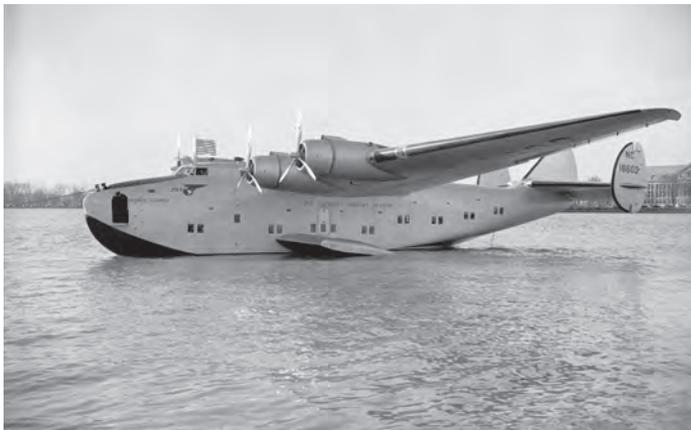
Nestes inícios dos anos 1940, numa conjuntura de guerra em que Portugal tinha assumido uma posição neutral, o entendimento do turismo como potenciador de desenvolvimento económico ganhava terreno, chegando a defender-se que o turismo podia “ser a mais universal de todas as indústrias portuguesas”¹⁷.

Que o setor ganhava importância demonstra-o a própria mudança de nomenclatura já que, em 1944, estava a guerra a acabar, o organismo de Ferro assumiu uma maior esfera de intervenção, passando a denominar-se Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), contemplando a sua reestruturação a formação de quatro repartições, uma delas de Turismo.

Não obstante as condicionantes económicas sentidas após a II Guerra Mundial que confrontaram o país, a partir de 1951, com a necessidade de enquadrar e planear a ação económica do Estado, através dos Planos de Fomento, o primeiro (1953-1958), centrado na industrialização, não integrou o turismo, embora vários elementos e organismos alertassem para as possibilidades económicas do setor como forma de equilibrar a balança de pagamentos.

Paralelamente, desde que o turismo se encontrava sob a alçada do SNI que este órgão defendia a ideia de um “Estatuto de Turismo”, com vista a reforçar o seu poder face aos organismos locais criados neste âmbito, nomeadamente as Comissões Municipais e as Juntas de Turismo. Este projeto do SNI foi longamente apreciado pela Câmara Corporativa, que sobre o mesmo emitiu os devidos pareceres, genericamente evidenciando a relevância económica dessa atividade que carecia de uma forte e centralizada coordenação.

17. “Portugal e o Turismo”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 3.10.1941, p. 1.



Hidroavião Yankee Clipper,
Pan American, 1940



Cartaz, anos 1960

Nesta conformidade, em 1953, pelo decreto-lei n.º 39 475, procedia-se à transferência das Casas de Portugal para a alçada do SNI e, em 23 de dezembro de 1954, era aprovada a lei n.º 2073, que introduzia a figura da “utilidade turística”.

Mais importante, em 4 de junho de 1956 era promulgada a lei n.º 2082, que estabelecia os fundamentos orgânicos do turismo português, considerada o Estatuto do Turismo, partindo do pressuposto de que incumbia ao Estado promover a expansão do turismo nacional, com o fim de valorizar o país pelo aproveitamento dos seus recursos turísticos. Sem surpresa, reiterava-se a tutela do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, por intermédio dos seus serviços de turismo, e reativava-se o Conselho Nacional de Turismo como órgão de consulta e coordenação. A lei criava a figura das Regiões Turísticas, administradas por Comissões Regionais de Turismo, e constituía o Fundo de Turismo, instrumento considerado essencial para o fomento hoteleiro. O desenvolvimento do turismo era pois incumbência do Estado, por meio de órgãos centrais em colaboração com os locais, “competindo-lhe orientar, disciplinar e coordenar os serviços, as atividades e as profissões ligadas ao turismo, fomentando e auxiliando a iniciativa privada”¹⁸. Se o decreto n.º 36 942, de 28 de junho de 1948, tinha já, pela primeira vez na legislação portuguesa, utilizado o termo “agência de viagens”¹⁹, o decreto-lei n.º 41 248, de 31 de agosto de 1957, especificava as atividades destas “empresas nacionais, singulares ou coletivas”, cujo regulamento se explanou no decreto-lei n.º 41 307, de 3 de outubro desse ano.

A aviação comercial acompanhou este percurso, remontando as suas origens a 1927, com a criação dos SAP – Serviços Aéreos Portugueses, que ligavam Lisboa a Madrid e, em 1934, surgiu a Aero Portuguesa, que ligava a capital a Casablanca. Em 1939, com a inauguração da ligação aérea entre Portugal e os Estados Unidos, através dos hidroaviões Yankee Clipper da Pan American, que amaravam em Cabo Ruivo, resultado do avanço dos transportes aéreos, Lisboa ficou mais próxima das grandes cidades do Ocidente. Perante a nova importância

18. COSTA, Jorge Felner da, 1957 – “Coordenação do Turismo” in *Problemas de Administração Local*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais, pp. 348-349.

19. Definidas no artigo 1.º como “empresas singulares ou coletivas que venham a constituir-se no continente e ilhas adjacentes para a realização das diligências indispensáveis à concessão de passaportes ordinários, aquisição de bilhetes de passagem em qualquer meio de transporte, reserva de lugares, transporte de bagagem, instalações em hotéis ou estabelecimentos similares e ainda a organização e preparação de viagens no país e no estrangeiro, nos termos da legislação em vigor”.

do espaço aéreo português, os mais otimistas previam uma “transformação de todas as grandes redes de comunicação e circulação universais”, mesmo uma “deslocação geográfica do Mundo”, ficando “o nosso país colocado no cruzamento de dois mundos”, já que pela sua posição geográfica, “estrada aérea e marítima de dois continentes”, se tornaria um ponto central quer da América, quer da Europa²⁰.

Lisboa e os Açores eram então, com efeito, pontos de escala para as aeronaves da Pan American e, depois da II Guerra Mundial, a TWA passou a escalar Lisboa no seu voo entre Nova Iorque e o Cairo. Sem dúvida que os anos 1940 marcaram a diferença com a criação da TAP, que começou pelos voos para Madrid e também Luanda e Lourenço Marques (hoje, cidade de Maputo), para se desenvolver de forma notória nos anos seguintes. Depois do aeroporto de Lisboa, inaugurado em 1942, seguiu-se o do Porto, três anos depois; Faro teria de esperar até 1965, num movimento que, juntamente com o crescimento da oferta hoteleira, faria do Algarve a região privilegiada do turismo em Portugal.

Com efeito, nos finais da década de 1950 começou a sentir-se um grande fluxo turístico proveniente sobretudo da Europa do Norte e dos Estados Unidos, como resultado de vários fatores – superação dos problemas do pós-guerra pelos países evoluídos do ocidente; grandes progressos no setor da aviação comercial; avanços da propaganda e do *marketing* por parte dos operadores turísticos. Era o início, para Portugal e para os restantes países da Europa do sul (Espanha, Itália, Grécia), do turismo de massas, ligado ao mar, ao sol e às praias.

Esta situação não foi ainda o bastante para contemplar o turismo no II Plano de Fomento (1959-1964), além de que os serviços oficiais na área do turismo careciam de renovação organizativa para melhor responder ao aumento da procura. Desta forma, a Repartição de Turismo do SNI, dirigida até 1960 por Jorge Felner da Costa, foi elevada a Direção de Serviços em 1960 e, em 1965, a Comissariado do Turismo, fixando-se, em 1969, em Direção-Geral. Aliás, o próprio SNI, em 1968, converteu-se na Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), só extinta em 1974.

Como consequência deste renovado interesse, o turismo era incluído, pela primeira vez, num Plano de Fomento, o Plano Intercalar (1965-1967), aprovado pela lei



Imagens do Setor de Documentação e Arquivo do Museu da TAP

20. “Portugal e o Turismo”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 3.10.1941, p. 1.



Capa de brochura, ilustração do pintor Júlio Resende

n.º 2123, de 14 de dezembro de 1964, sendo esta valorização do turismo ainda mais clara no III Plano de Fomento (1968-1973), onde era considerado setor estratégico do crescimento económico.

Indubitavelmente, durante muito tempo, o turismo praticado pelos portugueses era predominantemente interno, ficando o estrangeiro como um destino reservado a poucos, que viajavam a título individual. A organização de viagens coletivas a “lugares de sonho” da Europa ou a civilizações exóticas de outros continentes foi tardiamente introduzida em Portugal, se comparada com o que se passava nos países abastados do norte e centro da Europa, em que o turismo entrava nos hábitos de muitos cidadãos e as agências de viagens estavam consagradas há longo tempo. Neste domínio, os portugueses não tinham sorte diversa de outros povos com economias frágeis, baixos índices de industrialização, fracos níveis de vida, condições laborais com poucos benefícios para os trabalhadores.

O número dos portugueses que faziam turismo além-fronteiras era difícil de apurar mas o dos estrangeiros recebidos em Portugal foi sendo apresentado, embora com diferenças, segundo as fontes compulsadas: 70 307 em 1950; 375 450 em 1961, na opinião de uns²¹; 55 000 em 1950, 352 000 em 1960, subindo extraordinariamente para 2,5 milhões de visitantes em 1968, consequência da generalização do transporte aéreo, segundo outros²².

Nos finais dos anos 1960, iniciativas públicas e privadas lograram colocar Portugal nas rotas do turismo internacional, política que atinge particular dinâmica após 1974, com uma profunda reforma administrativa e legislativa do setor, que se estende até aos nossos dias.

Mesmo antes da Revolução de 25 de Abril, a ilustrar esta situação, destaque-se o decreto-lei n.º 478/72, de 28 de novembro, relativo às atividades das agências de viagens e turismo, cujo preâmbulo (a seguir transcrito) reconhecia a importância do seu papel e funções face às novas exigências e transformações do setor, diploma que foi, naturalmente, e por sua vez, revogado por vários outros promulgados ao longo do regime democrático.

Assim, os portugueses conheceram também os efeitos da “democratização” do turismo, participando gradualmente num movimento que, noutros países, tinha sido bem mais precoce. Nas décadas de 1970 a 1990, o conceito de viagem transnacional tornou-se familiar a um número cada vez maior de pessoas. As agências e operadores turísticos proliferaram acompanhando os tempos de elevação do poder aquisitivo mas nesse processo, em queda desde há algum tempo, muitos ficaram pelo caminho.

21. BARATA, José Fernando Nunes, 1964 – *O Turismo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais.

22. BRITO, Sérgio Palma, 2003 – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*. Lisboa: Medialivros; PINA, Paulo, 1988 – *Portugal, o turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda.

Nesta breve sinopse histórica cabe concluir que o turismo, nos seus variados tipos – étnico, cultural, histórico, ambiental ou recreativo²³ – atingiu uma notória relevância na sociedade hodierna, entrelaçando o facto económico com o social, o cultural com o político. Por isso, Francisco Ramos evidencia as características do fenómeno a nível socioeconómico – visíveis “na mobilidade social, na interação de indivíduos e grupos sociais, no processo de comunicação, na criação de riqueza e de postos de trabalho, nas leis da oferta e da procura e na problemática do desenvolvimento” – mas também “como grande veículo do contacto de culturas”, pelo que o turismo mediatiza o processo do “relativismo cultural, da afirmação plena do Homem, simultaneamente singular e igual aos outros homens”²⁴.

Decreto-Lei n.º 478/72 de 28 de novembro
Agências de viagens e de turismo

As agências de viagens e de turismo desempenham um importante papel económico com a sua dupla função de conduzir os afluxos turísticos e de ligação entre os visitantes e as entidades que oferecem serviços. Deste modo, o decreto-lei n.º 41 248, de 31 de agosto de 1957, que atualmente rege as agências de viagens e de turismo e o seu regulamento, e o decreto n.º 41 307, de 3 de outubro de 1957, foram instrumentos adequados às circunstâncias da fase inicial da nossa indústria turística. Entretanto, as medidas de política que têm sido definidas e os incentivos de que atualmente o setor turístico dispõe, a par do dinamismo e colaboração ativa das entidades empresariais, têm proporcionado à atividade turística do País um incremento sucessivamente crescente.

Assim, decorridos quinze anos e em face da experiência adquirida e das novas realidades que resultam de outras exigências derivadas da expansão do fenómeno turístico, impõe-se a revisão do atual regime, no sentido de imprimir ao setor maior eficiência, proporcionando aos utentes melhores comodidades e vantagens.

Nestas circunstâncias no seguimento do programa de desenvolvimento turístico estruturado para o segundo biénio do III Plano de Fomento e após amplo debate em que participaram os vários setores ligados à atividade das agências de viagens com especial relevância para os organismos corporativos, foi elaborado o presente decreto-lei, que traduz o desejo de uma mais lata valorização do setor no âmbito da sua eficiência, competência técnica e idoneidade profissional.

Algumas disposições do novo articulado abrem-se a uma maleabilidade nas relações com as atividades ou com os setores afins, a nível nacional e a nível internacional.

Dada a conexão das atividades das agências de viagens e de turismo com outros setores, como os transportes e a indústria hoteleira, o presente decreto-lei deverá ser completado com outros diplomas em que tais matérias, interdependentes, serão tratadas. De qualquer modo, consignam-se desde já alguns princípios gerais, que por sua natureza e importância se julga ser de contemplar no presente diploma.

(Fonte: *Diário do Governo*. Lisboa, 28.11.1972)

23. SMITH, Valene (ed.), 1989 – *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 11-13.

24. RAMOS, Francisco Martins, 1996 – *Textos Antropológicos*. Monsaraz: ADIM, p. 84.



CAPÍTULO 2

AS ORIGENS DA AGÊNCIA ABREU E O SEU FUNDADOR
BERNARDO LUÍS VIEIRA DE ABREU

N.º 931

SIGNAES DO PORTADOR.

Idade 26^{al}
Estatura 60 pollegadas
Rosto *comp*
Cabellos
Sobr'olhos *cait*
Olhos
Barba
Nariz
Bóca *reg*
Cór *nat*

Signaes particulares.

pg

X

Em data 9 De Novembro de 1848 se conferio
Passaporte para o Rio de Janeiro
a Antonio Bires

natural de Basto
d'Estado *solteiro*, Occupação *Lav*
por tempo de 30 dias, levando em sua companhia

abonado por *P.* desta data

Momardo Luis V. de Albuquerque *Rua do Loureiro*

N.º 932

SIGNAES DO PORTADOR.

Idade 18^{al}
Estatura 59 pollegadas
Rosto *comp*
Cabellos
Sobr'olhos *cait*
Olhos *claro*
Barba
Nariz
Bóca *reg*
Cór *nat*

Signaes particulares.

pg

X

Em data 9 De Novembro de 1848 se conferio
Passaporte para o Rio de Janeiro
a Manoel Gomes de Carvalho

natural de *Viçosa*
d'Estado *solteiro*, Occupação
por tempo de 30 dias, levando em sua companhia

abonado por *P.* desta data

N.º 933

SIGNAES DO PORTADOR.

Idade 38^{al}
Estatura 61 pollegadas
Rosto *comp*
Cabellos
Sobr'olhos *cait*
Olhos
Barba
Nariz
Bóca *reg*
Cór *nat*

Signaes particulares.

pg

X

Em data 9 De Novembro de 1848 se conferio
Passaporte para o Rio de Janeiro
a Joao da Silva

natural de *Gondomar*
d'Estado *casado*, Occupação *Redo*
por tempo de 30 dias, levando em sua companhia

abonado por *P.* desta data

Jose Vieira Marques

Alameda 146

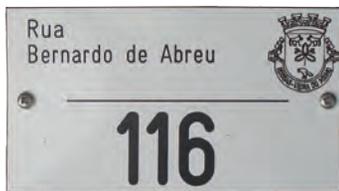
A província do Minho é aquela que mais trato e ligações sustenta com o Brasil: nela não existe uma única família que deixe de ter mais ou menos parentes naquele Império: desta província até são naturais grande parte dos seus altos funcionários públicos; não haverá talvez uma única freguesia aonde se não recebam mensalmente valiosos e importantes recursos de parentes estabelecidos no Império.

(Representação da Associação Comercial do Porto, 18 de novembro de 1842)

A origem exata da Agência Abreu, em virtude da falta de documentação, é difícil de determinar. Se esta Empresa, denominada “agência de viagens”, data apenas de 1948¹, por outro lado, enquanto continuadora direta de agentes de passaportes que se sucederam ininterruptamente no tempo, sempre pertencentes à família Abreu, ligados durante largas décadas à emigração portuguesa para o Brasil, remonta, segundo a tradição e de acordo

1. Como adiante se verá, em virtude da legislação que extinguiu os agentes de passagens e passaportes, criando as agências de viagens.





Casa da Adega,
onde nasceu Bernardo de Abreu,
no n.º 116 da rua que hoje tem o seu nome,
2014

A casa em que Bernardo de Abreu nasceu ainda se conserva na perenidade da pedra em que foi construída. Era designada por “Casa da Adega”

com fontes históricas, a 1840. Esta data coloca a génese da Agência Abreu com um ano de antecedência em relação à fundação da célebre agência britânica de Thomas Cook, em 1841, tida como pioneira na sua área de negócios, iniciados por excursões religiosas, sendo o seu fundador mundialmente conhecido como o “pai do turismo”².

O autor brasileiro António Pereira Oliveira, numa obra publicada em 1998 e posteriormente reeditada, apresenta a Agência Abreu como “a mais antiga agência de viagens de turismo do mundo”, a qual teria sido inaugurada em 7 de abril de 1840, por Bernardo Luís Vieira de Abreu, na cidade do Porto. Segundo ele, tendo em atenção a forte emigração que se fazia sentir do norte de Portugal e da região espanhola da Galiza com destino ao Brasil e Venezuela, Bernardo de Abreu, “conceituado comerciante da cidade do Porto que havia sido também emigrante no Brasil, abriu a Agência Abreu de Viagens para tratar dos passaportes, dos vistos de emigração, da venda das passagens de trem para Lisboa e de correio para a América do Sul, sobretudo para os que pretendiam emigrar para o Brasil”³.

Dada a inexistência de quaisquer informações comprovativas de uma data tão precisa para o ato fundacional da Empresa, tudo leva a crer que aquele autor se baseou na notícia publicada no diário *O Comércio do Porto*, em 7 de abril de 1940, sob o extenso título “Um século de vida comercial. A reputada e conhecida Agência Abreu comemora, este ano, 100 anos de trabalho honesto”.

Na verdade, durante grande parte do século XIX, a constituição de uma casa ou sociedade comercial, regra geral, não era reduzida a escrito, funcionando em nome do seu proprietário, um comerciante que podia ou não estar inscrito na praça de comércio em que desenvolvia o seu negócio, neste caso, na praça do Porto. Desta forma, contava, sobretudo, o empresário que dava o seu nome à empresa que detinha.

2. BRENDON, Piers, 1992 – *Thomas Cook. 150 Years of Popular Tourism*. London: Secker & Warburg; WILLIAMSON, Andrew, 1998 – *The Golden Age of Travel. The Romantic Years of Tourism in Images from the Thomas Cook Archives*. United Kingdom: Thomas Cook Publishing.

3. OLIVEIRA, António Pereira, 2001 – *Turismo e desenvolvimento. Planeamento e Organização*. São Paulo: Editora Atlas, 3.ª edição revista e ampliada.

2.1. Bernardo Luís Vieira de Abreu – um minhoto entre o Porto e a Bahia?

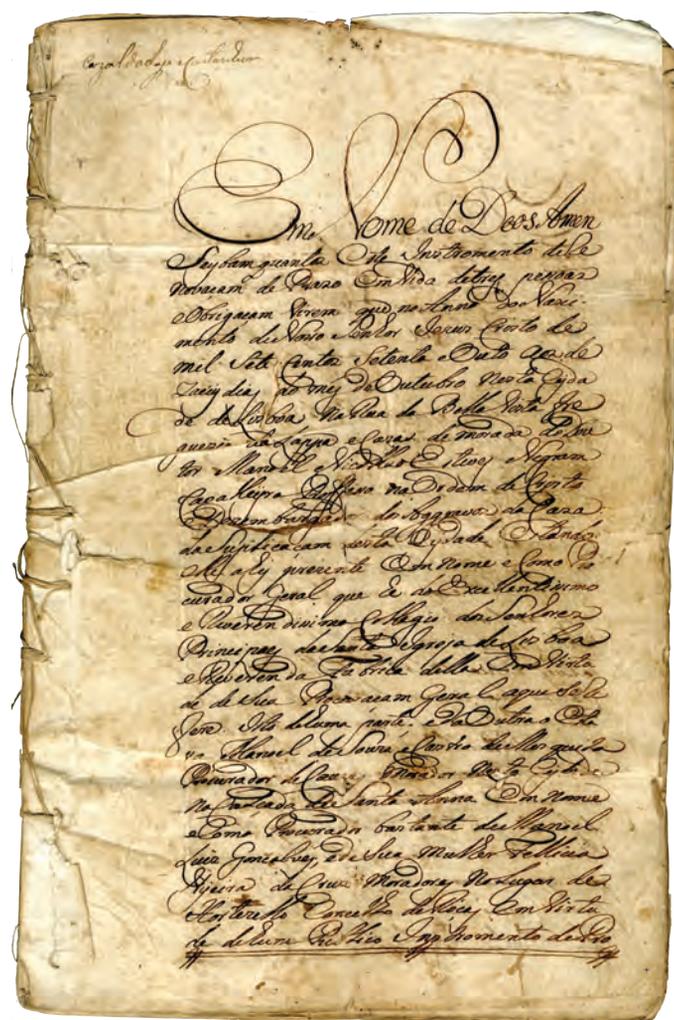
As zonas de penumbra causadas pela parca documentação não permitem acompanhar o percurso de vida do homem e da sua atividade empresarial da forma que seria desejável. No entanto, pelo cruzamento de várias fontes históricas, alguns contornos seguros do seu perfil biográfico podem ser traçados.

Bernardo Luís Vieira de Abreu nasceu no lugar de Ortezelo, freguesia de São Salvador de Rossas, concelho de Vieira do Minho, no dia 27 de fevereiro de 1801. A casa em que foi dado à luz ainda se conserva na perenidade da pedra em que foi construída. Era designada por “Casa da Adega”, já que este era o topónimo de uma parte do lugar de Ortezelo e serviu numerosas vezes para identificar os moradores do “Casal da Lage e Castanheiro”⁴. Com efeito, esta parcela de terreno com boas edificações pertencia ao prazo do Casal da Lage e Castanheiro; era foreira cabeça de dito “prazo” do Arcediago do Mosteiro de São Salvador do Souto de Fonte Arcada a família de Gonçalves Luís, a quem outras famílias consortes pagavam os foros das respetivas propriedades.

Os documentos provam a permanência dos ascendentes de Bernardo de Abreu nessas terras desde meados do século XVI, na qualidade de foreiros⁵. Em finais daquela centúria, foi concedido o prazo do Casal da Lage a juntar ao Casal do Castanheiro a Jorge André e Catarina Gonçalves, antepassados diretos de Bernardo de Abreu, como “primeira e segunda vidas”. Em 29 de março de 1776, Manuel Luís Gonçalves (Vieira) – avô de Bernardo de Abreu – reclamou a “terceira vida” do prazo que fora de seu pai, Pedro Gonçalves, referindo-se a documentação à casa sobradada, que era “a principal destes caseiros”, além das casas que serviam de cozinha, cortes e palheiro, bem como o quinhão da eira que lhe pertencia, o lagar de vinho e o espigueiro. Tudo indica que os antepassados de Bernardo de Abreu



Junção dos prazos do Casal da Lage e do Casal do Castanheiro (Registo Geral da Mitra Arquiepiscopal de Braga), 20.2.1592



Reclamação da “terceira vida” do prazo do Casal da Lage e Castanheiro, por Manuel Luís Gonçalves, 29.3.1776

4. Nos séculos XVIII e XIX, em documentos particulares, nos registos paroquiais e ainda notariais, como escrituras públicas, aparecem expressões que se referem, por exemplo, a Manuel Luís “da adega do lugar do Ortuzello” (15.7.1767) ou a Joaquina “da Adega”, filha de Manuel Luís e de Ana “da Casa da Adega do lugar de Ortezello” (19.1.1859).

5. Com domínio útil das propriedades, mediante o pagamento de um foro ao proprietário titular.



viviam numa situação razoavelmente desafogada, como transparece da sentença cível de cumprimento de escritura a seu pai, José Luís, por morte do progenitor deste, o supra citado Manuel Luís, para pagamento de impostos à Coroa.

A genealogia de Bernardo de Abreu comprova uma origem remota que tem por epicentro alguns poucos lugares da freguesia de Rossas, situada a sul do concelho de Vieira do Minho. A sua menção em documentos oficiais remonta a 1014 e as Inquirições de 1220 incluem-na na Terra de Lanhoso. Parte da sua área era couto. Teve foral manuelino concedido em 23 de outubro de 1514. Foi sede de concelho, que veio a ser extinto em 1836. Atestam a antiguidade das suas origens o pelourinho, classificado como monumento nacional, e alguns restos de velhos solares. Em 1839, integrava-se no concelho de Guimarães e, em 1852, no de Vieira do Minho. Foi abadia da apresentação dos Abreus, senhores de Regalados, cabeça do antigo concelho de Rossas, cuja sede era Celeirô.

Só uma investigação genealógica mais aprofundada permitiria apurar eventual ascendência destes Abreus, senhores de Regalados (com ligações à nobreza galega), relativamente à família que este livro estuda. De qualquer forma, Pedro Gomes de Abreu, senhor de toda a casa de seu pai, perdeu o seu património ao passar-se para Castela, servindo a Filipe IV, senhorios esses que reverteram para a Coroa, tendo sido dados por D. João IV a Gastão Coutinho, governador da província do Minho e descendente dos antigos senhores de Regalados, embora os irmãos de Pedro Gomes de Abreu, que se conservaram fiéis à causa portuguesa, se tivessem oposto a esta ampla doação, pelo que Gastão de Coutinho ficou apenas com o senhorio de Regalados.

Bernardo Luís Vieira de Abreu era filho de José Luís Vieira Gonçalves⁶, também nascido em Ortezelo, aliás lugar em que faleceu, e de Teresa de Abreu, natural de Celeirô, da paróquia de Rossas, e com óbito registado em Ortezelo. Repare-se, desde já, que foi o apelido da mãe que permaneceu na família, facto comum antes da adoção do sistema francês⁷.

Foi seu avô paterno Manuel Luís Vieira, natural de Ortezelo e falecido em Celeirô, lugar de que era natural a sua avó Felícia Vieira da Cruz que, por sua vez, viria a morrer em Ortezelo. Os seus bisavós paternos, Pedro Gonçalves e Serafina Luís, faleceram neste lugar da freguesia de Rossas, donde eram igualmente naturais os seu trisavós, Gervásio Gonçalves e Catarina Vieira, enquanto Serafina e seus pais, Domingos Luís e Isabel Fernandes, eram oriundos de Ponte Casal, pertencente à mesma freguesia. Quanto ao pai de sua avó Felícia, Leandro Vieira, era proveniente de Celeirô – tal como os seus progenitores, João Vieira e Ana da Cruz –, enquanto a mãe, Inocência Martins, era natural de Regalados, terra de seus pais, Geraldo da Costa e Domingas Martins.

Do casamento dos avós paternos de Bernardo de Abreu nasceram cinco filhos, todos em Ortezelo, dois deles antes de seu pai e dois outros depois. Já a sua mãe foi a mais velha de sete irmãos, resultantes do casamento realizado na Galiza entre Bernardo José de Abreu Lima e Antónia Vieira Machado, ambos naturais de Celeirô, lugar em que também morreram. O primeiro era filho de Cristóvão de Abreu Lima e Teresa da Cunha Ferreira Vieira,

6. Todavia, na documentação é referido de formas diversas: a maior parte das vezes como José Luís, mas também como José Luís Vieira, José Luís Gonçalves, ou ainda José Luís Coelho.

7. O seu irmão mais velho surge sempre referido como Manuel Luís, enquanto aos mais novos – José e António – são atribuídos os sobrenomes Luís de Abreu e Luís Vieira de Abreu.

naturais de Celeirô e Paredes, respetivamente, sendo este bisavô de Bernardo de Abreu filho de Constantino de Abreu e Isabel Luís, ambos de Celeirô, e a bisavó Teresa filha de Bento Azevedo Mendes e Esperança Ferreira, os dois do lugar de Paredes, também da freguesia de Rossas. Por sua vez, a avó materna era filha de João Vieira e Joana Luís Machado, moradores em Celeirô; ele era filho de João e Antónia, ambos com sobrenome Vieira e naturais de Santa Marta, enquanto os progenitores desta bisavó, João Machado e Catarina Luís, eram de Santa Marinha.

Os pais de Bernardo de Abreu matrimoniaram-se em 16 de março de 1788, tendo sido necessário requerer uma bula papal para este casamento em virtude do seu parentesco em 3.º e 4.º graus de consanguinidade, situação aliás frequente em localidades periféricas, com comunidades pequenas e necessariamente caracterizadas pela endogamia. Geraram uma prole de nove filhos, todos nascidos em Ortezelo. Logo no ano seguinte, nasceu a primeira filha, Antónia Maria, seguindo-se outra com o mesmo nome (certamente por morte da anterior); nasceram depois Josefa, Manuel Luís, outra Josefa, e, após o nascimento de Bernardo, os irmãos mais novos: José, Maria e António. Quer este último, quer Manuel, morreram na terra da família, Ortezelo. Todavia, o pai de Bernardo de Abreu havia contraído um primeiro casamento em 1 de dezembro de 1799 com Maria Joana Fernandes, irmã do pároco de Rossas, de quem teve dois filhos: Bernardo José e Luís António.

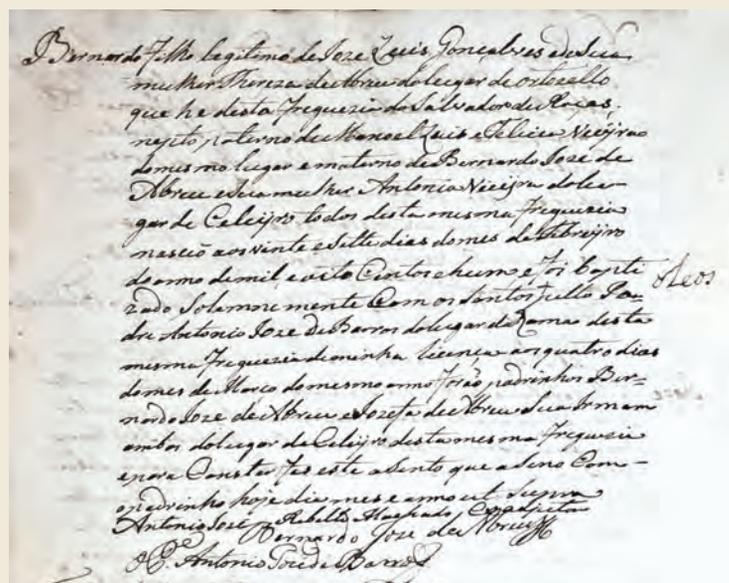
Registo de batismo de Bernardo Luís Vieira de Abreu (4.3.1801)

Bernardo, filho legítimo de José Luís Gonçalves e de sua mulher Teresa de Abreu, do lugar de Ortezelo, que é desta freguesia do Salvador de Rossas, neto paterno de Manuel Luís e Felícia Vieira do mesmo lugar e materno de Bernardo José de Abreu e sua mulher Antónia Vieira do lugar de Celeirô, todos da mesma freguesia, nasceu aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e um, e foi batizado solenemente com os santos óleos pelo padre António José de Barros do lugar da Rama desta mesma freguesia de minha licença, aos quatro dias do mês de março do mesmo ano. Foram padrinhos Bernardo José de Abreu e Josefa de Abreu, sua irmã, ambos do lugar de Celeirô desta mesma freguesia e para constar fez este assento que assino com o padrinho, hoje dia mês e ano *ut supra*.

António José Rebelo Machado, coadjutor

Bernardo José de Abreu

O padre, António José de Barros



(Fonte: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho – *Paroquiais. Livro de registo de baptismos da freguesia de Rossas, São Salvador, 1801*)



Dos irmãos de Bernardo de Abreu sabe-se que quatro tomaram núpcias. A irmã Antónia Maria casou com José Mendes, de Celeirô. Manuel Luís casou em Fonte Arcada, Póvoa de Lanhoso (terra dos pais da noiva), com Ana Teresa Carneiro de Sousa (se bem que no seu assento de óbito conste o nome de Ana Joaquina Carneiro), lá nascida no lugar de Valbom e falecida em Ortezelo. Aqui nasceram ao casal sete filhos e três filhas, tendo a penúltima, Joaquina Luís, contraído matrimónio com José Bernardo Vieira da Costa, natural de Pombal, cuja filha, Maria, antes de completar 15 anos, casou com Manuel Joaquim Gomes, de Celeirô. Palmira de Jesus Mendes, filha deste matrimónio, casou com Manuel Joaquim Gonçalves, nascido em Luilhas, Guilhofrei, e falecido em Bordéus. Sua filha, Maria Adélia de Jesus Gonçalves, nascida em Ortezelo, casou com o seu conterrâneo João Mendes Concieiro e dessa união nasceram Manuel e Maria da Conceição. A família Gonçalves Concieiro, descendente direta de Manuel Luís – o irmão mais velho de Bernardo Luís Vieira de Abreu – até há algum tempo mantinha na parede da casa retratos do fundador da Casa Abreu e de seu filho Daniel Luís Vieira de Abreu, mas os seus contactos com esse ramo da família que se instalara no Porto perderam-se pouco depois.

A irmã Maria contraiu casamento com Francisco Manuel Correia, natural de S. Tiago de Guilhofrei. Já o irmão António casou com Joaquina Monteiro e teve quatro filhos, todos com naturalidade em Ortezelo. O primogénito, nascido em 1840, tomou o exato nome de seu tio e padrinho – Bernardo Luís Vieira de Abreu –, esteve emigrado no Rio de Janeiro e regressou a Rossas. Sua irmã Raquel Luís Vieira de Abreu casou com Domingos Pereira e teve dois filhos. O mais velho, António Pereira, também foi afillhado do tio-avô Bernardo de Abreu, que por via do seu testamento deixou uma quantia a esse “filho da sobrinha Raquel”.

Estes factos demonstram a ligação afetiva que Bernardo de Abreu mantinha com a família em Rossas e que seu filho Daniel continuou. Quanto a Raquel, faleceu na Casa Sameiro, um palacete do século XVIII de Ortezelo, onde foi governanta por longos anos, como comprova a lápide tumular de mármore rosa com a inscrição “Homenagem da Família Sameiros” que permanece ainda no cemitério de Rossas, a marcar esse laço de amizade com estes “brasileiros de torna viagem”. Curiosamente, as relações de amizade entre aquela família e a Abreu continuariam nas gerações posteriores. À família Sameiro pertenciam os irmãos Roberto, Gaspar e Vasco, corredores de automóveis. O último alcançou grande



Quinta Sameiro,
Rossas, Vieira do Minho,
2010

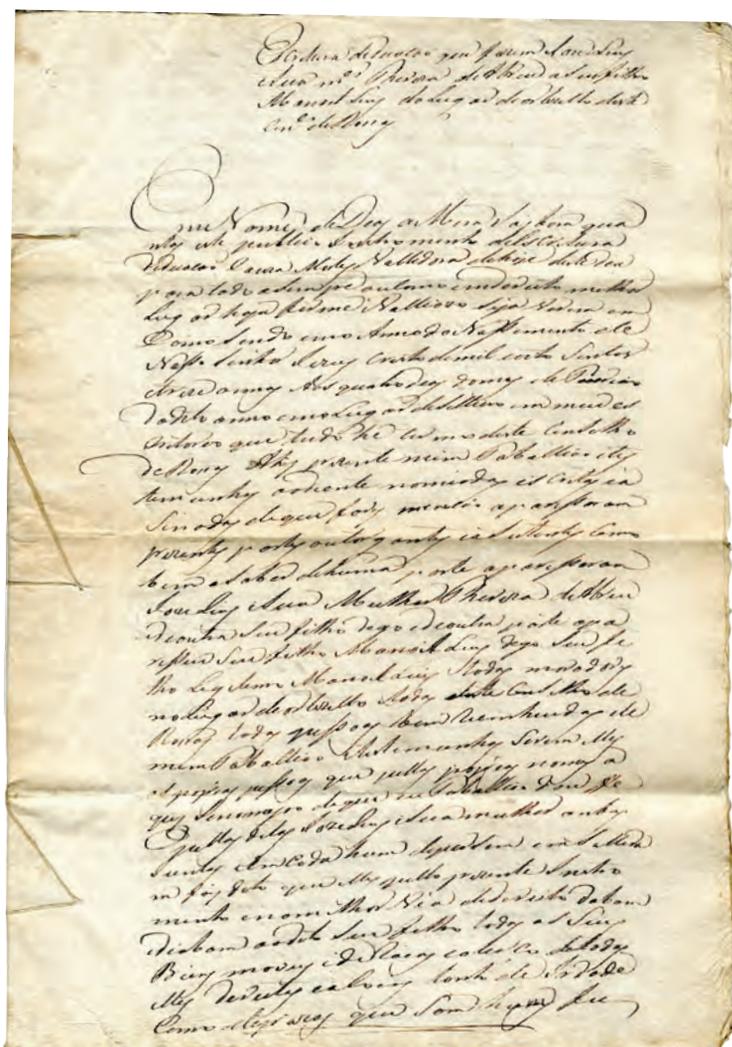
notoriedade, tendo vencido importantes provas em Portugal e no Brasil, e dele foi amigo Aníbal Lopes Vieira de Abreu, bisneto de Bernardo de Abreu e seu sucessor (tal como o irmão Augusto) na gestão da Empresa, ele também aficionado do automobilismo, como adiante se verá.

Voltando a Rossas, nesses longínquos inícios do século XIX, foi a Manuel Luís, primogénito masculino de José Luís e Teresa de Abreu, que estes fizeram doação de seus principais bens a 4 de fevereiro de 1813, tinha então Manuel Luís 17 anos e Bernardo 12. Por este documento, os pais davam e doavam, por sua morte, ao filho Manuel Luís “todos os seus bens móveis e de raiz e o terço de todos eles direitos e ações, tanto de herdades como de prazos, que são um foreiro à santa Igreja Patriarcal, outro a Santa Maria de Souto”, solicitando a renovação dos prazos aos seus respetivos senhores. Por morte do último doador, seria dado a cada uma das filhas – Antónia, Josefa e Maria – cem mil réis em desconto e satisfação das suas legítimas, bem como a casa do pé do Paço da Lamela, além de hortas e leiras (embora houvesse alguns ajustamentos no caso de elas se casarem, como era costume). Os nomes de Bernardo, José, António e ainda do irmão por parte do pai, Luís António, só eram mencionados para sucederem ao doado se este declarasse algum embaraço a cumprir as obrigações impostas nesta escritura, o que não foi o caso.

Não terá germinado no espírito de Bernardo de Abreu, à época desta escritura, como acontecia com tantos filhos segundos que se viam privados de herdar os bens de família, a ideia de tentar a sorte no Brasil?

Uma pesquisa intensiva no Arquivo Distrital de Braga, com incidência em mais de quatro dezenas de livros de registos notariais balizados entre 1810 e 1837, revelou-se infrutífera relativamente à existência da assinatura de Bernardo Luís Vieira de Abreu em documentos dos notários que serviam Rossas (aliás, em grande parte dos livros consultados surge o nome do tabelião Manuel Joaquim Vieira de Abreu e Sousa, eventualmente parente da família). No entanto, são frequentes as assinaturas de seu pai (José Luís) e do seu irmão mais velho (Manuel Luís), aparecendo mais esporadicamente a do seu irmão mais novo (António Luís).

Havendo em vários documentos referências a um certo “Bernardo Luiz, o novo”, chegou a colocar-se a hipótese de este ser Bernardo Luís Vieira de Abreu. Todavia, as assinaturas de “Bernardo Luiz” que aparecem no fundo notarial de Braga remetem para quatro indivíduos que não o procurado: dois são de Ortezelo – pai e filho (antepassados pelo lado materno de



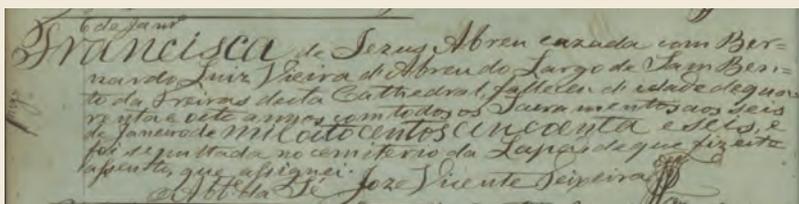
Primeira página da escritura de doação que José Luís e Teresa de Abreu fazem ao filho Manuel Luís, 4.2.1813



João Mendes Concieiro) pelo que surge em 1821 a menção ao “novo”; outro é oriundo de Ponte Casal, filho de António de Luís, com a mesma naturalidade (ambos testemunhas da escritura de doação que José Luís e Teresa de Abreu fazem em 1813 ao filho Manuel Luís); e, finalmente, um quarto, proveniente de Guilhofrei.

Ao que tudo indica, em finais de 1828, Bernardo de Abreu casou com Francisca de Jesus, filha de Manuel Filipe Ferreira e Violante Maria, nascida em 1807, no lugar de Ataíde, concelho de Amarante, e que viria a falecer no Porto, em 6 de janeiro de 1856.

Registo de óbito de Francisca de Jesus Abreu, mulher de Bernardo Luís Vieira de Abreu (6.1.1856)



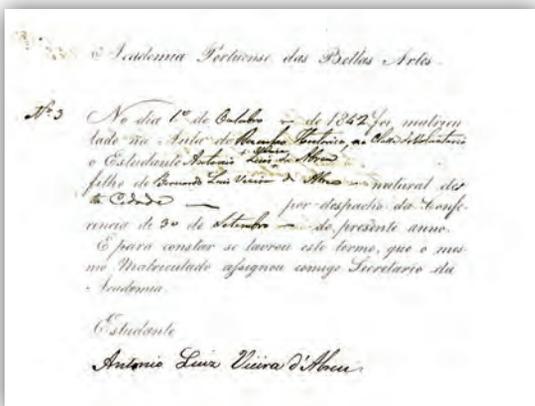
Francisca de Jesus Abreu casada com Bernardo Luís Vieira de Abreu do Largo de São Bento das Freiras desta Catedral faleceu da idade de quarenta e oito anos com todos os sacramentos ao seis de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e seis e foi sepultada no cemitério da Lapa, de que fiz este assento que assinei.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – Paroquiais. Livro de registo de óbitos da freguesia da Sé, 1856)

O enlace matrimonial de Bernardo e Francisca teve a extensa prole de treze filhos, todos nascidos na cidade do Porto: o primeiro na Rua de Santo Ovídio, os dez seguintes na Rua das Hortas e os dois últimos no Largo das Freiras de S. Bento.

O primogénito António Luís Vieira de Abreu nasceu em agosto de 1828, antes do casamento, razão pela qual consta do seu assento de nascimento que era filho de Francisca de Jesus e de pai incógnito. Desconhece-se quando Bernardo de Abreu efetuou a sua perfilhação, embora ela se deva ter dado, como era habitual, logo após o casamento dos pais, que

ocorreu antes do nascimento do segundo filho, em setembro de 1829. Assim, quando em 1842 António se inscreveu na Escola de Belas-Artes do Porto, apresentou um documento que comprovava ser filho de Bernardo Luís Vieira de Abreu; morreu no Porto, no primeiro dia do ano de 1873. O segundo filho do casal foi José Luís Pinto de Abreu que nasceu em 1874 e cujo óbito ocorreu no Rio de Janeiro. João nasceu em 1830 e faleceu antes de perfazer 4 anos; a filha Maria nasceu em 1832, Eduardo em 1833, mas não completou 2 anos de vida, e Joaquim Luís Vieira de Abreu em 1836, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 1871. Depois, em 1838 e 1841, respetivamente, nasceram Domingos Luís Vieira de Abreu, que morreu em Salvador da Bahia pouco antes de atingir os 21 anos de idade, e Eduardo Luís Vieira de Abreu que faleceu na mesma cidade brasileira em 1900. Um ano depois do nascimento de Eduardo, veio ao mundo o nono filho do casal, aquele que viria a suceder ao pai nos negócios: Daniel Luís Vieira de



Matrícula de António Luís Vieira de Abreu na aula de Desenho Histórico da Academia Portuense de Bellas Artes, 1.10.1842



Abreu (5.8.1842-22.6.1902). Depois de Daniel, em 1844, nasceu Adelina da Assunção Vieira de Abreu, que em 1872 casou com Henrique César Ferreira Pinto, natural de Buarcos, Douro. Deu-se depois o nascimento de Augusto, em 1846, mas este terá morrido criança, já que o filho seguinte, nascido em 1848, tomou o seu nome mas não chegou a completar quatro anos; finalmente, em 1850, Bernardo morreu no dia do seu nascimento, no Largo das Freiras de S. Bento, tal como o irmão anterior⁸.

Registo de batismo de Daniel Luís Vieira de Abreu (25.8.1842)

Daniel, filho legítimo de Bernardo Luís Vieira de Abreu e de Francisca de Jesus, moradores na Rua das Hortas desta freguesia de Nossa Senhora da Vitória, neto paterno de José Luís Vieira e Teresa de Abreu, naturais de São Salvador de Rossas, e materno de Manuel Filipe e Violante Maria, da freguesia de Ataíde, nasceu no dia cinco de agosto de mil oitocentos e quarenta e dois, no dia vinte e oito do mesmo foi solenemente batizado nesta igreja por mim abaixo assinado. Foram padrinhos António Luís Pinto e José Ribeiro de Novais moradores na Rua das Hortas e para constar fiz este assento. *Era ut supra*.



(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Paroquiais. Livro de registo de batismos da freguesia da Vitória, 1842*)

A fazer-se fé na história transmitida oralmente de geração em geração, Bernardo de Abreu emigrou para o Brasil (mais concretamente para a Bahia, e talvez ainda para o Rio de Janeiro, embora por menos tempo) nos finais da segunda década de Oitocentos – por volta de 1819 –, uma vez que, segundo a tradição familiar, teria 18 anos quando saiu de Portugal. A sua estada no Brasil não está cabalmente esclarecida e a pesquisa desenvolvida em Portugal não permitiu apurar quando é que solicitou passaporte ou quando embarcou, já que os livros de registo de passaportes dos portugueses que rumaram ao Brasil entre 1808-1821 (ou seja, durante o período em que o Rei de Portugal, João VI, e a sua Corte se instalaram no Rio de Janeiro), existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, não registam o nome de Bernardo de Abreu. Nesta conformidade, algumas hipóteses são plausíveis.

Terá partido como “acompanhante” de um titular de passaporte, uma vez que, com frequência, não eram indicados os nomes daqueles que iam agregados ao detentor do passaporte? Terá saído clandestinamente de Portugal, à semelhança de tantos outros jovens que abandonavam irregularmente o Reino? Terá embarcado na Galiza, como era prática de alguns residentes do noroeste de Portugal?

8. Para melhor compreensão da genealogia da família, ver Anexo II.



*Vista da Praça do Comércio, Lisboa,
de Alexandre Jean Noel, 1793*



*Vista da cidade e do porto do Porto,
de Henry L'Eveque, 1817*

Na cidade de Salvador terá trabalhado no comércio, ou com algum seu familiar que aí já se encontrava ou em casa comercial de alguém que fosse das relações de seus pais – há registos de vários nomes de comerciantes portugueses em Salvador e no Rio de Janeiro com o sobrenome Abreu Lima que era usado pelos irmãos de sua mãe –, amealhando o dinheiro indispensável a garantir o retorno com o capital necessário para instalar-se por conta própria. Ter-se-á mantido no Brasil após a declaração de independência daquele país, em 7 de setembro de 1822, mas a sua estratégia migratória nunca passou pela instalação definitiva nem tão-pouco temporária da família no outro lado do Atlântico, já que a sua mulher permaneceu sempre no Porto e nessa cidade nasceram todos os seus filhos.

Outra conjectura é a de que Bernardo de Abreu tenha feito neste período algumas viagens entre Portugal e o Brasil, como aconteceu com outros portugueses, mas essa situação ocorria sobretudo quando a situação económica de que desfrutavam era já bem confortável. Em todo o caso, no ano de 1828 estaria deste lado do Atlântico, já que é a data provável do seu casamento com Francisca de Jesus. Nesse ano, antes do matrimónio, nasceu o filho António Luís Vieira de Abreu, e nos dois anos seguintes nasceram-lhe mais dois filhos. É possível que posteriormente se encontrasse de novo no Brasil, se bem que o facto de o seu nome não constar entre os negociantes do Porto até 1837 não signifique, necessariamente, que estivesse ausente durante todo esse período. Em 1838, lembre-se, nascia o seu sétimo filho, Domingos.

O processo de independência do Brasil não deixou de trazer alguma incomodidade para os portugueses aí residentes, sobretudo após a abdicação do imperador Pedro I (1831) e consequente instalação do governo regencial que publicou o Ato Adicional (1834), o qual, entre outras adições e alterações à Constituição de 1824, permitiu um alargamento dos poderes dos governos das províncias que suscitou uma série de insurreições nas quais os negociantes portugueses constituíram um dos alvos dos movimentos revoltosos, nomeadamente os mais ligados ao tráfico negreiro ou ao comércio com Portugal, sendo objeto de manifestações de hostilidade e violência que extravasaram, não raras vezes, em incidentes e levantamentos



Vista de Salvador, Bahia,
de Friedrich Salathé, início do século XIX

Entrada do porto e morro
do Pão de Açúcar, Rio de Janeiro,
de Jonathan Needham, início do século XIX

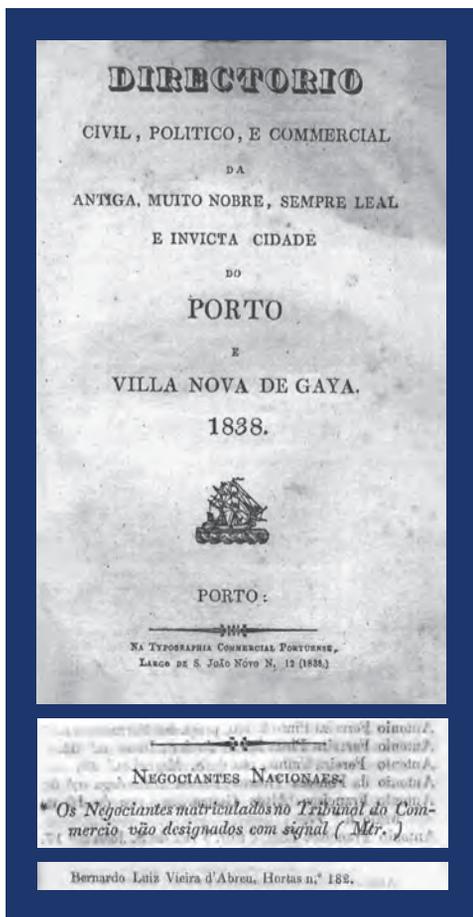
populares que levaram à sua perseguição e assassinio. Assim aconteceu no Pará, com a Cabanagem (1835-1840), no Maranhão com a Balaiada (1838-1840), a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845), ou, a que mais importa destacar, a Sabinada na Bahia (1837-1838).

Com efeito, a Bahia, província onde se supõe que Bernardo de Abreu se encontrava, “vinha sendo cenário de várias revoltas urbanas desde a independência”, mas a forte instabilidade sociopolítica manifestou-se mais abertamente em novembro de 1837, com a eclosão da Sabinada, que reuniu uma ampla base de apoio “em torno de ideias federalistas e republicanas”⁹ e provocou êxodos maciços daquela região.

Passando das conjecturas aos factos, no *Directório civil, político e comercial da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto e Vila Nova de Gaia*, editado em 1837, Bernardo Luís Vieira de Abreu surgia entre os “negociantes nacionais” da praça do Porto, a residir na Rua das Hortas, n.º 182, artéria do centro da cidade na qual viviam e exerciam a sua atividade muitos outros homens de negócios portuenses e, até, um ou outro negociante brasileiro a viver no Porto. Esta informação sobre a sua profissão é posteriormente reiterada pelo *Noticiador da Cidade do Porto*, em 1842 e 1843, agora no n.º 73. Aliás, em 1841, 1842, 1844 e 1846 nasceram mais quatro filhos do casal, tal como os anteriores, na Rua das Hortas. Já em 1848, o *Almanaque da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia* apresentava Bernardo de Abreu como negociante residente no Largo das Freiras de São Bento, n.º 10, situação que se mantém neste anuário até 1860. Foi nessa rua que nasceram os dois últimos filhos (1848 e 1850), como já se referiu.

Esta mudança de residência da Rua das Hortas para a zona do mosteiro de São Bento estará relacionada com a fundação, em 1840, numa rua vizinha, a do Loureiro – antiga Rua do Faval – da casa cujo negócio consistia na venda de passagens para fora do Reino, fundamentalmente para o Brasil, assim como na solicitação de passaportes. Em 1860, no sexto *Almanaque Comercial, Fabril, Judicial, Administrativo e Militar do Porto e seu Distrito para 1861-1862*, Bernardo de Abreu surge inscrito como um dos negociantes da cidade do Porto, residente na Rua do Loureiro, n.º 80.

9. FAUSTO, Boris, 2006 – *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2.ª edição, p. 90.



Tentemos, então, acompanhar o trajeto de Bernardo de Abreu pelas suas residências e localizações do negócio, na baixa portuense, tarefa não isenta de algumas hesitações, haja em vista as questões que a metodologia de triangulação das fontes históricas suscita.

Nos primeiros anos, concretamente desde 1829, segundo as informações fornecidas pelos almanaques e registos dos batismos dos filhos, a família de Bernardo de Abreu residiu na Rua das Hortas, atual zona do Largo dos Loios e início da Rua do Almada: primeiro, no número 182; entre 1841 e 1845, no número 73; e em 1847, no número 68.

Em 1848, a família encontra-se já a viver no Largo das Freiras de S. Bento (ou Largo de S. Bento das Freiras) – atual Praça de Almeida Garrett –, no número 9, aquando do nascimento do segundo filho com o nome de Augusto, em setembro daquele ano (embora no ano de 1850 seja também indicado o n.º 10). A data do primeiro registo de abonação de passaporte por Bernardo de Abreu é 8 de novembro desse ano de 1848, sendo aí feita referência à Rua do Loureiro, como endereço profissional do abonador. É pois de admitir que a casa de passagens e passaportes tivesse essa localização desde 1840, sendo seguro que a teve desde 1848.

A família terá ocupado esta residência até 1859, e aí veio a falecer a sua mulher, Francisca de Jesus, em 6 de janeiro de 1856. Ora, no periódico *O Nacional*, do Porto, foi publicado por três vezes – 10, 17 e 22 desse mês de janeiro – o aviso de arrematação, marcada para o dia 1 de fevereiro seguinte, de “duas moradas de casas, contíguas, uma na Rua do Loureiro n.º 77, outra no Largo de S. Bento das Freiras n.º 9”. Desconhecendo-se a identificação de quem arrematou as ditas casas – e lembrando que Bernardo de Abreu continuou a viver no n.º 9 do Largo de S. Bento das Freiras – pode colocar-se a hipótese de que foi ele próprio o arrematante. Se, por um lado, o seu testamento feito em 1875 referia que quando a mulher morreu “não houve inventário por nessa ocasião não haver de que o fazer”, isto é, a família não tinha bens que justificassem a elaboração de um inventário, por outro, nesse mesmo testamento Bernardo dizia que possuía “esta morada de casas”. Aliás, em julho de 1867, foi autor de uma ação cominatória contra uma vizinha, dona de um prédio que ameaçava ruir, justamente contíguo à sua “morada de casas de dois andares e águas-furtadas na Rua do Loureiro, números 75 a 79” e, poucos meses depois, em 17 de outubro, celebrou uma escritura com a mesma senhora para garantir o direito de tapar uma janela que, daquele prédio contíguo, dava acesso ao telhado de sua casa.

Assim, não parece simples coincidência o facto de ambos os endereços corresponderem aos de Bernardo de Abreu, respetivamente em 1867 e 1856, não restando dúvidas que nesta última data a sua residência era no largo de S. Bento das Freiras, n.º 9, enquanto em 1860, os números de polícia da Rua do Loureiro foram alterados para os atuais e, portanto, o n.º 77 em 1856 poderia não ser o mesmo da residência em 1867.



Por outro lado, considerar as duas moradas de casas contíguas, uma na Rua do Loureiro n.º 77 e a outra no largo de S. Bento das Freiras n.º 9, pode derivar da junção do fundo da Rua do Loureiro com o referido largo, questão plausível no complexo arruamento urbanístico do Porto de meados de Oitocentos.

Como atrás se referiu, o endereço comercial de Bernardo de Abreu localizava-se na Rua do Loureiro, n.º 80, enquanto a sua residência, pelo menos desde 1867, se situava nos números 75 a 79 da mesma artéria. Em 22 de janeiro de 1868 e em 1 e 22 de agosto de 1878, requereu licença de obras na sua morada à Rua do Loureiro; os almanaques entre 1870 e 1878 (data do seu falecimento) apontavam a sua residência na Rua do Loureiro, n.º 77. Já o n.º 56 da mesma rua aparece indicado pela primeira vez em 1868, por registo notarial, como sendo o endereço do seu filho Daniel Luís Vieira de Abreu, portanto meses depois do seu casamento, que ocorreu em novembro de 1867. Esta localização de Daniel de Abreu, na qualidade de “agente de passaportes”, mantém-se nos anos 1870, e, em 1882, há menções à “antiga agência de passaportes” sita aos números 56-58, onde Daniel residia desde que contraíra matrimónio.

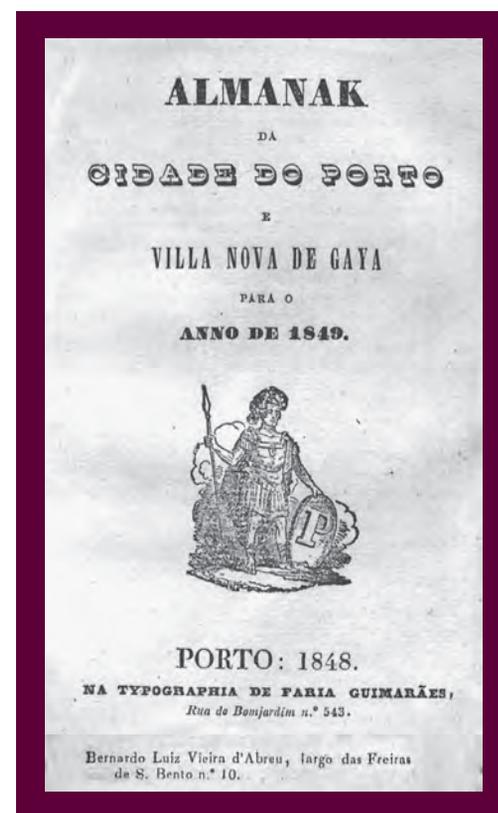
Veja-se, agora, o que à época se entendia por “negociante” e de que forma Bernardo de Abreu aparece registado com tal designação na praça do Porto.

Negociante – esclarecia José Ferreira Borges em 1833, no *Código Comercial Português* – era sinónimo de comerciante. Mas acrescentava que, em sentido restrito, designava o indivíduo “que professa comércio externo”, ou seja, era um “comissário mercantil”. O *Código Comercial* esclarecia ainda que só podia ser comissário mercantil uma sociedade com firma ou um comerciante, neste caso, uma pessoa habilitada para contratar, inscrita na matrícula do comércio e que fazia da “mercancia” profissão habitual.

Toda a pessoa solteira, maior de 18 anos, podia exercer a atividade comercial desde que fosse emancipada, dispusesse de pecúlio próprio e estivesse habilitada para administrar os seus bens de acordo com a lei.

Na designação de “comerciante”, genericamente, compreendiam-se os banqueiros, seguradores, negociantes de comissão ou comissários, os que se empregavam em especulações no estrangeiro, mercadores de grosso trato e a retalho, bem como os fabricantes ou empresários de fábricas. Os negociantes e mercadores que tinham a qualidade de comerciantes, segundo a lei, estavam sujeitos à jurisdição, regulamentos e legislação comercial. Os comerciantes, capitães e mestres de navios, corretores e mais pessoas empregadas no comércio de uma determinada cidade constituíam uma praça de comércio ou bolsa.

Assim, Bernardo de Abreu, enquanto negociante da praça do Porto, podia dedicar-se aos mais variados negócios, quer no mercado interno, quer no estrangeiro.



O Nacional, Porto, janeiro de 1856





Postal, 1900

Esclareça-se como é que Bernardo de Abreu aparece inscrito como negociante da praça do Porto. Em observância do artigo 1045.º do *Código Comercial*, de forma a proceder-se à eleição dos juizes jurados comerciais (em número de doze) e seus substitutos (em número de seis), o juiz presidente do Tribunal de Comércio de Primeira Instância do Porto, em 5 de agosto de 1834, publicou a lista nominal dos 510 comerciantes matriculados e não matriculados da praça do Porto. De facto, os comerciantes desta praça “a fim de os seus atos e obrigações ativas e passivas serem regulados e protegidos pela lei comercial e poderem gozar dos benefícios

e prerrogativas que aquela lhes concede”, tinham de se inscrever na matrícula do referido tribunal, que fora instalado na cidade a 2 de agosto de 1834.

A matrícula fazia-se apresentando o candidato uma petição da qual devia constar:

- nome e sobrenome; no caso de uma sociedade, os nomes e sobrenomes dos indivíduos que a compunham e a firma adotada;
- designação da qualidade do tráfico ou negócio;
- lugar ou domicílio do estabelecimento ou escritório;
- nome do feitor ou empregado que dirigia o estabelecimento.

A inscrição na matrícula seria ordenada pelo Tribunal de Comércio, sem emolumentos, “achando por informação sumária que o suplicante goza do crédito, probidade e ciência que caracterizam um comerciante da sua classe”. O Tribunal faria publicar o seu nome na lista dos matriculados na praça do Porto, a qual era remetida ao “supremo magistrado de comércio”, isto é, ao presidente do Tribunal Superior de Comércio, e por este comunicada a todos os mais tribunais comerciais do reino.

Ao registo público do Tribunal de Comércio do Porto pertenciam:

- as escrituras ou cartas de dote celebradas com negociantes;
- as escrituras de companhias, sociedades e parcerias comerciais;
- as autorizações, promoções ou poderes dados aos responsáveis pela direção e administração dos negócios dos comerciantes;
- as escrituras ou escritos de comerciantes ou com comerciantes de hipotecas, incluindo as “letras de risco” quando o empréstimo tivesse lugar para se equiparem os navios antes de seguirem viagem.

Bernardo de Abreu não surge em 1837 como negociante matriculado, mas sim como comerciante registado no Tribunal do Comércio do Porto, assim se explicando que os almanques da época reproduzissem os negociantes da praça do Porto, cujo nome, aliás, constava das listas que anualmente aquele tribunal mandava imprimir.



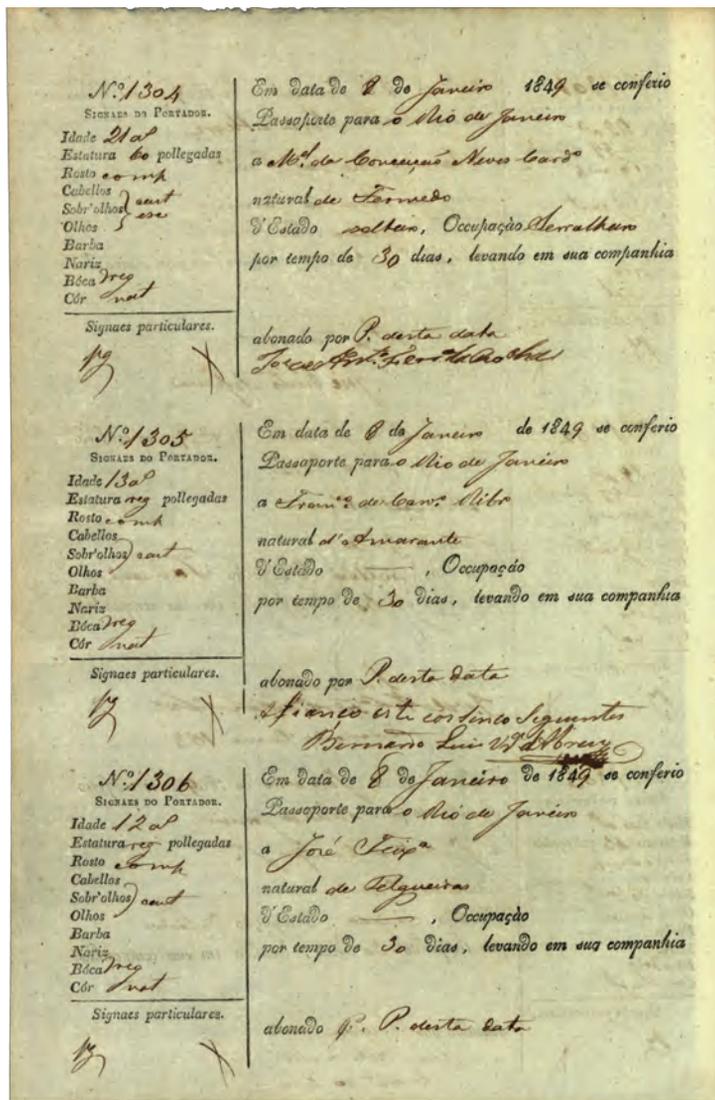
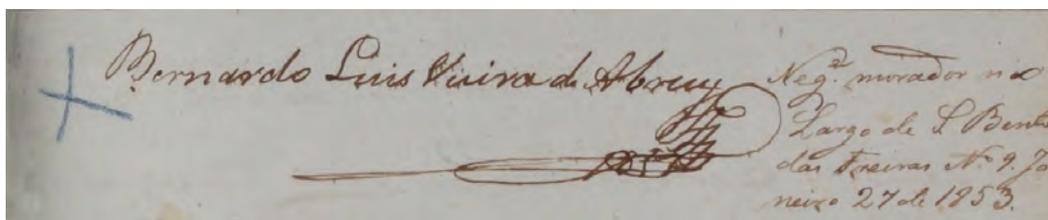
O Porto visto do Convento de Freiras de S. Bento, de George Vivian, 1839 (Rua do Loureiro, Porto)

2.2. A Casa Comercial embrião da Agência Abreu

A tradição familiar da Empresa, assim como várias referências do século XIX, apontam 1840 como o ano da fundação da Casa Comercial que está na origem da Agência Abreu, sediada na Rua do Loureiro. Todavia, não se dispõe de qualquer informação que permita corroborar tal afirmação, pelo simples facto de que não foi constituída então qualquer sociedade. Sabe-se, isso sim, que Bernardo de Abreu, pelo menos desde 1837, se dedicava ao comércio no Porto, o que torna perfeitamente possível que em 1840 tivesse iniciado a sua atividade enquanto agente de viagens e representante de algumas companhias de navegação, fornecendo aos seus clientes – emigrantes, homens de negócios ou viajantes – todo um conjunto de serviços relativos a transportes, emissão de passaportes e abonação dos que pretendiam sair de Portugal, mediante o pagamento de uma verba ou comissão.

Bernardo de Abreu, comerciante registado na praça do Porto desde 1837, começou a desenvolver as suas funções de agente de viagens, iniciando um conjunto de atividades que estão na base, afinal, dos negócios que ainda hoje caracterizam a Agência Abreu

Assinatura de Bernardo Luís Vieira de Abreu em cartório do Porto, 27.1.1853



Página do Livro de Registos de Passaportes do Governo Civil do Porto, indicando que o registo n.º 1305 e os cinco seguintes são abonados por Bernardo Luís Vieira de Abreu, 1849

Assim sendo, podemos concluir que Bernardo de Abreu, comerciante registado na praça do Porto desde 1837, começou a desenvolver as suas funções de agente de viagens, iniciando um conjunto de atividades que estão na base, afinal, dos negócios que ainda hoje caracterizam a Agência de Viagens Abreu. O registo mais antigo encontrado de uma abonação profissional feita por Bernardo de Abreu data de 8 de novembro de 1848¹⁰. Aliás, pela consulta dos *livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Porto, verifica-se que entre aquela data e 19 de fevereiro de 1849, Bernardo Luís Vieira de Abreu abonou dezanove passaportes.

Seria importante conhecer-se a origem e volume do capital necessário para Bernardo de Abreu estabelecer a sua casa comercial, o que ajudaria a determinar o património que então detinha, mas tais dados são desconhecidos. Quanto à origem, além da hipótese dos proventos arrecadados no Brasil, outras são ainda plausíveis, como o fruto do seu trabalho desde jovem – relembre-se que, em 1840, Bernardo de Abreu tinha 39 anos – ou um eventual empréstimo, quiçá de natureza familiar. Como adiante se verá, vários parentes seus tinham negócios e outros estavam emigrados no Brasil. E, no tocante ao volume de capital de que Bernardo de Abreu dispôs para se lançar nos negócios, a verdade é que não necessitaria de grandes somas para se instalar por conta própria.

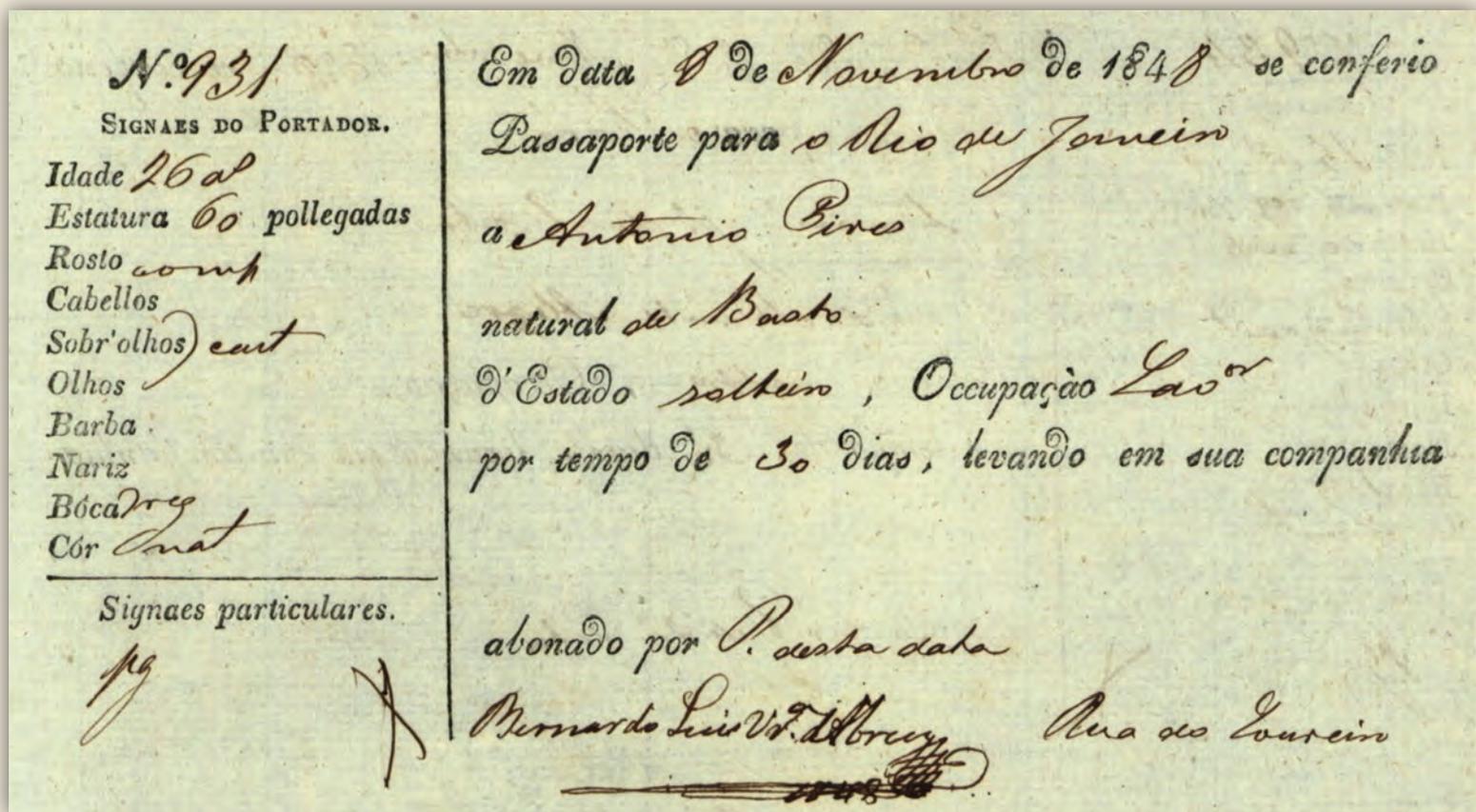
No século XIX, em Portugal, um pequeno empresário como Bernardo de Abreu podia estabelecer-se com um capital mínimo. Até à Grande Guerra, um pecúlio razoavelmente sóbrio era suficiente para se tentar a aventura do capitalismo. A literatura oitocentista deixou-nos algumas descrições sugestivas de instalação de pequenas empresas, a exemplificarem mais o empenho do proprietário do que a necessidade de capitais avultados.

No caso da Empresa Abreu, a modesta dimensão do estabelecimento então criado de modo algum exigia uma prévia e significativa acumulação de capital. As despesas com as instalações, arrendadas, eram muito baixas. O equipamento seria básico, já que o ramo

No caso da Empresa Abreu, a modesta dimensão do estabelecimento então criado de modo algum exigia uma prévia e significativa acumulação de capital. As despesas com as instalações, arrendadas, eram muito baixas. O equipamento seria básico, já que o ramo

10. Sublinhe-se que antes de 1848 as abonações profissionais não eram mencionadas nos *livros de registo de passaportes*.

Registo do passaporte n.º 931, abonado por Bernardo de Abreu, em 8 de novembro de 1848



N.º 931

Sinais do Portador.

Idade *26 anos*

Estatura *60* polegadas

Rosto *comprido*

Cabellos

Sobrolhos } *castanhos*

Olhos

Barba

Nariz

Boca *regular*

Cor *natural*

Sinais particulares.

(sem anotações)

pag

Em data *8* de *Novembro* de *1848* se conferiu

Passaporte para o *Rio de Janeiro*

a *António Pires*

natural de *Basto*

Estado *solteiro*, Ocupação *Lavrador*

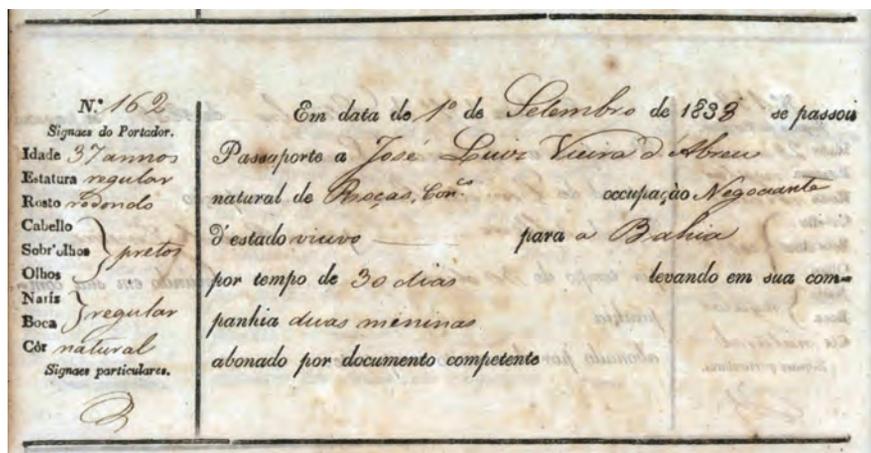
com validade de *30* dias, levando em sua companhia

(sem anotações)

abonado por *Portaria* desta data

Bernardo Luís Vieira de Abreu *Rua do Loureiro*

1848



Registo de passaporte n.º 162,
concedido a José Luís Vieira de Abreu,
1.9.1838

de negócio não exigia qualquer especificidade. E as despesas com eventuais salários a pagar a empregados eram bem pequenas à época, além de que alguns filhos, durante certos períodos de tempo, trabalharam com ele, como se comprova pelas abonações que fizeram a numerosos emigrantes.

O capital imobilizado era reduzido e o fundo de maneio pouco avultado, como facilmente se depreende tendo em conta a natureza do negócio a que a Casa Abreu se dedicava, uma atividade económica baseada na

confiança de emigrantes e viajantes, que geralmente pagavam adiantadamente os serviços que adquiriam.

Mais do que o volume do capital acumulado e disponível, importava a Bernardo de Abreu as modalidades da sua aplicação e a proporção de lucros realizados, que permitisse a curto prazo recuperar o capital investido.

Tendo novamente por base o texto do seu testamento realizado em 1875, aí é referido que aquando da morte de sua mulher, nos inícios de 1856, não foi elaborado qualquer inventário “por nessa ocasião não haver de que o fazer”, entenda-se, a família não seria detentora de bens que justificassem o seu arrolamento para eventuais partilhas entre os herdeiros. Assim, terá sido nos dois decénios seguintes que os negócios de Bernardo realmente prosperaram, tendo então valorizado, com alguma celeridade, o património empenhado na Casa que fundou.

2.3. A diáspora brasileira dos filhos de Bernardo Luís Vieira de Abreu

Segundo representação da Associação Comercial do Porto enviada ao Governo em 1842, a saída dos emigrantes para o Brasil e o regresso dos “brasileiros” constituíam um fator imprescindível da estabilidade e prosperidade da praça do Porto. Assim sendo, não é difícil perceber que os negócios relacionados com a emigração para o Brasil e o seu retorno viessem paulatinamente a assumir importância crescente na atividade da Casa Abreu, quer abonando emigrantes que pretendiam sair de Portugal, tratando da documentação relativa à concessão de passaportes para aqueles que pretendiam viajar ou emigrar, quer vendendo bilhetes de passagem para o Brasil e mesmo outros destinos, enquanto agente de empresas de navegação.

Se a estada de Bernardo de Abreu no Brasil permanece uma incógnita, não obstante a intensa pesquisa desenvolvida para responder a essa problemática, o mesmo não acontece com os seus filhos, cuja emigração para o Brasil, até agora pouco conhecida, pode ser largamente documentada.

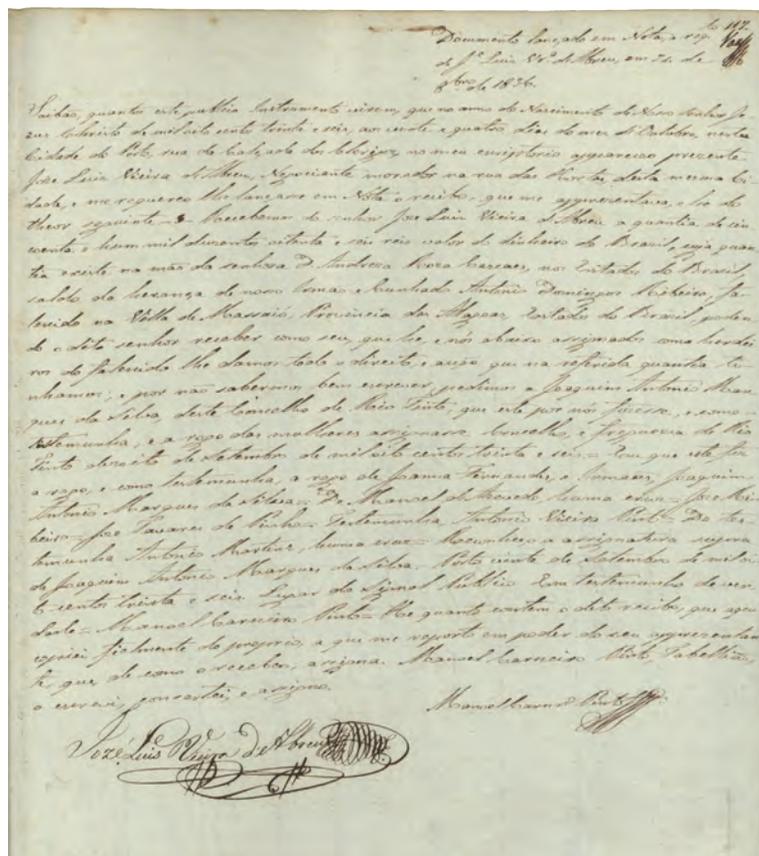
Nessa aventura migratória embarcaram, pelo menos, cinco filhos de Bernardo de Abreu – António, José, Joaquim, Domingos e Eduardo. Todavia, não foram apenas os seus

descendentes diretos que tomaram esse rumo, assim como Bernardo não foi o único dos irmãos que abalou do Minho natal com destino ao Porto, a cidade que oferecia possibilidade de negócios e expectativa de prosperidade; seguiu-lhe os passos o irmão José, que depois do Porto seguiu para o Brasil, tendo também vários sobrinhos tentado a sorte nas terras do imperador Pedro II.

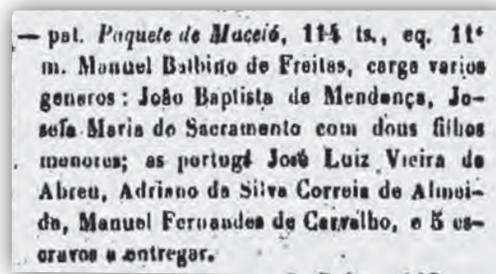
O seu irmão José Luís Vieira de Abreu residia no Porto, na Rua de Santo António, quando foi padrinho de Maria, a quarta filha de Bernardo de Abreu e de Francisca de Jesus, nascida em 1832. No entanto, em 1 de setembro de 1838, tinha então 35 anos, tirou passaporte com destino à Bahia, sendo identificado nesse registo como comerciante, viúvo e acompanhado de duas crianças do género feminino. Seriam certamente suas filhas e o facto de as levar consigo revela a intenção de permanecer no Brasil durante um período de tempo considerável. Na edição de 18 de setembro de 1849 do *Correio Mercantil*, da Bahia, foi referida a sua chegada a Salvador, vindo de Maceió, local onde tinha bens desde 1836, conforme registo feito em 24 de outubro desse ano, pelo notário Manuel Carvalho Pinto, da Calçada dos Clérigos.

Também o sobrinho e afilhado de Bernardo Luís Vieira de Abreu, que tomou o exato nome do padrinho e era o filho mais velho do irmão António, casou em Rossas, em 1880, aos 40 anos de idade, mas só após ter obtido a “justificação de Estado Livre durante as suas ausências no Rio de Janeiro, Império do Brasil”, processo no qual intervieram três testemunhas, duas das quais declaram ter convivido com ele naquela capital. Quanto ao seu irmão Serafim, dois anos mais novo, encontrava-se no Brasil nesse ano de 1880, já que por morte da mãe e para efeitos da partilha dos bens, Bernardo de Abreu foi seu procurador, facto que justificou pelo motivo de ausência de Serafim naquele país.

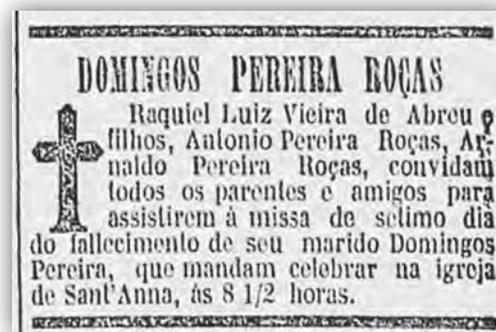
O cunhado de Bernardo e Serafim, casado com sua irmã Raquel, emigrou igualmente para o Brasil. Morreu no Rio de Janeiro, em janeiro de 1897, sendo identificado na notícia do seu falecimento por “António Pereira Roças”, remetendo este último apelido não para o nome de batismo mas para o lugar de onde provinha. Na referida notícia, são Raquel Luís Vieira de Abreu e seus filhos



Documento lançado em nota de Cartório do Porto, por recibo a José Luís Vieira de Abreu referente a pagamento de bens de uma herança em Maceió, 24.10.1836



Correio Mercantil, Bahia, 18.10.1849



Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10.1.1897

para o ano 1862, é anunciada a firma Vieira de Abreu & C.^a, como loja de capelistas¹⁴, estabelecida na Travessa do Garapa, n.º 22¹⁵. O contrato desta sociedade comercial firmou-se em 15 de setembro de 1855, sendo Joaquim José de Sousa Guimarães sócio comanditário e António Luís Vieira de Abreu “sócio solidário e gerente”¹⁶. Mas em 14 de junho de 1862, de comum acordo entre os sócios, deu-se o distrato da firma Vieira de Abreu & C.^a, ficando António de Abreu com todo o ativo e passivo da sociedade, sob o compromisso de pagar ao outro sócio a quantia de seis contos de réis, dividida em quatro letras, a 6, 12, 18 e 24 meses¹⁷.

Todavia este negócio não correu da melhor forma, já que em 11 de fevereiro de 1865, quase três anos depois, portanto, António Luís Vieira de Abreu entrou em processo cível de falência da sua loja de capelistas, “por motivo da paralisação em que está o comércio e por motivo de sua ausência de alguns meses por moléstia”¹⁸.

Não obstante estas adversidades, em 1 de janeiro de 1866, foi registado o contrato da sociedade Joaquim José de Sousa Guimarães & C.^a, entre este comerciante e Gabriel Osório de Barros, ambos na qualidade de sócios capitalistas, e ainda António Luís Vieira de Abreu, como sócio de indústria e gerente da caixa de sociedade, em três lojas de capelistas, “para compra e venda de fazendas secas e mais objetos deste ramo”, sitas à Rua da Louça, números 36 e 38, e outra ao n.º 40 da Rua Formosa¹⁹.

Nova alteração na vida profissional de António Luís Vieira de Abreu viria a ocorrer dois anos mais tarde, já que em 1 de julho de 1868 foi registado outro contrato da sociedade Joaquim José de Sousa Guimarães & C.^a, entrando este sócio com 100 contos de réis e António de Abreu com uma quota bem menor, apenas 17 contos, firma que já não integrava o anterior sócio capitalista Gabriel Barros, mantendo as mesmas três lojas de capelistas que vinham do contrato de 1866²⁰.

Em 1872, António Luís regressou a Portugal. Chegou em 12 de dezembro, no vapor inglês *Douro*, vindo a morrer no primeiro dia de 1873 em casa de seu pai, na Rua do Loureiro, aos 44 anos. Segundo informou o *Jornal do Porto*, os seus resposos efetuaram-se na igreja dos Congregados.

14. Estes estabelecimentos vendiam grande diversidade de artigos, quinquilharias, incluindo retosaria, enfeites de senhora e outros de utilidade quotidiana; no Brasil eram também designados por “armarinho”.

15. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706825&PagFis=3056> [acesso em 30 de jun. 2013].

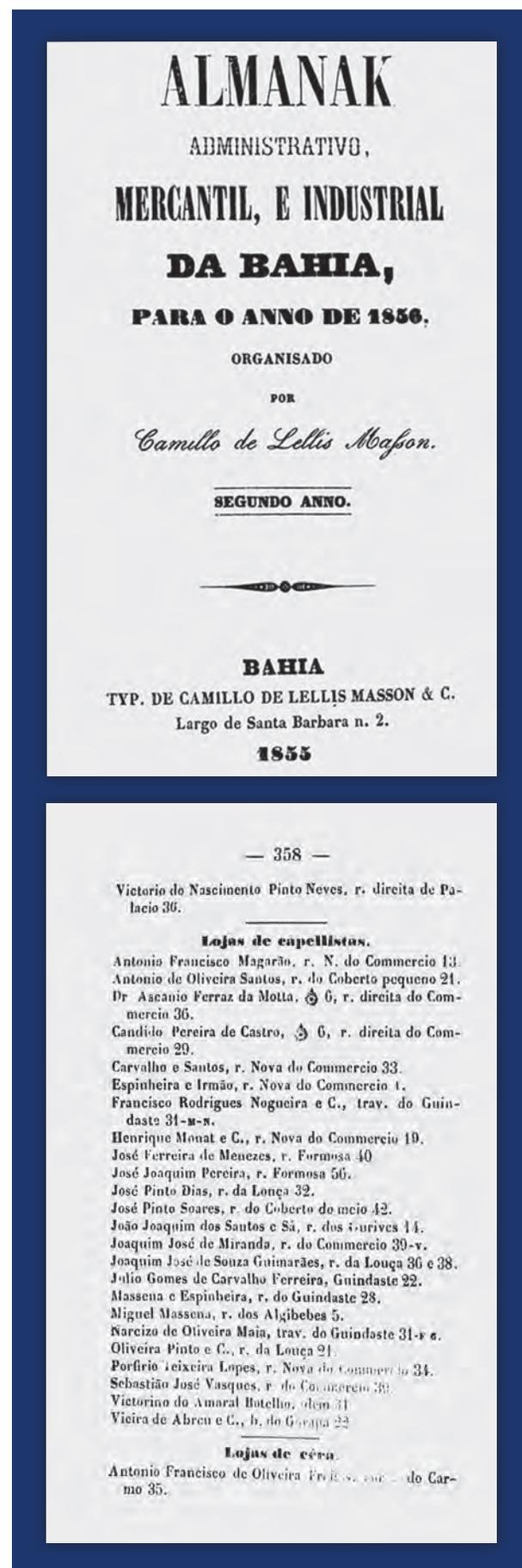
16. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Fundo Junta Comercial*, livro 11 (1857-1858).

17. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Fundo Junta Comercial*, livro 20 (1861-1864).

18. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Fundo Judiciário*, livro 74/2630/4 (1865-1867).

19. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Fundo Junta Comercial*, livro 22 (1863-1866).

20. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Fundo Junta Comercial*, livro 30 (1868-1871).



**Registo de óbito de António Luís Vieira de Abreu,
filho de Bernardo Luís Vieira de Abreu (1.1.1873)**



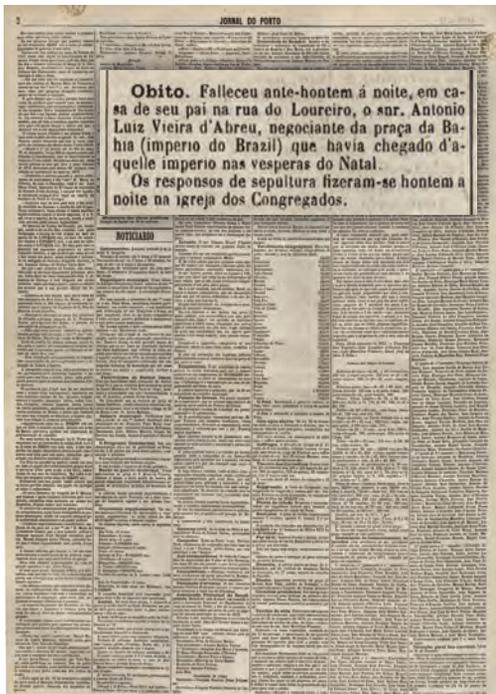
Ao primeiro dia do mês de Janeiro do ano de mil oitocentos e setenta e três, nesta freguesia da Sé do Porto, na Rua do Loureiro, número setenta e sete, às sete horas da tarde, faleceu com o sacramento da extrema-unção um indivíduo do sexo masculino por nome António Luís Vieira de Abreu, de idade de quarenta e quatro anos, solteiro, negociante no Império do Brasil, natural do Porto, morador atualmente na dita rua, filho legítimo de Bernardo Luís Vieira de Abreu, e de Francisca de Jesus; não fez testamento, não deixou filhos. Foi sepultado no cemitério do Repouso.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Paroquiais. Livro de registo de óbitos da freguesia da Sé, 1873*)

Os irmãos mais novos de António – Domingos e Eduardo – participaram dos seus negócios, numa fase inicial, já que também cruzaram o Atlântico em busca de melhores oportunidades. Domingos tinha 20 anos e Eduardo 16. Da sua chegada dá conta um registo de entrada de passageiros do Arquivo da Bahia, indicando que tinham profissão no comércio e para esta mesma atividade se dirigiam, na casa de António Luís Vieira de Abreu²¹. Fora o brigue português *Mondego* que os transportara à costa baiana, onde aportaram no dia 3 de agosto de 1858.

Antes de acompanharmos a aventura destes irmãos em terras brasileiras, impõe-se uma reflexão sobre um tópico que só à primeira vista passa despercebido, pois sobre ele os jornais faziam frequentes menções e os arquivos conservam documentos vários: trata-se das embarcações que cruzavam o Atlântico ligando Portugal aos diversos portos brasileiros, num vaivém de mercadorias e passageiros que mantinha uma comunicação constante entre os dois países. E, como já vimos, a barra do Douro ajudou a construir esta ponte de ideias, bens e pessoas.

Ao longo de toda a História de Portugal, a barra do Douro, dando acesso ao porto flúvio-marítimo do Porto, pôs em contacto o noroeste de Portugal com diferentes partes do globo; primeiro as rotas dos mares do Norte e do Mediterrâneo, depois do século XV as Ilhas Atlânticas e a costa de África, o Brasil, e ainda a Índia, a Terra Nova e a América do Norte. Compreende-se, assim, que a barra do Douro tenha dado origem a um porto atlântico cuja importância não parou de crescer até à centúria de oitocentos, localizando-se então em várias zonas ribeirinhas da cidade do Porto e na margem esquerda do rio Douro, em Vila Nova



Óbito de António Luís Vieira de Abreu,
Jornal do Porto, 3.1.1873

21. Arquivo Público do Estado da Bahia – *Entrada de passageiros*, livro 1 (1851-1858).

de Gaia, as suas várias estruturas portuárias, que só nos finais do século XIX, após vários revezes e considerando os perigos e insuficiências da barra do Douro, seriam deslocalizadas para o porto marítimo artificial de Leixões, quatro quilómetros a norte, no vizinho município de Matosinhos. Por outro lado, não surpreende a enorme relevância que esta barra teve para o crescimento da cidade e da região norte do país através do trânsito de entrada e saída de mercadorias e passageiros, quer a nível da comunicação internacional, quer nacional, pois também se articulava com Lisboa – o principal porto do reino –, bem como os restantes, por via da navegação de cabotagem que se realizava na costa portuguesa. O Porto afirmou-se como cidade comercial marítima, um dos polos da rede do império luso-brasileiro e após a independência do Brasil, tendo os seus comerciantes desempenhado um papel não despidendo nas duas margens do Atlântico. Isto porque, a par do declínio de outros portos, a relevância do Porto foi-se firmando pelo desenvolvimento do vale do Douro como abastecedor de vinhos, mas também de outros produtos reclamados pelas colónias, desde logo o Brasil, e diferentes países e regiões com cujos negociantes desde cedo foi estabelecendo ligações comerciais (ingleses, holandeses, ham-burgueses, franceses, etc.).

Desde finais do século XVIII que ficou bem patente o aumento do comércio com o Brasil, como confirma o Padre Agostinho Rebelo da Costa, na sua obra *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, empregando-se nesse trânsito largas dezenas de navios, que chegavam ao Porto com fazendas maioritariamente embarcadas no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Ultrapassada a difícil conjuntura dos inícios do século XIX – marcada pelo conflito europeu desencadeado pela França de Napoleão, que decretou o bloqueio continental (1806), determinou o encerramento dos portos portugueses aos navios ingleses (1807) e invadiu Portugal (finais de 1807) levando a Corte a transferir-se para o Brasil, onde o príncipe D. João VI decide terminar com o monopólio português e abrir os portos a todas as nações aliadas –, a situação do movimento marítimo foi paulatinamente recuperando, pese embora vários estudos apontem para o facto de que a barra do Douro foi, de entre os portos nacionais, o menos afetado. Todavia, se o vendaval napoleónico ficou aplacado no Congresso de Viena (1815), uma segunda fase desta crise seria suscitada por importantes alterações a nível político com a eclosão da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, no Porto e, dois anos mais tarde, a proclamação da independência do Brasil.

Entre 1818 e 1825, e com base na *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, Gonçalves Guimarães contabilizou 1854 embarcações que entraram ou saíram da barra do Douro, ou se relacionaram

The image shows a page from a historical newspaper titled 'O COMMERCIO'. The main headline is 'LISTA DE PREGO FABRICA DE CERVEJA A IN...' and 'FORRESTER, IRMAOS EM VILLA NOVA DE GAYA. CERVEZAS.' Below this, there are several columns of text, including advertisements for 'Para a Bahia', 'Para o Rio de Janeiro', and 'Para o Rio de Janeiro'. There are also small illustrations of ships and other commercial notices. The page is quite dense with text and small graphics.

Entre os vários navios anunciados, destaque para o brigue Mondego, com destino à Bahia, O Comércio do Porto, 12.6.1858

diretamente com esta estrutura portuária, destacando-se as britânicas (32,6%) e portuguesas (27,7%), sendo residual o número de embarcações que passaram a propriedade brasileira, seguindo-se as dinamarquesas, norte-americanas, suecas, holandesas, espanholas e, em menor percentagem, as de proveniência germânica, perfazendo um total de vinte nacionalidades.

O número das embarcações que faziam a ligação com o Brasil cifrava-se num total de 275 (correspondendo a 14,8% do total) mas algumas efetuavam, pelo menos, duas viagens anuais. Nessa rota, impunham-se as embarcações portuguesas já que totalizavam 221 (das quais apenas 21 se tornaram propriedade brasileira, a partir de 1824), números que permitem concluir que nesse período o tráfego mercantil entre a barra do Douro e o Brasil estava maioritariamente nas mãos dos portugueses (cerca de 73%).

Quanto ao tempo que a viagem demorava entre a barra do Douro e os portos brasileiros era, regra geral, menor do que o inverso, o que poderá ser explicado pela menor carga das embarcações com produtos europeus do que no sentido inverso, com os produtos brasileiros. Algumas embarcações navegavam “em lastro”, isto é, sem carga, o que poderá ter a ver com a urgência da partida ou com o fim específico a que se destinavam, já não mercantil, mas eventualmente militar. Por vezes, os barcos do Porto iam a Lisboa integrar-se no comboio de navios protegido pelas embarcações da Marinha de Guerra (portuguesa ou inglesa) para assim seguirem em segurança até aos portos brasileiros²².

O tipo de embarcação de longe mais utilizado na ligação entre a barra do Douro e o Brasil, neste período, era o bergantim, que a partir dos meados dos anos 1820 aparece designado por brigue²³.

Se algumas das velhas naves chegavam ao fim da sua carreira, outras se construíram ou repararam, designadamente nos mais afamados estaleiros do norte do país: Vila Nova de Gaia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde. As novas construções navais apontavam no sentido de menor capacidade de carga, logo mais ligeiros, além de se preocuparem cada vez mais com a questão da comodidade dos passageiros. Além disso, e esta foi uma inovação técnica de profundo significado, o vapor foi adaptado aos transportes marítimos, inaugurando-se a ligação entre Portugal e o Brasil por barco a vapor no ano de 1851, com uma redução do tempo da viagem para menos de metade.

Sabemos que António chegou à Bahia na barca *Porto* e Eduardo e Domingos no brigue *Mondego*. Aqui a narrativa cruza barcos e pessoas, quer uns quer outros são protagonistas nas histórias de viagens e estas duas embarcações passaram por situações que espelham coordenadas importantes da frota mercante portuguesa ao serviço do comércio e da deslocação transatlântica de indivíduos.

22. GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, 2014 – *A barra do Douro e a navegação atlântica nas primeiras décadas do século XIX*. Trabalho académico apresentado à FLUP.

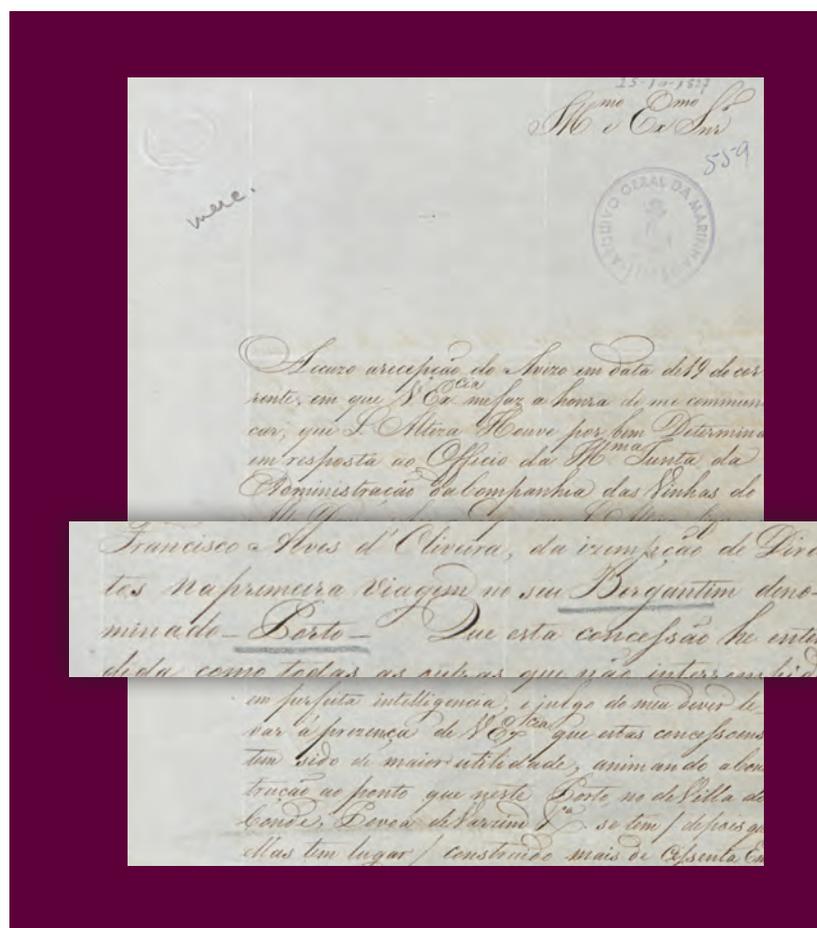
23. A denominação de bergantim, bastante antiga, foi permanecendo pese embora as características desses barcos tenham evoluído ao longo dos tempos: tanto designou uma embarcação luxuosa para o transporte de monarcas, como navio de guerra armado com peças de artilharia; as suas velas chegaram a ser redondas mas depois prevaleceram as triangulares; tradicionalmente tinha dois mastros, mas a partir do final do século XVIII era comum apresentar três devido à necessidade de se aumentar o tamanho dos navios; nesta última fase, a sua capacidade de carga podia ascender a 300 toneladas. Era um tipo de embarcação muito comum pelo que existia na Europa do norte, mas também nos países ibéricos e mediterrânicos, assim como nos americanos.

O tipo de embarcação de longe mais utilizado na ligação entre a barra do Douro e o Brasil, neste período, era o bergantim, que a partir dos meados dos anos 1820 aparece designado por brigue



A primeira daquelas embarcações, então denominado bergantim *Porto*, fizera em 1827 a sua primeira viagem, para a qual foi solicitada e concedida a isenção de direitos, medida que atingira o sucesso pretendido, pois tais concessões vinham sendo praticadas desde há cinco anos, período durante o qual se animara a indústria naval nos estaleiros do Porto, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, com a construção de “mais de sessenta embarcações, empregando assim grande número de braços e ativando o comércio”²⁴. A *Porto* navegava pois há quase vinte anos quando em 1844 transportou António Luís Vieira de Abreu à Bahia.

Na *Relação dos passageiros que conduz deste porto para o da Bahia a Barca Portuguesa Porto*, datada de 31 de agosto de 1844, pode encontrar-se entre o rol de 47 passageiros, no 25.º lugar, António Luís Vieira de Abreu cuja identificação, à semelhança dos restantes, se complementava com a idade e naturalidade²⁵. Era seu capitão Francisco Adrião da Rocha, que procedia ao registo dos passageiros para o apresentar ao intendente da Marinha do Porto e Províncias do Norte que, antes da partida, devia atestar que o número de passageiros embarcados correspondia ao da referida relação e declarar que o destino era o porto da Bahia, onde o capitão se obrigava a desembarcá-los, “francamente e sem contradição alguma”, pois caso contrário “ficaria sujeito às penalidades da lei”²⁶. Com esta formalidade se cumpria o artigo 4.º da portaria de 19 de agosto de 1842, a que adiante se alude, que visava combater os abusos de que os emigrantes eram vítimas, situação já na altura vista como “escravatura branca”, e responsabilizava amplamente os capitães dos navios sujeitando-os a severas penas se agissem em contravenção com o disposto na lei. Contudo, esta viagem decorreu com grande normalidade pelo que os seus passageiros, e entre eles António Luís Vieira de Abreu, uma vez chegados ao destino, subscreveram em 21 de outubro um agradecimento que fizeram publicar no *Correio Mercantil*, edição de 29 do mesmo mês de 1844: “Os abaixo assinados, passageiros da barca *Porto* chegados ultimamente a este porto, faltariam ao seu dever se deixassem de agradecer ao seu digno capitão e oficiais, o mui singular tratamento e civilidade com que foram sempre por eles tratados, o qual poderá ser igualado, mas nunca excedido”²⁷.



Concessão de isenção de direitos ao bergantim Porto, 1827 (Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico)

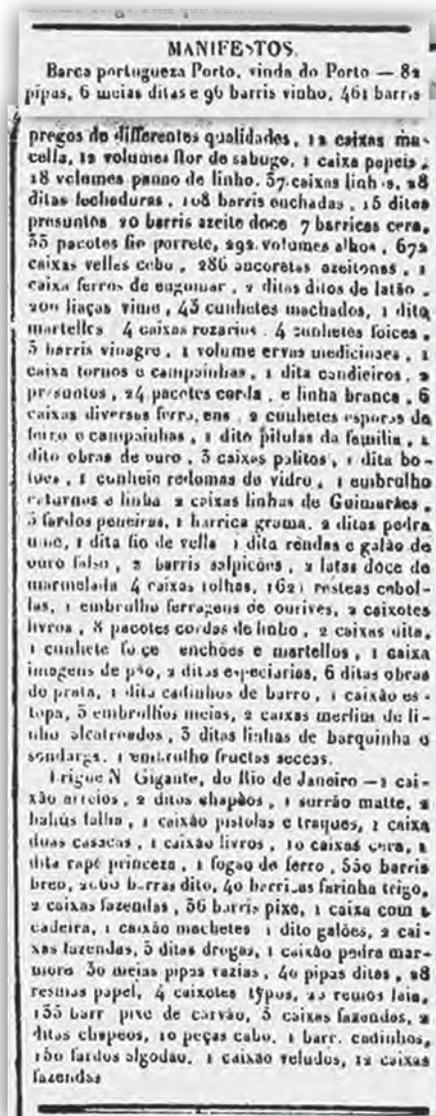
24. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Documento de 25 de outubro de 1827.

25. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – *Relação dos passageiros que conduz deste porto para o da Bahia a Barca Portuguesa Porto*, 31.8.1844.

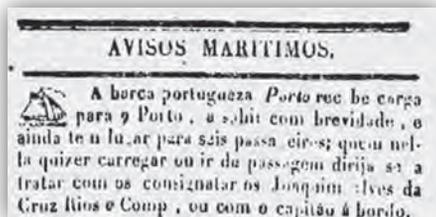
26. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – *Termo que assina o Capitão da Barca Portuguesa Porto que segue viagem para a Bahia*, 31.8.1844.

27. *Correio Mercantil*. Bahia, 29.10.1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186244&PagFis=6199> [acesso em 30 de abr. 2015].





Correio Mercantil, Bahia,
12.10.1844



Correio Mercantil, Bahia,
28.11.1844



O Mercantil, Bahia,
6.3.1845

Com efeito, a *Porto* deu entrada na Bahia em 16 de outubro, após uma travessia de 43 dias, transportando os referidos passageiros e carga de “vários géneros”²⁸. O seu manifesto de descarga é muito extenso, mas podem destacar-se produtos alimentícios que integravam o chamado “comércio da saudade” já que eram tipicamente portugueses e consumidos pela comunidade lusa no Brasil, como vinho, azeite, azeitonas, presuntos, salpicões, alhos, vinagre, doce de marmelada, ervas medicinais, entre outros, mas também artigos como pregos, fechaduras, enxadas, machados, martelos, foices, ferros de engomar, ferragens de diversos tipos, panos e artigos de linho, estopas, rendas, fios, linhas, cordas, velas de sebo, objetos em prata e em barro, etc.²⁹

A barca *Porto* permaneceu quase cinco meses na Bahia e encetou a sua viagem de volta à cidade de origem a 3 de março de 1845, transportando igualmente passageiros e mercadorias. Todavia, é provável que esse regresso estivesse previsto para mais cedo, pois em 28 de novembro de 1844 o *Correio Mercantil* publicou um anúncio que informava que ela sairia “com brevidade”³⁰, tendo ainda lugar para seis passageiros e mais carga. Este mesmo periódico baiano foi informando com regularidade dos géneros despachados nessa embarcação (com o nome dos seus proprietários), avultando entre eles, como era habitual, o açúcar e o arroz, mas também tucum em rama³¹, piaçavas, tapioca, farinha, compotas, mel, melado, bois, milho, plantas como mamona (rícino) e madeiras, designadamente cossueiras (pranchas) de jacarandá e tábuas de vinhático³².

Em dezembro de 1845, a barca *Porto* estava de novo ancorada na Bahia, desembarcando passageiros e descarregando mercancias, após uma viagem de 35 dias³³. Aliás, podemos dizer que fez a carreira do Brasil com alguma regularidade; no dia 23 fevereiro de 1848, esta embarcação de 303 toneladas entrou no porto do Rio de Janeiro, dirigida pelo mesmo capitão e com trinta passageiros (dos quais cinco eram franceses e os restantes portugueses), após uma viagem de 38 dias³⁴.

Também o brigue *Mondego*, onde Eduardo e Domingos Vieira de Abreu reservaram passagem para ir ao encontro de seu irmão António, constitui um interessante apontamento da marinha mercante do país. O seu alvará de construção foi concedido a Bernardino Joaquim de Azevedo, nascido em 1810, natural de Vila do Conde e afamado construtor naval, ocupação que passou a seu filho, Carlos Joaquim de Azevedo Vareta (1833-1873), com a mesma naturalidade³⁵. Esta licença foi pas-

28. *Correio Mercantil*. Bahia, 18.10.1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&PagFis=6167> [acesso em 30 de abr. 2015].

29. *Correio Mercantil*. Bahia, 22.10.1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186244&PagFis=6178> [acesso em 30 de abr. 2015].

30. *Correio Mercantil*. Bahia, 28.11.1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&PagFis=6300> [acesso em 30 de abr. 2015].

31. Também designadas tucum ou tecum, são palmeiras de cujas folhas se faz uma fibra muito resistente.

32. *Correio Mercantil*. Bahia. Estes manifestos foram publicados em novembro e dezembro de 1844 e, mais frequentemente, em janeiro e fevereiro do ano seguinte.

33. *O Mercantil*. Bahia, 6.12.1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817325&PagFis=1201>; *Diário do Rio de Janeiro*, 10.12.1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817325&PagFis=1201> [acesso em 30 de abr. 2015].

34. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 24.2.1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=217> [acesso em 30 de abr. 2015].

35. *Azevedo Vareta*. Disponível em: www.rochapeixoto.net/azevedovareta/index.htm [acesso em 30 de abr. 2015].

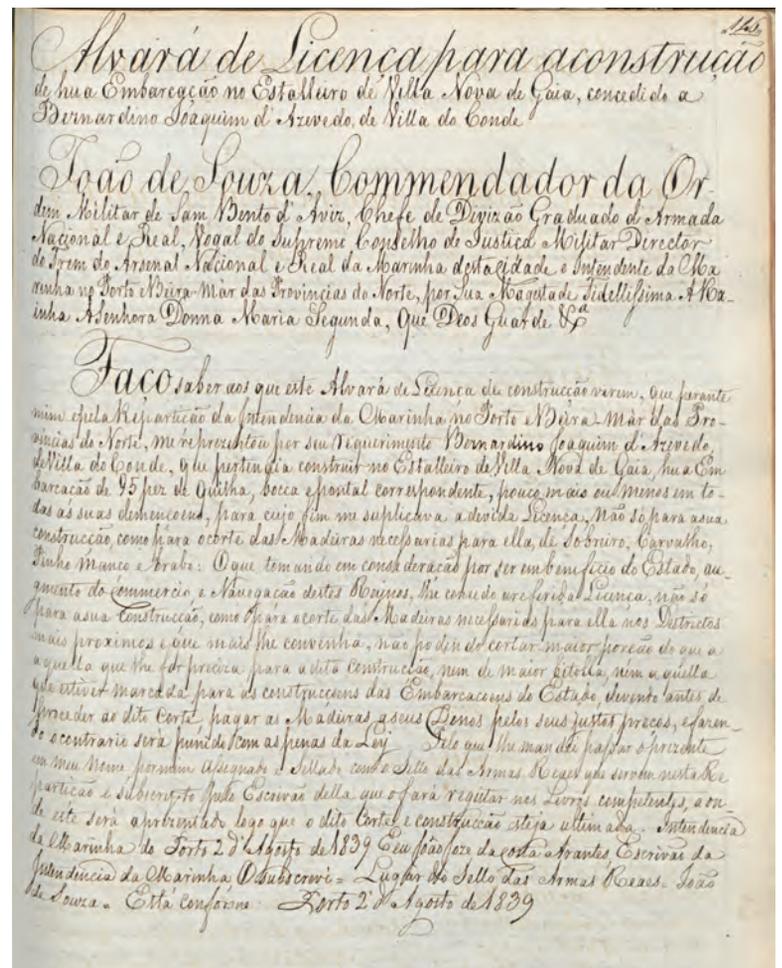
sada em 2 de agosto de 1839 pelo Intendente da Marinha no Porto e Beira-Mar das Províncias do Norte, já que a construção teve lugar no estaleiro de Vila Nova de Gaia, para uma embarcação de “95 pés de quilha, boca e frontal correspondente, pouco mais ou menos em todas as suas dimensões”. Neste diploma fazia-se ainda referência que tal empreendimento resultaria em “benefício do Estado, aumento do comércio e navegação” do reino, pelo que também lhe era concedida autorização para o corte das madeiras necessárias nos distritos mais próximos, designadamente de sobreiro, carvalho, pinheiro manso e bravo, devendo estas ser pagas aos respectivos proprietários³⁶.

Em 1840, o brigue *Mondego*, com tonelagem indicada de 178, estava já finalizado e fez a sua viagem inaugural em 22 de novembro de 1840, do Porto para a Figueira da Foz, com 13 tripulantes e em lastro, ou seja, sem carga.

Já em março de 1858, foi sujeito na alfândega do Porto a um processo de arqueação, isto é, uma operação para medir a capacidade do navio para carga, pelo que lhe foi passada uma certidão que atestava as seguintes características: 126 palmos de comprimento; 32 palmos e cinco décimos de largura; 17 palmos e 4 décimos de altura, “o que corresponde a duzentas e dezanove toneladas”³⁷. Nesse mesmo mês de março, no dia 23, o capitão José Pereira Dias assinava o termo para seguir viagem para a Bahia, por outras palavras, fez prova de que o número de passageiros que conduzia a bordo era o mesmo que constava da relação que produziu em duplicado, uma para ficar arquivada na repartição da Intendência da Marinha do Porto e Províncias do Norte, outra para ser remetida ao cônsul de Portugal na Bahia³⁸. Nesta conformidade, em 24 de junho desse ano de 1858, foi elaborado o mapa de saídas do porto do Porto, onde constava o



Embarcação do tipo brigue idêntico ao Mondego, com 27,70 m de comprimento, 7,05 m de boca e 3,77 m de pontal. (Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico)



Alvará de licença para construção do brigue Mondego, 2.8.1839 (Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico)

36. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Alvará de Licença para construção de uma Embarcação no Estaleiro de Vila Nova de Gaia, concedida a Bernardino Joaquim de Azevedo, 2.8.1839.

37. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Documento do registo de propriedade do Brigue “Mondego”, 16.3.1858.

38. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Termo que assina o capitão do Brigue Português denominado Mondego, que segue viagem para a Bahia, 23.6.1858.



brigue *Mondego* com destino à Bahia e a tonelagem recentemente aferida (219), com 18 tripulantes e 37 passageiros – como sabemos, dois deles eram os irmãos Eduardo e Domingos Vieira de Abreu.

Meia dúzia de anos mais tarde, em 4 de novembro de 1864, foi lavrado novo *Auto de Propriedade do Brigue “Mondego”* pela autoridade habitual – a Intendência da Marinha –, mas desta vez observando o sistema métrico para medidas lineares que se tinha tornado obrigatório em todo o país a partir do ano de 1860. Assim, as suas dimensões ficaram fixadas nos seguintes valores: 236 metros e 253 milímetros de capacidade, o que equivalia a 221 toneladas, tendo 27 metros e 70 centímetros de comprimento, sete metros e cinco centímetros de boca e três metros e 77 centímetros de pontal. Este documento revela ainda outro dado sobre o brigue *Mondego*: pertencera a Joaquim Pereira Pestana até 10 de abril de 1858, data em que passou a ser propriedade do português Tomás de Sousa Magalhães, residente na cidade da Bahia, que o arrematou em hasta pública no decurso do processo de falência do antigo possuidor³⁹.

É tempo de voltarmos à família Abreu.

Domingos Luís embarcou no Porto, abonado por seu pai. Aliás ambos, Domingos e Bernardo, aparecem nesta época como abonadores de emigrantes em diversos passaportes, continuando Bernardo de Abreu a fazê-lo em anos posteriores. O termo desta abonação, datada de 31 de maio, indica Domingos com o estado civil de solteiro e a profissão de caixeiro, enquanto seu pai é apontado como viúvo e negociante, ambos moradores na Rua do Loureiro; foram testemunhas um sirgueiro morador na mesma rua e um negociante residente na Calçada dos Clérigos. Mas o passaporte conferido a Domingos Luís Vieira de Abreu, com o n.º 1514, também de 31 de maio de 1858, dava-o sem ocupação, com destino à cidade da Bahia na condição de “não engajado”, isto é, sem contrato para um trabalho específico.

Registo do passaporte n.º 1514, concedido a Domingos Luís Vieira de Abreu, 31.5.1858

Passaporte n.º 1514, de 31 de maio de 1858, conferido a Domingos Luís Vieira de Abreu, natural da cidade do Porto, solteiro, sem ocupação, com destino à cidade da Bahia e a indicação de não engajado.

Sinais do portador

Idade – 20 anos

Estatura – 62 polegadas

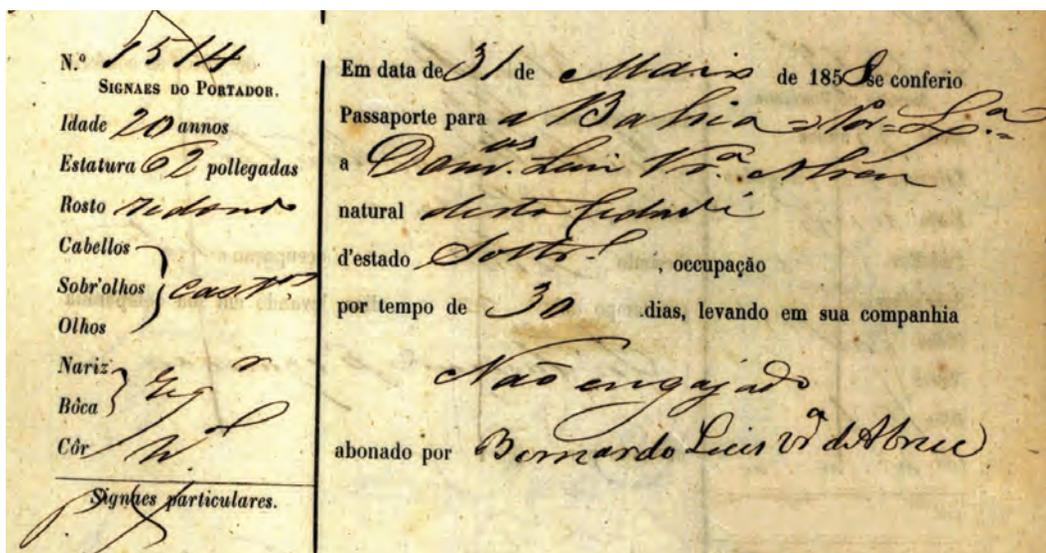
Rosto – redondo

Cabelos, sobrolho e olhos – castanhos

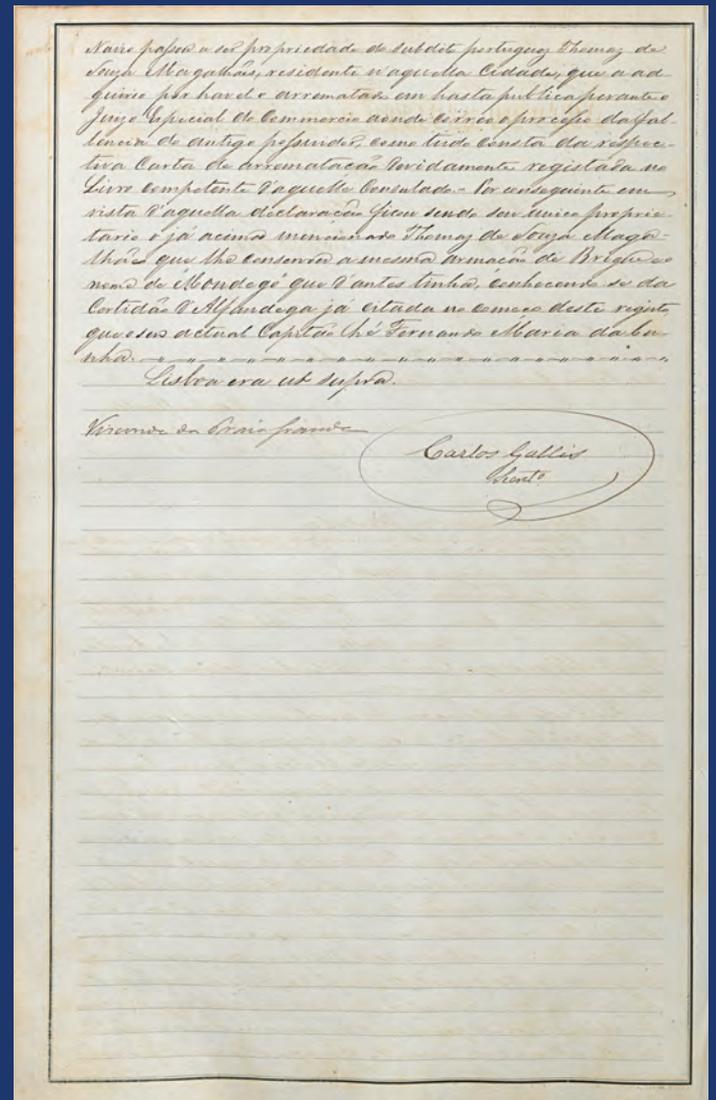
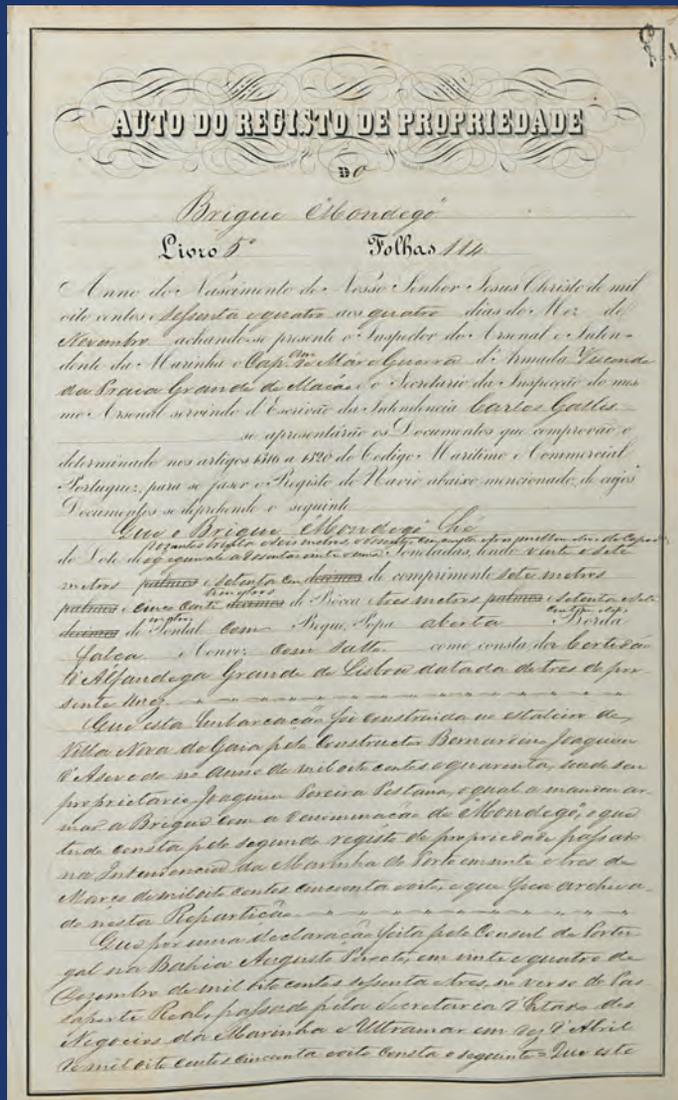
Nariz e boca – regular

Cor – natural

É abonado por Bernardo Luís Vieira de Abreu, seu pai



39. Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – *Auto do Registo de Propriedade do Brigue “Mondego”*, 4.11.1864.



Auto do registo de propriedade do brigue Mondego, 4.11.1864 (Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico)

A recorrente prática de saída do país de rapazes que iam trabalhar do outro lado do Atlântico preocupava o Estado pelo número crescente dos que assim se subtraíam ao cumprimento do serviço militar, pelo que, no momento da emissão do seu passaporte, teve ainda de apresentar fiador, como estipulava a recente lei de julho de 1855, esclarecida em regulamento de janeiro do ano seguinte. Desta forma, foi também Bernardo que assumiu o compromisso de, no caso de o seu filho ser incluído nas listas de recrutamento, se obrigar “ao comparecimento dele, ou a apresentar um mancebo idóneo para o substituir”, tendo ainda a alternativa de “resgatar a presente fiança por uma soma até à quantia de setenta e seis mil réis”⁴⁰.

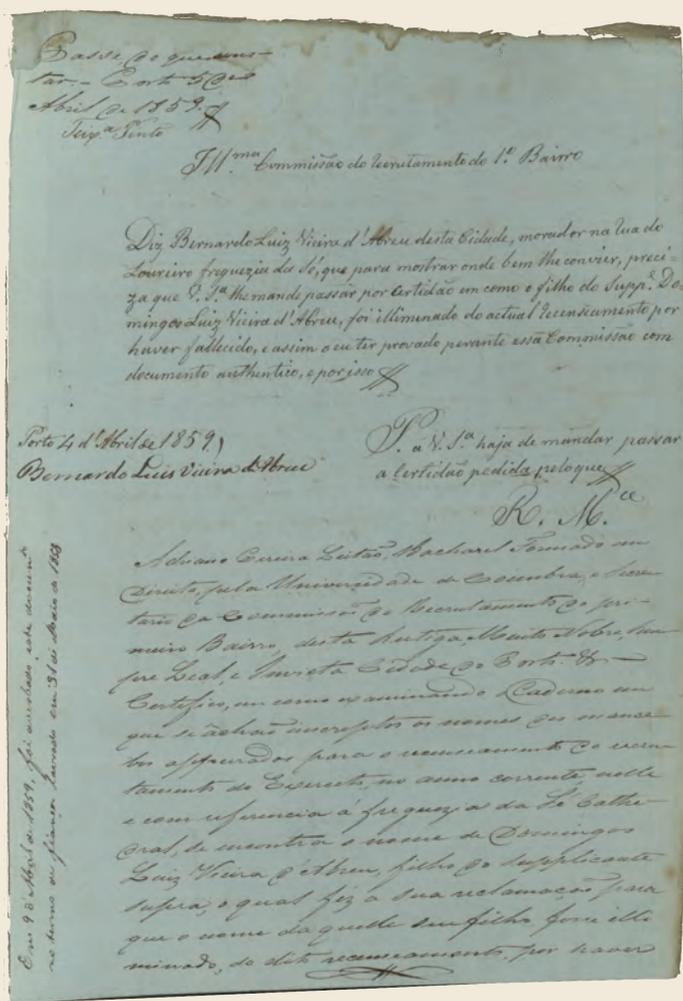
Todavia, quis a (má) sorte que tal não fosse necessário, pois Domingos morreu em Salvador da Bahia, poucos meses depois de aí ter desembarcado. Foi sepultado na igreja da

40. Arquivo Distrital do Porto – Administração Central (Governo Civil). Livro de termos de fianças, 1856-1859.

Misericórdia da Bahia, em 31 de janeiro de 1859, indicando o seu registo de enterramento que tinha de idade 20 anos, e havia falecido de “moléstia de peito”, isto é, de tuberculose⁴¹. Foi responsável pelas exéquias fúnebres de Domingos o seu irmão mais velho, António que o havia acolhido em terras baianas.

Em 4 de abril desse ano, Bernardo Luís Vieira de Abreu apresentou a certidão de óbito de Domingos para efeitos de baixa militar, sendo este documento emitido dois dias depois.

**Certidão eliminando do recenseamento militar
Domingos Luís Vieira de Abreu, por este ter falecido na cidade
da Bahia, Brasil (6.4.1859)**



Diz Bernardo Luís Vieira de Abreu desta cidade, morador na Rua do Loureiro, freguesia da Sé, que para mostrar onde bem lhe convier, precisa que vossa excelência lhe mande passar por certidão em como o filho do suplicante, Domingos Luís Vieira de Abreu, foi eliminado do actual recenseamento por haver falecido, e assim o eu ter provado perante esta comissão com documento autêntico, e por isso

Porto, 4 de abril de 1859

Adriano Correia Leitão, bacharel, formado em direito, pela Universidade de Coimbra, e secretário da Comissão de Recrutamento do primeiro bairro, desta antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto.

Certifico, em como examinando o caderno em que se acham inscritos os nomes dos mancebos apurados para o recenseamento do recrutamento do exército, no ano corrente nele e como referência à freguesia da Sé Catedral, se encontra o nome de Domingos Luís Vieira de Abreu, filho do suplicante supra, o qual fez a sua reclamação para que o nome daquele seu filho fosse eliminado do dito recenseamento por haver comprovado por documento autêntico ter falecido, em trinta e um de janeiro próximo pretérito, na cidade da Bahia, Império do Brasil, cuja reclamação foi atendida, em vista da certidão apresentada, que ficou arquivada, no arquivo desta comissão. O referido é verdade e ao próprio caderno e documento me reporto. Porto, e secretaria da comissão de recrutamento do primeiro bairro, seis de abril de mil oitocentos e cinquenta e nove.

E eu Adriano Pereira Leitão secretário a subscrevi e assino.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Administração Central (Governo Civil)*.)

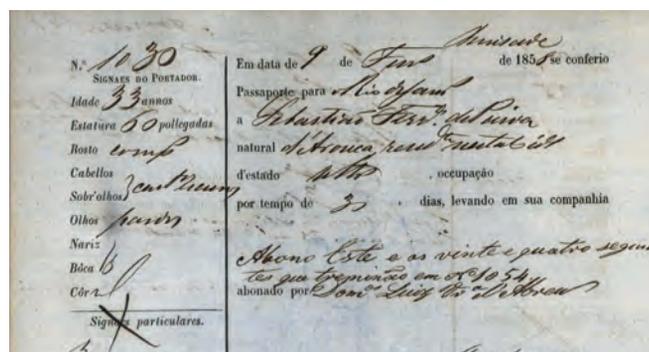
Livro de termos de fianças, 1856-1859)

41. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia – *Livro de enterramentos em carneiros*, n.º 1311.

Eduardo Luís Vieira de Abreu, abonado por seu irmão Domingos, em 10 de março de 1858, partiu, tal como ele, na qualidade de “não engajado”.

Começou a trabalhar com seu irmão António na firma Vieira de Abreu e C.^a, atrás referida. Refira-se que é também neste ramo de negócios – capelista – que é identificado o irmão Daniel Luís Vieira de Abreu, na freguesia da Sé, no recenseamento de ruas em 1883, no mesmo estabelecimento onde funcionava a sua agência de passagens e passaportes, embora não se possa inferir que haja comunicação entre eles neste comércio, que era assaz vulgar, quer no Brasil, quer em Portugal, na centúria de Oitocentos.

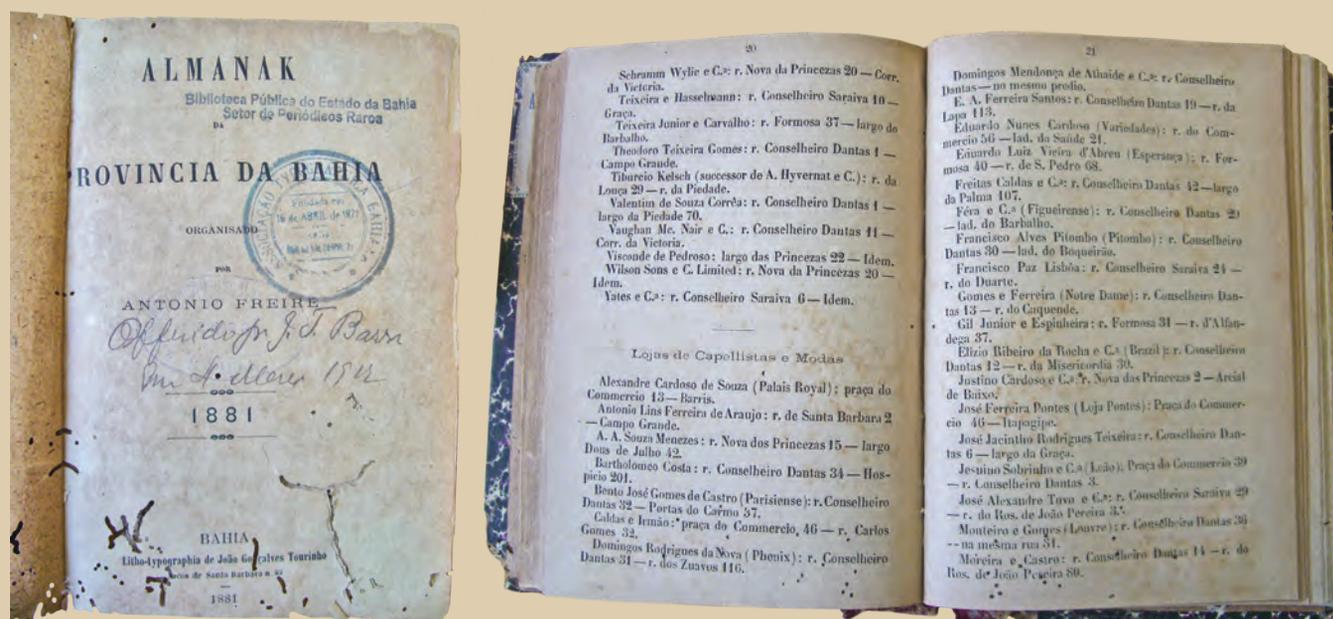
Em 1877, Eduardo tinha já loja montada no n.º 40 da Rua Formosa de Salvador da Bahia, para a qual pediu licença para acrescentar o toldo⁴². Repare-se que este endereço era o de uma das lojas que seu irmão manteve em sociedade, nos anos 1860 até inícios da década seguinte. Muito certamente, Eduardo foi aforrando um pecúlio através da sua profissão de caixeiro comercial e conseguiu comprar o referido estabelecimento, novamente referenciado no *Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia*, para 1881, que apresentava Eduardo Luís Vieira de Abreu como proprietário de duas lojas de capelistas e modas, denominadas *Esperança*, uma na Rua Formosa, e outra, na Rua de S. Pedro, n.º 68.



Domingos Luís Vieira de Abreu, abona o passaporte n.º 1030 e os 24 seguintes que terminam no n.º 1054, 9.2.1858

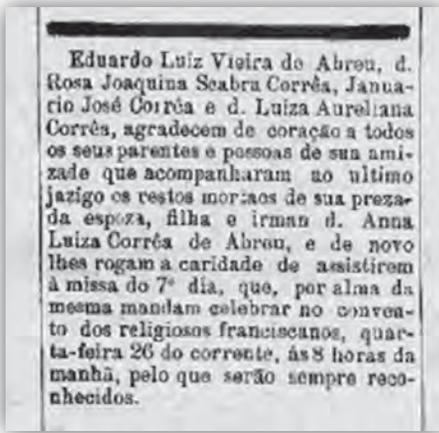


Domingos Luís Vieira de Abreu, abona o passaporte n.º 1247, concedido a sua irmã Eduardo, 10.3.1858



Almanaque da Província da Bahia, 1881

42. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira – *Correio da Bahia*. Bahia, 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&PagFis=1177> e <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&PagFis=1224> [acesso em 30 de jun. 2013].



Gazeta da Bahia,
22.3.1879



Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro,
17.7.1899

No *Almanaque Administrativo, Indicador e Noticioso* (Estado da Bahia) para os anos 1898 e 1899, o estabelecimento da Rua Formosa aparecia já como propriedade de outro indivíduo. A razão de Eduardo de Abreu surgir retirado dos negócios é simultaneamente curiosa e dramática: ele foi vítima de um assalto violento no centro agitado de Salvador. A *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, na secção relativa às notícias da Bahia informou: “Ezequiel da Silva Paranhos, bicheiro conhecido, hoje, na cidade baixa, degolou à navalha Eduardo Vieira de Abreu, negociante, de 60 anos de idade. O criminoso foi preso por populares ajudados pelo delegado Cassiano Lopes. A causa do crime foi o roubo”⁴³. E o *Correio Paulistano* confirmou que o agressor se encontrava “desesperado pela falta de dinheiro”, razão pela qual desferiu “um profundo golpe de navalha na garganta de Eduardo de Abreu, negociante de estampilhas”⁴⁴.

Estas notícias reportavam-se ao dia 23 de junho de 1899 e Eduardo ainda não completara 58 anos, sendo certo que os ferimentos foram graves e deles nunca se recuperou, padecendo longos meses até ao desenlace fatal. Se a agressão foi aleatória ou se ele estava envolvido nas teias do popular jogo do bicho⁴⁵ será questão difícil de determinar. A notícia de outro jornal carioca, que em 20 de abril de 1900 informava da sua morte, não esclarece a situação: “De anemia profunda, resultante de grande perda de sangue, proveniente de ferimentos recebidos há tempos, num conflito causado por questões de jogo dos bichos, faleceu o negociante Eduardo Luís Vieira de Abreu”⁴⁶.

Os dados disponíveis sobre o seu percurso de vida em terras de Vera Cruz não indiciam que tenha realizado alguma viagem de visita ao seu Porto natal – o testamento do pai, feito em agosto de 1875, dava-o como residente na Bahia –, sabendo-se ainda que, em março de 1879, enviuvou de Ana Luísa Correia de Abreu, da qual tudo indica que não teve descendência⁴⁷.

Joaquim Luís Vieira de Abreu foi o sexto filho da prole de Bernardo de Abreu, nascido em 1836, e sobre a sua vida as informações escasseiam. Foi, todavia, o quinto irmão que rumou ao Brasil, embora se desconheça a data da partida. Em

43. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16.7.1899.

44. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira – *Correio Paulistano*. São Paulo, 1899. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_05&pasta=ano 189&pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_05&pasta=ano%20189&pesq) [acesso em 30 de jun. 2013].

45. Jogo introduzido no Zoológico do Rio de Janeiro pelo empresário barão João Batista Viana Drummond, em julho de 1892. O visitante recebia um bilhete com a figura impressa de um animal de uma lista de vinte cinco e se o seu fosse o animal selecionado daquele dia recebia vinte vezes o valor pago pela entrada no Zoológico. Para aumentar os lucros, a direção do Zoológico resolveu pôr à venda os bilhetes no exterior do parque, mas depressa o jogo do bicho foi considerado um “verdadeiro jogo de azar” e proibido em abril de 1895. Todavia, entretanto já tinha ganho as ruas, sofreu algumas adaptações (a primeira foi a vinculação entre bichos e números, posteriormente a divisão em grupos e dezenas) e tornou-se uma lotaria de grande popularidade ao longo da primeira década do século XX já que era barata e portanto acessível às camadas mais pobres, o que explica que o poder público não tenha conseguido deter os chamados “bicheiros”, pelo que este jogo assumiu grande ambiguidade, pois umas lotarias eram permitidas e outras não (MAGALHÃES, Felipe, 2006 – “Os bichos fugiram do Zôo!”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n.º 12, Setembro de 2006, pp. 16-25).

46. *O País*, Rio de Janeiro, 21.4.1900.

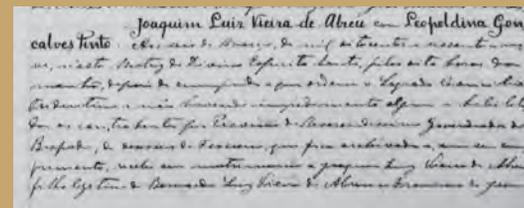
47. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira – *Gazeta da Bahia*. Bahia, 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213454&PagFis=216> [acesso em 30 de jun. 2013].

1869, casou na igreja matriz do Divino Espírito Santo, no Rio de Janeiro, com Maria Leopoldina Gonçalves Pinto, filha de Pedro Gonçalves Pinto e de Firmiana Maria do Espírito Santo; a noiva era natural daquela cidade, nascida e batizada na freguesia do Santíssimo Sacramento e moradora na do Espírito Santo. Deste casamento, aliás tocado pelo infortúnio, nasceram dois filhos: José, em 1870, e Josefina, em 1872. No entanto, esta família depressa se extinguiu. Ambas as crianças morreram em 1872: a rapariga em 13 de setembro, vítima de eclampsia, contava seis meses de idade, e o rapaz com sarampo, a 6 de dezembro, não tinha três anos completos, sendo então Joaquim Luís Vieira de Abreu já falecido, pois foi sepultado no Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1871⁴⁸. Este filho de Bernardo de Abreu morreu com 35 anos, compreendendo-se assim que nem dele nem da sua descendência fosse feita menção no testamento de Bernardo, efetuado em abril de 1875. A nora Maria Leopoldina também não constava do rol testamentário, ou morrera entretanto, ou o relacionamento do velho Bernardo com ela deixara de existir após a morte do filho e dos netos.

É altura de voltarmos a José Luís Pinto de Abreu – o único dos irmãos que não tem o sobrenome Vieira, ou que deixou de o usar. Além de ter sido o primeiro dos irmãos a partir para o Brasil, foi o que emigrou mais jovem: terá chegado ao Rio de Janeiro com 13 anos, em 1842.

Contudo, a primeira notícia que há de José no Brasil data de 1850, na edição de 12 de agosto do *Correio Mercantil*, que arrolava entre os chegados àquela cidade, no dia anterior, o passageiro português José Luís Pinto de Abreu, proveniente do porto de Santos na escuna *Espadarte*. Podia pensar-se que era a estreia daquele emigrante em terras brasileiras; no entanto, as viagens marítimas entre as várias cidades do litoral brasileiro eram obviamente frequentes, podendo tratar-se, no caso de José, de uma viagem de trabalho. Da mesma forma, o primeiro testemunho existente sobre a sua atividade profissional é também veiculado por aquele periódico, dois anos mais tarde: era caixeiro, como tantos portugueses que à época demandaram o Brasil, trabalhando ao balcão de lojas, geralmente de patrícios seus.

Em 25 de agosto de 1852, o próprio fez publicar a notícia: “José Luís Pinto de Abreu faz sciente ao respeitável público que desta data em diante deixa de ser caixeiro da casa comercial do Sr. Pedro António Barreiros”. Não se apurou que atividade profissional desempenhou após sair daquele estabelecimento de comissões de café e mercadorias e de compra e venda de couros, sita à Rua do Sabão. Mas nesses inícios da década de 1850 casou com Leopoldina Henriques da Silva Abreu, natural do Rio de Janeiro, de quem teve dois filhos. O primeiro foi um rapaz, Eduardo Augusto Pinto de Abreu, nascido em 25 de julho de 1853⁴⁹ e, seis anos mais tarde, nasceu uma rapariga, Leopoldina Henriques Pinto de Abreu,



Santos 5 dias, escuna *Espadarte*, 74 tons., M. Domingos Tadeo Ferreira, equip. 7: carga carne, sebo e graxa a Luiz Magalhães e Cruz; passags. Maria Francisca de Paula; o Portuguez Lourenço Machado da Silva e José Luiz Pinto de Abreu.

JOSÉ Luiz Pinto de Abreu faz sciente ao respeitavel publico que desta data em diante deixa de ser caixeiro da casa commercial do Sr. Pedro Antonio Barreiros.

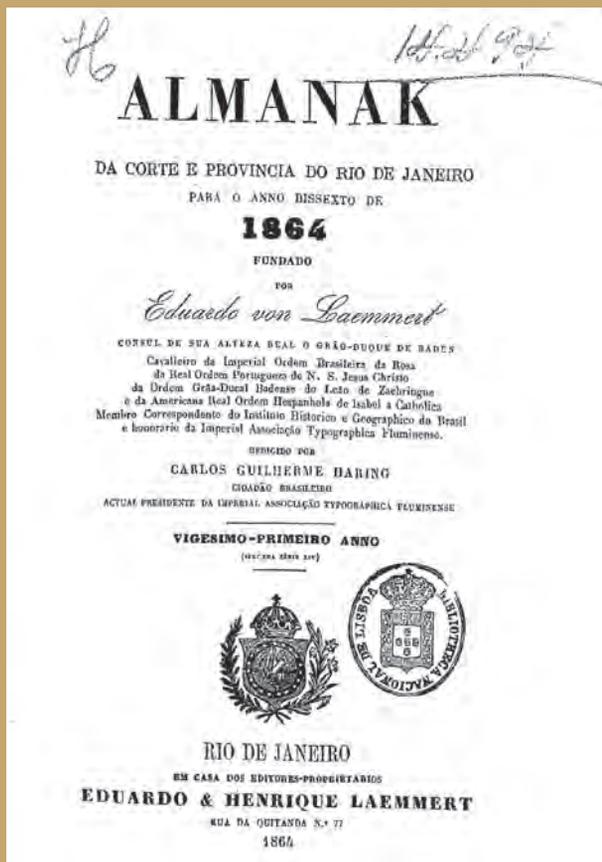
Registro de casamento de Joaquim Luís Vieira de Abreu com Leopoldina Gonçalves Pinto na Igreja Matriz do Espírito Santo, Rio de Janeiro, 6.3.1869

Chegada de José Luís Pinto de Abreu ao porto do Rio de Janeiro, Correio Mercantil, 12.8.1850

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 25.9.1852

48. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira – *Correio do Brasil. Jornal do Comércio, Lavoura e Indústria*, Rio de Janeiro, 1872, e *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239100&PagFis=1053> e http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=28116 [acesso em 29 de jun. 2013].

49. Os seus processos de emancipação e habilitação de casamento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro apontam a data de 5 de julho para o seu nascimento. Todavia, como adiante se verá, vários periódicos indicam sem hesitação que o seu aniversário natalício se comemorava a 25 de julho.



Capa do Almanaque Laemmert do Rio de Janeiro e anúncio em dupla página na mesma publicação da casa Ao Mineiro de José Luís Pinto de Abreu, 1864

que recebeu o nome da mãe que morreu de peritonite, poucos dias depois de a dar à luz, com apenas 24 anos⁵⁰.

Em 1863, este filho de Bernardo de Abreu encontrava-se já estabelecido numa afamada e central artéria carioca, concretamente no n.º 169 da Rua dos Ourives, que cruzava com a do Ouvidor. Chamava-se a sua loja *Ao Mineiro* porque vendia selins e mais objetos de montaria, bem como artigos para viagens de terra e mar, artefactos que fabricava no mesmo endereço ou importava do estrangeiro. O primeiro anúncio deste “novo estabelecimento” foi publicado no referido *Correio Mercantil*, em 15 de outubro desse ano, e destacava-se dos restantes pela sua grande dimensão e pela cuidada elaboração gráfica, com diversas vinhetas em que ressaltava uma imagem central representando um tropeiro bem equipado no dorso do seu cavalo. Neste reclamo e noutros que lhe seguiram, com pequenas alterações mas sempre de grande efeito, informava-se que se faziam concertos – o que era de esperar de uma loja com oficina anexa – e explicitava-se o grande sortido de artigos necessários à prática da montaria e à viagem.

50. O *Correio Mercantil* noticiou o seu sepultamento em 9 de fevereiro de 1859; nas páginas desse jornal o viúvo agradeceu a todos os que acompanharam o enterro de sua mulher no cemitério de Catumbé e anunciou a missa do 7.º dia, a realizar na igreja de S. Francisco de Paula, no dia seguinte (*O Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 11 e 14 de fevereiro de 1859, respetivamente).

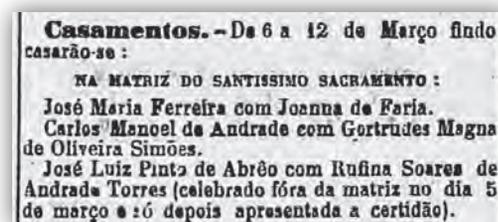
Não surpreende que José Luís Pinto de Abreu e o seu negócio surgissem arrolados no *Almanaque da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1864* entre o grupo de “negociantes” e no de “artes, ofícios, etc.”⁵¹, merecendo até lugar no seletorol de quarenta e cinco lojas que compunham a “Lista dos Estabelecimentos anunciados nas Notabilidades”. E a sua ocupação como negociante e fabricante neste ramo continuará a ser incluída na mesma publicação até 1867, então já com o título *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Tudo indica que exercia uma próspera atividade reconhecida no laborioso meio carioca, praticando inclusive atos filantrópicos característicos de indivíduos bem-sucedidos, como atesta a sua contribuição de 5\$000 réis para a subscrição a favor dos habitantes de Cabo Verde⁵².

Em março de 1864, José Luís Pinto de Abreu contraiu segundas núpcias com Rufina Soares de Andrade Torres, mas em fevereiro do ano anterior fizera uma escritura de dote a sua noiva, pela qual se constata a sua razoável situação financeira, bem como a intenção de não prejudicar os filhos do primeiro casamento em eventuais situações de partilhas. Cuidado desnecessário, pois, como se verá pela análise do seu inventário⁵³ feito logo após a sua morte, daí a uma dezena de anos, a família enfrentava grandes dificuldades financeiras.

José e Rufina tiveram cinco filhos, todos nascidos no Rio de Janeiro, à época capital do Império Brasileiro: Jonatas (que nasceu em 1864 mas não terá alcançado 10 anos de idade, pois faleceu antes da morte do pai, que ocorreu em 3 de julho de 1874); Eleusina (nascida em 1865 e que também faleceu antes do seu progenitor); Euclides, nascido em 1868 ou 1869; Imail (ou Ismael), cujo nascimento ocorreu em 1869 ou 1870; e Odila, nascida em 1873.

Em 1867, José Luís Pinto de Abreu fez até uma viagem a Portugal, para rever os seus familiares, acompanhado da mulher e de quatro filhos, luxo a que nem todos se podiam dar. A família saiu do Rio de Janeiro em 10 de julho, no paquete inglês *Oneida*, e entrou em 1 de agosto na barra do Tejo. Embora se desconheça o tempo da sua permanência no país natal, terá certamente assistido ao casamento do irmão Daniel, em novembro desse ano.

Este filho de Bernardo de Abreu viria a falecer na capital brasileira, a 3 de julho de 1874, com 43 anos, vítima de “lesão do coração”, como noticiou o *Diário do Rio de Janeiro*, de 9 daquele mês. Pouco mais de duas semanas decorridas sobre o óbito, a viúva solicitou a realização de inventário “por haver herdeiros menores”⁵⁴, peça que permite conhecer o percurso dos últimos anos de vida de José. E a história de mais este descendente de Bernardo



Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 4.4.1864



Chegada a Lisboa, de José Luís Pinto de Abreu, sua esposa e quatro filhos, procedentes do Rio de Janeiro, Jornal do Porto, 2.8.1867

51. No grupo dos negociantes, José Luís Pinto de Abreu constava entre os dez que possuíam loja de selins e arreios, e no grupo de fábricas e lojas de selins era arrolado numa lista de vinte estabelecimentos.

52. Este arquipélago, em 1864-1866, atravessou um período de grave crise alimentícia e emigração massiva devido a secas profundas (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 31.1.1864).

53. Processo de inventário que integra a referida escritura de dote.

54. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – *Fundo Tribunal Civil e Criminal do RJ – C4. Termo de Descostura e Recostura. Inventário do finado José Luís Pinto de Abreu*. Processo 1550, cx. 4236, 1897, 58 fls. Com efeito, o único filho maior de idade era Eduardo Augusto, com 21 anos; Leopoldina tinha 15, e, quanto aos filhos do segundo leito – Euclides, Imail e Odila – os dois rapazes tinham 5 e 4 anos, respetivamente, enquanto a menina apenas 15 meses.



de Abreu sepultado no Brasil não teve um desfecho feliz. Com efeito, em pouco tempo, a fortuna deixou de lhe sorrir: perdeu o negócio, passou a trabalhar por conta de outrem, mudou para uma casa modesta, contraiu algumas dívidas. Em poucas palavras, a sua morte deixou a família desamparada. O auxílio viria do avô português.

O recheio da casa do falecido José de Abreu foi arrolado e avaliado; os móveis mal deixavam vislumbrar a vida de desafogo de que há bem poucos anos a família desfrutava.

Quadro n.º 1

Bens arrolados por morte de José Luís Pinto de Abreu (1874)

Bens	Avaliação (em réis)
Uma mesa elástica de jantar com cinco tábuas	25\$000
Sete cadeiras de madeira branca (“bastante estragadas”)	17\$500
Uma étagère de vinhático*	3\$500
Seis marquesas para solteiro (“ordinárias”)	15\$000
Uma cama pequena para criança	3\$500
Duas mesas pequenas envernizadas de madeira branca	7\$000
Uma mesa de pinho para cozinha	2\$500
Uma mesa para engomar	3\$000
Duas talhas (“com defeito”)	1\$000
Quatro globos para iluminação (“um quebrado”)	6\$000
Uma cómoda pequena para enfeite	2\$500
Um lavatório (“ordinário”)	1\$500
Uma gamela de pau	1\$000
Uma jarra de madeira	\$800
Uma bacia	1\$000
Uma bacia de ferro	1\$500
Um relógio da parede	5\$000
Um armário pequeno envidraçado	3\$000
Uma estante para livros	3\$500
Enfeites para mesa	2\$500
Duas grades de madeira para escada	4\$000
Uma tábua com dois cavaletes para engomar	1\$500
Louça de uso (“desirmanada”)	15\$000
Trem de cozinha (“com defeito”)	5\$000
TOTAL	131\$800

* Peça de mobiliário com prateleiras para dispor pequenos objetos.

Em novembro de 1874, enquanto decorria a avaliação dos bens, Rufina de Abreu precisou nomear um tutor para os filhos menores, apresentando para esse fim o seu enteado, Eduardo Augusto Pinto de Abreu, então “emancipado e maior de 21 anos”⁵⁵. Pela

55. A emancipação de Eduardo fora solicitada por seu pai, em 1873, tinha então o jovem 20 anos (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – *Juízo de Órfãos e Ausentes da 2.ª Vara* (código ZM), processo n.º 2490, maço 123).

certidão de tutela, de 26 de janeiro de 1875, Eduardo comprometia-se, “sem dolo nem malícia”, a servir de tutor de seus irmãos menores, “educando-os, tratando-os, alimentando-os à custa dos rendimentos dos bens deles menos se os tiver e à própria custa caso os não tenham ou não cheguem; arrecadando tudo quanto por qualquer título pertencer aos mesmos menores para o pôr em boa guarda e serem entregues quando se casarem ou emanciparem”, ou ainda quando ordenado judicialmente.

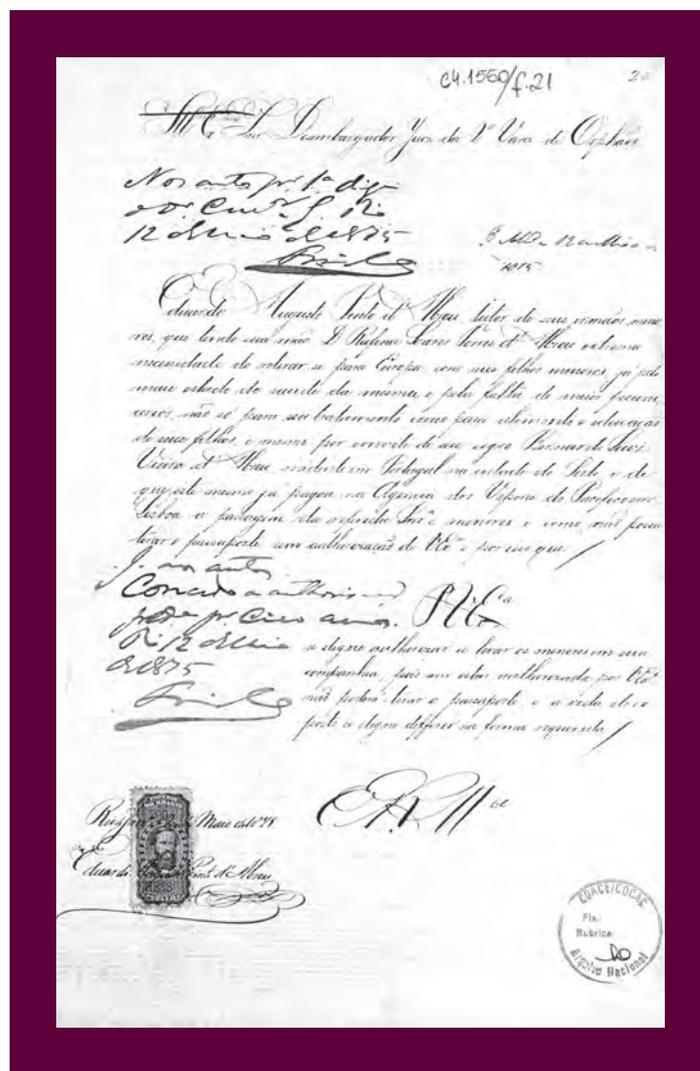
Eduardo tinha de assim proceder “sob pena de pagar por seus próprios bens todo e qualquer prejuízo que os mesmos menores venham a sofrer por omissão ou culpa sua”. Sobre os ombros do jovem recaía este pesado fardo, dado o pequeno valor dos bens de seu pai e o baixo vencimento que usufruía como empregado no comércio.

Em virtude da demora na venda dos bens do finado José, em 5 de maio foi deferido o pedido de Rufina para levar a uma só praça a venda dos móveis, apenas por meio de anúncios de jornal e dispensando edital e pregões, “visto a pouca importância” dos mesmos e também por se encontrar “sem meios para poder comportar grandes despesas pois qualquer quantia que tenha de desembolsar faz-lhe falta no necessário para alimento de seus filhos”.

Foi o velho Bernardo de Abreu quem valeu a esta família. A 12 de maio de 1875 – os bens haviam sido vendidos no dia anterior, embora a quitação só tenha ocorrido em novembro desse ano – Eduardo autorizou que fossem passados passaportes aos seus meio-irmãos, que juntamente com Rufina rumaram à Europa, a convite e expensas do patriarca da família, que depois de pagar na Agência dos Vapores do Pacífico, em Lisboa, as passagens de todos, acolheu em sua casa os netos e a nora doente, devido à “falta de meios pecuniários, não só para seu tratamento como para alimento e educação de seus filhos”.

Já no Porto, Rufina de Abreu passou, em 18 de agosto de 1875, procuração ao seu enteado Eduardo para que a representasse na justiça “em todas as causas cíveis ou crimes” em que fosse ré, sendo o seu cunhado Daniel Luís Vieira de Abreu uma das testemunhas deste ato notarial. Desta forma, e uma vez que o processo de inventário de seu falecido marido continuava aberto e sendo ela detentora de alguns rendimentos, o seu enteado podia receber a pensão vitalícia que ela auferia da Companhia Fidelidade, bem como os alugueres do escravo Patrício, pois era prática corrente os proprietários de escravos alugarem os serviços destes a terceiros. E em setembro de 1876, “para fazer face às despesas” de sua irmã Leopoldina, Eduardo levantou “os juros de apólices pertencentes à mesma menor”.

Constata-se que, não obstante o malogro dos seus negócios, José Luís Pinto de Abreu tinha tomado algumas providências para salvaguardar o futuro de sua mulher e filhos. No

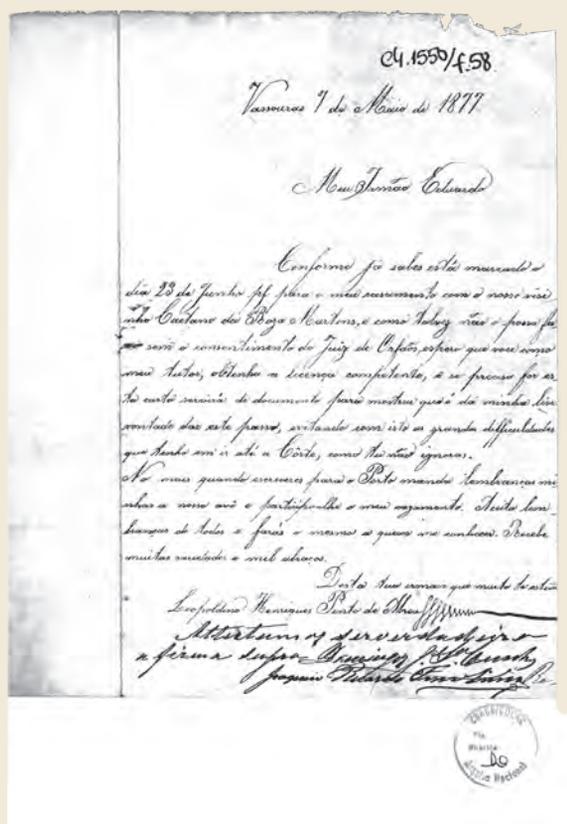


Eduardo Augusto Pinto de Abreu solicita ao juiz da 2.ª Vara de Órfãos do Rio de Janeiro a necessária autorização para que seus irmãos menores, de quem era tutor, viajassem com a mãe para Portugal, 12.5.1875



entanto, também tinha deixado algumas dívidas. O queixoso, José de Seixas Magalhães, era proprietário da loja e fábrica de malas onde José Luís de Abreu tinha sido escriturário. Seixas Magalhães reivindicou uma dívida de 813 mil réis, sendo 210 mil por alugueres da casa onde a família de José passara a residir, e de que o patrão ficara como fiador em novembro de 1873, e 603\$020 por vários adiantamentos, nomeadamente empréstimos de dinheiro e vários artigos da sua loja, sobretudo calçado, todos com data de 1874, ano da morte de José Luís. Em 17 de maio de 1875, o juiz deliberou que fosse pago a Seixas Magalhães o dinheiro dos alugueres – dívida que ficou cabalmente comprovada – mas colocou em dúvida o outro débito.

Entretanto, a vida tomava seus caminhos e, em maio de 1877, a jovem Leopoldina encontrava-se em Vassouras. Desse município do Estado do Rio de Janeiro solicitou ao seu irmão e tutor licença para casar com o fazendeiro Caetano da Rosa Martins, matrimónio que Eduardo julgou “de vantagem”⁵⁶. A jovem contava então 18 anos e na carta que escreveu ao irmão evocava o avô Bernardo:



Carta de Leopoldina Henriques Pinto de Abreu a seu irmão Eduardo Augusto Pinto de Abreu (7.5. 1877)

Vassouras 7 de maio de 1877

Meu irmão Eduardo

Conforme já sabes está marcado o dia 23 de junho para o meu casamento com o nosso vizinho Caetano da Rosa Martins, e como talvez não o possa fazer sem o consentimento do Juiz dos Órfãos, espero que você como meu tutor obtenha a licença competente, e se preciso for esta carta servirá de documento para mostrar que é da minha livre vontade dar este passo, evitando com isto as grandes dificuldades que tenho em ir até à Corte, como tu não ignoras.

No mais, quando escreveres para o Porto manda lembranças minhas a nosso avô e participa-lhe o meu casamento. Aceita lembranças de todos e farás o mesmo a quem me conhecer. Recebe muitas saudades e mil abraços.

Desta tua irmã que muito te estima

Leopoldina Henriques Pinto de Abreu.

(Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – *Fundo Tribunal Civil e Criminal do RJ* – C4. *Termo de Descostura e Recostura. Inventário do finado José Luís Pinto de Abreu, 1874-1897*)

56. O casamento de Leopoldina realizou-se em 23 de julho de 1877, segundo dados do registo do mesmo, embora a jovem refira na carta que seria no mês de junho. Do seu marido faz menção um estudo que refere que, em março de 1895, ele manifestou a intenção de tomar ao seu serviço três crianças negras, comprometendo-se a pagar-lhes a soldada durante cinco anos e obrigando-se a educá-las, alimentá-las e vesti-las, factos que se inserem no contexto de trabalho e alfabetização de menores negros na fase subsequente ao fim da escravatura no Brasil decretado em 13 de maio de 1888, pela célebre Lei Áurea (NETO, Alexandre Ribeiro, 2011 – “O fio do novelo: o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras de 1889 a 1930” in *Anais do XXVI Simpósio de História*. São Paulo: ANPUH).

Foi, pois, em Vassouras que Leopoldina Henriques Abreu Martins viveu o resto dos seus dias, tendo aí falecido em 1908; para sua companhia tinha ido o irmão Ismael Arão Pinto de Abreu, que morreu em 1893. Do irmão Euclides perdeu-se o rasto, enquanto Odila, a irmã que a todos sobreviveu, talvez tenha permanecido em Portugal, já que aquando da morte do irmão mais velho, Eduardo, em 1928, foi ela que, como parente mais próxima e na condição de "ausente", comunicou o seu passamento e anunciou a missa de 7.º dia na imprensa carioca.

Já Rufina permaneceu no Porto onde os elos com a família do marido se reforçaram, sendo em 19 de novembro de 1879 madrinha de batismo de Aurélio, filho do cunhado Daniel Luís Vieira de Abreu que dirigia já os negócios da Casa Abreu desde 1870. Aliás, em 1898, quando as autoridades judiciais do Rio de Janeiro pretenderam intimar Rufina de Abreu a propósito do processo em que era inventariante dos bens do falecido marido, não foi possível ao oficial de justiça entregar-lhe o mandato de intimação por não a encontrar nem sobre ela conseguir obter quaisquer informações, sendo depois a citação publicada no *Diário Oficial*, momento em que terminou este longo processo de inventário, iniciado 24 anos antes!

Da prole de José Luís Pinto de Abreu, e mesmo da família Abreu dos dois lados do oceano, foi o seu filho varão quem mais se distinguiu. Eduardo Augusto Pinto de Abreu casou aos 40 anos, em 1893⁵⁷, com a viúva Carolina Mayrink de Azevedo, que contava então 47 anos.

Esta senhora, natural do Rio de Janeiro, filha de Henrique Ferreira Mayrink e Estácia Maria da Conceição, era viúva de Joaquim Mayrink de Azevedo, um negociante português falecido em 1892, de quem teve seis filhos: Artur, Alfredo, Álvaro, Antenor, Alzira e Hermínia. Faleceu pouco antes de completar 81 anos, com angina de peito.

Eduardo e Carolina ficaram a morar na residência dela, na Praia das Palmeiras, em São Cristóvão. Este matrimónio terá facilitado a ascensão económico-social de Eduardo que, três anos antes de casar, em outubro de 1890, se reformou como capitão do Exército, patente que tinha assumido no ano anterior⁵⁸. No entanto, tudo leva a crer que tivesse tido promoções na situação de aposentado, já que é referido como major, a partir de 1913, e



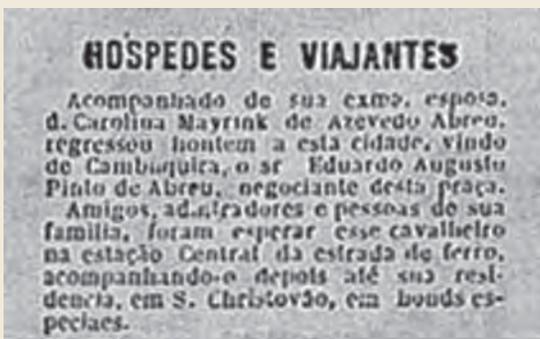
O Paiz, Rio de Janeiro, 25.7.1901

57. O seu processo de habilitação de casamento data deste mesmo ano (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia de São Cristóvão, código 7D, *Habilitação de casamento*, processo n.º 616, maço 2888 gal).

58. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14.10.1889 e 22.10.1890.

coronel, de 1921 em diante. Paralelamente desenvolveu a atividade comercial, que progressivamente floresceu até se tornar um dos nomes mais respeitados na praça carioca. Este “conceituado capitalista”⁵⁹ teve uma vida social intensa – nos jornais abundam as referências às festas ocorridas em sua casa, às cerimônias religiosas que apadrinou, enfim, aos eventos em que participou. Era vulgar encontrar na imprensa fluminense notícias como a que a seguir se transcreve, neste caso narrando a esplendorosa recepção ao casal, após uma temporada termal:

Hóspedes e Viajantes



Acompanhado de sua exm^a esposa, D. Carolina Mayrink de Azevedo Abreu, regressou ontem a esta cidade, vindo de Cambuquira, o sr. Eduardo Augusto Pinto de Abreu, negociante desta praça.

Amigos, admiradores e pessoas de sua família, foram esperar esse cavalheiro na estação central da estrada de ferro, acompanhando-o depois até sua residência, em S. Cristóvão, em bondes especiais⁶⁰.

(Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31.3.1902)

As iniciativas empresariais de Eduardo e Carolina foram variadas como se pode acompanhar pelo *Almanaque Laemmert*. Entre 1878 e 1884, Eduardo de Abreu era um dos dois sócios que detinham a firma Cardoso Monteiro & Abreu, sita na Travessa de Santa Rita, n.º 14, que fabricava tinta para escrever e importava pólvora⁶¹; a sua experiência no primeiro daqueles ramos devia ser antiga, já que, em 1879, retirou-se da sociedade Pinto Gomes, Cunha & C.^a, dedicada à importação e exportação de tintas.

Em 1885, Carolina Mayrink de Azevedo surgia integrada no grupo de “capitalistas e proprietários”, com três endereços profissionais, incluindo a atrás citada Travessa de Santa Rita, mas no n.º 21⁶², sendo este o ano em que a Junta Comercial do Rio de Janeiro aceitou a matrícula de Eduardo de Abreu como comerciante⁶³. Antes do casamento, Eduardo e Carolina partilhavam círculos socioprofissionais comuns: a firma Mayrink, Abreu & C.^a, sediada no n.º 14 da referida travessa, tinha sido constituída por ambos e dedicava-se ao comércio de pólvora e dinamite. No ano de 1886, eram apresentados como “proprietários da

59. *O País*. Rio de Janeiro, 25.7.1921. Mas não era só pelo seu nome de batismo que a imprensa o mencionava, sendo aí também referido como Eduardo Augusto Henrique Abreu (o apelido de sua mãe era Henriques e a irmã tinha esse sobrenome) e, a partir de 1912, como Eduardo Augusto Mayrink de Abreu, enquanto a mulher acrescentou este último apelido.

60. Cambuquira é um município que faz parte do circuito das águas termais de Minas Gerais, a 320 km de Belo Horizonte e a 340 km do Rio de Janeiro.

61. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanaque Laemmert)*, 1884, pp. 16 e 661, respetivamente.

62. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1885, p. 472.

63. *O País*. Rio de Janeiro, 26.3.1885.

Imperial Fábrica das tintas de copiar e escrever, preta e violeta, denominadas C. Monteiro⁶⁴. Assim, tudo leva a crer que Eduardo e Carolina compraram ao antigo sócio do primeiro, Cardoso Monteiro, a fábrica de tintas, aliás prestigiadíssimas, com prêmios nacionais e internacionais e com venda interna e no exterior, sendo indicados, em 1887 e 1888, como negociantes no ramo da “Importação e Exportação”⁶⁵. Em 1889, as referências são individuais: Carolina surge novamente integrada no rol de “capitalistas e proprietários”, enquanto Eduardo de Abreu é referido no ramo das “comissões”⁶⁶.

No almanaque editado em 1891, a firma Mayrink, Abreu & C.^a (sita na Travessa de Santa Teresa) fez publicar um anúncio onde publicitava o seu negócio de dinamite, espoletas, estopins e pólvora de todas as qualidades. Esta sociedade, que fabricava pólvora e artigos de armamento que vendia para o Exército, meio em que Eduardo de Abreu se movimentava bem dada a sua condição de oficial, desfez-se em janeiro de 1893, isto é, no ano do casamento de ambos, como notícia *O País*⁶⁷, mas dois anos depois ressurgue sob a designação Mayrink, Abreu, Machado & Cia., deixando Alfredo Mayrink de Azevedo – filho de Carolina e Joaquim – de ser empregado a 18 de fevereiro⁶⁸, embora o registo dessa firma na Junta Comercial se tenha feito apenas em 1899⁶⁹.

O almanaque carioca publicado em 1900 para o ano seguinte fornece a interessante notícia de que Eduardo Augusto Pinto de Abreu era negociante de pólvora com vários endereços no Rio de Janeiro, mas também na Rua do Loureiro, n.º 74, na cidade do Porto – justamente a sede dos negócios de seu tio Daniel Luís Vieira de Abreu – sendo esta a primeira referência de alguma ligação dos negócios entre os descendentes de Bernardo de Abreu residentes em Portugal e no Brasil, permitindo ainda colocar a hipótese que o tirocínio comercial, feito no Rio de Janeiro, do

64. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1886, pp. 231 e 1002.

65. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1887, pp. 762 e 765; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial Rio de Janeiro*, 1888, p. 773.

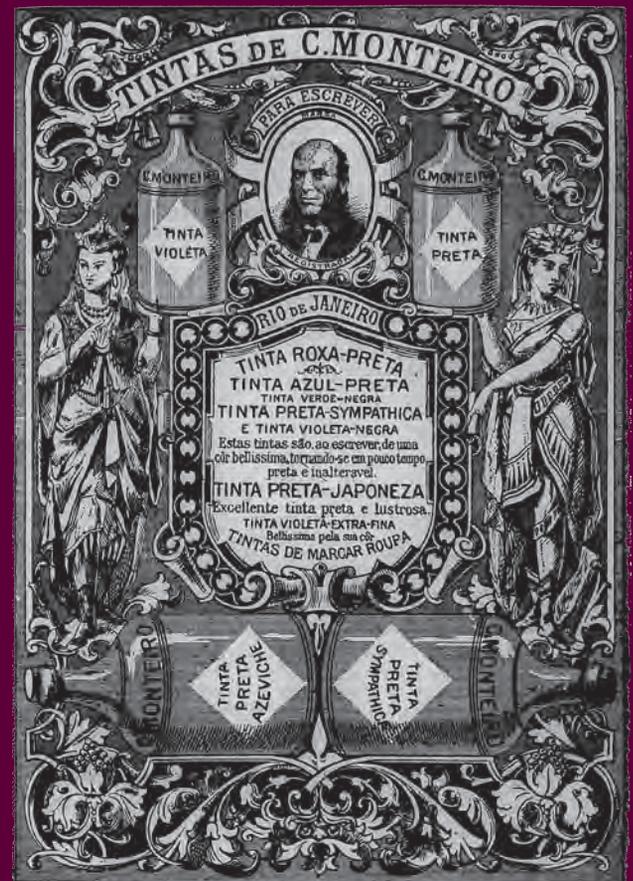
66. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1889, pp. 589 e 118, respetivamente.

67. *O País*. Rio de Janeiro, 12.1.1893.

68. *O País*. Rio de Janeiro, 20.2.1895.

69. *O País*. Rio de Janeiro, 27.3.1899.

Fabricas e Depositos de Tinta para Escrever
Cardoso Monteiro & Abreu; socios Antonio Joaquim de Souza Cardoso Monteiro e Eduardo Augusto Pinto de Abreu, travessa de Santa Rita, 14.
(Vide pags. 969 e 970.)



970 INDUSTRIA, FABRICAS,
TINTAS DE C. MONTEIRO
PARA ESCRIVER.

Estas muito superiores tintas, filhas queridas da nossa industria nacional, vierão trazer ao mundo commercial uma revolução completa no artigo tintas para escrever! O grande consumo que ellas estão tendo, tem dado que pensar a individuos que, embriagados no somno da ignorancia, despidos do mais pequeno atomos de conhecimento fabril e industrial, se apresentão em nossos mercados com preparações pessimas em imitações más, procurando para engrandecerem os seus máos productos o assustalhamento dos daquelles que tem consumido um tempo da sua vida no estudo theorico e pratico de uma industria, que exerce boa e perfeita a apreciação do publico.

MAS NÃO TERÃO VANTAGEM.

No seculo que atravessamos, com as luzes que as sciencias nos têm dado, com o conhecimento a illustração que hoje têm todos os povos, e que já se não deixa ir senão pelo lado da realidade, não poderão os mal intencionados, com ficções ardilosas e annuncios mentirosos, conseguir os seus fins e destruir o effeito de uma base solidificada nos profundos alicerces que vamos demonstrar.

As tintas de C. Monteiro são uma industria nova e que pela primeira vez apparece hoje em nossos mercados; e já muito antiga. Pois tendo sido nós o unico fabricante das tintas conhecidas pela denominação Monteiro, desde o anno de 1871 a 11 de Dezembro de 1878; tendo apresentão em nossas marchas tintas de nosso aperfeiçoamento, e estado victorioso, como são as tintas denominadas azul-preta, verde-negra, preta-sympathica, preta-japonesa e outras, que pelas suas varias combinadas preparações, novidade de processos e cores de phytissia, com letta segurança, beautifulidade e liguidade, nos merecerão para a Exposição Nacional de 1875 e da Philadelphica de 1876, com a apresentação destas tintas; sendo nós o unico possuidor do fabrico destas tintas, por serem, como havemos dito, tintas de nosso estudo e invento, claro fica que as tintas de C. Monteiro são as unicas a merecerem a confiança do respeitavel publico, pela exposição que acabamos de fazer com toda a verdade. — C. Monteiro.

PARECER DA ILLUSTRADA REDACÇÃO DA « GAZETA DE NOTÍCIAS »
DE 17 DE MAIO DE 1879.

« Os Srs. Cardoso Monteiro & Abreu nos offerecerão seis botijas das diversas qualidades das acreditadas e conhecidas tintas de C. Monteiro. A julgar pelo que apresentão á primeira vista, parece-nos que as tintas preto-japonesa, azul-preta, verde-negra e preta-sympathica, distinguem-se de todas as outras e conhecidas, pela sua bella cor, que, momentos depois de escrever-se, torna-se um preto fixo e indelivelavel, o que é uma grande recommendação para toda sorte de escripturação. « As botijas destas tintas trazem no voltado o retrato do fabricante, como pretexto contra as falsificações. « E digno do acatamento do publico a fabrica dos Srs. Cardoso Monteiro & Abreu, que procurou elevar a industria nacional acima das estrangeiras. »

PARECER DA ILLUSTRADA REDACÇÃO DO « JORNAL DO RECIFE »
DE 17 DE OUTUBRO DE 1879.

As tintas de escrever de C. Monteiro.

« Um industrial reconhecendo, o Sr. Cardoso Monteiro, fabricante de tintas de escrever, de cores diversas, no Rio de Janeiro, tem conseguido levar os productos da sua fabrica a uma perfeição que iguala ao que no mesmo genero se fabrica de melhor no estrangeiro. « São seis as qualidades que elle expõe á venda, e se denominão: roxa-preta, japonesa, preto-azulado, violeta, azul-preta, e para copiar. « Qualquer dellea tem as qualidades mais convenientes para a escripta, e sustentão a boa fama que têm adquirida em todo o pais. « Com a ajuda de hoje repartimos um annuncio avulso do mencionado fabricante, e para a exposição que elle faz, chamamos a attenção do publico. « Vendem-se em todas as livrarias da Oropa e principaes localidades do Imperio e Rio de Janeiro. « Nota.—São verdadeiras as tintas de C. Monteiro aquellas que tiverem como marca registada o retrato-fil do fabricante-inventor: C. Monteiro. »

*Eduardo Augusto Pinto de Abreu, polvora, Santa Rita 26, Municipal 21 e Loureiro 74, Porto, Portugal.

100 NOTABILIDADES COMERCIAES

DYNAMITE

N. 1, com 75 % de Nitro-Glycerina

ESPOLETAS

ESTOPINS DE BORRACHA FITA E COMMUM

Tudo dos melhores fabricantes da Europa

IMPORTADORES DE FERRAGENS

C. E. O.

Materiaes para construcções de estradas de ferro e mais obras

POLVORA

De todas as qualidades, grossa, fina, para caça, pedreiras e fogueteiros.

MARYINK, ABREU, MACHADO & C.

21 RUA MUNICIPAL 21

C. E. O.

12, 14, 26 TRAVESSA DE SANTA RITA 12, 14, 26

RIO DE JANEIRO

Companhia Manufactora de Chapéos

3ª CHAMADA DE CAPITAL

Os Srs. accionistas desta companhia são convidados a realizar no seu escriptorio provisório, á travessa de Santa Rita n. 14, do dia 2 ao dia 7 do corrente, a 3ª entrada de 10 % ou 20\$ por accção.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1891—
O presidente, *Eduardo Augusto Pinto de Abreu.*

EDUARDO AUGUSTO MAYRINK ABREU — Falleceu hontem, ás primeiras horas da tarde, o Sr. Eduardo Augusto Mayrink Abreu, antigo e illustrado commerciante de nossa praça, onde deixou bem nítidos os traços de uma personalidade invulgar, que soube desenvolver seus negocios dentro das mais rígidas normas de caracter e integridade moral, destacando-se por ter sabido praticar com intelligencia a caridade aos humildes e o estímulo aos seus auxiliares. Foi durante muitos annos chefe da casa Mayrink Veiga & Cia., da qual era ainda socio commanditário.

Desapparece aos 75 annos de idade, deixando uma unica filha, casada com o Sr. Alfredo Mayrink Veiga.

Art. 1843

POLVORA E DYNAMITE DO COMMERCIO

DEPOSITO NA ILHA DO BOM-JARDIM

Proprietarios
Mayrink, Abreu & C.; socios:

*Carolina Mayrink de Azevedo, D.
*Eduardo Augusto Pinto de Abreu, trav. Santa Rita, 14.

Ilhas da firma
Bom-Jardim, na freguezia de Inhaúma.
Saravathá, na freguezia de Irajá.

(Para mais informações, vide *Notab.* pag. 1826).

A semanal da Associação Commercial

Foi breve, hontem, a reunião no Palacio do Commercio, por isso que foi levantada em signal de pesar pelo fallecimento do Sr. Eduardo Augusto Mayrink de Abreu.

▲ Publicidade no Almanaque Laemmert e notícias em vários jornais do Rio de Janeiro, referentes a Eduardo Augusto Pinto de (Mayrink) Abreu ▼

Realiza-se hoje o casamento do Sr. Eduardo de Abreu Monteiro, funcionario do alto commercio, com a senhorita Aurea Mayrink de Azevedo, neta do coronel Eduardo Mayrink de Abreu, negociante e capitalista nesta praça.

O acto civil realiza-se ás 19 horas, na residencia dos avós da noiva, e servirão de padrinhos, por parte do noivo, o Sr. Alfredo Veiga sua Exma. esposa, e o religioso effectua-se na matriz de S. Christovão, ás 20 horas, sendo paranympnos, por parte da noiva, a Sra. Carolina Abreu, e, por parte do noivo, o coronel Eduardo Abreu.

A' noite, na residencia dos avós da noiva, será offerecida ás pessoas da sua amizade uma *soirée* musical-dansante.

DESPEDIDA

Eduardo Augusto de Mayrink Abreu, seguindo para a Europa, com sua esposa e neta Nicoleta, pelo vapor *Cap Blanco*, despede-se das pessoas de sua amizade e offerece os seus prestimos á rue de La Victoire n. 14, Paris.

EDUARDO AUGUSTO MAYRINK ABREU

AGRADECIMENTO

Eduardo Augusto Mayrink Abreu, profundamente reconhecido a seus dedicados amigos e proficientes clinicos Drs. Sylvio Sá Freire e Sylvio Sá Freire Sobrinho pelos esforços despendidos com feliz resultado no seu tratamento da grave enfermidade de que vem de restabelecer-se, bem como a todos quantos lhe deram as provas mais evidentes de seu interesse por esse resultado, acompanhando com suas visitas, cartas e telegrammas a marcha da molestia, agradece, por este meio tanta bondade e reaffirma a sua sincera gratidão.

S. Fco. Xavier 280. Rio, 6 de abril de 1923.

Eduardo Augusto Mayrink Abreu. (R 85)

Eduardo Augusto Mayrink Abreu

Mayrink Veiga & Cia. communicam aos seus amigos o fallecimento do seu chefe o amigo — Eduardo Augusto Mayrink Abreu, e convidam para o seu enterramento que se realizará hoje, ás 14 horas, saindo o feretro da rua Voluntarios da Patria 75, para o Cemiterio de S. Francisco Xavier.

(D 19804)

Eduardo Augusto Mayrink Abreu

Odilla A. Pinto de Abreu (ausente), Alfredo Mayrink Veiga e senhora, filhos, genros, nora e netos, communicam ás pessoas de sua amizade o fallecimento do seu irmão, pae, sogro e avô, Eduardo Augusto Mayrink Abreu, e convidam para o seu enterramento que se realizará hoje, ás 14 horas, saindo o feretro da rua Voluntarios da Patria 75, para o cemiterio de São Francisco Xavier.

(D 19804)

jovem Aníbal, filho e sucessor de Daniel na Casa Abreu, se tenha realizado sob a tutela de seu bem-sucedido primo Eduardo, mais velho do que ele 23 anos.

Em 1904, deu-se a liquidação da firma Mayrink Abreu, Gameiro & C.^a, sociedade de que pouco se sabe, para novamente ser constituída a Mayrink Abreu & C.^{a70}. Todavia, em 1912, há informação da existência da Mayrink Veiga & C.^a, uma sociedade entre Eduardo Augusto Mayrink Abreu e Alfredo Mayrink da Silva Veiga, dedicada ao ramo das ferramentas, sendo essa informação reiterada na edição publicada em 1917 que expressa o ramo de negócio como “ferreiros e serralheiros”, para em 1921 o *Correio da Manhã* se lhe referir como instalação de usinas e hidroelétricas⁷¹, verificando-se assim uma evolução desta empresa para a maquinaria pesada. Todavia, a Mayrink, Abreu, Machado & C.^a fez novo registo na Junta Comercial em 1921⁷².

Como se pode constatar, Eduardo de Abreu esteve à cabeça de várias firmas importantes, por vezes simultaneamente, algumas com maior longevidade do que outras. A título de exemplo, refira-se que foi presidente de uma companhia manufatora de chapéus, fundada em 1890⁷³, que no início do ano seguinte realizou terceira chamada de capital⁷⁴, vindo a ser liquidada em julho de 1894⁷⁵.

Como qualquer capitalista de grosso trato, Eduardo de Abreu fez várias viagens à Europa. Em 18 de julho de 1900, partiu no paquete *Chili* acompanhado de Carolina, tendo regressado a 30 de março de 1902⁷⁶. Em maio de 1913, fez nova travessia rumo ao velho continente, com a mulher e sua neta, dando a imprensa como destinos as cidades de Paris e Hamburgo⁷⁷.

Em 1923 terá padecido de doença grave, chegando a publicar na imprensa um agradecimento aos médicos que o assistiram⁷⁸. Morreu cinco anos depois, a 25 de fevereiro de 1928, pouco mais de um ano volvido sobre o óbito de Carolina, sendo sepultado junto dela, no cemitério de S. Francisco Xavier⁷⁹.

A imprensa da capital brasileira noticiou prolixamente as exéquias de Eduardo Augusto Pinto de Abreu, elogiando as suas qualidades empresariais e sociais⁸⁰. A primeira reunião semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro ocorrida depois da sua morte, mais exatamente em 28 de fevereiro, foi aberta para fazer exclusivamente o seu elogio fúnebre, sendo encerrada de imediato, em sinal de luto⁸¹.

Sem filhos, aquele que fora tutor de todos os seus irmãos (continuando a relacionar-se com eles pela vida fora), que assistiu à falência arrastada e dolorosa de seu pai, que tivera uma juventude de trabalho e privação, deixou uma fortuna superior a três mil contos de réis cuja repartição pelos sobrinhos foi noticiada pela imprensa no ano de 1932.

A primeira reunião semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro ocorrida depois da morte de Eduardo Augusto Pinto de Abreu, foi aberta para fazer exclusivamente o seu elogio fúnebre, sendo encerrada de imediato, em sinal de luto

70. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1.11.1904.

71. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21.6.1921.

72. *O País*. Rio de Janeiro, 21.7.1921.

73. *Diário do Comércio*. Rio de Janeiro, 4.10.1890.

74. *O País*. Rio de Janeiro, 2.2.1891.

75. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15.7.1894.

76. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, 18.7.1900; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31.3.1902.

77. *Correio da Manhã* e *O País*, ambos do Rio de Janeiro, edições de 21.5.1913.

78. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7.4.1923.

79. *O País*. Rio de Janeiro, 26.2.1928.

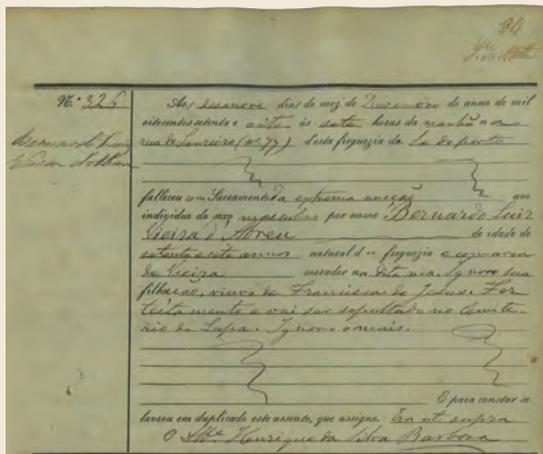
80. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 26.2.1928.

81. *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro, edições de 1.3.1928.



2.4. Bernardo Luís Vieira de Abreu – balanço de uma vida

Bernardo de Abreu morreu no Porto, no dia 19 de dezembro de 1878, de febre tifóide, tendo caído doente no mês anterior⁸², em consequência de um surto epidémico que então grassava na cidade.



Registo de óbito de Bernardo Luís Vieira de Abreu (19.12.1878)

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e setenta e oito, às sete horas da manhã, na Rua do Loureiro (número 77), desta freguesia da Sé do Porto, faleceu com sacramento da extrema-unção um indivíduo do sexo masculino, por nome Bernardo Luís Vieira de Abreu, de idade de setenta e sete anos, natural da freguesia e comarca de Vieira, morador na dita rua. Ignoro sua filiação, viúvo de Francisca de Jesus. Fez testamento e vai ser sepultado no cemitério da Lapa. Ignoro o mais. E para constar se lavrou em duplicado este assento, que assino.

Era ut supra o abade...

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Paroquiais. Livro de registo de óbitos da freguesia da Sé, 1878*)



Casa na Rua do Loureiro, n.º 75 a 79, onde residiu e faleceu Bernardo Luís Vieira de Abreu, 2010

Construía uma vida próspera, dispunha mesmo de uma pequena fortuna, uma vez que, como reza o seu testamento efetuado em 1875, não tinha quaisquer dívidas, possuía dezasseis contos de réis em inscrições do tesouro e era proprietário da sua residência e ainda mantinha a sua casa comercial.

Por outro lado, o septuagenário Bernardo de Abreu conheceu o luto bem de perto, por numerosas vezes, vendo reduzir-se substancialmente o seu círculo familiar. O seu testamento é feito em favor de poucas pessoas. Além de Daniel, que lhe sucedeu na direção do negócio, restavam-lhe os filhos Eduardo, então residente na Bahia, e a filha Adelina, casada com Henrique Pinto, sendo a quarta herdeira a nora Rufina, viúva de seu filho José. São ainda contemplados os filhos deste casal, atrás mencionados; dois destes netos eram seus afilhados, bem como o filho mais velho de Daniel e o primogénito da sobrinha Raquel, a que atrás se aludiu. O documento testamentário de Bernardo de Abreu referia ainda “Ana Ludovina Vieira, comigo moradora”⁸³, que nos anúncios fúnebres era mencionada como sua sobrinha – e que virá, posteriormente, a emprestar dinheiro a Daniel – a quem, juntamente com Rufina, deixa parte da terça, bem como casa mobilada e comida, na condição de a nora se conservar viúva, e ela, a quem denomina “Aninhas”, solteira. Finalmente, o “círculo da casa” de Bernardo de Abreu fecha-se com a criada Maria e seu irmão Justiniano.

82. Arquivo Distrital do Porto – *Administração Central (Governo Civil)*. Certidões de óbito, 1878.

83. Ana Ludovina Vieira faleceu em inícios de outubro de 1904 (*O Primeiro de Janeiro*. Porto, 5.10.1904).

Embora a documentação existente pouco elucidie sobre a evolução dos seus negócios, o testamento que lavrou quando tinha 74 anos revela que à data do falecimento da mulher, em janeiro de 1856, não houve inventário “por nessa ocasião não haver de que o fazer”. Pode então concluir-se que foi nos vinte anos subsequentes que o negócio prosperou, permitindo-lhe acumular algumas poupanças e deixar uma herança material que, nas suas palavras modestas, “foi o que eu pude forrar”. Não menos modesta foi a sua vontade de ter um enterro “sem campa”, no cemitério de Nossa Senhora da Lapa, confraria de que era irmão.

Todavia, talvez o seu principal legado tenha sido o capital moral, a credibilidade que conferiu à casa de passagens e bilhetes que fundou e consolidou num tempo em que a procura por estes produtos era grande, mas também por isso a oferta nem sempre se regulava pelas regras estritas da honestidade e transparência.



Porto—Real Capella de N. S. da Lapa

Postal, 1900

Testamento—Falleceu ante-hontem o sr. Bernardo Luiz Vieira de Abreu, pae do sr. Daniel Luiz Vieira de Abreu. Fizeram-no-lhe hontem os responsos de sepultura na real capella de Nossa Senhora da Lapa. Deixou testamento cerrado, feito em data de 20 de janeiro de 1875, no qual declara residir na rua do Loureiro e ser viuvo de D. Francisca de Jesus. Lega as duas terças partes da sua herança á viuva de seu filho José, de nome Rufina Soares Torres d'Abreu, e a seus filhos Eduardo Luiz Ferreira d'Abreu, Daniel Luiz Vieira d'Abreu, e Adalina, casada com o sr. Henrique Luiz Ferreira Pinto. Lega a sua terça d'alma a Rufina Torres, Adalina e Anna Ludovina Vieira. Nomeia testamentários seu filho Daniel, seu genro Henrique e o sr. Francisco José Teixeira de Carvalho Junior. Quer que o seu funeral se faça sem pompa e que se dêem 300 reis a cada irmão da Lapa que condizer o seu cadaver ao cemiterio. Que se dêem 205000 reis a cada um dos seus dois criados, e a cada um dos seus quatro afilhados 25000 reis. O restante da sua herança lega-o em partes iguaes a sua nora e a seus três fillos.

Agradecimento
7501 O abaixo assignados julgam ter agradecido nos ill. mos e ex. mos aza. que assistiram ao responso da sepultura que por alma de nosso prezado pae, sogro e tio o sr. Bernardo Luiz Vieira d'Abreu, teve logar na real capella da Lapa, na noite de 20 do corrente, mas podendo ter havido alguma falta involuntaria, vem por este meio testemunhar a todos o seu indelevel reconhecimento. Porto, 27 de dezembro de 1878. Daniel Luiz Vieira de Abreu Adalina de Abreu Ferreira Pinto Henrique Cesar Ferreira Pinto Rufina Soares Torres de Abreu Anna Rita Vieira de Abreu Anna Ludovina Vieira.

Notícia e agradecimento,
O Primeiro de Janeiro,
21 e 28.12.1878

l.
Registo do testamento com que falleceu, no dia dezanove de Dezembro de mil e setecentos setenta e cinco, Bernardo Luiz Vieira d'Abreu, viuvo e morador, que foi, á rua do Loureiro, freguesia da S. d' esta cidade. Testamento. Bernardo Luiz Vieira d'Abreu, viuvo de Francisca de Jesus, que pretende que sejam divididos os seus haveres do modo seguinte: as duas partes de que houver para serem divididas em partes iguaes pelos seguintes: para a viuva de meu filho José, de nome Rufina Soares Torres d'Abreu, e seus fillos, ao presente na cidade da Rio de Janeiro, e a meu

Primeira página do testamento de Bernardo Luís Vieira de Abreu, 1875

Testamento de Bernardo Luís Vieira de Abreu, efetuado em 1.4.1875 e aberto em 23.12.1878

Testamento de Bernardo Luís Vieira de Abreu, viúvo de Francisca de Jesus, que pretende que sejam divididos os seus haveres do modo seguinte: as duas partes do que houver para serem divididas em partes iguais pelos seguintes: para a viúva de meu filho José, de nome Rufina Soares Torres de Abreu, e seus filhos, ao presente na cidade do Rio de Janeiro, e a meu filho Eduardo Luís Vieira de Abreu, na cidade da Bahia, e a meu filho Daniel Luís Vieira de Abreu, e a minha filha Adelina, casada com Henrique César Ferreira Pinto, estes últimos dois ao presente nesta cidade do Porto, levando-se-lhe em conta o que já receberam, que foi o seguinte: a meu filho José Luís Pinto de Abreu – cinco contos de réis em moeda brasileira; e a meu filho Eduardo Luís Vieira de Abreu – quatro contos de réis em moeda brasileira; e a meu filho Daniel Luís Vieira de Abreu – dois contos e duzentos mil réis em moeda deste reino de Portugal; e a minha filha Adelina – dois contos e duzentos mil réis em moeda deste Reino de Portugal. Agora, enquanto à minha terça, quero que seja dividida da maneira seguinte, em partes iguais, sendo cada uma de quatrocentos mil réis para cada uma dos nomes seguintes: Rufina, minha nora, e Adelina, minha filha, e Ana Ludovina Vieira, comigo moradora, a cada uma quatrocentos mil réis, e casa mobilada e comida para as duas, conservando-se a Rufina viúva, e a Aninhas solteira; e se por acaso quiserem dividir a casa, lhe arranjarão e pagarão em outro sítio casa mais barata, pois isto ficará na opinião e vontade dos meus três testamenteiros, que são os seguintes: em primeiro, meu filho Daniel; segundo, meu genro Henrique; terceiro, o senhor Francisco José Teixeira de Carvalho Júnior, os quais darão cumprimento ao que adiante levo dito, assim como me mandem fazer o meu enterro, sem campa, no cemitério de Nossa Senhora da Lapa, depois do responso na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, de onde sou irmão; e que se dê trezentos réis a cada irmão que me levar da Igreja até ao cemitério, e que se mande dizer vinte missas por minha alma, mulher e filhos, cada uma da quantia de trezentos réis; e que se dê à minha criada Maria e a seu irmão Justiniano, vinte mil réis a cada um, se ainda estiverem ao meu serviço; e a quatro meus afilhados que são: dois que foram filhos de meu filho José, e um de meu filho Daniel, e um de minha sobrinha Raquel, vinte e cinco mil réis a cada um, sendo que estejam vivos, e tudo o que crescer desta minha terça será dividido pelos meus quatro herdeiros, que são minha nora Rufina, e os três meus filhos a saber os nomes – Eduardo, Daniel e Adelina. Declaro que nesta data não devo coisa alguma, e possuo esta morada de casas e o negócio e dezasseis contos de réis em inscrições; pois tudo isto junto, com o que já receberam, farão suas partilhas sem [que] nenhum fique lesado, pois foi o que eu pude forrar; porque quando morreu minha mulher não houve inventário por nessa ocasião não haver de que o fazer. Porto, vinte de janeiro de mil oitocentos e setenta e cinco. = Bernardo Luís Vieira de Abreu. Só o que não devem cumprir é se Rufina e Aninhas se casarem, não se lhes dar mais casa nem comida; enquanto aos quatrocentos mil réis quero que se lhes satisfaçam a cada uma delas. Porto, vinte e seis de março de mil oitocentos e setenta e cinco. = Bernardo Luís Vieira de Abreu.

Aprovação

Saibam os que este público instrumento de aprovação de testamento virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos setenta e cinco, no primeiro dia do mês de abril, nesta cidade do Porto, Rua da Fábrica e meu cartório, compareceu presente Bernardo Luís Vieira de Abreu, viúvo, proprietário e negociante, morador na Rua do Loureiro, desta mesma cidade, com saúde, perfeito juízo e entendimento e livre de toda e qualquer coação, segundo o meu parecer e o das testemunhas que presentes se achavam, que o reconhecem pelo próprio, cuja identidade verificaram e elas o são de mim tabelião, do que dou fé; perante as quais todos juntos por ele testador me foi entregue este papel; dizendo-me que era o seu testamento e disposição de sua última vontade, que o escrevera, assinara e rubricara de seu punho e porque estava à sua vontade me pedia lho aprovasse para sua validade. Em consequência do que passei a vista pelo dito testamento sem o ler, e achei que estava escrito, assinado e rubricado por ele testador numa página de papel, na qual se compreende uma declaração escrita e assinada por ele testador, sem emenda, borrão, entrelinha ou nota marginal, à exceção de um borrão ou nódoa de tinta que se acha na penúltima palavra da trigésima quarta linha, pelo que lhe aprovo e hei por aprovado para todos os efeitos legais, do que tudo dou fé e fiz este auto de aprovação, que depois de lido em voz alta por mim tabelião, assina o testador com as testemunhas, a todo este ato presentes: Domingos José Pires Bacelar, solteiro, maior, negociante; Abel Augusto Pereira, solteiro, maior, negociante; José Luís Alves de Carvalho Fraga, solteiro, maior, caixeiro; Serafim Pereira Pinheiro, solteiro, maior, negociante e Alfredo de Sousa Oliveira, solteiro, maior, caixeiro, moradores este na Rua da Lada, aquele no largo dos Lóios e os três primeiros na Rua do Almada, todos desta cidade e pessoas idóneas para este ato segundo a lei e suas declarações. Dou fé passar todo o referido na verdade e em ato contínuo eu Aureliano Ferreira Moutinho, tabelião que o escrevi e assinei em público e raso. = Lugar do sinal público. = Em testemunho de verdade. = Aureliano Ferreira Moutinho. = Bernardo Luís Vieira de Abreu. = Domingos José Pires Bacelar. = Abel Augusto Pereira. = José Luís Alves de Carvalho Fraga. = Serafim Pereira Pinheiro. = Alfredo de Sousa Oliveira. = Sobrescrito. = Testamento de Bernardo Luís Vieira de Abreu, viúvo, negociante e proprietário, morador na Rua do Loureiro, desta cidade, aprovado, fechado, cosido e lacrado segundo a lei e estilo, no Porto no primeiro de abril de mil oitocentos e setenta e cinco, por mim tabelião. = Aureliano Ferreira Moutinho. Verba do selo. = Lugar do selo de causa pública. = número cinco mil setecentos e dezassete. = Pagou mil e duzentos réis de selo. Porto, vinte de dezembro de mil oitocentos e setenta e oito. = Martins. = Neves. = Nada mais continha o referido testamento, sua aprovação, sobrescrito e verba de selo do que o dito e aqui fielmente fiz registrar do original, a que me reporto em poder do apresentante que, de como o recebeu, vai assinar com o meritíssimo administrador deste Bairro.

Porto e administração do Bairro Oriental, vinte e três de dezembro de mil oitocentos e setenta e oito.

E eu António Correia de Freitas Silva Carvalho, escrivão o rubriquei e assinei.

Henrique de Carvalho Jales

Manuel Francisco dos Santos

António Correia de Freitas Silva Carvalho

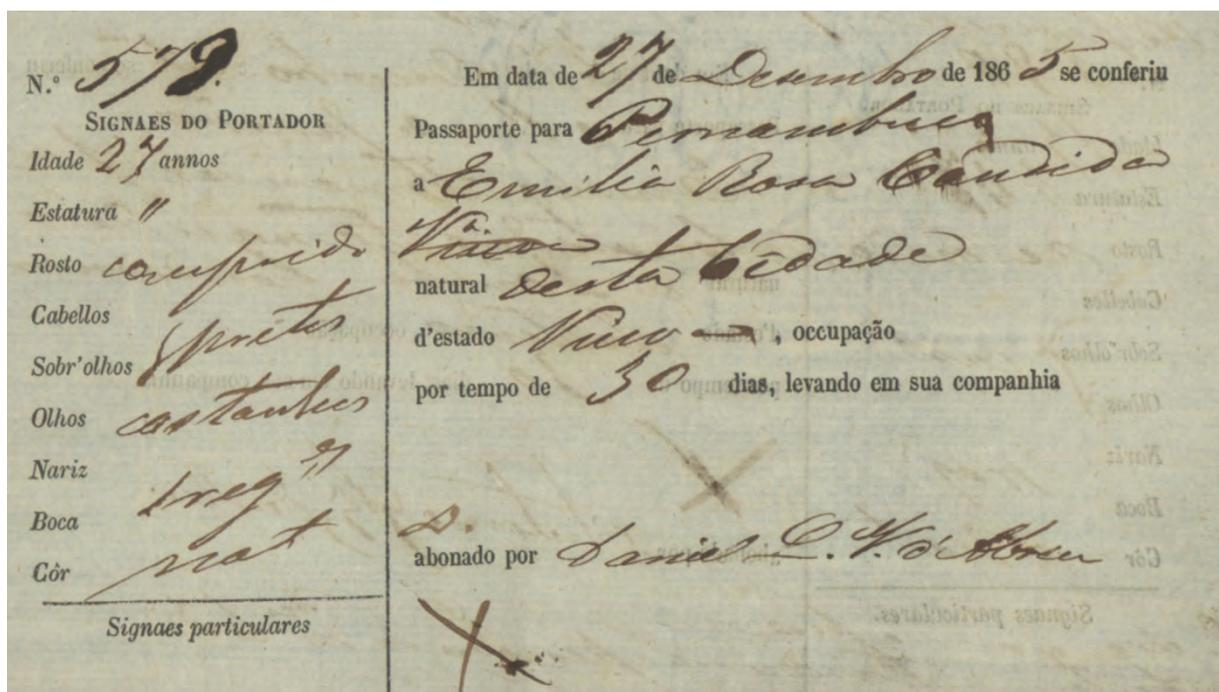
(Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto – Testamentos, 1878)

Suceder-lhe-á nos negócios Daniel Luís Vieira de Abreu, o nono filho, aquele que permanecera desde muito jovem a seu lado na gestão da firma, já que nos anos 1856 e 1857, com a precoce idade de 14 anos, era já abonador de passaportes. Fora o único dos rapazes que nunca se transferira para o Brasil, mantendo-se na cidade do Porto a colaborar e depois a dirigir a empresa fundada por seu pai, a qual vai expandir-se paralelamente ao incremento que a emigração portuguesa para terras brasileiras registou a partir da década de 1880, embora com alguns percalços que, todavia, não inviabilizaram a continuidade da reputada Casa Abreu.

2.5. A emigração portuguesa para o Brasil ao tempo de Bernardo Luís Vieira de Abreu – da independência brasileira ao 3.º quartel do século XIX

É consensual dizer-se que Portugal é historicamente um país de emigração. Mais concretamente, a emigração para o Brasil foi um fenómeno estrutural da sociedade portuguesa do século XIX e primeira metade do seguinte, ao qual a historiografia tem votado, nas últimas décadas, importantes estudos que esclarecem os motivos e fluxos da diáspora, a atividade dos portugueses por terras brasileiras e envio de remessas para Portugal, bem como o retorno à terra natal, nomeadamente dos que lograram sucesso após anos de labuta e aforro.

Para se fazer uma ideia da dimensão do fenómeno devem apresentar-se alguns números. O estudioso brasileiro José Saccheta afirma que os portugueses constituíram o grupo europeu mais numeroso que se transferiu para o Brasil independente,



Registo do passaporte n.º 579 para Pernambuco, concedido a Emilia Rosa Cândida e abonado por Daniel Luís Vieira de Abreu, 27.12.1865

► Passaporte a que se refere o registo acima.
De notar a referência à Casa "Abreu" no canto inferior direito deste documento, 1865



REINO DE PORTUGAL

PASSAPORTE DO EXTERIOR

GOVERNO CIVIL

DO DISTRICTO

de *Porto*

3ª Repartição

N.º *519*

Registado no liv. *50*

a fl. *97*

O GOVERNADOR CIVIL do districto d' *Porto*

SIGNAES

Idade *27* annos.

Altura *1* metros.

Rosto *comprido*

Cabello *preto*

Sobr'olhos *castanhos*

Olhos *castanhos*

Nariz *regular*

Bóca *normal*

Cór *natural*

Concedo passaporte a *Emilia Rosa Land*

Para *Sorumbuco, no Paro de*

levando *1*

Abonado por *Daniel L. P. de Sousa*

SIGNAES PARTICULARES

9

E cumprindo com a obrigação de fazer referendar este passaporte pelo respectivo agente diplomatico ou consular, residente n'este reino: rogo ás auctoridades administrativas e a todas aquellas a quem pertencer o conhecimento d'este, não ponham embaraço algum ao portador.

Valioso por tempo de *trinta* dias para sair d'estes reinos.

Custo do passaporte . . . *1000*

Sello *1000*

Dado em *Porto* aos *10* de *Setembro*

de *Setembro* de 186 *5*

Rubiro Perry

ASSIGNATURA DO PORTADOR

António
O GOVERNADOR CIVIL

António Craquin

Abreu



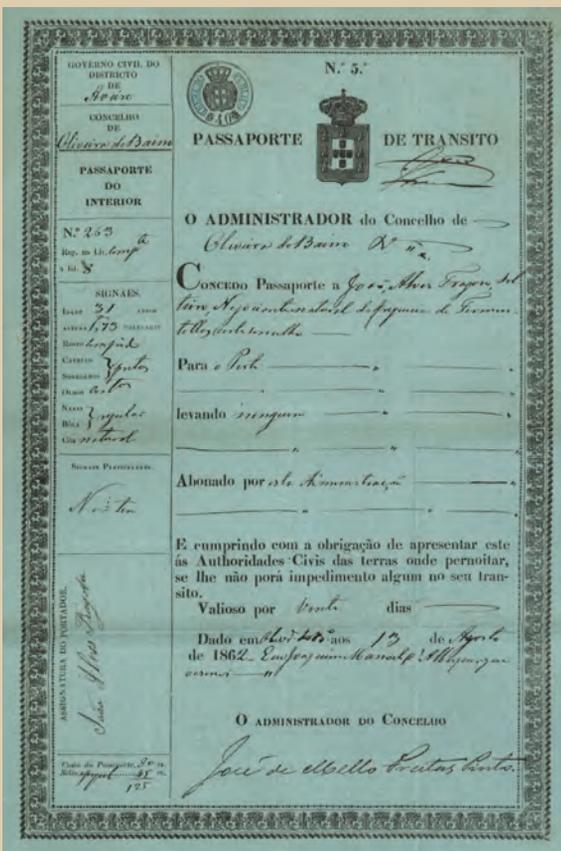
contabilizando um total de 1,9 milhões de pessoas que aí chegaram entre 1822 e 1945. E explica ainda:

Tiveram também a mais ampla difusão geográfica, entre os estrangeiros fixados no país. Num tempo em que se ofereciam subsídios para imigrantes, os portugueses detiveram a menor proporção de passagens subvencionadas pelo poder público ou por particulares, perfazendo o caso mais significativo de imigração espontânea para o Brasil. Formaram, ainda, a corrente imigratória de mais longa ocorrência. A sua vinda, pequena nas primeiras décadas após a Independência, avolumou-se durante o Império e atingiu o apogeu na Primeira República⁸⁴.

Segundo Joaquim Costa Leite, entre 1855 e 1914, o Brasil recebeu cerca de 1 100 000 emigrantes portugueses⁸⁵. Focando-se no contexto português, Jorge Alves afirmou que entre o Porto e o Brasil estabeleceu-se desde os primórdios da colonização “uma teia de relações”, sendo já em 1764 referenciados nessa cidade “algumas dezenas de *brasileiros*, na conotação de emigrante/colono que foi ao Brasil e retornou”⁸⁶.

Além da saída pela Galiza, menos frequente, e pelo porto de Lisboa, nesta época ainda mais residualmente, aos naturais e residentes do norte do país, mais concretamente entre Minho e Vouga, mas cabendo ao distrito do Porto um lugar prioritário, a barra do Douro colocava-se como o ponto de embarque preferencial rumo ao Brasil. Compreende-se, assim, o surgimento da Casa Abreu dedicada à venda de bilhetes do transporte marítimo e serviço de apoio na obtenção dos indispensáveis passaportes, localizada no centro económico e comercial do Porto oitocentista.

Nos anos 1832-1834, a guerra civil que lavrou em Portugal entre liberais e absolutistas limitou significativamente a emigração portuguesa para o Brasil, mas, restabelecida a paz e instaurado o regime liberal, a corrente migratória, predominantemente oriunda



Passaporte concedido pelo governador civil do Distrito de Lisboa a João Alves Fragoso (um passageiro que acabara de chegar do Brasil) para se deslocar ao porto de Aveiro, 9.5.1862

Passaporte concedido pelo administrador do Concelho de Oliveira do Bairro a João Alves Fragoso, para se deslocar ao Porto, 13.8.1862

84. MENDES, José Sacchetta Ramos, 2010 – *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos / CEPSE, coleção Os Portugueses no Mundo, n.º 4, p. 21.

85. LEITE, Joaquim Costa, 2000 – “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)” in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2.ª edição, p. 177.

86. ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. do Autor, p. 41.



do norte de Portugal⁸⁷ e das Ilhas (Açores e Madeira), vai intensificar-se ao longo de toda a centúria e inícios do século seguinte. Das outras regiões do continente a emigração só assumiu valores expressivos a partir dos primeiros anos da década de 1850.

Entre 1836-1843, os livros de passaportes do Governo Civil do Porto registaram a saída de 13 701 portugueses, 96% dos quais com destino ao Brasil. Durante este período, segundo Jorge Alves, esta emigração era predominantemente masculina, jovem, solteira, destinada maioritariamente ao comércio e significativamente alfabetizada. Com efeito, mais de 95% dos que então saíram pela barra do Porto pertenciam ao sexo masculino, enquanto o número de mulheres emigrantes, anualmente, oscilava entre os 3% e os 5% do número total dos titulares de passaportes e acompanhantes, embora nas primeiras três décadas de Oitocentos esta percentagem fosse bem superior⁸⁸.

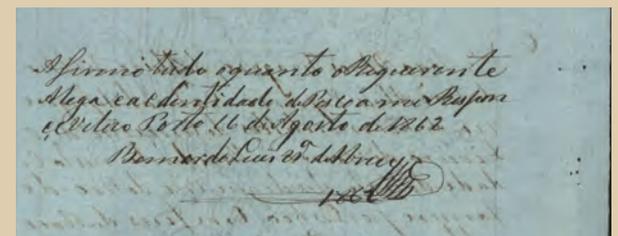
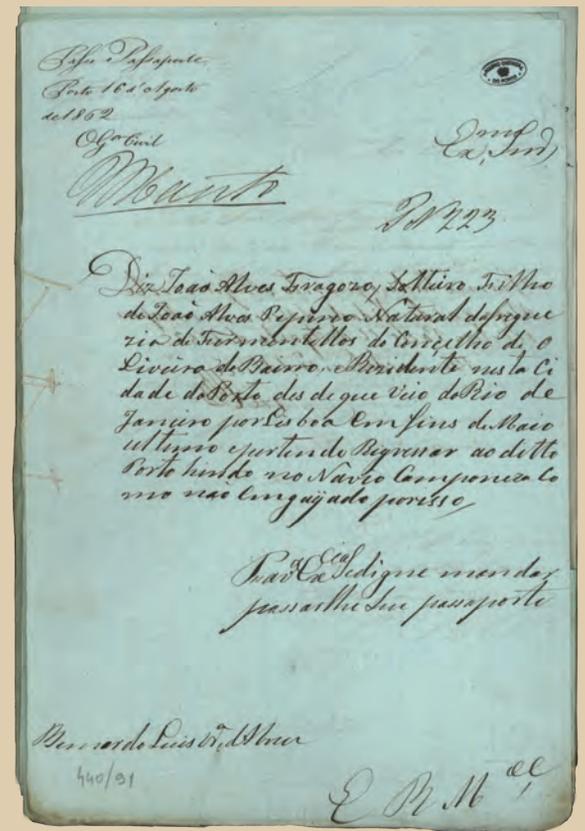
Por que motivo a emigração do norte de Portugal para o Brasil passou a ser, entre finais da década de 1830 e inícios da seguinte, praticamente masculina e solteira? Esta realidade terá a ver com duas ordens de fatores, uma relativa a Portugal, a outra ao Brasil.

Começando pelas razões internas, é de salientar que a emigração saída pelo Porto, até 1840, dedicou-se quase exclusivamente ao comércio; poucas eram as casas de qualquer negócio no Rio de Janeiro ou Bahia que não tinham um ou mais caixeiros portugueses, havendo até alguns destes que eram “chefes de casas de comércio e proprietários de estabelecimentos naquele país”⁸⁹. Por outro lado, deve ser tida em conta a grave crise económica e financeira que Portugal conheceu após o fim da guerra civil, entre 1834-1836, aliada à instabilidade política e às revoltas militares com o cíclico recrutamento de jovens para o exército, motivos que contribuíram para a sua saída para o Brasil, muitas vezes com idade inferior a 14 anos.

87. Entre 1827 e 1836, a título de exemplo, o consulado português da Bahia registou a entrada de 1 430 portugueses, 74% dos quais provenientes da província do Minho. Só da região do Porto e Braga registaram-se 787 portugueses, enquanto de Lisboa eram apenas 127 (REIS, João José, 1991 – *A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras).

88. SOUSA, Fernando *et al.*, 2005 – “A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil” in SOUSA, Fernando (coord.) – *O vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: CEPESE; SOUSA, Fernando; CIRNE, Teresa, 2007 – “Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832) in SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA; Conceição Meireles (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, pp. 489-556.

89. *Diário do Governo*. Lisboa, n.º 105, 6.5.1846. Esta realidade é confirmada por João José Reis, na obra atrás citada, e por Robert Rowland no artigo “Portugueses no Brasil independente: processos e representações”. *Oceanos*. N.º 44, 2002, out.-dez., p. 12.



Solicitação ao governador civil do Distrito do Porto para concessão do passaporte n.º 223 a João Alves Fragoso, para regresso ao Brasil, feita por Bernardo Luís Vieira de Abreu, 16.8.1862

Afirmação de Bernardo Luís Vieira de Abreu no verso da solicitação do passaporte n.º 223 para João Alves Fragoso, 16.8.1862

Registo do passaporte n.º 223 para o Rio de Janeiro, concedido a João Alves Fragoso e abonado por Bernardo Luís Vieira de Abreu, 16.8.1862

No que se refere a razões que têm a ver com o Brasil, avulta a conjuntura sociopolítica que esse país conheceu após a sua independência – e se prolongou durante a Regência (1831-1840), e posteriormente ainda, com o arrastar das revoltas provinciais – fortemente marcada pelo antilusitanismo, condições desfavoráveis à emigração feminina ou em família. Só a partir de meados do século XIX é que, estabilizada a situação política em Portugal e atenuada a hostilidade aos portugueses no Brasil, a percentagem da população portuguesa emigrante feminina para o Brasil irá registar valores mais elevados, os quais, a partir de então, não mais deixarão de aumentar.

Por esta emigração ser então predominantemente masculina e envolver sobretudo caixeiros e negociantes permite pressupor que o número de analfabetos seria pouco significativo, possivelmente inferior a 30% do total. Esta percentagem atingirá valores bem mais elevados na segunda metade do século XIX, quando o fluxo migratório para o Brasil aumentou visivelmente, alargando-se à população rural e ganhando maior expressão feminina.

Estas conclusões foram recentemente corroboradas por Gladys Sabina Ribeiro, que estudou de forma exaustiva os portugueses no Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado (1822-1831): a maior parte dos portugueses da capital brasileira, entre 1822 e 1833, era oriunda do norte de Portugal e embarcou maioritariamente pelo Porto, era minimamente alfabetizada (mais de 60%), predominantemente constituída por jovens solteiros do sexo masculino (acima dos 70%) e mais de metade dedicava-se ao comércio⁹⁰.

A escala desta diáspora levou à realização do primeiro inquérito à emigração, em 1843, resultante de um requerimento de Sá da Bandeira aprovado pela Câmara dos Pares, que esteve na origem de uma portaria do governo de 7 de julho do mesmo ano, enviada aos governadores civis, a solicitar a indicação dos fatores explicativos da emigração portuguesa, além de outras questões relativas à atividade agrícola. As respostas das Juntas Gerais distritais foram, de uma forma geral, consonantes com a aposição da Junta Geral do Distrito do Porto que apontou como causa principal da emigração o excesso de população e o seu “desequilíbrio com os meios de existência e subsistência”, concluindo que ela era de “grande utilidade para o distrito”, não só porque “não é felicidade para um país ter uma população miserável”, mas também porque “muitos desses emigrantes juntam cabedais que depois vêm entre nós alimentar todas as indústrias”. Também para a Junta Geral do distrito de Braga o motivo fundamental da emigração residia na sua “imensa população” e na “pouca extensão de seu terreno” pelo que resultaria um “incalculável dano” à província do Minho se porventura se quisesse impedir esta emigração para o Brasil. Indicavam ainda que esses emigrantes eram atraídos por parentes e conterrâneos que lá se encontravam estabelecidos e seduzidos pela esperança de constituírem fortuna⁹¹.

E, realmente, a partir de meados do século XIX, a emigração portuguesa para o Brasil aumentou de forma muitíssimo expressiva, com a emigração portuense a sobressair numa fase inicial mas sofrendo oscilações logo a seguir: em 1855 representava 82% do total, depois

90. RIBEIRO, Gladys Sabina, 2002 – *A liberdade em construção – identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

91. SOUSA, Fernando, 2009 – *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, Coleção Portugueses no Mundo, n.º 3, pp. 41-49.

de 1857 desceu para 45%, até final da década de sessenta rondou os 50%, para se situar, no início dos anos 1870, entre 30 a 40% do total⁹².

Num artigo já clássico, Joel Serrão apresentou os números da emigração portuguesa para o Brasil: 1855 – 11 557 saídas; 1856 – 10 288; 1857 – 9 861; 1858 – 8 963; 1859 – 9 309; 1860 – 6 524; 1861 – 5 945; 1862 – 5 674; 1863 – 4 411; 1864 – 4 517; 1865 – 4 170⁹³. Estes elevaram-se consideravelmente nos anos seguintes, aproximando-se das 15 000 saídas em 1872.

Nesta conformidade, não surpreende que em 1873 se tivesse realizado um Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa no Brasil, que pintava com cores negras as condições de vida dos que aí trabalhavam no setor primário, aliás comparadas às dos escravos. Num documento que ficou conhecido como *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, os imigrantes portugueses legais entrados no Rio de Janeiro de 1861 a 1872, exclusivamente em veleiros, atingiram o total de 49 610, sendo a sua grande maioria originária do distrito do Porto — 38 900.

Este importante fenómeno da sociedade portuguesa foi obviamente objeto de atenção do poder político central, dando lugar a uma legislação contínua com origens no século XVII⁹⁴. Mas importa perpassar, ainda que de forma sintética, o quadro normativo da emigração no período em que Bernardo de Abreu decidiu criar a sua casa de passagens e passaportes que dirigiu até ao fim da sua vida, devendo, naturalmente, estar a par das mudanças legislativas para conduzir as tarefas da sua firma, tanto mais que, nesta altura, a preocupação dos governos centrava-se na fulcral questão da emissão dos passaportes.

O decreto de 15 de janeiro de 1835 reiterou a tutela exclusiva da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros no tocante à emissão de passaportes e reforçou a sua autenticação e uniformização – matéria reiterada em numerosos diplomas posteriores – a fim de evitar as falsificações que eram frequentes. Na sequência da criação dos distritos, pelo decreto de 18 de julho do mesmo ano a competência da concessão de passaportes foi transferida para os governadores civis, descentralizando assim a sua emissão, prerrogativa que foi reafirmada pelo Código Administrativo de 31 de dezembro de 1836, a que se sucederam pequenas alterações, mas o Código Administrativo de 1842 confirmou esta atribuição dos governadores civis, quanto aos passaportes para fora do reino pelos portos de mar, a qual se irá manter intacta daí em diante, revelando a estabilidade de um procedimento que se manteve – salvo durante o



Passaporte para Portugal emitido no Rio Grande do Sul, concedido a um súbdito português, 26.6.1861

92. ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor, p. 165.

93. SERRÃO, Joel – *Conspecto histórico da emigração portuguesa*. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258510R3rFG4jc9La79ZA4.pdf>. [acesso em 3 de fev. 2013].

94. Com efeito, tal cuidado remonta às *Ordenações Filipinas* (século XVII). Na centúria seguinte a prevenção legislativa subiu de tom relativamente ao Brasil, reconhecendo D. João V a importância dos passaportes, pelo que a lei de 20 de maio de 1720, em pleno período da febre do ouro, foi um marco referencial nesta matéria, se bem que no período pombalino (1750-1777) a questão continuasse a merecer a atenção dos legisladores. No quadro de guerra das invasões napoleónicas, as leis de 1810 e 1811 reforçaram a orientação restritiva do Estado em matéria de emigração.



Estado Novo, no século XX – nas mãos do mesmo órgão de representação do governo até à extinção recente dos governos civis.

Em 1836, o executivo alertou os governos civis para o facto de se declarar, nas justificações para a concessão de passaportes, se os indivíduos que os solicitavam estavam ou não sujeitos ao recrutamento do exército; com efeito, desde os inícios do regime constitucional e durante toda a sua vigência, colocou-se reiteradamente a questão de a emigração masculina jovem revestir a modalidade mais utilizada de fuga ao serviço militar, pelo que nenhum jovem podia sair do reino sem provar com documento autêntico, sempre que o recrutamento estava em curso, que se achava isento do serviço militar.

O decreto de 22 de novembro de 1839 publicou um extenso regulamento para esclarecer aspetos relativos à impressão, distribuição e selos de passaportes, enquanto a portaria de 15 de outubro de 1840 tratou da emissão de passaportes coletivos, prática que vinha do século anterior, pois os membros da mesma família apenas eram obrigados a passaportes individuais quando, por algum motivo, viviam ou se estabeleciam “à parte”.

Refletindo o aumento dos fluxos migratórios, a portaria de 19 de agosto de 1842 estipulou uma série de medidas destinadas a “restringir pelo modo possível o tráfico de escravatura branca, que sob o plausível nome de emigrados ou passageiros, vai despovoando não somente as ilhas adjacentes mas também o reino de Portugal no continente”. Ao regulamentar pormenorizadamente a concessão de passaportes e estabelecer obrigações gravosas para os capitães dos navios, este diploma levantou numerosos protestos que conseguiram suscitar a alteração parcial do seu articulado, o que veio a acontecer por portaria de 9 de dezembro de 1842.

Finalmente, em 1855, foi publicada uma importante lei sobre emigração mas que, na realidade, se revelou débil, lacunar e pouco inovadora, já que, em grande parte, coligia medidas anteriores, as quais certamente falhavam na sua aplicação prática. A lei de 20 julho de 1855 visava sobretudo impedir os abusos dos capitães e a proliferação da clandestinidade. Assim, estabelecia penas pecuniárias e de prisão para os capitães de embarcações que admittissem passageiros sem passaporte, recolhessem a bordo um número de passageiros superior ao correspondente à tonelagem, não cumprissem as condições higiénicas previstas nos regulamentos e agredissem fisicamente os “passageiros ou colonos”⁹⁵. Os navios que transportavam emigrantes deviam prestar uma fiança de 4 mil réis que respondia por qualquer incumprimento das obrigações impostas por esta lei, ficando os agentes consulares obrigados a fazer um relatório dos passageiros e colonos, bem como de todas as ocorrências da viagem.

Este diploma reforçava a inspeção e fiscalização das embarcações, no tocante a condições sanitárias, higiénicas e alimentares. Complementarmente estipulava multas pecuniárias e de prisão para os aliciadores de emigração, renovava a proibição de saída sem passaporte, impunha a obrigatoriedade dos contratos de locação de serviços declararem a empresa ou pessoa contratante.

Mas, em virtude das suas lacunas e omissões, esta lei foi sucessivamente complementada por diversos diplomas. Em 27 de julho de 1855 foi publicada nova lei de recrutamento que estipulava que os mancebos entre os 18 e 21 anos completos só podiam obter passaporte para país estrangeiro após prestação de fiança em como se apresentaria ou daria

95. Estas multas abrangiam também o dono do navio, nos termos do Código Comercial Português (RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira, p. 2).



substituto caso fosse chamado ao serviço militar. No ano seguinte, a idade mínima era antecipada para os 14 anos e, em 1877, a legislação introduziu novas alterações nesta matéria.

O debate nacional sobre a emigração subia de tom já que os fluxos aumentavam e de repressiva a lei tinha pouco, pois os modos de a contornar multiplicavam-se, tornando-se o fenómeno, claramente, matéria de polícia. Daí a publicação do *Regulamento geral de polícia para o trânsito no continente do reino e nas ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro*, de 7 de abril de 1863, que esclarecia procedimentos legais e compilava legislação anterior introduzindo pequenos ajustamentos. No que respeitava às saídas para o estrangeiro, e entre vários aspetos, estipulavam-se as condições para requerer passaporte: idade mínima de 25 anos (quando mais novos necessitavam de licença de seus pais ou tutor e, no caso de mulher casada, era precisa a licença do marido), além de cadastro limpo, permissão do chefe sendo empregado público; a fiança militar para os jovens entre 14 e 21 anos era fixada em 75\$000 réis; o emigrante tinha de apresentar o seu contrato de prestação de serviço ou recibo de haver pago a sua passagem. Quem aliciasse a emigração pagava uma multa de 100\$000 a 400\$000 réis ou era condenado a um a dois anos de prisão, mas se tivesse empregado violência ou coação a multa oscilava entre 500\$000 e 1 000\$000.

O inquérito de 1873 à emigração repercutiu-se na lei de 28 de março de 1877. Introduziu alterações de pequena monta, nomeadamente em matéria de recrutamento (a fiança a prestar pelo serviço militar passava a abranger todos os jovens até 22 anos completos, com exceção dos que emigrassem até aos 14 anos na companhia dos pais) mas a sua novidade consistiu no estímulo à colonização africana. Após esta data – e não obstante a emigração para o Brasil continuar a aumentar e ser alvo de debates políticos e tema frequente na imprensa periódica – a legislação não trouxe nada de novo até à última década da centúria. Em bom rigor, os textos legislativos marcantes e fundadores relativamente à emigração para terras brasileiras tinham sido publicados por meados do século⁹⁶.

Acresce ainda dizer que a magna questão da emigração constituiu, nas suas diversas vertentes, tema frequente no Parlamento Português⁹⁷, todavia mais interessado em estabelecer e controlar as condições em que ela se operava do que em impedir tal fenómeno. Não obstante predominar entre os parlamentares o estereótipo da “escravatura branca” e se terem promovido veementes discussões sobre a matéria, os meios e a vontade política de a contrariar eram ténues, haja em vista as remessas que começavam a chegar ao país, tão importantes para o seu equilíbrio financeiro. As autoridades políticas não visaram eliminar a emigração, nem sequer travá-la, pretenderam, isso sim, evitar abusos, controlar atentados à humanidade dos emigrantes, acrisolar o zelo de cônsules e outros funcionários e, sobretudo, dificultar a emigração clandestina.

96. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional” in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, Sp: Edusc, pp. 35-47.

97. MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal – Brasil*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e “A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Oitocentista”, in SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (org.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.

CAPÍTULO 3

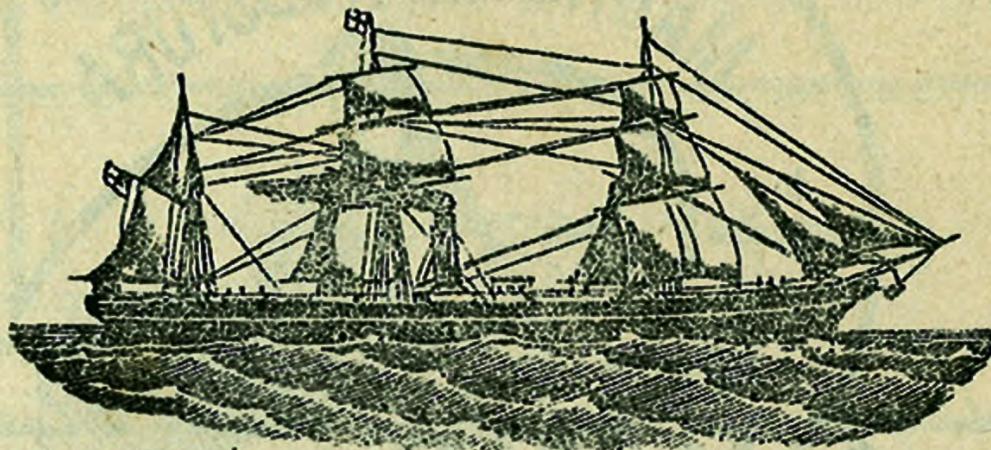
A CONTINUAÇÃO DA ACREDITADA CASA ABREU
SOB A DIREÇÃO DE DANIEL LUÍS VIEIRA DE ABREU
A AGÊNCIA ABREU NA 2.^a GERAÇÃO
(1870-1902)

CASA FUNDADA EM 1840

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU

RUA DO LOUREIRO, N.º 74
(Em frente da igreja do convento de S. Bento)

PORTO



AGENCIA DAS COMPANHIAS DE PAQUETES

PARA

Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos,
Para, Manaós e mais portos do Brazil

N'esta antiga e acreditada casa, tractam-se passagens em 1.^a, 2.^a e 3.^a classe, em todas as companhias de paquetes, para todos os portos do Brazil, por preços muito reduzidos.

As passagens tomadas n'esta casa gosam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias

Passagens gratuitas—Concedem-se passagens gratuitas para o Brazil.

Africa portugueza—Vendem-se passagens em 1.^a, 2.^a e 3.^a classe, para todos os portos da Africa Portugueza.

Não tratamos agora de saber se convém ou não que o português emigre para o Brasil; basta-nos afirmar que nas condições presentes há de emigrar porque nas alfândegas não cabe incontestavelmente toda a gente. (...)

Portanto é deixar sair quem quer, uma vez que não há meio de lhe dar que fazer em casa.

(Oliveira Martins, “Emigração Clandestina”. *O Repórter*. Lisboa, 30 de maio de 1888)

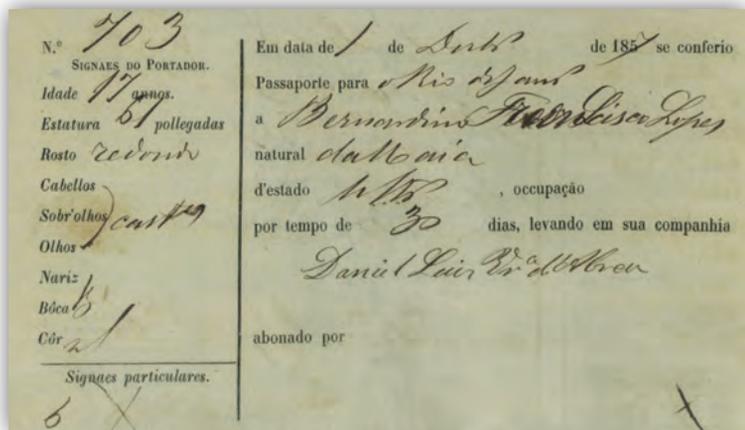
Já antes da morte de Bernardo Luís Vieira de Abreu, em 1878, seu filho Daniel Luís Vieira de Abreu tinha assumido a direção da Agência, dando assim continuidade aos negócios em que trabalhava com seu pai desde a segunda metade da década de 1850. Como se viu, em 1856, quer ele, com 14 anos, quer seus irmãos Domingos e Eduardo, com 18 e 15 anos, respetivamente, abonavam passaportes de emigrantes que saíam de Portugal por via dos serviços da Agência Abreu. E foi Daniel quem, na prática, dirigiu desde 1870 a casa comercial fundada pouco antes do seu nascimento, não podendo contar com a ajuda dos irmãos que haviam partido para o Brasil – António, José, Joaquim, Domingos e Eduardo – todos falecidos bem antes do patriarca Bernardo de Abreu, com exceção do último.

De entre a documentação consultada não resultou a conclusão que Daniel Luís Vieira de Abreu tenha viajado para o Brasil quer em negócios, quer de visita a familiares, embora, como veremos, seu filho Aníbal tenha estado emigrado no Rio de Janeiro durante cerca de sete anos.

A sua vida, de que se conhecem pequenos e alternados trechos, surge marcada por episódios curiosos. Um deles foi o facto de ter sido Daniel quem vendeu a Brito e Cunha, em março de 1890, a passagem para o Brasil, no vapor *Savoie*. Resumindo esta *petite histoire*, Manuel Bento Brito e Cunha foi uma testemunha capital no processo judicial do médico portuense Urbino de Freitas, acusado de ter envenenado a sogra e sobrinhos (acabando por morrer o mais velho, de 13 anos), com o intuito



Fotografia de Daniel Luís Vieira de Abreu, setembro de 1895 (vide verso desta fotografia na página 154)



Primeira abonação de registo de passaporte por Daniel Luís Vieira de Abreu, 1.12. 1857

de se tornar o único herdeiro da fortuna do falecido sogro¹. O mediático caso Urbino de Freitas, pleno de testemunhos contraditórios e questões nunca cabalmente esclarecidas, fez correr rios de tinta quer em Portugal, quer no Brasil, para onde o presumível homicida se transferiu em 1893, depois de cumprir pena de prisão em Portugal, país ao qual regressou em 1913, sem conseguir provar a sua alegada inocência, tendo falecido em outubro desse ano.

Voltando a Daniel de Abreu – já se verá a singularidade da sua vida amorosa, pelo menos a parte de todos consabida –, quanto aos seus gostos artísticos e

culturais, círculo de amigos e relacionamentos com gente ilustre da época pouco se sabe. Sobrou uma fotografia que Alfredo Keil (1850-1907) lhe ofereceu no Porto, em 1901, era então já reconhecido pela autoria da música de *A Portuguesa*, com letra de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), produzida no rescaldo do Ultimato Inglês, e que em 1911, já no regime republicano, se tornaria o hino nacional português. Com libreto do mesmo escritor, compusera a ópera *Serrana*, uma das raras composições oitocentistas portuguesas que continuou a fazer carreira no século XX, e se estreara no Teatro Nacional de S. Carlos, a 13 de março de 1899. Três anos depois, em fevereiro, subia ao palco do Real Teatro de S. João, no Porto, para a representação de cinco récitas². Esta é justamente a data mencionada na dedicatória aposta à dita fotografia, que menciona o título da referida ópera e que parece expressar gratidão por algo que não se consegue descortinar: “Ao Exmo. Senhor Daniel de Abreu oferece reconhecido Alfredo Keil. *Serrana*. Porto 15-2-1901”. Agradecimento pelo entusiasmo de um admirador ou pelo apoio de um patrocinador?

Tal como seu pai, Daniel teve treze filhos mas a sua vida sentimental pautou-se por características menos comuns já que manteve dois relacionamentos paralelos durante um quarto de século.



1. Manuel Bento Brito e Cunha partira no dia 27 de março de 1890 da estação de Campanhã, acompanhado de mulher e filhos, com destino a Lisboa para aí embarcar para o Rio de Janeiro. Na viagem de comboio travou conversa com um indivíduo – que disse ser professor na Universidade de Coimbra – e se revelou contrariado por ter de ir a Lisboa (quando preferia sair em Coimbra) para despachar uma caixa de amêndoas em nome de um amigo seu do Porto, que assim pretendia presentear a noiva e fazê-la crer que ele estava na capital. O simpático passageiro conseguiu convencer Brito e Cunha a fazer tal envio, já que ia para Lisboa, entregando-lhe uma caixa com um endereço, a qual Brito e Cunha despachou no dia 28, partindo para o Brasil a 30 de março. Brito e Cunha só narrou estes factos às autoridades locais de Arcos de Valdez, em abril de 1893, que haviam sido informadas por uma carta anónima da importância do depoimento deste homem que voltava à terra natal para restabelecer a sua saúde. Escusado será dizer que os familiares da mulher de Urbino de Freitas passaram mal logo a seguir à ingestão destas amêndoas de Páscoa, chegadas pelo correio, sem remetente (Dolo Eventual. Grandes Dramas Judiciários: Urbino de Freitas. Disponível em: http://odoloeventual.blogspot.pt/2006/07/grandes-dramas-judiciarios-urbino-de_16.html) [acesso em 8 de fev. 2014]. O inquérito a Brito e Cunha suscitou outros, sendo então noticiado nos jornais o depoimento de Daniel de Abreu, prestado a 24 de novembro de 1893: “A 11.ª testemunha, Daniel Luís Vieira de Abreu depõe que vendeu a Brito e Cunha em março de 1890 bilhetes de passagem para o Brasil, no vapor *Savoie*. E terminou a audiência com este depoimento às 3 ½ da tarde”. Este trecho era ainda reproduzido em 1907, no folhetim “*Os crimes do envenenador – Urbino de Freitas – Cenas pavorosas!*”, dos jornais *A Notícia*, de Curitiba, e *Gazeta de Joinville*, de 26 de abril e 22 de junho, respetivamente.

2. CRUZ, Manuel Ivo, 1999 – “Serrana, um século em cena” in *Serrana. Padre Nosso. Aria de Nabor – Baixo*. Porto: Renascimento Musical Editores, Coleção Lírica Portuguesa.

Aos 25 anos, mais exatamente em 21 de novembro de 1867, casou-se na paróquia de Cedofeita com Ana Rita Vieira, natural da freguesia de S. Mamede de Recezinhos, concelho de Penafiel, a que igualmente pertenciam seus pais, João da Silva Mascarenhas e Justina Maria. Ana Rita, que dera à luz sete filhos, viria a morrer em dezembro de 1892, na Foz do Douro, pouco depois de celebrar as bodas de prata do seu matrimónio.

Ano e meio após enviuar, a 17 de junho de 1894, contava então Daniel 51 anos, contraiu matrimónio em Santo Ildefonso com Claudina Cândida da Silva, de 45 anos, natural de Vila Nova de Gaia, com quem vivia uma união de facto, que poderia ser anterior ao seu casamento, pois a primeira filha de Daniel e Claudina, de seu nome Francisca, nascera em fevereiro de 1869, enquanto Daniel Luís Vieira Mascarenhas de Abreu Júnior, filho primogénito de Ana Rita e Daniel de Abreu nasceu em outubro do mesmo ano, tendo sido apadrinhado na pia batismal por seu avô Bernardo de Abreu.

Além deste filho, do casamento de Ana Rita e Daniel de Abreu nasceram mais seis, todos na Rua do Loureiro, onde a família mantinha residência: Armindo Luís Vieira de Abreu, nascido em 1871; Arminda que nasceu em 1873 e morreu com dois anos de idade; Maria Peregrina nascida em 1875; Eduardo, nascido em 1877 e cujo óbito foi registado na freguesia da Foz do Douro³, aliás, local onde morreram os irmãos gémeos que lhe seguiram: Aurélia Ludovina e Aurélio Luís Vieira de Abreu, nascidos em 1879, tendo a primeira falecido antes de completar 15 anos e Aurélio antes de perfazer a idade de 18.

Do relacionamento com Claudina Cândida teve seis filhos, com datas de nascimento muito próximas dos filhos gerados com Ana Rita. Depois de Francisca, natural da freguesia da Vitória, atrás referida⁴, nasceu em 1871, na mesma paróquia, outra rapariga, que recebeu o nome da mãe, e se terá instalado no Pará, já casada, em 1899; seguiu-se Albertina Rosa, que nasceu em 1874, na Travessa da Trindade e igualmente emigrou com o marido para o Brasil. Após as três raparigas, veio o primeiro rapaz, Aníbal Vieira de Abreu, em 11 de junho de 1876, na Rua do Ferraz (freguesia da Vitória), que viria a falecer na Rua do Bonfim, em 3 de outubro de 1908, tendo sido o sucessor do pai na direção da Agência Abreu. Depois dele nasceu, em 1879, Adelaide Cândida, na Rua Mártires da Liberdade, que morreu de prolecta idade em 1966, na freguesia de Santa Marinha, e, finalmente, Daniel Cândido, que nasceu em 1882 na Rua da Liberdade, freguesia de Miragaia.

No ato de casamento de Daniel Luís Vieira de Abreu com Claudina Cândida, em 1894, os cônjuges reconheceram e legitimaram os seis filhos que haviam tido entre 1869 e 1882, indicando então como sua residência a Rua Gonçalo Cristóvão.



Fotografia de Alfredo Keil, por ocasião da exibição no Porto da ópera Serrana, de sua autoria, oferecida a Daniel de Abreu, 1901



Casamento de Daniel de Abreu com Ana Rita, Jornal do Porto, 27.11.1867

3. A *Gazeta de Notícias*, periódico do Porto dirigido pelo seu irmão mais velho, Daniel Júnior, noticiou a morte de Eduardo, com 23 anos, ocorrida a 7 de julho de 1900, em Ermesinde, onde fora buscar lenitivo para a tuberculose fatal de que padecia.

4. Casou com António José Gomes, vindo o casal a residir na Rua da Senhora do Monte da Luz.

89

N.º 7
 Daniel
 Luís Vieira
 de Abreu
 e
 D.ª Claudina
 Cândida
 da Silva

esta dezessete dias do mês de Junho
 do anno de mil oitocentos e noventa e quatro nesta igreja paroquial
 de Santo Ildefonso, da Cidade e Diocese do Porto,

em minha presença

compareceram os nubentes Daniel Luís Vieira de Abreu
 e D.ª Claudina Cândida da Silva

os quais se uniram em matrimônio e se propuzeram com todos os
 proclamas

e sem os mais proclama de este género, e sem impedimento algum canónico ou
 civil para o casamento; elle de idade de cincoenta e um annos, foy
 baptizado e viuvo de Ana Rita Vieira, falecida na freguesia de São João da Foz
 do Douro desta diocese do Porto, e batizado na freguesia da Vitória desta
 cidade do Porto e morador nesta freguesia de Santo Ildefonso, na Rua do
 Gonçalo Cristóvão, natural e
 legitimado na freguesia da Póvoa
 desta cidade do Porto
 e morador nesta freguesia de Santo Ildefonso, na Rua do Gonçalo Cristóvão,
 filho legitimo de Bernardo Luís Vieira de Abreu
 natural da freguesia de Rossas, concelho
 de Vieira, diocese de Braga e de
 D.ª Francisca de Jesus natural da freguesia de Ataíde, concelho de Amarante,
 diocese do Porto e ela de idade de quarenta e cinco annos, solteira, doméstica,
 natural e batizada na freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia,
 moradora nesta dita freguesia de Santo Ildefonso, Rua do Gonçalo Cristóvão,
 filha legitima de Manuel Esteves e de Maria da Silva ambos naturais da
 mesma freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia desta diocese, os
 quaes nubentes se receberam por marido e mulher, e os uni em matrimônio,
 procedendo em todo este ato conforme o rito da Santa Madre Igreja
 Católica Apostólica Romana

natural e

legitimado na freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia
 morador nesta dita freguesia de Santo Ildefonso, na Rua do Gonçalo Cristóvão

**Registo de casamento de Daniel Luís Vieira de Abreu
 e Claudina Cândida da Silva (17.6.1894)**

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de 1894 nesta igreja paroquial de Santo Ildefonso, cidade e diocese do Porto, na minha presença compareceram os nubentes Daniel Luís Vieira de Abreu e D. Claudina Cândida da Silva os quais se uniram em matrimônio e se propuzeram com todos os proclamas e com os mais papéis do estilo correntes, e sem impedimento algum canónico ou civil para o casamento; ele de idade de cinquenta e um anos, proprietário, viúvo de D. Ana Rita Vieira, falecida na freguesia de São João da Foz do Douro desta diocese do Porto, batizado na freguesia da Vitória desta cidade do Porto e morador nesta freguesia de Santo Ildefonso, na Rua do Gonçalo Cristóvão, filho legítimo de Bernardo Luís Vieira de Abreu natural da freguesia de Rossas, concelho de Vieira, diocese de Braga e de D. Francisca de Jesus natural da freguesia de Ataíde, concelho de Amarante, diocese do Porto e ela de idade de quarenta e cinco anos, solteira, doméstica, natural e batizada na freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, moradora nesta dita freguesia de Santo Ildefonso, Rua do Gonçalo Cristóvão, filha legítima de Manuel Esteves e de Maria da Silva ambos naturais da mesma freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia desta diocese, os quaes nubentes se receberam por marido e mulher, e os uni em matrimônio, procedendo em todo este ato conforme o rito da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana.

filha legitima de Manuel Esteves
 natural

de Vila Nova de Gaia
 ambos naturais da mesma freguesia de
 Santa Marinha de Vila Nova de Gaia e esta de idade
 de quarenta e cinco annos, solteira, doméstica, e os uni em matrimônio,
 procedendo em todo este ato conforme o rito da Santa Madre Igreja
 Católica Apostólica Romana

Foram testemunhas presentes os proprios Francisco José Teixeira
 de Carvalho e Augusto José Teixeira de Carvalho, viúvos proprietarios
 moradores na Rua do Loureiro freguesia da Sé do Porto. Neste ato
 declararam os ditos nubentes haverem dentre ambos seis filhos, a
 saber, Francisca, nascida no dia seis e batizada no dia quinze de feveiro
 de 1869, Claudina, nascida no dia três e batizada no dia dez de março de
 1871, Aníbal, nascido no dia onze de junho e batizado no dia seis de julho
 de 1876, todos estes da freguesia da Vitória desta cidade, Albertina Rosa,
 nascida a vinte e um de maio e batizada a vinte de junho de 1874, nesta
 freguesia de Santo Ildefonso, Adelaide, nascida a três de novembro de
 1879, batizada a vinte de janeiro de 1880, em Cedofeita, Daniel, nascido
 no dia vinte e cinco de janeiro e batizado no dia vinte e dois de julho
 de 1882, em Miragaia, todos como filhos naturais de Claudina Cândida
 Silva e de pai incógnito os quaes filhos reconhecem e legitimam por este
 casamento

E para constar, lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e
 conferido perante os conjuges e testemunhas, assigno com todos os ditos

Daniel Luís Vieira de Abreu
 Claudina Cândida da Silva
 Francisco José Teixeira de Carvalho
 Augusto José Teixeira de Carvalho
 João Augusto José Teixeira de Carvalho

Foram testemunhas presentes que se uniram em matrimônio Francisco José Teixeira de Carvalho e Augusto José Teixeira de Carvalho, viúvos proprietários moradores na Rua do Loureiro freguesia da Sé do Porto. Neste ato declararam os ditos nubentes haverem dentre ambos seis filhos, a saber, Francisca, nascida no dia seis e batizada no dia quinze de fevereiro de 1869, Claudina, nascida no dia três e batizada no dia dez de março de 1871, Aníbal, nascido no dia onze de junho e batizado no dia seis de julho de 1876, todos estes da freguesia da Vitória desta cidade, Albertina Rosa, nascida a vinte e um de maio e batizada a vinte de junho de 1874, nesta freguesia de Santo Ildefonso, Adelaide, nascida a três de novembro de 1879, batizada a vinte de janeiro de 1880, em Cedofeita, Daniel, nascido no dia vinte e cinco de janeiro e batizado no dia vinte e dois de julho de 1882, em Miragaia, todos como filhos naturais de Claudina Cândida Silva e de pai incógnito os quaes filhos reconhecem e legitimam por este casamento.

E para constar, lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os cônjuges assino com todos.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – Paroquiais. Livro de registo de casamentos de Santo Ildefonso, 1894)

Apesar do reconhecimento e legitimação que Daniel de Abreu fez no momento do seu casamento com Claudina dos filhos que com ela havia gerado, só no mês seguinte se dá a perfilhação legal de cada um deles.

Não foi, pois, um filho do primeiro casamento quem sucedeu ao pai na direção dos negócios de família mas sim o filho que Daniel Luís perfilhara quando ele tinha já 18 anos, Aníbal Vieira de Abreu.

Não há indícios que revelem que a relação de Daniel Luís Vieira de Abreu com os filhos do seu primeiro casamento tenha sido prejudicada pela existência da segunda família que mantinha. Pelo contrário, Daniel a todos terá querido providenciar apoio e bem-estar material; todavia, difícil será imaginar que a gestão emocional num contexto familiar desta natureza possa ter decorrido sem alguns escolhos. Daniel Júnior, o primogénito, protagonizou o confronto inevitável, inclusive de concorrência aos negócios do pai, mas, ao que tudo indica, apenas nos últimos anos de vida do seu progenitor.

3.1. A Casa Abreu no último quartel do século XIX sob a gestão de Daniel Luís Vieira de Abreu

Experiência não faltava a Daniel Luís Vieira de Abreu já que desde a adolescência começara a trabalhar na firma associado a seu pai, aparecendo a sua designação como “negociante” na altura do casamento, em 1867, sendo referido em 1870 e 1871 como “negociante da praça do Porto” e “agente de passaportes”. Após a morte do seu progenitor, o *Almanaque Português de Comércio e Indústria do Porto* (1879) integrava Daniel Luís Vieira de Abreu no grupo de comerciantes, proprietários e industriais matriculados na praça de comércio da cidade. A partir de 1881, no *Almanaque do Porto e seu Distrito*, o seu nome surgiu no rol de “negociantes nacionais, capitalistas e proprietários”, menção que se manteve até à viragem do século.

Segundo os almanaques consultados, o primeiro endereço comercial de Daniel de Abreu localizava-se na Rua do Loureiro, com os números 56-58, situação que se prolonga até 1889. Em 1890, mantendo-se na mesma rua, transfere a firma para o n.º 5, “ao Pátio das Freiras”, pese embora tenham sido publicados anúncios na *Gazeta de Notícias*, em 13 de março de 1893 e 19 de fevereiro do ano seguinte, que apresentavam a firma estabelecida no n.º 104, o qual terá sido um endereço de outra vertente dos negócios da família, mais exatamente do Centro Comercial e Agrícola, de que adiante se tratará. A partir de 1895, são indicados os números 72-74, e, de 1899 em diante, os números 76-78, direção, aliás, da sociedade que Daniel de Abreu criou em 1900, e que se manteve até 1902, ano da sua morte. Deve ainda mencionar-se que, efemeramente, nos anos de 1896 e 1897, a par da Rua do Loureiro, o *Almanaque do Porto e seu Distrito* associava-lhe outro endereço comercial, a saber, a Rua da Liberdade, n.º 56.

Estas mudanças sucessivas para edifícios muito próximos, na Rua do Loureiro, carecem de explicação mais cabal; podem estar relacionadas com necessidades de espaços maiores ou menores, ou com simples oportunidades circunstanciais.

A título de curiosidade, pode afirmar-se que Daniel Luís Vieira de Abreu fazia frequentes deslocações nos carros elétricos do burgo portuense, como atesta o passe n.º 449 da



Passe n.º 449 da Companhia de Carris de Ferro do Porto, pertencente a Daniel Luís Vieira de Abreu, 1897

Companhia de Carris de Ferro do Porto, válido para “as linhas da cidade à Foz e Matosinhos pela Boavista”, por ele assinado como portador e com a sua fotografia, datado do ano de 1897. Nesse ano, em 27 de agosto, Daniel Luís comprou uma casa na Foz do Douro, onde residiu durante alguns anos e na qual faleceu sua mulher Ana Rita.

Dois anúncios publicados no diário *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, em 17 de janeiro de 1882, davam conta dos seus negócios nos números 56-58 da Rua do Loureiro. Um era encimado pela referência “Antiga Agência de Passaportes” e publicitava: “Daniel de Abreu continua a solicitar passaportes, dispensas matrimoniais, banhos ou dispensa dos mesmos⁵, reclamações contra os recrutamentos do exército⁶, etc., etc. Trata passagens a preços reduzidos para todas as companhias de paquetes”. O outro não nomeava o proprietário nem o estabelecimento comercial – só indicava a sua localização nos referidos números 56 e 58 – mas permite saber que Daniel de Abreu diversificava já os seus negócios, prática que acentuaria na década seguinte, informando apenas: “Cobertores espanhóis legítimos, ditos nacionais e mantas de lã. Preços cómodos”. Aliás, Daniel Luís Vieira de Abreu, com este mesmo endereço comercial, surgia no recenseamento de ruas da freguesia da Sé, em 1883, na qualidade de capelista⁷. Esta atividade, recordando o que atrás se disse, era pois praticada pela família nos dois lados do Atlântico, pese embora não haja referências à ligação dos Abreu radicados no Brasil ao ramo de passaportes e viagens.

Em 1887, um anúncio do *Novo Almanaque Portuense* publicitava que a sua firma tratava de “casamentos e assuntos relacionados”, bem como dispensas militares, além de “passagens para os portos do Brasil e Rio da Prata”. Estas atividades eram também publicitadas no *Boletim Anunciador* – “passaportes, casamentos, proclamas, dispensas militares” –, que referia a firma como agência das companhias de paquetes para o Brasil e Rio da Prata, juntando-se no ano seguinte um novo destino – a África Portuguesa –, segundo anúncios da *Gazeta de Notícias*.



Dois anúncios na mesma página de *O Primeiro de Janeiro*, Porto 17.1.1882

5. As dispensas matrimoniais faziam parte dos procedimentos burocráticos do direito canónico, rendendo somas substanciais para a Igreja católica, pois os nubentes ligados por laços de parentesco, ainda que remotos – excluindo, obviamente, a linha vertical dos mesmos – tinham de solicitar à Santa Sé, por intermédio da sua diocese, dispensa dessa ligação de consanguinidade para contrair matrimónio. Já os banhos matrimoniais ou proclamas corriam na paróquia dos contraentes, ou em ambas as paróquias no caso de residências diversas. O pároco anunciava a intenção dos noivos de contrair matrimónio. Este anúncio era feito três vezes sucessivas durante a missa, terminado o Evangelho e antes da homilia, aos domingos e nos dias santos de guarda. Após anunciar a futura união, o sacerdote conclamava os fiéis a que denunciasses qualquer impedimento para a realização do casamento. Também se procedia à fixação na porta da Igreja, durante um certo período de tempo, dos nomes das pessoas que pretendiam consorciar-se pelo casamento, com o mesmo objetivo.
6. O cumprimento do longo serviço militar, vulgarmente designado como “imposto de sangue”, era considerado penalizador para as famílias que assim se viam privadas do trabalho e respetiva remuneração do jovem, razão pela qual eram efetuados diversos esforços e expedientes para o livrar do recrutamento e, quando este os chamava, para o contestar.
7. Arquivo Histórico e Municipal do Porto – *Recenseamento da freguesia da Sé*, 1883.

Ao longo de toda a década de 1890, o *Almanaque do Porto e seu Distrito* atribuiu a Daniel Luís Vieira de Abreu e à sua empresa designações várias, insistindo embora na tónica das passagens para o Brasil, facto que, tendo em conta a diversidade da nomenclatura e o tipo da adjetivação usada, lhe conferia uma longa e creditada experiência neste setor de atividade:

- Agentes de passaportes;
- Agência de negócios civis e eclesiásticos (única no ano de 1898);
- Antiga agência de passageiros para o Brasil;
- Agentes de passageiros para o Brasil;
- Agente das Companhias de Paquetes para o Brasil e Rio da Prata;
- Agentes de comércio;
- Agentes de casas estrangeiras.

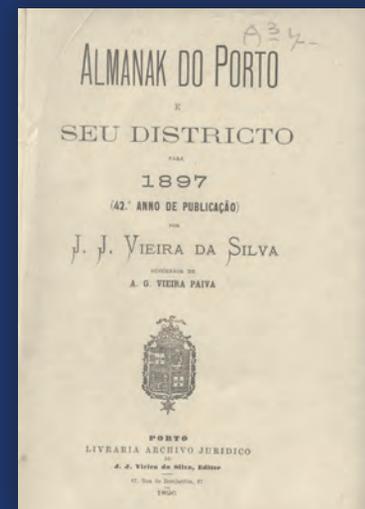
Os indivíduos ou empresas que estavam ligados à emigração portuguesa, já por contrato ou recrutamento de emigrantes, já por venda ou entrega de bilhetes de passagem, e finalmente por acompanhamento ou solicitação de passaportes junto dos governos civis, não estavam compelidos a fazer qualquer registo ou licença e muito menos obrigados a registarem os nomes dos emigrantes que recorriam aos seus serviços. Quando muito, pode por vezes encontrar-se nos *livros de registo de passaportes* dos governos civis, através dos nomes dos abonadores, os agentes ou funcionários das agências que se encontravam ligadas à emigração.

Nestes finais de oitocentos, a emigração portuguesa para o Brasil atingiu cifras altíssimas, chegando nos anos de 1880 a atingir 20 000 saídas anuais, valor que viria a duplicar na década seguinte. E, à medida que aumentava a emigração legal, a clandestina recrudescia. É nesta conjuntura que vão surgir as primeiras disposições governamentais com o objetivo de regular a atividade das agências de emigração.

A iniciativa foi da responsabilidade do governador civil do Porto, Artur de Campos Henriques. Por edital de 18 de julho de 1893 determinou, com a aprovação do Governo, que, no distrito do Porto, não poderiam estabelecer-se agências de emigração ou de passaportes nem continuar as que já existiam sem que os seus proprietários obtivessem licença concedida por aquele Governo Civil. Encontravam-se compreendidos nesta disposição, tivessem ou não escritório próprio, “todos os indivíduos associados a companhias que direta ou indiretamente” recrutassem ou contratassem emigrantes, vendessem ou entregassem bilhetes de passagem e ainda que procurassem ou solicitassem habitualmente passaportes para saírem do continente.

Este edital fixava uma série de exigências e condições para todos aqueles que, empenhados em tal atividade, pretendessem licença para operar, a qual teria de ser renovada anualmente:

- certificado de registo criminal;
- rigorosa observância das leis e regulamentos em tudo o que dissesse respeito aos emigrantes portugueses;



Agência de negócios civis e eclesiásticos
Rua do Loureiro 74, 1.ª
Agente—Daniel Luiz Vieira de Abreu.

Antiga agência de passageiros para o Brasil
Rua do Loureiro 5 (Pateo das Freiras)
Proprietário—Daniel Luiz Vieira d'Abreu.

Agentes de passageiros para o Brasil
Abel Ribeiro, Manoel Paulo & Alves Pereira, Praça da Batalha 82.
Daniel Luiz Vieira de Abreu, rua do Loureiro 74, 1.ª

Agência das companhias de paquetes para o Brasil e Rio da Prata
Rua do Loureiro 74
Agente—Daniel Luiz Vieira d'Abreu.

Agentes de commercio
Daniel Luiz Vieira d'Abreu, rua do Loureiro 74, 1.ª

Agentes de casas estrangeiras
Daniel Luiz Vieira d'Abreu, rua do Loureiro 74, 1.ª

Depositos de chocolate
Daniel Luiz Vieira d'Abreu, rua do Loureiro 74, 1.ª

Negociantes nacionaes, capitalistas e proprietarios
Daniel Luiz Vieira de Abreu (agente de negocios eclesiasticos), rua do Loureiro 74, 1.ª, e rua da Liberdade 56.



- identificação dos agentes ou agências, nomes dos donos ou proprietários, moradas, sede da agência, nomes dos empregados e demais indicações pessoais;
- obstar à emigração clandestina;
- prestar fiança idónea ao cumprimento das obrigações constituídas para com os emigrantes;
- registar em livros próprios todos os emigrantes a quem vendessem ou outorgassem bilhetes de passaportes ou outros documentos necessários à sua concessão, livros esses numerados e rubricados pelo administrador do concelho ou pelos comissários de polícia do Porto, autoridades estas que deveriam receber, periodicamente, as relações de emigrantes constantes dos respetivos livros de registo.

Por outro lado, as autoridades administrativas deveriam indagar junto de todos os indivíduos que solicitassem passaporte para emigrar “os nomes dos agentes de cujos serviços se utilizaram ou que aliciaram ou contrataram como emigrantes”, competindo a responsabilidade destas declarações ao “abonador da identidade impetrante de passaportes”.

A licença concedida aos agentes de emigração seria retirada sempre que se provassem ilícitos face ao teor das determinações do edital.

Desta forma, ficou estabelecida uma estratégia destinada a identificar e legalizar todos os agentes que intervinham no processo de emigração, a definir a sua responsabilidade relativamente aos emigrantes a quem prestavam serviços e a controlar a sua atividade, bem como a autenticidade das informações que prestavam às autoridades competentes.

Não surpreende, assim, que quatro dias depois, a circular do Ministério do Reino de 22 de julho de 1893 mandasse aplicar este edital a todos os distritos do país, o que não quer dizer que esta determinação tivesse aplicação imediata.

Na sequência da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que veio a estabelecer jurisprudência sobre tal matéria, o decreto de 6 de fevereiro de 1895 reiterou que todo o indivíduo que fosse representante, numa cidade, de agentes ligados à emigração ou de companhias de navegação, tinha de ser coletado como agente de emigração ou de passaportes.

Em circular da Direção Geral dos Próprios Nacionais, de 10 de julho de 1896, chamava-se a atenção para a obrigatoriedade de as agências e agentes de emigração terem de pagar o imposto do selo de 200\$000 e 100\$000 réis, reiterando-se que, de acordo com o edital já referido, mandado aplicar em todos os distritos do país, as agências de emigração ou passaportes não podiam funcionar sem licença concedida pelo Governo Civil e que, portanto, eram obrigados a ter licença todos os indivíduos, associações ou companhias que direta ou indiretamente contratassem emigrantes, vendessem bilhetes de passagens ou solicitassem habitualmente passaportes.

Continuando a levantar-se dúvidas sobre os requisitos necessários para a classificação de agências ou agentes de emigração, por consulta fiscal do Ministério da Fazenda, de 12 de setembro de 1896, ficou esclarecido que se não incluíam em tal categoria as Companhias de Navegação Marítima nem os seus consignatários e armadores, quando, em relação aos emigrantes, limitassem os seus atos à venda de bilhetes de passagens.

A licença e o respetivo imposto de selo deviam incidir sobre os indivíduos, associações ou companhias que, entre aqueles e os emigrantes, assumiam o papel de “agentes de bilhetes”, isto é, aqueles que ativamente levassem até ao interior das províncias a tentação de partir, aliciando emigrantes e sendo considerados, deste modo, agentes de emigração.

Só em 1896, isto é, só a partir do momento em que as agências e agentes de emigração foram obrigados a pagar o imposto de selo, é que os governos civis, vendo a utilidade do aumento de receitas na aplicação de tal medida, publicaram editais semelhantes ao edital do Porto de 1893.

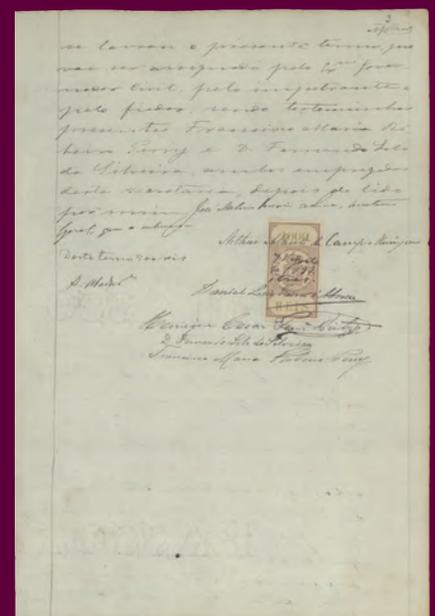
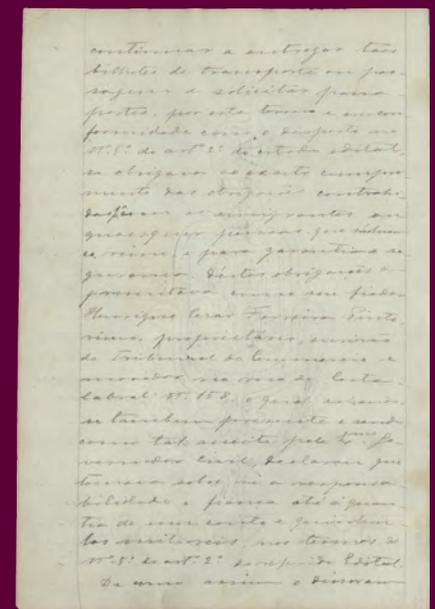
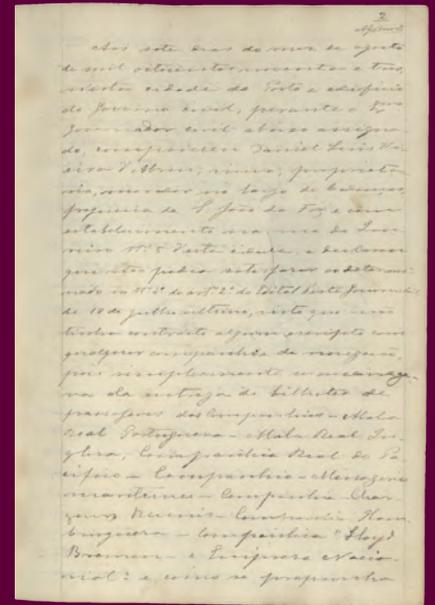
Contudo, a generalização destas medidas a todo o território nacional conheceu alguns entraves. Em 1913, os governos civis de Évora e Portalegre assim como os dos Açores e Madeira, embora por diferentes razões, ainda não tinham regulamentado o funcionamento das agências de emigração. Por outro lado, também não deixaram de existir os agentes ilegais que continuaram a realizar todos os atos tendentes a facilitar e promover a emigração, prática que se manteve ao longo de novecentos, por mais repressivas que fossem as medidas tomadas pelo Governo.

Como é que a Agência Abreu, através de Daniel Luís Vieira de Abreu, reagiu ao edital do Governo Civil do Porto, de 18 de julho de 1893? Cumprindo de imediato, o mesmo.

Com efeito, logo em 2 de agosto do mesmo ano, Daniel Luís Vieira de Abreu, proprietário, então morador no Largo de Cadouços, freguesia de São João da Foz do Douro, com a sua empresa localizada na Rua do Loureiro, n.º 5, Porto, compareceu no Governo Civil, declarando que não podia comprovar que era simples agente de concessão de bilhetes de transporte uma vez que não tinha contrato escrito com qualquer companhia de navegação, limitando-se a sua atividade à entrega de bilhetes das seguintes companhias:

- Companhia Mala Real Portuguesa;
- Companhia Mala Real Inglesa;
- Companhia Real do Pacífico;
- Compagnie Messageries Maritimes;
- Companhia Chargeurs Reunis;
- Companhia Hamburguesa;
- Companhia Lloyd Bremen;
- Companhia Empresa Nacional.

Todavia, como se propunha continuar a vender ou entregar bilhetes de transporte ou passagem e a solicitar passaportes, apresentava como seu fiador Henrique César Ferreira Pinto, proprietário e escrivão do Tribu-



Declaração de Daniel Luís Vieira de Abreu no Livro dos termos de fiança das agências de emigração, Governo Civil do Porto, 2.8.1893

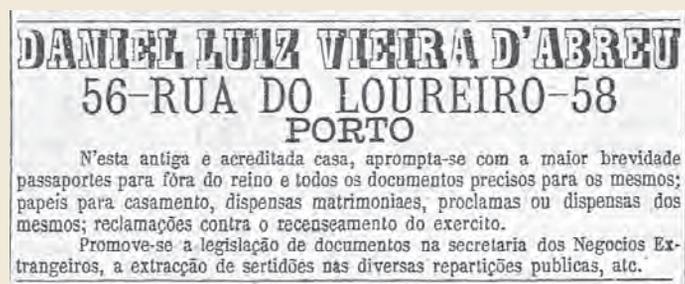


Boletim Anunciador, Porto,
11.6.1889

nal do Comércio, o qual tomava a responsabilidade da fiança até 1500\$000 réis, isto é, de um conto de réis pela venda ou entrega dos bilhetes de transporte e 500\$000 réis pela solicitação de passaportes⁸. Refira-se que Henrique César Ferreira Pinto era cunhado de Daniel, pois havia casado com a sua irmã Adelina em 1872.

A atividade da Casa Abreu, à falta de outras fontes históricas, pode ser acompanhada nestes anos pela publicidade que fez publicar em diversos órgãos da imprensa.

Assim, o *Boletim Anunciador*, periódico do Porto de que era proprietário seu filho mais velho, Daniel Júnior, e de que adiante se falará mais detalhadamente, nos trinta e um números que saíram entre janeiro e novembro de 1889 publicou grandes anúncios da Casa Daniel Luís Vieira de Abreu, com a figura de um pacote, marca que, não sendo exclusiva, era fundamentalmente usada na publicidade das grandes companhias de navegação. Outros anúncios, mais pequenos, evidenciavam o tratamento de todo o tipo de documentação burocrática necessária aos emigrantes em matérias que constituíam as suas principais preocupações:



Nesta antiga e acreditada casa apronta-se com a maior brevidade passaportes para fora do reino e todos os documentos precisos para os mesmos; papéis para casamentos, dispensas matrimoniais, proclamas ou dispensa das mesmas; reclamações contra o recenseamento do exército.

Promove-se a legalização de documentos na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e extração de certidões nas diversas repartições públicas, etc.

A publicidade à Casa dirigida por Daniel Luís Vieira de Abreu continuou a sair na *Gazeta de Notícias* (1890-1914) que sucedeu ao *Boletim Anunciador*, periódico também dirigido por seu filho. Assim, embora o nome do proprietário se mantivesse destacado à cabeça dos anúncios, a firma foi sendo designada por diversas formas:

- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil;
- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil e Rio da Prata;
- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil, Rio da Prata e África Portuguesa (esta última a partir de junho de 1890).

Além do tratamento das passagens “a preços reduzidos” nas três classes dos paquetes, “esta casa, a mais antiga, e a mais habilitada” publicitava que se encarregava gratuitamente de solicitar no Governo Civil os passaportes dos

8. Arquivo Distrital do Porto – *Administração Central (Governo Civil). Livro dos termos das agências de emigração, 1893-1903*. Outras referências a Daniel Luís Vieira de Abreu podem ser encontradas neste livro relativas à renovação da licença.



Boletim Anunciador, Porto,
3.11.1889

passageiros. Indicava também a data das saídas dos transatlânticos identificados pelos seus nomes para os portos respetivos e, mais importante e original, porque não era comum encontrar-se esta referência em anúncios similares, informava que as passagens no caminho-de-ferro até Lisboa eram grátis, isto porque, conforme explicava, “os paquetes saem de Lisboa e de Leixões, podendo os passageiros embarcar no que melhor lhes convenha”.

A partir de finais de julho de 1890, a publicidade desta firma anunciava a sua mudança “pelo S. Miguel”, ou seja, em finais de setembro, para a Rua do Loureiro n.º 5, “ao Pátio das Freiras de S. Bento”. Este endereço manteve-se até dezembro de 1895. Os anúncios publicados neste período mantinham o nome do proprietário mas os destinos dos paquetes que agenciavam variavam ligeiramente:

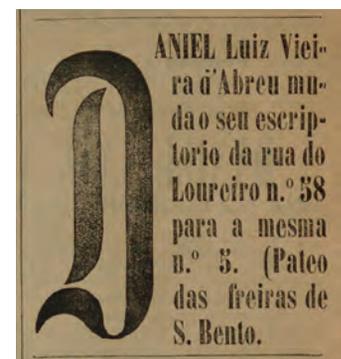
- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil e Rio da Prata;
- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil e África Portuguesa;
- Agência das Companhias de Paquetes para o Brasil, Rio da Prata e África Portuguesa;
- Agência de Paquetes para Rio de Janeiro, Santos, Pará, Manaus e mais portos do Brasil.

As informações constantes destes anúncios mantinham substancialmente o que já vinha de trás, mas passaram a incluir algumas novidades. Para a África portuguesa vendiam-se passagens “para todos os portos” nas três classes, mas predominava o destino Brasil. Exclusivamente para este país eram cedidas passagens gratuitas, se bem que as condições variavam um pouco; em certos casos, só três regiões eram contempladas: Rio de Janeiro, Santos e Pará; noutros, a Casa Abreu fornecia informação mais generalista, não permitindo perceber o perfil exato ou destino laboral dos eventuais contemplados, mas em que se verificava que a gratuidade das passagens não era exclusiva aos agregados familiares, como claramente evidenciava um anúncio de 31 de julho de 1891: “Facultam-se passagens gratuitas para o Brasil, tanto a famílias como a pessoas solteiras”.

Alguns destes textos publicitários não só indicavam o nome, destino e data de partida dos paquetes, como especificavam os que zarpavam de Leixões e de Lisboa, facto que permite nitidamente ver a superioridade numérica dos embarques pelo porto da capital do país; variavam entre o dobro e o quádruplo, pelo que se compreende que a Casa Abreu não podia prescindir da venda destas passagens que se constituía como fatia importante do mercado, oferecendo, inclusive, como atrás se viu, a viagem de comboio até Lisboa.

Outro dado curioso é que em 1894 os anúncios faziam questão em mencionar que a antiga agência de Daniel Luís Vieira de Abreu continuava estabelecida na Rua do Loureiro, n.º 5, e, em letra de corpo mais destacado, alertavam para o seguinte facto: “Não confundir esta agência com outra qualquer com nome semelhante”.

Esta advertência prendia-se com o facto de existirem reclamos de companhias de navegação, como a Messageries Maritimes ou a Chargeurs Reunis, nos quais se informava que as passagens para os seus paquetes eram tratadas no Porto, por Daniel & Irmão. A menção à firma assim designada vinha já da década



Gazeta de Notícias, Porto, 22.8.1890

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU
 Declara que a sua antiga
Agencia das companhias de paquetes
 PARA O
Brazil e Africa Portuguesa
 continua estabelecida na
RUA DO LOUREIRO, 5
 (Pateo das Freiras de S. Bento)

Tratam-se passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe para os portos do Brazil e Africa Portuguesa em todas as companhias de paquetes, por preços muito reduzidos.
 Solicitam-se **passaportes** no governo civil do Porto, e bem assim todos os documentos precisos para os mesmos. **CONCORDA-SE PARA A ENSCARTELAÇÃO.**
Não confundir esta agência com outra qualquer com nome semelhante

Vapores a sahir em janeiro para o Brazil e Africa DO PORTO (LEIXÕES)

Dis 2—Cordouan—francez—Pernambuco, Bahia, Rio e Santos
 12—Ocidente—inglez—para Pará e Maranhão
 21—Liguria—inglez—para Rio de Janeiro

DE LISBOA

Dis 3—Uruguay—hamburquez—para Pernambuco, Bahia, Rio e Santos
 4—Cordouan—francez—para Pernambuco, Bahia, Rio e Santos
 26—Cazengo—portuguez—para Africa Occidental
 8—Brasil—francez—para o Rio de Janeiro
 10—Parapota—hamburquez—para a Bahia, Rio e Santos
 12—Amiral—alemão—para a Africa Oriental
 13—Ocidente—inglez—para Pará e Maranhão
 17—Thames—inglez—para Pernambuco, Mació, Bahia, Rio, Montevidé e Buenos Ayres
 17—Belgrano—Hamburquez—para Pernambuco, Rio e Santos
 24—Cabo Verde—portuguez—para Africa Occidental
 25—Comp—francez—para Pernambuco, Bahia, e Rio
 34—Italia—hamburquez—para a Bahia, Rio e Santos
 34—Liguria—inglez—para Rio de Janeiro
 23—Londres—inglez—para Pará
 31—Santos—hamburquez—para Pernambuco, Rio e Santos

Os vapores marcados com o signal * são os que mais rapidamente conduzem as malas do correio para o Brazil.

Gazeta de Notícias, Porto, 1.1.1894

anterior e dizia respeito a um escritório de agentes de viagens da responsabilidade de Armindo Daniel Matos, primeiro estabelecido na Rua dos Ingleses e depois na Praça da Batalha. A título de exemplo veja-se um anúncio publicado no *Boletim Anunciador*, em fevereiro de 1889:

Passagens Gratuitas



Nos paquetes franceses Chargeurs Reunis dão-se passagens de graça a famílias inteiras de trabalhadores agrícolas que desejem ir estabelecer-se livremente na província do Rio de Janeiro. Os paquetes saem a 1, 12 e 22 de cada mês.

Também recebem passagens a dinheiro.

Trata-se com Daniel & Irmão. Praça da Batalha, 141-1.º (em frente à Igreja de Santo Ildefonso). Porto.

(Fonte: *Boletim Anunciador*. Porto, fevereiro de 1889)

Esta situação prolongou-se durante vários anos e mantinha-se ainda em 1893, como se comprova pelo esclarecimento publicado em 13 de março desse ano na *Gazeta de Notícias*:

ATENÇÃO



Daniel Luís Vieira de Abreu declara que a sua antiga casa de agência das companhias de paquetes para o Brasil continua estabelecida na Rua do Loureiro n.º 5, e que nada tem de comum com a nova casa de Daniel & Filhos, da Praça da Batalha.

(Fonte: *Gazeta de Notícias*. Porto, 13.3.1893)

Foi no ano de 1895 que a firma de Daniel Luís Vieira de Abreu se transferiu para o n.º 74 da Rua do Loureiro, “em frente da igreja do Convento de São Bento”, entretanto demolido para dar origem à estação ferroviária de São Bento do Porto, cujo funcionamento se iniciou a 7 de novembro de 1896, embora só tenha sido oficialmente inaugurada em 5 de outubro de 1916.

Esta mudança de direção do escritório foi expressamente anunciada na imprensa:

Paquetes para os portos do Brazil

O snr. Daniel Luiz Vieira d'Abreu, agente das companhias de paquetes para todos os portos do Brazil, mudou o seu escriptorio para a rua do Loureiro n.º 74, Porto, onde continua a vender passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, bem como se encarrega de fornecer passagens gratuitas para os mesmos portos com embarque em Leixões ou Lisboa.

Agradecemos o calendario para o proximo anno, que nos foi offerecido pelo referido agente.

Paquetes para os portos do Brasil

O sr. Daniel Luís Vieira de Abreu, agente das companhias de paquetes para todos os portos do Brasil, mudou o seu escritório para a Rua do Loureiro n.º 74, Porto, onde continua a vender passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, bem como se encarrega de fornecer passagens gratuitas para os mesmos portos com embarque em Leixões ou Lisboa.

(Fonte: *Jornal de Santo Tirso*, 25.12.1895)

Um anúncio do *Jornal de Santo Tirso*, publicado entre 2 de janeiro de 1895 e 5 de maio de 1904 (com alterações gráficas em 11 de outubro de 1900, após a constituição da firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a) – aliás bem elucidativo da dimensão que a emigração para o Brasil estava a assumir e da popularidade da Casa Abreu no meio rural – dá um importante contributo para o esclarecimento das origens da Agência Abreu e permite conhecer as atividades desenvolvidas por Daniel Luís Vieira de Abreu. Aí é mencionada a “Casa fundada em 1840”, constituindo a primeira fonte histórica a indicar que Agência foi criada naquele ano, informação que Daniel Luís Vieira de Abreu certamente colheira junto de seu pai, Bernardo Luís Vieira de Abreu. Confirma, por outro lado, a localização da Casa Abreu na Rua do Loureiro, mas já no n.º 74. Complementarmente, a Empresa de Daniel Luís Vieira de Abreu é aí apresentada como “Agência das Companhias de Paquetes para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Pará, Manaus e mais portos do Brasil”.

O anúncio acrescentava ainda informações já constantes de reclamos anteriormente difundidos: que “nesta antiga e acreditada casa” se tratava de passagens em primeira, segunda e terceira classe, em todas as companhias de paquetes com destino a todos os portos do Brasil, “a preços muito reduzidos”; as passagens aí tomadas gozavam “de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respetivas companhias”; concediam-se “passagens gratuitas para o Brasil”; e vendia passagens nas três classes para todos os portos da África portuguesa.

Mas como os textos de publicidade variavam ligeiramente os seus conteúdos, já outro publicado na *Gazeta de Notícias* (em 14 de agosto de 1896) apresentava a Casa de Daniel Luís Vieira de Abreu em primeiro plano como “agência de passaportes” e, em segundo, como agência das companhias de paquetes para todos os portos do Brasil, com a especificação de ser “legalmente estabelecida segundo a lei e o edital do Governo Civil de 18 de julho de 1893”. Tendo em vista que se trata da primeira vez que tal referência foi feita num anúncio, não se pode deixar de reparar no atraso da mesma já que a firma Abreu havia cumprido os preceitos do dito edital logo após a sua publicação. Será este facto indício de que os incumpridores foram numerosos, praticando as suas operações comerciais sem observar as exigências legais, furtando-se deste modo ao dispêndio que tal licença acarretava? Por outras palavras, vinha a Casa Abreu a sentir-se, nos últimos anos, prejudicada por concorrência desleal? Certo é que este reclamo alertava sobre a matéria que havia suscitado o referido diploma do governo civil, reservando a sua última parte para fazer de forma destacada uma:

PREVENÇÃO IMPORTANTE

Havendo muitos indivíduos que se oferecem para solicitar passaportes ou vender passagens sem estarem legalmente habilitados, previne-se os srs. passageiros de que se acautelem, para não serem logrados, pois esses indivíduos não são agentes e serão punidos pelas autoridades caso sejam encontrados a tratar de qualquer serviço próprio só das agências legais.

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU
 PORTO — Rua do Loureiro, 74 — PORTO
 (Em frente da igreja das freiras de S. Bento)



AGENCIA DE PASSAPORTES
 Agencia das companhias de paquetes para Pernambuco,
 Bahia, Rio de Janeiro,
 Santos, Pará, Manaus e mais portos do Brasil
 Legalmente estabelecida segundo a lei e o edital do Governo Civil
 de 18 de julho de 1893

Nesta antiga e acreditada casa, tratam-se passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, em todas as companhias de paquetes, para todos os portos do Brasil, por preços muito reduzidos.
 As passagens tomadas nesta casa gozam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias.
Passagens gratuitas. — Concedem-se passagens gratuitas para o Brasil.
África Portuguesa. — Vendem-se passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, para todos os portos da África Portuguesa.

Solicita-se passaportes

PREVENÇÃO IMPORTANTE
 Havendo muitos indivíduos que se oferecem para solicitar passaportes ou vender passagens sem estarem legalmente habilitados, previne-se os srs. passageiros de que se acautelem, para não serem logrados, pois esses indivíduos não são agentes, e serão punidos pelas autoridades caso sejam encontrados a tratar de qualquer serviço próprio só das agências legais.



Ainda no que à publicidade diz respeito, deve enfatizar-se a preocupação desta Agência em fazer-se anunciar no último lustro do século XX em numerosas edições do *Jornal de Santo Tirso* e no *Jornal de Paços Ferreira*, ocupando nesses periódicos espaços de grande dimensão, sempre com a imagem de um pacote, timbre sistemático da sua estratégia publicitária desde a primeira hora. Esta difusão nas zonas rurais constituiria uma prioridade que refletia o gradual crescimento da emigração oriunda dos concelhos do interior.

No caso da imprensa portuense, além dos já referidos *Boletim Anunciador*, *Gazeta de Notícias* e *Primeiro de Janeiro* (edição de 17 de janeiro de 1882) não era frequente a publicação de



O Primeiro de Janeiro, Porto,
1.9.1897

reclamos desta Casa nos diários de grande tiragem até ao final da centúria de oitocentos. Mas a partir de setembro de 1897, um pequeno anúncio foi várias vezes publicado no reputado *O Primeiro de Janeiro*, publicitando a Casa Daniel de Abreu: passaportes e passagens para todos os portos do Brasil e África portuguesa nos “melhores pacotes da carreira”, bem como passagens gratuitas não só para o Rio de Janeiro – o destino sempre mais procurado – como também para São Pau-

lo, a metrópole que se agigantava na viragem do século, recebendo cada vez mais imigrantes de numerosas procedências.

3.2. Diversificação dos negócios da Casa Abreu e constituição de uma sociedade comercial

Na década de 1890, Daniel Luís Vieira de Abreu promoveu o alargamento e diversificação dos seus negócios, aproveitando a estrutura existente para comercializar, a nível nacional e internacional, produtos das mais diversas naturezas, bem como para dinamizar a atividade das representações comerciais.

Nesta aventura terá tido a colaboração, se não mesmo o incentivo, do seu filho mais velho, Daniel Luís Vieira Mascarenhas de Abreu, então proprietário e diretor do periódico *Gazeta de Notícias*, onde foram publicados os anúncios que revelam esta nova faceta empresarial da família. O arranque da iniciativa materializou-se na criação, em março de 1893, do Centro Mercantil, Industrial e Agrícola, profusamente publicitado na edição da *Gazeta* de 13 de março daquele ano.

O Centro Mercantil, Industrial e Agrícola tinha escritório na Rua do Loureiro, 106-1.º (uma das direções comerciais de Daniel pai era no n.º 104 – o outro número de polícia do mesmo prédio), endereço à época do próprio periódico *Gazeta de Notícias*, e dispunha de agentes em Portugal e no estrangeiro, sendo contudo apenas nomeado o de Lisboa: tratava-se da firma Monteiro & C.ª, sita à Rua dos Retroseiros, no 1.º andar do n.º 75.

O texto de um dos anúncios explicava que estava em preparação, para ser publicado no mês seguinte, o boletim desta nova empresa, que seria distribuído pelos seus agentes e correspondentes, podendo também ser enviado a quem o solicitasse por bilhete-postal. Informava ainda que o Centro Mercantil, Industrial e Agrícola aceitava anúncios das principais casas do país e do estrangeiro para serem intercalados no seu boletim. Assim, o Centro visava promover “a venda de todos os artigos que lhe sejam enviados, tanto no Porto e Lisboa, como

Gazeta de Notícias

NOVIDADES

NOVIDADES
Machos photographicos
Machos photographicos
Machos photographicos

REPRESENTAÇÃO DE CASAS ESTRANGEIRAS

EL CREDITO GENERAL ESPAÑOL

ARTIFACTOS em barro

COMPANHIA DE SEGUROS
A URBANA PORTUGUEZA

Apparelho limpa carris FONT

Sellos e alburnos para colleção

TABACOS HAVANOS

JESUS CHRISTO

PASTILHAS UNIVERSALES

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU

SEMENTES DE HORTA E JARDIM

AGENTES

CENTRO MERCANTIL, INDUSTRIAL E AGRICOLA

Escriptorio—Rua do Loureiro, 106-1.

Esta casa promove a venda de todos os artigos que lhe sejam enviados, tanto no Porto e Lisboa, como nas principais terras do paiz a estrangeiro, onde tem agentes e correspondentes.

REPRESENTAÇÃO DE CASAS ESTRANGEIRAS

Accoim-se agentes em todas as terras onde os não haja.

EL CREDITO GENERAL ESPAÑOL

VENDA A PRAZO DE PAPEIS DE CREDITO

Esta sociedade pta se Alameda de todas as fortunas e por prestações successivas de 20000 réis a compra de papéis de crédito espanhol, franco, belga, tendo a certeza de completa segurança, remunerada a letra e sem dilação a favor do comprador a 25000000 réis.

ARTIFACTOS em barro

COMPANHIA DE SEGUROS
A URBANA PORTUGUEZA

Apparelho limpa carris FONT

Sellos e alburnos para colleção

TABACOS HAVANOS

JESUS CHRISTO

PASTILHAS UNIVERSALES

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU

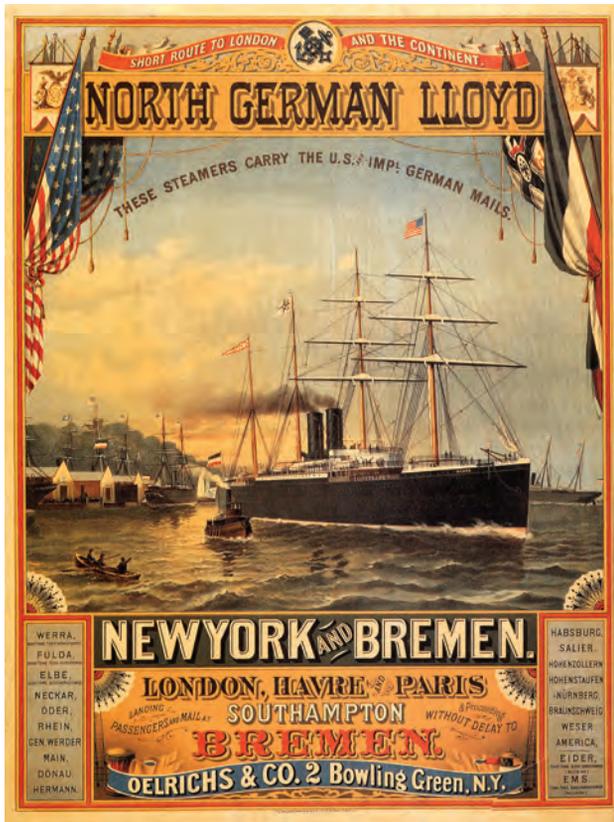
SEMENTES DE HORTA E JARDIM

AGENTES

nas principais terras do país e estrangeiro, onde tem agentes e correspondentes” – aceitando-os onde os não houvesse – além de fazer a representação de casas estrangeiras.

A par da grande amplitude territorial gizada para este Centro, é de evidenciar a enorme diversidade de bens e serviços transacionáveis já que duas páginas desta edição da *Gazeta de Notícias* estavam repletas de anúncios que remetiam para o Centro Mercantil, Industrial e Agrícola, para o seu endereço comercial ou para o próprio Daniel de Abreu Júnior, que, assim, assumia múltiplas funções:

- representante do inventor do aparelho “limpa carris Font” (referente ao oficial de artilheria Jorge Font);
- representante da sociedade El Credito General Espanol, que vendia a prazo papéis de crédito espanhóis, franceses, belgas, turcos, “entre outros de completa segurança, cotizáveis na bolsa”;



Cartaz, 1884



Gazeta de Notícias, Porto, 2.9.1895

- a sua firma apresentava-se como agência da companhia de seguros A Urbana Portuguesa e da fábrica a vapor de Alfredo de Brito (telégrafos, telefones, para-raios, campainhas elétricas, pilhas, relógios de parede, mesa e torre);
- a sua firma funcionava como depósito para venda em grosso das “pastilhas universais”;
- a sua firma vendia Chocolate Bendsdorp (cacau em pó e pasta de cacau), livros portugueses e estrangeiros (era mesmo referida a “agência literária Rua do Loureiro 106-1.º Porto”), vinhos, aguardentes e azeites (quanto a cereais recebia amostras para promover vendas), rebuçados milagrosos contra todas as toses, filtros, selos e álbuns para coleções, “imitações perfeitíssimas” de pedras preciosas, artefactos em barro (figuras para interiores e exteriores, vasos, talhas, azulejos variados, tubos de grés, sifões, botijas para genebra e frascos de tinta), águas minerais de Melgaço, máquinas de escrever e fotográficas, relógios, instrumentos, máquinas, ferros e fogareiros para fins industriais, sabonetes para metais, vidros e utensílios de cozinha, além de uma infinidade de objetos específicos como alfinetes de gravata (“de caçador”, “de toureiro” ou “mágico”), uma pequena tipografia portátil, pedra de toque para reconhecer moedas de prata e ouro, rolha para garrafa com chave, balança romana de bolso;
- recebia ainda encomendas de tabacos havanos das fábricas Tinchant Frères, de trabalhos tipográficos e litográficos, estereotipia, zincografia e gravura, produtos químicos e farmacêuticos, sementes de horta e jardim, etc.

É difícil avaliar o êxito alcançado pelo Centro Mercantil, Industrial e Agrícola, embora a sua publicidade na imprensa tenha tido curta duração. Mas por este tipo de negócios enveredou também Daniel Luís Vieira de Abreu, como revelam dois grandes anúncios publicados na *Gazeta de Notícias*, em 1895 e 1896.

No primeiro reclamo, datado de 2 de setembro de 1895, vemo-lo à frente de uma “Agência e representação de Fábricas e Companhias Nacionais e Estrangeiras”, sem endereço específico, apenas mencionando a cidade do Porto, e cujas atividades eram discriminadas do seguinte modo:

- Despacho de mercadorias para o Brasil e África;
- Registo de marcas e patentes industriais em Portugal e estrangeiro;
- Comissões, consignações e conta própria;
- Importação/Exportação de vinhos, azeites e cereais;

- Agência em Portugal e Brasil do licor de S. Bernardo, preventivo e curativo do enjoo do mar;
- Vinhos, licores e cognacs estrangeiros – Cápsulas – Chocolates – Produtos alimentícios;
- Louças – Perfumarias – Esculturas religiosas – Artigos de viagem – Bijuterias – Pianos e instrumentos musicais – Carruagens de luxo;
- Livros de literatura e ciência – Músicas.

O anúncio terminava com três informações que indiciavam a intenção de alargamento deste ramo de negócios:

- Esta casa aceita a agência ou representação de qualquer casa nacional ou estrangeira;
- As informações sobre amostras, preços correntes, etc., devem ser dirigidas a Daniel Luís Vieira de Abreu – Porto;
- Aceitam-se agentes em todas as partes onde esta casa ainda os não tenha. Exigem-se boas referências.

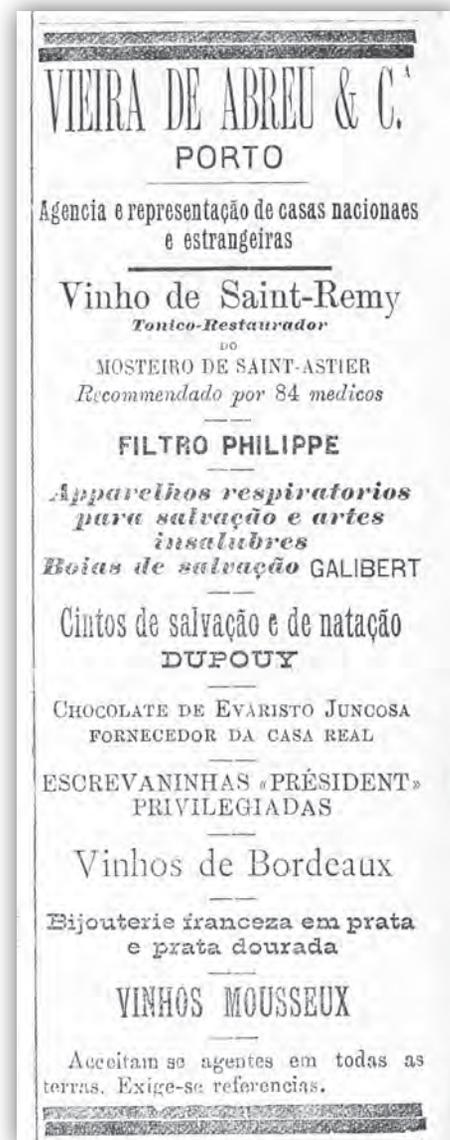
Compreende-se, deste modo, que o *Almanaque do Porto e seu Distrito* a partir de 1895 atribua à firma de Daniel Luís Vieira de Abreu a função de “depósito de chocolates”, sendo os seus responsáveis denominados “agentes de comércio” e “agentes de casas estrangeiras”.

Este tipo de atividade comercial foi reiterado no ano seguinte por um anúncio similar (*Gazeta de Notícias*, 14 de agosto de 1896), mas desta feita a firma assumia a denominação Vieira de Abreu & C.^a, novamente sediada no Porto, mas sem indicação de rua, apresentando-se agora como “Agência e representação de casas nacionais e estrangeiras”, destacando produtos sobretudo de origem francesa, como:

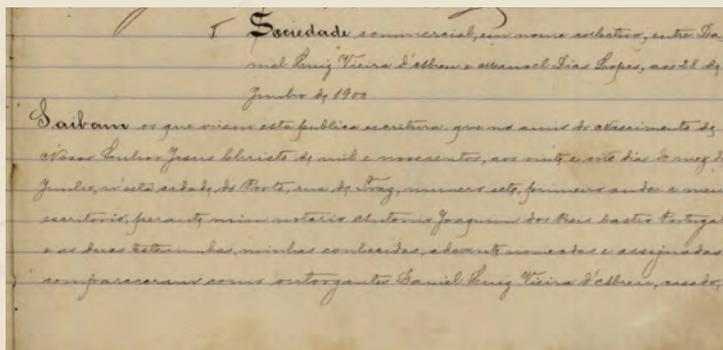
- Vinho de Saint-Remy, tónico restaurador do Mosteiro de Saint-Astier;
- Vinhos de Bordeaux e vinhos Mousseux;
- Chocolate de Evaristo Juncosa fornecedor da Casa Real;
- Filtro Philippe;
- Aparelhos respiratórios e boias de salvação Galibert;
- Cintos de salvação e de natação Dupoux;
- Escrivaninhas “Président” privilegiadas;
- Bijuteria francesa em prata e prata dourada.

Mais uma vez, o anúncio indicava que a agência aceitava “agentes em todas as terras”, patenteando um projeto de expansão que terá ficado bem aquém do desejado.

Os negócios de Daniel Luís Vieira de Abreu estavam notoriamente em crise. A sociedade que ele fez, em 1900, com Manuel Dias Lopes, revela claramente que a sua firma estava descapitalizada, entrando o primeiro somente com o seu “trabalho e indústria” e o segundo com dinheiro.



Gazeta de Notícias, Porto, 14.8.1896



Primeira e quarta páginas da constituição da sociedade Daniel Luís Vieira de Abreu & Companhia no 8.º Cartório Notarial do Porto, 28.6.1900



**Sociedade comercial, em nome coletivo, entre Daniel Luís Vieira de Abreu e Manuel Dias Lopes
aos 28 de junho de 1900**

Saibam os que virem esta pública escritura que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e novecentos, aos vinte e oito dias do mês de junho, nesta cidade do Porto, Rua de Trás, número sete, primeiro andar e meu escritório, perante mim notário António Joaquim dos Reis Castro Portugal, e as duas testemunhas, minhas conhecidas, adiante nomeadas e assinadas, compareceram como outorgantes Daniel Luís Vieira de Abreu, casado, agente comercial, morador na Rua do Teatro, freguesia de São João da Foz, Bairro Ocidental desta cidade e Manuel Dias Lopes, casado, proprietário, morador na Rua de Roberto Ivens, freguesia de Matosinhos, concelho de Bouças; ambos reconhecidos das mesmas testemunhas, pelas quais me certifiquei da sua identidade, do que dou fé.

E na minha presença e das referidas testemunhas, disseram ambos os outorgantes que por esta pública escritura constituem entre si uma sociedade comercial, em nome coletivo, para o fim e sob as condições seguintes:

Primeira – o fim desta sociedade é a exploração de uma agência de passaportes de passagens para qualquer porto, e solicitação de documentos em repartições públicas ou particulares, e tratar em geral de todos os negócios a que estas agências se costumam dedicar, podendo explorar qualquer ramo de negócio, quando ambos os outorgantes assim o julgarem conveniente.

Segunda – A sede da sociedade é na Rua do Loureiro, números setenta e seis e setenta e oito, desta cidade, não tendo por enquanto sucursais.

Terceira – A firma social fica sendo “Daniel Luís Vieira de Abreu & Companhia”, da qual somente fará uso o sócio Daniel Luís Vieira de Abreu, mas unicamente em atos e documentos que digam respeito à sociedade, e nunca em aceites de letras, fianças ou outros documentos estranhos à mesma sociedade, sob pena de indemnizar o sócio Lopes, com a quantia de um conto de réis, como pena convencional, pela contravenção do exposto nesta cláusula.

Quarta – Que a gerência e administração desta sociedade fica a cargo do outorgante Abreu, com auxílio do outorgante Dias Lopes, ficando contudo a cargo deste a escrituração comercial.

Quinta – Que o capital social é da importância de um conto de réis, em dinheiro, já realizado, fornecido unicamente pelo sócio Manuel Dias Lopes, pois que o sócio Daniel Luís Vieira de Abreu entra para a sociedade somente com o seu trabalho e indústria.

Sexta – Esta sociedade durará por tempo indeterminado, considerando-se principiada para todos os efeitos no dia primeiro do corrente mês de junho, e assim poderá ser dissolvida à vontade de qualquer dos sócios.

Sétima – No último dia de cada mês se procederá a balanço social que será assinado por ambos os sócios; e os lucros que esse balanço acusar serão repartidos na seguinte proporção: sessenta por cento para o sócio Daniel Luís Vieira de Abreu e quarenta por cento para o sócio Dias Lopes; e na mesma proporção serão suportadas as perdas, se as houver.

Oitava – O sócio Manuel Dias Lopes promoverá quanto possível o aumento e prosperidade da sociedade, ficando com o direito de fiscalizar todos os atos da gerência.

Nona – Em caso de falecimento de qualquer dos sócios, se procederá imediatamente a balanço, recebendo os herdeiros ou representantes do sócio falecido o que lhes pertencer, no prazo de trinta dias, ou poderá continuar a mesma sociedade, com os referidos herdeiros, ou representantes se assim convier a ambas as partes.

Décima – Em caso de dissolução por qualquer motivo que não seja o de falecimento, se procederá à liquidação e partilha dos haveres sociais em face do balanço que para esse fim será dado e assinado por ambos os sócios.

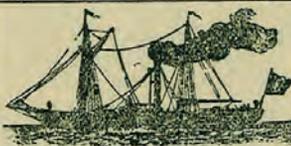
Undécima – Que o sócio Daniel Luís Vieira de Abreu, ou seus herdeiros ou representantes, só serão obrigados ao pagamento ao sócio Manuel Dias Lopes, do seu capital de um conto de réis, se derem motivo à dissolução, ou faltarem a qualquer das condições aqui declaradas.

Duodécima – Quaisquer dúvidas ou divergências que se suscitem durante a vigência desta sociedade, ou na sua liquidação ou partilha, serão decididas por árbitros nomeados, um por cada sócio, e em caso de empate será nomeado um terceiro pelo Juiz Presidente do Tribunal do Comércio, e o que tais árbitros decidirem será seguido sem recurso.

Décima-terceira – Em tudo o mais que aqui não fica acautelado e declarado, vigorarão para este contrato as disposições do Código Comercial Português, na parte aplicável.

Disseram mais ambos os outorgantes que são estas as condições pelas quais a sua referida sociedade há de ser regulada, que ambos aceitaram e se obrigam cumprir e guardar. Dou fé de assim o dizerem e outorgarem e o selo desta escritura na importância de três mil réis é pago em uma estampilha, abaixo colada e inutilizada, sendo mil réis, selo fixo da escritura, e dois mil réis, selo relativo ao capital.

Foram a todo este ato testemunhas presentes António Manuel Carlos Gonçalves, casado, negociante, morador na Rua Mouzinho da Silveira e José Alves Carneiro, solteiro, empregado comercial, morador na Rua das Flores, ambos desta cidade, maiores e cidadãos portugueses que vão assinar com os outorgantes depois desta ser lida perante as partes e testemunhas por mim notário que a subscrevo e assino em público e raso.



PARA—MANAUS
Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e mais portos do Brazil.

Passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, em todas as companhias de paquetes, por preços muito reduzidos. Vapores a sair de Leixões e Lisboa.

As passagens tomadas n'esta casa gosam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias aos snrs. passageiros.

Esta agencia encarrega-se de solicitar passaportes, e de obter no Porto e nas provincias, com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessarios para os mesmos.

Prevenção importante. Havendo individuos que se oferecem para solicitar passaportes ou vender passagens sem estarem legalmente habilitados, previne-se os snrs. passageiros se acantelem, para não serem logrados, pois esses individuos não são agentes, e serão punidos pelas autoridades, sendo tam bem incommodados os snrs. passageiros por terem de prestar declarações perante a policia.

Para mais esclarecimentos dirigir aos agentes legalmente estabelecidos

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU & C.ª
76, Rua do Loureiro, 78 PORTO

Jornal de Santo Tirso,
11.10.1900



PARA—MANAUS
Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e mais portos do Brazil.

Passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, em todas as companhias de paquetes, por preços muito reduzidos. Vapores a sair de Leixões e de Lisboa.

As passagens tomadas n'esta casa gosam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias aos snrs. passageiros.

Concedem-se passagens gratuitas a familias de agricultores para o Estado de S. Paulo.

Esta agencia encarrega-se de solicitar passaportes, e de obter no Porto e nas provincias, com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessarios para os mesmos.

Prevenção importante. Havendo individuos que se oferecem para solicitar passaportes ou vender passagens sem estarem legalmente habilitados, previne-se os snrs. passageiros se acantelem, para não serem logrados, pois esses individuos não são agentes, e serão punidos pelas autoridades, sendo tam bem incommodados os snrs. passageiros por terem de prestar declarações perante a policia.

Para mais esclarecimentos dirigir aos agentes legalmente estabelecidos

DANIEL LUIZ VIEIRA D'ABREU & C.ª

Jornal de Paços de Ferreira,
10.11.1900

Estariam os lucros da Casa Abreu a diminuir ou seriam os gastos de Daniel de Abreu excessivos? Provavelmente a realidade validava ambas as hipóteses. Daí que a 28 de junho de 1900, Daniel Luís Vieira de Abreu se tenha apresentado no 8.º Cartório Notarial para criar a sociedade Daniel Luís Vieira de Abreu & Companhia, com escritório na Rua do Loureiro, n.º 76-78, tendo como único sócio Manuel Dias Lopes, cujos dados biográficos se desconhecem.

Esta sociedade permaneceu válida por escasso tempo, já que se procedeu à sua liquidação após a morte de Daniel de Abreu. A natureza das suas atividades não constituía qualquer novidade para Daniel: “exploração de uma agência de passaportes de passagens para qualquer porto, e solicitação de documentos em repartições públicas ou particulares, e tratar em geral de todos os negócios a que estas agências se costumam dedicar, podendo explorar qualquer ramo de negócio, quando ambos os outorgantes assim o julgarem conveniente”. Todavia, o tempo jogava contra o filho de Bernardo de Abreu.

Durante a sociedade, a política da Empresa ter-se-á mantido sem alterações. Em 6 de julho de 1900 e 2 de agosto de 1901⁹ tornou a ser seu fiador o cunhado Henrique César Ferreira Pinto, tal como acontecera em 1893, para o mesmo fim de habilitação legal da agência.

Por sua vez, a publicidade da casa comercial em nada foi afetada. A comprová-lo, veja-se um anúncio em tudo igual ao já referido e publicado na *Gazeta de Notícias*, em 14 de agosto de 1896. Mantêm-se os destinos para o Brasil, a referência à agência de passaportes em primeiro plano, o facto de ser estabelecida segundo os requisitos legais de 1893, bem como a “Prevenção Importante” cujo texto era acrescentado de uma frase final de índole intimidatória para quem recorresse aos serviços de agências não habilitadas, já que avisava que poderiam ser “também incomodados os snrs. passageiros por terem de prestar declarações perante as mesmas autoridades”.

O que este novo anúncio tinha de diferente era o nome da firma, atrás referida; o n.º da porta da Rua do Loureiro, já não era o 74 mas o 76-78; a omissão da existência de passagens gratuitas; e a substituir a sintética expressão “solicita-se passaportes” outra com maior detalhe destinada a captar clientes do interior do país: “Esta agência encarrega-se de solicitar passaportes, e de obter no Porto e nas províncias todos os documentos necessários para os mesmos”.

9. Arquivo Distrital do Porto – *Administração Central (Governo Civil). Livro dos termos das agências de emigração*, 1893-1903.



Os restantes reclamos da firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a – na maioria publicados entre 1900 e 1904 no *Jornal de Santo Tirso* e no *Jornal de Paços Ferreira* – apresentavam duas particularidades. Por um lado, sem deixar de referir os mais importantes portos brasileiros, destacavam dois – Pará e Manaus – regiões então em plena expansão por efeito do *boom* da produção da borracha. O segundo aspeto tinha a ver com uma estratégia mais aguerrida de angariar clientes, já que se explicava que esta agência obtinha na cidade do Porto e províncias, “com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessários” para a obtenção de passaportes, e mantinha-se o texto da “Prevenção Importante” insistindo que, em alguns casos, os utilizadores das agências ilegais teriam que “prestar declarações perante a polícia”, concluindo que para mais esclarecimentos se deviam dirigir a esta firma de “agentes de passaportes e de passagens legalmente estabelecidos segundo a lei”.

Este reforço da publicidade que dividia os agentes legais dos que laboravam em contravenção com a lei não pode deixar de indiciar a crescente concorrência de agências não habilitadas, que então se multiplicavam para aproveitar a oportunidade de negócio que o incremento da emigração propiciava, matéria aliás longamente tratada na *Gazeta de Notícias*, como a seguir se evidenciará.



Cartaz, 1899

3.3. Daniel de Abreu Júnior – o primogénito preterido

Homem culto e interessado pela política, sendo-lhe conhecidas afinidades com o partido progressista, Daniel Luís Vieira Mascarenhas de Abreu Júnior interessou-se pelo ramo comercial mas também por atividades culturais, com destaque para a imprensa.

Muito jovem, com 13 anos, foi administrador, sob o nome Abreu Júnior, da revista de índole literária *O Eco da Juventude*, publicada no Porto, entre janeiro e abril de 1883, com administração sediada na Rua do Loureiro, n.º 56.

Em 1889, fundou o *Boletim Anunciador* – com redação e administração no mesmo endereço, que coincidia, aliás, com o da firma do pai – publicado entre janeiro e novembro, com periodicidade irregular (primeiro mensal, depois semanal, posteriormente ainda bissemanal). Foram agentes e correspondentes deste *Boletim* o seu irmão Armindo (residente na Rua do



Teatro n.º 81, Foz do Douro) e outro que é identificado como correspondente da Bahia, Eduardo Luís Vieira de Abreu, seu tio paterno, do qual atrás se fez menção.

Deste periódico – vendido em vários pontos de Portugal (inclusive nas estações de caminho-de-ferro) e no Brasil – Daniel Júnior era proprietário, diretor e redator. Nas suas páginas eram frequentes, quase sistemáticos, os anúncios da Casa Daniel Luís Vieira de Abreu, mas também de outros agentes de viagens que na altura operavam no Porto, ligados às companhias de navegação com escala em vários portos do Brasil, aliás todos eles com localização bem próxima da casa Abreu, na baixa velha portuense.

E a concorrência não era despreciada. Por exemplo, Alberto Xavier Esteves¹⁰, da Agência Marítima e Comercial, com escritório na Rua Nova de S. Domingos 81-1.º, anunciava que tratava de passagens e cargas para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Pará e Manaus a “preços reduzidos” e com passagens gratuitas para “famílias cujos chefes sejam trabalhadores agrícolas que queiram exercer a sua profissão nas províncias de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”. Mas vários outros agentes eram publicitados neste *Boletim*, como António Sabino Rangel (Rua Mouzinho da Silveira, n.º 52), A. J. Shore & C.ª (Rua Infante D. Henrique, n.º 57), Vasco Ferreira Pinto Basto (Largo de São João Novo, n.º 10), Bernhard Leusehner (Rua Mouzinho da Silveira, n.º 45-1.º), que trabalhavam em colaboração com diversas companhias como a Messageries Maritimes, Red Cross Line, Companhia Real de Navegação a Vapor do Pacífico, Companhia Lloyd Bremen, Chargeurs Reunis, algumas delas também com representantes em Lisboa.

Curiosamente, apenas o *Boletim Anunciador*, numa única e breve notícia de 27 de agosto 1889, informou da existência da firma Mairink, Abreu & C.ª, referindo que então se encontrava no Porto José António Alves da Costa, membro dessa firma do Rio de Janeiro. Relembre-se que a Mairink, Abreu & C.ª era uma das empresas de seu primo Eduardo Augusto Pinto de Abreu.

O *Boletim Anunciador* foi continuado pela *Gazeta de Notícias*, de que Daniel de Abreu Júnior foi igualmente proprietário, diretor e redator – sob o nome Mascarenhas de Abreu – dividindo esta última tarefa com o advogado Gonçalves de Freitas (“redator político” a partir de 1895) e, posteriormente, com Rodrigo Veloso, Melo Freitas e Telo da Fonseca. Este periódico começou a publicar-se a 19 de maio de 1890 e, até novembro, a redação e administração situavam-se na Rua do Loureiro n.º 58-1.º (portanto, no andar de cima da firma do pai), mas nos anos seguintes conheceu diversas localizações na mesma Rua do Loureiro em diferentes números – 104, 106 (endereços do Centro Mercantil, Industrial e Agrícola), 162-1.º; Rua do Cativo; Travessa das Laranjeiras, n.º 19, à Foz; Rua da Madeira, n.º 47 e 49; Rua da Bela Vista, n.º 82 e Passeio Alegre, n.º 113.

A *Gazeta de Notícias* manteve publicação durante catorze anos, até outubro de 1904, embora com várias interrupções e algumas alterações na periodicidade e nos subtítulos que adotou. Apesar de a publicidade não ter neste jornal a dimensão que assumira no *Boletim*, também foram publicados anúncios de outros agentes de passagens que, em certa altura, vão rareando, tornando-se novamente mais frequentes em 1895, para posteriormente desaparecerem, mas mantendo-se os relativos à firma de seu pai.

10. Coincidência de sobrenomes ou não, certo é que Francisco Xavier Esteves foi um dos credores de Daniel Luís, figurando como tal no seu inventário, e Vasco Xavier Esteves foi testemunha do mesmo.



Como atrás se mencionou, a *Gazeta de Notícias* anunciou amplamente as atividades do Centro Mercantil, Industrial e Agrícola de Daniel Júnior, bem como as que terá partilhado com o pai, em 1895 e 1896, no mesmo segmento de negócios de vendas de produtos e serviços diversificados, além de representação de casas comerciais portuguesas e estrangeiras.

Todavia, a partir de 1898, as relações entre pai e filho ter-se-ão arrefecido, numa fase em que os negócios da Casa Abreu não corriam de feição, a ponto de Daniel Luís Vieira de Abreu ter tido a necessidade de encontrar um sócio capitalista.

Daniel Mascarenhas de Abreu moveu, então, concorrência direta a seu pai, como comprova o termo de fiança de 5 de agosto de 1898, que o identifica como casado, de 28 anos, “proprietário e agente comercial, morador na Rua de Costa Cabral 731, com agência comercial na Rua da Batalha número 36-1.º andar, sendo encarregado pelas companhias de navegação da entrega e venda de bilhetes de transporte ou passagens e passaportes sem com elas ter contrato”¹¹. Cumprindo pois o preceito legal de 1893, Daniel Júnior apresentava como fiador o irmão Armindo Luís Vieira de Abreu, casado, empregado comercial, morador na Rua Central, n.º 96, Foz do Douro, submetendo-se a uma fiança de um conto de réis.

No entanto, poderia haver uma situação concorrencial sem que as relações pessoais estivessem irremediavelmente deterioradas. Em 1900, foi publicada na *Gazeta de Notícias*, entre julho e setembro, uma série de artigos intitulada “As agências de emigração e a lei”, que dava conta da persistência de agentes de emigração, por todo o país, em situação altamente irregular: vendiam passagens para o Brasil, uns exercendo paralelamente outras profissões de loja aberta, outros promovendo até a emigração clandestina, e outros ainda angariando emigrantes pelas aldeias, seduzindo os trabalhadores agrícolas com argumentos mais ou menos enganosos, mas todos sem se submeter ao registo e respetivo tributo a que o edital de 18 de julho de 1893 obrigava.

O texto de 7 de julho expunha claramente a situação, que a imprensa de todo o país, aliás, denunciou com frequência.



Cartaz, 1900

11. Arquivo Distrital do Porto – *Administração Central (Governo Civil)*. Livro dos termos das agências de emigração, 1893-1903.



Existem no Porto e em todo o seu districto e fóra d'elle, dezenas de agentes sem possuírem licença, e portanto lesando grandemente o Estado. Uns têm escriptorio especial, outros, — que são logistas, camiseiros, alfaiates, ourives, merceiros, etc. — fazem os seus negócios de venda de passagens nas mesmas lojas onde vendem os outros artigos do seu commercio. Uns declaram-se francamente agentes de emigração e de passaportes; outros trabalham clandestinamente, e quem sabe se também clandestinamente embarcam gente para o Brazil.

Alem d'estas duas classes de agentes ha mais uma: os agentes das provincias e das aldeias proximas do Porto que percorrem os lugares convidando a gente do campo a embarcar, e que fazem os seus negocios em toda a parte, e que mandam depois os passageiros para os seus collegas no Porto ou vem mesmo acompanhá-los aqui, tratando de tudo que lhes é necessario, e chegando a arranjar-lhes os abonadores que no governo civil são exigidos.

Entre todos estes agentes que não pagam um real ao Estado quando deviam pagar 200\$000 reis por anno, pela licença legal, ha alguns a quem a autoridade não podia mesmo conceder essa licença por que estão pronunciados em processos de emigração clandestina.

Ora quando o snr. conselheiro Campos Henriques apresentou á sanção do governo o edital a que já nos referimos, foi para pôr cobro a estes e outros abusos, e, sobrecarregando os agentes que legalmente se estabelecessem, dar-lhes certas garantias, como era de justiça.

Tem esquecido esse edital, e se na occasião em que foi posto em vigor produziu salutareos efeitos pois fez desaparecer um enxame de agentes, e difficultou até a emigração clandestina, hoje está creada nova colmeia que, desrespeitando a lei, não paga ao Estado aquillo a que este tem direito.

Ao ex.^{mo} e illustre chefe do districto, pedimos, pois, providencias; e á inspecção do sello lembramos o prejuizo que para a fazenda nacional advem pela falta do pagamento do sello de 200\$000 reis annuaes.

As agências de emigração e a lei

Existem no Porto e em todo o distrito e fora dele dezenas de agentes sem possuírem licença e, portanto, lesando grandemente o Estado.

Uns têm escritório especial, outros, que são lojistas, camiseiros, alfaiates, ourives, merceiros, etc., fazem os seus negócios de vendas de passagens nas mesmas lojas onde vendem os outros artigos do seu comércio. Uns declaram-se francamente agentes de emigração e de passaportes, outros trabalham clandestinamente, e quem sabe se também clandestinamente embarcam gente para o Brasil.

Além destas duas classes de agentes há mais uma: os agentes das províncias e aldeias do Porto que percorrem os lugares convidando a gente do campo a embarcar, e que fazem os seus negócios em toda a parte, e que mandam depois os passageiros para os seus colegas do Porto, ou vêm mesmo acompanhá-los aqui, tratando de tudo que lhes é necessário, e chegando a arranjar-lhes os abonadores que no governo civil são exigidos.

Entre todos estes agentes que não pagam um real ao Estado, e deviam pagar 200\$000 réis por ano, pela licença legal, há alguns a quem a autoridade não podia mesmo conceder essa licença porque estão pronunciados em processos de emigração clandestina.

Ora quando o sr. conselheiro Campos Henriques apresentou à sanção do governo da capital o edital a que já nos referimos, foi para pôr cobro a estes e outros abusos e, sobrecarregando os agentes que legalmente se estabelecessem, dar-lhes certas garantias, como era de justiça.

Tem esquecido esse edital, e se na ocasião em que foi posto em vigor produziu salutareos efeitos pois fez desaparecer um enxame de agentes, e difficultou até a emigração clandestina, hoje está criada nova colmeia que desrespeitando a lei, não paga ao Estado aquilo a que este tem direito.

Ao exmo. e ilustríssimo chefe do distrito, pedimos, pois, providências, e à inspeção do selo lembramos o prejuízo que para a fazenda nacional advém pela falta de pagamento do selo de 200\$000 réis anuais.

(Fonte: *Gazeta de Notícias*. Porto, 7 de julho de 1900)

O artigo de 30 de julho insistia no tema de forma desassomburada, afirmando que “continuavam, escandalosamente os agentes de emigração e passaportes a exercer a sua indústria – acumulada por alguns com a de agentes de emigração clandestina – sem que as autoridades os incomodem”. E interpelava as autoridades que permitiam tal “pouca vergonha” e “escandaloso abuso” porque não puniam os delinquentes e infratores. A que se poderia dever tal inação? A interrogação não era retórica, antes objetiva e contundente: “Simpatia, amizade, parentesco, ou o quê?”

Os textos seguintes (4, 10 e 14 de agosto) continuavam a apontar as baterias para as autoridades que não tomavam qualquer providência, já que era frequente ouvir os prevaricadores dizer que não tinham qualquer intenção de cumprir a lei, numa clara insinuação de que subornavam as forças de autoridade: “A polícia conhece-os a todos; eles têm escritórios especiais em cujas frontarias se vê tabuletas indicativas do seu comércio. A polícia não os multa, a polícia não impede que eles atuem ilegalmente, a polícia não os faz cumprir a lei”.



No entanto, a polícia havia multado uma firma “pelo suposto delito de não terem apresentado livro novo, que nem mesmo lhes tinha sido pedido”. A firma que havia sido alvo deste preciosismo policial era a de Daniel Luís Vieira de Abreu, que recentemente tinha constituído sociedade, como se constata pelo excerto seguinte:

“Os nossos amigos srs. Abreu & C.^a que entendem, e muito bem, que tal multa é injusta, não a pagaram, pois que nenhuma disposição no edital manda organizar novo livro quando concedida nova licença”.

Concluía o articulista, que podia ser Daniel Abreu Júnior ou não, visto os artigos não estarem assinados, que “os empregados policiais são excessivamente atenciosos para com os agentes que não possuem licença”, enquanto usavam de “excessivo rigor para os agentes legais”.

Depois do texto de 14 de agosto ter reproduzido o edital de Campos Henriques “para elucidação do público”, o do dia 6 de setembro assumia a forma de carta ao governador civil do Porto, lembrando que havia já dois meses que aquele jornal vinha reclamando sobre a situação irregular em que se encontravam muitas agências de emigração, tendo apenas três delas solicitado a respetiva licença, pelo que parecia que a maioria se mantinha por “empenhos políticos”, situação que não parecia credível aplicar-se a quem cometia o delito de emigração clandestina, enquanto a polícia fora “tão rigorosa, tão escrupulosa” com a agência habilitada de Daniel Luís Vieira de Abreu. A crítica velada ao governo regenerador prosseguia da seguinte forma: “Na Turquia não se fará pior, a não ser que lá se meta na cadeia, ou se enforque quem cumpre a lei, e se conceda uma pensão ou uma mercê a quem escarra na lei e prejudica o Estado”.

A luta da *Gazeta de Notícias* conseguiu concitar apoios de vários órgãos da imprensa da capital – desde logo, o prestigiado diário *A Revolução de Setembro* – mas também do Porto e da província como *A Verdade*, *A Palavra*, *Jornal de Basto*, *Torre de Moncorvo*, *Arcoense* e *Gazeta de Armamar*.

No ano seguinte, em 28 de março de 1901, a *Gazeta de Notícias* continuava a insurgir-se contra o reiterado incumprimento da lei, que seria mais frequente no norte do país, como ironicamente reflete uma pequena notícia com honras de primeira página.



Gazeta de Notícias, Porto,
10.8.1900

Emigração

Foi condenado na multa de réis 2 010\$000 na comarca de Lousã, o snr. Francisco José de Figueiredo Júnior, pelo delito de tratar de passagens para o Brasil sem estar legalmente autorizado. O respetivo auto tinha sido levantado pela polícia de emigração. Isto é o que se faz para as bandas do sul. Aqui, ao norte, dorme-se muito...

(Fonte: *Gazeta de Notícias*. Porto, 28.3.1901)



Como se pode ver, o jornal de Daniel de Abreu Júnior denunciou uma situação recorrente de incumprimento da lei por parte de indivíduos envolvidos nos negócios da emigração mas, simultaneamente, defendeu com denodo a agência séria, habilitada e cumpridora que considerava ser a de Daniel Luís Vieira de Abreu & C.ª.

Após a morte do pai, que ocorreu em 1902, Daniel Júnior assumiu frontalmente a sua pretensão em suceder-lhe na direção da Casa Abreu, facto que se comprova pela natureza das suas intervenções no processo orfanológico aberto por óbito de Daniel Luís Vieira de Abreu, que se pautaram pelo litígio aceso com a viúva do pai e com o seu herdeiro, Aníbal de Abreu, como adiante se aprofundará.

Daniel Júnior, considerado “agente de casas estrangeiras” no *Almanaque do Porto e seu Distrito* publicado em 1904, morando então no Passeio Alegre, n.º 113, formou em 1905 a firma Charles Cousin & Abreu, sediada no Largo da Feira de S. Bento, no 1.º andar do n.º 21, também dedicada ao negócio de passagens e passaportes para o Brasil, conforme atestam anúncios do *Jornal de Paços Ferreira*, publicados entre janeiro e outubro daquele ano. Estes reclamos, que anunciavam a partida de paquetes e respetivas datas para o Brasil, apresentavam uma dupla estratégia de publicitação. Por um lado, intitulavam-se “Passagens Gratuitas” (tal concessão destinava-se a “famílias de agricultores para S. Paulo”), por outro, informavam que os esclarecimentos deviam ser dirigidos a “Charles Cousin & Abreu sucessores de Daniel Luís Vieira de Abreu”. Desta forma capciosa, Daniel Júnior apropriava-se da credibilidade que a Casa Abreu usufruía na praça, evocando uma sucessão “comercial” que não correspondia à verdade. Todavia, veremos adiante que a disputa com Aníbal e seus sucessores pela Casa Abreu, nas duas primeiras décadas do século XX, assumiu maiores proporções.



Correio de Portugal, Porto, 21.5.1907

Posteriormente foi ainda diretor e proprietário de outro jornal do Porto, o *Correio de Portugal*, cuja publicação se iniciou em maio de 1907, constando ele próprio do corpo de redatores, juntamente com os doutores Rodrigo Veloso e Melo Freitas, antigos colaboradores da *Gazeta de Notícias*.

Em suma, homem de letras e comerciante, Daniel de Abreu Júnior desempenhou uma atividade prolixa e diversificada, mas as suas empresas não parecem ter sido particularmente marcadas pelo sucesso e pela longevidade. Este neto de Bernardo Luís Vieira de Abreu circulava nos meios cultos e abastados do Porto, empenhou-se em algumas causas políticas e em iniciativas económicas mas, em rigor, não pode dizer-se que tenha participado no desenvolvimento da casa comercial que o avô fundara.

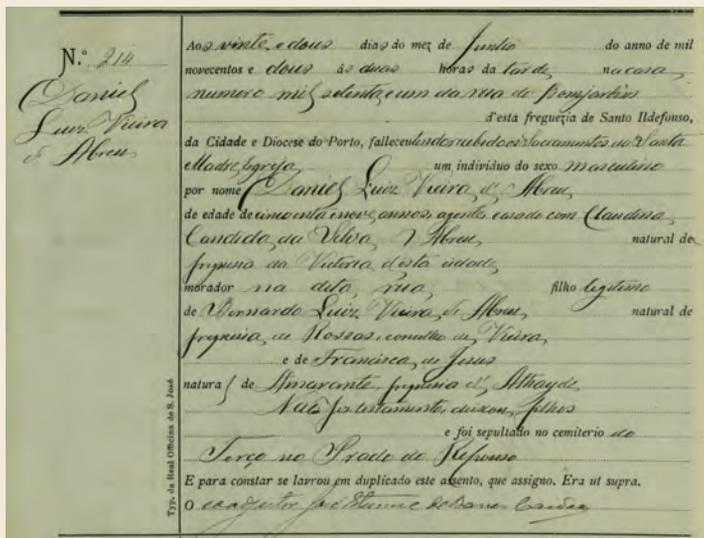
3.4. A Casa Abreu nos últimos tempos da gestão de Daniel Luís Vieira de Abreu

Depois de várias mudanças, o escritório da Abreu nos alvares da nova centúria, isto é, nos últimos tempos da direção de Daniel Luís Vieira de Abreu, estava sediado na Rua do Loureiro, n.º 76-78. Já a sua residência conheceu várias alterações. Segundo documentação do governo civil, em 1893, como atrás foi referido, vivia no Largo de Cadouços, na freguesia da Foz do Douro; nos primeiros meses de 1897, a sua morada coincidia com a direção do escritório – Rua do Loureiro, n.º 72 – e, poucos meses depois, em agosto, era dado como residente na Rua da Liberdade, n.º 56; todavia, em dezembro de 1898 era novamente indicada a Foz do Douro, enquanto um novo termo de fiança de julho de 1899 o apresentava como morador na Rua do Loureiro n.º 78. A sobreposição da residência com a direção do escritório não parece senão gralha dos papéis administrativos que, a partir de julho de 1900 grafam a sua morada na Rua do Teatro, n.º 81, na Foz do Douro. Pouco depois, em 2 de agosto de 1901, passou a residir na Rua do Bonjardim, n.º 1071. Sua mulher vivia então na Rua de Costa Cabral (popularmente conhecida como Cruz das Regateiras) com três filhos do casal, inclusive Aníbal.

Foi justamente no Bonjardim que Daniel de Abreu faleceu, a 22 de junho de 1902, com 59 anos. Não fez testamento e foi sepultado no cemitério do Prado do Repouso, embora a sua trasladação para o jazigo n.º 9 da 2.ª Secção da Ordem do Terço desse cemitério, que comprara em janeiro de 1876, só tivesse ocorrido vinte e cinco anos depois, em 17 de junho de 1927¹². Este facto prende-se com o assunto que a seguir se trata mais longamente, ou seja, o complexo processo de partilha da sua herança e o desentendimento entre as “duas famílias” de Daniel de Abreu.

12. Esta trasladação é referida num documento emitido pela Irmandade da Ordem do Terço e Caridade, em 2 de dezembro de 2011, em resposta à carta que lhe havia sido dirigida pela concessionária do jazigo, Maria Inês de Abreu Martins da Costa, bisneta de Daniel Luís Vieira de Abreu, que a ele se habilitara em 2 de julho de 1980. Nesse jazigo foram inumados, entre outros, Ana Rita, mulher de Daniel Luís Vieira de Abreu (1892); Aníbal (1908, filho de Daniel Luís Vieira de Abreu e seu sucessor na direção da Empresa) e sua mulher Anália da Conceição (1924), bem como seus filhos Augusto Lopes Vieira de Abreu (1980) e Branca Lopes Vieira de Abreu (1986). Em 30 de abril de 1958, haviam-se habilitado a este jazigo Adelaide Cândida Vieira de Abreu, Albertina de Abreu Malta Leite Mendes, e os três irmãos Augusto Lopes Vieira de Abreu, Branca Lopes Vieira de Abreu Martins Costa e Aníbal Lopes Vieira de Abreu.



Registo de óbito de Daniel Luís Vieira de Abreu (22.6.1902)

Aos vinte e dois dias de mês de Junho de mil novecentos e dois, às duas horas da tarde, na casa número mil setenta e um da Rua do Bonjardim, desta freguesia de Santo Ildefonso da cidade e diocese do Porto, faleceu tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, um indivíduo do sexo masculino por nome Daniel Luís Vieira de Abreu, de idade de cinquenta e nove anos, agente e casado com Claudina Cândida da Silva Abreu, natural da freguesia da Vitória desta cidade, morador na dita rua, filho legítimo de Bernardo Luís Vieira de Abreu, natural da freguesia de Rossas, concelho de Vieira, e de Francisca de Jesus, natural de Amarante, freguesia de Ataíde. Não fez testamento, deixou filhos e foi sepultado no cemitério do Terço no Prado do Repouso.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Paroquiais. Livro de registo de óbitos da freguesia de Santo Ildefonso, 1902*)

Uma vez que morrera intestado e havia que liquidar a firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a de que era sócio, foi feito o seu inventário orfanológico, fonte documental indispensável à compreensão deste momento conturbado da família e da Casa Abreu¹³. Aliás, os trâmites legais deste processo arrastaram-se durante dois anos e meio, publicando-se anúncios da referida firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a até maio de 1904, quer no *Jornal de Santo Tirso*, quer no *Jornal de Paços de Ferreira*, em virtude do processo sucessório de Daniel de Abreu ter ficado concluído apenas em dezembro desse ano.

Só pelo número de herdeiros diretos e respetivos cônjuges, os trâmites processuais adivinhavam-se, à partida, complicados. Além da viúva, havia ainda os seis filhos que esta havia gerado com Daniel de Abreu, e os três filhos que este tivera no primeiro casamento (uma vez que os outros quatro haviam falecido, como anteriormente foi mencionado): Daniel Luís Vieira Mascarenhas de Abreu, casado com Adelaide Sofia de Sousa Bacelar de Abreu; Armindo Vieira de Abreu, casado com Felisbela Cardoso de Magalhães Abreu; e Maria Peregrina Vieira de Abreu, casada com Duarte Maria de Sousa Botelho Lacerda Bacelar.

Já os seis filhos perflhados em 1894 apresentavam na data da morte do pai diferentes estados civis: Aníbal, então gerente da firma, era viúvo desde o ano anterior; Adelaide Cândida e Daniel Cândido mantinham-se solteiros; enquanto Francisca era casada com António José Gomes, Claudina Cândida com Joaquim Marques Silva e Albertina Rosa com Francisco Martins da Silva Malta. Este último casal, ao contrário de todos os herdeiros de Daniel de Abreu que, à época, moravam na cidade do Porto, encontrava-se ausente “em parte incerta, nos Estados Unidos da República do Brasil”.



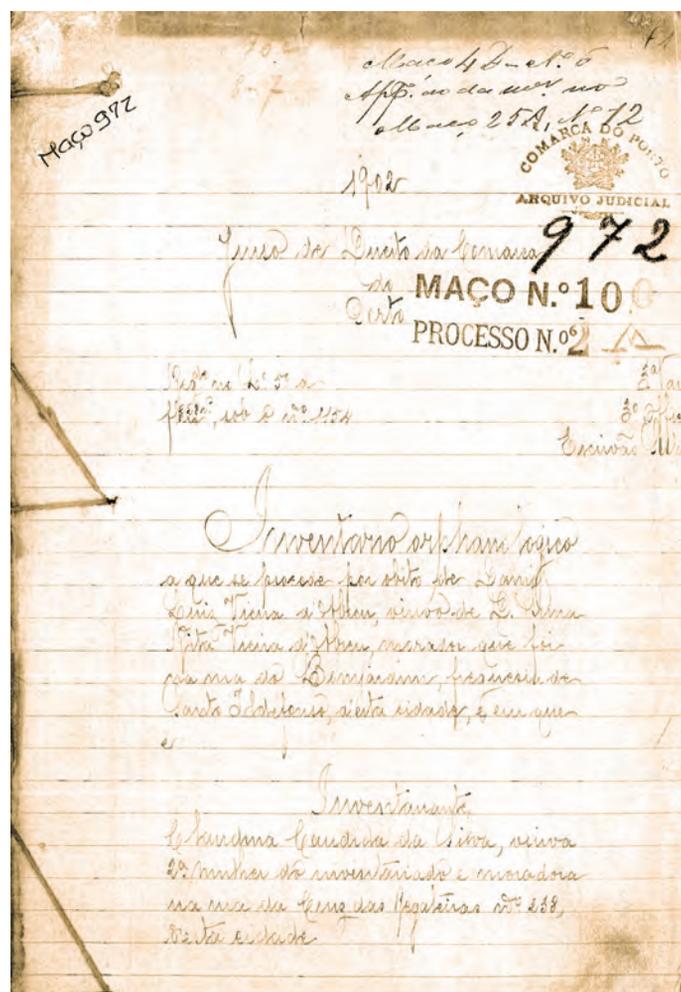
Assim, quando em 30 de junho de 1902 o juiz mandou proceder à citação dos herdeiros e credores para assistirem a todos os termos do inventário, este casal foi citado pela forma legal de publicação de éditos na imprensa, sob pena de revelia.

Mas para além do elevado número de herdeiros, o problema centrou-se na discórdia entre os descendentes dos dois matrimónios do inventariante. O primeiro entrave ao normal decurso do processo surgiu logo no seu início e revela a degradação das relações pessoais entre os filhos do primeiro casamento de Daniel Luís Vieira de Abreu e a sua viúva e respetivos filhos, situação que se terá agravado após a sua morte, numa conjuntura de partilhas da herança. Como seria de esperar, foi Daniel Júnior que encabeçou o litígio, percebendo-se que, à partida, o seu fito seria alcançar a gestão da Casa Abreu.

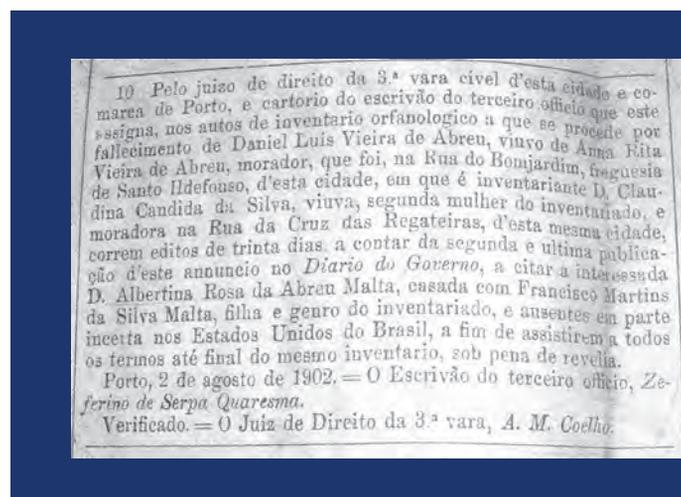
Em 25 de junho de 1902 dirigiu ao juiz da 3.ª Vara um requerimento¹⁴ no qual referia que se encontrava “na posse dos bens e na administração da casa comercial sua madrasta e filhos adulterinos, não tendo a dita sua madrasta conhecimentos para continuar na exploração do mesmo estabelecimento que tem por fim a venda de passagens para diversos portos estrangeiros”, pelo que pretendia, na qualidade de “filho legítimo e o mais velho, continuar na exploração do mesmo estabelecimento e também para evitar o extravio de valores e outros objetos de que se compõe a herança”, tanto na residência como na casa comercial. O requerimento – que incluía ainda a declaração de falta de confiança na madrasta que havia prejudicado a sua família durante mais de vinte anos em que vivera em mancebia com o pai, “tendo mesmo concorrido, pelos grandes desgostos que lhe infligiu, para a morte da mãe” – terminava pedindo que o requerente fosse considerado cabeça de casal “a fim de indicar quais os herdeiros do mesmo falecido seu pai e promover os mais termos do inventário”.

Com efeito, sendo Claudina Cândida a inventariante prevista pela lei uma vez que se havia casado pelo regime comum, a estratégia dos filhos do primeiro casamento de Daniel Luís Vieira de Abreu passava por lhe retirar tal estatuto.

Como este primeiro requerimento foi indeferido, Daniel Júnior não desistiu das suas pretensões e, em 7 de ju-



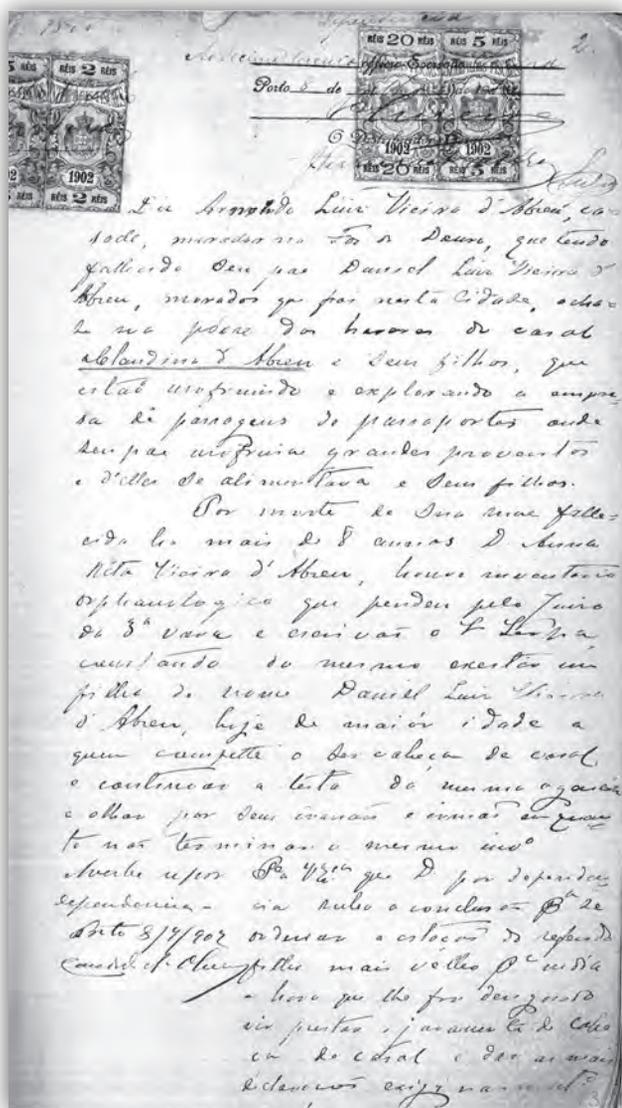
Primeira página do Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu, 12.7.1902



Citação de herdeiros, publicada na imprensa do Porto, por se encontrarem ausentes no Brasil, anexada ao Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu, 2.8.1902

14. No qual se identifica como jornalista e apresenta ambos os nomes que costumava assinar: Daniel Mascarenhas de Abreu mas também Daniel Luís Vieira de Abreu, Júnior.





Documento de Armindo de Abreu anexado ao Inventário Orfanológico de seu pai Daniel Luís Vieira de Abreu, 8.7.1902

lho, invocando uma situação irrisória, solicitou novamente para si próprio o juramento de inventariante e cabeça de casal, com a alegação que Claudina Cândida havia sonogado bens da herança, facto que legalmente a incapacitaria de permanecer na categoria que detinha no processo. Para fazer prova da sua afirmação, declarou que dois meses antes de morrer, seu pai havia adquirido ao ortopedista Albino Pinheiro Xavier, pela quantia de 18 mil réis, um cinto compressor que não constava do arrolamento feito pela viúva. Como esta tivesse esclarecido que a peça tinha regressado à posse do vendedor, Daniel Júnior solicitava a apreensão do mesmo cinto e a intimação do ortopedista para prestar declarações. A resposta não lhe foi todavia favorável já que reiterou a preferência legal do encargo de cabeça de casal a Claudina Cândida, além de que considerou que a apreensão do cinto compressor não era da competência daquele júizo. Desta forma, os irmãos – já que também Armindo em documento datado de 8 de julho dizia competir a Daniel ser cabeça de casal e suceder na direção da Agência Abreu – viram, mais uma vez, as suas pretensões frustradas.

Não obstante estas contrariedades, perseveraram nos seus intentos, embora todas as tentativas tivessem saído goradas. O requerimento apresentado a 7 de setembro pelos três filhos (e respectivos cônjuges) de Daniel Luís Vieira de Abreu e Ana Rita Vieira de Abreu tinha como objetivo impugnar a legitimidade dos filhos do segundo casamento como herdeiros do inventariante pelo facto de terem nascido durante “a constância do primeiro casamento”.

Daniel Júnior apresentou ainda, a 17 desse mês, um requerimento em que referia que quando da morte da sua mãe não entra-

ra em partilhas no inventário a que então se procedeu o jazigo perpétuo que o casal possuía no cemitério privativo da Irmandade da Ordem do Terço no Prado do Repouso, no qual haviam sido sepultados sua mãe, quatro irmãos e o avô materno. Assim, considerava que era de “justiça e de boa moral” ficar com a guarda do mesmo, pelo que pedia a sua posse judicial.

Dez dias depois, Claudina Cândida solicitou que, em virtude da sua “extemporaneidade”, esta reclamação não devia ser atendida, ao que se juntava o facto de todas as pessoas da família terem possuído em comum o jazigo, e “mais que todos o reclamante”, não tendo contudo contribuído “com um real para a sua conservação”; assim, considerava que o jazigo pertencia ao acervo da herança, devendo ser adjudicado aos filhos dos dois casamentos do inventariado e a ela própria, sua viúva. A 4 de outubro desse ano, o juiz determinou que a Claudina Cândida cabia uma terça do jazigo e as outras duas terças em partes iguais aos filhos de ambos os matrimónios. Neste mesmo despacho, o magistrado reconhecia que os filhos das segundas núpcias haviam sido legitimados e, por isso, “eram equiparados aos legítimos”.

Apesar de no referido documento datado de 8 de julho, Armindo de Abreu afirmar que seu pai usufruía de “grandes proventos” da empresa de passagens que explora-

va, o certo é que Daniel Luís Vieira de Abreu deixou reduzidos bens e dívidas avultadas. Desconhece-se a maioria das datas de contração de tais débitos, na verdade só três foram apuradas por delas haver registo notarial. Destas, a primeira remonta a 7 de maio de 1894, isto é, seis anos antes de Daniel ter decidido associar-se a um sócio capitalista; prova-o a obrigação de dívida de 1 000\$000 a juro de 7% que contraiu a Eduardo Pereira de Macedo, que não cumpriu, visto este valor se encontrar arrolado nos débitos do seu inventário orfanológico. Em 8 de outubro de 1897, Daniel e sua mulher lavraram uma confissão de dívida a Francisco Xavier Esteves no valor de 2 500\$000, sem vencimentos de juros mas podendo amortizar este débito em quantias não inferiores a 100 000\$000 e dando como garantia deste contrato hipotecário a sua morada de casas “com quintal e mais pertenças” no lugar da Senhora da Luz, freguesia da Foz; esta dívida terá sido honrada, pelo menos parcialmente, já que o débito a Francisco Esteves indicado no referido inventário tem o valor de 1 000\$000. Um mês depois, em 11 de novembro, o casal viu-se na contingência de pedir 950\$000 réis a sua filha Claudina Cândida, então solteira e com 26 anos, lavrando em cartório a obrigação de dívida, sem juro, comprometendo-se a restituir essa verba em prestações anuais de 50\$000 durante o longo prazo de dezanove anos; deram como garantia os rendimentos do prédio que possuíam na Rua do Teatro, à Foz (adquirido por Daniel em 27 de agosto de 1879) e dos dois terrenos na mesma rua que o proprietário da Casa Abreu tinha comprado em 22 de março e 5 de outubro de 1880. Este débito não foi arrolado pelas autoridades judiciais no inventário de Daniel Abreu, todavia surge aí um empréstimo a dinheiro, no valor de 920\$000, em nome de Joaquim Marques da Silva. Na realidade, Claudina Cândida de Abreu e Silva havia casado entretanto com Joaquim Marques da Silva, guarda-livros, passando o casal a residir na Rua do Lindo Vale, número 54; estes são os dados que constam no livro de registo de passaportes n.º 3362, do Governo Civil do Porto, já que em 21 de junho de 1899 partiram para o Brasil, com o passaporte n.º 683, tendo como destino o Pará. Refira-se que o marido de Claudina, como adiante se verá, vai ter um papel relevante no complicado processo de partilha dos bens após a morte do sogro.

Voltando às dívidas contraídas pelo filho do fundador da Casa Abreu, a maioria advinha de empréstimos em dinheiro e por letras, outras prendiam-se com aquisição de bens e, outras ainda, decorriam de tratamentos médicos – inclusive uma operação cirúrgica – o que revela um período de doença grave, aliás fatal, sem que ele ou os familiares houvessem querido ou podido liquidar o respetivo pagamento. Por outro lado, surgiam na lista de credores familiares próximos, como o seu cunhado Henrique César Ferreira Pinto, o genro Joaquim Marques da Silva e a prima Ana Ludovina Vieira.



Assinaturas na confissão de dívida de Daniel Luís Vieira de Abreu e mulher, a sua filha Claudina Cândida da Silva, 11.11.1897



Registo do passaporte n.º 683, concedido a Joaquim Marques da Silva e Claudina Cândida da Silva Abreu, à partida de Lisboa e com destino ao Pará, 21.6.1899



Quadro n.º 2**Dívidas de Daniel Luís Vieira de Abreu (1902)**

Credores	Dívida	Valor em réis
Henrique César Ferreira Pinto, Rua de Camões	Empréstimo por letras	315\$000
Eduardo Pereira de Macedo, capitalista, Rua Mouzinho da Silveira	Empréstimo hipotecário de um ano (1 000 000) Juro de um ano (70 000) Empréstimo por letras (110 000)	1 180\$000
José Martins Fernandes Guimarães, Rua do Almada	Empréstimo por letras	65\$000
Eduardo da Costa Correia Leite, Rua de Belomonte	Empréstimo hipotecário	2 500\$000
Francisco Xavier Esteves, Rua do Bonjardim	Conta corrente	1 000\$000
Dr. António Azevedo Maia, médico, Rua do Rosário	Operação cirúrgica	400\$000
Dr. António Joaquim de Moraes Caldas, médico, Rua de São Lázaro	Serviços médicos	56\$000
Manuel José Mendes, alfaiate, Rua do Almada	Roupas feitas ao inventariado	27\$000
Rita Rosa de Sousa Ferreira, modista, Rua do Príncipe	Vestidos	30\$000
Banco Comercial do Porto, Rua Ferreira Borges	Empréstimo por letras	64\$950
Banco do Minho, Praça de Almeida Garrett	Empréstimo por letras	32\$500
Ana Ludovina Vieira, Escadas do Codeçal, Recolhimento do Ferro	Empréstimo em dinheiro	250\$000
Diogo José Navarro, Praça de D. Pedro	Fazendas vendidas ao inventariado	114\$845
César da Costa Prata, Rua de Sá da Bandeira	Fazendas	15\$275
Ascânio José da Silva, negociante, Campo dos Mártires da Pátria	Fazendas vendidas ao inventariado	17\$560
Cipriano da Cunha, negociante, Rua de Cedofeita	Fazendas vendidas ao inventariado	12\$320
Bento António de Freitas Guimarães, farmacêutico, Rua do Loureiro	Medicamentos	18\$400
António Augusto de Oliveira Martins, Rua das Flores	Fazendas	10\$475
José Rodrigues de Melo Júnior, Rua do Triunfo	Medicamentos	35\$020
José Maria de Amorim, Praça de D. Pedro	Fazendas	189\$600
Joaquim Teixeira da Silva, Rua do Loureiro	Fazendas	50\$000
Manuel Augusto de Barros, Rua do Bonjardim	Medicamentos	17\$620
Félix de Melo Velho & Comandita, Rua de Santo António	Fazendas	20\$000
Joaquim Marques da Silva, Rua do Lindo Vale	Empréstimo em dinheiro	920\$000
Total		7 341\$565



O inventário apresentava também a descrição dos bens que haviam pertencido a Daniel Luís Vieira de Abreu, avaliando o recheio do escritório, bem como do mobiliário da casa da Rua do Bonjardim, n.º 1071 (a sua última residência) e ainda da morada de sua mulher, à Rua da Cruz das Regateiras, além do jazigo de família e imóveis e terrenos.

Todavia, ao longo do extenso inventário orfanológico do falecido proprietário da Casa Abreu – constituído por mais de quatro centenas de páginas – os objetos surgem com algumas diferenças na sua denominação ou agregados de forma diversa, enquanto a avaliação de alguns deles sofre alteração após a “louvação”¹⁵ que, na maioria das vezes, baixou os respetivos valores; por outro lado, um número considerável – senão mesmo a maioria – de móveis e outros objetos foi retirado do inventário por não pertencer ao casal, como adiante se esclarece. O Quadro n.º 3 apresenta o rol de bens pertencente a Daniel de Abreu, incluindo os que foram eliminados e louvados, devidamente assinalados.

Quadro n.º 3

Bens de Daniel Luís Vieira de Abreu (1902)

Bens	Valor em réis
Uma cómoda de mogno com três gavetões*	9\$000
Um sofá, duas cadeiras de braços e doze cadeiras (uma quebrada), tudo com assento de palhinha*	15\$000
Duas mesas de mogno para jogo **	6\$000
Um relógio de mesa (com corda para 8 dias)	2\$000 Louvado em 2\$500
Uma cama de ferro com colchão, enxergão, cobertor, dois lençóis, travesseira, travesseirinha e coberta*	9\$000
Um lavatório de ferro com jarro, bacia, balde e regador*	3\$000
Um espelho com caixilho e doze cadeiras de madeira de cerdeira*	3\$000
Um louceiro com portas de vidro, armário e duas gavetas*	5\$000
Uma mesa elástica de mogno com quatro tábuas*	4\$000
Dezassete pratos ladeiros, catorze sopeiros e catorze pires*	1\$850
Oito travessas diferentes, duas canecas, dois pratos cobertos, duas terrinas, duas garrafas de vidro e uma fruteira de cristal*	7\$300
Cinco copos diferentes, três cálices, um açucareiro de barro, uma chaleira, duas panelas de ferro e dois tachos*	2\$000
Uma caixa de pinho, um roupeiro e um cesto de verga*	2\$500
Um colchão, um enxergão, dois pipos (um de 25 litros e outro de 125), uma lata de azeite, 50 litros de vinagre, uma lousa com moldura de madeira e uma gamela	7\$100 Louvado em 9\$000
Um leito à francesa para duas pessoas com colchão, enxergão, travesseiro, travesseirinhas, dois lençóis, um cobertor e coberta e coberta de algodão*	30\$000
Um guarda-vestidos de mogno com dois gavetões*	30\$000
Um toilette com quatro gavetões e pedra de mármore branca*	16\$000
Um lavatório de mogno com pedra mármore, bacia, jarro e saboneteira*	12\$000
Uma mesa de cabeceira com pedra mármore, um leito à francesa para uma pessoa com colchão, enxergão, dois lençóis, cobertor de lã, travesseiro e travesseirinhas*	22\$000
Um leito de ferro para criança com colchão, enxergão, travesseiro e travesseirinhas*	5\$000

15. Louvação é uma avaliação feita por louvados, isto é, peritos nomeados para avaliar.

Bens	Valor em réis
Uma máquina de costura White com o n.º 1 121 763*	27\$000
Três volumes com as obras <i>Dois Garotos</i> , de Pierre Decourcelle, e <i>Madame Sans Gene</i> , de Edmond Lepelletier*	2\$000
Diversos livros e fascículos de romances de diferentes autores*	3\$000
Um leito de ferro para uma pessoa com colchão, enxergão, dois lençóis, coberta de algodão, travesseirinha e travesseiro*	9\$000
Duas malas, uma de zinco e outra de couro*	8\$000
Um lavatório de ferro, um lavatório de mogno com pedra mármore, uma mesinha de cabeceira de mogno com pedra mármore*	6\$000
Uma morada de casas térreas, com um andar para as traseiras, Rua do Teatro, n.º 81, freguesia da Foz do Douro	1 400\$000
Um terreno vedado com uma pequena casa, Rua do Teatro, n.º 79	250\$000
Um terreno vedado para edificação, Rua do Teatro	200\$000
Um jazigo de família no cemitério privativo da Ordem do Terço ao Prado do Repouso	100\$000
Dinheiro em notas (segundo Aníbal Vieira de Abreu, proveniente de sinais recebidos de passageiros para documentos e passagens)	107\$000
Quinze quadros de diferentes tamanhos com desenhos de vapores	7\$500 Louvado em 1\$500
Um balcão e um guarda-livros em pau de pinho pintado	20\$000 Louvado em 2\$000
Duas mesas de mogno e cerdeira*	5\$000
Três bancos (dois de escrivaninha e um de encosto), três cadeiras, uma escrivaninha e uma pequena estante de pau de pinho	9\$000 Louvado em 5\$500
Uma estufa esquentador para gás	9\$000 Louvado em 1\$000
Duas portas envidraçadas e uma tabuleta	6\$000 Louvado em \$800
Um relógio de mesa***	2\$500
Cinco quadros com retratos (quatro deles com moldura dourada) e duas jarras ***	4\$000 Louvado em 1\$2000
Um par de colchões***	1\$000
Duas pipas (uma de 25 litros e outra de 100), uma lata de 3 litros de azeite, 50 litros de vinagre, uma lousa***	8\$000
Uma cadeira retrete***	2\$000 Louvado em 1\$500

* Peças eliminadas por não pertencerem ao casal

** Peças com a referência "não existem"

*** Peças provenientes da casa da Rua de Costa Cabral (Cruz das Regateiras)

Da firma da Rua do Loureiro foram também arrolados sete livros de escrituração recente, mas sem qualquer avaliação: um diário auxiliar com início em 1 de janeiro de 1900; dois livros de caixa, um escriturado desde 1 de junho de 1900 e outro desde janeiro de 1901; um diário e um livro de razão, ambos começados em 31 de dezembro de 1900; um livro borrão com princípio em 12 de outubro de 1901; finalmente, um livro de inventário e balanço sem escrituração comercial. Refira-se que neste levantamento os livros foram rubricados pelo juiz "até onde se achavam escritos", tendo o gerente da Casa (Aníbal de Abreu) declarado "que não havia mais livros, nem papéis, nem letras a receber".

A descrição dos bens do escritório da Rua do Loureiro permite-nos conhecer o interior dessa casa de venda de passagens e passaportes: quinze quadros com litografias e fotogra-

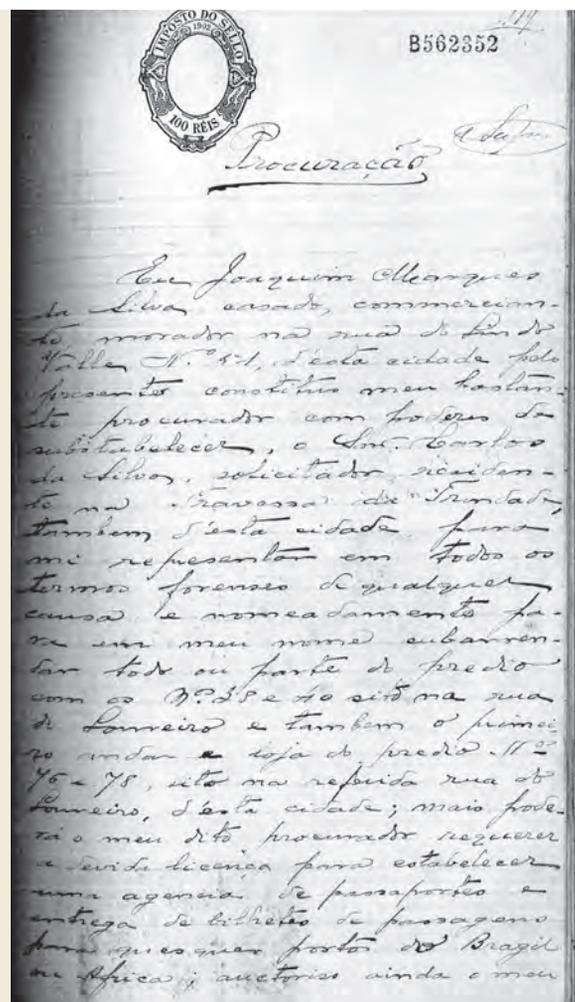
fias de vapores, imagens, aliás, bem alusivas ao ramo do negócio; um balcão de pinho com gavetas e estante; duas mesas de mogno e cerdeira¹⁶; três bancos pequenos, dois grandes e um comprido, três cadeiras, uma escrivaninha e uma estante; uma estufa para gás; duas portas envidraçadas e uma tabuleta¹⁷.

Por seu turno, a procuração que Joaquim Marques da Silva, genro de Daniel e Claudina, passou ao solicitador Carlos Silva¹⁸ traz alguma luz sobre a questão dos móveis eliminados do arrolamento, bem como da mudança da localização da Casa Abreu, agora sob a direção de Aníbal.

Procuração de Joaquim Marques da Silva a Carlos Silva (4.7.1902)

Eu Joaquim Marques da Silva, casado, comerciante e morador na Rua de Lindo Vale n.º 51, desta cidade, pelo presente constituo meu bastante procurador o Sr. Carlos da Silva, solicitador, residente na Travessa da Trindade, também desta cidade, para me representar em todos os termos forenses de qualquer causa e nomeadamente para em meu nome subarrendar todo ou parte do prédio com os n.ºs 38 e 40 sito na Rua do Loureiro e também o primeiro andar e loja do prédio n.ºs 76-78, sito na referida Rua do Loureiro, desta cidade; mais poderá o meu dito procurador requerer a devida licença para estabelecer uma agência de passaportes e entrega de bilhetes de passagens para quaisquer portos do Brasil ou África; autorizo ainda o meu dito procurador a receber quaisquer quantias procedentes dos lucros do estabelecimento Agência de Passaportes e Passagens; e finalmente autorizo o meu dito procurador a reclamar a entrega dos móveis arrolados por falecimento do meu sogro Daniel Luís Vieira de Abreu (os que me pertencem) à conta dos títulos que ele apresentará.

(Fonte: Arquivo do Palácio da Justiça do Porto – *Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu*, maço 972, 1902-1904)



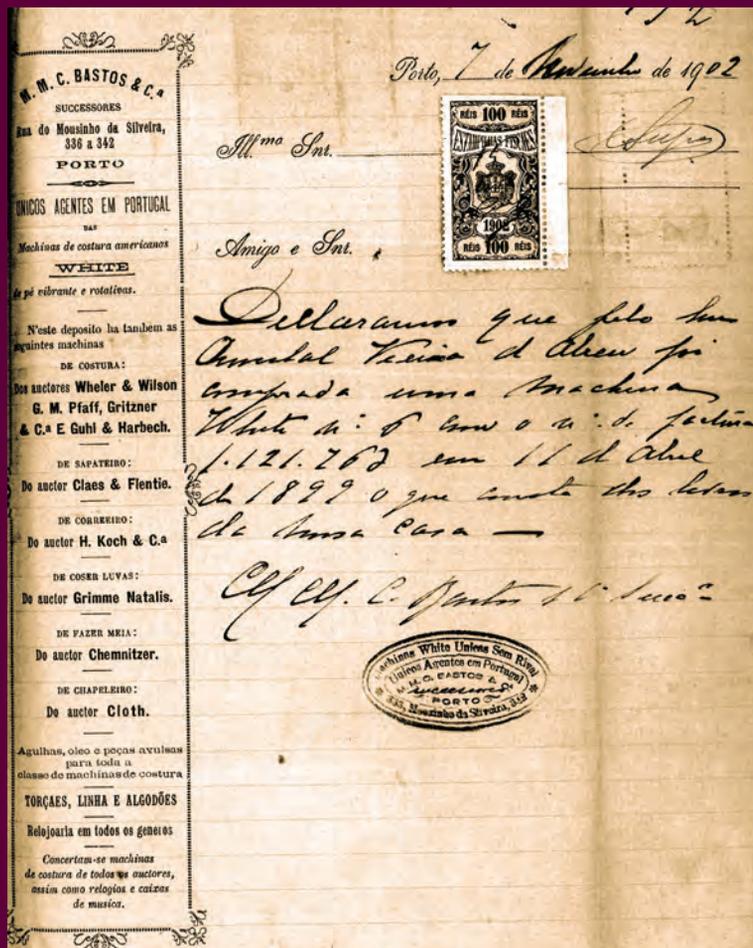
Como se pode verificar, é neste contexto que é tratado o subarrendamento do novo escritório da Casa Abreu – sito à Rua do Loureiro, números 38-40 – que Aníbal Vieira de Abreu passará a dirigir logo em agosto, ou seja, no mês seguinte à elaboração desta pro-

16. O mesmo que cerejeira.

17. Noutro passo do inventário, estas duas portas envidraçadas aparecem sob a denominação “portadas com vidros”, avaliadas num valor bem menor após a louvação, não voltando a aparecer a referência à tabuleta.

18. Foi a este mesmo solicitador que, em 29 de julho de 1902, Claudina Cândida passou procuração para este receber a primeira citação, assim como para “liquidar a casa comercial” de que o seu marido era sócio, isto é, a firma Daniel Luís Vieira de Abreu & Companhia. Aliás, outras pessoas e entidades, neste último caso na qualidade de credores, estabeleceram também procuradores como aconteceu com o Banco Comercial do Porto, a 9 de setembro seguinte.





Documento de compra de máquina de costura White, por Aníbal Vieira de Abreu, anexado ao Inventário Orfanológico de seu pai, Daniel Luís Vieira de Abreu, 7.11.1902

curação. Os móveis a que é feita referência na parte final do texto têm a ver com outra questão que dividiu as partes em conflito neste processo.

Em 15 de novembro do mesmo ano de 1902, Claudina Cândida solicitou que fossem retirados o dinheiro e mobiliário indevidamente incorporados no arrolamento. Quanto ao dinheiro, tratava-se da soma que Daniel Júnior, a 9 de outubro, requerera que Aníbal Vieira de Abreu depositasse na Caixa Geral de Depósitos, pese embora este pedido tenha sido indeferido pelo juiz. Claudina Cândida dizia que essa verba pertencia exclusivamente a seu filho Aníbal, que morava com ela, a cuja guarda, na qualidade de gerente da agência da Rua do Loureiro, fora confiada a quantia de 107 mil réis para pagamento de documentos, passaportes e passagens de diferentes pessoas que seguiam para o Brasil, explicitando que “no auto de arrolamento, foi ele, o referido Aníbal Vieira de Abreu, que, espontaneamente, tirou do seu bolso aquele dinheiro, em notas”.

Ainda a Aníbal pertenciam uma máquina de costura *White*, “quase nova” – certamente de uso da sua esposa recentemente falecida –, bem como uma mala de couro de dois tabuleiros¹⁹.

Também a viver com a reclamante estavam sua filha e genro – Claudina Cândida e Joaquim Marques da Silva – os quais, durante o tempo que estiveram na cidade do Pará, aliás de onde haviam regressado há pouco tempo, haviam deixado na sua casa algum mobiliário que lhes pertencia integralmente: um guarda-vestidos de mogno; um guarda-louça de vinhático, uma mesa e uma *toilette* de mogno, doze cadeiras e uma mobília completa de sala de visitas em cerejeira.

Outras peças de mobiliário, bem como roupas, louças e livros viriam a revelar-se mais complexas, pois afirmou que pertenciam ao mesmo casal, uma vez que seu genro as havia arrematado em 16 de junho de 1898, “na execução fiscal que a fazenda nacional, por dívidas de contribuições diretas, moveu ao inventariado”; todavia a certidão do auto desta arrematação não aparecia para se fazer prova em tribunal, pelo que a inventariante, além do seu juramento, juntava apenas a guia do pagamento relativa a esses artigos.

Esta referência permite esclarecer que as dificuldades financeiras de Daniel Luís Vieira de Abreu vinham bem de trás, não tendo cumprido as obrigações tributárias relacionadas com

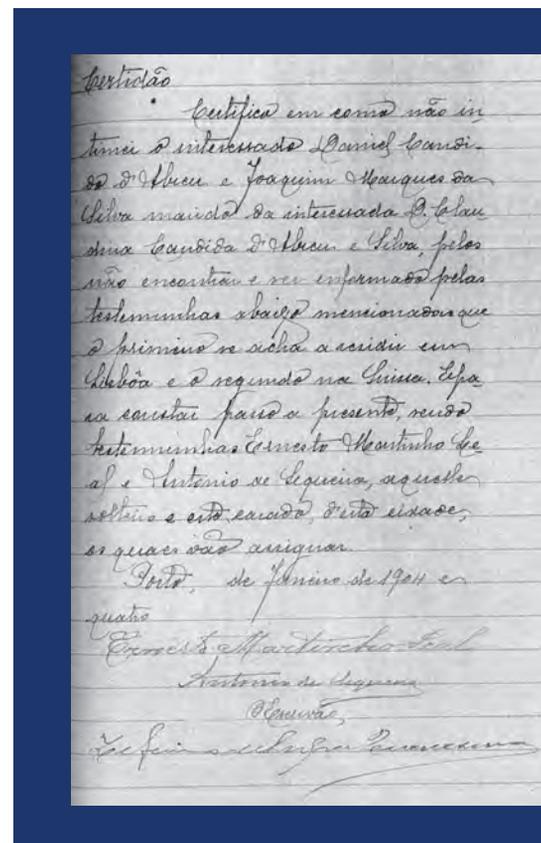
19. Foram incluídas no processo as faturas das duas aquisições, tendo a máquina de costura sido comprada em 1899 e a mala de couro em 1896.

contribuições diretas, chegando mesmo à situação de execução fiscal que se realizou dois anos antes de ter erigido a sociedade Daniel Luís Vieira de Abreu & C.ª com um sócio capitalista. Nesta conjuntura, o seu genro Joaquim Marques da Silva terá arrematado parte dos bens confiscados ao sogro, mas, segundo Daniel Luís Vieira Mascarenhas de Abreu, esta aquisição não passa de uma fachada que encobria uma situação bem diversa.

Com efeito, o filho mais velho de Daniel de Abreu também contrariou no requerimento que apresentou a 11 de dezembro este pedido da inventariante quanto a excluir-se da herança o dinheiro arrolado e os móveis. Relativamente ao dinheiro, considerava que não tinha havido qualquer necessidade de ele ter sido utilizado para pagar as passagens dos clientes “pois tendo continuado a funcionar, sem interrupção alguma, a casa comercial do inventariado desde o arrolamento, em 25 de junho até ao dia 2 de agosto, e regulando os lucros (líquidos) daquela casa para mais de 150\$000 réis mensais tinha a inventariante dinheiro suficiente para solver o compromisso que ora existia”. Quanto aos móveis, dizia que era completamente falso que eles pertencessem a Joaquim Marques da Silva, “porquanto a verdade é que foram comprados por ordem do inventariado, com dinheiro seu e para seu uso pessoal, tendo estado sempre na posse do mesmo inventariado até à sua morte”; todavia, como este não podia adquirir em hasta pública os bens que lhe haviam sido penhorados e “não lhe convinha comprar outros novos em seu nome para evitar nova penhora”, tais transações haviam sido feitas em nome do dito genro. Desta forma, Daniel Júnior reclamava que todos os móveis pertenciam à herança, com exceção dos que se alegava pertencerem a Aníbal Vieira de Abreu.

Este requerimento é eloquente em vários aspetos pois, a fazer-se fé nele, verifica-se que a Agência Abreu tinha à época um rendimento mensal razoavelmente elevado, que o seu funcionamento não foi interrompido com a morte de Daniel Luís Vieira de Abreu e consequente processo de liquidação da firma de que era sócio e, finalmente, que apesar de este ter sido alvo de penhora por incumprimento fiscal em 1898 não deixava de dispor de alguma quantidade de dinheiro – eventualmente um fundo de reserva ou fruto dos vários empréstimos que contraía –, a ponto de adquirir os bens que pouco antes lhe haviam sido penhorados. Em bom rigor, a documentação existente não transmite a ideia de que a família atravessasse uma situação económica drástica.

Entretanto, quando em janeiro de 1904 o escrivão procedia à entrega das intimações aos herdeiros relativamente à arrematação que se avizinhava, não conseguiu encontrar dois deles – Daniel Cândido de Abreu e Joaquim Marques da Silva. Segundo a certidão do escrivão que recolhia depoimentos de várias testemunhas, o primeiro encontrava-se a residir em Lisboa e o segundo na Suíça. Desconhece-se se a mudança para a capital do irmão mais novo de Aníbal, então com 22 anos, se se relacionava com os negócios da Agência Abreu ou se tinha motivações totalmente diversas; por outro lado, a informação relativamente ao tio que parecia estar sempre presente quando se tratava de salvaguardar o património da família é mais um dado que permite corroborar a sua situação de comerciante de alguma envergadura, ora vivendo no nordeste brasileiro ora na Europa transalpina.



Certidão dos motivos que impossibilitaram a intimação de interessados no Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu, janeiro de 1904



Os bens arrolados no inventário por morte de Daniel Luís Vieira de Abreu foram vendidos e arrematados em hasta pública, conforme foi anunciado no jornal *A Província*, a 19 e 20 de fevereiro de 1904:

No dia 25 do corrente, pelas 11 horas da manhã, na rua do Loureiro e casa n.º 40 e rua da Cruz e casa n.º 238, pelo inventário orphanológico a que se procede por óbito de Daniel Luiz Vieira d'Abreu, residente, que foi, n'esta cidade, se há de proceder à venda e arrematação em hasta publica de diferentes mobiliários, que vão à praça pelo preço das respectivas avaliações.
Pelo presente são citados todos os credores incertos ao inventariado, para os devidos efeitos.
Porto, 9 de Fevereiro de 1904.

No dia 25 do corrente, pelas 11 horas da manhã, na Rua do Loureiro e casa n.º 40 e Rua da Cruz e casa n.º 238, pelo inventário orphanológico a que se procede por óbito de Daniel Luís Vieira de Abreu, residente que foi, nesta cidade, se há de proceder à venda e arrematação em hasta pública de diferentes mobiliários, que vão à praça pelo preço das respetivas avaliações.

Pelo presente são citados todos os credores incertos ao inventariado, para os devidos efeitos.

Porto, 9 de fevereiro de 1904

Como se viu, o processo de inventário teve início logo após a morte de Daniel Luís Vieira de Abreu mas arrastou-se durante dois anos, terminando apenas em finais de 1904. O ativo apurado foi de 25\$450 réis (além do valor do jazigo estabelecido em 100\$000) o qual era largamente ultrapassado pelo passivo que ascendia a 3 160\$005 réis. A verba de 25\$450 apurada na arrematação, e depositada na Caixa Geral de Depósitos a 9 de maio de 1904, foi proporcionalmente distribuída pelos credores que assim receberam uma ínfima parte dos valores que lhes cabiam; lembre-se que os créditos totalizavam 7 341\$565 réis.

Os instrutores do processo expuseram a dúvida se os herdeiros do jazigo, na proporção que este lhes pertencia, deveriam concorrer para o pagamento das custas do processo “por ser de lei que as custas absorvam todo o ativo do casal”. Mas, em 5 de novembro de 1904, a decisão proferida pelo juiz era perentória: “No meu parecer não se está na hipótese do citado artigo 83.º da Tabela. Os herdeiros recebem bens, qual é o jazigo”.

O défice financeiro atrás referido resultante da enorme diferença entre o passivo e o ativo não é corroborado por nenhuma documentação ulterior. Todavia, Aníbal Vieira de Abreu é referido no final do extenso inventário orphanológico pelo facto de ter efetuado o pagamento, em 3 de dezembro desse ano de 1904, de 22\$255 réis relativos às custas por que ele próprio era responsável no referido inventário, assim como sua mãe e irmãos.

Ho. Mox. do C.º Geral
 No meu parecer não se está na hipótese do cit. art.º 83.º da Tab.
 Os herdeiros recebem bens, qual o jazigo.
 Tem, por isso, responsabilidade no passivo. Porto, 5 de novembro de 1904.
A. Lezo

Último documento do Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu, 5.11.1904

3.5. A emigração portuguesa ao tempo de Daniel Luís Vieira de Abreu

Nos finais de oitocentos, a emigração portuguesa para o Brasil atingiu cifras altíssimas. Na década de 1880, os números a nível nacional andavam pelas 15 000 a 20 000 saídas anuais. Em 1893, pela primeira vez no século XIX, o número de emigrantes ultrapassou os 30 000, para chegar aos 44 000 em 1895, o valor mais elevado de toda a centúria. Paralelamente a esta extraordinária subida da emigração documentada, recrudescia a que se fazia em transgressão à lei, aumentando a preocupação das autoridades em controlar a emigração legal e prevenir a clandestina.

Assim, em 1885, foi decretado um novo inquérito parlamentar sobre a emigração cuja comissão foi presidida por Luciano Cordeiro, que dois anos antes tinha já apresentado um projeto de regulamento sobre o assunto. Neste inquérito avultavam as questões relativas à emigração clandestina, ao desvio das correntes emigratórias e às causas da emigração.

Dois anos depois, na órbita destas matérias, Oliveira Martins apresentou o seu célebre projeto de fomento rural e, em 1891, Tomás Ribeiro elaborou um projeto de regulamentação da emigração. Entre 1890 e 1892, uma nova comissão parlamentar desenvolveu trabalhos no sentido de elaborar um projeto de regulamentação da emigração, mas exclusivamente destinada às colónias africanas.

A legislação produzida entre 1877 e inícios da centúria seguinte sobre matéria migratória é insignificante, podendo falar-se num vazio legislativo. Face à sangria migratória da viragem do século, é sobre o emigrante e as agências aliciadoras de emigração que a legislação vai incidir, colocando a tónica na viragem africanista e na repressão da emigração para o Brasil.

Segundo a carta de lei de 23 de abril de 1896, os passaportes conferidos a nacionais que pretendiam sair para as possessões portuguesas do ultramar passavam a ser gratuitos. Complementarmente, este diploma agravava a penalização pelo crime de aliciamento de emigração clandestina, dispondo que quem a promovesse incorria na pena celular de dois a oito anos, ou, em alternativa, na pena correspondente de degredo, sendo estes réus julgados em processos ordinários de querela, sem intervenção de júri.

Neste mesmo ano de 1896 foi criada a Polícia de Repressão da Emigração Clandestina com três grandes objetivos, apresentados no seu regulamento, datado de 3 de julho de 1896: perseguir indivíduos que tentassem emigrar com passaporte falso, ou passado em nome de terceira pessoa, ou em contravenção das disposições legais em vigor; perseguir os engajadores de emigrantes clandestinos e fornecedores de passaportes falsos (assim como “cúmplices e encobridores”); fiscalizar as agências de emigração.

A portaria de 19 de janeiro de 1897 sublinhava o acordado entre Portugal e Espanha sobre emigração clandestina, exigindo-se para o embarque que o passaporte fosse visado pelo cônsul respetivo. Esta disposição reconhecia uma prática corrente e antiga, isto é, a saída clandestina dos emigrantes portugueses com destino ao Brasil pelos portos espanhóis, nomeadamente o de Vigo.

E foi novamente sobre a emigração clandestina que incidiu o decreto de 27 de setembro de 1901, estabelecendo para os promotores da emigração clandestina e para os aliciadores emigrantes uma pena de prisão correccional, nunca inferior a um ano, e multa

até 2 000\$00, mas nunca inferior a 50\$000 réis. Eram também referidas as penas aplicáveis aos indivíduos que tentassem evadir-se sem passaporte estando sujeitos ao recrutamento militar, inclusive os de segunda reserva, bem como todos quantos tentassem a evasão com passaportes falsos ou passados em nome de terceira pessoa.

Por decreto de 3 de outubro de 1903, o serviço da Polícia de Repressão da Emigração Clandestina foi criado nos Açores, com sede em Angra do Heroísmo mas a sua extinção ocorreu pouco anos depois, no limiar da I República, por decreto de 21 de janeiro de 1911. E, em 1904, por decreto de 11 de maio, esse serviço policial foi instaurado na Madeira, na cidade do Funchal. Nestes arquipélagos, o problema da clandestinidade na emigração para o Brasil continuava a colocar-se com particular acuidade, não só entre os ilhéus mas também entre os continentais que para aí viajavam com essa finalidade.

Como já foi abordado, por esta altura as agências de emigração começavam a ser objeto de uma fiscalização mais apertada que se repercutiu em várias peças legislativas como o edital do Governo Civil do Porto de 18 de julho de 1893, o decreto de fevereiro de 1895, a circular de 10 de julho de 1896, a consulta fiscal de 10 de julho de 1896 e o ofício do Ministério do Reino de 29 de agosto de 1900.

Sobre o edital do Governo Civil do Porto, de 18 de julho de 1893, já se falou sobejamente. Aprovado e mandado observar em todos os distritos, deu origem à publicação de textos nele inspirados e publicados pelos diversos governos civis entre 1893 e 1896, à exceção dos de Évora, Portalegre e dos arquipélagos atlânticos. Em conformidade com estes editais, vários agentes que tentavam eximir-se às novas obrigações fiscais foram condenados, sendo a sentença confirmada em recurso solicitado a instâncias judiciais superiores, como se comprova pela documentação e acórdãos coligidos por Carlos Vieira Ramos²⁰.

Apesar do aparente rigor legislativo, a sua aplicação prática era deficiente como notoriamente comprovam os dois diplomas seguintes.

A portaria de 25 de agosto de 1897 refletia a frequência com que portugueses, inculcando-se estrangeiros naturalizados, saíam do reino indocumentados ou com passaportes obtidos nos consulados, muitas vezes abonados pelos próprios aliciadores de emigrantes. Determinava esta portaria que se procedesse contra tais indivíduos nos termos das leis em vigor acerca da emigração clandestina. Já a circular do Ministério do Reino aos governadores civis, de 29 de agosto de 1900, solicitava a rigorosa observância dos diplomas relativos à fiscalização das agências de emigração, pois constava oficialmente que as autoridades administrativas vinham descuidando o cumprimento das suas obrigações, havendo-se mostrado “desleixadas” no seu serviço, o que era para o Ministério motivo de “reparo e estranheza”, pedindo-se “impreterível punição” para tais funcionários.

Jorge Fernandes Alves considera que a legislação emigratória portuguesa de oitocentos gravitou sempre em torno de três questões, com maior ou menor intensidade, conforme a conjuntura: a condição dos colonos engajados, isto é, com os problemas decorrentes dos contratos de locação de serviços; o recrutamento militar, encarado como dever nacio-

20. RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira, pp. 117-119, 128-129, 132-134, 142-150, 153-154.

nal a que nenhum cidadão se devia eximir; a clandestinidade, aspeto polimorfo, enquanto expressão de desobediência à lei nas suas diversas facetas²¹.

Estas constituíram, com efeito, as principais problemáticas inerentes à emigração que presidiram aos desígnios do legislador. Mas duas outras, quicá de menor alcance, e mais para o final da centúria, ganharam algum relevo: por um lado, a tentativa de controlo das agências de emigração, das suas atividades e proliferação; por outro, a arrecadação por parte do Estado, no âmbito da “indústria” emigratória, de elevados emolumentos e multas.

Estes aspetos evidenciam a inépcia legislativa que nesta matéria se fazia sentir face aos caudais migratórios que aguçavam uma multiplicidade de formas de contornar as leis, de iludir as normas, enfim, de escapar à burocracia e seus altos custos²².



Porto antigo--Convento da Ave Maria (S. Bento)



CAMINHOS DE FERRO DO MINHO E DOURO
CHEGADA DO 1.º COMBOIO À ESTAÇÃO DO PORTO (CENTRAL) EM 7-11-896

Postal,
1900

Postal,
1900

21. ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Edição do Autor, p. 124.

22. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional” in Matos, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando; Hecker, Alexandre (org.) – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, Sp: Edusc, pp. 35-47.



CAPÍTULO 4

UM PERÍODO CONTURBADO DA AGÊNCIA ABREU
A 3.^a GERAÇÃO: ANÍBAL VIEIRA DE ABREU E SUCESSORES
(1902-1924)

CONNECTING ALL EUROPE



NEW LUXURY PASSENGER SERVICE

ORIENT AIR EXPRESSES

TRAVEL THE HEAVENS IN STYLE



THE ÆTHERNET IN EVERY STATEROOM!

LONDON • ISTANBUL

Foi nestas circunstâncias que a nossa emigração tomou o caráter alarmante que as estatísticas nos revelam. Não é o fenómeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça coletiva que a fez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil, sem o qual, porventura, não teríamos resistido a tantas provações.

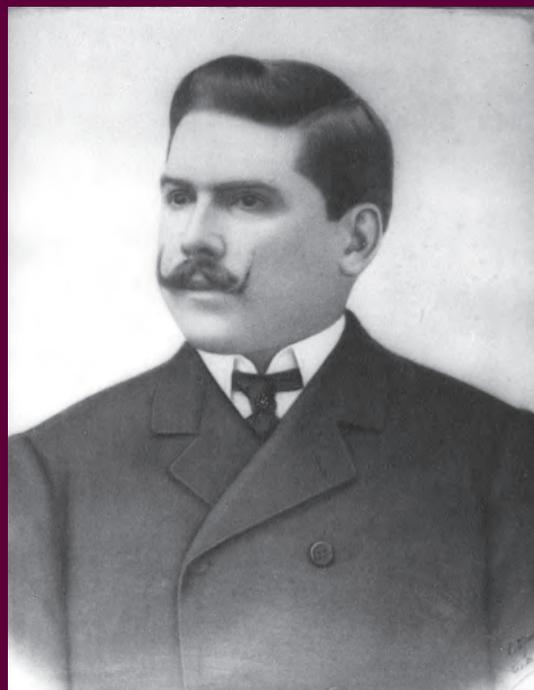
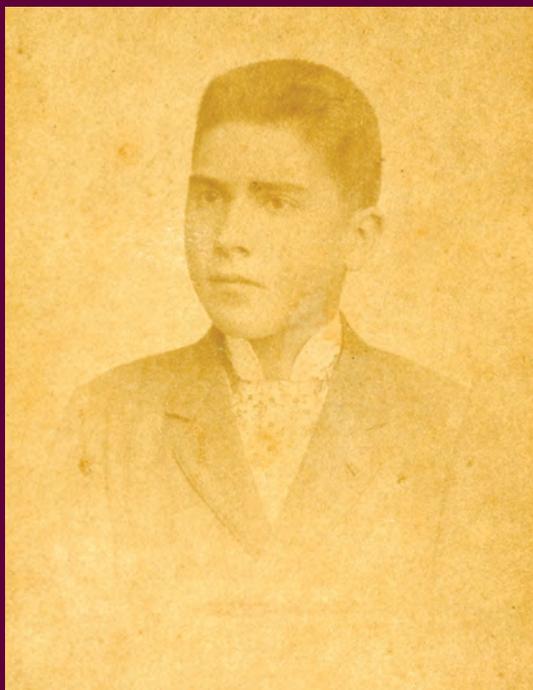
(Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 75)



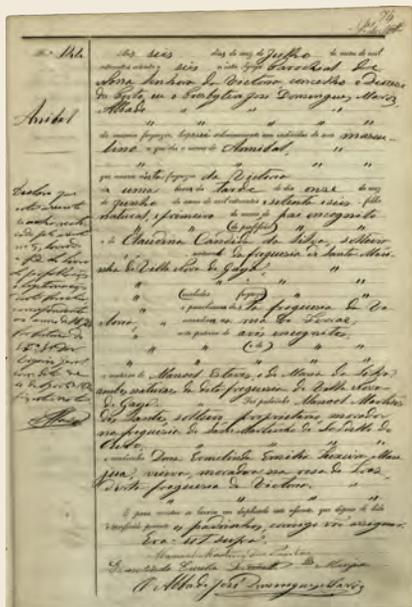
Anel de Aníbal Vieira de Abreu

Como se viu no capítulo anterior, trabalhando já como gerente da Agência Abreu durante a doença do pai, Aníbal Vieira de Abreu vai suceder-lhe na direção da Empresa. Tinha então 26 anos (nasceria a 11 de junho de 1876), enviudara há pouco tempo e vivia com sua mãe, Claudina Cândida da Silva Abreu, na Rua de Costa Cabral n.º 238, freguesia de Paranhos, embora essa artéria da cidade continuasse a ser conhecida como Rua da Cruz das Regateiras. A mãe, aliás, sobreviveria longos anos ao marido, vindo a falecer a 2 de março de 1933, na Rua Central de Francos, n.º 46, freguesia de Ramalde, com 82 anos, sendo sepultada no cemitério de Agramonte.

▼ Aníbal Vieira de Abreu,
1889 e 1908



**Registo de batismo de Aníbal Vieira de Abreu
(6.7.1876)**



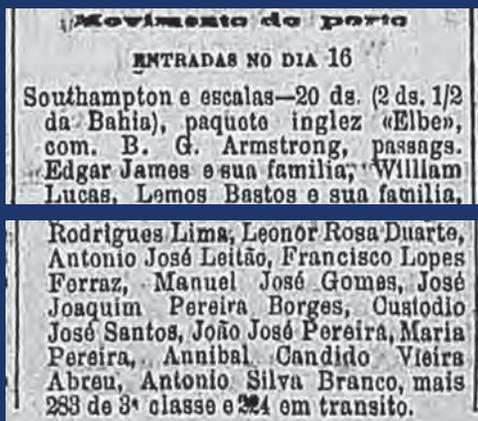
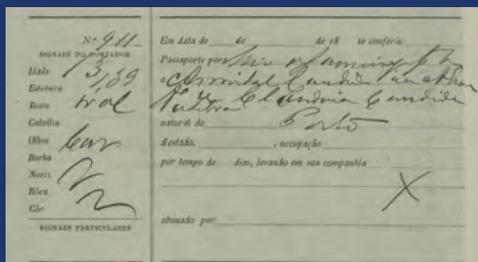
Aos seis dias do mês de julho do ano de mil oitocentos e setenta e seis, nesta Igreja paroquial de Nossa Senhora da Vitória, concelho e diocese do Porto eu, o presbítero José Domingues Mariz, abade da mesma freguesia, batizei solenemente um indivíduo do sexo masculino a que dei o nome de Aníbal que nasceu nesta freguesia da Vitória à uma hora da tarde do dia onze do mês de junho do ano de mil oitocentos e setenta e seis, filho natural e primeiro do nome, de pai incógnito e de Claudina Cândida da Silva, solteira, natural da freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, e paroquiana desta freguesia da Vitória, moradora na Rua do Ferraz, neto paterno de avós incógnitos e materno de Manuel Esteves e de Maria da Silva ambos naturais da dita freguesia de Vila Nova de Gaia. Foi padrinho Manuel Martins dos Santos, solteiro, proprietário, morador na freguesia de São Martinho de Lordelo do Ouro, e madrinha D. Ermelinda Emília Teixeira Manjua, viúva moradora na Rua de Trás, desta freguesia da Vitória. E para constar se lavrou em duplicado este assento, depois de lido e conferido perante os padrinhos comigo vão assinar.

(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – *Paroquiais. Livro de registo de baptismos da freguesia da Vitória, 1876*)

Desconhecendo-se as razões que a isso o levaram, certo é que Aníbal repetiu o percurso de outros homens da família e emigrou jovem para o Brasil, com a idade de 13 anos; ele era, recorde-se, o descendente masculino mais velho da relação informal que seus pais mantinham há anos. Tirou passaporte no Governo Civil do Porto, cujo registo data de 27 de setembro de 1889, sendo identificado nesse documento com o nome de Aníbal Cândido Vieira de Abreu, filho de Claudina Cândida Silva.

Chegou ao Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1889, a bordo do paquete inglês *Elbe*, proveniente de Southampton, dirigido pelo comandante B. G. Armstrong, mas como esse vapor não fez escala no Porto embarcou em Lisboa, no dia 30 de setembro. Fez a viagem sozinho, em 1.ª ou 2ª classe, já que a secção “Movimento do Porto” do jornal carioca *Diário do Comércio*, do dia 17 daquele mês, publicou umas dezenas de nomes de indivíduos de diferentes nacionalidades chegados àquela cidade (alguns com mulher ou família), incluindo nessa lista o de Aníbal, e referindo que tinham igualmente aportado 283 passageiros em 3.ª classe, enquanto 224 seguiam em trânsito.

Quase sete anos depois, ei-lo de volta a Portugal noutro navio inglês, o *Thames*, também com destino a Southampton, no qual embarcou a 17 de junho de 1896, como consta do rol publicado no periódico *O País*, do dia seguinte, identificado agora pelo nome Aníbal Vieira de Abreu¹, isto é, sem o nome Cândido, estando já perfilhado pelo pai.



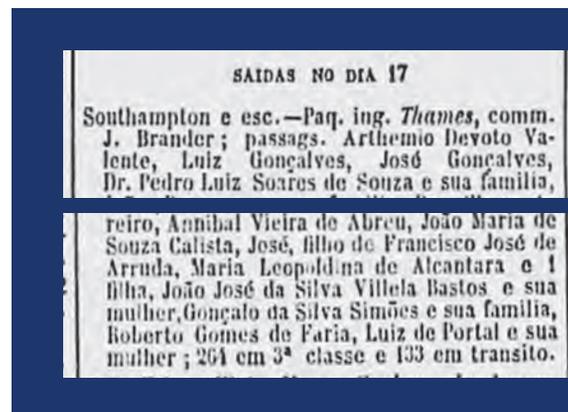
Registo do passaporte n.º 911, concedido a Aníbal Cândido Vieira de Abreu para o Rio de Janeiro 27.9.1889

Chegada de Aníbal Vieira de Abreu, *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, 17.10.1889

1. *O País*. Rio de Janeiro, 18.6.1896.

Embora o exílio brasileiro de Aníbal não tenha sido longo, foi nesse país que atingiu a idade adulta, voltando a casa com 20 anos. Ignora-se a atividade profissional a que se terá dedicado durante o tempo que permaneceu no Brasil mas afigura-se plausível que tenha trabalhado com o primo, Eduardo Augusto Pinto de Abreu, oficial do Exército brasileiro e destacado comerciante da praça do Rio de Janeiro, a que atrás se fez larga menção.

De qualquer forma, foi durante a sua estada no hemisfério sul que importantes factos se deram no seio da sua família. Os seus pais contraíram casamento a 17 de junho de 1894, legitimando os seus filhos no mês seguinte, através de registos individuais.

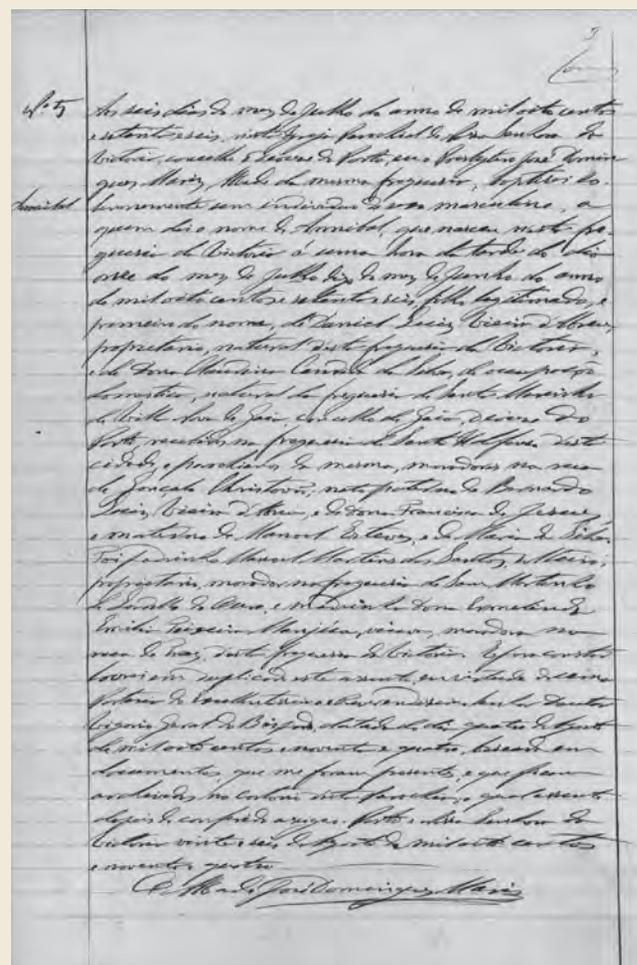


Saída de Aníbal Vieira de Abreu do Rio de Janeiro, O País, Rio de Janeiro, 18.6.1896

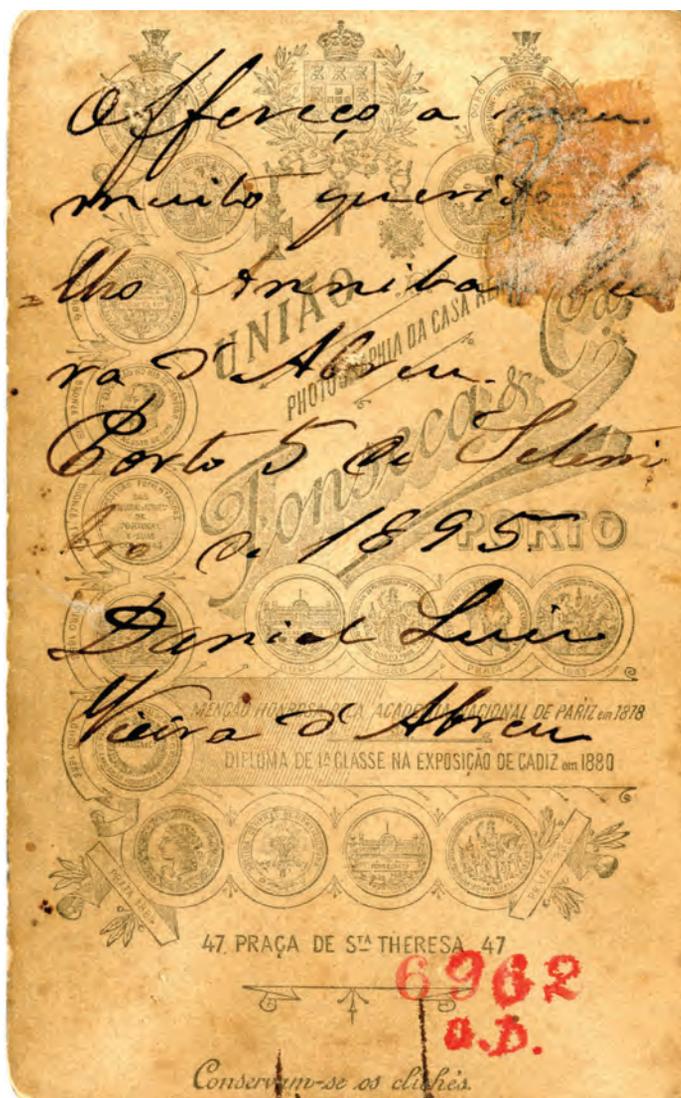
Registo de perfilhação de Aníbal Vieira de Abreu (26.8.1894)

Aos seis dias do mês de julho de 1876, nesta igreja paroquial de Nossa Senhora da Vitória, concelho e diocese do Porto, eu o presbítero José Domingues Mariz, abade da mesma freguesia batizei solenemente um indivíduo do sexo masculino, a quem dei o nome de Aníbal, que nasceu nesta freguesia da Vitória à uma hora da tarde do dia onze do mês de junho do ano de 1876, filho legitimado, e primeiro do nome, de Daniel Luís Vieira de Abreu, proprietário, natural desta freguesia da Vitória e de D. Claudina Cândida da Silva, de ocupação doméstica, natural da freguesia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, concelho de Gaia, diocese do Porto, recebidos na freguesia de Santo Ildefonso desta cidade e paroquianos da mesma, moradores na Rua de Gonçalo Cristóvão; neto paterno de Bernardo Luís Vieira de Abreu e de D. Francisca de Jesus e materno de Manuel Esteves e D. Maria da Silva. Foi padrinho Manuel Martins dos Santos, solteiro, proprietário, morador na freguesia de São Martinho de Lordelo do Ouro, e madrinha D. Ermelinda Emília Teixeira Manjua, viúva moradora na Rua de Trás, desta freguesia da Vitória. E para constar lavrei em duplicado este assento em virtude de uma portaria do excelentíssimo e reverendíssimo senhor doutor vigário geral do bispado, datado do dia quatro de agosto de 1894, baseado em documentos que me foram presentes e que ficam arquivados no cartório desta paróquia, o qual assento depois de conferido assino.

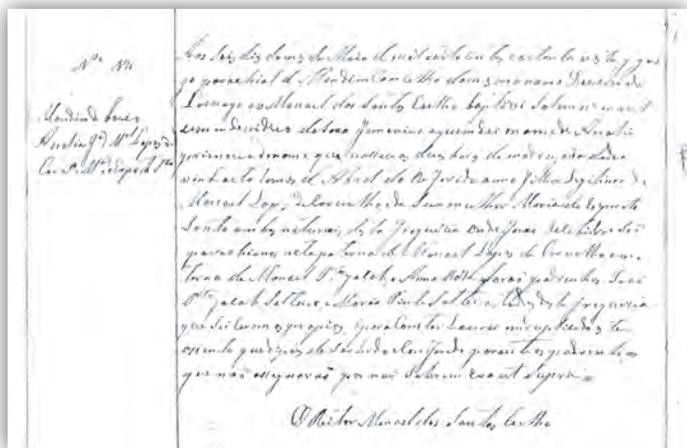
Porto e Nossa Senhora da Vitória, vinte e seis de agosto de 1894.



(Fonte: Arquivo Distrital do Porto – Paroquiais. Livro de registo de legitimações da freguesia da Vitória, 1894)



Verso da fotografia de Daniel Luís Vieira de Abreu, oferecida a seu filho Aníbal Vieira de Abreu, 5.9.1895, (vide frente desta fotografia na página n.º 105)



Assento de batismo de Anália Lopes de Abreu, Mondim da Beira, Viseu, 2.5.1880

Assim, aos 18 anos de idade, vivendo do outro lado do Atlântico, Aníbal recebeu a notícia da sua emancipação e perfilhação legal; a ligação afetiva com o pai nunca esteve em causa e dele recebeu uma fotografia com dedicatória carinhosa, datada de 5 de setembro de 1895².

Se a sua infância e adolescência foram marcadas por algumas singularidades, os inícios da vida adulta de Aníbal Vieira de Abreu também não foram fáceis; a felicidade tardava em chegar. Casou com Natália de Almeida Bastos de Abreu, nascida a 26 de fevereiro de 1877, em Caminha, de onde eram originários seus pais. Mas este casamento, sem descendência, terminou a 13 de abril de 1901, dia em que a jovem Natália morreu tuberculosa, na Travessa Álvaro Castelões, Paranhos, a residência do casal.

Três anos após enviuar, Aníbal contraiu segundas núpcias com Anália da Conceição Lopes, nascida a 28 de abril de 1880, em Mondim da Beira (concelho de Tarouca, distrito de Viseu), terra de seus pais. Este casamento celebrou-se no Porto em 28 de janeiro de 1904, na paróquia de Cedofeita (onde a noiva residia) e dele nasceram três filhos que Aníbal, todavia, não viu crescer: Branca Lopes Vieira de Abreu Costa, nascida em Paranhos (28.8.1904-22.2.1986); Augusto Lopes Vieira de Abreu (15.1.1906-24.6.1980), cujo nascimento se registou no Bonfim e o óbito em Lordelo do Ouro; e Aníbal Lopes Vieira de Abreu (2.2.1908-2.1.1973), igualmente nascido no Bonfim e falecido em Nevogilde.

Como facilmente se pode verificar, os três filhos de Aníbal Vieira de Abreu nasceram num curto período de tempo, tendo Branca quatro anos, Augusto dois e Aníbal oito meses de idade quando o pai faleceu, precocemente, a 3 de outubro de 1908.

A educação destas crianças ficou a cargo da mãe e da irmã desta, Guilhermina Augusta Lopes (2.11.1875-14.3.1958), cinco anos mais velha, também natural de Mondim da Beira, que faleceu solteira e octogenária, sendo carinhosamente tratada pelas duas gerações de sobrinhos por "tia Pinha".

Portanto, Aníbal Vieira de Abreu morreu jovem, contava 32 anos, vítima de congestão pulmonar, na Rua do Bonfim, 305-A. Colocava-se a questão da sucessão nos negócios,

2. Esta fotografia, feita na União Fotográfica da Casa Real Fonseca e C.ª, situada na Praça de Santa Teresa, no Porto, tinha no verso a dedicatória seguinte: "Ofereço a meu muito querido filho Aníbal Vieira de Abreu. Porto 5 de setembro de 1895. Daniel Luís Vieira de Abreu".

pois os filhos estavam longe da idade que lhes permitisse desempenhar tais funções.

Mas para além do foro familiar, o pesar pela sua morte repercutiu-se na cidade por entre um largo círculo de amigos espalhados por numerosas agremiações de que era associado, entre os núcleos, cada vez mais vastos, de republicanos que combatiam o moribundo regime monárquico.

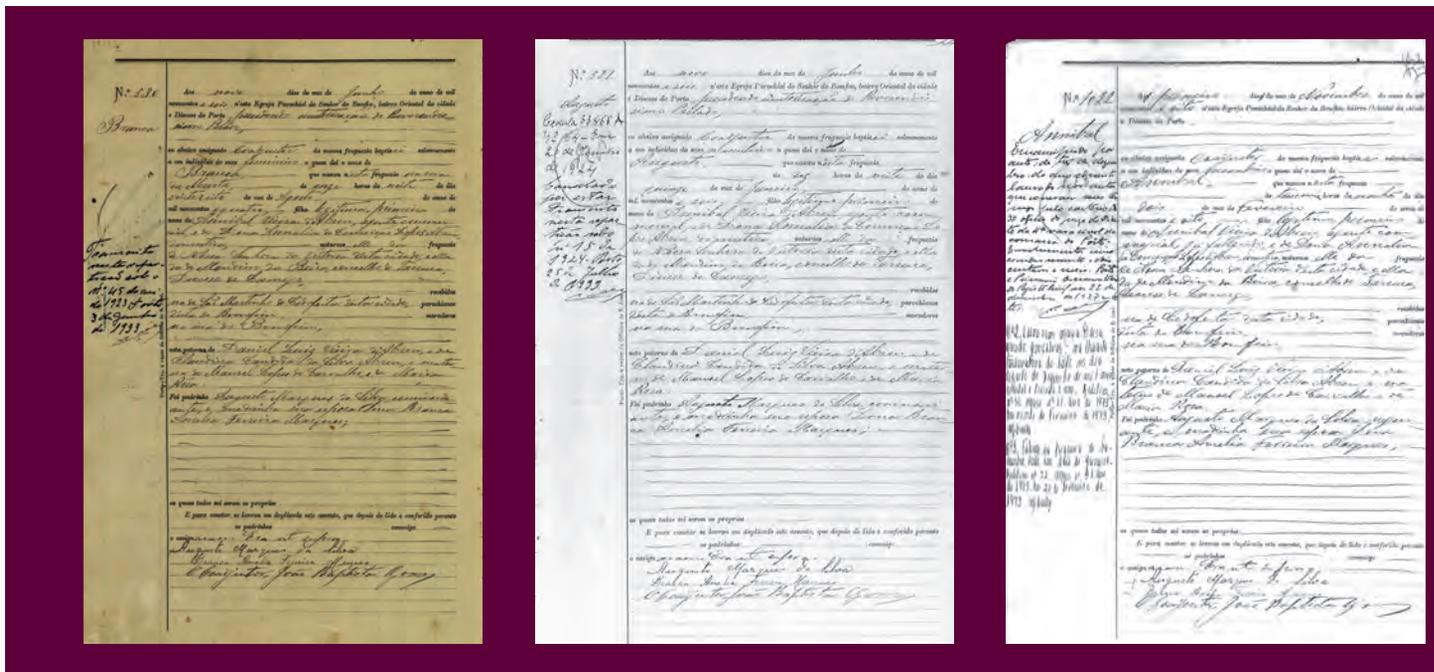
Como terá Aníbal aderido a estes princípios políticos? Na República Federativa do Brasil onde vivera até aos 20 anos? Já de regresso ao Porto, por orientação familiar – seu pai também fizera publicidade no jornal republicano de Paços de Ferreira mas das suas ideias políticas não restou qualquer testemunho –, ou por efeito da convivência com republicanos portuenses?

De qualquer forma, não viveria para ver a implantação do regime pelo qual militara.

Descontando o elogio de circunstância pela morte de um correligionário, o diário republicano *O Norte*³, publicado no Porto, desde 1900, com a colaboração de figuras proeminentes do republicanismo português, noticiou o seu



Anília Lopes de Abreu, 1904



Assentos de batismo de Branca, Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu, Bonfim, Porto, 9.6.1906, 9.6.1906 e 1.11.1908

3. Alberto Bessa refere-se à fundação deste jornal por uma parceria composta por elementos da extrema esquerda do partido republicano, que iniciou publicação em 21 de fevereiro de 1900. A sede de redação e oficinas situavam-se na Rua de Santa Catarina, em frente ao Grande Hotel do Porto. Mudou várias vezes de empresa proprietária “mas ficou sempre dentro do partido em cujas fileiras se alistara”. Quando reapareceu em 1 de novembro de 1907, suspendendo de novo em março de 1909, a redação localizava-se na Praça D. Pedro. Da primeira empresa fundadora fizeram parte, entre outros, António da Silva Cunha, José da Silva Lello, Xavier Esteves, Alexandre de Barros, Afonso Costa, Germano Martins (BESSA, Alberto – “Jornaes da Minha Terra”. *O Tripeiro*. Porto, n.º 47 (167), 3.ª série, 2.º ano, 1.12.1927, p. 356).

falecimento exaltando comovidamente a dimensão cívica de um homem probo, “de uma seriedade inexcédível” e de “incorruptível honestidade”⁴:

Notícia da morte de Aníbal Vieira de Abreu, publicada no diário *O Norte*

Annibal Vieira d'Abreu

Ainda cheio de vida, pois contava apenas 32 anos de idade, surpreendeu-nos ontem a dolorosa notícia do falecimento d'este nosso prezado amigo e correligionário, victimado pela ruptura de um aneurisma.

Annibal d'Abreu, quando se tratou do reaparecimento d'este jornal, foi um dos que mais entusiasticamente se associou aos trabalhos n'esse sentido effectuados, desde logo se fazendo inclair em o numero dos seus accionistas. O nosso devotado correligionário que era director da antiga Agencia de passaportes da Companhia Real do Pacifico a rua do Loureiro, com o seu prematuro falecimento deixou na dor mais pungente toda a sua familia, que o estremecia, os seus correligionários que em grande apreço tinham tão devotado republicano e os seus amigos, que os contava em grande numero.

Dos mais devotados à causa por que lutamos, perdo o nosso partido um correligionário valioso e o *Norte* um dos seus mais dedicados amigos.

Alma cheia de bondade, coração aberto a todo o alheio infortunio, compassivo e esmoler, caritativo como os que mais o são, nunca a desventura lhe bateu à porta inutilmente.

Caracter dos mais puros como o poderam avaliar os numerosos amigos e pessoas que com elle de perto privaram, a todos feriu profundamente o inesperado desenlace.

A sua curta vida foi um modelo de trabalho honesto e honrado; e as sympathias de que gozava, enormissimas, bem as mereceu o nosso chorado amigo.

Dirigia Annibal d'Abreu, ha 6 annos, ou seja desde que seu pai se finou, a Agencia a que acima nos referimos. Alli tiveram n'elle os empregados não um chefe, mas um amigo, dando-lhes exemplos de probidade e de civismo; e alli encontraram sempre os clientes, a par de uma seriedade inexcédível, a mais incorruptível honestidade em todos os negocios effectuados.

Socio de varias collectividades, prestou-lhes sempre o seu valioso e desinteressado concurso; e n'essas corporações como em todos os actos da sua vida, affirmou sempre o seu caracter modelar.

As corporações a que pertenceu o extincto têm a bandeira a meia haste em signal de sentimento.

Na capella do Terço serão prestadas hoje, às Ave Marias, ao nosso chorado amigo, as ultimas homenagens, depois do que será o cadaver trasladado para o Prado do Repouso, e alli, no cemiterio privativo da Ordem do Terço, será encerrado em jazigo de familia.

A toda a familia dorida envia a Empresa do *Norte* sentidas condolencias, acompanhando-a na dor amarissima que a dilacera.

Ainda cheio de vida, pois contava apenas 32 anos de idade, surpreendeu-nos ontem a dolorosa notícia do falecimento deste nosso prezado amigo e correligionário, victimado pela rutura de um aneurisma.

Aníbal de Abreu, quando se tratou do reaparecimento deste jornal, foi um dos que mais entusiasticamente se associou aos trabalhos nesse sentido efetuados, desde logo se fazendo incluir entre o número dos seus accionistas. O nosso devotado correligionário que era director da antiga Agência de Passaportes da Companhia Real do Pacífico à Rua do Loureiro, com o seu prematuro falecimento deixou na dor mais pungente toda a sua família, que o estremecia, os seus correligionários que em grande apreço tinham tão devotado republicano e os seus amigos, que os contava em grande número.

Dos mais devotados à causa por que lutamos, perde o nosso partido um correligionário valioso e o *Norte* um dos seus mais dedicados amigos.

Alma cheia de bondade, coração aberto a todo o alheio infortunio, compassivo e esmoler, caritativo como os que mais o são, nunca a desventura lhe bateu à porta inutilmente.

Caráter dos mais puros como o puderam avaliar os numerosos amigos e pessoas que com ele de perto privaram, a todos feriu profundamente o inesperado desenlace.

A sua curta vida foi um exemplo de trabalho honesto e honrado; e as sympathias de que gozava, enormíssimas, bem as mereceu o nosso chorado amigo.

Dirigia Aníbal de Abreu, há seis annos, ou seja desde que seu pai se finou, a Agência a que acima nos referimos. Ali tiveram nele os empregados não um chefe, mas um amigo, dando-lhes exemplos de probidade e civismo; e ali encontraram sempre os clientes, a par de uma seriedade inexcédível, a mais incorruptível honestidade em todos os negócios efetuados.

Sócio de várias coletividades, prestou-lhes sempre o seu valioso e desinteressado concurso; e nessas corporações como em todos os actos da sua vida, afirmou sempre o seu caráter modelar.

As corporações a que pertenceu o extinto têm a bandeira a meia haste em sinal de sentimento.

Na capela do Terço serão prestadas hoje, às Ave Marias, ao nosso chorado amigo, as últimas homenagens, depois do que será o cadáver trasladado para o Prado do Repouso, e ali, no cemitério privativo da Ordem do Terço, será encerrado em jazigo de família.

A toda a família dorida envia a Empresa do *Norte* sentidas condolências, acompanhando-a na dor amaríssima que a dilacera.

(Fonte: *O Norte*. Porto, 4.10.1908)

4. A partir de outubro de 1907, *O Norte* assumiu o subtítulo *Diário Republicano da Manhã* e a esta empresa estiveram ligados nomes como Feio Terenas e Augusto de Castro. Desde os alvares da sua publicação foi vítima de perseguições que se traduziram em apreensões, censura prévia, prisão de alguns dos seus responsáveis e até uma longa suspensão, referida na notícia transcrita, já que no n.º 2109, de 16.11.1906, anunciou que suspendia temporariamente a publicação mas só reapareceu com o n.º 2110 em 31.10.1907 (LEMOS, Mário Matos e, 2006 – *Jornais Diários Portugueses do século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariane Editora/ Ceis 20, pp. 448-450). Este reaparecimento em 1907 deveu-se, garantidamente, ao reforço de capital através de accionistas, entre os quais se encontrava Aníbal Vieira de Abreu.

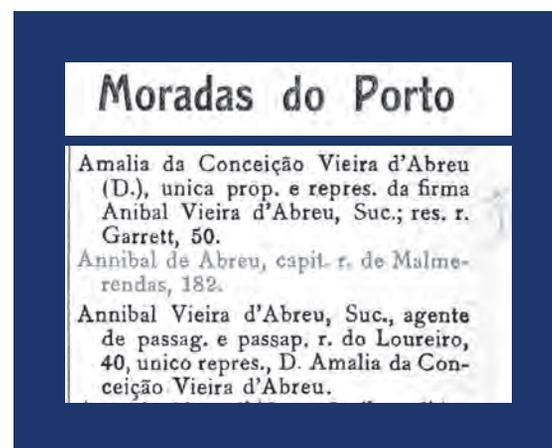
A sua morte foi também noticiada na imprensa carioca, como é exemplo a secção de necrologia referente ao “Norte de Portugal”, publicada no *Correio da Manhã*, indicando-o como “proprietário de uma agência de passaportes”⁵.

Aníbal Vieira de Abreu, em 1902, viúvo, residia na casa da mãe sita à Rua de Costa Cabral n.º 238, assim como seus irmãos Adelaide e Daniel Cândido. Já depois de casar com Anália (cujo nome era frequentemente grafado na imprensa periódica como “Amália”) e de ter nascido a filha Branca, em finais de 1905, mudou a residência para a Rua do Bonfim, n.º 305-A, onde nasceram os dois filhos rapazes. É nesta casa que Aníbal Vieira de Abreu viria a falecer, três anos mais tarde. A sua viúva, que passou a ser proprietária e representante da firma Aníbal Vieira de Abreu, Suc., em finais de 1915 transferiu residência para a Rua Garrett n.º 50, em Campanhã (atual Rua Padre António Vieira), onde viria a falecer em 15 de março de 1924, tinham então seus filhos 19, 18 e 16 anos.

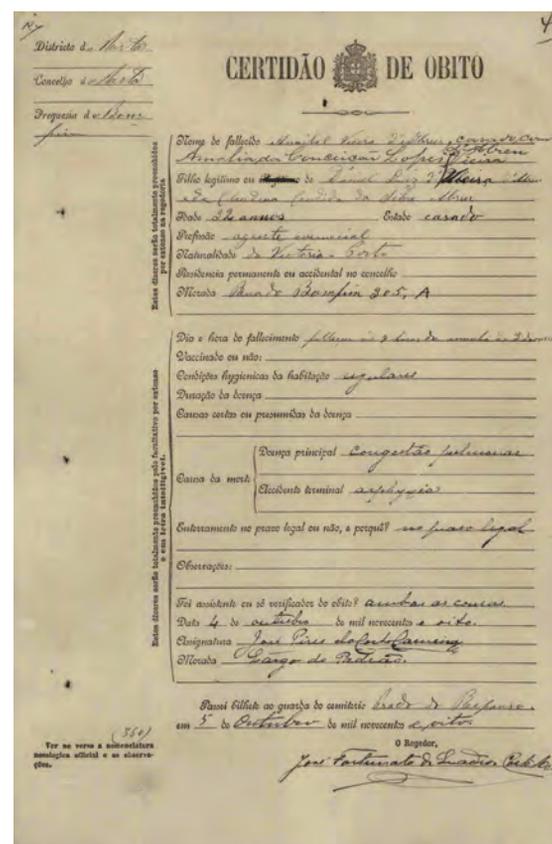
4.1. A breve gestão de Aníbal Vieira de Abreu (1902-1908)

À data da morte do pai, Aníbal Vieira de Abreu era gerente da agência comercial Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a. Apesar da liquidação de que esta firma foi alvo, prosseguiu o negócio familiar, abrindo escritório em agosto de 1902, no n.º 38-40 da Rua do Loureiro, continuando a utilizar os formulários que eram da casa comercial de seu pai, aliás impressos antes de 28 de junho de 1900, data da constituição da firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a, pois esta última parte – “& C.^a” – foi durante a vigência da sociedade acrescentada à mão. Não quer isto dizer que houvesse algum tipo de incúria nos registos da Casa Abreu. Bem pelo contrário. Em 10 de novembro de 1902, cumprindo o estipulado pelo já mencionado edital de 18 de julho de 1893, o comissário-geral da Polícia endereçou ao Governo Civil do Porto o ofício em que constava a identificação dos indivíduos que no anterior mês de outubro tinham solicitado passaporte e a quem tinham sido entregues bilhetes de passagem por sete agências do ramo, e das relações que estas empresas enviaram a única em papel impresso em 48 linhas (frente e verso) era a de Aníbal Vieira de Abreu, que necessitou de duas folhas para detalhar as informações dos 107 passageiros daquele mês (data, nome, estado civil, idade, profissão, filiação, freguesia e concelho)⁶.

É difícil determinar a proveniência do capital necessário para esta retoma após a situação precária em que aparentemente Daniel de Abreu deixara a



Endereços residencial e profissional de Anália Lopes de Abreu, Anuário do Comércio do Porto, 1917



Certidão de óbito de Aníbal Vieira de Abreu, 4.10.1908

5. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19.10.1908.

6. As outras seis agências do Porto envolvidas neste procedimento legal eram as seguintes: A. A. Vilar, Francisco de Borges Rodrigues Parada, Manuel Maria de Assunção Madureira, Pinto & Pereira, Raimundo Vitorino Ribeiro e Dionísio Ferreira dos Santos Silva.



culminou com a grande vaga de 1911-1913 – já, portanto, na I República (1910-1926) – durante a qual 226 235 portugueses abandonaram o país, seguramente mais de 300 000, se a emigração clandestina for tida em consideração. Naturalmente, nos anos da guerra, os números desceram de forma expressiva: em 1914 ainda se registaram 21 730 emigrantes mas, em 1918, as saídas fixaram-se em 11 857. No entanto, mal o conflito terminou, o fluxo migratório português ganhou novo fôlego: registaram-se 37 138 emigrantes em 1919, número que subiu para 64 783 no ano seguinte.

Os *Almanaques do Porto e seu Distrito* para 1905, 1908 e 1909 apresentaram Aníbal Vieira de Abreu como “agente de passaportes”, “agente das companhias de paquetes para o Brasil e Rio da Prata”, “agente de negócios civis e eclesiásticos”, “de passaportes e navegação”, “de passaportes e passageiros para o Brasil”. Já no *Anuário do Comércio do Porto*, nas edições para 1905, 1906 e 1908 a sua firma era denominada como “agência de navegação e passaportes marítimos” e “agência das companhias de navegação”, fazendo menção à antiguidade da Casa “fundada em 1840”.

Quanto aos órgãos de imprensa que Aníbal escolheu para publicar a sua firma, foram variados. Logo no primeiro e segundo dias de agosto de 1902 fez publicar anúncios no jornal portuense *O Norte*, periódico republicano da responsabilidade de amigos seus, onde se identificava como “sucessor de Daniel Luís Vieira de Abreu”, aliás tal como no reclamo que saiu a 3 desse mês, no *Jornal de Notícias*. Neste diário, em 9 de outubro desse mesmo ano, anunciou viagens para a África oriental e ocidental e, a 10 de fevereiro de 1903, passagens com destino a São Paulo para “famílias de agricultores”.

O *Jornal de Paços Ferreira* e o *Jornal de Santo Tirso* continuaram a publicar anúncios da firma Daniel Luís Vieira de Abreu & C.ª, mesmo após a sua morte, nomeadamente a 1 de janeiro de 1903 e a 5 de maio de 1904, ano de encerramento do processo judicial de Daniel, volvidos que eram dois anos sobre o seu falecimento.

Com efeito, no *Jornal de Paços Ferreira* os reclamos ao estabelecimento de Aníbal de Abreu – depois de 1908, de seus sucessores – publicaram-se ininterruptamente até 1910, comprovando a importância da publicitação na imprensa regional, mormente de concelhos do distrito do Porto intensamente afetados pela emigração para o Brasil. Por outro lado, a filiação ideológica deste jornal era consentânea com o ideário político de Aníbal, sendo provável que os responsáveis desse jornal fossem também republicanos seus conhecidos.

O primeiro anúncio publicado nesse periódico relativo à firma dirigida por Aníbal Vieira de Abreu – “sucessor de Daniel Luís Vieira de Abreu”, como fazia questão de esclarecer – datava de 24 de dezembro de 1904 e, à semelhança dos que lhe seguiram, lembrava ainda que tal agência tinha sido fundada em 1840, buscando nestes referentes o prestígio de uma casa comercial que tinha sabido manter a qualidade dos seus serviços ao longo de



O Norte, Porto,
8.2.1903



Jornal de Santo Tirso,
5.5.1904



Anuário do Comércio do Porto,
1905



Jornal de Paços de Ferreira,
26.8.1905

várias décadas, renovando gerações de clientes tal como se sucediam as gerações dos seus gestores do mesmo tronco familiar. Por isso, o texto publicitário mencionava que “nesta bem conhecida e acreditada casa” se vendiam passagens nas três classes para os portos do Brasil dos quais eram nomeados, e por esta ordem, Pará, Manaus, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos.

A captação da preferência dos eventuais passageiros era ainda feita pelas vantagens apresentadas: por um lado, “regalias e abatimentos” nas passagens concedidas pelas companhias de navegação, por outro, “a maior modicidade e rapidez” na obtenção “no Porto e nas províncias” de todos os documentos necessários à emissão dos passaportes, o que comprova a existência de correspondentes ou encarregados seus em várias localidades do país. Todavia, como última informação do cabeçalho deste anúncio, podia ler-se: “Não confundir esta casa com outra que agora abriu na mesma rua”.

Este aviso, aliás, tinha já sido publicitado anteriormente, nomeadamente nas edições de 21 e 29 de maio de 1904 de *O Primeiro de Janeiro* e, ainda, no *Jornal de Notícias* de 17 de novembro desse ano.

Se anos antes – na gestão de seu pai – existira a possibilidade de confusão com uma firma de nome semelhante, agora a preocupação tinha a ver com uma agência concorrencial que se estabeleceu a algumas portas de distância. Esta “prevenção” continuaria a ser incluída posteriormente, por exemplo, no *Jornal de Notícias* de 1 de janeiro de 1905, mas, mais curiosamente, os anúncios publicados no jornal pacense dos anos seguintes eram a exata réplica do primeiro, inclusive a referência à outra casa que “recentemente” abrira na Rua do Loureiro. Distração ou concorrência continuada?

Certo é que, como atrás se referiu, o mesmo *Jornal de Paços Ferreira* e vários órgãos da imprensa do Porto publicaram, entre janeiro e outubro de 1905, anúncios da firma Charles Cousin & Abreu, situada no fim da Rua do Loureiro, no Largo da Feira de S. Bento, n.º 21 – 1.º andar, de cuja sociedade fazia parte Daniel de Abreu Júnior, o irmão desavindo de Aníbal a que anteriormente se fez larga menção, o qual continuava decidido a concorrer com ele no mesmo segmento de negócio.

Às muitas atividades de Daniel Júnior esteve associado seu irmão Armindo – “amanuense do Tribunal do Comércio”, segundo o *Anuário Comercial* para 1894 –, desde correspondente dos jornais que ele fundou a seu fiador em agosto de 1898, de acordo com o *Livro de Fianças dos Agentes de Emigração*. Vimo-los ainda unir esforços ao contestarem, em vários momentos, o processo orfanológico de seu pai, além de que trabalharam juntos no ramo das passagens e passaportes. Pois em 1906 foi apresentada uma queixa por José Rodrigues Moreira, professor primário em Sobreiras, concelho de Castelo de Paiva, contra Armindo Luís de Abreu, alegando que este “tinha em seu poder a quantia de 25\$000, que lhe conferiu há dois meses a fim de arranjar os documentos necessários para embarcar para o Brasil”⁸.



Jornal de Paços de Ferreira,
26.8.1905

8. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4.8.1906. Esta menção está inserida na secção “Notícias do Porto”, datada de 15 de julho.

Que a concorrência movida a Aníbal foi constante e assumiu notória gravidade não parecem restar dúvidas, tendo em vista o anúncio que ele fez publicar na 8.ª página do *Jornal de Notícias*, a 5 de julho de 1903. A segunda parte deste reclamo denunciava uma situação complexa, em letras destacadas:

Prevenção

Havendo uma outra casa dirigida por um indivíduo com um cadastro assombroso nas repartições policiais e tribunais do país, que se intitula sucessora de Daniel Luís Vieira de Abreu, previno o comércio e o público que se acatelem porque o único sucessor é o signatário deste anúncio.

Para mais esclarecimentos, dirigir a

Aníbal Vieira de Abreu

(Sucessor de Daniel Luís Vieira de Abreu)

Agencia das Companhias de Navegação



CASA FUNDADA EM 1840
38—Rua do Loureiro—40

11883 **N**ESTA bem conhecida e acreditada casa, vendem-se passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classes para o Pará, Manaus, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e mais portos do Brazil.

As passagens tomadas n'esta casa gozam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias aos srs. passageiros.

Esta agencia encarrega-se de solicitar passaportes e d'obter no Porto e nas provincias, com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessarios para os mesmos.

PREVENÇÃO

Havendo uma outra casa dirigida por um individuo com um cadastro assombroso nas repartições policiais e tribunais do país, que se intitula sucessora de Daniel Luiz Vieira d'Abreu, previno o commercio e o publico que se acatelem, porque o unico sucessor é o signatario d'este anuncio.

Para mais esclarecimentos, dirigir a

Aníbal Vieira d'Abreu
(Sucessor de Daniel Luiz Vieira d'Abreu)

▼ Estação de São Bento, Porto, postal, 1902



PORTO. Estação de S. Bento

Nova Agência das Companhias de Navegação
DE
Manoel Francisco dos Santos & Freitas
 Os mais antigos empregados da Agência do Daniel Luiz Vieira de Abreu e seus sucessores
309, RUA DE MOUZINHO DA SILVEIRA, 309
 (Próximo à Praça d'Almeida Garrett e Rua de Loureiro)
PORTO



ESTA nova agência devidamente habilitada, encarrega-se de obter em todas as repartições publicas, com a maxima rapidez e modicidade de preço, todos os documentos precisos para embarque de passageiros, taes como licenças para os reservistas, passaportes, etc.

Vende passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe para todos os portos do Brasil e Africa, com todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias aos srs. passageiros.

Tracta-se de documentos aos individuos sujeitos ao serviço militar. Passagens para familias para S. Paulo e Republica do Chili.

Para esclarecimentos: 21700
 Dirigir-se a Manoel Francisco dos Santos & Freitas, agentes

Jornal de Notícias, Porto,
 5.9.1909

Como se vê, a querela familiar pela disputa da sucessão da famosa Casa Abreu terá assombrado toda a gestão, embora breve, de Aníbal de Abreu, e tal instabilidade não terminou por aqui, pois, como adiante se verá, nova intriga será tramada em 1922, quando a sua viúva estava à frente dos destinos da Empresa, apressando a entrada em funções dos seus jovens filhos, Augusto e Aníbal, para segurar na sua posse o legado da Agência fundada por Bernardo de Abreu.

4.2. A atribulada sucessão de Aníbal Vieira de Abreu (1908-1924)

Falecido Aníbal Vieira de Abreu em 1908, é a viúva Anália da Conceição Lopes Vieira de Abreu – então com 28 anos – que fica à frente dos negócios, protagonizando uma situação de chefia empresarial feminina que à época estava longe de ser comum e, no caso concreto da Agência Abreu, constitui uma exceção até ao presente. Se a sua irmã Guilhermina foi um auxílio fundamental na criação das três crianças, é provável que tenha também colaborado na exigente tarefa de dirigir uma casa comercial com um considerável volume de negócios, em que se impunha a promoção de uma estratégia empresarial de continuidade, com vista à estabilização do negócio, desiderato aliás contrariado por circunstâncias de diversa natureza. Logo alguns meses após a morte de Aníbal, dois antigos empregados seus abandonaram a firma para se estabelecerem na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 309, sob a denominação Manuel Francisco dos Santos & Freitas; no anúncio que fizeram publicar da sua “nova agência”, identificavam-se como “os mais antigos empregados de Aníbal Vieira de Abreu e seus sucessores”⁹.

Por falta de fontes históricas, desconhecem-se muitos dos contornos desta gestão, os empreendimentos que terá realizado, os reveses e apoios que se lhe depararam. O único meio para colmatar esta lacuna é o recurso à publicidade na imprensa periódica.

Em 23 de abril de 1909, eram então volvidos mais de seis meses sobre a morte de Aníbal Vieira de Abreu, foi publicado no *Jornal de Notícias* um anúncio que em tudo refletia a continuidade da Empresa. Sob o cabeçalho “Antiga Agência das Companhias de Navegação (Fundada em 1840)”, anunciava-se que “nesta bem conhecida e acreditada casa” se vendiam passagens das três clas-

Antiga Agência das Companhias de Navegação
 (Fundada em 1840)
40, RUA DO LOUREIRO 40
 (Antiga casa do Daniel Luiz Vieira d'Abreu)



N'esta bem conhecida e acreditada casa vendem-se passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes para o Pará, Manaus, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e mais portos do Brasil.

As passagens tomadas n'esta casa gozam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas respectivas companhias aos srs. passageiros.

Esta agência encarrega-se de solicitar passaportes e de obter no Porto e nas provincias com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessários para os mesmos.

Podir esclarecimentos a

Annibal Vieira d'Abreu, Successora.

Jornal de Notícias, Porto,
 5.9.1909

9. *Jornal de Notícias*. Porto, 24.4.1909.

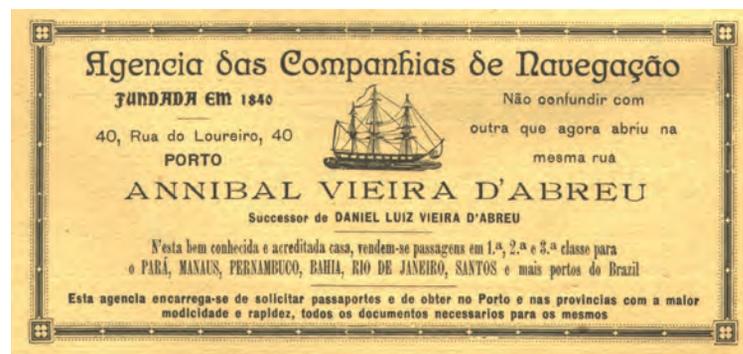
ses para os diversos portos do Brasil, as quais gozavam de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas companhias, e, depois de explicar que a agência se encarregava de solicitar passaportes e obter no Porto e províncias todos os documentos necessários com o máximo de rapidez e modicidade, indicava que os esclarecimentos deviam ser pedidos a Aníbal Vieira de Abreu (sucessor de Daniel Luís Vieira de Abreu).

Por que razão o seu nome se mantinha na publicidade publicada na imprensa tanto tempo após a sua morte? A questão da sucessão do negócio parecia revestir-se de alguns melindres. À concorrência movida pelos irmãos poder-se-á juntar o facto de a herdeira da firma de Aníbal ser uma mulher? Com efeito, só na edição seguinte daquele reputado diário portuense, portanto em 24 de abril de 1909, aparece pela primeira vez a nova designação da firma – Aníbal Vieira de Abreu, Sucessora – designação que se repete, no mesmo periódico, a 23 de outubro daquele ano.

O *Almanaque do Porto e seu Distrito* para 1909 identificou a firma como Aníbal Vieira de Abreu, mas também como “Aníbal Vieira de Abreu, Sucessora”, facto que se repetiu no *Anuário do Comércio do Porto* para o mesmo ano que, além de referir a agência de Aníbal, fez ainda menção da firma “Abreu, Succ.^a (Aníbal Vieira de Abreu) – Agência de passaportes”.

Quer o *Almanaque do Porto e seu Distrito*, quer o *Anuário do Comércio do Porto* para o ano 1910 e seguintes integravam a firma no rol de agências de passaportes e passagens. Mas as edições de 1915 e 1916 daquele almanaque especificavam que a sua “única” representante e proprietária era Anália da Conceição Vieira de Abreu. Embora se desconheça a exata razão que subjazia à prestação desta informação, que obviamente não era inócua, pode facilmente admitir-se a ocorrência de novas situações de conflito e disputa pela Empresa.

Se nos anos 1915 e 1916 a propriedade da Casa Abreu detida por Anália Vieira de Abreu suscitou controvérsia, a questão colocou-se com mais acuidade em 1922, já perto do final da sua vida, como indicia uma série de anúncios publicados quer no *Jornal de Notícias*, quer em *O Primeiro de Janeiro*.



Anuário do Comércio do Porto,
1909



Anuário do Comércio do Porto,
1912



Anuário do Comércio do Porto,
1917





A 5 de fevereiro desse ano, um anúncio deste último diário portuense carregava informações que novamente abriam a polémica sobre a propriedade da Empresa. Encimado pela habitual menção “Agência de passagens e passaportes (fundada em 1840)”, o reclamo prosseguia com a informação, entre parênteses, de que se tratava da “Antiga Casa Aníbal Vieira de Abreu”. O texto, propriamente dito, insistia nos valores da antiguidade e da credibilidade, mas surpreendia quanto ao nome do seu proprietário:

Esta agência, **a mais antiga no seu género** e recomendada pelas principais casas comerciais, encarrega-se de solicitar passaportes e das repartições civis e militares os necessários documentos para os obter. Igualmente vende passagens para todos os portos do Brasil e América do Norte. Para informações, dirigir ao seu proprietário Nicolau da Silva Ferraz. Rua do Loureiro n.º 40 – Porto.

Este indivíduo apresentava-se ainda como “correspondente das casas bancárias Guilherme M. Luís, de New Bedford Mass e Boston na América do Norte”. Face a estes dados, cabe perguntar quem era Nicolau da Silva Ferraz e por que motivo se apresentava como proprietário da Casa Abreu quando, efetivamente, não o era. Tratava-se de um antigo colaborador da Casa Abreu que, certamente, se terá aproveitado da confiança nele depositada durante esta gestão da Empresa para perpetrar uma tentativa de usurpação, utilizando a publicidade na imprensa como forma de legitimar um processo pouco claro.

Em 23 de fevereiro, noutro anúncio do *Jornal de Notícias*, a agência da Rua do Loureiro, n.º 40 – “em frente à estação de S. Bento” – tomava já o nome de Nicolau da Silva Ferraz, surgindo com maior destaque os passaportes para destinos como Espanha, Brasil, França e América do Norte, enquanto na base e em letra menor era feita a menção: “Esta casa, a mais antiga do Porto, solicita passaportes e os documentos para os obter com urgência e modicidade de preços”. Nada sobre passagens, portanto.

Já o anúncio de 6 de agosto de *O Primeiro de Janeiro* retomava o texto do publicado no mesmo periódico a 5 de fevereiro, aliás similares aos de 15 de agosto e 1 de outubro, omitindo estes últimos, todavia, a referência “Antiga Casa Aníbal Vieira de Abreu”.

A 4 de outubro, nas páginas do diário *O Primeiro de Janeiro*, surgem dois anúncios sobre a casa comercial de que Nicolau da Silva Ferraz se apresentava como proprietário, um referente à “Agência de Passagens e Passaportes”, com a mensagem idêntica aos anteriores, outro comunicando a alteração de endereço da firma Nicolau Ferraz – Passaportes, do n.º 40 para o números 60-62 da Rua do Loureiro, reclamo que, com pequenas alterações gráficas, foi publicado no *Jornal de Notícias*, cerca de uma semana mais tarde, em 10 de outubro.

Neste mesmo dia, *O Primeiro de Janeiro* publicou dois reclamos desta firma: um que tinha a configuração dos anteriormente referidos, apresentando a “Agência de Passagens e Passaportes” de Nicolau da Silva Ferraz, sediada no n.º 40 da Rua do Loureiro; e outro que promovia a agência de passaportes de Nicolau Ferraz, localizada naquela rua, números

60-62, sendo esta mesma informação constante do anúncio publicado no dia seguinte, 11 de outubro, no mesmo diário.

Esta “guerra” movida à viúva de Aníbal Vieira de Abreu e seus herdeiros durante cerca de nove meses, da qual se desconhecem contornos mais nítidos, parece terminar em meados de outubro.

Em 21 desse mês, foi publicado no *Jornal de Notícias* um anúncio que publicitava passagens e passaportes, destacando os destinos Brasil e Argentina, logo seguidos de América do Norte, Espanha, França e África, pela Agência Anália de Abreu, expressamente identificada como viúva de Aníbal Vieira de Abreu, com localização no n.º 40 da Rua do Loureiro. No dia seguinte, outro anúncio do mesmo periódico apresentava a Empresa como Agência Anália L. de Abreu.

Uma semana depois, em 29 de outubro de 1922, ainda no *Jornal de Notícias*, um minúsculo reclamo denominava a Agência com uma fórmula simples mas eficaz, pois consagrou uma identidade que perdura até hoje: **A. Abreu**. Uma singela inicial podia remeter para Aníbal e sucessores, para a sua viúva Anália Lopes Vieira de Abreu, para os filhos deste casal, Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu, e, posteriormente, continuou a ser usada pelos filhos deste último: Aníbal, Alberto e Artur. Os anúncios ulteriores do *Jornal de Notícias* perseveravam na identificação da Agência A. Abreu, em 2 de novembro de 1922, 22 de abril e 11 de novembro de 1923.

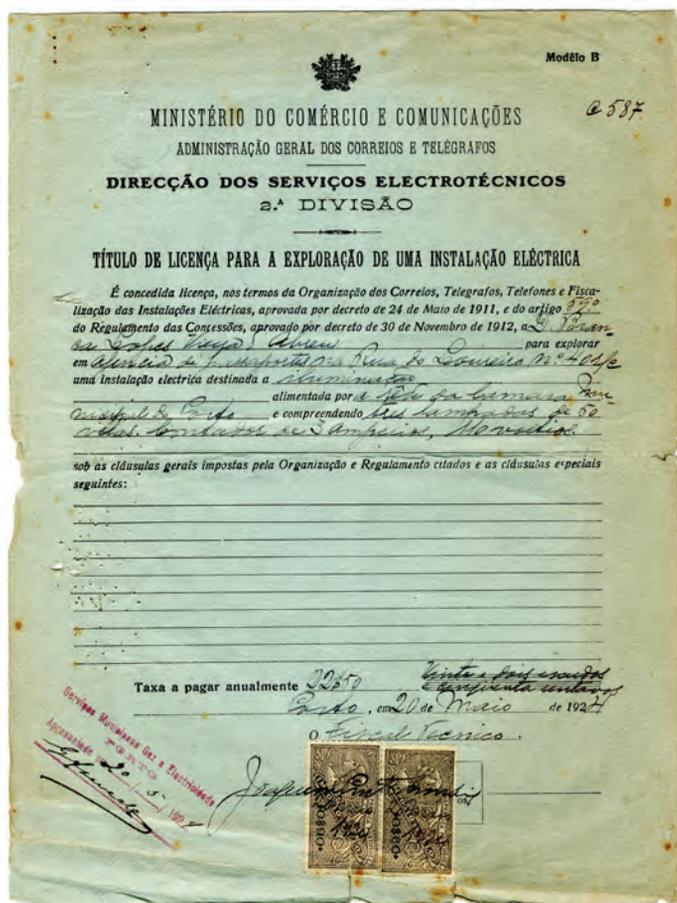
Estes dados parecem confirmar a memória familiar que veicula a informação de que os irmãos Augusto e Aníbal terão assumido muito jovens a gestão da Agência, o primeiro com 16 anos e o segundo com 14, facto que terá ocorrido por finais de outubro do conturbado ano de 1922, como indicam as datas dos citados anúncios publicitários da firma, demonstrando que tal evolução terá sido impulsionada por fatores exógenos à família restrita dos sucessores de Aníbal Vieira de Abreu, para assim consolidarem a sua chefia e propriedade da Casa fundada pelo bisavô, depois sucessivamente liderada por seu avô, seu pai e sua mãe, que aliás morreria dentro de pouco tempo, em março de 1924, tendo então a filha mais velha, Branca de Abreu¹⁰, durante escassos meses, estado também ligada à Empresa.

Quanto à agência de passaportes de Nicolau Ferraz, continuava a laborar nos números 60-62 da Rua do Loureiro, como revela um anúncio publicado a 11 de novembro de 1923 no *Jornal de Notícias*.

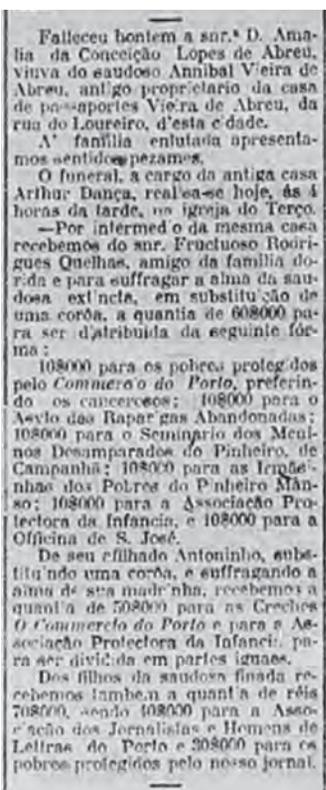
Este ciclo de pouco mais de três lustros de gestão da firma por Anália de Abreu, a que depois se associaram os seus jovens filhos, embora pouco documentado, terá sido determinante para a sobre-

10. Branca Lopes Vieira de Abreu, que viria a falecer a 22 de fevereiro de 1966, casou-se com Fernando Eurico Martins da Costa (1903-1990) de quem teve uma filha, Maria Inês (18.9.1927-27.11.2012), que contraiu casamento com Gerhard Fernando Curbera Burmester (1923-2011), do qual nasceram cinco filhos.





Licença para a exploração de uma instalação elétrica na "agência de passaportes na Rua do Loureiro", solicitada por Branca Lopes Vieira de Abreu, 20.5.1924



Anúncio e notícia do falecimento de Anália Lopes de Abreu, O Comércio do Porto, 16.3.1924

vivência da Empresa e sua manutenção nas mãos dos sucessores de Aníbal Vieira de Abreu. Com efeito, não só sofreu uma concorrência agressiva que em determinada altura se assemelhou a uma apropriação indevida, como decorreu num período particularmente tumultuado da história do país, que então participou na I Guerra Mundial (1914-1918) e sofreu todas as consequências económico-sociais daí decorrentes, conheceu a instabilidade da I República também com graves repercussões de índole política e social, quer na sua fase inicial de afirmação, quer após a Grande Guerra, em que os sobressaltos não foram menores como é exemplo a efémera Monarquia do Norte, e posterior agonia do regime republicano.

Por outro lado, a prolixa produção legislativa republicana sobre emigração, que adiante se refere, não pôde deixar de implicar um esforço suplementar por parte das agências de passaportes no tocante ao acompanhamento atento e estrito cumprimento dos diplomas sucessivamente publicados, que tornaram os processos administrativos mais complexos e burocráticos e aumentaram as obrigações legais das referidas agências. O decreto n.º 5624, de 10 de maio de 1919, foi particularmente rigoroso para com os agentes e agências de passaportes – e também para as agências de emigração, embora não fosse este o caso da Agência Abreu – pois passava a imputar-lhes obrigações até então nunca exigidas.

Logo após a morte de Anália, a mulher que dirigiu a Empresa durante quase todo o período da I República, a filha mais velha, que não tinha ainda completado 20 anos de idade, chegou a fazer uma solicitação para obras no escritório da Rua do Loureiro, em maio de 1924, mas caberia aos irmãos, Augusto, desde a primeira hora, e Aníbal, pouco depois, gizara a estratégia diretiva da Empresa que a conduziria num longo percurso de décadas, entre os finais da I República e o ocaso do Estado Novo.

Segundo vários autores não há evidências históricas que confirmem, com clareza, a síndrome da terceira geração, enunciado por Payne: "a primeira geração cria, a segunda desenvolve e a terceira esbanja"¹¹. No caso da Agência Abreu, não obstante as conturbações sentidas, decididamente isso não se verificou.

11. MATHIAS, Peter; POSTAN, M. M. (dir.), 1981-1983 – "La economía industrial: capital, trabajo y empresa" in *Historia Economica de Europa*. Jaén: Editorial Revista de Derecho Privado, tomo VII, pp. 303-304.

4.3. O labor legislativo sobre a emigração ao tempo de Aníbal Vieira de Abreu e Sucessores – da Monarquia para a República

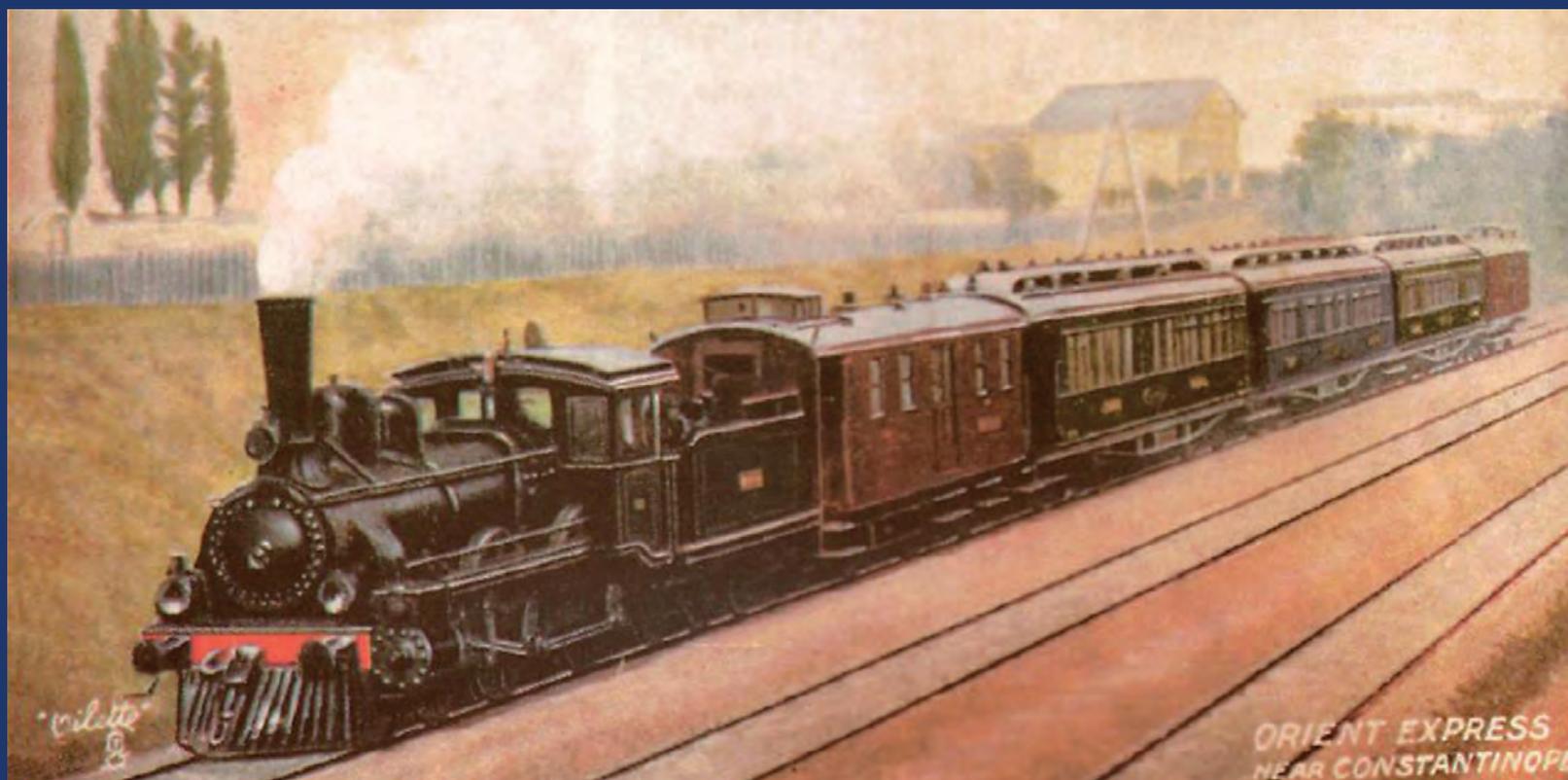
Nos finais da Monarquia, continuava a sentir-se a falta de uma lei que regulasse de forma abrangente todas as facetas e protagonistas do processo migratório. Nova tentativa foi feita por uma comissão encarregada de elaborar um regulamento geral de emigração e passaportes que resultou na lei de 25 de abril de 1907.

Esta lei tratava fundamentalmente de passaportes, o crivo habitual para disciplinar a emigração. E, com efeito, deles eram dispensados todos os que não fossem considerados emigrantes, sendo apelidados de “simples viajantes”. A questão colocava-se no que se entendia por emigrantes, definidos da seguinte forma:

“Os nacionais que se dirigirem para os portos estrangeiros do ultramar em navios de vela ou vapor, tendo ou não carreiras regulares, embora gozem do privilégio de paquetes, que nos termos do artigo 2.º da carta de lei de 27 de março de 1877 se consideram como empregados no transporte de colonos e emigrantes, e neles sejam transportados na última classe de passageiros, ou por preço, alimentação, ou condições a ela correspondentes”.

Embora o conceito se revestisse de alguma ambiguidade, esta lei restringia à categoria de emigrante todos quantos partissem em más condições económicas. Por isso, o diploma de 1907 foi visto como uma profunda injustiça social, já que apenas mantinha a exigência de passaportes para os emigrantes e com apreciável aumento de custos. Outra alteração

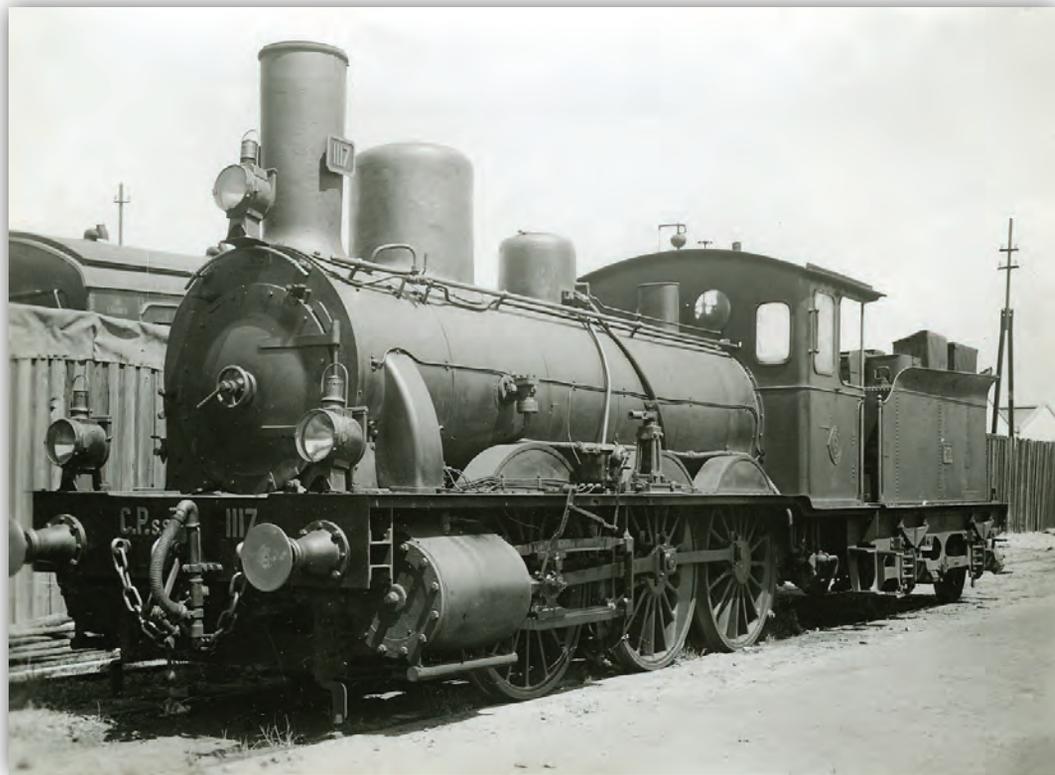
▼ Cartaz, 1898



introduzida por esta lei consistiu na redução da idade para requerer passaporte, que baixava para os 21 anos (era de 25 no Regulamento de 1863). Assim, a última lei da Monarquia sobre emigração tornou-se tristemente célebre pela consideração dos emigrantes como os mais desventurados; nas palavras de Afonso Costa este diploma surgia “contraposto às grandes leis modernas sobre o fenómeno migratório promulgadas na Europa e na América”¹².

Entretanto, a República era proclamada a 5 de outubro de 1910. Inevitavelmente, o novo regime (1910-1926) contemplaria no seu afã reformista uma matéria que se mantinha prioritária, tanto assim que os fluxos migratórios para o Brasil aumentaram neste período, de forma extraordinária logo nos anos 1911-1913 – segundo alguns, o início da emigração maciça – seguidos de um decréscimo causado pela I Guerra Mundial, retomando em alta após o fim do conflito¹³.

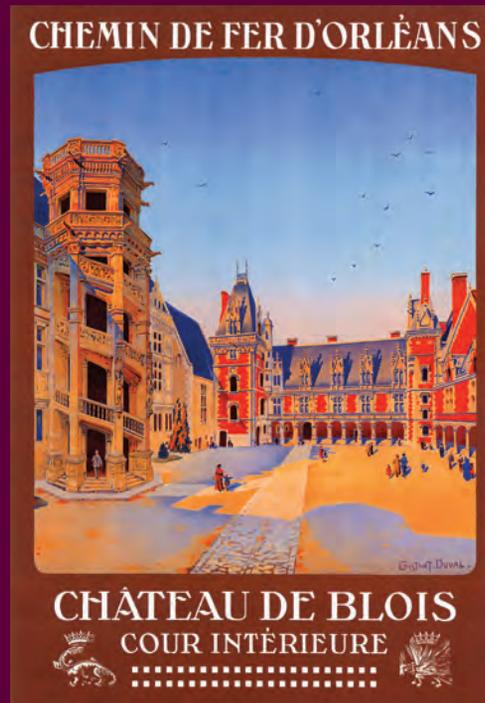
Com efeito, a I República não conseguiu suster a sangria para o Brasil – fragilidade que, durante anos, os republicanos atribuíram ao mau exercício político da Monarquia – e, apesar de a Constituição de 1911 omitir o direito à livre circulação dos indivíduos e escolha do local de residência, patenteou em mais de meia centena de textos legislativos as suas preocupações relativamente à complexa questão da emigração para o Brasil. Embora se faça aqui especial menção à legislação que abordava a emigração para esse território, deve realçar-se que também foi produzida legislação sobre emigração para outros destinos, a qual era já expressiva neste período, nomeadamente para vários países da Europa, além da América do Norte e Central.



Locomotiva alemã, 1885
(Arquivo Histórico
e Centro de Documentação da CP)

12. COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 167.

13. PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 20.



Cartazes,
anos 1920

O novo regime pretendeu regular velhas questões como o serviço militar e a emissão de passaportes. Entre 1911 e 1914 foram publicadas várias peças legislativas atinentes a assuntos relacionados com a emigração, de que se apresentam alguns exemplos:

- a circular de 28 de outubro de 1911 regulamentou os termos de fiança relativos ao serviço militar;
- a circular de 5 de dezembro recomendou aos governos civis o envio semanal ao Comissariado da Polícia Especial de Emigração de um mapa dos passaportes concedidos;
- a circular de 30 de dezembro insistia na necessidade de haver no serviço de “concessão de passaportes as maiores cautelas”;
- a circular de 27 de fevereiro de 1912 esclarecia que a concessão de passaportes, bem como dos bilhetes de identidade, era competência exclusiva dos governadores civis;
- a circular de 13 de abril estabelecia que só podiam ser concedidos passaportes a pessoas que fossem naturais do distrito ou fizessem prova que nele eram residentes há mais dum ano;
- a circular de 17 de agosto ordenava que a cada passaporte ou bilhete de identidade devia ser junto um impresso autenticado com a assinatura do governador civil e selo branco;
- a circular de 18 de setembro determinava os moldes de procedimento para a justificação da identidade do indivíduo que solicitasse passaporte para sair do país;
- a portaria de 27 de novembro enfatizava a necessidade de aperfeiçoamento da estatística sobre emigração e imigração;
- a circular de 6 de março de 1913, do Ministério das Finanças, determinava que todo o agente de emigração estava sujeito à licença respetiva, ainda que trabalhasse por conta de qualquer agência legalmente constituída.



O regime republicano publicou também as *Instruções de 25 de novembro de 1912*, destinadas à interpretação da lei de 22 de novembro de 1907, que estabelecia quem necessitava de passaportes, isto é, os “emigrantes”, nesse diploma definidos nestes termos:

- a) Todos os nacionais que pretendessem embarcar na 3.ª classe dos navios;
- b) A mulher casada que pretendesse embarcar na 1.ª ou 2.ª classe dos navios ou nas classes intermediárias, desacompanhada do marido, se não mostrasse que estava legalmente separada de pessoa e bens;
- c) Os menores que pretendessem embarcar nas mesmas classes desacompanhados dos pais ou tutores;
- d) Os menores de 40 anos sujeitos ao recenseamento ou ao serviço das tropas ativas, ou, ainda, das tropas de reserva;
- e) Os que pretendessem embarcar em 1.ª ou 2.ª classe, ou classes intermediárias, com a intenção de estabelecer residência fixa em países estrangeiros do ultramar;
- f) Os nacionais portadores de títulos de naturalização, tais como cartas e passaportes concedidos por autoridades brasileiras no estrangeiro, se tivessem menos de 30 anos e sujeitos à reserva militar.

Durante a Grande Guerra (1914-1918), foram publicadas várias disposições legislativas em matéria de emigração que tinham a ver com o “estado de guerra”, tanto mais que Portugal tomou parte como país beligerante.

Findo o conflito, foi sentida a necessidade de melhorar e uniformizar procedimentos administrativos. O governo português teve consciência de que o fluxo emigratório tenderia a atingir maiores proporções. Foram tais receios que inspiraram o decreto n.º 5624, de 10 de maio de 1919, considerado a grande peça legislativa da República nesta matéria, “um dos marcos fundamentais nos domínios da nossa emigração”¹⁴.

O seu preâmbulo reconheceu que competia ao governo preparar-se para esse facto, quer para encaminhar e proteger a futura corrente emigratória, quer para o país auferir “desse fenómeno social os correspondentes resultados”. Ressaltam como matérias fundamentais dessa lei a proteção ao emigrante, inclusive a repatriação, bem como a prevenção da emigração clandestina, além da regulamentação das agências de emigração e de passagens e passaportes.

Sendo os emigrantes os únicos sujeitos à apresentação de passaporte, a lei procedeu à sua redefinição, mas com diferenças mínimas relativamente às *Instruções* de 1912. Os passaportes foram novamente objeto de particular atenção nesta lei que obrigava a que fossem sempre individuais, embora sem grandes inovações.

A intenção de proteção dos emigrantes no tocante ao recrutamento, contratação e condições de transporte era notória. Assim, proibia-se a excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou coletivo de emigrantes. Por seu turno, os agentes de emigração eram obrigados a realizar

14. RIBEIRO, F. G. Cassola, 1987 – *Emigração Portuguesa. Regulamentação emigratória: do Liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos, p. 46.

com cada um dos emigrantes um contrato escrito, constando do seu texto que o contratador se responsabilizava pela segura expedição do emigrante e sua bagagem até ao ponto de destino; pela alimentação e acomodação do emigrante no porto de embarque, desde o dia anunciado para a partida até aquele em que esta efetivamente se realizasse; pela salubre acomodação a bordo e alimentos suficientes e higiénicos durante a viagem e em caso de estacionamento ou desembarque forçado; pelo tratamento e fornecimento gratuitos de médico e remédios no caso de doença; pela restituição no lugar de destino de qualquer quantia recebida do emigrante a título de depósito; pela indemnização dos prejuízos causados, reembarque para Portugal e pagamento de despesas até a chegada ao domicílio no caso de o emigrante ser rejeitado pela empresa ou pessoa por conta de quem o agente havia contratado.

Estas obrigações sobre condições de transporte eram impostas às companhias de navegação e carreiras marítimas ou aos agentes em relação aos emigrantes que partiam sem vínculo contratual.

A lei dispunha ainda que os emigrantes podiam rescindir o contrato, com direito a reembolso de metade do que haviam despendido, se avisassem a pessoa com quem contrataram cinco dias antes da data de embarque. Nos casos de doença grave ou morte, a antecedência era apenas de seis horas, devendo o interessado ou herdeiros receber por inteiro o que tivesse sido pago. A rescisão do contrato e o reembolso das despesas também podia dar-se no caso de os emigrantes não embarcarem por falta de acomodações no navio.

O capítulo III tratava *Dos agentes de emigração e dos agentes de passagens e passaportes*, tema central neste livro, pelo que a seguir se transcreve na íntegra, assim como o capítulo seguinte, que se ocupava *Das companhias marítimas e seus agentes e dos capitães ou comandantes dos navios*.

Importa ressaltar que esta lei fixava que os agentes de passagens e passaportes eram todos quantos, com ou sem escritório, solicitassem estes últimos e vendessem ou entregassem bilhetes de passagens, e recomendassem ou acompanhassem os interessados às companhias de navegação ou respetivos agentes ou consignatários, com o fim de adquirirem os referidos bilhetes, recebendo de uns e de outros a comissão ou qualquer remuneração.

A partir desta lei, as diferenças entre agentes de emigração e agentes de passagens e passaportes ficaram melhor definidas, pois se ambos podiam solicitar passaportes e vender passagens, só os primeiros podiam promover o recrutamento e angariação de emigrantes, tendo que possuir para este efeito contrato com as pessoas que no estrangeiro estivessem interessadas em utilizar o serviço dos emigrantes. Tais funções nunca foram praticadas pela Casa Abreu, pelo que não era uma agência de emigração, e sim, desde a sua fundação – como até agora se tem referido – uma agência de passaportes e passagens, situação que implicitamente a levava a funcionar também como agente de numerosas companhias de navegação.



Cartaz,
anos 1920



Excerto do decreto n.º 5624, quanto aos agentes de emigração, agentes de passagens e passaportes, companhias marítimas e seus agentes, capitães e comandantes dos navios (10.5.1919)

CAPÍTULO III

Dos agentes de emigração e dos agentes de passagens e passaportes

Art.º 16.º – São considerados agentes de emigração as companhias ou empresas e todos os indivíduos que promovam o recrutamento ou por qualquer forma angariem emigrantes para país ou colónia estrangeira.

Art.º 17.º – Só poderão ser agentes de emigração as companhias, empresas ou cidadãos que, tendo feito contrato com as pessoas que no estrangeiro queiram aproveitar-se do serviço dos emigrantes, se habilitem devidamente com licença para esse fim concedida pelo Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, ouvida a inspeção respetiva.

§ único – Os contratos a que se refere este artigo dependerão da aprovação do Governo e neles se deverá especificar, além de outras cláusulas, que em regulamento forem prescritas, o número máximo de emigrantes a contratar, o local para onde são conduzidos, os serviços a que se destinam e as garantias e proventos que lhes são assegurados.

Art.º 18.º – A licença para agente da emigração é pessoal e intransmissível, e só poderá ser concedida quando os impetrantes satisfaçam os seguintes requisitos:

- 1.º – Ser cidadão português de origem ou naturalizado;
- 2.º – Apresentar certificado do registo criminal que mostre estar isento de crimes e atestado de bom comportamento moral e civil, passado pela câmara municipal do seu domicílio;
- 3.º – Assinar por si, ou por seu procurador bastante, um termo em que se responsabilize:
 - a) Pela rigorosa observância das leis e regulamentos relativos à emigração;
 - b) Pela apresentação, nos governos civis da naturalidade ou residência dos emigrantes, dos contratos que, nos termos do art.º 12.º, com eles celebrarem, para que sejam registados e visados.
- 4.º – Prestar caução ao exato cumprimento das obrigações contraídas para com os emigrantes e ao pagamento da contribuição industrial em que forem tributados, no valor de 6 000\$00, dos quais um terço poderá ser convertido em títulos da dívida pública, nos termos da lei geral, e o restante em fiança idónea.

§ único – A licença é anual e por cada uma se cobrará, independentemente da devida contribuição industrial, a quantia de 500\$00 por meio de selo especial de fundo de emigração.

Art.º 19.º – A licença para agente de emigração compreende a de solicitar passaportes e vender passagens.

Art.º 20.º – São considerados agentes de passagens e passaportes todos os indivíduos que, com ou sem escritório especial, os solicitem, vendam ou entreguem bilhetes de passagem ou que recomendem ou acompanhem os interessados às companhias de transportes marítimos ou seus agentes ou consignatários, para ali adquirirem esses bilhetes, recebendo duns ou doutros qualquer remuneração ou comissão.

Art.º 21.º – Só podem ser agentes de passagens e passaportes os indivíduos munidos da licença a que se refere o art.º 18.º.

§ único – A estas licenças é aplicável o que vai disposto no art.º 18.º e seu § único, com exceção do que se acha determinado na alínea b) do n.º 3.º e das alterações seguintes: o selo da licença será no valor de 250\$00 e o da fiança no valor de 3 000\$00, dos quais um terço poderá ser convertido em títulos da dívida pública.

Art.º 22.º – As licenças concedidas aos agentes de emigração e aos de passagens e passaportes serão cassadas, sem prejuízo de procedimento criminal a que haja lugar e de quaisquer penalidades aplicáveis cominadas neste decreto:

- 1.º – Quando se prove que favoreceram por qualquer meio a emigração clandestina;
- 2.º – Quando falem às condições dos contratos com os emigrantes e às responsabilidades contraídas nos termos dos artigos anteriores;
- 3.º – Quando o fiador retire a fiança e esta não for devidamente substituída;
- 4.º – Quando pratiquem atos que não sejam facultados na licença.

Art.º 23.º – Os agentes de passagens e passaportes ou dos de emigração, quando acumulem as suas funções com as daqueles, são obrigados a dar a cada emigrante notas das despesas efetuadas com a obtenção do passaporte, não podendo incluir, a título de comissão, remuneração ou gratificação pelos serviços prestados, quantia superior a 1\$00.

§ único – Contendo a nota despesas maiores do que aquelas que realmente se efetuara ou provando-se que o agente recebeu mais do que da nota consta, o emigrante terá direito a exigir dele o dobro do que houver pago a mais.

CAPÍTULO IV

Das companhias marítimas e seus agentes e dos capitães ou comandantes dos navios

Art.º 24.º – As companhias marítimas nacionais ou estrangeiras e seus agentes são obrigados:

- 1.º – A avisar as inspeções dos serviços de emigração com a antecipação de cinco horas, pelo menos, das chegadas dos seus navios, com a indicação se desembarcam ou não quaisquer passageiros;
- 2.º – A não fornecer bilhetes de passagens a emigrantes sem a prévia apresentação do passaporte;
- 3.º – A não entregar bilhetes de passagem a quaisquer passageiros sem que as taxas fixadas no art.º 8 se satisfaçam no próprio bilhete;
- 4.º – A apresentar, quatro horas antes da hora marcada para o embarque a relação dos passageiros que o tiverem de realizar, bem como os passaportes ou quaisquer diplomas que legitimem o embarque dos mesmos;
- 5.º – A não fazer conduzir os passageiros para bordo antes de ali se encontrar o funcionário que tiver de fazer a fiscalização.

Art.º 25.º – Os bilhetes de passagem serão individuais, escritos em português, e deverão conter indicação da classe em que viaja o seu possuidor, além dos requisitos que regulamentarmente forem determinados.

(Fonte: *Diário do Governo*. Decreto n.º 5624, 10.5.1919)



Cartaz,
anos 1910



Esta lei estabelecia ainda que, doravante, todos os serviços que se relacionassem com a emigração seriam dirigidos pelo Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, uma repartição do Ministério do Interior diretamente subordinada à Direção Geral de Segurança.

Por outro lado, ficaram estipuladas por lei as novas penas para os infratores, nomeadamente os que tentassem emigrar clandestinamente (multa de 10\$00 a 30\$00 e prisão correcional de 15 dias a 3 meses); os que incitassem publicamente à emigração e os que fizessem propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento de emigrantes (multa de 50\$00 a 100\$00 e prisão correcional de 1 a 12 meses); os agentes de emigração clandestina (além do pagamento em dobro do selo da respetiva licença, seriam punidos com a multa de 500\$ e prisão correcional de 1 a 3 anos); os agentes de passagem e passaportes que não cumprissem o preceituado nesta lei (multa de 250\$00 e prisão correcional de 6 a 18 meses); as companhias e empresas de navegação e seus agentes, assim como os capitães ou comandantes de navios que não cumprissem o legalmente estatuído (multa de 100\$00 a 500\$00); os mestres ou arrais de barcos de pesca que conduzissem indivíduos a bordo de navios fundeados nos portos (3 a 12 meses de prisão e perda dos seus barcos em benefício do Estado).

Volvido pouco mais de um mês, em 19 de junho de 1919, pelo decreto n.º 5886 foi publicado o *Regulamento Geral dos Serviços de Emigração, nos termos do decreto n.º 5624, de 10 de maio de 1919*. Este extenso diploma era composto de 144 artigos (desdobrados em numerosos pontos) que formavam 17 capítulos. Como era de esperar, retomava e transcrevia muitos aspetos do decreto de maio, aprofundando-os, sobretudo esclarecendo os seus trâmites burocráticos e fiscais.

A legislação promulgada após esta lei de 1919 até 1926 reduziu-se a textos breves e avulsos, assumindo um carácter retificativo ou clarificador da doutrina vigente, abordando coisas tão diversas como os passaportes coletivos, a emigração feminina, ou a assistência médica aos emigrantes.

Em conclusão, a haver uma feição caracterizadora da legislação republicana nesta matéria, ela aponta para a proteção tutelar dos emigrantes, desde antes do embarque até aos locais de destino, passando pelas condições da viagem transatlântica; alargaram-se as responsabilidades das agências de emigração, dos agentes de passagens e passaportes e das companhias de navegação, dinamizaram-se as repatriações, ampliaram-se as funções das autoridades consulares, enfim, procurou-se criar as bases da assistência à emigração¹⁵.

15. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques dos, 2009 – “Legislação sobre a emigração para o Brasil na Primeira República” in SOUSA, Fernando; MATOS, Ismênia de Lima; MATOS, Izilda – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento/CEPESE, pp. 307-327.

CAPÍTULO 5

A TRANSFORMAÇÃO DE UMA CASA DE PASSAGENS E PASSAPORTES
PARA A VENDA DE TURISMO NA AGÊNCIA ABREU
A 4.^a GERAÇÃO: AUGUSTO E ANÍBAL LOPES VIEIRA DE ABREU
(1924-1973)



QUEM VIAJA
POR SUA CONTA



NÃO DORME



A PENSAR NOS DISSABORES
QUE PODEM ESPERÁ-LO



FUJA ÀS SURPRESAS



ESCOLHENDO UMA EXCURSÃO DA

AGÊNCIA ABREU



VÊ MAIS



MAIS BARATO



E DORME DESCANSADO

MAS SE NÃO
GOSTA DE
EXCURSÕES

compre na
**AGÊNCIA
ABREU**
uma viagem

"TUDO
PAGO
CÁ"



PARA SI SÓ



PARA SI E FAMÍLIA



OU PARA SI E AMIGOS



TEM HOTEIS PAGOS



TRANSPORTES PAGOS



MUSEUS PAGOS

EM RESUMO: TEM A SENSACÃO DE VIAJAR DE GRAÇA

◀ *Panfleto distribuído pelos colaboradores da Agência Abreu nas estações de comboio, nos portos e à saída das igrejas, 1960*

Le tourisme, une pratique ancienne mais une dimension caractéristique de la modernité.

(Pascal Cuvelier, *Anciennes et Nouvelles Formes de Tourisme*. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 17)



Augusto Lopes Vieira de Abreu,
1964



Aníbal Lopes Vieira de Abreu,
1941

Esta foi a direção mais longa da Casa Abreu, aquela que assistiu às maiores transformações do mundo e dos seus negócios. Pela primeira vez, a direção era partilhada por dois descendentes de Bernardo Luís Vieira de Abreu e ambos os irmãos eram bem jovens ao iniciarem tais funções. Augusto Lopes Vieira de Abreu tinha 18 anos e Aníbal apenas 16 quando encetaram um percurso de quase meio século. Mas a juventude também era um obstáculo legal ao desempenho de atividades profissionais, pelo que Aníbal foi emancipado por auto de 3 de dezembro de 1927.

Desde então e até 1973 – data da morte de Aníbal, que foi sepultado no cemitério de Nevogilde – mantiveram-se à frente da Casa Abreu. Augusto sobreviveu-lhe alguns anos – faleceria a 24 de julho de 1980, em Lordelo do Ouro e foi sepultado no cemitério do Prado do Repouso, onde jazem também o avô Daniel, o pai, a mãe e a tia Pinha –, mas decidiu afastar-se da vida ativa aquando da morte do irmão e, como permanecera solteiro, deixar a direção da Empresa aos sobrinhos e herdeiros terá sido uma opção natural.

Aníbal havia casado em 18 de dezembro de 1931 com Maria Elisa de Macedo Gonçalves Vieira de Abreu (4.12.1915-24.7.1994), natural de Santo Tirso e falecida em Lisboa. Tiveram cinco filhos. O primogénito, Aníbal Macedo Vieira de

Abreu, nasceu na Foz do Douro (Praça de Liège, n.º 263), em 18 de dezembro de 1933, sendo seu padrinho o tio Augusto, e faleceu em Lisboa, em 27 de agosto de 1991. Os irmãos seguintes nasceram em Nevogilde, na Avenida da Boavista, n.º 4719: Jorge, também afilhado de Augusto, em 1 de outubro de 1939 (faleceu solteiro em 1 de junho de 1962); Alberto, em 21 de janeiro de 1941; Maria Regina, em 30 de dezembro de 1944 (casou em 1968 com Carlos Alberto do Vale Amador e Pinho e faleceu em Ramalde, em 24 de maio de 1990); finalmente, Artur, nascido em 26 de junho de 1951.

O local de nascimento dos filhos indica os dois endereços de Aníbal Lopes Vieira de Abreu após o casamento: primeiro a Praça de Liège n.º 263, na Foz do Douro, mudando-se nos finais da década de 1930 para a moradia que havia mandado construir na Avenida da Boavista n.º 4719, freguesia de Nevogilde, onde faleceu.

Já Augusto Lopes Vieira de Abreu, após residir com sua mãe na Rua Garrett n.º 50, em Campanhã, nos inícios da década de 1940 tem nova morada na Rua da Boa Nova n.º 117-2.º, freguesia de Massarelos, e, no final dos anos 1950, morava já na Rua Felicidade Brown n.º 3, freguesia de Lordelo do Ouro, onde morreu a tia Pinha que, ademais, sempre vivera em companhia do sobrinho solteiro.

5.1. Os inícios da nova gestão

Como foi referido no capítulo anterior, logo em 1922, os dois jovens terão auxiliado a mãe na Empresa, após esta ter sido alvo de uma tentativa de apropriação ilícita. Com a morte da Anália de Abreu, em 1924, Augusto e Aníbal iniciam funções na gestão da firma da família, se bem que foi o mais velho quem assumiu a direção executiva e, portanto, era pública e oficialmente reconhecido como o responsável pela Agência.

O *Almanaque Comercial e Industrial do Porto*, publicado em finais de 1924, indicava já Augusto Lopes Vieira de Abreu ligado ao negócio de passaportes, com escritório situado na Rua do Loureiro n.º 40. Uma dezena de anos mais tarde, esta publicação retomava tal informação, associando-o a agências de passagens e passaportes, facto que se repete nas suas páginas até à edição de 1947. O *Anuário Comercial do Porto*, publicado em 1933, informava sobre o seu ramo de negócio nos mesmos termos – agências de passagens e passaportes – e, além do endereço da firma, indicava também o número telefónico – 1171 – tendo esse serviço de comunicação sido inaugurado no país há pouco mais de um par de anos.

Por esta altura, o irmão Aníbal era reconhecido, já em 1931, como “importante negociante da praça do Porto”, segundo palavras do periódico *Semana Tirsense*, e posteriormente alargou os seus negócios a outros setores, como comprovam o *Almanaque Comercial do Porto* para 1943 e o *Anuário Comercial de Portugal* para 1946.

Era na Casa Abreu que desenvolvia a sua atividade profissional predominante, substituindo o irmão nas suas ausências, aliás frequentes, por razões de saúde. Em 1939, Aníbal assumiu a direção da firma por dois períodos de 90 dias cada, em virtude de Augusto se ausentar para realização de tratamentos médicos, repetindo-se tal substituição por igual período de tempo no ano seguinte, e outro de 120 dias, em 1941. Nos ofícios de deferimento destas licenças prolongadas de Augusto Abreu que a Polícia de Vigilância e Defesa do

POLÍCIA DE VIGILANCIA E DEFESA DO ESTADO
SERVIÇOS DE EMIGRAÇÃO
LISBOA

Lisboa, 16 de Dezembro de 1937

Ex.º Sr. Governador Civil
do
PORTO
GOVERNO CIVIL DO PORTO

15253
N.º
Sec. N.º E/35

Ex.º Sr. ENTRADA N.º 4676
Em 17 de Dezembro de 1937

Para os devidos efeitos comunico a V. Ex.ª que foi concedido Alvará de Licença para exercer a indústria de agente de passagens e passaportes ao Sr. Augusto Lopes Vieira de Abreu, rogando a V. Ex.ª se digne tomar nota das indicações que a seguir se fornecem:

Nome da agencia " Agencia Abreu "

Alvará N.º 300, passado em 15 de Dezembro de 1937
válido até 17 de Dezembro de 1938

Séde da agencia: distrito Porto
concelho Porto
freguesia
logar ou R.

VB

A Bem da Nação

O Director-Adjunto

Mod. 122-A - Exp. 2400-112-28

POLÍCIA DE VIGILANCIA E DEFESA DO ESTADO

SERVIÇO DA REPÚBLICA

N.º 3976

Proc.º E/35

Ex.º Sr. Governador Civil do
PORTO

Roga-se que na resposta se indiquem os números e data deste officio.

Para conhecimento desse Governo Civil, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que foi deferido o requerimento do agente de passagens e passaportes Augusto Lopes Vieira de Abreu, com agencia nessa cidade, pedindo a concessão de 90 dias de licença a fim de se ausentar do seu escritório para tratamento da saúde, sendo substituído durante a ausencia, pelo seu irmão e empregado Anibal Lopes Vieira de Abreu.

A Bem da Nação

Lisboa, 4 de Março de 1939.

Pelo Director

VB

GOVERNO CIVIL DO PORTO
2.ª SECÇÃO
Reg. sob o N.º 54 em 6 de Junho de 1939

MOD. 122A - Exp. 2400-112-28

Estado (PVDE) enviava ao Governo Civil do Porto, dizia-se que ele era substituído "pelo seu irmão e empregado Aníbal Lopes Vieira de Abreu".

Nesta altura trabalhavam com os irmãos Abreu dois colaboradores, Hugo Madureira da Fonseca e Agostinho Leite, num total de quatro operadores que garantiam todo o serviço da firma. Em documentos vários (designadamente certidões, certificado de registo criminal, etc.) consta como profissão de qualquer um dos irmãos "industrial".

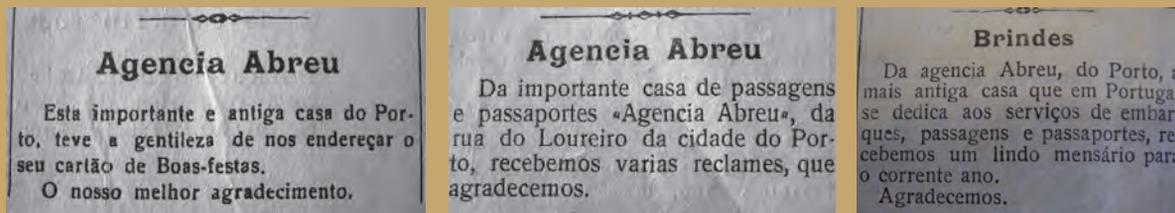
Segundo os registos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a 1 de janeiro de 1937 existiam em Portugal 93 agentes de passagem e passaportes habilitados pelos Serviços de Emigração da PVDE que concediam os respetivos alvarás e licenças anuais para o exercício da "indústria de agente de passagens e passaportes". Como seria de esperar, a zona norte e centro do país registava a maior concentração de operadores nesta área de serviços, que eram mesmo inexistentes em vastas zonas do sul. O distrito com maior número de agentes era o de Aveiro, com dezoito, e o distrito com menor número de agentes era o de Santarém, apenas com um. No distrito do Porto estavam registados catorze agentes de passagens e passaportes, nove deles localizados na cidade do Porto, entre os quais se incluía Augusto Lopes Vieira de Abreu.

Alvará concedido a Augusto Lopes Vieira de Abreu, para exercer a "indústria de agente de passagens e passaportes", 15.12.1937

Licença concedida a Augusto Lopes Vieira de Abreu para se ausentar por 90 dias e ser substituído por seu irmão Anibal Lopes Vieira de Abreu 4.3.1939



▼ Agradecimentos publicados no jornal *Semana Tirsense*, anos 1930



Quadro n.º 4
Agentes de passagens e passaportes em Portugal (1937)

Agências por distrito	Agências por concelho	Agências por distrito	Agências por concelho
Aveiro (18)	Águeda – 2 Albergaria-a-Velha – 1 Anadia – 2 Arouca – 1 Aveiro – 1 Espinho – 1 Estarreja – 1 Ílhavo – 2 Murtoza – 2 Oliveira de Azeméis – 1 Ovar – 3 Vale de Cambra – 1	Leiria (3)	Ansião – 1 Leiria – 1 Pombal – 1
Braga (3)	Braga – 2 Barcelos – 1	Lisboa (8)	Lisboa – 8
Bragança (3)	Bragança – 1 Macedo de Cavaleiros – 1 Vinhais – 1	Porto (14)	Amarante – 1 Penafiel – 2 Porto – 9 Póvoa de Varzim – 2
Coimbra (9)	Cantanhede – 1 Coimbra – 3 Figueira da Foz – 1 Mira – 2 Oliveira do Hospital – 1 Penacova – 1	Santarém (1)	Ourém – 1
Faro (2)	Faro – 1 Loulé – 1	Viana do Castelo (3)	Monção – 1 Ponte de Lima – 1 Viana do Castelo – 1
Funchal (3)	Funchal – 3	Vila Real (4)	Chaves – 2 Vila Pouca de Aguiar – 1 Vila Real – 1
Guarda (7)	Celorico da Beira – 1 Figueira de Castelo Rodrigo – 1 Fornos de Algodres – 1 Gouveia – 1 Guarda – 2 Seia – 1	Viseu (15)	Carregal do Sal – 1 Cinfães – 2 Mangualde – 3 Moimenta da Beira – 1 Nelas – 1 Penalva do Castelo – 1 Santa Comba Dão – 1 São Pedro do Sul – 1 Tondela – 1 Vila Nova de Paiva – 1 Viseu – 2

(Fonte: PVDE – *Serviços de Emigração. Relação dos Agentes de passagens e passaportes habilitados em cada Distrito, referida a 1 de janeiro de 1937*)

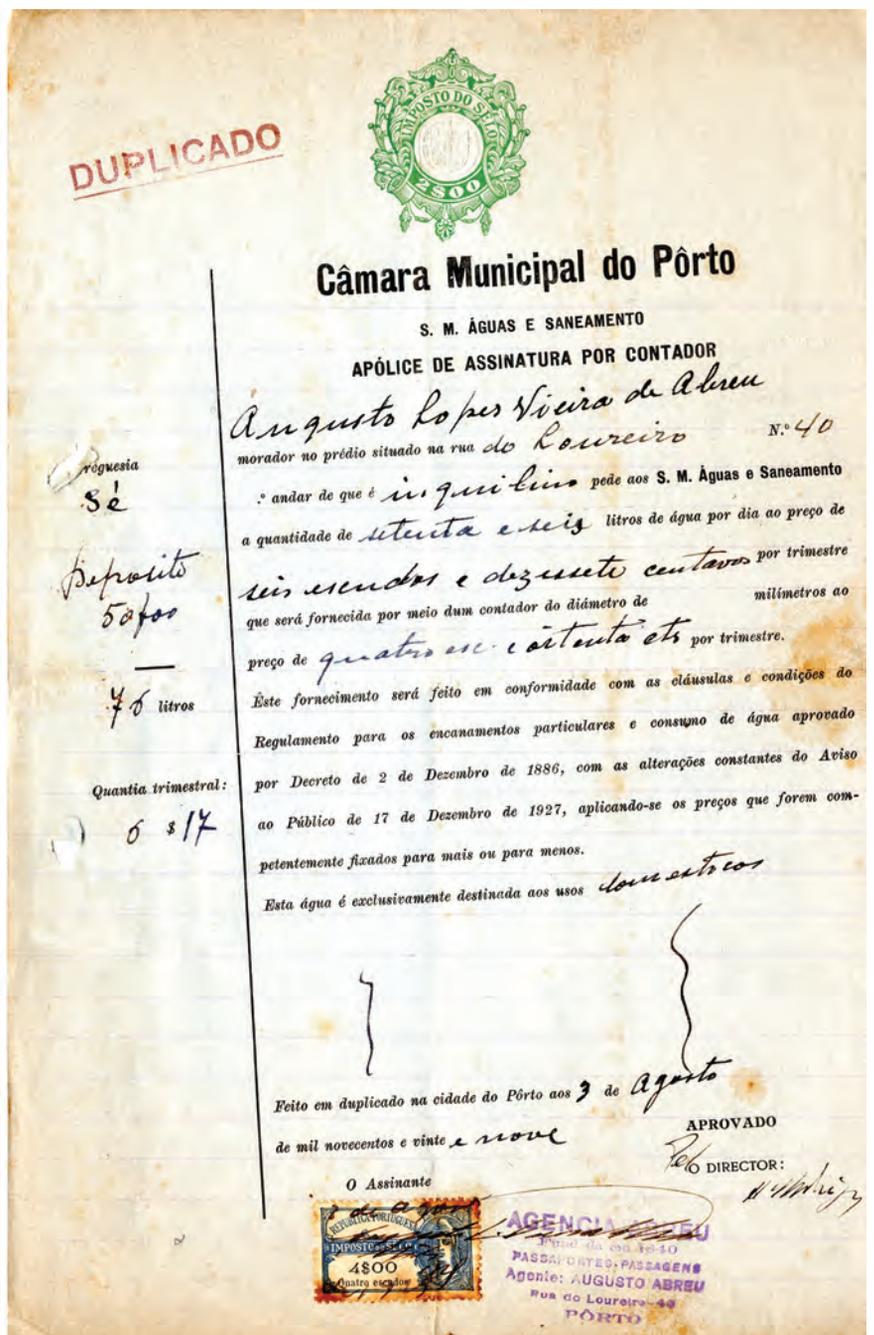
Vide documento original no fecho da página seguinte ►

Entretanto, surgia expressamente a designação "Agência Abreu", utilizada em documentos de natureza diversa, mas também na imprensa periódica.

Numa apólice de assinatura por contador, datada de 3 de agosto de 1929, Augusto Lopes Vieira de Abreu, inquilino da Rua do Loureiro n.º 40, solicitou aos Serviços de Águas e Saneamento da Câmara Municipal do Porto a quantidade de 76 litros de água por dia ao preço de seis escudos e dezassete centavos e o aluguer do respetivo contador ao preço de quatro escudos e oitenta centavos, ambos por trimestre; o requerente assinou sobre uma estampilha fiscal e um carimbo que identificava a firma desta forma:

"AGÊNCIA ABREU
Fundada em 1840
Passaportes – Passagens
Agente: AUGUSTO ABREU
Rua do Loureiro-40
PORTO".

O *Jornal de Santo Tirso*, em 24 de dezembro de 1931, noticiava o casamento de Aníbal Lopes Vieira de Abreu, que havia sido celebrado no dia 20 daquele mês, apresentando-o como sócio da importante casa comercial Agência Abreu, do Porto. No ano seguinte, vários periódicos, como o hebdomadário *Semana Tirsense*, referiam que tinham recebido brindes (mensários, por exemplo) e cartões de boas-festas da Agência Abreu, segundo um deles, "a mais antiga casa que em Portugal se dedica aos serviços de embarques, passagens e passaportes". Esta era também a designação da firma em numerosos documentos oficiais, como a parte do Governo Civil do Porto, a partir do final da década de 1930.

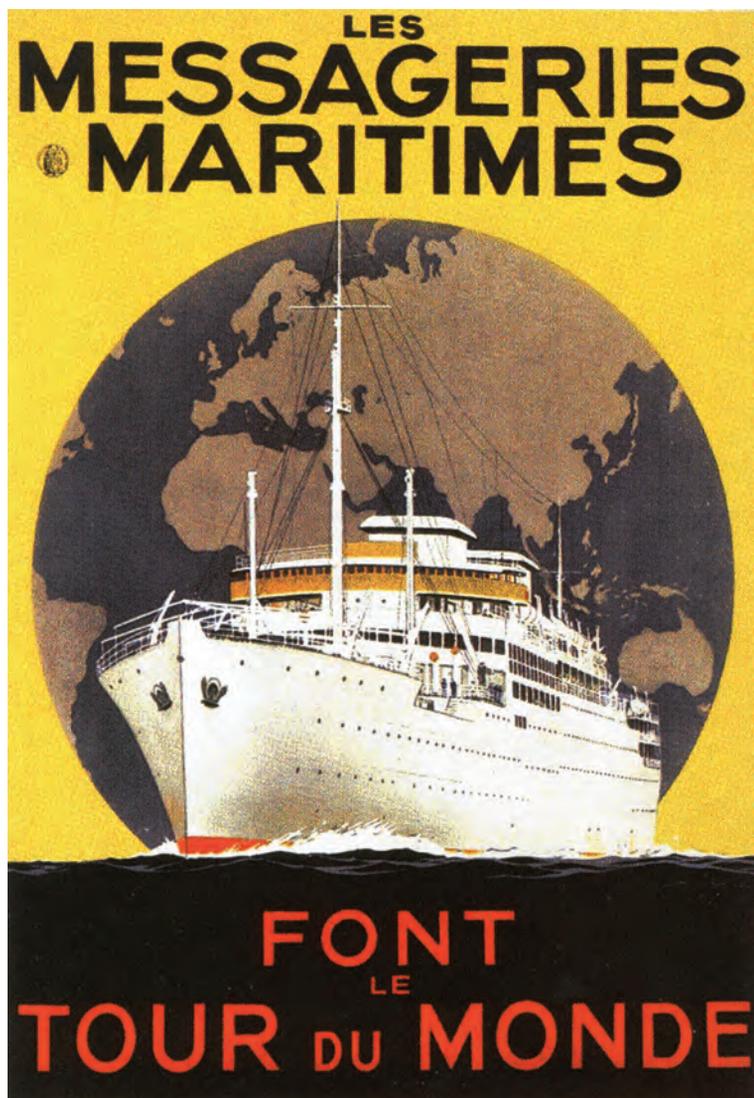


Apólice de Assinatura por Contador (de água), assinada e com carimbo de Augusto Abreu, 3.8.1929

POLICIA DE VIGILANCIA E DEFESA DO ESTADO
SERVICIOS DE EMIGRACAO

Relação dos Agentes de Passagens e Passaportes habilitados em cada Districto, referida a 1 de Janeiro de 1937

AVIRO			LEIRIA		
Alvará n.º	Válido até	Local da Agência	Alvará n.º	Válido até	Local da Agência
Amaro Braganhinho.....	170 28 - 5 - 937	Aveiro	Mannel Soares Maia.....	219 30-11-937	Leiria
Adelino Bastos.....	194 24-10-937	Albergaria-a-Velha	Alfredo Gonçalves.....	176 15-7-937	Ancim
Abilio José Marques Ramos.....	174 26-6-937	Martosa	Francisco Dias Mira.....	169 28-5-937	Pombal
Domingos Luis da Conceição.....	252 15-11-937	Agueda	LEBROA		
António de Almeida.....	175 2-7-937	Agueda	António Duarte.....	190 1-10-937	Lebrosa
Joaquim de Almeida.....	188 22-9-937	Agueda	António Rodrigues.....	129 16-7-937	"
Armando Ramos Pereira.....	128 8-1-937	Espinho	António Louçã de Oliveira.....	137 6-2-937	"
Jaime Paulo.....	164 7-5-937	Agueda	Gabriel Luis.....	158 3-4-937	"
Serafim Tavares Alves.....	191 10-10-937	Arouca	José Ferreira Junior.....	144 27-2-937	"
João Augusto da Costa.....	166 21-5-937	Estarreja	José Ramos Coelho.....	136 6-2-937	"
João Nunes Vianini.....	160 23-4-937	Ilhavo	Piedade de Jesus Beato.....	156 14-9-937	"
Bento Francisco Capelo Telga.....	206 21-11-937	"	Bento Gasparino Matias.....	140 16-2-937	"
José António Rodrigues d'Almeida.....	130 16-1-937	Ovar	PORTO		
José Augusto Rodrigues Pinho.....	195 28-10-937	"	Alberto Pinto da Silva Junior.....	213 10-11-937	Porto
Mannel Marques Branco.....	212 12-12-937	"	António Coelho da Costa.....	127 7-1-937	"
Alberto Teixeira de Sousa.....	185 10-9-937	Arouca	Augusto Lopes Vieira de Abreu.....	213 17-12-937	"
Mannel de Bastos Junior.....	128 5-1-937	Oliveira de Azemeis	Joaquim Moreira.....	217 31-12-937	"
José Maria Soares Gomes.....	134 2-2-937	Vale de Cambra	Mannel Pinto de Carvalho.....	146 2-3-937	"
BRAGA			Alfonso Soares Ribeiro.....	153 28-8-937	"
Alfredo Pedreira de Almeida.....	207 21-11-937	Braga	Joaquim Lopes Chaves Junior.....	126 27-6-937	"
João Maria de Barros.....	138 13-2-937	Barcelos	Artur Ferreira.....	178 1-8-937	"
João de Sousa Pimenta.....	145 1-3-937	Barcelos	António Augusto Ribeiro.....	169 10-5-937	"
BRAGAÇA			Fernando Sá Reis.....	165 10-5-937	"
Alvaro José Vaz.....	172 16-6-937	Bragaça	Mannel Coelho da Costa Junior.....	106 31-10-937	Amarante
Hermenegildo Quadrado.....	156 17-3-937	Macedo de Cavaleir.	Joaquim Fernandes.....	181 21-8-937	Povoa de Varzim
Domingos António da Ponte.....	173 20-6-937	Vinhais	Mannel Moreira de Castro.....	214 22-12-937	"
COIMBRA			SANTAREM		
Francisco António Diaz.....	198 2-11-937	Coimbra	Carlos Pereira Santos.....	162 29-4-937	Vila Nova d'Ouren
Gregório da Silva Penado.....	132 21-1-937	"	VIANA DO CASTELO		
Albertino de Brito Miranda.....	159 22-4-937	"	Baltazar Ribeiro da Silva.....	184 2-9-937	Viana do Castelo
Albino António de Oliveira.....	150 12-3-937	Mira	Carlos Fernandes de Lima.....	201 15-11-937	Pointe do Lins
Augusto Ribeiro Dias.....	192 12-10-937	"	Mannel Ribeiro Veloso.....	131 16-1-937	Monsão
José de Brito.....	215 30-12-937	Oliveira do Hospital	VILA REAL		
Eugenio Fernandes.....	161 29-4-937	Pencova - Chejo	José Benedito Morais Serrão.....	187 30-9-937	Vila Real
Alberto Viegas Burdig.....	167 22-5-937	Figueira da Foz	António Correia de Faria.....	139 12-9-937	Charves
Horácio António de Oliveira.....	177 24-7-937	Castanheide	Anibal Dias Montezinho.....	211 8-12-937	"
FARO			Fernando Heitor d'Andrade Gomes.....	208 29-11-937	Vila Pouca de Aguiar
Joaquim Pereira Junior.....	218 31-12-937	Faro	VISEU		
José do Pilar Taxinha.....	182 23-8-937	Loulé	António Dias.....	210 31-12-937	Viseu
FUNCHAL			José Sílvio Correia Junior.....	203 7-11-937	"
Joaquim Marques Ferraz Simões.....	148 7-3-937	Funchal	Armando de Sousa Franco.....	149 11-3-937	Santa Comba Dão
Albino Marques Ferraz.....	171 2-6-937	"	Domingos Marques Pinto.....	141 20-2-937	Mangualde
João Soares Dentis.....	135 2-6-937	"	Simplicio Rodrigues Marques.....	135 17-9-937	"
GUARDA			António Rodrigues d'Albuquerque.....	157 28-3-937	"
João Francisco Franco.....	169 7-11-937	Guarda	António Augusto Rodrigues Silva.....	179 14-8-937	Momentada da Beira
Branko Lopes de Pina.....	204 16-11-937	"	João de Matos Pereira.....	139 14-2-937	Tondela
António Fogue Gêris Real.....	168 24-3-937	Gouveia	José Gouveia Castanheira.....	152 10-3-937	Faia da Telha - Carregal do Sal
Francisco Saraiva.....	197 2-11-937	Celorico da Beira	Mário d'Almeida Ferreira.....	133 1-2-937	Nelas
Fernando Homem de Melo.....	193 2-2-937	Fornos de Algodres	Sebastião Lopes.....	154 16-3-937	Vila Nova de Paiva
Rita Borges Barbosa.....	147 2-3-937	Ceja	Américo Correia de Paiva.....	93 22-10-937	S. Pedro do Sul
José Joaquim Pêgo.....	180 21-8-937	Fig. de Cast. Rodrigo	Alvaro Joaquim da Costa.....	142 28-2-937	Silves
			José Ferreira Pinto de Oliveira.....	153 10-3-937	"
			Pedro Bernardino d'Almeida.....	151 14-3-937	Castelo - Foz do Castelo
			TOTAL	93 AGENTES	



Cartaz,
1925

Assim, tudo indica que antes da legalização desta denominação, que só ocorreu em 1962, já a Casa era assim conhecida, podendo dizer-se que é a partir de 1940, ano do centenário da firma, que a designação se generalizou.

Justamente para assinalar essa efeméride, *O Comércio do Porto*, a 7 de abril de 1940, publicou uma notícia sob o extenso título “Um século de vida comercial. A reputada e conhecida Agência Abreu comemora, este ano, 100 anos de trabalho honesto”. Referia-se aí que a fundação da Empresa remontava ao ano de 1840, por Bernardo Luís Vieira de Abreu, cuja fotografia acompanha o texto que, após breve menção aos seus sucessores, afirmava que os bisnetos de Bernardo de Abreu, Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu, “nos ramos industrial e bancário têm desenvolvido uma notável e proficiente atividade”, honrando o nome da distinta família e “mantendo em grau de prosperidade notável e de conceito alevantado a acreditada Agência Abreu”. Depois de salientar o crédito que a Agência detinha junto do público português e o “alto conceito de que goza no estrangeiro”, a notícia fechava com uma nota de destaque para a relevância desta Empresa a nível da cidade, mas também do país, concorrendo para o seu crescimento económico:

Tão importante estabelecimento constitui orgulho legítimo para o Porto – por contar dentro dos seus muros a mais antiga e mais importante agência de passagens do País – e para a Nação, por contribuir enormemente, pela sua longevidade e pela sua honestidade, para o prestígio do comércio nacional e engrandecimento da economia portuguesa.

Se *O Comércio do Porto* comemorava a centenária efeméride da Agência Abreu com esta notícia em 7 de abril, já Ercílio de Azevedo, na sua rubrica “Memória dos anos 40”, publicada em *O Tripeiro*, em 1992, apontava o dia 6 desse mês de 1940 para evocar:

A Agência Abreu, fundada há cem anos por Bernardo Luís Vieira de Abreu, está em festa. Depois daquele difícil começo no prédio número 40 da Rua do Loureiro, a instituição prosperou sempre e hoje encontram-se à frente dela os bisnetos do fundador, Aníbal e Augusto de Abreu.

Todavia, o 100.º aniversário da Casa Abreu não foi reconhecido e comemorado exclusivamente no restrito círculo portuense. Foi-o a nível nacional, beneficiando da conjuntura política da comemoração do Duplo Centenário que o regime celebrou em 1940, evocando as datas históricas da fundação do país (1140) e da restauração da sua independência (1640)¹, ato comemorativo que teve o seu principal expoente na Exposição Histórica do Mundo Português, realizada em Lisboa, na zona de Belém, entre junho e dezembro. Mas, em bom rigor, os festejos efetuaram-se um pouco por todo o país e mobilizaram os mais diversos setores de atividade, inclusive as forças representativas do comércio e da indústria. Assim, as associações destes ramos de atividade compilaram, com as dificuldades inerentes, o rol das empresas que há mais de um século se encontravam a laborar no país para integrarem o programa festivo de 1940.

Nesta conformidade, em 8 de julho desse ano, o presidente da Associação Comercial do Porto enviou ao seu congénere de Lisboa, em resposta ao ofício que este lhe remetera em 15 de junho, “a lista, tão completa quanto possível², das casas comerciais centenárias da praça do Porto e a indicação da data de fundação”.

Sem surpresa, a Agência Abreu figurava nesse documento que apon-tava distintamente o ano em que fora

UM SÉCULO DE VIDA COMERCIAL

A REPUTADA E CONHECIDA

AGENCIA ABREU

**comemora, este ano, 100
anos de trabalho honesto**

Em época de vidas fugazes para pessoas e organizações, não é coisa tão fácil como possa parecer um estabelecimento, por mais indestrutível que a princípio pareça, atingir a casa dos 100 anos. É a comprovar esta afirmação, quantos casos autênticos, quantas duras realidades a vida hodierna, dia a dia, nos oferece.

Prestar, por isso, homenagem a uma organização que completa 100 anos de existência, é obrigação que



Bernardo Luís Vieira de Abreu,
fundador da Agência Abreu, em 1840,
e bisavô dos actuais proprietários

estabelecimento comercial no prédio n.º 40 da velha rua do Loureiro, que, desde 1840, tem desenvolvido acção notável. Transitando de pais para filhos, a «Agência Abreu» cada vez se tem imposto mais à admiração e ao conceito gerais, bem manifestados na preferência que o público lhe dá.

Ao primitivo fundador, sucederam o sr. Daniel Luís Vieira de Abreu e seu filho sr. Aníbal Vieira de Abreu. As pisadas honestas do fundador, são hoje seguidas, pelos bisnetos daquele, srs. Aníbal Lopes Vieira de Abreu e seu irmão, Augusto Lopes Vieira de Abreu, que nos ramos industrial e bancário têm desenvolvido notável e proficiente actividade, honrando, por isso, altamente o nome da distinta e conhecida família a que pertencem e mantendo em grau de prosperidade notável e de conceito alevantado a acreditada «Agência Abreu».

Focar a obra verdadeiramente grandiosa realizada no longo espaço de 100 anos, pela «Agência Abreu», enaltecer as figuras dos homens que têm presidido aos seus destinos, sempre com lúcida compreensão dos seus deveres de honrar a memória de Bernardo Luís Vieira de Abreu, é tarefa desnecessária, porque o público português e o alto conceito de que goza no estrangeiro achá-la-iam pleonástica, porque os seus créditos estão devidamente cimentados.

Apenas convém dizer que tão importante estabelecimento constitui orgulho legítimo para o Porto — por contar dentro dos seus muros a mais antiga e mais importante agência de passagens do país — e para a Nação, por contribuir enormemente, pela sua longevidade e pela sua honestidade, para o prestígio do comércio nacional e engrandecimento da economia portuguesa.

a todos impende, pois o alto merecimento deve ser tido sempre no conceito devido.

E a ser assim, nada mais justo do que prestar a homenagem devida à conhecidíssima e conceituada «Agência Abreu», a mais importante casa de passagens que comemora, este ano, o centenário da sua fundação.

Há 100 anos que o saudável Bernardo Luís Vieira de Abreu, pertencente à distinta família Vieira de Abreu, fundou aquele importante

1. Após uma crise dinástica, Portugal esteve sob o domínio da monarquia espanhola de 1580 a 1640, recuperando a independência no dia 1.º de dezembro desse ano através de uma conspiração liderada pelo duque de Bragança, que inaugurou uma nova dinastia tornando-se Rei de Portugal (D. João IV).

2. A lista era constituída por 38 casas comerciais e industriais.



CASAS CENTENÁRIAS
Ano da sua fundação.

C. N. Kopke & C ^o , Ltd.	1638
Warre & C ^o	1670
Croft & C ^o	1678
Charles Harris & C ^o	1680
Taylor, Fildgats & Yeatman	1692
Morgan Bros.	1715
Butler Nephew & C ^o	1730
Hunt, Roope & C ^o	1735
Offlay Forrester, Ltd.	1737
J. W. Burnester & C ^o , Lda.	1750
Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto	1761
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro	1766
Farmacia Lemos	1780
Smith, Woodhouse & C ^o	1784
Martines Gassiot & C ^o	1790
Sandeman & C ^o	1790
Antonio José da Silva & C ^o , Lda.	1813
Cockburn Smithes & C ^o , Ltd.	1815
Feuerherd Bros. & C ^o , Ltd.	1815
Guimaraens & C ^o	1815
W. & J. Graham & C ^o	1820
Guilherme Graham Jor. & C ^o	1822
Farmacia Falco	1828
José de Melo & C ^o	1828
Araújo & Sobrinho, Sucrs.	1829
Vieira, Leão & C ^o	1829
Joaquim Pinto Leite & Filhos	1830
Companhia de Seguros Sagurança(hoje integrada na Douro)	1835
A. Barbosa da Fonseca, Filho	1839
Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filhos	1839
Wandschneider & C ^o , Ltd.	1839
Agencia Abreu	1840
Andrade Nello, Lda	1840
Fabrica do Carvalhinho	1840
Farmacia Ferreira & Irmão	1840
João Thomaz Cardoso & Filhos, Sucrs. Lda.	1840

O Chefe da Secretaria,

Relação das Casas Centenárias do Porto enviada ao presidente da Associação Comercial de Lisboa, 8.7.1940

criada – 1840. Aliás, em 27 de setembro desse ano, Augusto Lopes Vieira de Abreu dirigiu ao referido presidente da Associação Comercial do Porto uma missiva com os elementos solicitados à sua Empresa, a saber, data da fundação, nome do fundador, sucessão e atuais sucessores, acrescentando ainda algumas informações que espelhavam a sua convicção na especificidade do ramo de negócios em que trabalhava, bem como o brio na ética e distinção da Agência que liderava:

**Excerto da carta de Augusto Abreu
ao Presidente da Associação Comercial do Porto**

Parece constituir já caso bastante curioso e raro o facto de durante o espaço de um século, a Firma se encontrar não apenas nas mãos da mesma família, mas até nas de descendentes diretos do fundador.

De resto, uma existência de 100 anos sem mácula adentro duma classe como esta, sempre tão abalada por toda a espécie de reformas e legislações, dá a esta Firma foros verdadeiramente especiais, que a tornam merecedora do orgulho do comércio portuense.

Por isso espero V.^a Ex.^a se dignará dar a esta Casa o lugar de destaque que ela merece na homenagem a prestar às Firms Centenárias.

(Fonte: Arquivo da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Documento avulso, 27.9.1940³)

A homenagem às casas centenárias do país que o presidente da Associação Comercial do Porto aplaudia, disponibilizando a direção da ACP para colaborar na realização de “tão justa consagração”, teve lugar em vários momentos e locais, como se constata no documento seguinte, que reflete a retórica nacionalista da época:



Cartaz, 1930

3. Este ofício constitui um dos raros documentos da época em papel timbrado da Agência que chegou aos nossos dias, o que torna possível constatar que a Abreu designava então o seu negócio como “passagens, passaportes, comissões, consignações e conta própria”, indicando ainda que era representante da Compagnie Européenne d’Assurance des Marchandises et des Bagages e que vendia passagens em 26 Companhias de Navegação: The Royal Main Steam Packet C.e; Rotterdamsche Lloyd; Sud Atlantique; Chargeurs Réunis; Hamburg America Line; Norddeutscher Lloyd Bremen; Nelson Line, Hamburg Südamerikanische; Dampschiffahrts Gesellschaft; Lamport & Holt Line; Booth Line; Cosulich Line; Fabre Line; The Pacific Steam Navigation C.e; Transatlantica Italiana; Compagnie Général Transatlantique; Companhia Colonial de Navegação; Companhia Nacional de Navegação; White Star Line; United States and Levant Line, L.da; Lloyd Brasileiro; Lloyd Royal Belge; Italian Line; Holand-America Line; Cunard White Star; Blue Star Line.

AGENCIA ABREU

FUNDADA EM 1840 — A MAIS ANTIGA DO PAIZ

AV. DO LOUREIRO N.º 40
TELEFONE, 1171

PASSAGENS-PASSAPORTES

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES
E CONTA PRÓPRIA

REPRESENTANTE DA

COMPANHIE EUROPÉENNE D'ASSURANCE DES
MARCHANDISES ET DES BAGAGES"

AGÊNCIA DE PASSAGENS NAS COMPANHIAS
DE NAVEGAÇÃO:

THE ROYAL MAIL STEAM PACKET C.º

ROTTERDAMSCHÉ LLOYD

SUD ATLANTIQUE

CHARGEURS RÉUNIS

HAMBURG AMERICA LINE

NORDEUTSCHER LLOYD BREMEN

NELSON LINE

HAMBURG SUDAMERIKANISCHE

DAMPSCHEFFFAHRTS GESELLSCHAFT

LAMPORT & HOLT LINE

BOOTH LINE

COSULICH LINE

FABRE LINE

THE PACIFIC STEAM NAVIGATION C.º

TRANSATLANTICA ITALIANA

COMPAGNIE GÉNÉRAL TRANSATLANTIQUE

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

WHITE STAR LINE

UNITED STATES AND LEVANT LINE, L.DA

LLOYD BRASILEIRO

LLOYD ROYAL BELGE

ITALIAN LINE

HOLAND-AMERICA LINE

CUNARD WITHE STAR

BLUE STAR LINE

Recebido: 28/9/1940
Respondido: / /

Pôrto, 27 de Setembro de 1940

Exm.º Snr. Presidente da
"ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PÔRTO"
PÔRTO

Exm.º Snr.

Foi recebida a honrosa carta de Va.
Ex.ª datada de hoje em que são solicitados a esta
Firma elementos relativos ao seu centenário;
e são êsses elementos que gostosamente vimos, a
seguir fornecer a Va. Ex.ª..

DATA DA FUNDACÃO----Ano de 1840

NOME DO FUNDADOR----Bernardo Luiz Vieira de
Abreu

SUCCESSÃO-----Daniel Luiz Vieira de
Abreu (filho do fundador)
Anibal Vieira de Abreu
(neto do fundador)

ACTUAIS SUCESSORES--Augusto Lopes Vieira de
Abreu e Anibal Lopes Vi-
eira de Abreu (bisnetos
do fundador).

Parece constituir já caso bastante
curioso e raro o facto de durante o espaço dum
século a Firma se encontrar não apenas nas mãos da mesma familia,
mas até nas de descendentes directos do fundador.

De resto uma existencia de 100 anos
sem mácula adentro duma classe como esta sempre tão abalada por tô-
da a espécie de reformas e legislações, dá a esta Firma fóros verda-
deiramente especiais, que a tornam merecedora do orgulho do comércio
portuense.

Porisso espero Va. Ex.ª. se dignará
dar a esta Casa o lugar de destaque que ela merece na homenagem a
prestar ás Firmas Centenárias.

Antecipadamente gratos a Va. Ex.ª.
temos a honra de apresentar-lhe os protestos da nossa mais subida
consideração.

Augusto Lopes Vieira de Abreu

Homenagem ao Comércio e à Indústria Centenários de Portugal (19.11.1940)

Para celebrar a cooperação do Comércio e da Indústria no engrandecimento da Nação na hora em que se comemoram os Centenários da sua Fundação e da sua Independência, a Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio, a Associação Comercial do Porto, a Associação Industrial Portuense e a Associação Industrial Portuguesa, tomaram a iniciativa de realizar uma homenagem às Casas Centenárias de Comércio e da Indústria de todo o País, – iniciativa que amplia a que em 1937 foi publicamente prestada pela primeira destas associações às mesmas Casas da praça de Lisboa. E, na verdade, se, com justiça, têm sido exaltados os esforços de todos os que ajudaram a edificar a Nação e foram obreiros da sua glória, de justiça é também que se recordem aqueles herdeiros das tradições dos Mercadores e Fabricantes que tão preponderantemente radicaram a obra gigantesca de Portugal na Civilização do Mundo, e que esse preito recaia nas firmas comerciais e industriais que há séculos sobrevivem – algumas desde os séculos XV e XVII – com honra para a sua profissão e para o seu civismo.

Essa homenagem consta de uma sessão solene na Associação Comercial de Lisboa e do Ato de Consagração das Casas Centenárias que terá lugar na Exposição do Mundo Português, cerimónias a que se dignará presidir o venerando Chefe do Estado e para as quais temos a honra de enviar a V. Ex.as os respetivos convites.

Estas comemorações serão encerradas por um grande banquete oferecido às Casas Centenárias de Comércio e da Indústria do Império, que, sob a presidência de Sua Excelência o Ministro da Economia, se realizará no Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português.

As cerimónias na Exposição do Mundo Português (Ato de Consagração e Banquete) terão lugar nos dias 29 e 30 de novembro.

E estando certos de que esta iniciativa não deixará de merecer o aplauso de V. Ex.as e de que a desejarem honrar tomando parte também no banquete, rogamos o favor do preenchimento do talão junto.

Associação Comercial de Lisboa
O Presidente
Joaquim Roque da Fonseca

Associação Comercial do Porto
O Presidente
António de Oliveira Cález

Associação Industrial Portuense
O Presidente
Mário Borges

Associação Industrial Portuguesa
O Presidente
José Maria Álvares

(Fonte: Arquivo da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Documento avulso, 19.11.1940)



HOMENAGEM
AO
COMÉRCIO E INDÚSTRIA
CENTENÁRIOS DE PORTUGAL

- 25 de Novembro
às 21,30 horas Sessão solene, com a assistência de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e do Governo, na Associação Comercial de Lisboa e Câmara de Comércio — a mais antiga associação económica do País, fundada em 1834 — para início das comemorações do COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA nos CENTENÁRIOS NACIONAIS. Inauguração do CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ECONÓMICA da Associação Comercial de Lisboa.
- 29 de Novembro
às 15 horas Visita ao Bairro Comercial e Industrial da EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES e à Nau Portugal, Nau do Comércio dos séculos XVII e XVIII.
- às 16 horas Romagem à Casa mais antiga do Bairro Comercial e Industrial, que é simultaneamente a mais antiga de Portugal dentro da mesma família e da mesma profissão.
- às 21,30 horas Consagração das Casas Centenárias do Comércio e da Indústria do Império Português. Sessão solene no Teatro da Exposição, durante a qual o Chefe do Estado se dignará distribuir diplomas comemorativos a todas as Casas com mais de cem anos, sendo prestada uma homenagem especial à firma mais antiga cuja fundação data de 1488.
- 30 de Novembro
às 16 horas Entrega de mensagens pelas Direcções das Associações Comercial de Lisboa, Comercial do Pôrto, Industrial Portuense e Industrial Portuguesa aos Senhores Presidentes da República e do Conselho de Ministros.
- às 21 horas Banquete de Homenagem às Casas Centenárias de Portugal, sob a presidência de Sua Excelência o Ministro da Economia, no Pavilhão de Honra da EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES.

*Editorial Império, Lda. — Rio de Solitare, 155 — LISBOA — 4000 ex.

Comércio e Indústria
Centenários
de Portugal

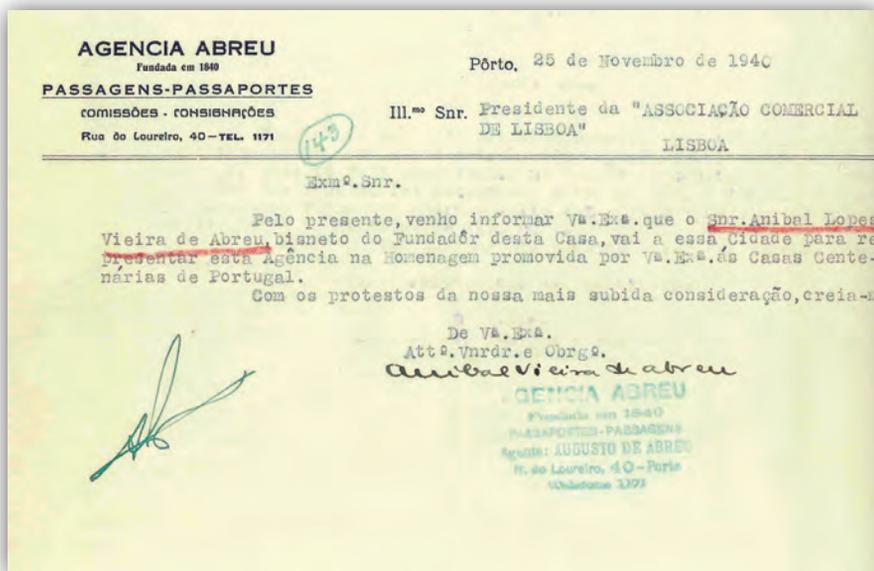
Associação Comercial de Lisboa
Associação Comercial do Pôrto
Associação Industrial Portuense
Associação Industrial Portuguesa

FIRMAS CENTENÁRIAS

DO

COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA DE PORTUGAL

- 1488 — Empresa do Cabrestante, Lda. — Funchal
1635 — [anterior a] Casa Batalha — Lisboa
1638 — C. N. Kopke & C., Ltd. — Pôrto
1670 — Warre & C. — Pôrto
1678 — Croft & C. — Pôrto
1680 — Quarles Harris & C. — Pôrto
1692 — Taylor, Fladgate & Treatman — Pôrto
1715 — Morgan Bros — Pôrto
1730 — Buller Nephew & C. — Pôrto
1730 — Leonor Rosa da Silva, Sucr. — Felgueiras
1732 — Livraria Bertrand — Lisboa
1735 — Hunt, Roope & C. — Pôrto
1737 — Offley Forrester, Ltd. — Pôrto
1738 — Fábrica de Massarelos da C. das Fábricas de Cerâmica Lusitânia — Pôrto
1745 — Cassart, Gordon & C. — Funchal
1750 — Fábrica de Papel do Engenho Velho de Manuel Moreira Alves Pimenta — Vila da Feira
1750 — J. W. Burmester & C., L. — Pôrto
1750 — Pinheiros & C. — Braga
1751 — Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Pôrto (Casa Ferrelinha) — Pôrto
1756 — Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro — Pôrto
1760 — Leacock & C., Ld. — Funchal
1760 — Leacock & C. (Wine) Ld. — Funchal
1762 — [anterior a] Farmácia da Calçada de Santana — Lisboa
1769 — Nacional Fábrica de Vidros — Marinha Grande
1771 — [anterior a] E. Pinto Basto & C., Ld. — Lisboa
1771 — Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar — Lisboa
1772 — [anterior a] Companhia do Papel do Prado (Fábricas do Prado e de Louisa) — Lisboa
1777 — Braz & Braz, Ld. — Lisboa
1777 — Farmácia Azevedo, Filho — Lisboa
1778 — Romão & C. — Lisboa
1780 — Farmácia Lemos — Pôrto
1781 — J. B. Fernandes & C., Ld. — Lisboa
1782 — Café Martinho da Arcada — Lisboa
1782 — Couto Mineiro do Cabo Mondego da Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego — Pôrto
1784 — Smith, Woodhouse & C. — Pôrto
1786 — [anterior a] Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — Lisboa
1787 — [anterior a] Estabelecimentos Harold — Lisboa
1787 — [anterior a] Garland, Laidley & C., Ld. — Lisboa
1787 — E. A. Rodrigues & C. — Lisboa
1787 — Phoenix Assurance Company, Ltd. — Lisboa
1790 — Martinez Gassiot & C., Ltd. — Pôrto
1790 — Sandeman & C. — Pôrto
1793 — Leite Abranches & C. (Sucr. José Ribeiro & Tavares) — Lisboa
1794 — Walsh Brothers (Vinhos), Ld. — Funchal
1795 — Farmácia Avelar — Lisboa
1798 — Bento José Pereira Júnior, Sucr. Alde P. Pereira Gomes de Melo — Lisboa
1797 — João Teotónio Pereira Júnior, Ld. — Lisboa
1798 — José de Sá Pereira, Ld. — Lisboa
1798 — Manuel Pinheiro Guimarães & C., Sucr. — Guimarães
1799 — Correia, Figueiredo & C., Sucr. — Vouzela
1799 — Leitões, Sobrinhos & C. — Lisboa
1800 — [anterior a] Guimarães & C. — Pôrto
1800 — Cutelaria Francisco Inácio dos Santos, Sucr. — Lisboa
1803 — José Maria Esteves d'Aguiar Sucr. — Braga
1804 — Casa Cristina — Pôrto
1804 — Vívra Macieira & Filhos — Lisboa
1805 — Centeno & Neves, Ld. — Lisboa
1806 — [anterior a] Farmácia de Manuel Nunes, antiga Botica do Padre Inácio — Lisboa
1807 — Levy & C. — Lisboa
1808 — [anterior a] Drogeria Azevedos — Lisboa
1808 — Companhia de Seguros «Bonança» — Lisboa
1808 — Guilherme Graham Júnior & C. — Lisboa
1809 — Fábricas Valceno & Colares — Lisboa
1809 — Ourivesaria Carvalho, Sucr. — Viana do Castelo
1810 — João José Afonso, Sucr. Alves do Brito — Viana do Castelo
1810 — Rita Augusta de Figueiredo & Filho, Sucr. — Castro Daire
1811 — Blandy's Madeiras, Ld. — Funchal
1811 — Café Restaurante Tavares — Lisboa
1811 — Fábrica de Vidro e Cristal «Gaiolatas», Ld. — Lisboa
1812 — Aureliano Fernandes, Sucr. — Guimarães
1813 — António José da Silva & C., Ld. — Pôrto
1814 — Cockburn Smithes & C. — Pôrto
1815 — António Bessa Leite & C. — Pôrto
1815 — Domingos Dias Machado, Sucr. — Ponta Delgada
1815 — Feuerherd Bros & C., Ld. — Pôrto
1817 — Custódio Perfeito, Ld. — Lisboa
1817 — M. V. de Fonseca — Lisboa
1819 — E. E. de Sousa & Silva, Ld. — Lisboa
1820 — Casa «Dominguinho», Sucr. António Junqueira — Braga
1820 — João Marfins Figueiras — Portimão
1820 — Júlio Augusto Cunha, Sucr., Ld. — Funchal
1820 — Manuel José dos Santos, Sucr. — Figueira da Foz
1820 — Terquínio T. da Câmara Lomelino, Ld. — Funchal
1820 — W. & J. Graham & C. — Pôrto
1821 — [anterior a] Pastelaria Ferrari — Lisboa
1821 — Banco de Portugal — Lisboa
1821 — Farmácia Franco — Lisboa
1822 — Cutelaria Policarpo — Lisboa
1822 — Teixeira Bastos, Ld. — Lisboa
1823 — Antiga Casa José Alexandre — Lisboa
1823 — Frederico Costa, Ld. — Lisboa
1823 — Viana, Coelho, Almeida & C. — Lisboa
1824 — Fábrica de Porcelana da Vista Alegre — Lisboa
1824 — Sálvio Neuparth — Lisboa
1824 — The Norwich Union Insurance Society, Ltd. — Lisboa
1825 — Francisco José Simões, Ld. — Lisboa
1825 — Manuel S. Loureiro Castro, Sucr. em Ct. — Pôrto
1825 — V. Abudharham & F. Ld. — Funchal
1826 — Estabelecimentos Alves Diniz & C. — Lisboa
1826 — Figueiredo, Ld. — Lisboa
1826 — Sirgaria Belo — Lisboa
1828 — Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filhos — Pôrto
1828 — Farmácia Felício — Pôrto
1828 — José de Melo & C. — Pôrto
1828 — Vívra Régo & Filhos, Sucr., Ld. — Funchal
1829 — Araújo & Sobrinho, Sucr. — Pôrto
1829 — Confeitaria Nacional — Lisboa
1829 — Salvador L. Torrinha — Vila Viçosa
1829 — Vieira Leão & C. — Pôrto
1830 — Mercadoria Carvalhinho de Azevedo & Fontinha — Viana do Castelo
1830 — Benaúde & C. — Lisboa
1830 — Farmácia de J. L. Correia da Fonseca, Sucr. — Beja
1830 — Joaquim Pinto Leite & Filhos — Pôrto
1831 — [anterior a] Bernardino Filhos & Ribeiro — Lisboa
1832 — Júlio Gomes Ferreira & C., Ld. — Lisboa
1832 — Restaurante Irmãos Unidos — Lisboa
1833 — Antiga Confeitaria Rosa Araújo — Lisboa
1833 — Antiga Latoaria Maciel — Lisboa
1833 — Sociedade Combista José Booniz — Lisboa
1834 — José da Conceição Guerra & Irmão — Elvas
1834 — José Maria da Fonseca, Sucr. Ld. — Lisboa
1834 — Senna, Ld. — Lisboa
1835 — [anterior a] Farmácia Almeida de A. M. Paula Santos — Viana do Castelo
1835 — Companhia de Seguros Fidelidade — Lisboa
1835 — Companhia de Seguros Segurança (integrada na Douro) — Pôrto
1835 — Correia & Irmão — S. João da Madeira
1835 — Farmácia Barral — Lisboa
1835 — João de Brito, Ld. — Lisboa
1836 — Fábrica de Cerâmica Constância, Ld. — Lisboa
1836 — Farmácia Baptista — Mação
1836 — J. A. de Oliveira Braga — Lisboa
1836 — Verol & C. — Lisboa
1837 — António Alves Martins Pereira — Guimarães
1837 — Confeitaria de Belém — Lisboa
1837 — Confeitaria Felisberta — Funchal
1837 — Farmácia Andrade — Lisboa
1839 — A. Barbosa da Fonseca, Filho — Pôrto
1839 — Augusto Valença, Sucr. da Oliveira Valença, F.ª & C.ª Viana do Castelo
1839 — Estabelecimento do Frutas de Carlota Pereira — Pôrto
1839 — Joaquim Teotónio Segurado Faria — Mour
1839 — Manuel da Cunha Machado, Filhos — Guimarães
1839 — Wandschneider & C., Ltd. — Pôrto
1840 — Agência Abreu — Pôrto
1840 — André de Melo, Ld. — Pôrto
1840 — António Moreira Rato & Filhos, Ld. — Lisboa
1840 — António Simões Paquete & C., Ld. — Évora
1840 — Azevedo & C., Sucr. — Ponta Delgada
1840 — Fábrica Cerâmica do Carvalhinho, Ld. — Vila Nova de Gaia
1840 — Farmácia Ferreira & Irmão — Pôrto
1840 — José Dias & Dias (Antiga Casa Campião — Lisboa
1840 — João Thomas Cardoso & Filho, Sucr., Ld. — Pôrto
1840 — Ourivesaria Confiança — Braga
1840 — Sapataria Carvalhal — Lisboa



"Memorando" da Agência Abreu, assinado por Aníbal Abreu, ao presidente da Associação Comercial de Lisboa, 25.11.1940

Em 25 de novembro, a Agência Abreu respondeu ao convite da ACL para participar nessa homenagem, informando que se faria representar por Aníbal Lopes Vieira de Abreu, "bisneto do Fundador desta Casa", justamente aquele que assumiu o "pelouro" de relações públicas da Empresa. E desse facto deu também conhecimento à presidência da Associação Comercial do Porto, à semelhança do que fizeram mais cinco firmas da cidade invicta.

Este tributo às mais antigas empresas portuguesas ainda em atividade ficou registado num programa impresso, que incluía a lista de 153 casas centenárias a nível nacional, e explicitava a repartição da homenagem pelos dias 25, 29 e 30 de novembro. Às 21,30 horas do dia 25, realizou-se a sessão solene na Associação Comercial de Lisboa, inaugurando-se então o Centro de Documentação Económica daquela associação; as atividades do dia 29 decorreram na Exposição do Mundo Português, durante a tarde com visitas – nomeadamente ao Bairro Comercial e Industrial, onde estavam representadas as associações do comércio e da indústria já referidas – e, à noite, com a Consagração das Casas Centenárias, no Teatro da

Exposição, onde o chefe do Estado distribuiu diplomas comemorativos a todas; finalmente, no dia 30, as direções das quatro associações envolvidas entregaram mensagens aos Presidentes da República e do Conselho de Ministros e, à noite, no Pavilhão de Honra da Exposição, teve lugar um banquete sob a presidência do ministro da Economia⁴.

Como seria de esperar, os órgãos da imprensa periódica deram ampla cobertura a estes acontecimentos, desde logo *O Comércio do Porto*, que acompanhou, passo a passo, a homenagem às Casas Centenárias. Além de transcrever os discursos então proferidos, através das suas notícias é possível corrigir alguns dados constantes do programa impresso; por exemplo, a sessão de consagração não se realizou no Teatro da Exposição mas sim no Pavilhão de Honra e não foi presidida pelo general Óscar Carmona mas pelo seu representante, general Amílcar Mota, enquanto o banquete do dia 30 teve início ao meio-dia e não às 21 horas, como anunciado⁵. A edição de 1 de dezembro deste diário portuense publicou na sua primeira página duas fotografias referentes a estas cerimónias: numa figurava o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, com os presidentes das quatro associações comerciais e industriais de Lisboa e do Porto na receção do Palácio de São Bento, retratando a outra a entrega dos

4. A documentação referida encontra-se no Arquivo da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

5. *O Comércio do Porto*. Porto, 30.11.1940, p. 3.



Cartaz, 1927

diplomas por Amílcar Mota aos representantes das empresas centenárias. De salientar é, contudo, a notícia que o jornal dedicou exclusivamente a uma destas empresas – a Casa Abreu:

A Secular Agência Abreu

Em 1840 – faz, portanto, precisamente um século, Bernardo Luís Vieira de Abreu, de uma distinta família, fundou uma agência de passagens e passaportes que, com a sua sede na Rua do Loureiro e sob a razão social de “Agência Abreu”, desde então tem sido considerada preciosa joia de família, passando, como herança muito querida, de pais para filhos.

Falecido o seu primeiro fundador sucederam-lhe os srs. Daniel Luís Vieira de Abreu e seu filho, o sr. Aníbal Vieira de Abreu. Seguindo a criteriosa orientação do seu fundador, são atuais proprietários da “Agência Abreu” os bisnetos daquele, srs. Aníbal Lopes Vieira de Abreu e Augusto Lopes Vieira de Abreu que têm evidenciado grande actividade nos ramos industrial e bancário.

De 1840 a 1880 foi a única Casa do género em todo o País⁶.

Na impossibilidade de descrever toda a obra importantíssima da “Agência Abreu”, queremos salientar, todavia, que a fama daquela casa transpôs já as fronteiras para ir até ao estrangeiro onde, por igual, goza de grande reputação mantendo-se em ligação com as principais Companhias de Navegação do Mundo.

A longa existência da “Agência Abreu” – a mais antiga e a mais importante do País – tem contribuído enormemente para o prestígio do Comércio e Indústria nacionais, e principalmente, para o do Comércio e Indústria nortenhos.

Justa, portanto, esta singela homenagem a essa admirável organização e justa também a homenagem aos continuadores da obra iniciada por Bernardo Luís Vieira de Abreu – obra de que o Porto e a Nação se podem orgulhar.

Como não podia deixar de ser, o importante evento do 100.º aniversário da fundação da “Agência Abreu” foi condignamente comemorado. E, para que o facto tenha a perpetuidade necessária, vai ser descerrada uma lápide comemorativa, no prédio n.º 40 da velha Rua do Loureiro, onde, desde 1840, a “Agência Abreu” tem a sua sede.

(Fonte: *O Comércio do Porto*. Porto, 1.12.1940, p. 5)



No citado diário portuense, ao longo de 1940, surgiram vários anúncios da Agência Abreu, se bem que com características um pouco diferentes dos anteriormente referidos, o que denota algumas mudanças na sua forma de atuação como agentes de passagens e da própria emigração que, nessa altura, decrescia significativamente. Assim, os reclamos evidenciavam o destino à cabeça – Brasil – publicitando o pacote com data de saída próxima, especificando ou não os portos brasileiros de destino ou de outros países da América do Sul, surgindo como novidade a indicação dos preços dos bilhetes. O anúncio finalizava

6. Pelo que atrás ficou dito, esta afirmação é destituída de rigor histórico.





Anúncios em
O Comércio do Porto,
1940

com a referência de que os pedidos de reserva de lugares e de esclarecimentos deviam ser dirigidos à Agência Abreu (Rua do Loureiro, n.º 40, com telefone n.º 1171). A data de fundação continuava a ser mencionada, numa estratégia publicitária que pretendia associar a antiguidade à solidez e elevada reputação da agência “mais antiga de Portugal”.

Assim, o anúncio de 10 de abril de 1940 informava que o vapor italiano *Neptunia* saía a 5 do mês seguinte para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu e Buenos Aires, custando a classe turística 2 350\$00. O reclamo de 28 de abril referia-se apenas a um vapor português – “rápido e económico”. Já o de 25 de agosto continha informações mais alargadas: anunciava que o paquete *Angola* saía a 5 de setembro para o Brasil, com “esplêndida 3.ª classe ao preço de 2 000\$00”, e em camarote fechado por 2 200\$00, recebia também passageiros nas 2.ª e 1.ª classes e, completa novidade, informava: “fala-se francês e alemão”. Decididamente os tempos eram de mudança e os tipos de passageiros também; aos emigrantes juntavam-se, cada vez mais numerosos, os viajantes.



Cartazes,
anos 1940



Anúncios em
O Comércio do Porto,
1940

Por outro lado, a Agência Abreu alargou a sua atividade aos automóveis – meio de transporte que então ganhava importância crescente – anunciando em abril do mesmo ano que recebia pedidos de esclarecimento sobre os “Automóveis Minerva”, carros de fabrico belga que caracterizava como “rápidos e económicos”⁷. Grande apreciador de automóveis, o próprio Aníbal Abreu possuía, à época, um Minerva.

O *Primeiro de Janeiro* foi outro dos diários portuenses que a Abreu escolheu para anunciar os seus serviços neste ano do centenário. Os dois destinos em evidência, no mês de maio, eram a França e o Brasil. No primeiro caso, publicitavam-se os grandes e pequenos arredores de Paris, as estações termais francesas e a grande feira que nesse mês se realizava na cidade luz, informando-se que se podiam pedir catálogos grátis à Agência, que providenciava “passaportes rápidos”. Quanto ao Brasil, a Abreu anunciava o pacote *Colonial* que demorava doze dias a chegar ao Rio de Janeiro, com descontos para famílias e em viagens de ida e volta quer na “luxuosa” 1.ª classe, quer na “turística” – classificação que apareceu por esta altura – com preços de 4 760\$00 e 2 600\$00, respetivamente, enquanto a “esplêndida” 3.ª classe custava 2 000\$00.

Estes dois anúncios são elucidativos das atividades da Empresa à época. Por um lado, os seus negócios assentavam ainda na emigração para a América do Sul, se bem que os seus fluxos estivessem em franco decréscimo, fruto de fatores exógenos e endógenos. Por outro, a Agência começava a apostar nas viagens de lazer, isto é, no turismo, que será doravante a área de ação privilegiada da Abreu e sustentáculo do seu extraordinário desenvolvimento até ao presente.

Aproximamo-nos dos anos da II Guerra Mundial (1939-1945) e, à imagem da capital do país, também a cidade do Porto fervilhava num ambiente nervoso, de inquietações e interrogações sobre o desfecho do conflito. Na sempre



Aníbal Lopes Vieira de Abreu,
no seu carro Minerva,
Bussaco, agosto de 1944

7. *O Comércio do Porto*, Porto. 28.4.1940. Não foi encontrado mais nenhum anúncio da Abreu relativamente a automóveis, o que leva a supor que a experiência neste ramo de negócios não terá tido seguimento.



Cartazes,
anos 1930

agitada Rua do Loureiro, às portas da estação ferroviária de São Bento, os comerciantes disputavam a freguesia entre os candidatos a emigrantes e os viajantes em trânsito. Paredes meias com todo aquele frenesi comercial, ali estava a Agência Abreu, casa já então com mais de cem anos de experiência em viagens, incluindo o tratamento de documentação para esse fim.

Não surpreende que certos episódios acabassem por ficar para a história da Empresa – entre eles, os que tiveram como protagonistas muitas pessoas, portuguesas mas também estrangeiras, residentes ou em trânsito que, temendo as consequências da guerra, pretendiam viajar o mais depressa possível para a América do Sul, em especial para o Brasil e a Argentina – o que não era fácil, uma vez que os navios com escala em Lisboa e Leixões vinham quase sempre lotados, fruto da intensificação da deslocação de pessoas e do decréscimo da navegação comercial que o conflito tinha gerado. Muitos foram os que, em desespero, se dirigiam aos responsáveis da Agência, abrindo as malas e oferecendo ouro e joias, ou até obras de arte, para rapidamente arranjar documentação e passagens. Em todas essas abordagens obteriam a mesma resposta e garantia: tudo o que estivesse ao alcance da Agência seria feito com a maior brevidade possível, e sê-lo-ia sempre, sem qualquer encargo adicional ao preço tabelado do serviço. Essa postura exemplar no serviço ao cliente sempre constituiu o primeiro mandamento da Empresa, aliás reconhecida pelos que a ela recorriam, cientes da eficácia e fiabilidade do seu desempenho profissional.



Entrada da Rua do Loureiro, junto à Estação de S. Bento.

(Fot. de Edgar Ennor)

*Agência Abreu,
anos 1930*

5.2. Legislação sobre emigração e a extinção dos agentes de passagens e passaportes

Após a I Guerra Mundial, a emigração portuguesa tinha começado a abrandar. É certo que atingira um pico elevado em 1920, com 64 783 indivíduos a abandonar o país, como que a compensar os valores mais reduzidos nos anos do conflito, e registará ainda valores expressivos que se situaram entre as 22 884 saídas em 1925 e as 40 361 no ano de 1929. Entre 1930 e 1945, o número de emigrantes saídos do distrito do Porto para o Brasil cifrou-se em 33 302.

De 1949 em diante, a emigração portuguesa logo ultrapassou as 20 000 saídas anuais, subiu às 47 018 em 1952 e, até 1963, manteve valores elevados, sempre acima das 29 000 saídas por ano. O Brasil continuava a ser o destino preferencial dos portugueses entre 1951 e 1961, absorvendo 76,3% do fluxo migratório. Só em 1963 é que a emigração lusa para o Brasil – 11 281 saídas – foi superada pela emigração para França, país que nesse ano recebeu 15 223 portugueses, “pondo-se assim termo à hegemonia que, durante séculos, a imigração brasileira apresentou, no contexto global da emigração portuguesa”⁸, como refere Jorge Arroteia. A partir dos inícios da década de 1960, o número de portugueses que emigravam para o Brasil vai-se reduzindo, com exceção do período 1974-1976, devido à revolução de 25 de Abril de 1974 e à independência das colónias portuguesas em África.

8. ARROTEIA, Jorge, 1983 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 25.

A Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974) defenderam uma política migratória restritiva, procurando travar a saída dos portugueses para outros países, nomeadamente para o Brasil. Tal política, numa primeira fase, acompanhou, aliás, as medidas anti-imigratórias tomadas pelos países do continente americano na sequência da crise de 1929 e da grande depressão dos anos subsequentes. No caso do Brasil, na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas colocou restrições à tradicional corrente de imigração, evocando razões económicas protecionistas mas também políticas, dada a natureza ditatorial e nacionalista do novo regime. A limitação de entrada de imigrantes que se passara a subordinar a um sistema de quotas agravou-se com a instituição do Estado Novo brasileiro, em 1937. Todavia, dois anos mais tarde, uma exceção foi feita aos portugueses que passaram a estar isentos de qualquer condicionamento numérico quanto à sua entrada naquele território.

No tocante às medidas restritivas de emigração do governo português, logo em 1929, pelo decreto-lei n.º 16 782, de 27 de abril, proibia-se a emigração aos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 45 anos que não tivessem obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário. Considerava o texto deste diploma que o analfabetismo dos emigrantes poderia prejudicar a imagem do país, além de que dessa forma se estimulava a educação dos que pretendiam emigrar.

Anos mais tarde, o decreto-lei n.º 33 918, de 5 de setembro de 1944, proibia a concessão de passaportes aos operários industriais e aos trabalhadores rurais, o qual, conjugado com o decreto-lei de 1929, “impedia, na prática, a emigração legal para a maioria da população, lançando as bases para as decisões discricionárias dos serviços de emigração”⁹.

Em 29 de março de 1947, o decreto-lei n.º 36 199, do Ministério do Interior, suspendeu temporariamente a emigração, exceto quando fosse feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulassem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino. Tal medida fundamentava-se essencialmente em três argumentos: defesa dos interesses económicos do país, nomeadamente ao nível da colonização interna e da continuidade dos trabalhos públicos iniciados; valorização dos territórios do ultramar através do aumento da população branca; proteção devida ao próprio emigrante, assegurando condições equitativas de trabalho, remuneração e assistência no país de destino. Com a suspensão da emigração legal portuguesa, o ministro do Interior passou a deter a faculdade de autorizar a saída do país a indivíduos que já tinham obtido passaporte anteriormente.

No mesmo ano, o decreto-lei n.º 36 558, de 28 de outubro, também do Ministério do Interior, criou a Junta da Emigração (que vinha substituir o Comissariado-Geral dos Serviços de Emigração, criado em 1919), definindo as suas atribuições e contemplando disposições relativas à proteção do emigrante e ao condicionamento da emigração.

Este diploma subordinava os direitos individuais ao interesse coletivo e definia como objetivo estratégico a implementação dum sistema de quotas emigratórias que tivesse em conta um número máximo de saídas ponderado segundo as necessidades regionais e a estrutura da população ativa.

9. FERREIRA, Diogo; RODRIGUES, Bruno; AMORIM, Paulo; BRAGA, Sílvia, 2012 – *A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, p. 96.



Cartazes, anos 1930

O presidente da Junta da Emigração passou a conceder as licenças de emigração e a emitir o correspondente passaporte, com exceção dos Açores e Madeira, onde essas competências permaneciam nas mãos dos governadores civis.

Este decreto-lei de 1947 estabelecia as condições em que as empresas de navegação poderiam transportar emigrantes portugueses. Proibia a intervenção de quaisquer empresas ou indivíduos no engajamento de emigrantes, na obtenção dos documentos necessários à organização dos seus processos e na marcação e aquisição das respetivas passagens. Nesta conformidade, considerou caducas, a partir do final do ano de 1947, as licenças concedidas aos agentes de emigração e aos agentes de passagens e passaportes de que tratava o decreto n.º 5624, de 10 de maio de 1919, os quais só passariam a ter licença desde que pretendessem vir a exercer a sua atividade apenas em relação aos viajantes.

De acordo com os preceitos constantes da legislação de 1947 e 1948, no tocante à emigração, os agentes de passagem e passaportes, neste último ano, foram obrigados a demonstrar que tinham liquidado todas as suas responsabilidades com os seus antigos clientes emigrantes, a fim de se poderem habilitar como agentes de viagens no governo civil a que requeressem o respetivo alvará.

O decreto n.º 36 942, de 28 de junho de 1948, foi o primeiro na legislação portuguesa a utilizar o termo “agência de viagens”, definidas no artigo 1.º como “empresas singulares ou coletivas que venham a constituir-se no continente e ilhas adjacentes para a realização das diligências indispensáveis à concessão de passaportes ordinários, aquisição de bilhetes de passagem em qualquer meio de transporte, reserva de lugares, transporte de bagagem, instalações em hotéis ou estabelecimentos similares e ainda a organização e preparação de viagens no país e no estrangeiro, nos termos da legislação em vigor”.





Agrafador,
1925

Máquina de escrever Corona,
1910



Máquina de escrever Remington "Torpedo",
1950



Máquina de escrever Adler,
1950



Calculadora manual Facit,
1960



Máquina de escrever Hermes,
1958



Calculadora manual Facit,
1965



Calculadora manual Monroe,
1970



Calculadora manual Facit,
1970



Aparelho de telex,
1950



Telefone,
1950



Telefone,
1960



Carimbo de bilhetes IATA,
1960



Carimbo de bilhetes IATA,
1970

Balança para cartas,
1970

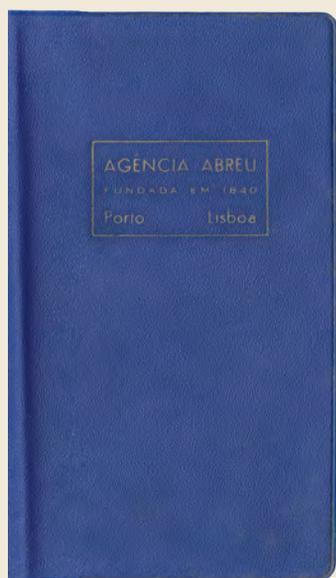




Reserva de mesa,
 1970



Crachá,
 1970



Capa de documentação,
 1962



Capa de documentação,
 1965



Capa de documentação,
 1970



Etiqueta de bagagem,
 1970



Etiqueta de bagagem,
 1970



Capa de documentação,
 1970



Capa de documentação,
 1970



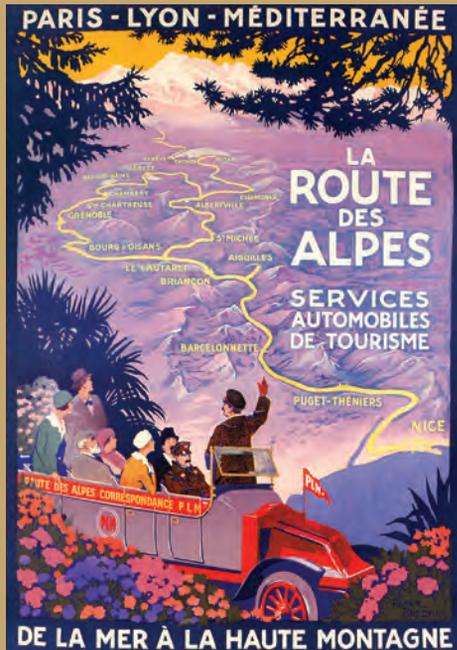
Capa de documentação,
 1973



Etiqueta de bagagem,
 1970



Etiqueta de bagagem,
 1970



Cartazes,
1925, 1930 e 1947

Por sua vez, o decreto-lei n.º 41 248, de 31 de agosto de 1957, especificava no seu artigo 1.º as atividades destas “empresas nacionais, singulares ou coletivas”:

- obtenção de passaportes ordinários, certificados coletivos de identidade e viagem e respectivos vistos;
- aquisição ou venda de bilhetes de passagem em qualquer meio de transporte, reserva de lugares, expedição e transferência de bagagens que se relacionem com esses bilhetes;
- realização, por conta do cliente, em companhias autorizadas, de seguros contra riscos de viagem, quer pessoais, quer pertinentes às respectivas bagagens; reserva de quartos em hotéis e estabelecimentos similares;
- recepção de turistas e sua assistência durante a viagem ou permanência no país, incluindo a venda de senhas para refeições e aquisição de bilhetes ou reserva de lugares para espetáculos;
- representação de agências similares estrangeiras;
- organização de cruzeiros e de viagens e excursões individuais ou coletivas no país ou no estrangeiro, com ou sem inclusão de serviços acessórios, por sua iniciativa ou de outrem, utilizando meios de transporte próprios ou alheios”.

O artigo 5.º deste diploma previa a existência de duas classes de agência de viagens: A e B. As primeiras seriam aquelas que exercessem a totalidade das atividades previstas no artigo 1.º; enquanto as de classe B seriam aquelas que apenas exercessem as atividades previstas nos números 1 a 3 do referido artigo.

O regulamento do decreto-lei n.º 41 248, de 31 de agosto de 1957, foi publicado pouco depois, através do decreto-lei n.º 41 307, de 3 de outubro do mesmo ano.

5.3. A Abreu como agência de viagens e arranque da atividade turística

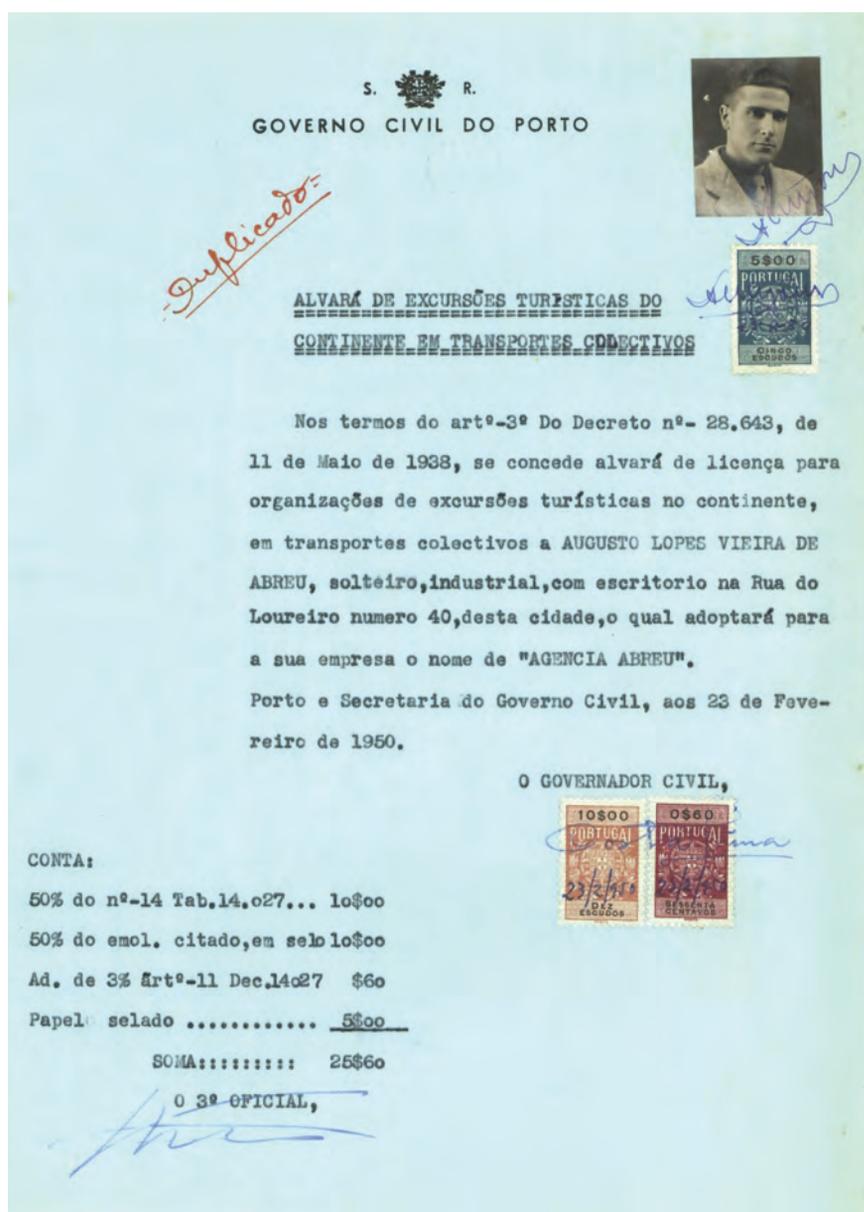
Sinal dos novos tempos, os antigos agentes de passagens e passaportes, que tinham uma existência já centenária, foram extintos e substituídos pelos agentes de viagens, numa reviravolta legislativa que, afinal, apenas traduzia o que já se passava na realidade. Augusto Lopes Vieira de Abreu agiu consoante o preceituado pela nova legislação com vista a converter a sua empresa numa agência de viagens¹⁰. Tinha então 42 anos.

Após declarações prestadas na Polícia de Segurança Pública do Porto, em 10 de março de 1948, e no seguimento da obtenção de atestado de bom comportamento civil e criminal passado pelo administrador do 1.º Bairro do Porto, em 19 de julho, e de certidão do termo de idoneidade, a 22 do mesmo mês, passada pela mesma instância, alcançou deferimento do requerimento que havia interposto ao presidente da Junta de Emigração, organismo que, aliás, logo abria uma delegação no Porto.

Assim comprovava que liquidara a sua responsabilidade com todos os clientes que recorreram aos seus serviços de agente de passagens e passaportes até 31 de dezembro de 1947, data em que deixou de exercer tal função. Ao abrigo do decreto n.º 36 942, de 28 de junho de 1948, Augusto Abreu requereu ao governador civil do Porto que lhe fosse passado o alvará para poder exercer a sua atividade como agente de viagens, diploma que lhe foi passado em 24 de julho daquele ano e cuja revalidação devia ser requerida anualmente.

O aparecimento, com chancela legal, de agências de viagens em Portugal nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial, apenas acompanhou, e com algum atraso, o movimento generalizado do *boom* do turismo, indústria que viria a revelar-se fundamental em meados do século XX.

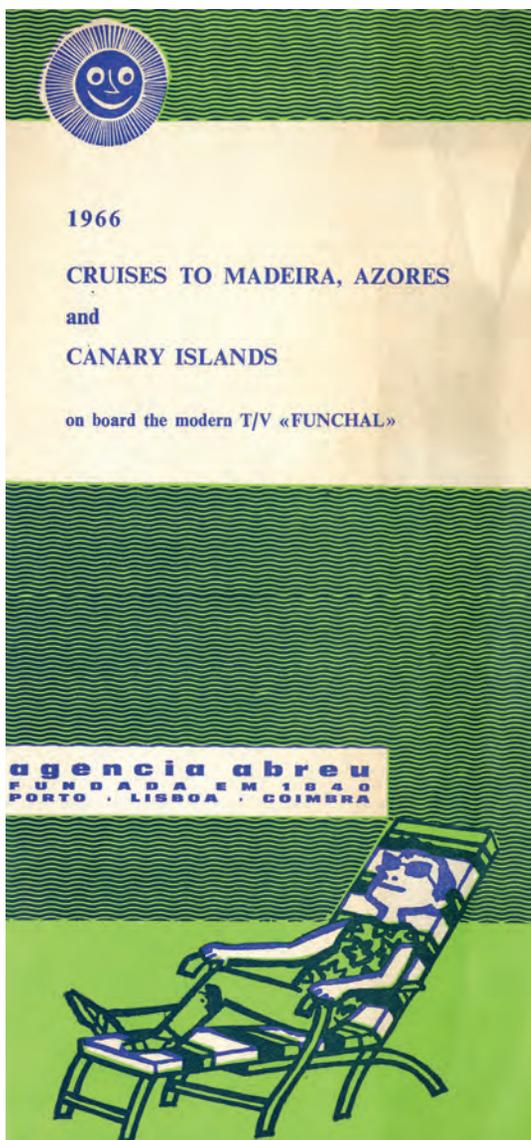
A Agência Abreu, que já tinha alguma experiência nesse campo, pois a par dos emigrantes, contou entre a sua clientela, desde cedo, com viajantes de diversas tipologias, tornou-se rapidamente numa marca de referência no mercado do turismo.



Alvará concedido pelo governador civil do Porto a Augusto Lopes Vieira de Abreu (AGÊNCIA ABREU), 25.2.1950

10. Até então, durante a maior parte dos anos 1940, os papéis timbrados da Agência Abreu designavam o tipo de atividade da Empresa como "Passagens – Passaportes. Comissões – Consignações".





Mantendo ainda a sua sede na Rua do Loureiro, n.º 40, e telefones n.º 20027/8/9, em 23 de fevereiro de 1950, obteve alvará do Governo Civil do Porto para realizar excursões turísticas no continente, em transportes coletivos, autorização que também carecia de revalidação anual. Aliás, a melhoria e aumento dos transportes articulava-se com o incremento da deslocação das pessoas quer por razões profissionais, quer pelos crescentes hábitos de vlegiatura, isto é, digressões de recreio, mais ou menos sazonais.

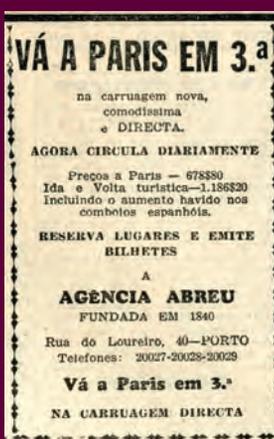
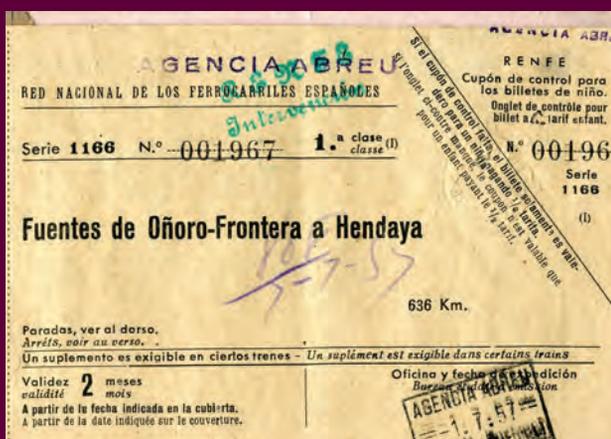
Os transatlânticos continuavam a servir os emigrantes bem como os viajantes com destino, sobretudo, ao continente americano e às colónias de África, trabalhando a Abreu com agentes de navegação cujos escritórios se localizavam, na sua grande maioria, nas Ruas do Infante e de Mouzinho da Silveira. Por volta de 1960, a própria Agência Abreu organizava cruzeiros, destacando-se por ser a que alugou mais navios portugueses para esse efeito; trabalhou com a C. N. Navegação, a C. C. Navegação e a Empresa Insulana do Funchal, sendo os destinos mais frequentes destes cruzeiros os Açores, Madeira, Canárias, Marrocos, Mediterrâneo, Turquia e Egito.

Internamente as viagens eram feitas de autocarro, meio de transporte que também era utilizado nas excursões dos circuitos europeus. Por outro lado, os caminhos-de-ferro continuavam a aperfeiçoar-se e o comboio era um meio de transporte cada vez mais cómodo; veja-se o caso do Lusitania Express, um comboio de luxo que ligava Lisboa e Madrid desde 1944, ano em que também foi criado um serviço direto entre Porto e Vigo. Com a legalização da emigração europeia, nomeadamente para França, em 1960, o comboio tornou-se um meio de transporte deveras procurado, vendendo a Abreu numerosos bilhetes para o Sud-Express. Os indivíduos que carregavam as bagagens aos passageiros na Estação de São Bento continuavam a servir de angariadores de negócios da Agência, situada ali mesmo ao lado.

▼ Bilhete de comboio emitido pela Agência Abreu, 1.7.1957

▼ Anúncio em O Primeiro de Janeiro, 10.7.1957

▼ Assistente de viagem do comboio internacional TER, 1969 (Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP)





▲ Salão de entrada da Estação de São Bento, inaugurada em 1910 (Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP)

▼ Contrato da Agência Abreu com a Société des Chemins de Fer Français, 1952

▼ Contrato da Agência Abreu com a British Railways, 1952

SOCIÉTÉ NATIONALE DES CHEMINS DE FER FRANÇAIS
SERVICE COMMERCIAL - 54 BOULEVARD HAUSSMANN PARIS IX
 TRINITÉ 76-00
 V/réf : du N/réf : 2ème Division/2
 n° 558.230 1939
 Objet : 51.47 AC Paris le 11 février 1952

Agencia ABREU
 Rua do Loureiro, 40
 PORTO (Portugal)

Messieurs,

Comme suite au désir que vous avez exprimé par lettre du 26 novembre 1951 j'ai l'honneur de vous faire connaître que nous sommes d'accord pour autoriser votre Agence de Voyages à vendre au public des titres de parons S.N.C.F. qu'elle pourra soit établir elle-même, soit se faire délivrer par les gares d'entrée en France.

BRITISH RAILWAYS

THE RAILWAY EXECUTIVE
 SOUTHERN REGION

CONTINENTAL SUPERINTENDENT
 VICTORIA ST
 LONDON

ZP 2/21 21st May, 1952.

Agencia Abreu,
 Rua do Loureiro 40,
 Porto
 Spain.

Dear Sirs,

British Railways Agency.

With further reference to previous correspondence in connection with your application to stock British Railways T.I.C. Coupon tickets, I am pleased to advise you that it has been agreed that you should be appointed to represent the British Railways in Portugal.



Excursão de brasileiros e portugueses, com malas no tejadilho do autocarro, 1965

HOTÉIS "SISTEMA ABREU"
 Selecionamos para os nossos clientes uma vasta rede de Hotéis, de localização central e aprimorada qualidade de serviço, os quais utilizamos normalmente nas nossas excursões e que designamos por Hotéis «Sistema Abreu»

RELAÇÃO DOS HOTÉIS MAIS UTILIZADOS

ALBORG	— Phoenix
AMSTERDÃO	— Central, Park, Polen, Schiller
ANGULEME	— France
ATENAS	— Esperia Palace
BARCELONA	— Granvia
BELGRADO	— Hotel de 1.ª categoria
BERLIM	— Europaischerhof
BEZIERS	— Imperator
BORDEUS	— Royal Gasconne
BRIG	— Touring Muller
BRUXELAS	— Albert I
BUDAPESTE	— Hotel de 1.ª categoria
COIMBRA	— Oslo, Bragança
COLÓNIA	— Baselerhof, Augustinerplatz
COPENHAGA	— Mercor
CORTINA AMPEZZO	— Europa, Ancora, Cristallo
ESTOCOLMO	— Palace
FLORENÇA	— Mediterraneo
FRANKFURT	— Carlton, Excelsior, Grand
GENEVE	— Simplon, Bristol
GOTEBORG	— Opalen
GRANADA	— Luz, Granada
HAMBURGO	— Reichshof
INNSBRUCK	— Arlbergerhof, Roter Adler, Maria Theresia, Alpen
JONGKOPING	— Portalen
KIAGENFURT	— Moser Verdino, Sandwirt
LIMOGES	— Moderne
LISBOA	— Condestável, Jorge V, Mundial, Rex
LONDRES	— St. James, Bloomsbury, Stratford Court, Grosvenor Court, Mount Royal
LOURDES	— Christina, Ste. Rose
LUXEMBURGO	— Alfa, Dauphin
MADRID	— Carlton, Ecuestre, Claridge
MILÃO	— Ambasciatori
MONTPELLIER	— Midi, Metropole
MUNIQUE	— Ambo, Metropol
NAPLES	— Commodore
NICE	— Scribe, Atlantic
OSLO	— Grand, Astoria
PARIS	— Londres & New York, Astra
PATRAS	— Magestic, Cecil, Galaxy
PISA	— Mediterraneo Costa, Duomo
POTTIERS	— France, Relais de Poliers
PORTO	— Grande Hotel do Porto
ROMA	— Nord Nuova Roma, Diana, Palatino
SAN SEBASTIAN	— S. Sebastian, Maria Cristina, Londres y Inglaterra
SALAMANCA	— Gran, Monterey
SEVILHA	— Inglaterra, Colon
SORRENTO	— Continental, Belair
TESSALONICA	— Capital
TOURS	— Metropole
VENEZA	— Splendid Suisse, Continental
VIENA	— Parkhotel Schonbrunn
VITORIA	— Conc.ter Ayala, General Alava
ZARAGOZA	— Goya
ZURICH	— Leoncek, Stoller, Simplon, Plaza

Relação dos Hotéis Sistema Abreu, 1972



Dodge, anos 1950

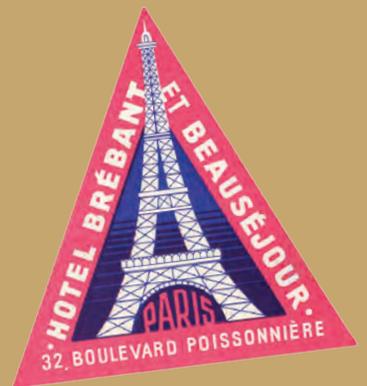
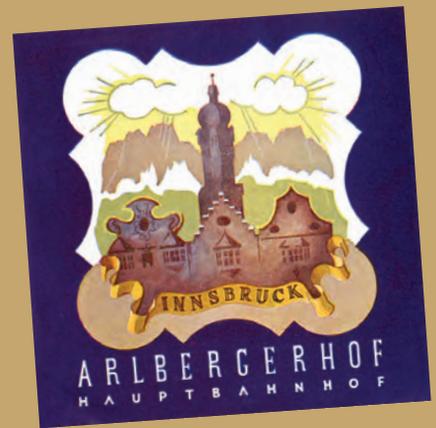
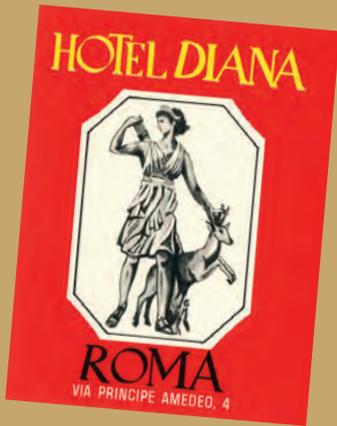
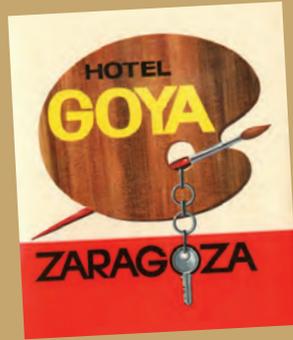


Oldsmobile, anos 1950

Mas os “homens” da Abreu estavam em toda a parte com o intuito de acrescentar novos clientes à sua lista, nomeadamente para promover um produto que começava a gozar de grande reputação: os “circuitos europeus”. Assim, estes colaboradores da Agência saíam do Porto ao encontro de passageiros de navios de carreira América do Sul/Europa em escala no Funchal, aproveitando dali a viagem até Lisboa para alargarem o número de contactos com potenciais clientes, na sua maioria “brasileiros de torna viagem”, oriundos do norte de Portugal. Idênticas operações comerciais, tendo por suporte a distribuição de material promocional, eram desenvolvidas em Lisboa, junto dos passageiros à saída dos paquetes em escala na capital.

O automóvel assumiu nos anos 1950 particular importância como meio de deslocação de turistas endinheirados e a Agência apercebeu-se dessa substancial franja de mercado, pelo que passou a dispor de dois luxuosos carros de fabrico norte-americano, usados mas em impecável estado de conservação, que fizeram de 1955 a 1959 as primeiras excursões pela Europa, um Dodge e um Oldsmobile, quase sempre alugados durante um mês por casais de brasileiros que pretendiam viajar pelo velho continente. Os motoristas, além de guias turísticos, tinham ainda a missão de promover relações comerciais, em nome da Abreu, com os hotéis e restaurantes que iam conhecendo em cada viagem, privilegiando sempre a excelência da localização e a qualidade do serviço, tornando-se os avaliadores destes estabelecimentos e contratadores para as viagens seguintes.

Com esses pressupostos, foi-se constituindo um universo de Hotéis “Sistema Abreu”, designação que até ao





Imagens do Setor de Documentação
e Arquivo do Museu da TAP

final do século passado refletiu os elevados padrões de exigência na contratação da Agência.

A criação, em março de 1945, por iniciativa do então diretor do Secretariado da Aeronáutica Civil, Humberto Delgado, dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP) deu origem a um importantíssimo segmento de viagem que cresceu paralelamente ao desenvolvimento desta companhia de aviação, embora a utilização deste novo meio de transporte pela Agência Abreu tenha sido prudente e gradual devido aos seus preços elevados. No ano seguinte, era aberta a primeira linha comercial, de Lisboa a Madrid, e a “Linha Aérea Imperial”, entre Lisboa, Luanda (Angola) e Lourenço Marques (atual Maputo, Moçambique). A primeira linha doméstica, entre Lisboa e Porto, foi inaugurada em 1947 e, dois anos depois, começaram a efetuar-se voos para Paris, Sevilha e Londres, seguindo-se, já nos anos 1950, outros destinos em Marrocos: Casablanca e Tânger. Nos inícios da década seguinte, que são também marcados pela aquisição de jatos (Caravelle), a TAP passou a voar para Las Palmas, Ilha de Santa Maria (Açores), Funchal, Genebra, Munique e Frankfurt.

Em 1950, a Agência Abreu passou a representar a Companhia Aérea Portuguesa (integrada na TAP dois anos depois), momento em que procurou alargar a sua base de clientes.

As linhas para o Rio de Janeiro e Nova Iorque inauguraram-se em 1966. A estreia da ligação áerea ao Brasil deu-se no dia 17 de junho de 1966, com o moderno avião Super Constellation. A Agência Abreu, que tinha já importantes raízes no Brasil, toma então uma decisão estratégica de importância determinante para o futuro da Empresa, ao acompanhar a TAP nesta aposta em terras de Vera Cruz. Já nos inícios dos anos 1970, eram iniciadas novas linhas comerciais como a de Montreal, e duas outras para os Açores (Ponta Delgada e Ilha Terceira).

Pelo exposto, compreende-se que o verdadeiro início da expansão da Agência Abreu sob a direção de Augusto e Aníbal Abreu se deve colocar nos anos 1950. O seu estabelecimento da Rua do Loureiro era então ladeado por dois espaços comerciais que se contavam entre dezenas de outros naquela buliçosa artéria da Invicta: à esquerda, uma taberna muito requisitada pelos afamados petiscos, vinhos do Douro e verdes borbulhantes servidos em malga de louça; à direita, um alfaiate que tirava as medidas à freguesia em plena rua, propalando os predicados do seu corte e a excelência das suas fazendas. No meio, estavam os profissionais que, com competência, tratavam de viagens, transportes, vistos, passaportes e tudo o mais que interessava ao simples viajante ou aos muitos emigrantes que circulavam nas imediações da estação ferroviária de São Bento.

Augusto Abreu trabalhava reservadamente no 1.º andar da Empresa de que era responsável máximo e estratega. No rés-do-chão, fisicamente próximo dos colaboradores que se inspiravam no seu fino trato, encontra-



Imagens do Setor de Documentação e Arquivo do Museu da TAP

va-se Aníbal – o primeiro dos irmãos a chegar diariamente à Agência –, desenvolvendo o seu talento de relações públicas, domínio cada vez mais decisivo na gestão empresarial.

O irmão mais velho, na sua qualidade de sócio gerente, chamava a si a tarefa de recrutamento de novos colaboradores, a partir de anúncios publicados nos jornais de referência da cidade – *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* – exigindo, invariavelmente, conhecimento das línguas francesa e inglesa, boa cultura geral e – requisito indeclinável – boa apresentação pessoal. A admissão aos quadros da Empresa não abdicava da prova escrita, enquanto as entrevistas, também em registo trilingue, eram invariavelmente conduzidas por Augusto Abreu, que surpreendia os candidatos com questões que refletiam a sua firme convicção de que liderava uma Empresa de sucesso: “Que desafio representa para si trabalhar na Agência Abreu?”

No final dos anos 1940, a Agência Abreu decidiu recrutar três datilógrafas, que se apresentaram à entrevista, como era prática naqueles tempos, acompanhadas das mães, as quais deram a sua aprovação, achando que se tratava de uma boa proposta de emprego. Aliás, a maioria dos colaboradores que foram sendo admitidos nos tempos seguintes tinham de saber datilografia – quase todos com formação da Tecla, a mais credenciada escola da cidade do género –, pelo que a sonoridade do ambiente de trabalho, à semelhança dos escritórios da época, era orquestrada pelo matraquear das máquinas de escrever, numa sinfonia de teclados nacionais (os famosos HCESAR) e internacionais (os alternativos AZERT).

O olhar atento de Augusto Abreu, particularmente a sua exigência em matéria de desempenho exemplar dos colaboradores da Empresa, levava-o a conferir frequentemente as cartas comerciais, não pelo original que primeiramente lhe era entregue, mas pela folha química que registava a cópia – assim, saltava à evidência se a prosa fora escrita (quase) sem mácula ou, pelo contrário, se as emendas proliferavam.

O olhar atento de Augusto Abreu levava-o a conferir frequentemente as cartas comerciais, não pelo original que primeiramente lhe era entregue, mas pela folha química que registava a cópia – assim, saltava à evidência se a prosa fora escrita (quase) sem mácula



Secretárias no 1.º andar das instalações da Agência Abreu, Rua do Loureiro 38-40, 1952





Contratos de Nomeação da Agência Abreu pelas companhias aéreas KLM, PAN AMERICAN e PANAIR DO BRASIL, 1952, 1952 e 1959

Os irmãos Abreu divergiam em coisas prosaicas como uma janela que deveria estar aberta ou fechada, mas nenhum tolerava deslizes no atendimento ao cliente.

Aníbal, com apurado sentido do que representava o serviço ao cliente, exigia um atendimento expedito e irrepreensível. Histórica era a sua frequente advertência: “Está um telefone a tocar”. Ao mesmo tempo, qual precursor do moderno *marketing* relacional, promovia regularmente na Agência os célebres chás que reuniam as senhoras mais representativas da sociedade portuense; ao som de música clássica que tocava no gira-discos – Bach, Ravel, Debussy, Mahler, Schumann –, congeminava novas viagens que a Abreu organizaria.

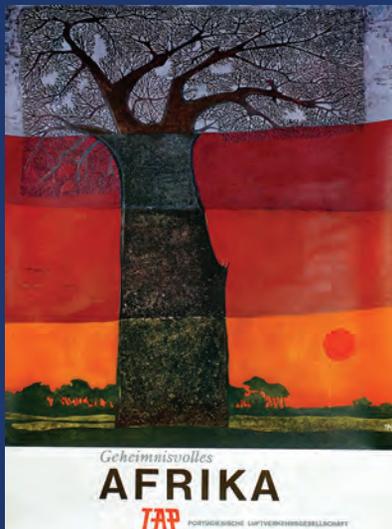
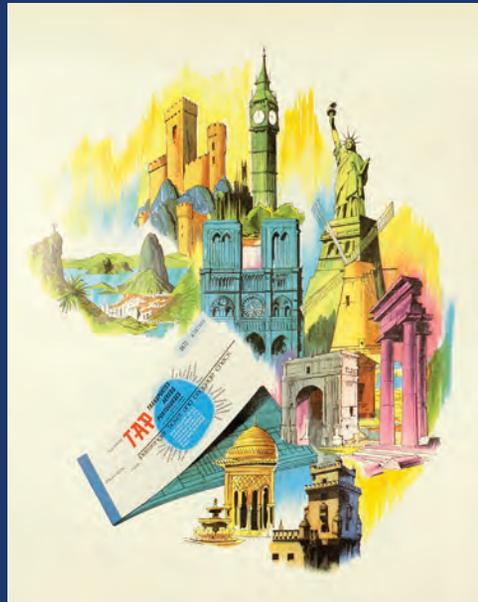
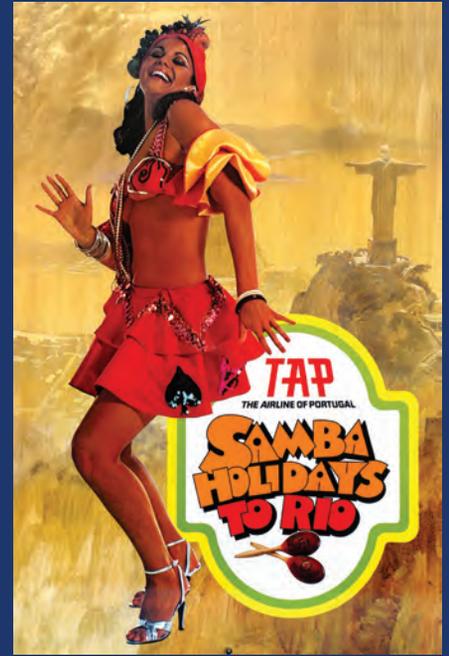
Já Augusto, certa vez, reparando num colaborador que ao balcão estava em sérias dificuldades em satisfazer o cliente, decidiu subtilmente intervir. As suas palavras, delicadas e perspicazes, suscitaram do cliente – aliviado e imperturbável – a seguinte sentença: “Fique o senhor sabendo que tenho uma relação muito próxima com o seu patrão, e com ele falarei dentro de dias para que V. Ex.^a seja promovido!”

Figura aparentemente austera e de poucas intimidades, as reações de Augusto primavam pela singularidade. Quando confrontado com o pedido “Dá-me um cartão seu, por favor?”, a réplica brotava segura e desconcertante: “Desculpe, mas não uso cartões – fale no meu nome”.

A filosofia de trabalho plasmava-se na ideia de profundo compromisso de todos os colaboradores com a Empresa. Quando se tornava necessário realizar um trabalho fora de horas, com sacrifício da vida particular dos trabalhadores, os argumentos destes embatiam na alegação consabida: “Mas a Agência Abreu precisa do senhor!” E este preceito de compromisso de todos os colaboradores era seguido pelos próprios membros da família: Aníbal Macedo Vieira de Abreu foi o guia numa excursão “Grande Circuito Europeu”, com a duração de 54 dias, que se iniciou em 28 de fevereiro de 1962, exatamente dois dias depois do seu casamento.

A estrutura administrativa da Empresa, por meados da centúria, era incipiente, com métodos básicos de contabilidade e faturação, não ultrapassando o simples livro de caixa, o de controlo dos bancos e o de registo dos serviços e produtos prestados e vendidos ao balcão. Utilizavam-se os chamados “livros de merceiro”¹¹, vendidos na prestigiada Papelaria Azevedo; nos mais largos registavam-se as entradas e saídas de dinheiro e nos mais estreitos tomava-se nota da abertura dos boletins, ou seja, impressos apropriados à anotação de todos os pormenores da viagem de cada cliente e respetivos valores.

11. Livros altos e estreitos, de capa grossa, cujas linhas das folhas permitiam anotar datas, descrições e valores.





Integrantes da excursão Grande Circuito Europeu, de 54 dias de duração, que teve como guia Aníbal Macedo Vieira de Abreu, o 4.º a contar da direita, 1962

Augusto, num hábito que vinha dos primeiros tempos, guardava dinheiro nos bolsos protegidos com fecho *éclair*: eram contas só dele.

Ainda nos anos 1950, a atividade da Agência Abreu estava organizada por três secções principais: navegação, caminho-de-ferro, vistos e passaportes. A datilografia ocupava, então, três pessoas, e a sua atividade era quase frenética, na fiel interpretação de um mandamento impossível de descartar: “Carta hoje recebida, carta hoje respondida”. A plataforma de comunicação operacional nesses tempos assentava no telefone e no telegrama, usufruindo a Agência Abreu de uma localização privilegiada, bem perto do serviço de telegramas da Marconi. Daí o corripio de sucessivas andanças de um lugar para o outro, pois cada contacto internacional significava que havia um telegrama para enviar e, depois, um telegrama de resposta para ir levantar. Tão relevante quanto a proximidade da Marconi era a curta distância que separava a Abreu do Governo Civil, entidade que emitia os passaportes, situado nas traseiras do Teatro de São João, e, um pouco mais adiante, a inescapável Junta de Emigração, de portas abertas na Avenida Rodrigues de Freitas.

No ano de 1955, a Empresa tinha já catorze colaboradores cujo horário de trabalho estava fixado entre as 9 e as 12.30 horas, e de tarde entre as 14 e as 18 horas, mas, na realidade, só saíam quando as tarefas estavam terminadas e, ao relacionaram-se com operadores no

A datilografia ocupava, então, três pessoas e a sua atividade era quase frenética, na fiel interpretação de um mandamento impossível de descartar: “Carta hoje recebida, carta hoje respondida”



A loja da Avenida dos Aliados, Porto, 1960

outro lado do mundo, era muitas vezes necessário trabalhar ao fim do dia ou de manhã bem cedo, à espera que a Marconi desse sinal de telegrama acabado de chegar. Assim, não era incomum dormir no sofá da Agência ou passar a madrugada nos cafés da vizinhança.

Um principiante ganhava mensalmente cerca de 300\$00 mas os ordenados aumentavam consoante os anos de casa e as habilitações, já que alguns empregados tinham o curso comercial de línguas ou de contabilidade. A maioria dos colaboradores, cerca de dez, trabalhava no 1.º andar enquanto os restantes permaneciam no rés-do-chão, praticamente só dedicados ao atendimento no balcão. Nos anos 1960, contudo, o público afluía à Empresa em maior número e só o balcão já exigia à volta de dez pessoas.

Era conhecido o cenário à porta da Agência Abreu: diariamente, uma hora antes da abertura ao público, era já visível uma fila gigantesca de emigrantes. O frenesi do trabalho não dava tréguas, ora se tratava dos processos de passaportes e fianças, ora se asseguravam as reservas dos bilhetes, pois se a emigração para o Brasil decrescia, a que rumava aos territórios portugueses de África, principalmente Angola, aumentava. E, mais importante ainda, era a que começava a dirigir-se para França. Aliás, nos finais dos anos cinquenta, a gerência da Abreu tomou uma decisão marcante para o futuro próximo da Empresa, ao assumir estrategicamente a prioridade desse novo destino de emigração. Estabeleceu-se,

Era conhecido o cenário à porta da Agência Abreu: diariamente, uma hora antes da abertura ao público, era já visível uma fila gigantesca de emigrantes





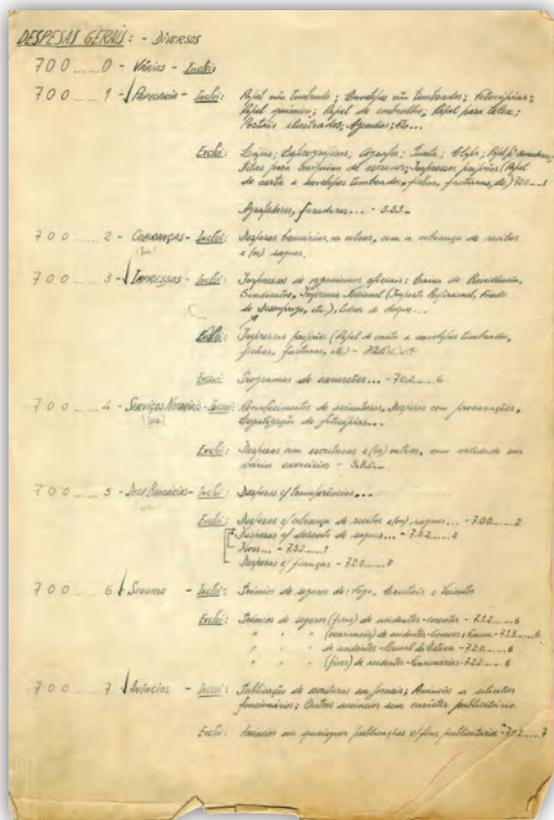
Interior da loja da Avenida dos Aliados, Porto, 1960

então, um acordo verbal com os carregadores de bagagem da Estação de São Bento, os quais, ao depararem-se com pessoas interessadas na compra de passagens para França, de pronto as acompanhavam à Agência Abreu.

Mas o futuro pertencia às viagens de turismo, com um público crescente a demandar os serviços da Agência numa indústria inovadora e associada ao bem-estar, à cultura e ao lazer, o que exigia uma renovação profunda do local de trabalho e, conseqüentemente, uma maior centralidade da sua sede numa cidade cuja efervescência comercial se afastava da zona antiga, inexoravelmente degradada. Urgia pensar numa sede moderna com espaços funcionais, deixar a velha Rua do Loureiro e as suas obsoletas e acanhadas instalações com três metros e meio de largura, que de chamativo só tinham a grande placa que identificava a Agência, embora também ela já contra a corrente do *marketing* comercial que os novos tempos impunham. E a mudança ocorreu em 1959, ano em que a Abreu inaugurou novo estabelecimento, sito na Avenida dos Aliados, n.º 207.

Ora, a Avenida dos Aliados – aberta em 1917 e batizada em homenagem aos países aliados da I Guerra Mundial – era a artéria mais nobre e central da baixa do Porto, encimada pelos modernos Paços do Concelho e bordejada de requintados edifícios de bom granito, muitos deles coroados de lanternins, cúpulas e coruchéus, apresentando um conjunto arquitetónico monumental, que era então o cartão-de-visita da cidade. Aí estavam representados os negócios mais importantes, a banca, as seguradoras, alguns *media* e escritórios de maior prestígio, aos quais se associou, estreado instalações espaçosas, no edifício propriedade da companhia de seguros Garantia, a Agência Abreu, que manteve os três números de telefone que vinham da Rua do Loureiro, juntando-lhes uma quarta linha: 33011.

A apurada sensibilidade estética de Augusto Abreu exigia que o novo rosto da Agência Abreu apresentasse uma decoração requintada e ele-



Manuscrito do 1.º plano de contas de Viagens Abreu Ltd.º, 1962



Fresco do pintor Júlio Resende,
Agência Abreu,
Avenida dos Aliados, Porto,
1959

gante pelo que incumbiu dessa tarefa o conceituado arquiteto Viana de Lima, que realizou a obra em 1958, tendo procedido à sua ampliação em 1967¹². Logo à entrada, sobre a parede esquerda, um belo fresco assinado pelo pintor Júlio Resende estimulava o sentido onírico numa elaboração modernista que remetia para o imaginário da viagem¹³.

12. CAMPOS, João, 2011 – *Viana de Lima e a introdução da arquitectura moderna em Portugal*. Porto, pp. 27 e 30.

13. Júlio Resende (23.10.1917-21.11.2011) diplomou-se em Pintura, em 1945, pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, cidade em que nasceu. A primeira apresentação pública da sua obra deu-se em 1944, na I Exposição dos Independentes, tendo em 1948 partido para Paris. A sua obra pictórica denotou diversas influências ao longo dos tempos, sendo todavia dominante a feição expressionista e lírica. Tornou-se um dos maiores pintores portugueses do século XX.



A montra dos Aliados e todo o espaço da loja reservado ao atendimento público patenteavam uma envolveria de modernidade, combinando obras de arte que Augusto Abreu adquiria – fundamentalmente pintura – com cartazes não menos artísticos. Neste novo e cosmopolita espaço comercial do Porto, havia ainda lugar de destaque para o anúncio trilingue que publicitava o percurso turístico na cidade invicta: “Stadtrundfahrt, City Tour, Tour de Ville”.

Este foi, pois, o tempo da modernização.

Em 1962, os velhos “livros de merceeiro” davam lugar à contabilidade organizada, até porque, em 2 de janeiro, a Empresa expandia-se para a capital, abrindo em Lisboa a A. Abreu Ltd.^a. Surgiam as máquinas de somar e suas intermináveis fitas de papel. Mesmo assim, o lápis, a caneta, a esferográfica e o papel, companheiros de longas horas de trabalho, eram os recursos existentes para elaborar documentos administrativos indispensáveis como o célebre mapa das reintegrações ou amortizações que preencheria vinte colunas e cerca de duzentas linhas, num total de 6 000 registos. Complementarmente, as velhas máquinas National 3000, que rebentavam os dedos tal era a força com que se tinha de teclar para escrever sobre as fichas de cartão, permitindo, em média, três a quatro lançamentos por minuto, cediam progressivamente lugar às máquinas elétricas, um avanço tecnológico que beneficiava as mãos que com elas trabalhavam e os ouvidos que com elas conviviam.

A agilização das operações também foi alcançada com os novos meios de comunicação, fundamentais nos negócios em que a celeridade processual podia ditar o sucesso ou fracasso da transação. Depois do telefone e do telegrama surgia o telex, uma forma rápida de comunicação escrita que permitia a troca de informações como ordens de encomenda, avisos, ordens de pagamento ou confirmação de eventos e, já nos anos 1970, aparecia o fax, uma tecnologia que possibilitava a transferência e reprodução de documentos através da rede telefónica.

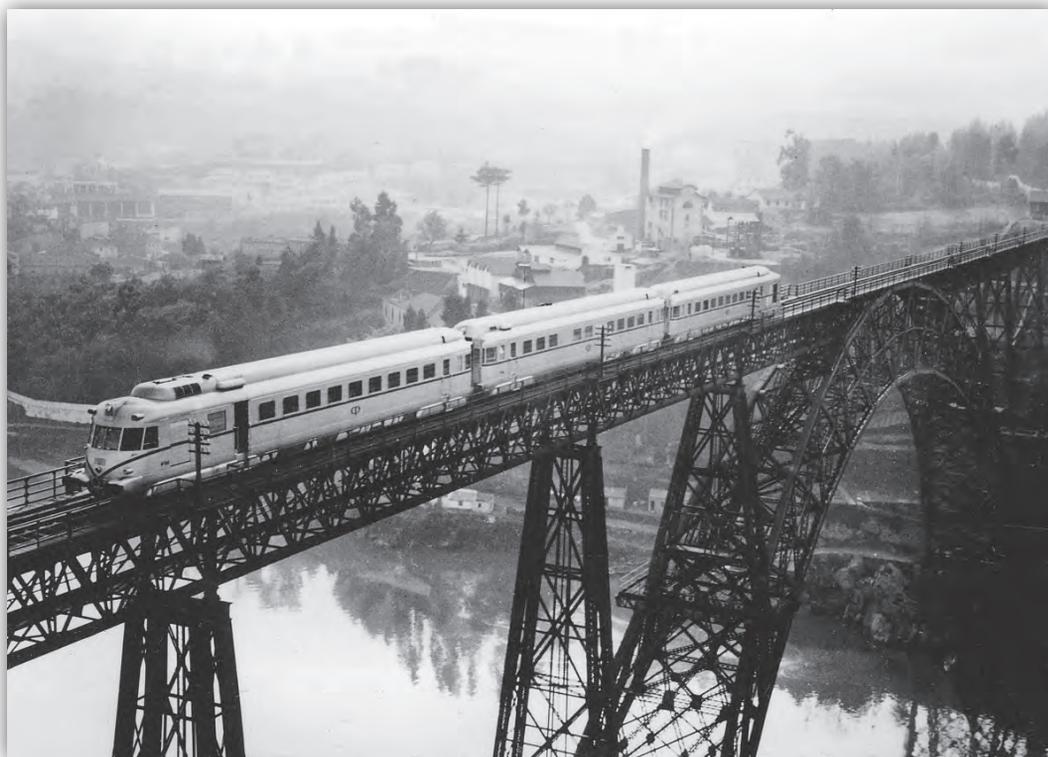
O aumento e diversificação de atividades da Empresa suscitaram uma reestruturação organizativa. A partir do dia 1 de abril de 1962 passou a funcionar na Agência Abreu uma secção de aviação, a par da secção de turismo, da de caminhos-de-ferro, da secção marítima e da de passaportes e vistos.

O princípio da especialidade era vivido individualmente pelos colaboradores na sua secção específica, mas combinando as competências próprias com o essencial das dos colegas, com vista à troca de experiências, promoção do diálogo e procura das melhores soluções para diferentes problemas que, a todo o momento, pudessem surgir. Era depois do horário de expediente que se procedia à ação de formação do dia: trocavam-se informações, faziam-se sabatinas e, para descontraír, organizavam-se campeonatos de velocidade com as quatro operações aritméticas nas calculadoras de manivela Facit.

Não surpreende, pois, que corresse o rumor nas companhias aéreas, marítimas e nas de caminho-de-ferro, de que a Agência Abreu detinha os melhores profissionais, os técnicos mais preparados.

Saber definir, com prontidão e acerto, o perfil dos clientes e satisfazer os diferentes tipos de viagem que pretendiam realizar fazia parte das valências de formação dos colaboradores. No Porto, rapidamente intuía-se se se tratava de um cliente que procurava uma viagem profissional (da área dos vinhos, dos têxteis ou do calçado, entre outras) ou se inte-

Era depois do horário de expediente que se procedia à ação de formação do dia: trocavam-se informações, faziam-se sabatinas e, para descontraír, organizavam-se campeonatos de velocidade com as quatro operações aritméticas nas calculadoras de manivela Facit



*Comboio Foguete,
Ponte Maria Pia, Porto,
1953
(Arquivo Histórico e Centro
de Documentação da CP)*

ressado em adquirir um bilhete para o Sud-Express, por exemplo. Já em Lisboa, as solicitações eram mais exigentes e complexas com clientes que, por exemplo, pretendiam fazer a travessia marítima da Alemanha para a Dinamarca, ou da Itália para a Grécia, uma viagem de comboio na África do Sul, e por aí adiante. Tais pedidos, ao abrirem precedentes face ao que era habitual solicitar-se ao balcão da Agência, constituíam oportunidades de aprendizagem que conferiram amplitude e destreza ao atendimento com a marca Abreu. Mobilizados por um forte espírito de equipa, os colaboradores estudavam horas a fio, noite dentro, para saber cada vez mais, alcançar as melhores soluções e, assim, fidelizar os clientes que, em número crescente, procuravam os serviços da Agência.

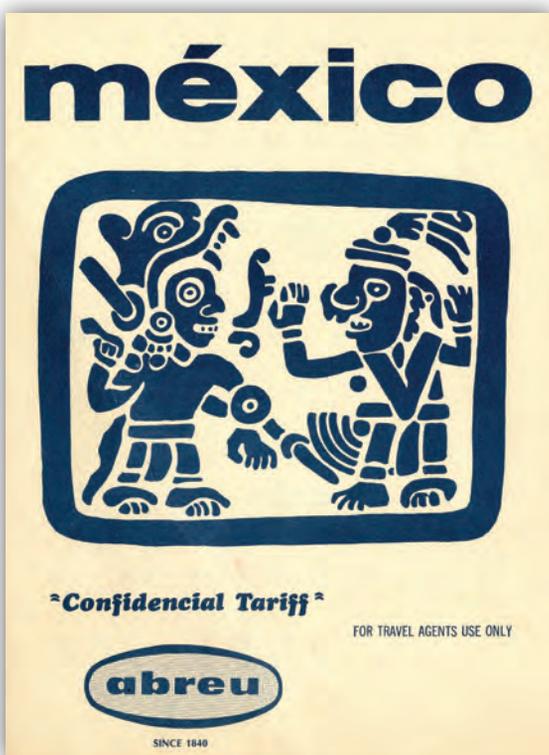
Assim se vincou este traço muito próprio da cultura da Agência Abreu, assente num portefólio de produtos e serviços que combinava especialização de competências com oferta universalista, integrada por profissionais solidários entre si e conhecedores das diferentes cambiantes da atividade da Empresa.

Os finais da década de 1950 e inícios da seguinte constituíram um tempo em que muitas empresas abriram a participação no capital aos seus colaboradores mais leais e competentes, prática emergente que encontrou anuência entre os acionistas da Agência Abreu. Essa era também, na verdade, uma forma de “blindar” a saída desses colaboradores para firmas concorrentes, comprometendo-os com o futuro das respetivas organizações.

Entre meados da década de 1960 e 1974, a Star, propriedade do Conde da Covilhã e apoiada pelo Banco Borges & Irmão, era o grande concorrente da Abreu no Porto; contou, aliás, na sua formação, com ex-colaboradores desta Agência. Em Lisboa, a Europeia e a Wagons-Lits constituíam as duas maiores referências no ramo e tentaram – em vão, na maioria das vezes – recrutar esses colaboradores que, com argúcia e sagacidade, Augusto Abreu soube a tempo segurar. Mas, em abono da verdade, são de sublinhar as boas relações

Mobilizados por um forte espírito de equipa, os colaboradores estudavam horas a fio, noite dentro, para saber cada vez mais, alcançar as melhores soluções e, assim, fidelizar os clientes





mantidas durante anos com a Europeia; quando estava instalada apenas no Porto, a Abreu assegurava os serviços do seu parceiro na cidade Invicta, sendo que o inverso acontecia na capital com os serviços da Abreu.

Em fevereiro de 1967, a Abreu enviou ao Grémio Nacional das Agências de Viagens e Turismo uma relação completa dos sócios e pessoal: eram 127 nos escritórios do Porto, enquanto em Lisboa trabalhavam 34 e cinco em Coimbra, o que perfazia um total de 166 colaboradores no início desse ano.

Por estes tempos, a Empresa contava já com a presença efetiva de Aníbal Abreu (filho), jovem licenciado em Finanças. Quem o conheceu, logo lhe identificava os atributos distintivos do pai e do tio (neste caso, até o seu apego às artes, tendo reunido uma grande coleção de óleos de Nuno Barreto¹⁴). De caráter generoso e diplomata, como profissional de turismo distinguiu-se rapidamente pela sua visão comercial e empresarial. Foram de sua iniciativa a aposta no mercado brasileiro, bem como a diversificação das atividades da Abreu, com um novo impulso no negócio da Carga, a criação de novos segmentos, como empresas e congressos, e um investimento muito claro no turismo recetivo – um segmento exportador, já que fornece serviços turísticos no país para cidadãos do exterior e capta divisas estrangeiras –, além do até aí inédito crescimento transnacional da Empresa em mercados como a Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, México, Venezuela e Argentina. Iniciativas coroadas de êxito, embora umas com maior longevidade do que outras, como se verá adiante.

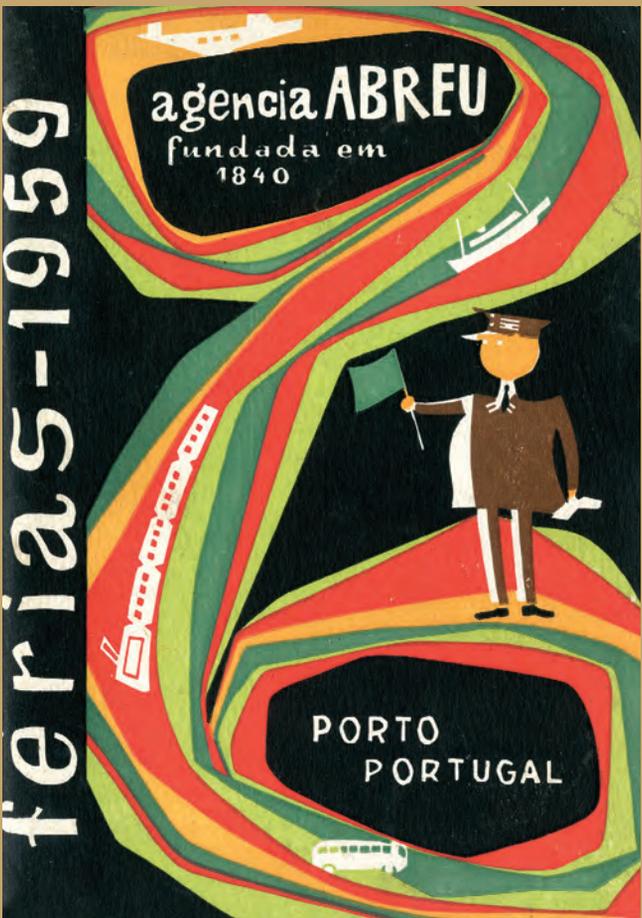
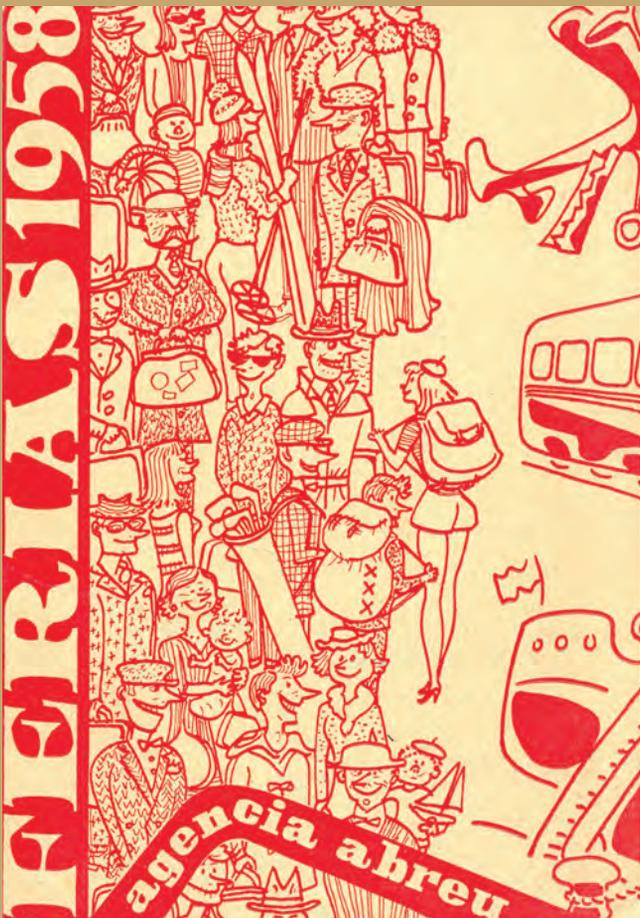
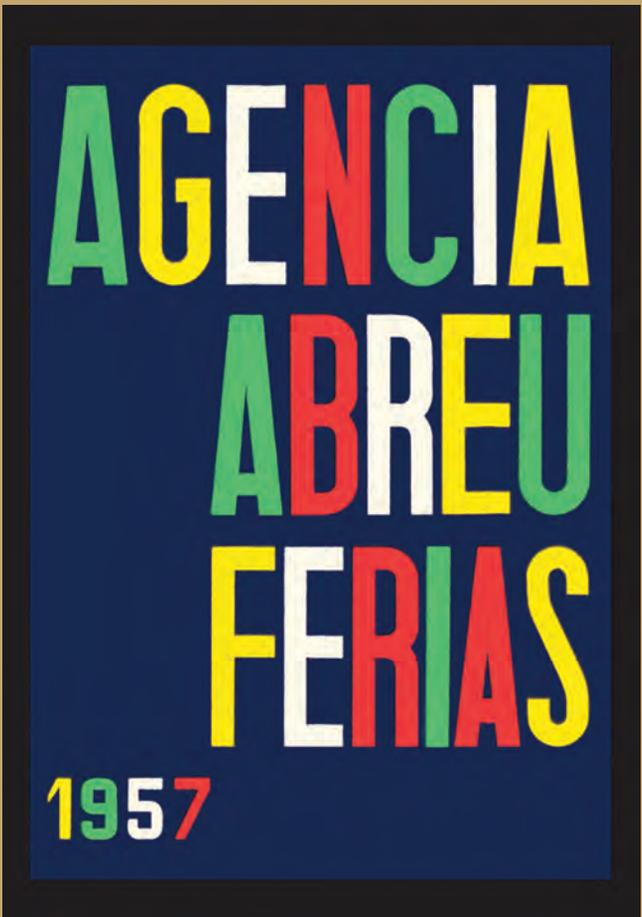
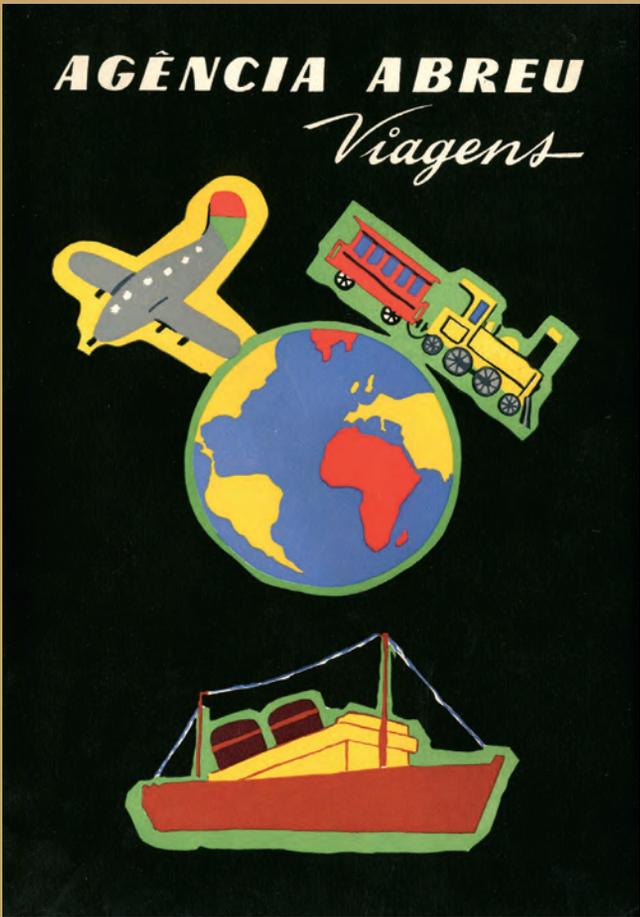
Até aos inícios do decénio 1970, a presença da marca em Portugal era fisicamente tangível apenas através das suas três lojas: Porto, Lisboa e Coimbra. Chegou a haver, nos inícios dos anos 80, um contacto exploratório com as Viagens Mercury, na perspetiva de um possível crescimento conjunto, dadas as várias filiais que aquela organização já dispunha no norte do país, mas dessa aproximação nada de concreto veio a resultar.

Todavia, os resultados da Agência vinham sucessivamente melhorando. Em 1962, com a abertura em Lisboa da A. Abreu Ltd.^a, começou por ocupar o quarto lugar entre as agências que disputavam o mercado da capital. Cinco anos depois, em 1967, a venda de bilhetes de avião mensalmente reportada às agências de viagens dava conta de um crescimento notável por parte da Abreu, que lhe conferia o primeiro lugar destacado. Esse indicador era um sinal claro do que o futuro reservava para a Empresa – a liderança absoluta do segmento de lazer.

14. Nuno Barreto (1941-2009) foi outro notável pintor do Porto, em cuja Escola Superior de Belas-Artes se formou, em 1967, com 20 valores, fazendo depois uma pós-graduação na Saint Martin's School of Art, em Londres, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Após a experiência pedagógica na ESAP e de "artist in residence" nos EUA, recebeu convite para trabalhar em Macau, onde foi o principal dinamizador da Academia de Artes Visuais inaugurada em 1989.

Capas de primeiros Catálogos de Viagens da Agência Abreu, 1954, 1957, 1958 e 1959.

A capa de 1954 corresponde ao primeiro catálogo lançado pela Empresa, sendo as duas últimas ilustrações de Júlio Resende ▶



5.4. O triunfo do segmento lazer

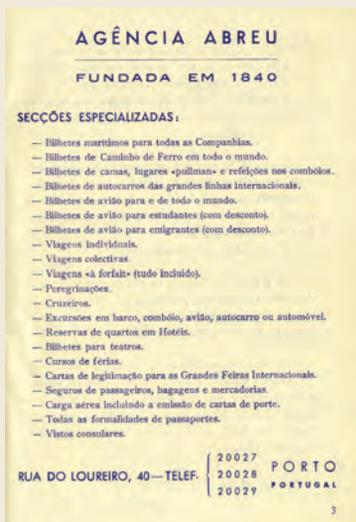
Lazer e trabalho, devoção religiosa e sede de aventura muitas vezes se combinaram para impulsionar o turismo. E a Agência Abreu estava alerta às múltiplas possibilidades e necessidades de deslocamentos de pessoas e bens, atenta à diversidade de públicos-alvo, ciente da emergência de um mundo de comunicação e globalização, pelo que soube criar e manter relações de trabalho a nível mundial com o fito de prestar todos os serviços relacionados com a viagem.

Um folheto, ainda da Rua do Loureiro, anunciava as suas:



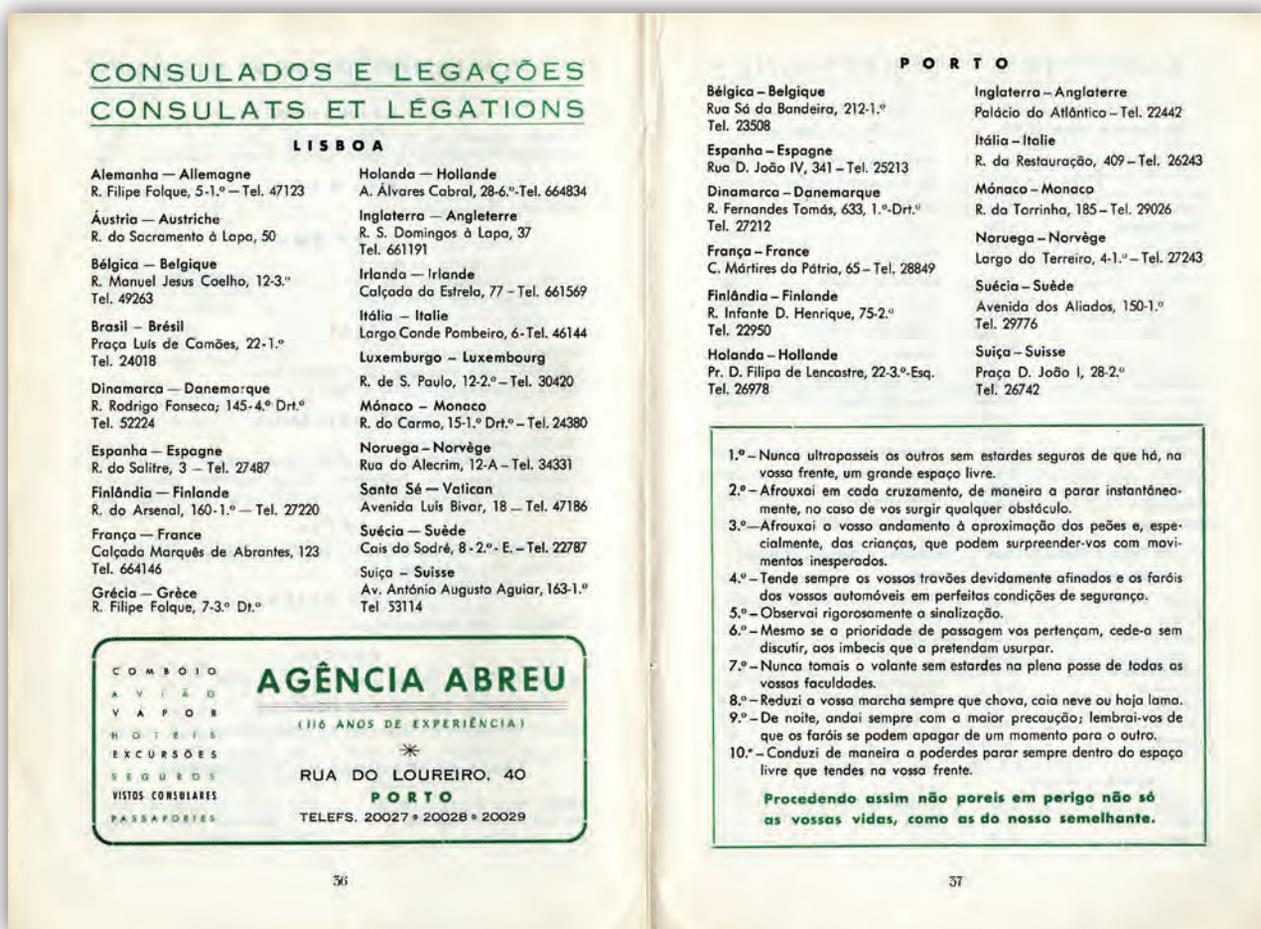
Secções Especializadas

- Bilhetes marítimos para todas as Companhias.
- Bilhetes de Caminho-de-ferro em todo o mundo.
- Bilhetes de camas, lugares “pullman” e refeições nos comboios.
- Bilhetes de autocarros das grandes linhas internacionais.
- Bilhetes de avião para e de todo o mundo.
- Bilhetes de avião para estudantes (c/desconto).
- Bilhetes de avião para emigrantes (c/desconto).
- Viagens individuais.
- Viagens coletivas.
- Viagens “à forfait” (tudo incluído).
- Peregrinações.
- Cruzeiros.
- Excursões em barco, comboio, avião, autocarro ou automóvel.
- Reservas de quartos de Hotéis.
- Bilhetes para teatros.
- Cursos de férias.
- Cartas de legitimação para as Grandes Feiras Internacionais.
- Seguros de passageiros, bagagens e mercadorias.
- Carga aérea (incluindo a emissão de cartas de porte).
- Todas as formalidades de passaportes.
- Vistos consulares.



De facto, tudo parecia facilitado por esta agência de viagens, que previa todas as exigências e perfis dos clientes como claramente indicavam os seus materiais de divulgação e publicidade.

A Abreu publicou um anúncio no Guia Itinerário para a Europa de 1956 com um *slogan* menos vulgar: “Agência Abreu (116 Anos de Experiência)”. Ao lado deste anúncio, o guia incluía uma listagem de endereços e telefones de consulados e legações estrangeiras em Lisboa e no Porto (em português e francês), assim como um decálogo para os automobilistas,



Páginas centrais do
Guia Itinerário para a Europa,
1956

sendo particularmente divertido o 6.º conselho: “Mesmo se a prioridade de passagem vos pertença, cedei-a sem discutir aos imbecis que a pretendam usurpar”.

Por sua vez, a secção de viagens de qualidade tinha sobretudo como clientes as empresas e respetivos proprietários e famílias; eram, de uma maneira geral, pessoas que pertenciam a estratos médios e altos em busca de um turismo com bons serviços, que garantissem a perfeita organização das suas férias.

Nos anos 1960 e 1970, o crescimento da Agência Abreu deu-se em função de três importantes fatores: a sua atividade no Brasil, que representou, de facto, tempos marcantes para a Empresa, como se aprofundará mais à frente; a emigração portuguesa para o Brasil e Europa (França, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha), fazendo da Agência Abreu uma referência inultrapassável junto dos emigrantes; e, finalmente, mas não menos importante, o incremento dos famosos circuitos europeus.

Como Augusto Abreu gostava de dizer, nesses tempos deu-se a passagem do “turismo de alfaiate” – e, até, tantas vezes, de alta-costura – para o “turismo pronto-a-vestir”, mas sem prejudicar a qualidade. A esse propósito, e ainda lembrando as palavras de Augusto Abreu, também “a Casa Pierre Cardin passou a vender em espaços comerciais não exclusivos da sua marca e nem por isso deixou de vender e manter intacta a qualidade de sempre”. Por isso, jogando ainda com a analogia entre turismo e moda de qualidade, costumava enfatizar: “Detesto suspensórios, mas se um dia tiver de os fabricar, terão de ser os melhores”.

Como Augusto Abreu gostava de dizer, nesses tempos deu-se a passagem do “turismo de alfaiate” – e, até, tantas vezes, de alta-costura – para o “turismo pronto-a-vestir”, mas sem prejudicar a qualidade





A Abreu exerceu então uma influência decisiva no hábito de viajar das pessoas. Era o princípio da “democratização das viagens”, assente na lógica emergente do “turismo pronto-a-vestir”, naturalmente partilhada pelos principais operadores que, com a Abreu, disputavam nessa altura o mercado português.

Augusto Abreu desde logo se preocupou com a produção de materiais promocionais que contivessem a necessária informação mas que fossem, ao mesmo tempo, esteticamente atraentes e originais. Entregando a conceção de cartazes, folhetos e brochuras a artistas plásticos, apostou num grafismo publicitário em moldes modernos e apelativos. Os exemplos primam pela quantidade e pela diversidade das gramáticas utilizadas.

Um dos primeiros – “Agência Abreu Férias 1957” – era um cartaz de grande efeito visual e cromático, que antecipava a força do *lettering* em detrimento do figurativo. Numa linha diferente, um panfleto de 1960 tinha o fundo monocromático (magenta, verde ou amarelo) e foi distribuído em larga escala por empresas, escolas, caixas do correio, e mesmo à porta das igrejas, na saída das missas. Usava uma linguagem próxima da banda desenhada, associando legendas e desenhos para de-

monstrar as vantagens das excursões e das viagens “tudo pago cá” organizadas pela Abreu. Para além da comicidade das imagens de leitura imediata, passava a mensagem como quem conta uma pequena história divertida:

Quem viaja por sua conta não dorme a pensar nos dissabores que podem esperá-lo. Fuja às surpresas escolhendo uma excursão da Agência Abreu. Vê mais, mais barato e dorme descansado. Mas se não gosta de excursões compre na Agência Abreu uma viagem “tudo pago cá” para si só, para si e família ou para si e amigos, tem hotéis pagos, transportes pagos, museus pagos. Em resumo: tem a sensação de viajar de graça.

No ano de 1958, a Exposição Universal de Bruxelas – a primeira grande exposição mundial que se realizou após a II Guerra Mundial – provocou grande movimento na Agência Abreu, sendo numerosos os portugueses que se interessaram pela Expo’58 realizada no parque de Heysel.

A utilização de materiais de propaganda em línguas estrangeiras era já uma estratégia desta agência associada na prestigiada WATA – World Association of Travel Agencies – fundada em 1949. Tal é visível num folheto integralmente redigido em inglês, de 1959, através do qual a Abreu captava turistas de diferentes nacionalidades, nomeadamente americanos interessados em fazer turismo no nosso país, como confirmava a informação destacada: “Dollars \$45 – 15 days in Portugal”¹⁵.

15. *Abreu Travel Agency. Confidential Tariff for Tourist and Travel Agencies*. Porto: Agência Abreu, 1959.

Esta adaptação ao mercado em mutação procurando apresentar ofertas turísticas para todo o tipo de procura está bem patente na publicitação de brochuras extensas e organizadas por secções temáticas, de que é paradigmático o catálogo “Férias 1960”, onde novamente ressaltava a modernidade da sua conceção gráfica. Por outro lado, revelava as parcerias que a Agência Abreu havia estabelecido, como os banqueiros Pinto de Magalhães, Hotel Mundial, Hotéis Internacionais Limitada e Shell, referenciados na primeira página desta publicação como “coadjuvantes do bom êxito da sua viagem”.



Quadro n.º 5

Catálogo de Viagens da Agência Abreu para 1960

Tipologia de Viagens	Destinos
Excursões	Espanha – França – Suíça – Itália – Áustria – Alemanha Londres e toda a Escandinávia Andaluzia – Tânger – Gibraltar Paris Peregrinação ao Congresso Eucarístico de Munique e Paixão de Cristo de Oberammergau com visita a Espanha, França, Suíça, Itália, Áustria e Alemanha Escandinávia Sevilha e Marrocos Itália – Suíça – França Itália – Suíça – Áustria – Alemanha – Paris
Viagens Combinadas	Madrid e Andaluzia Oberammergau e Alemanha Três Capitais Nórdicas Paris e Dinamarca
Viagens Tudo Pago Cá	Estados Unidos da América “Europa 1960” Barcelona e Palma de Maiorca Paris, Bélgica e Holanda Londres e Escócia Paris – Lourdes – Madrid
Estadias	Diversas Estadias
Cruzeiros	Cruzeiros do M/S “Meteor” Cruzeiros do M/S “Stella Polaris” Cruzeiros Diversos

Segundo este catálogo, eram seis as secções por que se repartiam os serviços da Agência – excursões, “viagens combinadas”, “viagens tudo pago cá”, estadias e cruzeiros – às quais se juntava uma última rubrica intitulada “Se vai no seu carro” que fornecia ao automobilista informações diversas e prestava sugestões de locais a visitar e um itinerário de viagem em carro particular por terras de Espanha, França, Suíça e Itália.



Guia da excursão verificando a arrumação das malas no tejadilho do autocarro, 1967

5.5. Os circuitos europeus

Mas foi o incremento das excursões na Europa, a Europa “civilizada” que todos ambicionavam conhecer, que ajudou a construir a imagem de marca da Abreu, justamente célebre pelos seus circuitos europeus.

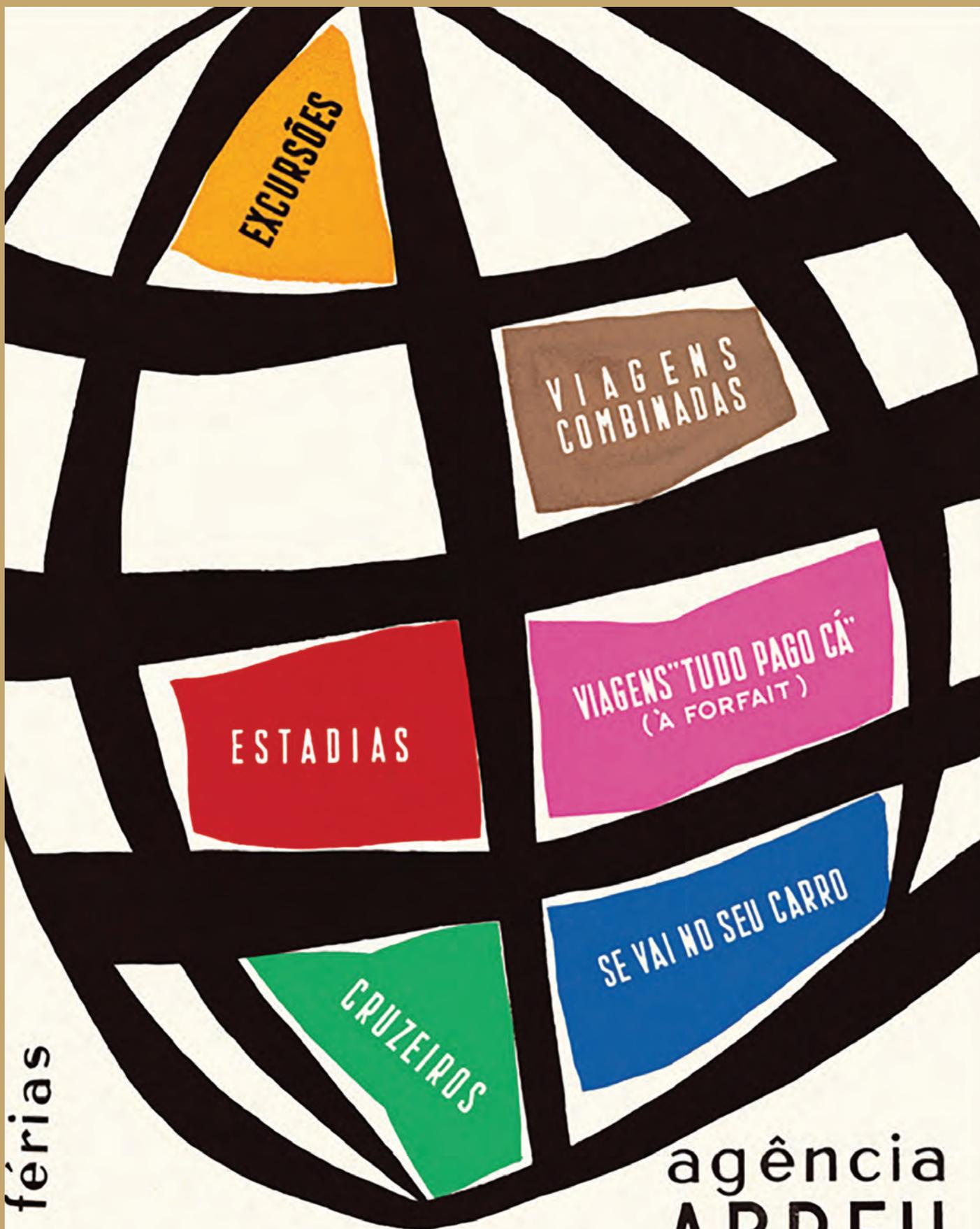
Em autocarros de carreira que eram alugados para o efeito, nos primeiros tempos peçados de bagagens no tejadilho, e com guia da Agência a acompanhar todo o percurso, estas excursões deram nome e alento financeiro à Abreu. Com o passar dos tempos, tornou-se fundamental dispor de bons *autopullmans* para as longas excursões; desde os anos 1950 até ao presente, a Abreu vem recorrendo aos serviços de diversas empresas do ramo, localizadas em várias zonas do país: Timóteo (Póvoa de Varzim); Tavares (Vila Nova de Gaia); Auto Viação Rio de Moinhos (Alpendurada); Santos (Alpendurada); Escamarão Tours (Alpendurada); Nogueira da Costa (Maia); U. T. Carvalhos; Claras Turismo (Lisboa); Capristanos Turismo (Lisboa); Praia-Mar (Carcavelos); Barraqueiro / Frota Azul (Loures).

Foi assim que muitos portugueses e latino-americanos viajaram pela Europa das diferentes latitudes e regimes, descobriram as suas paisagens e os seus povos e respiraram o ar das suas capitais que aliavam a quase estonteante modernidade com a tradição. Calcorream

Em autocarros de carreira que eram alugados para o efeito, nos primeiros tempos peçados de bagagens no tejadilho, e com guia da Agência a acompanhar todo o percurso, estas excursões deram nome e alento financeiro à Abreu



Por ocasião do seu 15.º aniversário, jovem brasileira (junto de sua mãe), presenteada pela família com uma excursão da Agência Abreu à Europa, 1962



férias

1960

agência
ABREU
fundada há 120 anos



Autocarro de turismo,
anos 1960

vielas góticas de emblemáticas cidadezinhas, subiram os degraus de incontáveis castelos e palácios, admiraram os vitrais e pórticos das catedrais. Debruçaram-se sobre as pontes célebres que cruzavam os rios cujos nomes evocavam os jorros de mercadorias e ideias que ao longo de séculos tinham circulado pelo continente pleno de contrastes. *In loco* ouviram falar as múltiplas línguas que davam cor aos mercados ou requinte aos artigos de preço proibitivo que decoravam as vitrinas de luxo. Atravessaram estreitos, pisaram o solo de antigas batalhas, subiram montanhas e abeiraram-se de precipícios que a natureza recortara com mão caprichosa nas linhas litorâneas

que tocavam os mares com areias macias, rochedos imponentes ou fiordes de sonho.

Dos anos 60 até à queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e ao desmembramento da União Soviética, os autocarros da Abreu percorriam as estradas velhas e as acabadas de inaugurar, passavam fronteiras físicas ou imaginárias, varavam, munidos de vistos e cautelas, a “Cortina de Ferro”, para usar a expressão consagrada de Winston Churchill.

Cada viagem tinha as suas histórias pitorescas, cada país os seus episódios inesquecíveis, cada fronteira as suas peripécias imprevistas. Na Europa de Leste, as entradas e saídas podiam demorar horas, não obstante a desejada ordem para avançar ser frequentemente garantida pelos expedientes dos guias que presenteavam a guarda fronteiriça com pequenos mas irresistíveis brindes: cigarros ocidentais, revistas pornográficas, cerveja ou Coca-Cola. Se a documentação não estava irrepreensível os esforços eram redobrados para contornar os óbices que podiam ditar o insucesso da excursão.

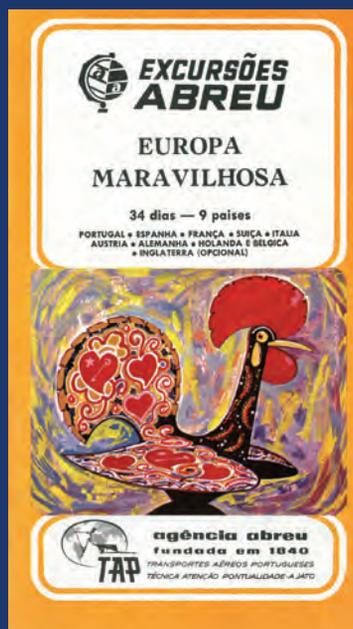
Numa célebre visita a Budapeste, um guia a braços com dois clientes sem visto nos respetivos passaportes lembrou-se argutamente de evitar que o guarda entrasse no autocarro

para passar em revista, um a um, todos os documentos, convencendo todos os passageiros a sair em passo de corrida pela porta de trás. Questionado pelo guarda relativamente à razão daquela correria, respondeu: “Paprika! Paprika!” A simulação de uma dor de barriga coletiva como reação ao poderoso condimento húngaro permitiu seguir viagem e dirimir um iminente problema diplomático.

Noutra ocasião, um autocarro em viagem de mais um circuito europeu estacionou em pleno centro histórico de Praga, onde tal prática era expressamente proibida. Os passageiros, acompanhados da guia local, já seguiam em direção ao restaurante mas, na viatura, a guia portuguesa e o motorista eram interpelados pela polícia local. Por mais argu-



Autocarro de turismo,
anos 1970



Brochuras,
1969

mentos que a guia apresentasse, nada demovia o agente da polícia que preparava a coima a ser aplicada, abrindo o livro de multas – um grosso caderno de senhas, cada qual correspondendo a um valor pecuniário – do qual ia desprendendo sucessivos talões. Assustada com o montante da multa que se avizinhava, a guia suplicou-lhe um tríplice “stop! stop! stop!”, ao que o representante da autoridade respondeu, para a tranquilizar: “Madame, no problema, no problema, inflación, inflación”. E, se não houve como escapar à multa, esta ficou-se por uns módicos 4 000\$00.

Se os tempos eram de Guerra Fria, os episódios aqueciam as excursões como o que decorreu durante um circuito ao Norte da Europa “Saga Escandinava”, passado em Berlim Leste, logo à chegada ao histórico Check Point Charlie. Os guardas fronteiriços da então República Democrática Alemã eram particularmente acutilantes nas revistas a pessoas, bagagens (incluindo as de mão) e veículos. Os passageiros tinham de abandonar temporariamente os autocarros para que estes fossem passados a pente fino com espelhos que captavam todos os ângulos e perspectivas debaixo da viatura, além dos martelinhos que batiam nos painéis laterais em busca de alguma coisa escondida. Nesse dia, a excursão da Abreu captou todas as atenções e fez soar os alarmes quando o guarda que estava a inspecionar o interior do autocarro descobriu um saco aparentemente dissimulado (simples esquecimento do guia, que bem sabia que nada podia ser deixado no autocarro sob o risco de suscitar suspeitas). O saco, colocado debaixo de um banco próximo do motorista, foi levado para a rua pelo zeloso guarda, que anunciou num grito estridente: “Propaganda! Propaganda!” Afinal, o seu conteúdo não passava de umas dezenas de cassetes de música para animar os passageiros ao longo de numerosos dias de excursão. Apesar de todas as explicações prestadas, o guarda não descurou as suas funções e arrancou das cassetes os longos metros de fita, que se lhe enrolavam nos dedos e caíam aos pés; decididamente, a propaganda musical do guia Abreu não mais foi ouvida...



Em França, junto ao porto de Calais, uma excursão da Abreu que seguia para Londres deparou-se com uma greve dos *ferryboats*. Um guia, muito expedito, não se rendeu ao contratempo e, após meia dúzia de contactos, embarcou o seu grupo num cargueiro de açúcar que se preparava para zarpar rumo à capital inglesa...

Mas os imprevistos ocorriam nas mais diversas latitudes. Em França, junto ao porto de Calais, uma excursão da Abreu que seguia para Londres deparou-se com uma greve dos *ferryboats*. Um guia, muito expedito, não se rendeu ao contratempo e, após meia dúzia de contactos, embarcou o seu grupo num cargueiro de açúcar que se preparava para zarpar rumo à capital inglesa. Só o motorista ficou em terras gaulesas, naturalmente a tomar conta do autocarro.

Em janeiro de 1968, na véspera da etapa da saída de Veneza para Innsbruck, os jovens passageiros manifestaram ao guia da excursão “Universitários na Europa”, dos estudantes do Curso de Arquitetura da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, que se realizava no inverno europeu, que gostariam de ter tempo em Cortina D’Ampezzo (nas Montanhas dos Dolomitas) para desfrutar da neve. Mas foi-lhes dito que não haveria tempo para tal, pois era necessário circular devagar e teriam de chegar de dia a Innsbruck, exatamente porque poderia nevar naquela região do Tirol. Todavia, o próprio professor que acompanhava o grupo insistiu para que se realizasse essa pequena aventura na neve – uma paisagem que, talvez, muitos deles jamais voltariam a ver. Nesta conformidade, como se encontravam alojados no Hotel Splendid Suisse, situado nos “canais” de Veneza, os colaboradores da Abreu tentaram arranjar uma solução: se todas as malas ficassem disponíveis antes do jantar, seriam colocadas no autocarro a fim de que, no dia seguinte, não se tivesse de realizar essa tarefa que sempre demorava um bom tempo; então, poderiam sair do hotel às quatro horas da manhã, levando o pequeno-almoço para comer pelo caminho e, assim, iniciar a viagem bem mais cedo do que o habitual e fazer a desejada paragem em Cortina. Todos concordaram, as malas foram de barco para o autocarro logo depois do jantar, o despertar foi às três da manhã e, quando o grupo se preparava para sair do hotel, faltava o professor. Estava sem calças, pois tinha-se esquecido de as separar... Tudo se resolveu: o porteiro da noite do hotel, homem de elevada estatura, era bem conhecido da Abreu e emprestou um par ao professor, que lá foi para Cortina e Innsbruck de calças arregaçadas, para gáudio de todos, especialmente dos alunos!...

Estas narrativas permitem compreender as palavras de Augusto Abreu, proferidas no final da entrevista a um candidato a guia na sua Empresa: “O Senhor escolheu uma profissão muito difícil”. Nos anos 50 e 60, os guias da Agência Abreu faziam as viagens por essa Europa fora com plena autonomia, após treinos apurados que lhes conferiam uma reconhecida capacidade de resolver problemas e encontrar soluções. A responsabilidade da missão residia também na avultada quantia em dinheiro que transportavam na carteira – 600 mil escudos, em média – para honrar todos os pagamentos ao longo dos 36 dias de uma “Europa Maravilhosa”, que envolvia, em regra, 45 passageiros. Até 1975 – ano em que a maioria das despesas deixaram de ser pagas em *cash*, passando a utilizar-se os cómodos *vouchers* –, cabia ao guia pagar as sucessivas custas que a viagem ia somando, desde os combustíveis às refeições, do alojamento nos hotéis aos ingressos nos sítios históricos e monumentais. Outras agências turísticas efetuavam tais pagamentos *a posteriori*, o que permite compreender a preferência que os estabelecimentos de restauração e hotelaria concediam à Abreu, que assim conseguia reservas de primeira escolha.

Cada novo guia fazia a sua primeira viagem de aprendizagem com um guia experimentado, que funcionava como patrono. Augusto Abreu obrigava-os a estudar, proporcionava-

Estas narrativas permitem compreender as palavras de Augusto Abreu, proferidas no final da entrevista a um candidato a guia: “O Senhor escolheu uma profissão muito difícil”



CRUZEIRO NO MEDITERRANEO ✨

SARDENHA * ITALIA * GREGIA * TURQUIA *
MALTA * GIBRALTAR *

De 19 de Junho a 6 de Julho de 1972

18 DIAS

ORGANIZAÇÃO DA
EMPRESA INSULANA DE NAVEGAÇÃO * **agencia abreu**
FUNDADA EM 1840

AGENCIA ABREU
PASSAPORTES
Av. dos Aliados, 207

1001 VIAGENS
de "IT" (tarifas reduzidas de avião)

Peça a respectiva brochura à
AGENCIA ABREU-DESDE 1840

LISBOA: Av. Liberdade, 160-PORTO: Av. Aliados, 207-COIMBRA: R. Solo, 2

A MAIOR E MAIS ANTIGA DE PORTUGAL

MARAVILHOSO CRUZEIRO
MADEIRA-CANÁRIAS-MARROCOS

A bordo do moderno N/T «FUNCHAL»
partida de LEIXÕES: 16 de Outubro (12 dias de viagem)

PREÇOS DESDE ESC. 3.250\$00
(excursões incluídas)

Escolha de camarotes no momento da inscrição
Programas, informações e inscrições:

AGENCIA ABREU FUNDADA EM 1840

PORTO — Av. dos Aliados, 207 — Telef. 37921 (10 linhas)
LISBOA — Av. da Liberdade, 160 — Telef. 320021 (15 linhas)
COIMBRA — Rua da Sota, 2 — Telef. 27011/2

EMPREGADO

Cerca de 27 anos. Boa apresentação, serviço militar cumprido, cultura geral, Francês e Inglês. Carta à Administração ao n.º 657.

-lhes formação em castelhano, inglês e francês, estimulava-os a realizar sabatinas de história, etnografia e geografia, incluindo a geografia turística que se fazia *en route*, de microfone em punho, e que convocava o guia a saber e partilhar mil e um detalhes e *fait divers*. Nessas sabatinas, falava-se também de localizações de hotéis, estradas novas, acessos mais rápidos. Em viagem, os guias ao serviço da Empresa chegavam a trabalhar vinte horas por dia, quando a organização de *tours* noturnos a isso obrigava.

Para além da Abreu, disputavam então os circuitos europeus oferecidos ao mercado sul-americano a italiana Polvani e a espanhola Meliá. Os circuitos “Europa Maravilhosa”, realizados de março a outubro, chegaram a envolver três a quatro grupos por semana e, nas diferentes declinações das viagens em grupo, a Agência Abreu conseguiu agregar o impressionante número de 42 guias. Face à grande quantidade de excursões não era raro ocorrer que, entre uma e outra excursão, o guia não tivesse tempo de ir a casa (a maioria residia no Porto) e alguém da família teria de levar-lhe uma mala de roupa lavada a Lisboa, pois terminava uma excursão num dia e começava outra no dia seguinte em Lisboa, Roma, Paris ou Copenhaga.

Quem, no domingo, dia 4 de outubro de 1970, folheasse *O Comércio do Porto*, deparava-se, logo na segunda página, com o dinamismo da Agência Abreu e a sua variada oferta para diversos tipos de turismo e viagens, distribuída por três anúncios.

O da primeira coluna não chamava particularmente a atenção; além de ser pequeno, apresentava apenas três informações telegráficas: “Agência Abreu / Passaportes / Av. dos Aliados, 207”. Pelas suas características, destinar-se-ia aos emigrantes que rumavam à Europa e indivíduos interessados em viagens de negócios.

O reclamo da quarta e quinta colunas, de média dimensão, destacava “1001 Viagens de IT”. Se o numeral apelava a um imaginário de exotismo, o misterioso “IT” era pragmaticamente explicado entre parênteses: “tarifas reduzidas de avião”. Mas como tal quantidade de viagens não podia ser explicada no limitado espaço publicitário, lançava-se o repto aos potenciais turistas – “Peça a respectiva brochura à Agência Abreu – desde 1840” – e indicavam-se os endereços das três lojas então existentes (Lisboa, Porto e Coimbra). E o anúncio terminava reiterando em letras gordas as ideias chave de excelência e antiguidade: “A Maior e Mais Antiga de Portugal”.

Já a peça publicitária de maior dimensão ficava reservada para o “Maravilhoso Cruzeiro” do *Funchal*, que saía de Leixões para um périplo de doze dias entre a Madeira, Canárias e Marrocos,

PRATA - reveillon a bordo
AMAZONIA - grande cruzeiro
CANAIS FOGUINOS - terra do fogo
PRATA - carnaval a bordo

4 MARAVILHOSOS CRUZEIROS

"FUNCHAL"

Um navio Português para Cruzeiros Turísticos mesmo!
Luxe + Conforto

A GARANTIA abreu
PRATICIDADE

Brochura dos primeiros cruzeiros do Funchal, com início nos portos brasileiros, 26.12.1973

com preços desde 3 250\$00 (excursões incluídas). Para obtenção de programas, informações e inscrições eram indicados os endereços das três lojas e respetivos números de telefone, evidenciando que no Porto havia dez linhas telefónicas e em Lisboa quinze¹⁶.

A experiência da Agência Abreu na organização de viagens de cruzeiro começara em 1962, a bordo do histórico *Funchal*. Construído em estaleiros dinamarqueses, por encomenda da Empresa Insulana de Navegação, o navio, lançado ao mar cinco anos antes, assegurava a ligação regular entre Lisboa, Açores, Madeira e Ilhas Canárias.

Essas viagens, com a duração de doze dias, estavam organizadas em três classes – 1.^a (dividida em turística A e turística B), 2.^a e 3.^a – classificação fixada em conformidade com os diferentes níveis de qualidade. Inflexível, o comissário do navio proibia terminantemente a circulação dos passageiros para além do espaço confinado à classe a que correspondia o bilhete adquirido, havendo, por conseguinte, serviços diferenciados de bar, restaurante e acomodações.

A 3.^a classe oferecia, naturalmente, condições mais modestas, como cabines para seis pessoas; esses passageiros partilhavam uma casa de banho coletiva, no corredor, o que obrigava a longas filas de espera. Os numerosos militares que viajavam no *Funchal*

16. Curiosamente, esta edição de *O Comércio do Porto* publicitava ainda uma oferta de emprego da Agência Abreu, embora sem mencionar o nome da Empresa, como era costume quando queria selecionar novos colaboradores. O pequeno texto solicitava empregado com "cerca de 27 anos", além de "boa apresentação, serviço militar cumprido, cultura geral, Francês e Inglês". Houve certamente vários candidatos, mas um dos que enviou carta de resposta ao jornal e recebeu outra da Agência Abreu solicitando a sua presença na Av. dos Aliados n.º 207, no dia 8 de outubro, foi admitido para "observação" e, a 22 do mesmo mês, estava a acompanhar o guia de uma excursão "Europa Maravilhosa", de 37 dias.



8 VIAGENS AO ORIENTE

OSAKA-EXPO'70-JAPÃO

«Progresso e Harmonia para a Humanidade»

Uma organização da:

agencia abreu
FUNDADA EM 1840

LLSBOA: Avenida da Liberdade, 160 — Telex. 320021 (15 linhas)
Teleg. "Abreutour" — Telex: 1304

PORTO: Avenida dos Aliados, 207 — Telex. 37921 (15 linhas)
Teleg. "Abreutour" — Telex: 2740

COIMBRA: Rua da Sota, 2 — Telefones, 27011 - 27012
Teleg. "Abreutour" — Telex: 1686



EM COLABORAÇÃO COM

PAN AM // SAS

THAI INTERNATIONAL

eram invariavelmente passageiros dessa classe de preço módico, designadamente em regime alcinhado de “cama quente” – saía de lá um, entrava logo outro. Nas primeiras viagens, durante as 24 horas de navegação até ao porto do Funchal, havia mesmo quem fosse sem alojamento, dormitando no convés. Neste cenário pitoresco era frequente os membros da tripulação esconderem as cadeiras com o propósito de as alugarem depois.

A animação a bordo coube inicialmente a uma banda musical improvisada e recrutada entre os mais talentosos elementos da tripulação: um cozinheiro (trompete), um empregado de mesa (acordeão), o comissário (clarinete) e um marinheiro (voz e percussão), para recreação de toda a gente!...

Nos primeiros tempos, as viagens de cruzeiro neste emblemático navio congregavam os interesses comerciais de três agências: Abreu, Europeia e Wagons-Lits. De princípio, a Abreu levava, em média, 30 a 40 passageiros. Um ano depois, chegava aos 150. Entre os notáveis clientes da Abreu que viajavam em 1.ª classe, cabe lembrar os Condes de Barcelona, avós do atual Rei de Espanha, ao tempo exilados no Estoril.

Nos anos 1970, o navio foi profundamente remodelado e os seus circuitos alterados, concentrando-se ora no Brasil, ora no Mediterrâneo, consoante as épocas do ano; até finais da década seguinte, estes cruzeiros alcançaram grande prestígio e reputação, como adiante será mencionado.

Paralelamente, a Abreu valorizou as viagens de “inspeção” que os responsáveis de uma empresa ou agentes no exterior efetuavam a Portugal com o objetivo de conhecer os serviços e as infraestruturas (hotéis, restaurantes, centro de convenções, visitas e excursões locais e, ainda, a possibilidade de realizar eventos especiais) para os integrantes de um congresso, de grupos de turismo temático ou mesmo de uma equipa desportiva. Também os colaboradores da Abreu faziam viagens “de prospeção e promoção” para captação deste tipo de negócios, junto dos agentes no exterior, para os serviços a prestar em Portugal, no Brasil e, posteriormente, noutros pontos do globo.

Por sua vez, a Abreu desencadeou as suas próprias viagens de inspeção para o conhecimento necessário de novos destinos, de maneira a enriquecer a programação e organização de viagens com a chancela Abreu. Assim, a viagem ao Japão, por alturas da Expo'70, em Osaka, foi precursora das excursões de grande sucesso ao Oriente, com destaque para uma viagem turística de 27 dias denominada “Sonho do Japão”.

Complementarmente, as atuais viagens técnicas de formação, vulgarmente chamadas “educacionais”, são frequentemente organizadas em colaboração com companhias aéreas ou marítimas e com os hotéis e agentes no exterior, para os seus colaboradores e agentes de viagens que vendem os produtos da marca Abreu, a fim de conhecerem *in loco* os serviços das viagens programadas.

5.6. O registo de marca *Agência Abreu* e a evolução administrativa da Empresa

Se a casa de passagens e passaportes e depois agência de viagens já há muito era conhecida e designada por Agência Abreu, inclusivamente nos “Alvarás de Licença para exercer a indústria de agente de passagens e passaportes ao Sr. Augusto Lopes Vieira de Abreu”, só em 24 de setembro de 1962 a Secretaria de Estado do Comércio (tutelada pelo Ministério da Economia), através da Direção-Geral do Comércio, Repartição da Propriedade Industrial, passou o título de registo de marca “Agência Abreu”, registo esse com a validade de dez anos e prorrogável por iguais períodos, extensivo também às “províncias ultramarinas de Angola e Moçambique”, a Augusto Lopes Vieira de Abreu, português, industrial e comerciante, estabelecido no Porto, Avenida dos Aliados, n.º 207, rés-do-chão, para prova do direito de propriedade daquela, a fim de passar a constar dos impressos de correspondência e de publicidade, dos cartazes, dos bilhetes de viagem e ainda dos prospectos da Empresa.

Quanto aos territórios coloniais atrás mencionados, deve realçar-se que a Agência Abreu chegou a realizar ações comerciais e a promover circuitos em Angola para clientes oriundos da metrópole, mas também para clientes brasileiros, haja em vista a triangulação que unia esses lugares, distantes entre si mas com afinidades históricas.

Com efeito, os inícios da década de 1960 trouxeram grandes transformações a nível da estrutura da Empresa. Foi criada a A. Abreu, Limitada, matriculada sob o número 32 694 do Registo Predial, uma agência de viagens, turismo, navegação e serviços semelhantes que iniciou as suas operações em 2 de janeiro de 1962, tendo a sua sede e estabelecimento em Lisboa, na Avenida da Liberdade, 158-A¹⁷. Esta Sociedade constituiu-se com um capital de 100 000\$00, pertencendo as quotas maioritárias a Augusto e Aníbal Abreu – primeiro de 47 000\$00 e depois de 44 000\$00 cada um – mas rapidamente, por um pro-



Primeira loja da Agência Abreu em Lisboa, 2.1.1962

17. A abertura desta sucursal foi autorizada por despacho do diretor-geral do turismo, datado de 18 de julho de 1962.

cesso de cessões dos dois sócios minoritários e também gerentes da sociedade, os irmãos Abreu passaram a deter a totalidade do capital.

Como ficou exarado na terceira ata da Sociedade, datada de 11 de novembro de 1963, foi aprovada ao sócio Augusto Lopes Vieira de Abreu a aquisição da Agência Abreu pelo preço de 1 220 000\$00, cujo trespasse deveria ter efeitos a partir de 2 de janeiro de 1964. Pela ata seguinte, de 29 de novembro de 1963, tomava-se conhecimento da cessão das quotas dos dois sócios minoritários, continuando com o mandato de gerentes até 31 de dezembro desse mesmo ano. Naquele mês, o capital da sociedade foi reforçado passando a cifrar-se em 2 220 000\$00, reforço que foi subscrito em dinheiro por Aníbal e por Augusto Lopes Vieira de Abreu, respetivamente na proporção de 950 000\$00 e de 1 170 000\$00, ficando o primeiro a deter a quota unitária de 1 000 000\$00 e o segundo de 1 220 000\$00.

Com o início do ano de 1964 deu-se uma modificação total do pacto da Sociedade. Alterou a sua denominação para Viagens Abreu, Ltd.^a, com sede e estabelecimento na Avenida dos Aliados, n.º 207, no Porto, e filial na Avenida da Liberdade, 158-A, em Lisboa, podendo criar as filiais, agências e representações que a gerência entendesse, tanto no país como no estrangeiro. O objeto desta Sociedade consistia no exercício de agência de viagens e turismo, angariação de seguros, camionagem, trânsitos, despachos, navegação, transportes nacionais e estrangeiros, podendo também dedicar-se “ao câmbio e moeda exclusivamente relacionada com o serviço de agência de viagens”.

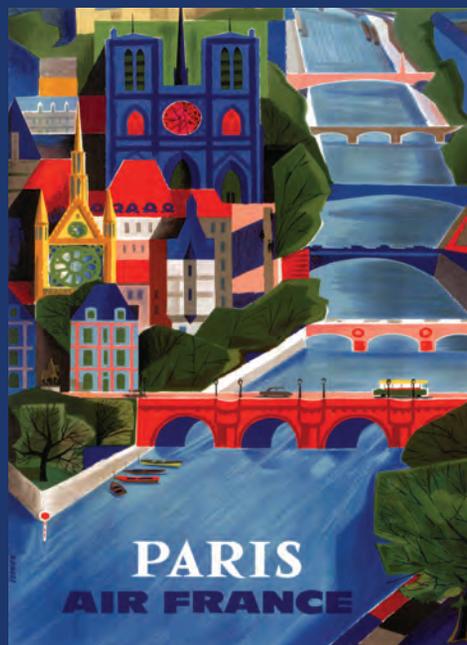
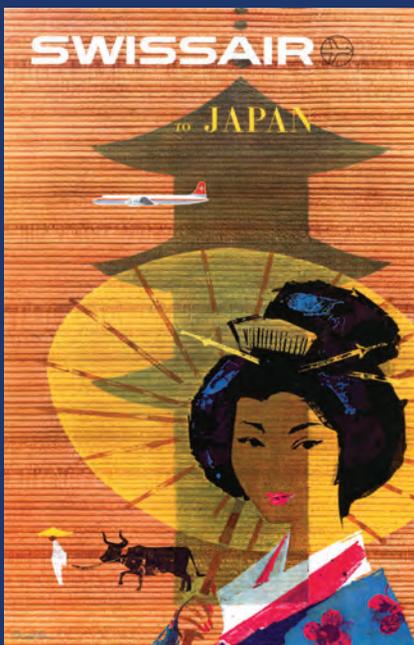
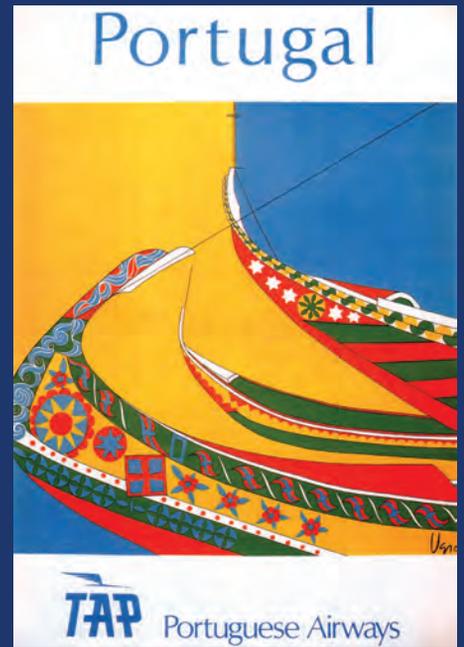
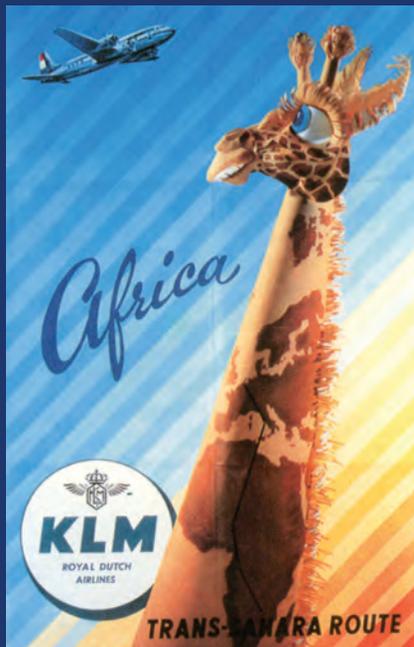


Primeira loja da Agência Abreu em Coimbra, 1964

O capital foi elevado à cifra de 2 920 000\$00 mediante o reforço de 700 000\$00, na maior parte subscrito em dinheiro por Aníbal Lopes Vieira de Abreu (142 250\$00) mas também por seu filho, Aníbal Macedo Vieira de Abreu, e mais nove gerentes da Empresa, por valores diferentes entre si, ficando estes últimos e Aníbal Macedo Vieira de Abreu admitidos como novos sócios. Esta Sociedade por quotas englobando os colaboradores da Empresa tecnicamente habilitados era uma forma de motivação mas também de cumprimento da lei. A gerência ficava a cargo de Augusto e Aníbal Abreu, sócios com quotas largamente destacadas – 1 220 000\$00, o primeiro, e 1 142 250\$00, o segundo – e ainda dos sócios que a assembleia geral designasse. O seu capital social ascendia então a 2 920 000\$00, pertencendo 82,5% à Família Abreu.

Esse ano de 1964 marcou também o início da criação das filiais da Empresa, com bases já seguras no Porto e em Lisboa. Surgiu então a sucursal de Coimbra, na Rua da Sota, n.º 2¹⁸. Já haviam sido abertos escritórios em Guimarães e São João da Madeira, mas foram

18. A abertura desta sucursal foi autorizada por despacho do diretor-geral do turismo, datado de 5 de janeiro de 1965.



encerrados em 1966 por se dedicarem exclusivamente a trânsitos, um segmento do futuro departamento de Carga. A loja do Algarve, localizada em Faro, foi a última ser criada sob esta gestão, em 1972¹⁹, ocorrendo a partir de 1977 a abertura de numerosas filiais (Anexo II).

Em dezembro de 1965, o início de funcionamento em instalações novas ou renovadas era muito diferente dos dias de hoje, em que as obras de abertura e remodelação dos escritórios são arquitetadas e acompanhadas por profissionais internos e externos à Empresa. Nesses tempos, com a loja de Coimbra já em funcionamento havia mais de um ano, o responsável pelo setor de Carga, que funcionava nesta dependência, enviou um curioso apelo num “memorando interno” ao gerente da Abreu que detinha o pelouro das obras:

Caríssimo Amigo,

Sr. Machado! Ó Sr. Machado! Sr. Machado! Tenha pena de nós. É um frio de rachar. Hoje tive de escrever muitas cartas. Nem calcula quantas vezes pousei a caneta para esfregar as mãos, na tentativa de as aquecer um pouco.

Não se pode trabalhar assim. Telefone ao Magalhães, ralhe, barafuste e mande-nos qualquer coisa que nos aqueça. Lembre-se que eu já sou velhinho, que tenho poucas carnes e que o meu fígado já não suporta aguardente.

Saudações, que só serão amigas quando tivermos aquecimento.

(Fonte: Arquivo da Agência Abreu – Documento avulso, 1965)

Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu continuaram a garantir a gerência da Empresa que, entre 1968 e 1971, assistiu a processos de cessão e à saída de cinco sócios.

Em fevereiro de 1972 deu-se uma mudança parcial do pacto de Viagens Abreu, Ltd.^a, agora com a entrada de um membro da geração seguinte. Com efeito, a gerência passou a ser constituída pelos irmãos Augusto e Aníbal, mas também pelo primogénito deste, Aníbal Macedo Vieira de Abreu, além dos gerentes eleitos pela assembleia geral. Mas a gerência era reforçada para os três elementos da Família Abreu, a quem cabia distribuir as funções que a cada um dos gerentes da sociedade competissem e assinar os documentos de maior responsabilidade. Em maio do mesmo ano de 1972, mantendo-se embora na gerência, Augusto Lopes Vieira de Abreu retirou-se da Sociedade, não sem antes, mais exatamente a 24 de fevereiro, preparar a favor do sobrinho Aníbal Macedo Vieira de Abreu a cessão da maior parte da quota que detinha no capital da Viagens Abreu, Ltd.^a.

A passagem de testemunho para a geração seguinte estava prestes a acontecer. A 2 de janeiro de 1973 falecia Aníbal Lopes Vieira de Abreu. Nesse ano ainda, a Empresa comprou o imóvel de Lisboa onde tinha as suas instalações, sito na Avenida da Liberdade, números 160, 162 e 164.

19. A abertura desta sucursal foi autorizada por despacho do diretor-geral do turismo, datado de 6 de agosto de 1974. Como se pode constatar, estes despachos eram sempre posteriores ao início de funções das referidas delegações.



Augusto Abreu,
óleo de Júlio Resende,
1988

5.7. Dois irmãos – dois temperamentos

Nunca é demais referir o agigantamento que a Empresa conheceu sob a direção de Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu. A cumplicidade que desenvolveram em prol do negócio que geriam desde muito jovens não resultou da similitude dos seus temperamentos, terá antes sido potenciada pela diferença das suas personalidades, gostos e interesses.

Na qualidade de irmão mais velho, Augusto ficara ao leme da Agência Abreu mal saíra da adolescência e nessa intensa experiência de trabalho cultivou capacidades de liderança e estratégia que seriam fundamentais ao bom êxito da Empresa; todos lhe reconheciam o extremo rigor e a dedicação que a sua vida de celibatário lhe permitiu votar à Agência, que radicalmente transformou e modernizou.





*Ponte da Arrábida, Porto,
óleo do pintor Jaime Isidoro,
1963*

De caráter introvertido e aparentemente austero, era um homem vertical, de uma correção invulgar, que não escondia – e isso era também visível em vários apontamentos do seu guarda-roupa – uma certa extravagância criativa que marcava a sua personalidade. A par da faceta de gestor de sucesso existia outra que revelava um esteta e homem de cultura que a cidade do Porto não pode olvidar, tendo privado com sucessivas gerações de intelectuais e artistas. Fez parte do círculo de figuras próximas do poeta Teixeira de Pascoaes e, para além dos jovens pintores de quem foi mecenas e conselheiro, privou ainda com figuras como Nadir Afonso, Domingos Alvarez, António Carneiro e Carlos Carneiro.

Com mentalidade avançada, apurada visão do mundo e aberto à inovação e às vanguardas artísticas, Augusto Abreu viajava regularmente para o estrangeiro, sendo Paris o seu destino de eleição, onde conheceu, entre outros, Pablo Picasso, Salvador Dalí, Joan Miró, ou ainda o realizador aragonês Luis Buñuel. Sendo considerado na sua geração como um dos maiores especialistas em arte moderna, o colecionismo de arte tomou-lhe muito do seu tempo e dedicação. Terá visto esse domínio como investimento, tal como qualquer comprador em grande escala, mas não deixou de se guiar pelo seu gosto pessoal, pelo amor às diversas manifestações artísticas – em que avultava a pintura moderna – pela fruição das obras que lhe recheavam a casa, mas também expunha na agência dos Aliados e outras onde trabalhou. Aliás, “os papéis de colecionador e homem de negócios são de uma compatibilidade testada pela história (os Medici, Gulbenkian, os Rockefeller, Jorge de Brito, Manuel Vinhas, Augusto Abreu e outros)”²⁰.

Era, sem dúvida, um privilegiado e claramente escolheu para si o privilégio de viver lado a lado com a arte. Por isso se tornou um dos principais colecionadores portugueses do século XX. Sempre a pensar no seu acervo, em 1947 passou a residir na Rua da Boa Nova, n.º 117-2º, num ponto alto da cidade do Porto, onde mostrava os seus quadros aos sobrinhos dizendo: “Gosto de morar aqui no alto, porque aqui não chega o nevoeiro”.

Ruy Amado explicou de forma expressiva esta pulsão: “A contemplação de uma bela tela é um trampolim para o sonho, a necessidade da sua presença far-se-á cada vez mais sentir, num mundo em que as realidades se impõem, sempre mais fortes, numerosas e preocupantes”. Na ótica deste estudioso, “todo o grande colecionador reencontra sequelas deste julgamento” e entre nomes como o de Ricardo Espírito Santo, Manuel Pinto de Azevedo, Afonso Pinto de Magalhães e Anastácio Gonçalves, colocou o de Augusto Abreu²¹.

20. *Alexandre Pomar: Chiado*. Disponível em: http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/chiado/ [acesso em 28 de jul. 2013].

21. AMADO, Ruy, 1987 – *Mercado Internacional da Arte Moderna*. Lisboa: R. Amado, p. 25.

Augusto Abreu, sempre a pensar no seu acervo, passou a residir na Rua da Boa Nova, n.º 117-2.º, num ponto alto da cidade do Porto, onde mostrava os seus quadros aos sobrinhos dizendo: “Gosto de morar aqui no alto, porque aqui não chega o nevoeiro”

europa

excursões 1966

AGENCIA ABREU
FUNDADA EM PORTUGAL EM 1840

EUROPA 1967

EXCURSÕES

E OUTRAS VIAGENS

agencia abreu
FUNDADA EM PORTUGAL EM 1840

FÉRIAS

1969

Viagens "TUDO PAGO C.A." · Tradução francesa: A FORPAIN · Em inglês: INCLUSIVE TOURS-IT

Circuitos
ruzeiros
omboio

Avião
utomóvel
utocarro

agencia abreu
FUNDADA EM 1840
PORTO · LISBOA · COIMBRA

INOVA · PORTO

Em colaboração com a TAP e demais Companhias Aereas IATA

com
Abreu
o
Mundo
é
seu

ABREU
EXCURSÕES
em autopullman de luxo

se escolhe **abreu** escolhe o **MELHOR**

abreu a mais **MODERNA TÉCNICA** aliada à mais **SÓLIDA EXPERIÊNCIA**

abreu é mais **BARATO** porque é realmente **MELHOR**

Também Fernando Pernes, ao perpassar o historial da formação de grandes espólios artísticos, enfatizou a exiguidade de coleções de meados do século XX que integravam artistas inovadores em plena atividade, reconhecendo o papel que nessa área teve o diretor da Agência Abreu:

E, ao longo de todo o período extensivo ao segundo pós-guerra, podem contar-se pelos dedos das mãos as coleções inclusivas dos artistas vivos e praticantes de uma pintura de ênfase inovadora. No Porto, os nomes de Augusto Abreu e Manuel Pinto de Azevedo (a seguir, Marques Pinto) cobrem o essencial desse estrito rol que para Lisboa se desdobra na lembrança justa de outras poucas personalidades: Agostinho Fernandes, Manuel Vinhas ou, mais tarde, João Pinto de Figueiredo²².

O galerista e colecionador Jaime Isidoro testemunhou que o mercado de arte no Porto, nos anos 1950, era praticamente inexistente, acrescentando que “na altura o Augusto Abreu e o Manuel Pinto de Azevedo Júnior, proprietário de *O Primeiro de Janeiro*, eram os dois grandes colecionadores”²³.

Num panorama de colecionismo então pouco sólido, Bernardo Pinto de Almeida refere que Augusto Abreu e Jorge de Brito eram dois grandes colecionadores de nível internacional, incluindo o primeiro na categoria de “coleccionador *connoisseur*”, amante de arte e antiguidades: “O Sr. Augusto Abreu (...) chegava a Paris, por exemplo, e abriam-lhe a galeria fora de horas, ao fim de semana, quando ele quisesse, porque era um homem respeitadíssimo no grande meio internacional”²⁴. Com efeito, Augusto Abreu manteve em Paris, durante anos, uma grande coleção de obras de Picasso, Dali, Miró, Vieira da Silva, entre outros, inicialmente nas próprias galerias de arte, mais tarde, já nos anos 1970, na sua casa da Rue de Seine.

Manuela Hargreaves, na conclusão da sua obra *Colecionismo e Mercado de Arte em Portugal*, evidencia que a prática colecionista de arte moderna e contemporânea tem uma história recente em Portugal; os primeiros colecionadores apareceram na década de 50 do século XX, situação a que não foi alheio o facto de o Estado português não ter tido uma política cultural consistente de apoio às artes, que lhe pudesse ter servido de referência e incentivo. Sobre esse precusores afirmou:

Augusto Abreu, Jorge de Brito, Manuel de Brito, Jaime Isidoro surgem neste panorama desertificado de meados do século XX em Portugal como figuras de colecionadores (...), que se destacam por um gosto do risco e uma atitude apaixonada, que levou à formação das primeiras coleções de arte moderna e contemporânea²⁵.

22. PERNES, Fernando, 1988-1989 – 200 Anos. *Bicentenário do Ministério das Finanças. Exposição de Pintura Portuguesa*. Lisboa: Ministério das Finanças, p. 14.

23. HARGREAVES, Manuela, 2013 – *Colecionismo e Mercado de Arte em Portugal. O Território e o Mapa*. Porto: Afrontamento, p. 168.

24. Idem, pp. 251-252.

25. Idem, p. 351.



**TULIPAS
EM FLOR**

VIAGEM EM AUTOPULLMAN

AGENCIA ABREU
FUNDADA EM 1840
PORTO * LISBOA

faculdade
de
arquitetura

**6.^a
excursão à
europa**

ITALIA — AUSTRIA
TCHOSLOVAQUIA
ALEMANHA (BERLIM)
HOLANDA — BELGICA
INGLATERRA — FRANÇA
ESPAÑA — PORTUGAL



Saída: 31 de dezembro — ENRICO "C"

OPCIONAL:
Saída: 12 de Janeiro

abreu

EXCURSÕES E OUTRAS VIAGENS

a

EUROPA 1972

a

**agencia
abreu**

**132 anos
de tradição**

**FÉRIAS 1973
UNIVERSITÁRIOS
na
EUROPA**

a a

abreu
fundada em 1840



**EUROPA
MARAVILHOSA**

abreu

**CIRCUITO
CORTINA**

AGENCIA ABREU
FUNDADA EM 1840
PORTO - LISBOA - COIMBRA

TAP 
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES



Raquel Pelayo considera que tal movimento se torna evidente na década seguinte, após 1967, com a morte e conseqüente valorização das obras do pintor Eduardo Viana, algumas delas adquiridas por Jorge de Brito que assim iniciava a sua coleção, lembrando ainda que “outros colecionadores importantes tais como Afonso Pinto de Magalhães, Augusto Abreu, Manuel Pinto de Azevedo Júnior e Manuel Vinhas começam a investir em peças de arte neste período”²⁶.

Com efeito, o espólio de arte colecionado por Augusto Abreu poderá ter integrado milhares de peças nacionais e estrangeiras. Contudo, altura houve em que vendeu vastas porções do seu grande acervo artístico. Sobre esta questão, João Fernandes referiu:

Temos alguns casos que às vezes importa conhecer e até estudar a nível do colecionismo em Portugal. Por exemplo, a coleção do Senhor Abreu que no Porto terá sido uma coleção internacional de grande dimensão. Às vezes, quando viajo ouço falar de obras, nomes internacionais que hoje não estão em Portugal, mas havia Picassos e Vuillards e coisas fabulosas nessa coleção. O Senhor Abreu comprou arte portuguesa mas também comprou muito boa arte internacional. Arte internacional que depois vendeu e que vendeu à coleção do Jorge de Brito e em leilões internacionais. Eu conheço galerias internacionais poderosas que vieram a Portugal nos anos 70 comprar coisas ao Sr. Abreu porque ele decidiu vendê-las, assustado na altura com o contexto económico e político da época²⁷.

Com efeito, nos anos 1960, Augusto Abreu vendeu a Jorge de Brito um copioso acervo de pintura. Segundo depoimento de Clara Ferreira Marques, ele terá proposto àquele banqueiro “a compra de cerca de mil e tal, duas mil obras. Praticamente quase todas de pequeno formato, mas obras significativas do Marques de Oliveira, Silva Porto, Columbano, os grandes mestres naturalistas”, pelo que muitas das peças que Jorge de Brito vendeu entre finais do século XX e inícios do seguinte ainda estavam identificadas nos catálogos como “coleção Augusto Abreu”, já que ele não queria revelar que as peças eram propriedade sua²⁸.

Um dos últimos leilões realizados do acervo de arte modernista e contemporânea de Augusto Abreu teve lugar em maio de 2013, no Palácio do Correio Velho, em Lisboa. Tratava-se da coleção Abreu Burmester, proveniente da Quinta da Francesa, na Maia, que incluía obras de Aurélia de Sousa, Almada Negreiros, Eduardo Viana, Mário Eloy, Dominguez Alvarez, Carlos Carneiro, Dórdio Gomes, Nadir Afonso, Júlio Resende, Francis Smith, Luís Demée, Noronha da Costa, Nuno Barreto, entre vários outros. Além de pintura, integrava também estatuária sacra (dos séculos XV a XVIII), mobiliário, vidros e porcelanas Companhia das Índias, bem como algumas raridades bibliográficas de autores portugueses dos séculos XVIII a XX.

26. PELAYO, Maria Raquel Nunes de Almeida e Casal, 1999 – *Artes Plásticas e Vanguarda. Portugal, 1968 – Abril 1974*, vol. I. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 54.

27. HARGREAVES, Manuela, 2012 – *Colecionismo e Mercado de Arte em Portugal. O Território e o Mapa*. Porto: Afrontamento, 2013, pp. 220-221.

28. *Arquivo L + Arte. Coleção Jorge de Brito*. Disponível em: <http://arquivolarte.blogspot.pt/2011/01/colecao-jorge-de-brito.html> [acesso em 28 de jul. 2013].



*Arte final para catálogo de viagens,
em cartão pintado, com suporte
manuscrito de "memória descritiva",
da autoria do pintor Nuno Barreto,
1976*

Augusto Abreu foi também um mecenas compassivo de artistas que então despontavam no panorama nacional e depois se tornaram nomes de primeiro plano, como Júlio Resende e Nuno Barreto. Ambos fizeram importantes trabalhos para a Agência Abreu, desde logo o majestoso fresco à entrada da sede dos Aliados assinado por Resende, em dezembro de 1959. O próprio pintor explicou a obra:

A ideia é muito simples: a procura das vias de comunicação, num registo dinâmico que nos remete para diferentes latitudes. No meu pensamento esteve o gosto que as pessoas têm em viajar. E gostam de viajar por razões as mais diversas. Para aproveitar a vida, para fruir o lazer, para voltarem um pouco mais ricas no regresso de cada viagem. A minha ligação à Agência Abreu tem a sua história, uma história construída por afetos e admiração recíproca²⁹.

O afeto e admiração de que fala Júlio Resende referiam-se a Augusto Abreu e aos seus sobrinhos Aníbal, Alberto e Artur que mantiveram com o pintor uma estreita relação até

29. "Mestre Júlio Resende. Goa na tela das viagens memoráveis". *Viaje Mais*. Porto: Agência Abreu, Abril de 2007, p. 13.



aos últimos anos da sua vida. Mais velho do que o pintor onze anos, Augusto Abreu desde o início apreciou a sua arte, intuiu o seu talento e augurou a enorme projeção que a obra do mestre do Porto, estreado nas lides das exposições em 1944, iria alcançar a nível mundial. Foram inúmeras as telas de Resende adquiridas por ele e por seus sobrinhos. Daí as palavras com que o pintor o evocou, emocionadas de saudade, convocadas pela gratidão e pela amizade de décadas a que só a morte pôs termo:

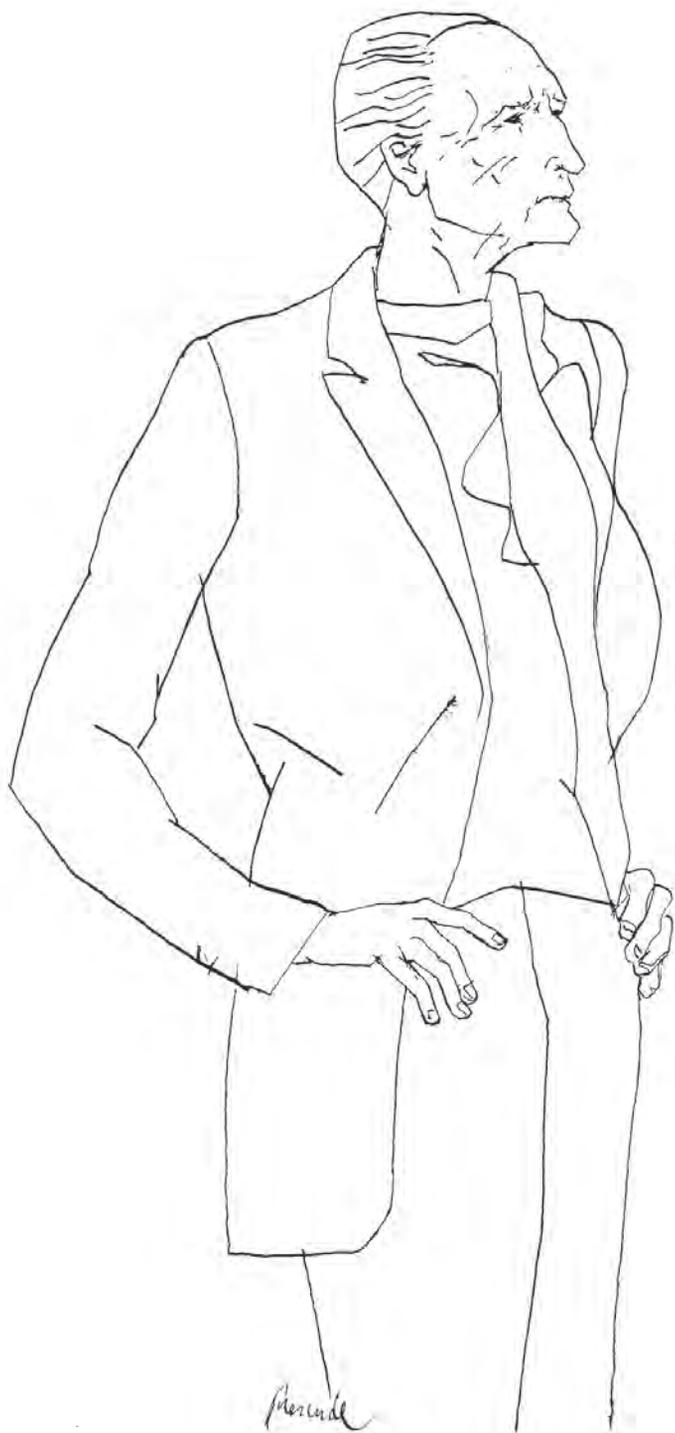
“Augusto de Abreu sempre me acompanhou na trajetória da pintura. A argúcia e a sensibilidade dele fizeram personalidade sem paralelo. Vinha aos domingos pela manhã deixando no ar a palavra com sabor a profecia...”³⁰

Entre os anos 1950 e 1990, artistas reputados a nível nacional e internacional como Nuno Barreto, Júlio Resende e Jaime Isidoro³¹ elaboraram numerosas ilustrações e conceções gráficas dos materiais promocionais da Abreu, concretamente os seus mais belos cartazes, folhetos, capas, brochuras, que Augusto Abreu criteriosamente escolhia para as funções que considerava mais adequadas.

Nuno Barreto, bem mais jovem que Resende, foi outro pintor do Porto cuja carreira artística foi lançada por Augusto Abreu e muito apreciada pelo sobrinho Aníbal. Como recordava o seu irmão António Barreto ao jornal *Público*, em 24 de junho de 2009, no dia da morte daquele que ficou conhecido como o “último pintor português de Macau”, ele “começou cedo a evidenciar-se no mundo

30. RESENDE, Júlio, 1989 – *A Arte Como/Vida*. Livraria Civilização, p. 174.

31. Jaime Isidoro (21.3.1924-21.1.2009) estudou desenho e pintura na Escola Soares dos Reis, no Porto, cidade em que realizou a sua primeira exposição individual (1945). Além da sua carreira de pintor, distinguiu-se como animador cultural, professor e galerista. Promoveu os Encontros Internacionais de Arte na década de 1970 e foi editor da *Revista de Artes Plásticas*. O seu trabalho em prol da criação e organização da Bienal de Cerveira, que se iniciou em 1978, viria a ser reconhecido com a atribuição da Medalha de Mérito Cultural da Câmara de Cerveira (1982). Entre as suas temáticas avultou a cidade do Porto e, como outros pintores da sua geração, são particularmente marcantes duas fases na sua carreira: a primeira relativa às décadas quarenta (2.ª metade) e cinquenta, tendo-lhe então sido atribuídos vários prémios; a outra iniciada no final dos anos oitenta.



da pintura e logo nos anos 60 e 70 tinha comprador fixo para todos os seus quadros”, esse comprador era “o senhor Abreu, o dono da Agência Abreu”³². Por isso, “as primeiras obras do pintor a serem adquiridas estiveram durante vários anos expostas na Agência de Viagens Abreu, cujo dono adquiriu um espólio de 23 pinturas conhecidas como a ‘Suite Abreu’, um conjunto de expressão abstrata, que convive com a coleção figurativa do autor, sem conflitos, segundo considerava o próprio”³³.

Depois de ter cedido a quase totalidade da sua quota ao sobrinho Aníbal Macedo Vieira de Abreu, em fevereiro de 1972, e de ter vendido o remanescente ao Banco Intercontinental Português em maio seguinte, Augusto abandonou a Sociedade mas não a Empresa da qual se manteve como gerente. Estas funções foram contudo suspensas quando em agosto de 1974 deixou o seu Porto natal para se instalar num apartamento em Paris, estada que foi interrompida em julho e agosto do ano seguinte para fazer uma intervenção cirúrgica facial em Londres.

De volta à capital francesa, continuou a receber os colaboradores da Agência que guiavam as excursões europeias, na sua maioria com escala naquela cidade, e os seus contactos com os negócios em Portugal eram constantes. Em 1976, por exemplo, Augusto Abreu dava da cidade luz instruções sobre as cortinas a colocar na loja da Avenida dos Aliados. Em abril do ano seguinte foi viver para Madrid, no Hotel Galiano, para só regressar a casa, no Porto, em fevereiro de 1980, onde morreu quatro meses depois. Tinha 74 anos.

O seu irmão Aníbal tinha falecido em janeiro de 1973, pouco antes de perfazer 65 anos. Se ambos tiveram vidas plenas que para além do trabalho preencheram com atividades exaltantes, em tudo os seus gostos e temperamentos eram diferentes. Extrovertido e comunicativo, Aníbal Lopes Vieira de Abreu na sua juventude chegou a participar em ralis, a fazer esqui nas colinas alpinas e a praticar outros desportos competitivos. O jornal do Futebol Clube do Porto – *O Porto* – não deixou de noticiar o seu falecimento.

Fazia viagens regulares ao estrangeiro, algumas delas com o propósito específico de praticar esqui, aproveitando a oportunidade para socializar com personalidades da elite mundial, como acontecia nas suas visitas frequentes à estância turística de Chamonix, onde encontrou amizade com a Imperatriz Soraia da Pérsia.

32. *Morreu o pintor Nuno Barreto*. Disponível em: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/morreu-o-pintor-nuno-barreto-1388466> [acesso em 30 de abr. 2013].

33. *O artista que tinha Macau no sangue*. Disponível em: <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2009/06/25/o-artista-que-tinha-macau-no-sangue/> [acesso em 3 de jun. 2014].





Aníbal Lopes Vieira de Abreu,
Chamonix, Mont Blanc,
1959

Nesse seu interesse pelas corridas de automóveis fez amizade com Vasco Sameiro, famoso automobilista cuja família era também oriunda de Rossas e de quem tinha apenas dois anos de diferença. Vasco Sameiro venceu os circuitos da Boavista (Porto), de Vila Real e do Rio de Janeiro, entre 1932 e 1954; nesta última década competiu com um Ferrari 225S#0180ET amarelo, tendo ganho o Grande Prémio da Guanabara (circuito apelidado de “trampolim da morte”, por se realizar numa pista de rua que passava pelo que hoje são a Rocinha e a Avenida Niemeyer).

Aníbal teve alguns automóveis que foram protagonistas em episódios da história do país. Por exemplo, em 1953, possuía um Packard descapotável que foi posteriormente utilizado em visitas oficiais de estadistas estrangeiros a Portugal: em 1955, por Café Filho, Presidente do Brasil, e, em 1957, por Isabel II, Rainha de Inglaterra. Aliás, a Agência participou nesta visita do casal real britânico como comprova uma fotografia de um autocarro com Placa da Abreu em que figura o duque de Edimburgo. Também o Oldsmobile usado nas primeiras excursões da Agência Abreu pela Europa foi posteriormente utilizado como carro particular de Aníbal Macedo Vieira de Abreu.

5.8. Brasil, um país-continente com asas para voar

A radicação da Abreu no Brasil foi sempre considerada pelos seus responsáveis de primordial importância. A primeira representação da Empresa naquele país foi iniciada em 1955, através da Agência Diplomata, instalada na Avenida Almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro. Esta agência constituiu a primeira frente de promoção e venda dos circuitos europeus comercializados pela Agência Abreu junto de clientes brasileiros que, em viagem de cruzeiro, faziam escala em Portugal.

Como atrás foi referido, já em meados dos anos cinquenta a Abreu organizava regularmente para clientes brasileiros viagens de automóvel pela Europa. Os carros norte-americanos utilizados nessas viagens, conhecidos como “espadas” – Oldsmobile e Dodge – numa alusão à sua extravagante dimensão, tornaram-se marcas de referência nessas célebres viagens.

Em 1960, Aníbal Macedo Vieira de Abreu fez um périplo por aquele país de que resultou o registo da marca em dezasseis capitais de Estado, embora, à época, o Brasil não dispusesse de uma lei geral para o registo de marcas, o que só viria a acontecer a partir da década de 1970. O êxito dessa política comercial da Abreu foi enorme, tanto assim que uma agência de viagens com sede em São Paulo, vendo na grande notoriedade da Abreu um filão valioso, aproveitou a oportunidade para capitalizar à conta do trabalho alheio. Essa agência fez um registo e quase convenceu a Embratur – o Instituto Brasileiro do Turis-



O Globo,
Rio de Janeiro
19.6.1961



mo – de que a razão e o direito lhe assistiam. O caso foi litigado nos tribunais brasileiros e acabaria por fazer jurisprudência, sendo a pendência resolvida a favor da Abreu por ordem do Supremo Tribunal.

Em 1964, a representação no Brasil passou para uma empresa individual constituída por um ex-colaborador da Agência Abreu no Porto e em Lisboa. Esta solução foi, todavia, efêmera uma vez que o referido representante decidiu romper o acordo. A administração da Abreu tomou então a resolução de estabelecer um protocolo com uma agência de viagens já bem posicionada no Brasil, de preferência instalada simultaneamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. A escolha, sem hesitações, recaiu sobre a Realtur, agência com sede na famosa esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida São João, em São Paulo, possuindo também uma filial no Rio de Janeiro. Corria o ano de 1966 e governava o Brasil o marechal Artur da Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar instaurado pelo golpe de 1964 perpetrado por altas patentes do Exército que destituiu o presidente da República João Goulart, prolongando-se esta ditadura militar durante 21 anos.

Na segunda metade da década de 1960, a TAP passou a incluir na sua frota os aviões Boeing 707. Essa novidade implicava o aumento inevitável do custo das tarifas e, conseqüentemente, o preço do pacote da viagem subiria consideravelmente. Perante esse cenário inoportável, a TAP propôs à Abreu e à Varig a criação do “Voo da Amizade” entre Portugal e o Brasil. No sentido de garantir a manutenção de um preço competitivo, a TAP faria esse voo utilizando o avião Super Constellation, com o qual inaugurara um ano antes a ligação Lisboa – Rio de Janeiro, enquanto a Varig continuaria a utilizar o seu avião Electra, conseguindo-se assim as melhores tarifas.

A Abreu aceitou a proposta, o que lhe permitiu dinamizar a famosa excursão “Europa Maravilhosa” – 36 dias no continente europeu, em regime tudo incluído, pelo módico preço de 999 dólares. O sucesso extraordinário deste produto cedo se faria notar, facto que foi rentabilizado pela Agência Abreu, uma vez que, no regresso a casa, a grande maioria dos clientes não hesitava em recomendar a viagem que os levava ao velho continente.

As “Excursões Abreu” eram publicitadas em órgãos da imprensa carioca, designadamente no jornal *O Globo*. Em julho de 1963, esse periódico publicou um anúncio da Agência Diplomata exclusivamente dedicado à promoção da “Europa Maravilhosa”, com dezasseis datas de partida, número que reflete a elevada procura destas excursões, que iam já no “8.º ano de realização com absoluto sucesso”³⁴.



Cartaz,
anos 1950

EXCURSÃO
EUROPA
MARAVILHOSA

32 DIAS

PORTUGAL — ESPANHA — FRANÇA — ITÁLIA
ÁUSTRIA — SUÍÇA — ALEMANHA e BÉLGICA com
possibilidade de estadia também a ARCAHOLIA —
LONDRES — LACÔCIA e ESCANDINÁVIA

PARTIDAS DE PORTUGAL
JUNHO: 1-8-15 e 29
JULHO: 6-13-20 e 27
AGÓSTO: 3-10-17-24 e 31
SETEMBRO: 7-14 e 21

32 DIAS DE ENCANTADORA VIAGEM
MODERNOS E CONFORTÁVEIS AUTOPUL-
MANS ZONE HÔTEIS. ITINERÁRIOS
MARAVILHOSOS GUIAS COMPETENTES E
SOLICITOS.

US \$399,50

PORTO ou LISBOA — SALAMANCA
MADRID — ZARAGOSA — LOURDES
MONTPELLIER — NICE — SPEZIA
ROMA — FLORENÇA — VENEZA
INNSBRUCK — ZURICH — FRANKFURT
BRUXELAS — BONDEAUX — PARIS — IRUN

8.º ANO DE REALIZAÇÃO COM ABSOLUTO SUCESSO

VIAGEM DE IDA E VOLTA NOS MARAVILHOSOS DE-S-AJATO DA
PANAIR

AGÊNCIA ABREU
123 anos de experiência
PORTO-LISBOA

AGÊNCIA DIPLOMATA
Av. Alm. Barros, 91 s/804 - Tels. 32-4016 e 52-5023

O Globo.
Rio de Janeiro,
15.7.1963.

34. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15.7.1963.



EXCURSÕES ABREU

GARANTIA TRADIÇÃO EXPERIÊNCIA

VEJA NOSSOS ROTEIROS, V. VAI GOSTAR

EUROPA MARAVILHOSA
Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e Inglaterra. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 410.000. Inclusive transporte e alojamento.

GRANDE CIRCUITO EUROPEU
Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e Inglaterra. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 732,50. Inclusive transporte e alojamento.

ESCANDINÁVIA
Portugal, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Alemanha. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 779.

PRÓXIMO ORIENTE E TERRA SANTA
Portugal, Itália, Grécia, Egito, Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, França. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 544.

MODERNOS E CONFORTÁVEIS AUTO-PULLMANS

AGÊNCIA ABREU
Fundada no Porto em 1840

AGÊNCIA ABREU
Lisboa — Coimbra — Porto

PARA ADQUIRIR A SUA "EXCURSÃO ABREU" CONSULTE UMA DAS AGÊNCIAS ABAIXO RELACIONADAS:

DIPLOMATA — Av. Almirante Barroso, 91 — 3.º and. — Tel. 22-3023

ARTIGAS — Av. Pres. Vargas, 462 — 15.º e 1.401 — Tel. 22-0829

CASA PIANO — Av. Rio Branco, 28 — 1.º and. — Tel. 52-8030

FRANÇATUR — Rua Sara de Ribeiro, 13 — Copacabana — Tel. 57-0128

KAMEL — Av. Graça Aranha, 70 — Ipa — Tel. 52-5292

LOWNDES & SONS — Av. Pres. Vargas, 390, sala 201 — Tel. 22-9525

MARCO POLO — Av. Rio Branco, 122, sala 101 — Tel. 32-4333

PROVITUR — Av. Amiral Pélouzo, 472 — sobr. E — Tel. 2-4251 — NITERÓI

RIO ROMA — Av. Rio Branco, 156, sobr. 515 — Tel. 52-4284

TURISER — Av. Pres. Vargas, 390, grupo 1216 — Tel. 45-9934

EXCURSÕES ABREU

EUROPA MARAVILHOSA
Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e Inglaterra. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 410.000. Inclusive transporte e alojamento.

GRANDE CIRCUITO EUROPEU
Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e Inglaterra. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 732,50. Inclusive transporte e alojamento.

ESCANDINÁVIA
Portugal, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Alemanha. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 779.

PRÓXIMO ORIENTE E TERRA SANTA
Portugal, Itália, Grécia, Egito, Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, França. Partida em Lisboa com autocarro. Preço: U\$ 544.

VIAGENS INDIVIDUAIS
PEREGRINAÇÕES — CONGRESSOS — ESTUDANTES
Encorajamos-nos de organizar qualquer viagem, seja qual for o número de participantes, os meios de transporte utilizados, a duração e o percurso. Assistência permanente por parte da nossa organização. Orçamentos rápidos sem qualquer compromisso.

AGÊNCIA ABREU
Fundada em 1840

LISBOA: Av. Liberdade 158/160 — PORTO: Av. Aliados, 207 — PORTUGAL — COMPRE A SUA "EXCURSÃO ABREU" NAS SEGUINTE AGÊNCIAS:

ARTIGAS — Av. Presidente Vargas, 462 — 14.º e 1.401 — Tel.: 22-0829

CASA PIANO — Av. Rio Branco, 28 — Ipa — Tel.: 52-8030

EVES — Av. Presidente Wilson, 216-A — Tel.: 22-9822

FRANÇATUR — Rua Sara de Ribeiro, 13 — Copacabana — Tel.: 57-0128

KAMEL — Av. Graça Aranha, 70 — Ipa — Tel.: 52-5292

LOWNDES & SONS — Av. Presidente Vargas, 390, sala 201 — Tel.: 22-9525

MARCO POLO — Av. Rio Branco, 122, sala 101 — Tel.: 32-4333

PROVITUR — Av. Amiral Pélouzo, 472, sobr. E — Tel.: 2-4251 — NITERÓI

QUO VADIS TURISMO — Av. Franklin Roosevelt, 23 a/68 — Tel.: 47-2220

RIO ROMA — Av. Rio Branco, 156, sobr. 515 — Tel.: 52-4284

TURISER — Av. Presidente Vargas, 390, grupo 1216 — Tel.: 45-9934

UNIVERSTUR — Av. Rio Branco, 151 — 2.º sala 122 — Tel.: 22-7822

REL AIR — Av. Rio Branco, 152 — 1.408 — Tel.: 42-8833

EXCURSÕES ABREU

Cada Vez Mais ao Alcance Dos Brasileiros!

Uma rede de excelentes hotéis, os mais modernos autopullmans da Europa, uma formidável equipe de guias portugueses fazem da AGÊNCIA ABREU, fundada em 1840, a mais famosa organização de viagens da Velha Continente.

EUROPA MARAVILHOSA
Partidas dos grupos todas as semanas de abril a setembro

GRANDE CIRCUITO EUROPEU
Partida dos grupos em 6 e 20 de abril — 4, 11 e 18 de maio — 1, 15 e 29 de junho — 6, 13 e 27 de julho — 10 e 24 de agosto — 7 de setembro

SAGA ESCANDINAVA
Partida dos grupos em 26 de junho e 31 de julho

são suas mais conhecidas e tradicionais excursões (marcas registradas), vendidas, a preços oficiais e com financiamento até 20 meses, nas boas Agências de Viagens ou na

Representante Geral
REALTUR S/A AGENCIAMENTOS
Rio: Av. Rio Branco, 257 — 15.º andar (esquina da Santa Luzia) — Tel.: 32-2307 (Rede Interna)
São Paulo: Av. São João, 665 — Tel.: 35-2155

SOLICITE OS PROSPECTOS ILUSTRADOS

O Globo, Rio de Janeiro, 7.5.1964, 21.5.1964, 4.4.1968

E, em maio de 1964, o mesmo jornal publicou dois reclamos em que se assegurava garantia, tradição e 124 anos de experiência, informando ainda que a Empresa utilizava “modernos e confortáveis autopullmans” numa oferta variada que ia da “Europa Maravilhosa” à “Escandinávia”, do “Grande Circuito Europeu” ao “Próximo Oriente e Terra Santa”³⁵. No anúncio de 21 de maio de 1964, a segunda excursão já não constava, mas a Abreu anunciava que se encarregava de organizar – dando assistência permanente bem como orçamentos grátis e sem qualquer compromisso – qualquer viagem, designadamente individuais, peregrinações, congressos e de estudantes, fosse qual fosse “o número, os meios de transporte utilizados, a duração e percurso”³⁶. Para apoio logístico a estas operações, a Agência colocou um representante português no Rio de Janeiro que promovia os produtos e concentrava as reservas das agências locais³⁷.

Já um anúncio que O Globo publicou em abril de 1968 indicava a Realtur como representante geral da Abreu, cujas excursões – “Europa Maravilhosa”, “Grande Circuito Europeu” e “Saga Escandinava” – ficavam “cada vez mais ao alcance dos Brasileiros”³⁸.

35. O Globo. Rio de Janeiro, 7.5.1964.
36. O Globo. Rio de Janeiro, 21.5.1964. De referir que este anúncio especificava o percurso das excursões, bem como datas de partida e respetivos preços.
37. No anúncio de 7 de maio, as agências mencionadas eram dez: Diplomata, Artigas, Casa Piano, Françatur, Kamel, Lowndes e Sons, Marco Polo, Provitur, Rio Roma e Turiser. Já no do dia 21, era apresentada uma lista de treze agências, não constando a Diplomata mas com acrescento de mais quatro: Eves, Quo Vadis Turismo, Universtur e Bel Air. Refira-se que a Agência Diplomata foi das primeiras que no Brasil vendeu viagens da Abreu, designadamente desde o início da década de 1960; entre outros exemplos, veja-se um anúncio de 1963 em que através dela, e em voos da Panair, a Abreu publicitava a oportunidade de integração no grupo de médicos que ia participar na XVII Conferência Internacional de Tuberculose, com realização entre 24 e 28 de setembro, em Roma, e assim visitar a Europa durante 32 dias (*Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 10.8.1963).
38. O Globo. Rio de Janeiro, 4.4.1964.



Lojas em São Paulo
e no Rio de Janeiro,
1970

Entretanto, no ano de 1969, os proprietários da empresa Realtur decidiram reforçar a sua aposta no setor da hotelaria, onde operavam com a conhecida cadeia de hotéis Tropical. Essa opção implicava o reequacionamento dos outros negócios do grupo empresarial, pelo que estabeleceram um novo acordo com a Abreu, a quem cederam definitivamente a empresa.

Nesta conformidade, em inícios de 1970, a Realtur assumiu a designação de Abreutur S. A., que transferiu a sua sede de São Paulo para o Rio de Janeiro, mas mantendo na cidade dos bandeirantes uma loja e um importante escritório operacional. Além da atividade das viagens e da representação da Carte Blanche – cartão de crédito então muito requisitado no Brasil –, transitava também para a Abreutur uma relevante Carta Patente de câmbios que, todavia, a Agência Abreu entendeu devolver ao Banco Central do Brasil por não estar interessada em alargar o âmbito dos seus negócios às operações cambiais.

Nesses tempos distinguidos por uma dinâmica impressionante e inédita, envolvendo um sem-número de empresas instaladas no Brasil, a Abreu e a TAP projetaram sobremaneira a sua imagem em todas as latitudes daquele país. Tal desiderato foi consolidado por várias iniciativas conjuntas, como as parcerias de grande impacto mediático na televisão, especialmente na TV Tupi. Foram, de facto, ações de comunicação absolutamente marcantes, que hoje se poderiam considerar umas de *product placement*³⁹, outras de *soft sponsoring*⁴⁰.

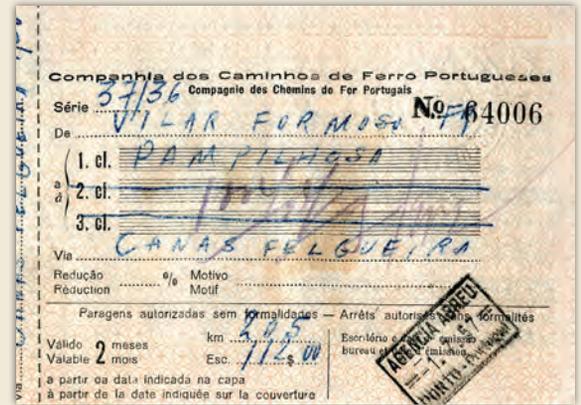
A Abreu e a TAP projetaram
sobremaneira a sua imagem
em todas as latitudes do Brasil.
Tal desiderato foi consolidado
por várias iniciativas conjuntas

39. Comunicação de um produto, serviço ou marca de uma forma subtil, através de programas de televisão, jogos de computador, filmes, etc. Permite aos anunciantes darem a conhecer o seu produto, serviço ou marca por meio de um veículo que conjuga comunicação e entretenimento.

40. Comunicação de um produto, serviço ou marca em programas de entretenimento com os intervenientes a dialogarem sobre os mesmos.



Capa de bilhete de comboio, 1957



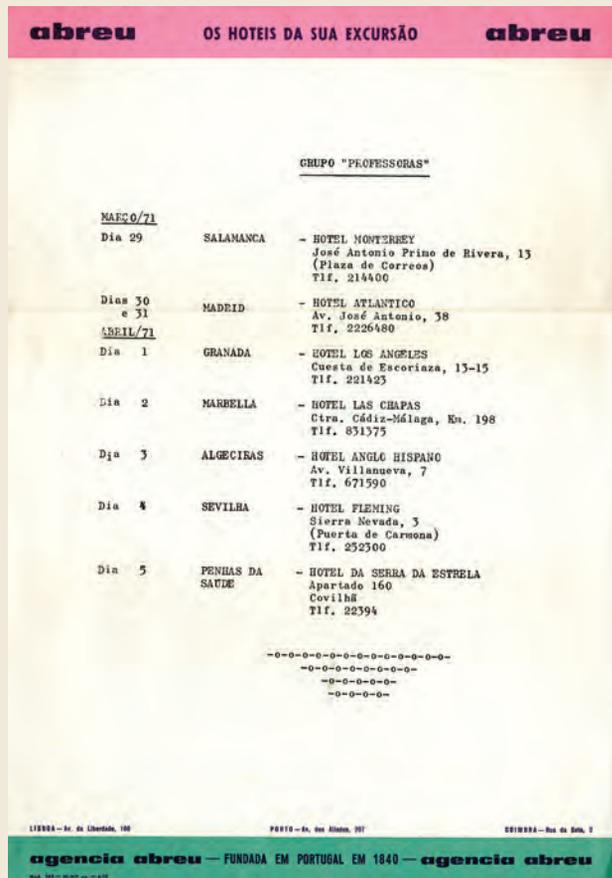
Bilhete de comboio, 1972



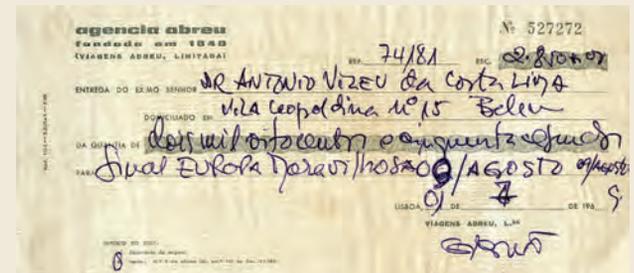
Cartão de participante de circuito europeu, 1969



"Voucher" de circuito europeu, 1972



Lista de hotéis de viagem de grupo fechado, 1971



Recibo de pagamento de sinal para circuito europeu, 1969



Recibo de pagamento de passaporte, 1971

agencia abreu
fundada em 1840
VIAGENS ABREU, LIMITADA
PORTO-LISBOA-COIMBRA

BOL. 809456 ESC. 13140300

RECEBEMOS DO EXMO. SENHOR *Horácio Filipe Azevedo*

DOMICILIADO EM *Av. Liberdade 158-1º* *Lisboa*

A QUANTIA DE *treze mil cento e quarenta e quatro escudos*

PARA *pagamento de duas viagens à Suíça*

Lisboa DE *Fev* DE 1966

5500 PORTUGAL 0370 PORTUGAL

Mod. 111 - 10.000 s - 6-65

Recibo de pagamento de viagem "tudo pago cá",
1966

agencia abreu
fundada em 1840
(VIAGENS ABREU, LIMITADA)

N.º 121639

REF. 823898 ESC. 78802

ENTREGA DO EXMO. SENHOR *Horácio Filipe Azevedo*

DOMICILIADO EM *Lisboa*

DA QUANTIA DE *sete mil e oitocentos e cinquenta e quatro escudos*

PARA *liquidação de licença militar*

LISBOA 16 DE *Julho* DE 1968

VIAGENS ABREU, Lda

IMPÓSTO DO SELO,
at. Documento de câmbio,
at. Artigo 7.º do Alvará 161, act.º 141 de 26 de Maio de 1962.

Mod. 111 - 10.000 s - 7-70

Recibo de liquidação de licença militar,
1968

EXCURSÃO Nº 1319 - VERÃO ABREU (9/9/1971)

DESPESAS DO AUTOCARRO N.º 34-34 (PRALMAR, L.º)

ESPECIES	DATA	VALOR	TOTAL
ESPECIES	3/9	5000	2.209800
	3/9	35000	
	4/9	38820	
	4/9	15000	
	4/9	100000	
	4/9	60000	
	4/9	9600	
	5/9	30000	
FRANCOIS FRANCISES	8/9	100,00	2.709800
	11/9	50,00	
FRANCOIS BELGAS	10/9	120,00	495800
	12/9	130,00	
	13/9	100,00	
	17/9	25,00	
FLORINS	15/9	90,00	55,00
	17/9	25,00	
		55,00	431000
		x 8820	
		431000	TOTAL 2.340800

So: **DUIS MIL, OITOCENTOS E QUATRO ESCUDOS E QUARENTA CENTAVOS.**

PORTO, 28 de Setembro de 1971.
O Guia da EXCURSÃO,

Relatório de despesas com o autocarro em circuito europeu,
1971

agencia abreu
Fundada em 1840

ITINERÁRIO

.../...

13 - Dom. GENEVE

- Pequeno almoço no Hotel.
(Pagamento ao Hotel com o nosso Bon nº 7.096).
Comparência no Terminal Aéreo, Gare de Cornavin às 11.15h.
Transporte ao Aeroporto no Autocarro da Swissair (Custo do transporte SFrs. 2)
Partida às 12.05h. em Caravelle da TAP, voo TP 563.

LISBOA - Chegada às 13,20h. ao Aeroporto.

FIM DOS NOSSOS SERVIÇOS

NOTAS : Antes da partida de Genève, é favor contactar com o Escritório da TAP, Rue de Berne, ou pelo telef. (022) 316150, a fim de reconfirmar o voo da partida.

Os combóios suíços não fazem qualquer aviso, antes da partida. Fecham automaticamente as portas e põem-se em andamento chegada a hora da partida.

AC/ff

Mod. 73-2.000 ex-13-65

Itinerário de viagem "tudo pago cá",
1966

agencia abreu
fundada em 1840
VIAGENS ABREU, LIMITADA
(VIAGENS ABREU, Lda.)

Sede: PORTO - Avenida das Flores, 207 - Apartado 412 - Telef.: ABREU-2070 - Telex: 2740 e 1322 - PORTO - Telex: 2770 (13-64)

FIM DO ANO EM LONDRES

Viagem especial em avião a jacto
De 29 Dezembro à 4 de Janeiro

SETEMBRO/72

Dia 29 (6ª Feira)

PORTO/LONDRES

Partida dos nossos escritórios às 06h00, em autocarro, ou comparência no Aeroporto de Pedras Rubras às 06h30. Assistência nas formalidades de embarque e partida às 07h30, em classe turística de avião a jacto. Chegada ao Aeroporto de Luton às 08h35. Assistência nas formalidades de desembarque e transporte, em autopullman, para o Hotel.

EXCURSÃO FACULTATIVA - Partida do Hotel às 14h00 para visita facultativa da cidade de Londres, em autopullman, com guia intérprete local durante a tarde. PREÇO POR PESSOA Esc. 100000

Dia 30 (Sábado)

LONDRES

Pequeno almoço no Hotel e alojamento. Tempo livre.

EXCURSÃO FACULTATIVA - Partida do Hotel às 13h30, para visita a Windsor e Hampton Court, em autopullman acompanhada de guia intérprete local. PREÇO POR PESSOA Esc. 100000

Dia 31 (Domingo)

LONDRES

Pequeno almoço e alojamento no Hotel. Tempo livre.

EXCURSÃO FACULTATIVA - Partida do Hotel às 08h30 para visita a Stratford-upon-Avon e Oxford, durante todo o dia, em autopullman, acompanhada de guia intérprete local. PREÇO POR PESSOA Esc. 260000

NOVEMBRO/73

Dia 01 (2ª Feira) a

Dia 03 (4ª Feira)

Dia 04 (5ª Feira)

LONDRES

Estadia no Hotel em regime de alojamento e pequeno almoço. Tempo livre para visitas a gosto pessoal ou compras.

LONDRES/PORTO

Pequeno almoço no Hotel. Tempo livre. Concentração no Hotel às 16h00 e partida às 16h15, em autocarro para o Aeroporto de Luton. Formalidades de embarque e partida às 19h20, em classe turística de avião a jacto. Chegada ao Aeroporto de Pedras Rubras às 22h25. Assistência nas formalidades de desembarque e transporte, em autopullman para os nossos escritórios.

Mod. 8-10.000 ex-5-71

Itinerário de viagem "charter",
1972



Alberto Abreu (1.º à esquerda),
com o diretor da TAP,
na entrega do prêmio conjunto
ao apresentador de TV Flávio Cavalcanti,
destinado ao vencedor do programa
A Grande Chance,
1969

No âmbito destes patrocínios, que do ponto de vista do *marketing* foram verdadeiramente precursores na televisão brasileira, a Abreu e a TAP eram referência destacada no programa de entretenimento com maior audiência, assinado por Flávio Cavalcanti, o carismático jornalista e apresentador lembrado, entre outros aspetos, pela forma como apontava o indicador e dizia: “Nossos comerciais, por favor!” O primeiro programa com júri fora lançado por ele em 1965, na TV Excelsior, e em 1966 inaugurou-se *A Grande Chance* onde se submetem a júri e deram a conhecer grandes talentos da música brasileira, como Milton Nascimento, Alcione, Emílio Santiago, Eliana Pittman, entre muitos outros. Este programa realizou uma edição em Lisboa, em 1968, e consagrou esta parceria no início dos anos 1970 na TV Tupi.

O programa de Cavalcanti *A Grande Chance* passou a ser o “MIT – Mercado Internacional de Talentos”, apresentado aos domingos na TV Tupi, integrando então o presidente da Agência Abreu no Brasil o seu júri residente. Muitos dos artistas brasileiros que passaram por esse programa tiveram a oportunidade de fazer espetáculos em Portugal através da parceria Flávio Cavalcanti/Agência Abreu/TAP.

Quanto a programas noticiosos, é de salientar *Repórter Esso*, o histórico noticiário da rádio e da televisão brasileira apresentado no horário nobre das 20 horas. Inaugurou-se na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1941, e foi para o ar pela última vez em 31 de dezembro de 1968, pelas Rádios Nacional e Globo do Rio de Janeiro, sendo considerado o primeiro programa de radiojornalismo, enquanto na televisão foi transmitido durante quase duas décadas na Tupi (de 10 de abril de 1952 a 31 de dezembro de 1970). Entre os seus famosos *slogans*, destacavam-se: “O primeiro a dar as últimas” ou “Testemunha ocular da História”. Um jornal da época imortalizou o programa publicando a afirmação “A Segunda Guerra acabou depois que o Repórter Esso noticiou”. Neste programa, a Agência Abreu era referida em vários apontamentos, como por exemplo: “Meteorologia na Europa – através da Agência Abreu obtivemos a informação do estado do tempo”.

A Abreu e a TAP eram referência destacada no programa de entretenimento com maior audiência da televisão brasileira, assinado por Flávio Cavalcanti, o carismático jornalista e apresentador lembrado, entre outros aspetos, pela forma como apontava o indicador e dizia: “Nossos comerciais, por favor!”

Outro programa da televisão no Brasil que alcançou enorme sucesso foi *O Céu é o Limite* apresentado durante quase três décadas (1955 a 1972) pelo célebre Jota Silvestre na TV Tupi do Rio de Janeiro. Este programa foi o precursor dos *quiz shows* da televisão brasileira e estabeleceu recordes históricos de audiência nos anos 1970. Era o início da época do bordão “absolutamente certo!” A Agência Abreu esteve também presente neste e noutros programas do consagrado apresentador Jota Silvestre.

A notoriedade da marca Abreu evidenciou-se noutras frentes mediáticas brasileiras como a TV Globo. O seu telejornal das 20 horas dava regularmente notícia da Abreu, destacando as novidades do seu portefólio, dos seus serviços inovadores, das suas novas parcerias – registos que revelam a impressionante dinâmica de uma empresa moderna e empreendedora, alinhada com o Brasil e os brasileiros nas suas viagens de lazer e negócios.

Todavia, a melhor publicidade da Abreu sempre tem sido a divulgação dos seus serviços pelos seus clientes. Como exemplo, refira-se que, enquanto aguardava para ser atendido pelo presidente da Empetur, órgão oficial de turismo do Estado de Pernambuco, um diretor da Abreu ouviu da secretária que, dias antes, a sua mãe se tinha reunido com as companheiras de viagem de uma “Europa Maravilhosa”, efetuada havia já quinze anos, e com outras amigas para um chá, tradicionalmente realizado todos os anos, logo que recebiam a nova brochura com as excursões da Abreu, a fim de recordarem aquela viagem inesquecível, naturalmente com o auxílio das fotografias que cada uma tinha tirado. Assim reviviam a viagem, “passando o testemunho” a familiares e amigos. Nos anos 1970 a 1990, a Abreu enviava por correio aos seus clientes, e a amigos por eles indicados, acima de uma centena de milhar de brochuras das suas excursões à Europa, especialmente programadas para brasileiros.

Sem qualquer contrapartida, era frequente “aparecer” nas telenovelas da Globo uma brochura da Abreu sobre a mesa da sala de estar, quando os diálogos tratavam de viagens de lazer.



Cartaz,
1950



CAPÍTULO 6

O SALTO EVOLUTIVO PARA UMA ORGANIZAÇÃO DE VIAGENS

A 5.^a GERAÇÃO DA AGÊNCIA ABREU:

ANÍBAL, ALBERTO E ARTUR MACEDO VIEIRA DE ABREU

(DE 1973 AO PRESENTE)

FÉRIAS ^{desde 1840} abreu

A MAIOR ORGANIZAÇÃO DE VIAGENS DE PORTUGAL

1986



O turismo entende-se como uma atividade essencial da vida das nações, pelas suas consequências diretas para os setores sociais, culturais, educativos e económicos das sociedades nacionais e pelas suas relações internacionais em todo o mundo. O seu auge está vinculado ao desenvolvimento socioeconómico das nações e apoia-se no acesso do homem ao descanso criativo, às férias e à sua liberdade de viajar, no contexto do tempo livre e do ócio, cuja natureza profundamente humana sublinha. A sua própria existência e o seu desenvolvimento estão inteiramente vinculados a um estado de paz duradoura, ao qual o turismo é convocado a contribuir.

(Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, outubro de 1980)

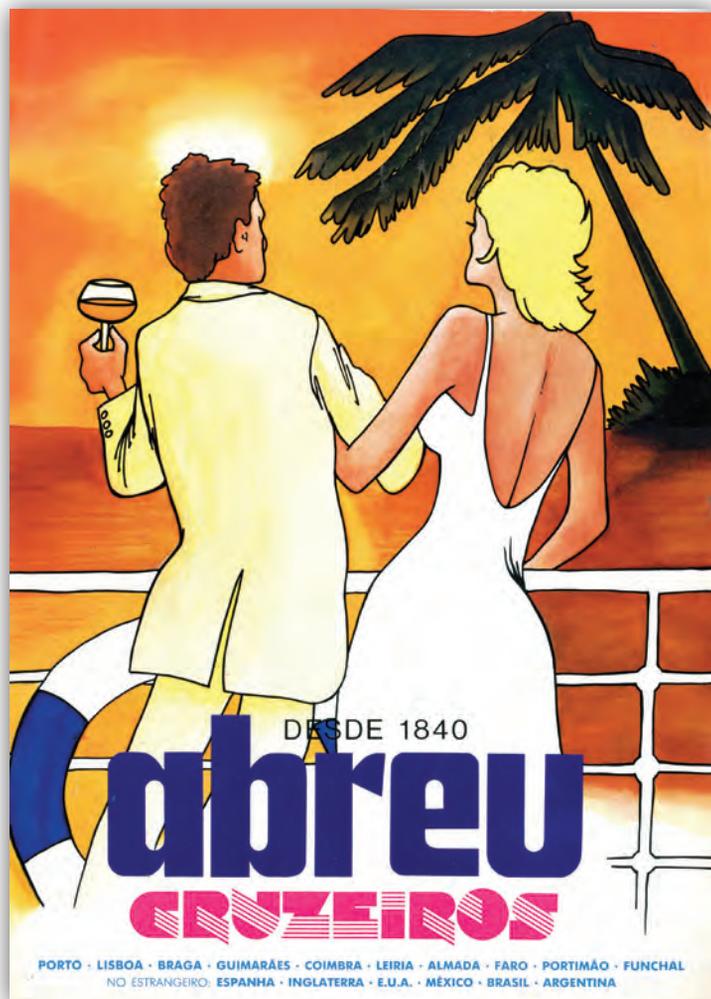
Após a morte de Aníbal Lopes Vieira de Abreu, nos inícios de 1973, e do afastamento voluntário do seu irmão, recaiu sobre os três filhos do primeiro – Aníbal, Alberto e Artur – a responsabilidade da condução dos negócios da Agência Abreu. Tinham então 40, 32 e 22 anos, respetivamente, pelo que a experiência que possuíam neste domínio era necessariamente diferente. O mais velho assumiria um papel de destaque, já que trabalhava na Empresa desde os 24 anos, enquanto o mais novo só se iniciou em tais funções após a morte do pai.



*Da esquerda para a direita
Artur, Aníbal e Alberto Abreu,
17.4.1973*



Capa de catálogo de viagens,
Júlio Resende, 1975



A direção tripartida da Agência Abreu localizou-se entre Portugal, Brasil e Estados Unidos da América.

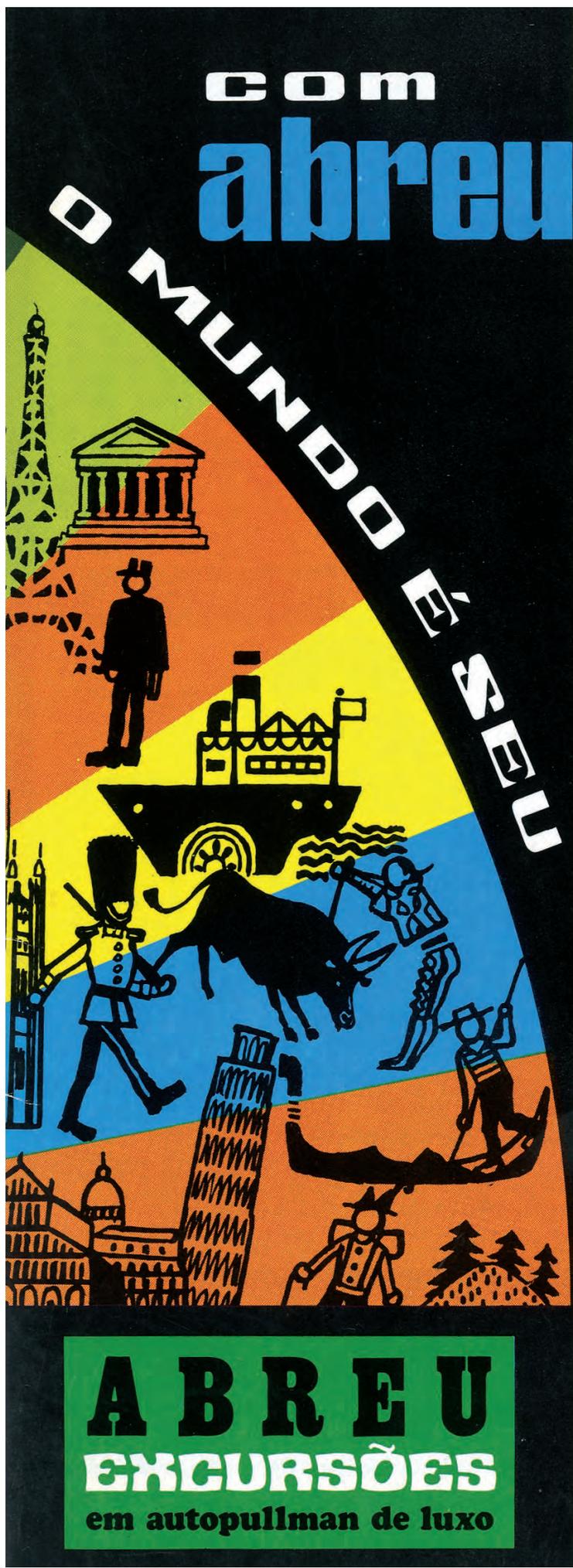
Aníbal Macedo Vieira de Abreu, que viria a falecer em 27 de agosto de 1991, começou a trabalhar na Agência no ano de 1957. Tendo constituído família no Porto, residiu também em Lisboa, no Rio de Janeiro e em Nova Iorque. Até à morte foi um pilar fundamental da Empresa, projetando-a interna e externamente. Por sua vez, Alberto de Macedo Vieira de Abreu iniciou funções na agência da família em 1966, residindo no Rio de Janeiro, onde formou família. Finalmente, Artur de Macedo Vieira de Abreu, o mais novo dos irmãos, entrou para a Empresa em 1973, estando então radicado em São Paulo, tendo constituído família nessa cidade. Cabe assinalar que Jorge de Macedo Vieira de Abreu falecera no Porto em 1962, com 22 anos. Já a irmã Maria Regina de Macedo Vieira de Abreu Amador e Pinho, falecida em 1990, casou e morou no Porto, mas nunca pertenceu à direção da Empresa.

Enquanto as habilitações literárias de Augusto e Aníbal, os gestores da 4.ª geração, se limitaram a alguns anos do Liceu, pois tiveram que começar a trabalhar na Casa Abreu respetivamente com 16 e 14 anos, os membros da 5.ª geração completaram formações universitárias diversificadas. Aníbal realizou estudos em Portugal, obtendo a licenciatura em Finanças pela Universidade de Lisboa. Alberto teve formação helvética, com licenciatura em Ciências Económicas na Universidade de Genebra. Artur, por sua vez, estudou no Brasil, tendo concluído a licenciatura em Direito na Universidade de São Paulo (USP).

Aníbal foi dos primeiros guias das excursões Abreu em autocarro pela Europa, enquanto Artur, ainda como estudante universitário, iniciou o seu trabalho na Empresa, a partir de São Paulo, como guia das excursões “América Maravilhosa” e outras para os Estados Unidos e Canadá.

Do pai e do tio herdaram o gosto pelo desporto, pela literatura, pela arte e pela música. A título de exemplo, referia-se brevemente a carreira de Alberto como tenista: foi tricampeão júnior de ténis em Portugal, de 1957 a 1959, o primeiro português a ganhar uma partida em Wimbledon (1958), campeão de primeira categoria do norte de Portugal (1964), pentacampeão universitário em Genebra de 1961 a 1965¹ e, ainda, vários anos campeão de veteranos no

1. *Certificado da Association Tennis-Club de Genève (Parc des Eaux-Vives)*, 21.7.2015.



com
abreu

O MUNDO É SEU

ABREU
EXCURSÕES
em autopullman de luxo

QUALIDADE

abreu é sempre

MELHOR

abreu escolhe o

se escolhe

SÓLIDA EXPERIÊNCIA

aliada à mais

MODERNA TÉCNICA

a mais

abreu

79

MELHOR

porque é realmente

BARATO

feitas as contas é mais

abreu

Capa de catálogo de viagens,
Júlio Resende, 1979

Rio de Janeiro (pentacampeão de 1981 a 1985²); desde janeiro a 11 de novembro de 1982, jogou 646 sets sem perder um único, como noticiou o *Jornal do Brasil*³.

Os seus irmãos Jorge, Regina e Artur destacaram-se, também, como praticantes da modalidade nas categorias jovens. Entre 1962 e 1986, por iniciativa do Lawn Tennis Club da Foz, no Porto, foi disputada a Taça Jorge Abreu, troféu dirigido à categoria de infantis e que surgiu para homenagear um jovem jogador do clube prematuramente falecido; o irmão Artur foi o vencedor em 1968⁴.

As matérias que se apresentam nos pontos seguintes revelam o crescimento, diversificação e globalização da Empresa, índices que lhe granjeiam a categoria de *Global Entrepreneur* na expressão de Roslyn Russell e Peter Murphy⁵.

6.1. Evolução da Empresa – estrutura e capital

Em 1973, a gestão da Viagens Abreu, Ltd.^a cabia a Aníbal Macedo Vieira de Abreu, a quem se juntaram mais quatro gerentes, dois residentes na área de Lisboa e os outros dois na do Porto.

Em julho de 1991, a Viagens Abreu, Ltd.^a, que já levava algumas décadas de existência, converteu-se em sociedade anónima, dando lugar à Viagens Abreu S.A., detendo a Família Abreu a totalidade do capital.

Mantendo a sua sede nos Aliados, a Viagens Abreu S.A. matriculou-se para o “exercício da atividade da prestação de serviços de agência de viagens e de turismo, bem como de despachos, trânsitos nacionais e estrangeiros”, denunciando este objeto as novas valências que entretanto a Empresa assumira.

A função administrativa era exercida por um conselho de administração composto por três, cinco ou sete membros (conforme fosse deliberado pela assembleia geral), sendo um presidente e os restantes vogais, enquanto o conselho fiscal era constituído por três membros efetivos e um suplente, cujos mandatos duravam três anos, sendo permitida a reeleição.

Por alteração de alguns artigos do contrato da Viagens Abreu S.A. foi estabelecido que o conselho de administração poderia integrar cinco, sete ou nove membros, pelo que a sua constituição para o triénio 2003/2005 apresentava um presidente e seis vogais, ficando composto por sete pessoas. Esta composição mantém-se até hoje.

Em março de 2007 foi assinada uma Convenção de Família constituída por um conjunto de regras que visa assegurar no seio da Família Abreu a titularidade do património societário, sem que por essa via se afete o rigor da gestão, desenvolvimento e controlo do negócio, inteiramente profissionalizados, em obediência a critérios da mais estrita exigência.



Brochura para a EXPO'98
e exemplares de respetivos bilhetes

2. Carta da Federação de Tênis do Rio de Janeiro, 26.3.1986, propondo a sua inscrição no “Palace Tennis Veterans Open 13-20 July-86” do Badrutt’s Palace Hotel – St Moritz – Switzerland.

3. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11.11.1982.

4. MAGALHÃES, João de Noronha e Távora; OLIVEIRA, Rodrigo Ortigão, 2004 – *Lawn Tennis Club da Foz (1900-2003)*. Porto: Nova Lello, pp. 134, 149 e 235.

5. RUSSELL, Roslyn; MURPHY, Peter, 2004 – “Entrepreneurial leadership in times of uncertainty: implications for tourism research and education” in ARAMBERRI, Julio; BUTLER, Richard (eds.) – *Tourism Development. Issues for a vulnerable industry*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Channel View Publications, pp. 66-88.



Capa de catálogo de viagens,
Júlio Resende, 1996

Esta Convenção constitui uma responsabilidade cultural e familiar de todos aqueles a quem, em cada geração, cabe o exercício da função acionista. É seu dever legar às gerações futuras o património que lhes coube preservar e, tanto quanto possível, enriquecê-lo.

6.2. A consolidação da Abreu no Brasil

Se a longa gestão de Augusto e Aníbal, compreendida entre finais da I República e 1973, fizera a Empresa passar por numerosas transformações e assistira ao seu crescimento e consolidação a nível nacional e também internacional, a nova geração imprimiu-lhe uma dinâmica que os seus antecessores dificilmente poderiam imaginar.

Nos tempos subsequentes à Revolução do 25 de Abril de 1974, a Agência Abreu não deixou de vivenciar uma fase complexa, decorrente do período revolucionário que suscitou alguma turbulência no tecido empresarial do país, mas as incertezas e instabilidade geradas reforçaram a vocação internacional da Empresa.



desde 1840

Com Abreu o mundo é seu.

EUROPA



EUROPA MARAVILHOSA
36 dias - 10 países
Portugal-Espanha
França-Itália-Austria
Suíça-Alémanha
Holanda-Bélgica
Inglaterra
Saídas: Mai. 28, Jun. 04, 11, 18, 25, 27, 28, 29, 30
Jul. 02, 04, 05, 06, 07, 08
10-23-30 - Ago. 06-13
20-27 - Set. 03-10-17
3-8

GRANDE CIRCUITO EUROPEU
48 dias - 18 países
Portugal-Espanha-França-Itália
Suíça-Alémanha-Bélgica
Inglaterra
Saídas: Jun. 15-27, Jul. 04-11
Ago. 07-15 - Set. 12

EUROPA ROMANTICA
24 dias - 10 países
Suíça-Alémanha-França
Austria-Itália-Inglaterra
Alémanha-Holanda-Bélgica
Inglaterra-França
Saídas: Jun. 14 - Jul. 05, 19, 28
Ago. 02-23 - Set. 09 - Out. 04

EUROPA ESSENCIAL
23 dias - 08 países
Itália-Austria-Suíça-Alémanha
Holanda-Bélgica-Inglaterra
França
Saídas: Mai. 20, Jun. 05, 13, 20
27 - Jul. 04, 05, 07, 08, 28-11
13, 14, 16-18, 19, 20 - Ago. 03
08-19, 22-29 - Set. 05, 13-19
28 - Out. 03

EUROPA PANORÂMICA
27 dias - 08 países
Inglaterra-França-Suíça
Alémanha-Austria-Itália
Espanha-Portugal
Saídas: Jun. 28 - Jul. 05, 12
19-26 - Ago. 02 - Set. 06-27

EUROPA DE LESTE
17 dias - 08 países
Polónia-Suécia-Noruega
Dinamarca-Alémanha-Finlândia
Alemanha-Orientais-Polónia
Suécia-Dinamarca
Saídas: Jun. 27 - Jul. 24-25
Ago. 03

OCIDENTE EUROPEU
27 dias - 08 países
França-Espanha-França-Bélgica
Suíça-Alémanha-Bélgica
Inglaterra
Saídas: Jun. 28 - Jun. 28, 29, 30
Jul. 07, 14, 21-26 - Ago. 04-19
23 - Set. 01, 08-22-28

EUROPA FASCINANTE
28 dias - 08 países
Itália-Austria-Suíça-Alémanha
Holanda-Bélgica-Inglaterra
França-Espanha
Saídas: Mai. 20, Jun. 05, 13, 20
27 - Jul. 04, 05, 07, 08, 28-11
13, 14, 16-18, 19, 20 - Ago. 03
08-19, 22-29 - Set. 05, 13-19
28 - Out. 03

SINFONIA EUROPEIA
29 dias - 11 países
Itália-Grécia-Inglaterra-Hungria
Austria-Tchecoslováquia
Alemanha-Polónia-Bélgica
Suécia-França
Saídas: Jun. 27, Jul. 14-27
28 - Ago. 18 - Set. 01-23

JOIAS DA EUROPA
27 dias - 10 países
Suíça-Alémanha-Dinamarca
Holanda-Bélgica-Polónia
Itália-Rússia-Suécia
Noruega-Dinamarca-Finlândia
Saídas: Jun. 27 - Jul. 04-28
Ago. 03

AMÉRICA DO NORTE



AMÉRICA MARAVILHOSA I
Rotatório: 17-22 e 27 dias
Washington-Miami-Orlando
New York-São Francisco
Los Angeles-Las Vegas
Saídas: Jun. 07-31 - Jul. 05-12
19-26 - Ago. 23 - Set. 20
Out. 03

AMÉRICA MARAVILHOSA II
Rotatório: 25 dias
Las Vegas-Las Vegas
Las Vegas-São Francisco
Toronto-Washington-New York
Orlando-Miami
Saídas: Jul. 03-17-28 - Ago. 05
26 - Out. 03

AMÉRICA MARAVILHOSA III
Rotatório: 18 dias
Washington-Miami-Orlando
Washington-New York-Orlando
Miami
Saídas: Jun. 15-27 - Jul. 05-11
18-25 - Ago. 15 - Set. 05
Out. 03

CASSINOS DO OESTE E HONOLULU
Rotatório: 18 dias
Washington-Los Angeles
Las Vegas-São Francisco-Lago Tahoe-São Francisco
Honolulu
Saídas: Jul. 29, Faltas

O GRANDE SONHO AMERICANO
Em ônibus multivias, a roteiros completos através do universo do fantasia e da história norte-americana.
Rotatório: 20 dias - Washington-Miami-Orlando-São Francisco-New York-Washington-Philadelphia-New York
Saídas: Mai. 27 - Jun. 03-24 - Jul. 01, 08-16-22-29
Ago. 05-26 - Out. 02-23 - Out. 07-28
Nov. 04-23 - Out. 02-16

CHARTER TRANS BRASIL
Nos seus melhores
Wickings
WALT DISNEY WORLD EPCOT CENTER
Saídas: Jun. 28 - Jul. 01-03-06
08-25-15-16-17-18-22-23-28
29-31
30 dias de viagem no 1.º e 2.º class com o melhor serviço e preço
US\$ 250,00

CRUZEIROS MARÍTIMOS

No Verão Europeu.



"DMITRIY SHOSTAKOVICH"
Classe única
serviço de 1.º classe.

DA COSTA AZUL AO ATLÂNTICO
Itália-França da Madeira
Creta-Lisboa
De 19 a 23 de ago. - 8 dias de viagem.

ACORES E MADEIRA ATLÂNTICAS
Lisboa-Porto Delgado
(Madeira)-Funchal
Funchal-Lisboa
De 22 a 26 de ago. - 5 dias de viagem.

MARROCOS E ILHAS ATLÂNTICAS
Lisboa-Casablanca-Agadir
Anorche-Las Palmas de Maiorca
Funchal-Lisboa
De 27 de ago. a 29 de set. - 8 dias de viagem.

AMÉRICA DO SUL

CIRCUITO SUL AMERICANO - 14 dias
Washington-Santiago
Punta Arenas-Puerto Montalvo
Buenos Aires
Buenos Aires no sábado
CHILE MARAVILHOSO
12 dias
Washington-Santiago
Punta Arenas
Buenos Aires no sábado
LAOS CHINÊS
10 dias
Washington-Santiago
Buenos Aires no sábado
BUENOS AIRES E BARILOCHE - 10 dias
Saídas: Todos os fins de semana
BUENOS AIRES - 05 dias
Saídas: Faltas

ORIENTE

CHINA FASCINANTE
Rotatório: 28 dias
Washington-Los Angeles-Tóquio
Osaka-Kyoto-Singapura
Cebu-Changai-Hong Kong
Saídas: Jun. 04 - Jul. 02-08-18
29 - Ago. 12 - Set. 03-14

ORIENTE CLÁSSICO
Rotatório: 29 dias
Washington-Singapura
Hong Kong-Kyoto-Tóquio
Bangkok-Bangkok-Singapura
Saídas: Jun. 29 - Jun. 29
Jul. 10-14-22 - Ago. 07-28
Set. 18

MARAVILHAS DO PACÍFICO
Rotatório: 31 dias
Washington-Los Angeles
Honolulu-Hilo-Hilo-King
Chicago-Singapura-Singapura
Bora Bora-Maui
Saídas: Jun. 27 - Jun. 27
Jul. 10-17-27 - Ago. 07-21
Set. 11 - Out. 02

abreutur

RIO DE JANEIRO:
CENTRO-RUA MÉXICO, 23 LOJA A - TEL: 217-1840
IPANEMA-RUA VISC. DE PIRAJÁ, 847
LOJA A - TEL: 511-1840
EMBATUR 0003-00-41-8

São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1801 - tel. 30112125-1986
Campinas: CP. Rua de Gonçalves, 289 - tel. 30112125-28163
Belo Horizonte: Av. Aurora, 238 - tolda 101 - tel. 30811222-4299/222-4292
Belo Horizonte: Rua de Minas, 37 - 4009 - tel. 30311222-0791/222-0375
Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1337 - 9106 - tel. 30812125-1284
Curitiba: Rua XV de Novembro, 322 - 80621 - tel. 3031222-8527
Belo Horizonte: Rua Gólfers, 71 - 87204 - tel. 30312226-2226
CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS

O Globo, Rio de Janeiro, 28.5.1987

E o Brasil continuou a ser uma grande aposta. Como anteriormente se viu, quando a TAP chegou ao Rio de Janeiro, à sua espera já lá estava a Agência Abreu. O mesmo sucederia em São Paulo. Depois, a TAP estendeu a sua presença a outras capitais de Estado e a Abreu acompanhou esse trajeto com a abertura de alguns escritórios de representação e intermediação, cada qual funcionando como uma espécie de entreposto, onde se dava assistência aos agentes de viagem locais. Esses escritórios, cuja abertura se iniciou nos anos 1974 e 1975, distribuíram-se por Recife (Pernambuco), Belo Horizonte (Minas Gerais), Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Salvador (Bahia), num movimento que se projetaria até aos anos 1980.

Já para venda ao público, a Abreu abriu uma loja em Campinas (Estado de São Paulo), a segunda loja no Rio de Janeiro (depois da primeira que se localizava no centro da cidade, esta situava-se em Ipanema), assim como em São Paulo que, após a loja da Avenida Faria Lima, inaugurou outra no Bairro de Santana. Todavia, devido à conjuntura existente à época no país e ao grande avanço verificado nas comunicações, sobretudo na generalização do uso do *fac-simile*, todos os escritórios e lojas em território brasileiro seriam encerrados em 1993, com exceção das lojas situadas nas duas metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1974, os turistas brasileiros passaram a dispor da oportunidade de fazer o pacote "América Maravilhosa": eram oito dias de viagem, com base no itinerário Rio de Janeiro – Miami – Orlando – Washington – Buffalo – Nova Iorque – Los Angeles – Las Vegas – São Francisco

– Acapulco – Cidade do México – Rio de Janeiro, utilizando principalmente as companhias aéreas Varig e Pan American.

No final de 1983, a Agência Abreu assumiu o *charter* com a Transbrasil, voando diretamente de São Paulo para Orlando, quando não era necessária uma escala técnica em Manaus, de acordo com as condições climáticas.

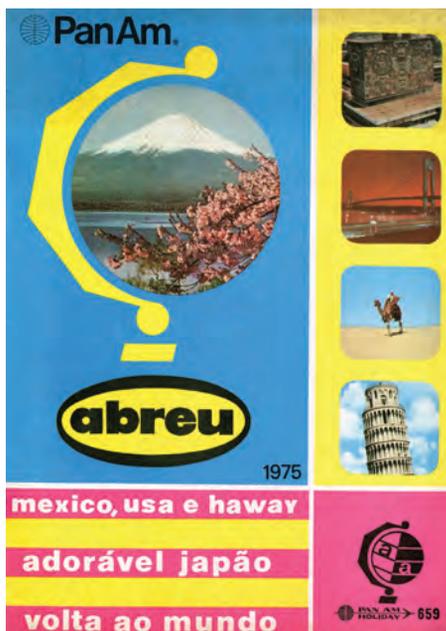
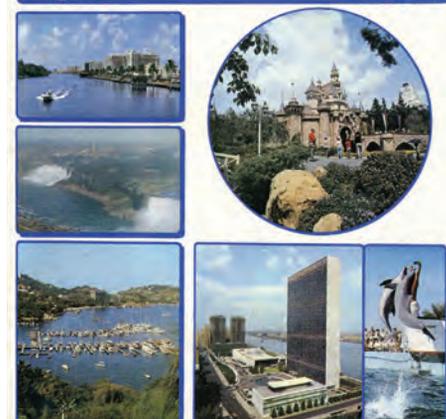
Todavia, estas viagens não atraíram só turistas. Para muitos brasileiros desejosos de começar uma nova vida nos Estados Unidos, esta afigurou-se como a oportunidade de “dar o salto”, num tempo em que engrossava a emigração ilegal brasileira nos Estados Unidos. Certo dia, a Abreu recebeu um pedido extraordinário de mais de sessenta lugares para uma dessas excursões, proveniente da cidade mineira de Governador Valadares. Desconfiado perante a situação, o Consulado Americano mostrou-se renitente na emissão dos respetivos vistos, então válidos por 60 dias. O cônsul, embora a contragosto, acabou por anuir e o grupo embarcou rumo ao norte. Depressa se confirmou que as suspeitas não eram infundadas pois, à exceção de três jovens brasileiras que, chegadas a Miami, desistiram do projeto inicial, todos os restantes membros provenientes de Governador Valadares trocaram as voltas à Abreu e fixaram-se no almejado país do Tio Sam.

Também as célebres “Voltas ao Mundo” organizadas pela Abreu entre 1975 e 1980, à partida de São Paulo e do Rio de Janeiro, eram dirigidas essencialmente a clientes brasileiros, a que se agregavam alguns portugueses que, nesse sentido, se deslocavam ao Brasil para aí se integrarem na excursão. A mais participada dessas viagens aconteceu em 1977, que reuniu um grupo de 106 turistas. O itinerário era tentador: Rio de Janeiro, Cidade do México (a excursão foi ali recebida, com pompa e circunstância, pelo embaixador de Portugal, António Ressano Garcia), Acapulco, Los Angeles, São Francisco, Honolulu, Tóquio, Quioto, Osaka, Manila, Hong Kong, Banguecoque, Nova Deli, Teerão, Istambul, Cairo, Luxor, Atenas, Roma, Rio de Janeiro. No ano seguinte, com a queda do Xá da Pérsia e subsequente revolução iraniana, a capital Teerão foi retirada do percurso.

Um fator que em muito contribuiu para a grande procura dessas viagens estava associado à qualidade dos guias turísticos, cuja formação foi sempre timbre da agência e que hoje tem a sua expressão no trabalho desenvolvido pela Academia



Seis bilhetes conjugados, de quatro cupons cada, para a excursão “Volta ao Mundo”, 31.8.1978





Caricatura dedicada ao Guia pelos passageiros da excursão Europa Maravilhosa, 1989

de Guias Abreu. Alguns deles chegaram a ir ao Brasil integrados em ações de formação promovidas junto dos agentes de viagem parceiros da Abreu, ajudando-os a vender o produto e reforçando a credibilidade da marca.

Por sua vez, o recetivo no Brasil, que chegou a envolver 105 colaboradores Abreu, foi pontuado de importantes eventos como o Congresso da União Postal Universal, em 1978, que durante 45 dias fez deslocar ao Rio de Janeiro perto de 40 000 congressistas. O Brasil estava em vias de consolidar a posição que atualmente desfruta como um dos principais países, a nível mundial, na área da organização de eventos.

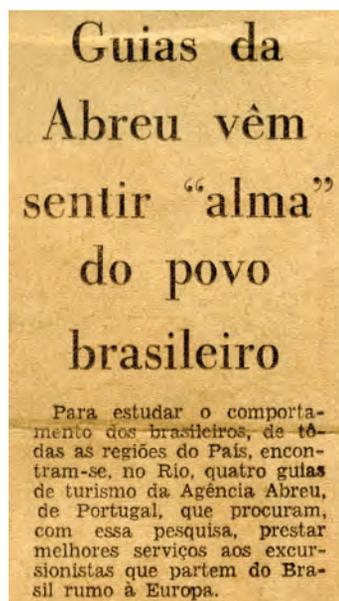
Os anos 1970 marcaram o início de outra parceria de grande sucesso em terras brasileiras, que iria superar as melhores expectativas: em cooperação com a Varig foi lançado o Plano de Turismo Nacional Abreu, que se prolongou até à década de 1990. O referido plano tinha por suporte uma política de preços garantidos, a coberto de qualquer variação ou escalada inflacionista. O período de vigência dos preços garantidos era de um ano. Depois de alguns anos com estas condições, devido aos altos índices de inflação, foi necessário reduzir o período de vigência para intervalos de seis meses e, por, último, para intervalos de três meses, até que o agravamento da crise económica e financeira que se viveu no Brasil, no final do século, comprometeu definitivamente a continuidade do projeto.

É de salientar que o grande sucesso do Plano de Turismo Nacional Abreu, tendo por primeiro fundamento o preço garantido, encontrava igualmente explicação em toda a oferta agregada pela Abreu, integralmente disponível no sistema de reservas da Varig, envolvendo, designadamente, reserva de hotelaria, transferes e outros serviços opcionais. Estas viagens eram vendidas aos balcões das agências de viagens e em todas as lojas da rede Varig que, curiosamente, assim emitiam documentação e *vouchers* Abreu, contabilizados e pagos à agência através da Varig⁶.

A procura exponencial deste produto “democrático” – porque muito acessível a um amplo universo de clientes – foi também resultado de um forte investimento em ações de formação regularmente promovidas junto das cerca de 350 lojas Varig que então se distribuíam pelo Brasil.

Indubitavelmente, o Plano Nacional de Turismo Abreu foi um processo de grande complexidade logística, mas o facto é que em todos os momentos de maior exigência a central operadora da Abreu demonstrou ser uma referência de fiabilidade e eficiência.

6. As vendas aos balcões da Varig traduziam-se em comissão paga pela Abreu aos seus funcionários que usufruíam assim de um complemento salarial, com o conhecimento e inteiro acordo da direção da Varig.



O Globo, Rio de Janeiro, 1970



VARIG CRUZEIRO

VARIG CRUZEIRO

Capa de catálogo de viagens,
ilustração do pintor Odilon Cavalcanti,
1984

A afirmação da marca Abreu no Brasil passou também pelas viagens de cruzeiro organizadas pela Empresa a partir de dezembro de 1973, portanto nas vésperas da Revolução do 25 de Abril. O navio *Funchal* foi fretado em exclusividade pela Abreu, para navegar entre o Brasil e o Mediterrâneo. Os cruzeiros tinham partida no Rio de Janeiro, entre 26 de dezembro e 12 de março, para depois dessa data se realizarem no Mediterrâneo, com partida de Lisboa.

A partir de 1982, em parceria com a companhia aérea Transbrasil, a Abreu foi responsável por uma operação *charter* exclusiva com um voo semanal São Paulo – Orlando (Florida, EUA) tendo por destino principal o Walt Disney World. O êxito desta operação foi de tal ordem que, já em 1987, o presidente da Transbrasil, comandante Omar Fontana, chegou a propor à Abreu que se passasse de um para três voos semanais, o que não chegou a suceder, uma vez que o tráfego, embora razoavelmente abundante nessa altura, ainda não justificava tal aumento.

A consolidação da marca, com um prestígio intocável em todo o Brasil, resultou de uma imagem de inegável credibilidade e confiança. A aposta da Abreu no mercado brasileiro foi incentivada por várias personalidades, próximas dos responsáveis da agência, que reconheceram a dimensão ética da Empresa, a sua vocação, as suas competências, o seu espírito criativo e a sua capacidade de inovar.

desde 1940
abreu
A experiência faz a diferença

VESTIÁRIO
MOS SUPER MODERNOS
Widowwing 767
TRANS BRASIL

**DISNEYWORLD
EPCOT CENTER**

VÁRIAS SAÍDAS POR SEMANA

Férias 86/87

30 Kg de bagagem na ida e na volta. Serviço de bordo em classe executiva e 1ª. Adicional, para 1ª classe. Sujeito a aprovação governamental.
DIVERSAS OPÇÕES DE PARTE TERRESTRE

PARTE AÉREA	
399 (MANAUS - ORLANDO - MANAUS)	360 ADULTO CRIANÇA
550 (RIO ou S. PAULO-ORLANDO- S. PAULO ou RIO)	490 ADULTO CRIANÇA

CONSULTE-NOS SOBRE CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

abreutur

RIO DE JANEIRO:
CENTRO RIO MARCEL DE OLIVEIRA - TEL. 217-1848
JAPERUA RUA VILA DE PIJAJÁ, 247
LARANJEIROS - TEL. 511-1940

SÃO PAULO:
Rua do Rio Branco, 100 - tel. 5511246-1056
Carmem 97 Rua da Guatemala, 296 - tel. 5512425-8116
Ribeirão Preto: Rua Santa Rosa, 252 - tel. 511-5111
Belo Horizonte: Rua da Bahia, 3 - 4799 - tel. 511-7642-4211/4242-9333
Porto Alegre: Rua da Liberdade, 1127 - 31501 - tel. 51-309205-9822
Curitiba: Rua XV de Novembro, 262 - 40033 - tel. 54-10320-8532
Recife: Avenida São Francisco, 111 - 51094 - tel. 51-3214228-2425
OPERAÇÃO SOB O SEU AGENTE DE VIAGENS

O Globo,
Rio de Janeiro,
1987



Anibal Macedo Vieira de Abreu a receber o prémio atribuído pelos Jornais de Turismo do Estado de São Paulo (Jotesp), 1970

A notoriedade da Agência Abreu no Brasil precede, inclusive, esses tempos de grande fulgor empresarial. Como se viu, mesmo antes da chegada da TAP, já a Abreu tinha nome feito naquele país. Quando, no início dos anos 1960, a Abreu foi distinguida como Membro Honorário da Escola de Samba da Portela, no Rio de Janeiro, os responsáveis da agência foram surpreendidos com um prestígio que sabiam existir, mas cuja verdadeira expressão desconheciam. Tomaram maior consciência do impacto gerado e da relevância da marca, anos mais tarde, quando o administrador-delegado da Empresa no Brasil foi agraciado pela Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara com a distinção de “Cidadão Honorário do Estado da Guanabara”, título aprovado na sessão de 30 de abril de 1974 e entregue pelo presidente daquela assembleia, deputado Levy Neves, em janeiro de 1975. Foi também distinguido pelas Organizações Globo com o título de “Cidadão Carioca”, galardão que recebeu em 6 de maio de 1976, em solenidade realizada no Auditório da Globo, na qual presidia à mesa o prefeito Marcos Tamoyo, acompanhado pelo primeiro secretário da Assembleia Legislativa, deputado Márcio Macedo, pelo presidente da Ordem dos Cariocas Honorários, António de Magalhães Bastos, e pelo diretor de *O Globo*, Rogério Marinho.

Também várias organizações ligadas ao turismo no Brasil premiaram, ao longo dos anos, a Agência Abreu em reconhecimento da relevância do seu papel para o desenvolvimento do turismo brasileiro. A destacar, entre outros, os que lhe foram atribuídos pelos Jornais de Turismo do Estado de São Paulo (Jotesp), os vários prémios Bahiatursa, outorgados pela Empresa de Turismo da Bahia, e os diversos prémios Empetur, atribuídos pela Empresa de Turismo de Pernambuco.

Ainda no plano institucional, é de assinalar que em 1984 a Abreu foi fundadora do Rio Convention & Visitors Bureau, uma fundação destinada a promover de forma organizada e permanente os destinos turísticos do Rio de Janeiro. Em São Paulo, no ano de 1986, foi igualmente fundadora da Cobrat – Câmara dos Operadores Brasileiros de Turismo – focada na operação turística doméstica. Já em 1989, a Abreu participou na criação da Braztoa – Brazilian Tour Operators Association –, uma associação dos operadores com foco no turismo emissor internacional.

A obra feita e o prestígio alcançado no Brasil marcam já um largo período na vida da Agência Abreu, encetando no início do século XXI um novo ciclo de grande fulgor. A história da Abreu no Brasil continua a escrever-se.

6.3. O êxito dos cruzeiros *Funchal*

Nos anos 1970, os padrões de conforto e a qualidade de serviço a bordo do *Funchal* foram incomparavelmente melhorados. Em dezembro de 1973 – quase dois anos depois de ter trasladado para o Brasil os restos mortais de D. Pedro IV – o navio, completamente renovado, regressou ao Rio de Janeiro, em fretamento exclusivo da Agência Abreu. Os cruzeiros aí realizados iniciavam-se em finais de dezembro e terminavam em março, mês em que o navio voltava a Lisboa, para efetuar os não menos famosos cruzeiros no Mediterrâneo.

O primeiro destes cruzeiros zarpou da Cidade Maravilhosa em 26 de dezembro, rumo ao Mar da Prata e Buenos Aires, passando por Santos e Montevideu. Em 7 de janeiro, o navio estava de volta ao Rio de Janeiro, seguindo-se o Grande Cruzeiro à Amazônia, contemplando escalas em Salvador, Recife, São Luís, Manaus, Belém, Fortaleza, Natal e Salvador, para terminar no ponto de origem. Aliás, quando o *Funchal* entrava no porto do Rio de Janeiro, com o símbolo da Agência Abreu bem destacado na chaminé, elegante e apelativo, era sempre um acontecimento.

O fretamento exclusivo do *Funchal* por parte da Abreu estendeu-se por vários anos, dividido em dois períodos: de 1973 a 1979 e de 1980 a 1985. Entretanto, após a Revolução de 25 Abril de 1974, a Empresa Insulana de Navegação fundiu-se com a Companhia Colonial de Navegação, dando origem à Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, nova proprietária do *Funchal*. Todavia, foi a Abreu quem assumiu o pagamento do ar condicionado do navio, sem o qual teria sido impossível proporcionar a subida do Amazonas até Manaus, onde as temperaturas chegam a atingir 52 graus Celsius.

Os cruzeiros do *Funchal*, dirigidos aos clientes brasileiros, tornaram-se um sucesso incontestado e nem a principal concorrência – a famosa Linha C, hoje Costa Cruzeiros –, apoiada em navios com superiores argumentos tecnológicos e padrões de conforto, conseguia ofuscar esse êxito. Desde logo, porque a companhia concorrente tinha tripulação de várias



Jornal de Bordo

Cruzeiro à Terra Santa e Egipto
SEGUNDA-FEIRA 22 DE OUTUBRO DE 1984

Programa do Dia **N/M 'FUNCHAL'**

Lisboa - Teis - Alexandria - Aden - Limal - Aten - Haifa - Gibraltar - Lisboa

De 4 a 24 de Outubro de 1984

08.00/10.00	Salão Lisboa	Pequeno Almoço
09.00	BOM DIA — Informação da Ponte de Comando	
10.00	Salário	Jogos de Tombadillo
10.30	Poço de Manobra	Prática de Tiro aos Pratos
11.00	Solário do Bar Tasco	Ginástica
12.00	Bar Porto	Piano Bar com Tony Ferreira
12.30	Salão Lisboa	Almoço
14.00	Ilha Verde/Salão Gema	Vídeo-Cinema
		«O Comboio dos Duros»
15.00	Solário	GINCANA
17.00	Salão Ilha Verde	Corrida de Cavalos
18.00	Salão Gema	Celebração da SANTA MISSA
19.00	Bar Porto	Piano Bar
19.30	Salão Lisboa	JANTAR DE DESPEDIDA
21.00-21.15	Ilha Verde	Votação para a Eleição de: MISS CRUZEIRO, MISTER CRUZEIRO e IDEAL CASAL
21.30	Salão Ilha Verde	BINGÃO
22.00	Salão Gema	DISCOTECA , com Tony Ferreira
22.00	Ilha Verde	BAILE DE DESPEDIDA
	com o Conjunto Musical «EXCLUSIVO 77»	
	LUÍS SANTOS e o seu Órgão Electrónico	
	Final do Concurso de Dança	
	Participação especial do Guitarrista JORGE FONTES	
	Entrega de Prémios dos Torneios e Concursos realizados a bordo	
23.00	Salão Ilha Verde	Cerimónia de Investidura de Miss Cruzeiro ♦ Mister Cruzeiro ♦ Casal Ideal
23.00	Tasca (junto à chaminé)	Música Ambiente

Das 10.00 às 12.00 e das 16.00 às 18.00 na Recepção, um Delegado da «Agência Abreu» estará ao dispor dos Senhores Passageiros

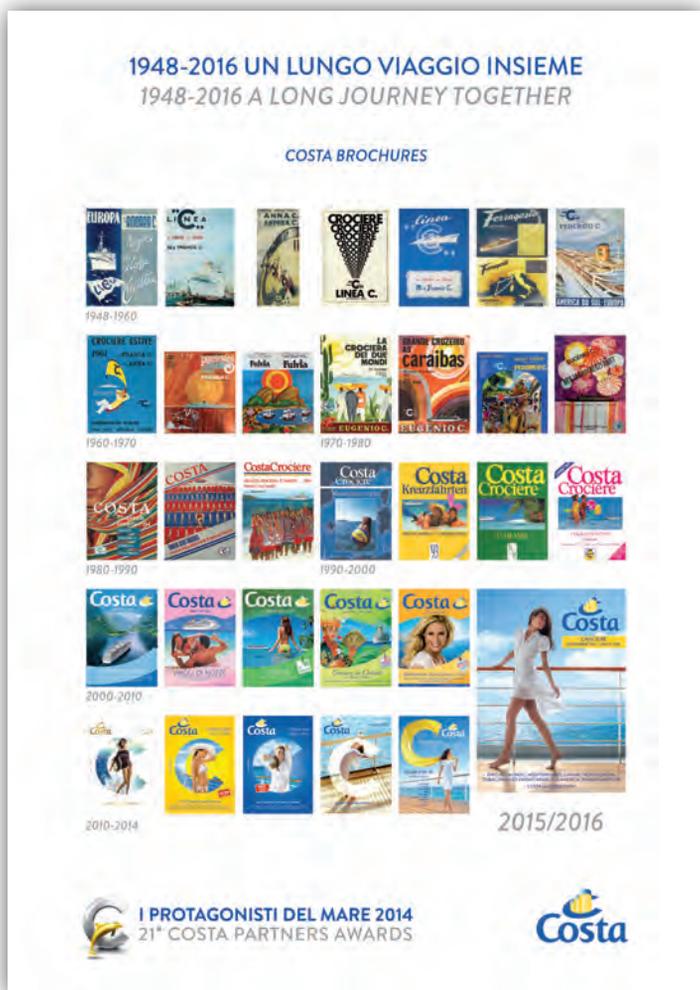




Capa de brochura, 1986



1.º Prémio, Portugal, Costa Cruzeiros, 2008



Cartaz Costa Cruzeiros, 2015

proveniências – italiana, tailandesa, filipina, etc. – pelo que nenhum elemento falava a língua de Camões e de Machado de Assis. Pelo contrário, a língua que se falava no *Funchal* era exclusivamente o português e este era um argumento de peso para os clientes brasileiros.

A melhoria e adequação da animação a bordo colocou-se como uma das prioridades, nomeadamente urgia contratar conjuntos musicais que correspondessem às expectativas dos passageiros. Os colaboradores da Abreu tiveram de percorrer os bares mais afamados da cidade de São Paulo para recrutarem uma seleção de músicos que oferecesse tais condições. Desse périplo artístico resultou a contratação de estrelas como o “Amendoim” (saxofonista credenciado que logo assumiu a chefia de orquestra), vindo a juntar-se ao talentoso Tobias, pianista português que integrava a tripulação. A direção de animação, cargo já à época de capital importância, foi confiada ao brasileiro Camilo, homem de mil e uma artes para animar um cruzeiro.

No topo da pirâmide, avultava a figura incontornável do comandante. O mais carismático de todos os homens que estiveram à frente do *Funchal* foi Inácio Fontes Pereira de Melo Vieira. Pele tisonada, cabelo branco-neve e físico superiormente cuidado, era conhecido como o “Galã das Caraíbas”. A alcunha vinha desde 1961, quando, na condição de imediato do histórico navio *Santa Maria*, substituiu o comandante Mário Simões da Maia, deposto na sequência do assalto àquele navio pelo capitão Henrique Galvão⁷. O novo comandante Inácio Melo Vieira desfilava elegância

7. Henrique Galvão (1895-1970), capitão do exército e alto funcionário da administração colonial portuguesa, desiludido com o regime de Salazar moveu-lhe desde o início da década de 50 uma oposição que lhe valeu a expulsão do exército e a prisão, da qual conseguiu escapar, exilando-se na Venezuela em 1959. Com a colaboração de Humberto Delgado, à data exilado no Brasil, aí preparou a “Operação Dulcineia” que consistiu no desvio do paquete português *Santa Maria*, que tinha largado em 9 de janeiro de 1961 para uma viagem regular a Miami, com mais de 600 passageiros e 350 tripulantes. Galvão embarcou clandestinamente no navio, em Curaçao, encontrando-se já a bordo vinte elementos da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação, grupo que assumiu a responsabilidade pelo assalto. Na madrugada de 22 de janeiro, os operacionais da DRIL tomaram conta do paquete que rumou em direção a África, já que o objetivo era atacar Luanda como ponto de partida para o derrube dos governos de Lisboa e Madrid. Este plano conseguiu atrair as atenções internacionais para a ditadura salazarista, mas fracassou, pois a guarda costeira norte-americana foi avisada e, em pouco tempo, deu-se a chegada de navios de guerra. Henrique Galvão conseguiu ainda rumar ao Recife e render-se às autoridades brasileiras, que lhe concederam asilo político.

e competência pelos salões do *Santa Maria*, atributos que com ele transitaram para o *Funchal*, onde promoveu reuniões regulares sobre vários temas relevantes para um cruzeiro de alta cotação, gerando uma relação de grande empatia com a tripulação e os passageiros.

O sucesso dos cruzeiros do *Funchal* foi de tal ordem que muitos passageiros, senão a maioria, repetiam a viagem, chegando a fazer dois cruzeiros por temporada.

Já no Mediterrâneo, durante o verão, o *Funchal* navegou ao serviço da Abreu até 1985, pois no ano seguinte a Empresa passou a operar com o navio soviético *Dimitri Shostakovich*, da companhia russa Marflot, operação que terminou em 1989, quando estava iminente o fim da URSS.

Em novembro de 1991, a Costa Cruzeiros nomeou a Agência Abreu como seu agente geral, tanto no Brasil como em Portugal, neste caso em exclusividade até 2008.



Pelé
ao lado de colaboradora
da Agência Abreu,
em visita ao navio Funchal,
Santos, Brasil, 1978

6.4. A Abreu entre a Península Ibérica e o continente americano

A presença da Abreu em Espanha aconteceu logo a seguir à revolução portuguesa de 1974, fase também assinalada do outro lado da fronteira pela morte de Francisco Franco (1892-1975), que marcou o início do processo de transição para o regime democrático. Viviam-se em Portugal tempos de grande instabilidade e de muitas interrogações quanto ao futuro da situação política do país, o que levou a Empresa a preparar-se para um cenário possível mas não desejável: a eventualidade do fluxo de clientes oriundos da América Latina, sobretudo brasileiros, passar a ter entrada na Europa, não já através de Lisboa mas por Madrid. Por outro lado, era indispensável o apoio na capital espanhola aos passageiros enviados pelos escritórios que se projetavam abrir no México, na Venezuela e na Argentina. Aliás, outros grandes operadores europeus de nível mundial, como a Kuoni, por exemplo, haviam considerado a capital espanhola como uma importante porta para os negócios turísticos da América de língua castelhana⁸.

Assim, em setembro de 1976, a Abreu adquiriu a agência de viagens Prodespaña, situada no coração de Madrid, que no ano seguinte mudou a sua designação social para Viajes Prodespaña Abreu e, passados alguns meses, ainda em 1977, alterou novamente a designação para Viajes Abreu S.A.

Pese embora a situação na América hispânica não tenha evoluído da forma desejada, como a seguir se verá, a Abreu decidiu continuar a sua atividade em Espanha, embora reorientada para o turismo de exportação, tendo por destinos preferenciais o Algarve e a Madeira. De resto, justo será dizer que à Agência Abreu se deve a colocação da Madeira no mapa das opções de viagem de lazer por parte



Capa de catálogo de viagens,
Júlio Resende, 1981

8. LÜÖND, Karl, 2006 – *Globally yours. Kuoni: the future of Travel. Since 1906*. Baden: AT Verlagen, pp. 175-176.



agencia abreu
FUNDADA EM 1940
LISBOA - PORTO - COIMBRA - FARO - RIO DE JANEIRO - S. PAULO

HOTEL VISCONTE

PREVIOUS LIST
ROOMING-LIST

Grupos "UMA SEMANA EM ROMA" - From 25 to 02 Oct. N.º 2173

BAGAGE N.º	N.º de Classif.	NOM	PERÍODO DE ESTADIA						OBSERVAÇÕES
			1975	1975	1975	1975	1975	1975	
01		Mr. EDUARDO SILVA							
		Mrs. KATHLEEN SILVA							
02		Mr. HUMBERTO SILVA							
		Mrs. MATILDE SILVA							
03		Mrs. MARIA PEREIRA							
04		Mr. ARTUR MATOS							
		Mrs. M.ª JOSE CEQUEIRA							
05		Mrs. MARIA ANDRINES							
06		Mrs. M.ª LUESA LEITE							
07		Mr. JOSE MARQUES							
		Mrs. LEONÍDIA SALES							
08		Mr. JOAQUIM ABRANTES							
		Mrs. FELISBELA VICENTE							
		Mr. PEDRO TEÓFILO							
09		Mr. ALFREDO PEREIRA							
		Mrs. PETROLINA PEREIRA							
10		Mrs. CLARA PEREIRA							
11		Mr. CARLOS OLIVEIRA							
		Mrs. CELIA OLIVEIRA							
12		Mrs. HELENA DINIZ							
14		Mrs. MARIA LOPES							
15		Mr. ARTUR AGRA							
		Mrs. ALBERTINA RIBEIRO							
16		Mr. MANUEL CANDAL							
		Mrs. JULIA NATIVIDADE							
17		Mr. ANTONIO VICENTE							
		Mrs. MARIA VICENTE							
18		Mr. RENATO SANTOS							
		Mrs. MARIA SANTOS							
19		Mr. MARIO GONÇALVES							
		Mrs. LUCINDA GONÇALVES							
20		Mr. ANGELO VENDA							
21		Mrs. ELISETE NORONHA							
22		Mr. FORTUNATO SIMÕES							
		Mrs. MARIA LEONOR							
		Mr. DANIEL CAMACHO							
23		Mrs. CAMACHO							
			8	13				1	

101 Pax

Mod. 228L-40.000 ex. (270)97 960-472 054-73

"Rooming-list" de "charter" para hotel, 1975

	NOM ET PRENOM	TOUR DGG	DATE DE NAISSANCE	PASSAPORTE	
				N.º	NACIONALITE
	DIAS - Adolfo Expósito Santo de Souza		09.04.941	1643721	Portuguais
	MARTINS - António				"
01	ARIUDA - Maria Lucile Lempert	17.01.920		A 453402	Bressilien
02	MURICH - Regina Lúcia	28.02.944		A 400096	"
03	JAN WILSON - Felomá	10.01.951		A 453186	"
04	JANSCHAK - Ana Catarina	13.04.941		A 492991	"
05	BOLZANI - Lorys			A 452657	"
06	BUSCLATO - Maria			A 451973	"
07	BUSCLATO - Maria			A 451972	"
08	CAMARAO - Dmnia Branco	05.02.921		810110	"
09	CAMARAO - Zulvire Branco	31.03.949		810139	"
10	CARVALHO - Iracema	06.07.919		A 226022	"
11	CASTRO - Ligia de Silva	02.11.932		A 452546	"
12	COSTA - Virgínia				"
13	CURY - Maria Uebelina	27.10.907		A 462660	"
14	CURY - May	29.05.932		A 479370	"
15	FERRARI - Edna Solange	25.11.941		A 400095	"
16	FERRERA - Márcia Barbosa	29.01.953		A 452770	"
17	GALVÃO - Sérgio Acouzy	10.11.954		500723	"
18	HALVA - Selma Tolosa	04.08.919		453127	"
19	HOLZBACH - Maria Teresa	10.12.951		A 452852	"
20	LICHTAVILIUS - Gladis	11.11.941		A 452544	"
21	LUZ - Maria Júlia	17.05.50		A 452909	"
22	MEDA - Francisca			A 4594681	"
23	MEDA - Nelson			A 4992764	"
24	MEVES - Gilvane do Carmo	09.05.945		A 449426	"
25	DE OLIVEIRA - Marilde Fontoura	03.12.931		A 452990	"
26	PULI - Maria Lucie	20.08.951		A 435475	"
27	PULI - Renato Pinheiro	26.11.945		A 435474	"
28	RAIHALI - Silvia			A 453133	"
29	RAIHALI - Lilia Maria Pinto	28.10.951		A 452856	"
30	RECK - Maria Susana	07.12.948		A 452051	"
31	REGUEIRA - Maria do Carmo Guimarães	08.09.941		A 449682	"
32	ROCHA - Alda Lucia Hain	01.07.950		A 452992	"
33	DA SILVA - José Carlos Rangelize	27.11.935		A 449684	"
34	DA SILVA - Marta Helena Iny Baptista	27.08.960		A 453193	"
35	DE SILVA - Camélia Rosa Pinto	11.12.950		A 449312	"
36	DE SILVA - Marília de Dirceu Pinto			A 449311	"
37	TUCCHETTO - Luiz			A 453385	"
38	TUCCHETTO - Victoria			A 452884	"
39	TULCIDI - Leticia Rita	22.05.927		A 453187	"
40	VALADARES - Herculina Celente	06.02.942		A 454571	"
41	VARESE - João Humberto				"
42	WILMER - Nauva Regina da Silveira	27.04.940		A 452347	"
43	WILMNER - Vera	31.12.944		A 452549	"
44	WITZLER - Genita Maria Reck	15.03.926		A 452947	"
	COIMO - Rosalina			A 304093	"
	FONSECA - Beneditina			A 304094	"
	FONSECA - Vera Maria			A 304095	"
	MORRESE - Mary			A 304097	"

Lista de passaportes do grupo de circuito europeu, 1976

abreu desde 1940

OS HOTEIS DA SUA EXCURSÃO

abreu desde 1940

"EUROPA MARAVILHOSA" - Tour N.º 1.437

JUNHO/1975

21-22	- LISBOA Hotel Diplomático R. Castilho, 74 Telef: 562041	10	- FRANKFURT Hotel Excelsior Mainhauser Strasse, 7 Telef: 239276
23-24	- MADRID Hotel Agumar Paseo Reina Cristina, 11-13 Telef: 2526900	11-12	- AMSTERDAM Park Hotel Stadhouderskade, 25 Telef: 717474
25	- ZARAGOZA Hotel Goya Requete Aragonés, 5 Telef: 229331	13	- BRUXELAS Brussels Europa Hotel Rue de la Loi, 107 Telef: 5137820
26	- PAU Hotel Continental 2, Place du Maréchal - Foch Telef: 276931	14-16	- LONDRES Hotel Kennedy Cardington Str. Telef: (01) 3974400
27	- MONTPELLIER Hotel Frontel 218, R. du Bastion Ventadour Telef: (67) 639063	17-19	- PARIS Hotel Erbani 23, Bvd. Poissonnière Telef: 7702555
28-29	- NICE Hotel Atlantic 12, Bvd. Victor Hugo Telef: (93) 884015	20	- POITIERS Hotel Royal Poitou Rue de Paris Telef: 417287
30	- FLORENÇA Hotel Meditezzano Lungarno del Tempio, 42 Telef: 672241	21	- SÃO SEBASTIÃO Hotel San Sebastian Avl. Zumalacarrqui, 20 Telef: 314600
JULHO			
01-04	- ROMA Hotel Palatino Via Cavour, 213 Telef: 4754711	22	- MADRID Hotel Agumar Paseo Reina Cristina, 11 Telef: 2526900
05-06	- VENEZA Grand Hotel Principe Lista di Spagna, 146 Telef: 22296	23	- COIMBRA Hotel Sagunça Largo das Améias, 9 Telef: 32171
07	- INNSBRUCK Hotel Innsbruck Imrain, 3 Telef: 34511	24	- LISBOA Hotel Diplomático R. Castilho, 74 Telef: 562041
08-09	- ZURICH Hotel Steller Bodenstrasse, 357 Telef: 526500		

ESTA RELAÇÃO PODERÁ SER ALTERADA CONFORME CONDIÇÕES GERAIS DO NOSSO PROGRAMA.

LISBOA Av. do Libertado, 140 Tel. 371341 (15 linhas)
PORTO Av. José Afonso, 207 Tel. 317921 (15 linhas)
COIMBRA Rua do Sol, 2 Tel. 27011 e 27012
FARO Av. da República, 124 Tel. 27102 e 250356
FUNCHAL 8. de Setembro, 1 Tel. 31077 e 31078

ARGENTINA • BRASIL • AMÉRICA CENTRAL • ESPANHA • INGLATERRA • MÉXICO • VENEZUELA • U. S. A.

Lista de hotéis de circuito europeu, 1979

abreu

VIAGEM ESPECIAL
PORTO SANTO
DATA 28.6.1973

X

Excursões facultativas a realizar, durante a estadia, em autocarros, acompanhadas de guia intérprete local

VISITA DA CIDADE DURANTE MEIO DIA

— Data: / /

— Ref: (/ /) (/ /) (/ /) (/ /)

NÃO REEMBOLSAVEL

Cupão de participante de "charter", 1987

PASSENGER TICKET AND BAGGAGE CHECK

N.º 2475255 N.º 2475255

DATE AND PLACE OF ISSUE

AGENCIA ABREU LISBOA - PORTUGAL

SUBJECT TO CONDITIONS ON REVERSE

AIR ATLANTIS

NAME OF PASSENGER: Camelo/Luzia NOT TRANSFERABLE

FROM	FLIGHT NUMBER	DATE	TIME	CHECKED BAGGAGE	PCB	WEIGHT
to LISBOA	394	28.06.1973	---	20		
to LISBOA	395	28.06.1973	---	20		

VALID ONLY FOR FLIGHTS SHOWN

PASSENGER NAME: Luzia Camelo
FLIGHT NUMBER/DATE: 395/16SEP

Bilhete de "charter", 1990

abreu desde 1940

CARTÃO DE PARTICIPANTE

CRUZEIRO no "FUNCHAL" - Partida: 16 / 09 / 84

Como (a) Sr.(a) D. AIDA MIRANDA

Certificamos a inscrição de V. Exa. neste Cruzeiro de acordo com o respectivo programa assim como nas excursões facultativas conforme bilhetes anexos e alojamento no

Deck ALGARVE Camarote n.º 202

AGENCIA ABREU LISBOA - PORTUGAL

Cartão de participante de cruzeiro, 1984



Máquina de escrever eletrônica Nakajima, 1985



Máquina de calcular elétrica Olivetti, 1970



Computador Macintosh, 1988



Computador Compaq, 1987



Central telefônica Loewe, 1980



Telefone fixo, 1983



Telefone móvel Nokia, 1998



Telefax Rex-Rotary, 2000



Bolsa de viagem, 1975



Porta-fotos, 1980



Bolsas de viagem, 1995



Bolsa de viagem, 1977



Bolsa de viagem, 1988



Bolsa de viagem, 1990



Bolsa de viagem, 2005



"Validator" de bilhetes e placas de companhias aéreas, 1994



Carimbo datador, 1980



Capa de passaporte, 1980



Capa de documentação, 1990



Etiqueta de bagagem, 1995



Etiqueta de bagagem, 1995



Capa de documentação, 1995



Capa de documentação, 1990



Etiqueta de bagagem, 1995



Etiqueta de bagagem, 1995



Crachá, 1990



Crachá, 1990



Crachá, 1983



Capa de documentação, 1988



Crachá, 1990



Crachá, 1990



Crachá, 1990



Capa de documentação, 1995



Diploma e prêmio,
da International Award
to Tourist and Hotel Industry,
1977

dos turistas espanhóis. Os primeiros *charter* Madrid – Funchal foram precisamente organizados pela Abreu, em 1979, e esses voos, operados pela TAP num Boeing 727, foram inicialmente partilhados com a Iberojet.

Todavia, a primeira grande aquisição no estrangeiro – tirando o Brasil – ocorreu nos Estados Unidos da América e concluiu-se em fevereiro de 1974 com a abertura da Abreu Tours Inc., em Nova Iorque. Este escritório da Abreu teve por missão inicial comercializar estadas curtas em Lisboa para clientes norte-americanos, pretendendo assim a Empresa rendibilizar o grande fluxo de voos transatlânticos que então faziam escala na capital portuguesa. Mas a estratégia da Abreu teve de ser reajustada em virtude das mudanças sentidas na aviação comercial, uma vez que, gradualmente, Lisboa foi perdendo relevância entre a ligação dos dois continentes. No final da década de 1990, numa aproximação comercial ao universo de clientes da segunda geração de emigrantes açorianos nos Estados Unidos – muitos deles praticantes de golfe – gerou-se um tráfego de viagens para os Açores. Tráfego também com algum significado foi conseguido junto de clientes norte-

-americanos em viagem para Portugal continental e Espanha. No sentido inverso, é de assinalar que o posicionamento da Empresa em Nova Iorque sempre lhe permitiu assegurar um serviço de recetivo a clientes portugueses de visita à *Big Apple*.

Se a Abreu era então a maior organização de viagens do Brasil, os seus diretores entenderam que era possível alcançar posição semelhante em toda a América do Sul. De resto, no outro lado do Atlântico, o alargamento da presença da Empresa a vários países foi-se concretizando à medida que a TAP desenvolvia processo idêntico.

Tendo como alvo a conquista de mercados na América Latina, foram realizadas duas viagens preparatórias entre finais de 1976 e inícios do ano seguinte. As comitivas foram lideradas por Alberto Abreu, a primeira deslocou-se ao México, Guatemala e Venezuela, enquanto a segunda se dirigiu à Argentina. Os resultados não se fizeram esperar. Em 1977 foram constituídas Viajes Abreu S.A. em Caracas (Venezuela), em Buenos Aires (Argentina) e na Cidade do México.

Mas tanto no caso da Abreu como no caso da TAP, esse alargamento acabaria por ser fugaz, uma vez que a introdução de políticas cambiais malsucedidas naqueles países tornaria inviável qualquer estratégia de continuidade, pelo que essas empresas acabariam por encerrar em 1987.

Ainda assim, na Venezuela, em poucos anos, a Abreu chegou a ser o maior operador para os Estados Unidos e para a Europa, o que é sintomático da dinâmica da Empresa.

Também no ano 1977 há de assinalar outros passos importantes. Por um lado, a criação em Londres da Abreu Travel Agency, com maior longevidade do que as agências criadas na América hispânica, já que encerrou apenas em 2005, por outro, a participação na constituição da operadora Apollo (em associação com a Viagens Meliá e a Wagons-Lits) e da Viptour (novamente em associação com a Viagens Meliá e ainda com a Toptours). Esta associação terminou com a criação de operador turístico exclusivo da Abreu, em 1981.

Desde os anos 1960 que a Abreu e a Kuoni encetaram parcerias de negócios, como clientes e fornecedoras de serviços nos locais em que têm atuado, tendo-se desenvolvido um bom relacionamento. Tal como a Abreu, a Kuoni também apostou no Brasil e um pouco por toda a

América Latina. Em 1969 abriu uma filial em Buenos Aires e, em 1970, estabeleceu uma representação no Rio de Janeiro, com o intuito de prestar serviço aos turistas provenientes da Suíça e de outras partes da Europa. Já nos anos 1980 empenhou-se em vários outros mercados da América Latina para o fluxo turístico no sentido inverso – trazer turistas para a Europa através de um *hub* (recepção e regresso dos passageiros) em Madrid.

No âmbito desse movimento estratégico comum e dado o bom relacionamento entre as duas empresas, em 1974 houve até negociações entre as duas Administrações no sentido de trocar participações acionistas – a Kuoni beneficiaria de uma posição da já sólida Abreu no Brasil, mas também em Portugal, não tendo de encetar esforços para construir uma presença nestes países, enquanto a Abreu poderia tirar proveito da forte presença da Kuoni no mercado europeu e da qualidade dos seus serviços. As negociações prolongaram-se mas não chegou a haver acordo, embora as duas empresas tenham mantido boas relações até aos dias de hoje.

A partir de 2012, a Abreu decidiu apostar no renascimento da sua presença nos mercados hispânicos da América Central e da América do Sul, apoiada em todo o suporte estrutural e de gestão de que dispõe no Brasil e nos Estados Unidos.

6.5. A Abreu Carga – sucesso e crescimento sustentado

Num segmento bem diferenciado, desde os anos 1950 a Abreu passara a incluir no seu portefólio de negócios um serviço dedicado especialmente à carga, com particular enfoque no movimento gerado pela carga aérea. Esta iniciativa desenvolveu-se a partir das relações pessoais que os irmãos Augusto e Aníbal mantinham com os empresários portuenses, seus clientes na agência de viagens.

Assim, em 1957, a Abreu iniciou as suas atividades no setor da carga, ainda nos escritórios da Rua do Loureiro, com a mediação do transporte de anémonas vivas para a Bélgica. A oportunidade surgiu quando um cliente habitual em viagens, de nacionalidade belga, mani-



Armazém Abreu,
Crestins, Maia,
2002



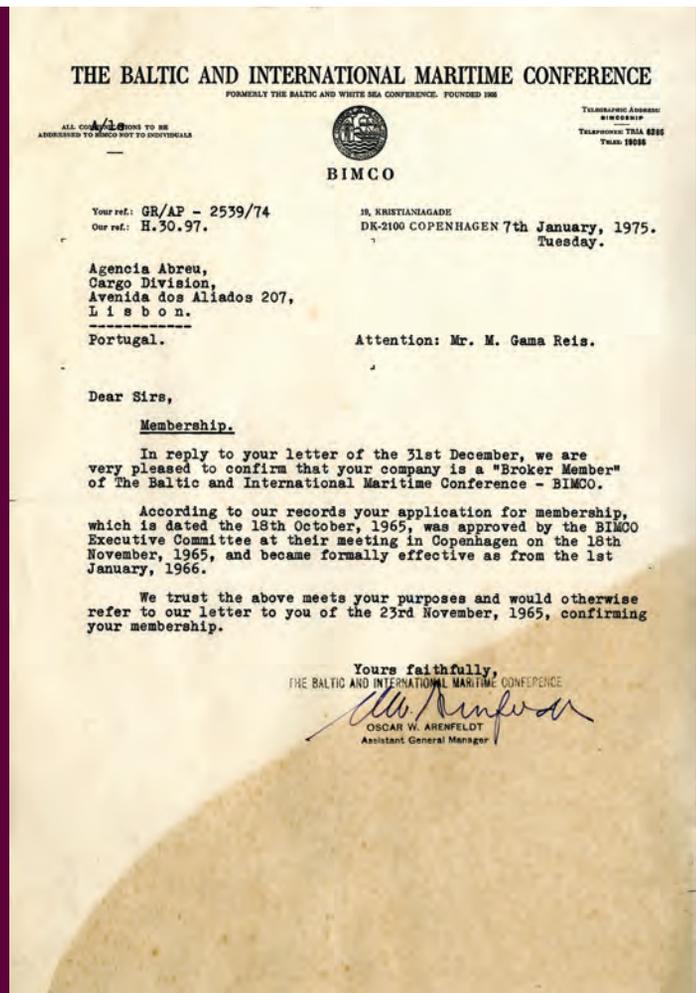
festou a necessidade de serviços de apoio administrativo que consistiam no tratamento da documentação oficial e de transporte desta atípica carga portuguesa para as fábricas belgas de tintas para tecidos. Logo se fixou em Guimarães, ao encontro principalmente do negócio gerado pelas indústrias têxtil e de calçado. Dois anos depois, estendeu a sua presença à cidade do Porto. Só em 1966 é que a Empresa decidiu apostar na atividade em Lisboa, instalando-se na Avenida da Liberdade, onde coabitava com a área das viagens, tratando aí exclusivamente de carga aérea. A parcela maior era preenchida pelo transporte de peixe com destino a Itália, Grécia e Estados Unidos, para além do envio de jornais e revistas com destino às então províncias ultramarinas e a toda a diáspora portuguesa; entre esses títulos, figuravam o *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, *Flama*, *O Século Ilustrado* e, mais tarde, a *Crónica Feminina*, que durante largos anos será a publicação portuguesa com maior tiragem e circulação.

Em 1968 foi notícia destacada com chamada de capa, justamente no *Diário Popular* – título propriedade da família de Pinto Balsemão –, o primeiro carregamento de pêssegos de Lisboa para Luanda, expedido via aérea, a bordo do Super Constellation. No ano seguinte, o negócio da carga em Lisboa passou para o 5.º andar do edifício da Avenida da Liberdade, ao mesmo tempo que era alugado um pequeno armazém na Avenida General Roçadas. Em 1971 instalou-se em Xabregas e passou a dispor, em Camarate, de um armazém para suporte às operações de carga aérea, rodoviária e marítima.

Esse serviço, funcionando num contexto lateral à atividade-chave da Empresa – as viagens – pautou-se sempre por uma visibilidade discreta até à década seguinte. Todavia, em 1975 havia já sido criada a Agência Abreu Carga, sediada em Lisboa, que logo se filiou na Baltic and International Maritime Conference – BIMCO, a

▼ *Certificado de Nomeação (carga) da Agência Abreu pela BUA (British United Airways) 24.10.1967*

▼ *Carta de confirmação da Agência Abreu como sócio da BIMCO 7.1.1975*





mais reputada associação de armadores e operadores no ramo do transporte marítimo e, complementarmente, a Empresa participou em 1981 na constituição da TERTIR, Terminais de Portugal, SARL.

Em 1983, a Abreu investiu na abertura de um escritório de carga no aeroporto de Lisboa. Em 1985, a informatização do negócio, alicerçada num programa de software desenhado à medida das necessidades expressas pelos clientes da Carga Aérea e integralmente arquitetado e desenvolvido com recursos internos da Abreu, posicionou a Empresa entre as mais competitivas e avançadas tecnologicamente. E, em 1993, deu-se finalmente a autonomização desta área de negócio com a criação da Abreu Carga e Trânsito, Ltd.^a, tendo a mudança de escritórios para Linda-a-Velha ocorrido um par de anos depois.

Este negócio evidenciou-se pela sua sustentabilidade, em finais do século XX, em todas as modalidades da carga (aérea, marítima e terrestre), reunindo uma equipa de profissionais de grande valia. Com a autonomização da carga, através de uma Empresa dotada de competências específicas nesse domínio, e cujo capital era detido na totalidade pela Abreu, foi-se progressivamente investindo em infraestruturas e meios logísticos. Já no novo século, mais exatamente em 2003, surgiram armazéns e foram criadas modernas plataformas na grande Lisboa (Santa Iria de Azóia, com uma área total de 14 000 m² sendo 7200 m² de área construída) e no grande Porto (Maia, com uma área total de 14 000 m² dos quais 4150 m² representam a área construída), alargando assim o posicionamento preexistente nas duas maiores cidades do país.

De assinalar que durante os cinco anos seguintes o crescimento do negócio cifrou-se na ordem dos 25% ao ano. Para além disso, a Abreu Carga passou a dispor de estruturas próprias na Madeira e nos Açores – S. Miguel em 2005, Terceira e Faial em 2010 – com abertura de escritórios e armazéns. Em 2011, esta dinâmica chegou a Angola, em cuja capital (Luanda) foi aberta uma Empresa com as mesmas competências. Todos estes registos deixam bem claro o relevante significado que tal segmento passou a assumir no enquadramento estratégico da Abreu.

*Contentor Abreu
à saída do armazém
de Santa Iria de Azóia
e em carga
no porto de Lisboa,
2010*

6.6. Histórias da terra e do espaço

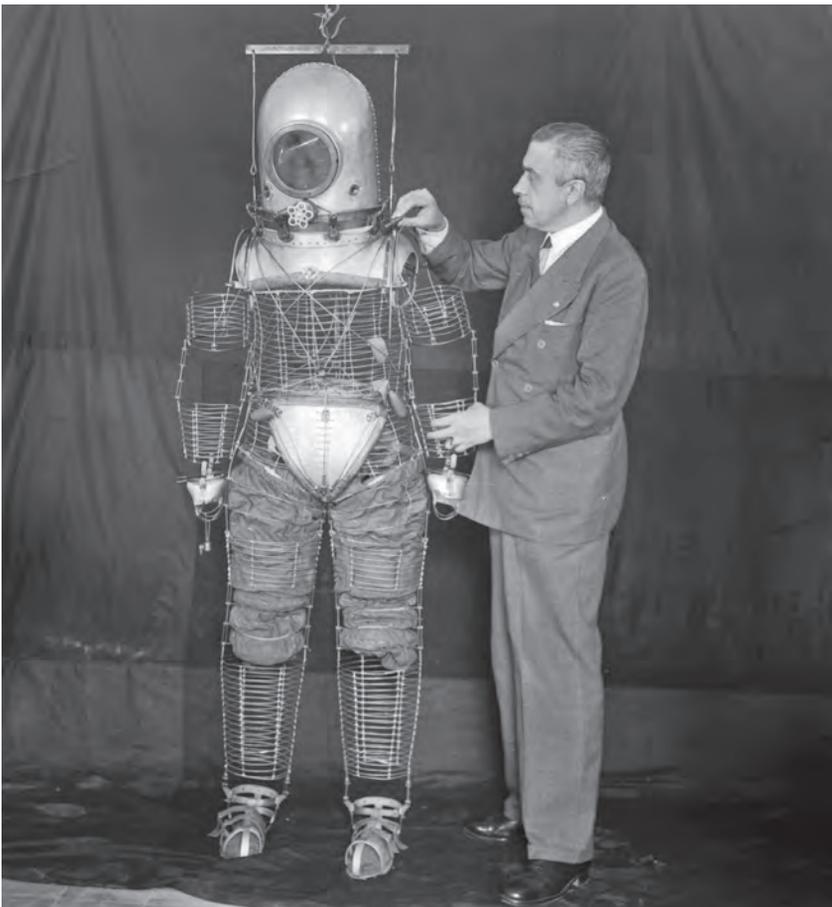
O crescimento orgânico das áreas de negócio que iam dando expressão relevante à Agência Abreu era razão bastante para repensar o futuro próximo, o que passava pelo investimento numa transferência geográfica de setores de referência da Empresa na área da grande Lisboa, tendo em vista ganhos substantivos em termos de economias de escala pela concentração de serviços num mesmo espaço.

A partir deste pressuposto, as relações próximas do corpo acionista da Agência Abreu com o então administrador-delegado da Nestlé Portugal tornaram exequível a aquisição, em 1994, das instalações da empresa suíça na grande Lisboa, concretamente no n.º 2 da Avenida 25 de Abril, em Linda-a-Velha.

Assinale-se que o referido representante da Nestlé em Portugal era neto de uma figura precursora da aeronáutica europeia, o seu homónimo avô, general Emilio Herrera, natural de Granada. A ele se ficou a dever a pilotagem do primeiro avião que ligou, em 1914, Tetuán (Marrocos) a Sevilha⁹ e a viagem em dirigível, tripulando o *Graf Zeppelin*, entre a Alemanha e os Estados Unidos¹⁰, em 1928. Nota curiosa: é atribuída ao general Emilio Herrera a criação, em 1935, do “escafandro astronáutico” que a NASA terá adotado em futuras viagens espaciais¹¹.

Mercê dos avanços científicos e tecnológicos, a conquista do espaço colocava-se como a última fronteira que desafiava a humanidade, numa época de otimismo e crescimento generalizado. O sonho tornou-se realidade com o êxito da missão Apollo 11, que em 20 de julho de 1969 “visitou a Lua”, divulgando as impressionantes imagens dos astronautas Neil Armstrong e Buzz Aldrin a pisar a superfície lunar, consubstanciando a ação que a célebre frase de Armstrong imortalizou: “Um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade”.

Mas se grande parte da humanidade se mantinha incrédula, outros acreditaram que o futuro começava ali. Logo nos finais desse mês de julho, a Agência Abreu afirmava, uma vez mais, o seu pioneirismo no universo das viagens, ao solicitar o registo, no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Brasil, de três títulos de Circuitos Turísticos à ... Lua: “Grande Circuito Espacial”, “Grande Circuito Interplanetário” e “Grande Circuito à Lua”¹².



General Emilio Herrera, com o seu “escafandro astronáutico”, 1935 (imagem Agência EFE)

9. ABC. Madrid, 23.9.2013.

10. *El País*. Madrid, 11.8.2013.

11. ABC. Madrid, 23.9.2013.

12. *O Globo*. Rio de Janeiro, 31.7.1969.



Instalações centrais em Linda-a-Velha, 2015

6.7. Os charter – aviões fretados em operações eventuais e regulares

Em matéria de operações *charter*, o pioneirismo da Empresa é bem expressivo: o primeiro *charter* para a Madeira foi realizado justamente pela Abreu, em 1968, com um voo Lisboa – Funchal, em avião da TAP, para celebrar o *réveillon*.

Outra estreia absoluta aconteceu em 1969, de novo em parceria com a TAP, através do primeiro *charter* Lisboa – Londres, que, cinco anos depois, passava a cumprir quatro voos semanais, um deles com partida do Porto, desde 2 999\$00 por pessoa, hotel incluído, a bordo do avião britânico BAC One-Eleven.

O primeiro *charter* de longo curso foi realizado num avião da BOAC (British Overseas Airways Corporation) em setembro de 1972, levando a “Família Toyota Portuguesa” ao Japão.

Em setembro de 1974, a Agência Abreu estabeleceu um acordo com a TAP para a realização de dois voos *charter* à partida de Chicago com destino a Faro. O recetivo Abreu no Algarve, entretanto reforçado (a quarta loja Abreu tinha sido aberta em Faro dois anos antes), passou a receber grupos de norte-americanos ávidos de uma semana repleta de experiências exóticas, como os opcionais passeios de burro – particularmente requisitados pelas senhoras – além dos encantos das praias desertas nas imediações de Lagos, as sardinhas, a aguar-

▼ Bilhetes e voucher, viagens charter, 1976

TAP TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES
passenger ticket and baggage check
047 4240 922 509 5

agencia abreu LISBOA
VIAGEM ESPECIAL AO FUNCHAL
DATA 19, 9, 76
Excursões facultativas a realizar, durante o estadia, em autopullman, acompanhadas de guia intérprete local.
HOTEL: Phelps
Mod. 300 – 50 liv. – 474

TRANSPORTE DO AEROPORTO AO HOTEL
Data 19, 9, 76
Ref.º 1 (pessoa)

VISITA DA CIDADE DURANTE MEIO DIA
Data 20, 9, 76
Ref.º 1 (pessoa)

TRANSPORTE DO HOTEL AO AEROPORTO
Data 26, 1, 76
Ref.º 1 (pessoa)

TAP THE AIRLINE OF PORTUGAL
CHARTER TICKET
ISSUED BY TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, E. P. SUBJECT TO CONDITIONS ON REVERSE
CONTRACT NUMBER TPQZUP19QZUS
AGENT: [Signature]
NAME OF PASSENGER: MRS. CRISTINA F. CARLOS
No. CHT 193885
DATE AND PLACE OF ISSUE: LISBOA PORTUGAL
RESERVATIONS:
FROM Lis TO Lon TPQZUP19 OCT 18 05 2 20
TO Lis TPQZUS19 OCT 22 30 2 20
VALID ONLY FOR FLIGHTS SHOWN



1.º charter longo curso da Agência Abreu, levando a Família Toyota Portuguesa ao Japão, setembro 1972

dente de medronho e o corridinho algarvio; tal fórmula transformou esta operação *charter* num sucesso garantido, materializado em cinco voos *charter*, quando inicialmente estavam previstos dois, já que que os americanos, ainda no Algarve, transmitiam aos familiares e amigos nos Estados Unidos a sua experiência fascinante e inolvidável no Portugal revolucionário, fazendo uma publicidade direta que realmente multiplicou os turistas em férias nas terras algarvias na companhia da Agência Abreu e da TAP.

Nos anos conturbados de 1974 e 1975, os dirigentes e colaboradores que lutavam pela sobrevivência da Agência Abreu lançaram uma programação agregada a voos *charter* com destino à Madeira, Açores, Londres, Paris e Brasil (neste caso, chegando a recorrer ao célebre Jumbo, o Boeing 747, da TAP). Todas as noites, um colaborador da Abreu deslocava-se à TAP para cativar lugares para os dias seguintes. Era trabalhar no fio da navalha, pois, por vezes, sucedia que o avião já tinha descolado e ainda não havia hotel reservado, mas no final, graças aos bons ofícios de ambos os lados, isto é, da Agência Abreu e dos parceiros hoteleiros, tudo se resolvia. E quando a TAP não tinha aviões disponíveis para operar voos *charter*, o colaborador Abreu tratava de garantir os lugares necessários nos voos regulares da companhia aérea portuguesa.

Em pleno “verão quente”, assim ficou conhecido o período pós-revolucionário vivido em Portugal em 1975, a Abreu organizou o primeiro *charter* Lisboa – Ponta Delgada, com enorme impacto mediático, não apenas nos Açores como também no continente.

Nos anos seguintes houve um grande incremento dos voos *charter* para o Funchal, com partidas regulares, durante todo o ano, à partida de Lisboa e do Porto. Em 1977 realizavam-se já seis voos semanais durante os meses de julho, agosto e setembro. Por outro lado, como

a agência entretanto iniciava a sua atividade em Espanha, apostou em 1979 nos *charter* de Madrid para a Madeira. Por essa altura, surgiam também os *charter* para Genebra, apoiando os circuitos da Suíça e Áustria, e ainda para Roma, neste caso semanais.

A partir de 1982, a Agência Abreu pôs em marcha uma estratégia que significava o seu compromisso definitivo com o futuro, assente num projeto de crescimento sustentado e de liderança do mercado na sua atividade-âncora: as viagens de lazer.

De 1985 a 1993, as operações *charter* organizadas pela Abreu passaram a contar com o parceiro Air Atlantis, uma companhia *charter*, propriedade da TAP, que arrancou com um avião Boeing 707, seguindo-se o 727-200, o 737-200 e, finalmente, o 737-300. A Air Atlantis operava exclusivamente para cidades europeias, tendo a Agência Abreu de adaptar a sua programação às vantagens e destinos oferecidos pelo novo parceiro, o que significou um considerável incremento do seu volume de negócios.

Mas a história do *charter* da Abreu estava longe de se dar como completa: em 1998, organizou os primeiros *charter* de Portugal para Cuba, depois para o Brasil – Maceió, Natal, Recife e Salvador, a partir de 2001, e Porto Seguro e Fortaleza, de 2002 em diante – e ainda os primeiros *charter* de Portugal para Antígua (2003) Maldivas (2003) e Jamaica (2005).

Para o histórico *charter* da Agência Abreu, ficaram momentos inesquecíveis pela demonstração da sua grande capacidade organizativa. Entre variados exemplos, no segmento Grupos Especiais, refram-se os voos organizados para acompanhar o jogo nas competições

OBRIGADO AMIGO BARROS

Nesta atribulada viagem de cinco dias, desde o Estádio da Luz até ao de San Paolo, principalmente com as viagens que, qualquer uma delas teve uma história para contar, principalmente no regresso, justo será destacar o trabalho do funcionário da Agência Abreu, sr. José Barros, que foi um dos melhores «jogadores» da equipa, sempre atento a todas as jogadas. Então, para os homens da Informação foi incedível de atenções. Por nossa parte, em nome de «O Comércio do Porto», o nosso abraço de amizade e agradecimento.

O Comércio do Porto,
25.10.1974

1977 **TAP**

FÉRIAS NOS AÇORES

1 SEMANA (8 DIAS)
Desde: Esc. 4.800\$00

VIAGEM ACOMPANHADA
DELEGADO ABREU

ORGANIZAÇÃO
EXCLUSIVA
abreu

FÉRIAS em LONDRES

- UMA SEMANA DE FÉRIAS EM LONDRES
- POR UM PREÇO EXCEPCIONALMENTE BAIXO!!!
- COM UM SERVIÇO DA TRADICIONAL QUALIDADE ABREU

Queremos que economize na viagem para que possa gastar mais em compras ou em diversões . . .

Apenas por **2.995\$00**, oferecemos-lhe:

- Viagem aérea PORTO / LONDRES / PORTO em moderno avião a jato «BOEING 737» (voo diurno).
- Franquia de 15 quilos de bagagem, por pessoa.
- Transporte em autoplumman dos nossos escritórios para o Aeroporto de Pedras Rubras e vice-versa.
- Transporte em autoplumman do Aeroporto ao Hotel e vice-versa incluindo bagagem e serviço de bagageiros.
- Uma semana de estadia em Hotel, incluindo o pequeno almoço.
- Taxas Hoteleiras, de Turismo e Serviço.
- Assistência durante toda a estadia por parte de um experiente e solícito Delegado da Agência Abreu, que zelará pela boa execução de todos os serviços.

Preço para jovens (até 21 anos) **2.780\$00**

PARTIDAS EM 1974	
Julho	15, 22, 29 e 30
Agosto	5, 6, 12, 18, 19, 20, 22, 26 e 27
Setembro	2, 3, 23 e 30
Outubro	7 e 14

LONDRES E ESCÓCIA

Viagens de 8 ou 15 dias
Partidas frequentes
Preços especiais.

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu DESDE 1840

PORTO – Avenida dos Aliados, 207 – Telefone, 32921 (16 linhas)
LISBOA – Avenida da Liberdade, 160 – Telefone, 320021 (15 linhas)
COIMBRA – Rua da Sota, 2 – Telefone, 27 011 e 27 012
F A R O – (NAVEGAÇÃO) – Rua Conselheiro Bivar, 65 – Telefone, 222554

PEÇA-NOS PROGRAMA DETALHADO . . .
... E RESERVE O SEU LUGAR (E O DE SEUS FAMILIARES)
ANTES DE ESGOTAREM !

PORTUGALICA - 5.000 n. 6174

EM COLABORAÇÃO COM A

TAP
ORGANIZAÇÃO
EXCLUSIVA
abreu

férias na madeira 1978

1 SEMANA DESDE: 3.700\$00
PARTIDAS: DOMINGOS
SEGUNDAS
QUINTAS

AVIÃO DIRECTO – 2.ª FEIRA
PORTO / FUNCHAL / PORTO
DESDE: 4.190\$00





Amália Rodrigues e Eusébio,
em viagem charter
da Agência Abreu a Viena,
1990
(imagem Agência LUSA)



européias que o Vitória de Guimarães realizou na cidade checa de Vitkovice (1982) e a final da Taça dos Campeões Europeus entre o Futebol Clube do Porto e o Bayern de Munique, em Viena (1987), que gerou uma grande procura e a conseqüente saturação de pedidos de aviões à TAP, o que levou a Abreu a fretar, como derradeiras hipóteses, um Douglas DC-10 à companhia espanhola Spantax e outro DC-10 à Air Marrocos. Igualmente desafiadoras, mas já com recurso permanente a *brokers* internacionais para contratação de aviões disponíveis em qualquer parte do mundo, foram as operações envolvendo as finais das Taças dos Campeões Europeus entre o Benfica e o PSV Eindhoven, em Estugarda (1988), e entre o Benfica e o AC Milan, em Viena (1990), a final da Liga Europa entre o FC Porto e o Celtic, em Sevilha (2003), a final da Liga dos Campeões entre o FC Porto e o Mónaco, na cidade alemã de Gelsenkirchen (2004), bem como a final da Liga Europa entre o FC Porto e o Sporting de Braga, em Dublin (2011). Mais recentemente, outro tanto ocorreu nas finais da Liga Europa quando o Benfica defrontou o Chelsea, em Amesterdão (2013), e o Sevilha, em Turim (2014).

A propósito da viagem a Viena, em 1990, do Sport Lisboa e Benfica para a final da Taça dos Campeões Europeus, refira-se que durante o voo um fotógrafo captou vários primeiros planos de Amália Rodrigues e Eusébio, que integravam a comitiva benfiquista, e, junto a eles, colaboradores da Abreu com o respetivo crachá¹³.

13. Duas destas fotografias foram publicadas recentemente, após a morte do reputado futebolista, uma na revista *Visão*, "Especial Eusébio", de 7.1.2014, e outra na revista *Sábado*, dossier "Especial Eusébio", de 8.1.2014. Nesta última, a fotografia ocupa as páginas 20 e 21, podendo ver-se com toda a nitidez o crachá Abreu.

6.8. Crescimento, Diversificação e Reconhecimento

Os anos sessenta e setenta levaram, como se constatou, a Agência Abreu a redimensionar-se: por cá, abriu escritórios em Lisboa, Coimbra e Faro; lá fora, no Rio de Janeiro e em São Paulo, Nova Iorque, Madrid, Londres, Cidade do México, Caracas e Buenos Aires. Nessa última década, os constrangimentos transformaram-se em oportunidades, de forma que nos anos 1980 tinha cerca de mil colaboradores em todo o mundo.

A título de curiosidade, refira-se que no próprio dia 25 de abril de 1974, a Abreu publicitava no *Diário Popular* (Lisboa) dois produtos seus, então em voga: apartamentos no Algarve e a viagem de uma semana a Londres pelo preço de 3 450\$00, podendo descer para 2 900\$00 no caso de jovens que ficavam alojados em casas particulares. No dia seguinte, por entre as numerosas páginas daquele diário que noticiavam os acontecimentos da Revolução, além da viagem a Londres, eram ainda anunciados os cruzeiros no famoso *Funchal* e as viagens especiais a Bucareste, de quinze dias, para “tratamentos geriátricos”, ao preço de 19 880\$00, tudo incluído.

Verificou-se pois o alargamento dos negócios no plano interno em virtude da democratização das férias e do turismo, e nessas décadas de 1980 e 1990 a rede de lojas expandiu-se visivelmente no continente, nos Açores e na Madeira, num processo que se prolongou até aos nossos dias.

Com esta expansão, também resultou um importante incremento nas áreas de Grupos (promoção de viagens em grupo junto de várias instituições, como estabelecimentos de ensino, clubes, etc.) e de empresas (viagens de negócios).

Em 1981 foi constituído o Operador Turístico Club 1840¹⁴, que logo assumiu um papel-chave no panorama português do ramo, construindo pacotes turísticos para a Agência Abreu e agindo como grossista para todo o mercado de agentes de viagens em Portugal. Atualmente posiciona-se como área essencialmente de produto, concentrando todas as suas competências no desenho de uma oferta distintiva servindo a frente de vendas da Empresa, a começar pela rede de lojas Abreu, mas também o mercado brasileiro, os diferentes mercados hispânicos da América Central e do Sul e, ainda, Angola.

A Agência Abreu organizou numerosas viagens para responder à procura do mercado interno, numa tendência de desenvolvimento notório dos pacotes turísticos, sobretudo publicitados na imprensa, que se sucediam para satisfazer um número crescente de consumidores. Era o incremento dos destinos balneares que se estendiam a lugares cada vez mais diversificados, mas também dos circuitos europeus que desde os anos cinquenta haviam granjeado à Empresa fama e reputação, e ainda as grandes viagens, intercontinentais, que promoveram sobretudo o continente americano e o imenso Oriente, cada vez mais fascinante aos olhos dos turistas em busca de ambientes exóticos.

Indubitavelmente, a última década do século XX revelou um mundo em mudança vertiginosa e nas mais diversas vertentes e dimensões. O início dos anos 1990 significou, para a Agência Abreu, a entrada na era da concorrência universal, das novas tecnologias de informação, da gestão dinâmica de custos e margens de comercialização – enfim, uma revolução

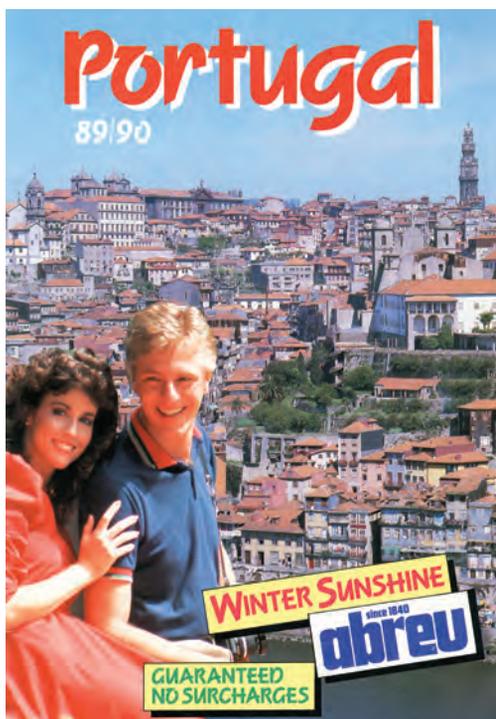
14. A sua escritura foi lavrada em 11 de junho de 1981.

APARTAMENTOS NO ALGARVE
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 100 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua de São, 2 • Telef. 2 70 11/2

1 SEMANA em LONDRES
PARTIDAS:
TODOS OS DOMINGOS
Maio 5, 12, 19 e 26
Junho 2, 9, 16, 23 e 30
Preço excepcionalmente desde **3.450\$**
INCLUIDO:
● Viagem em avião a jato TRIMET
● Estadia no Hotel
● Transportes em terra
● Visita turística de Londres
● Taxas hotelárias
● Sobretaxa de combustível
● Acompanhante **abreu**
PREÇO ESPECIAL PARA JOVENS COM ESTADIA EM CASA PARTICULAR **2.900\$**
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 100 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua de São, 2 • Telef. 2 70 11/2
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

BUCARESTE
viagens especiais para
TRATAMENTO GERIÁTRICO
PARTIDAS: 12/5, 9/6, 14/7, 11/8 e 15/9
15 DIAS 19.880\$
(TUDO INCLUIDO)
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 100 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua de São, 2 • Telef. 2 70 11/2

CRUZEIROS NO FUNCHAL
● TOTALMENTE REMODELADO!
● CLASSE ÚNICA A BORDO!
● SERVIÇO DE 1ª CLASSE!
A maior série de cruzeiros no melhor pacote português
MADEIRA - AÇORES
MARROCOS - CANÁRIAS
PARTIDAS:
ABR 9-23 | AGO 13-27
MAI 7-21 | SET 10-24
JUN 4-18 | OUT 8-22
JUL 2-16-30
9 DIAS desde 6.300\$
RESERVAS E INFORMAÇÕES
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 100 • Telef. 32 00 21 (15 linhas)
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21 (15 linhas)
COIMBRA: Rua de São, 2 • Telef. 2 70 11 • 2 70 12
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS



nos seus modos de produzir, comunicar e gerir, que acompanhava o paradigma tecnológico que inexoravelmente se impunha nas vésperas do novo milénio.

Em 1991, a gestão de topo da Empresa assumiu o imperativo estratégico de reorientar a Agência Abreu face a um Portugal diferente, onde emergia um facto relevante: o padrão de vida dos portugueses estava a mudar, refletindo uma capacidade aquisitiva em alta. Entretanto, os custos do trabalho estavam também em curva ascendente, o que se repercutia na atividade da Empresa em dois sentidos divergentes: por um lado, dado que o país começara a perder atratividade como destino de sol e praia, a solidez do turismo recetivo, que constituía então a trave mestra do negócio da Abreu, estava seriamente em causa; na outra face da moeda, os portugueses começavam a ter condições para fazer férias no exterior e, motivados pela comunicação comercial, na linha do que sucedia noutros mercados, foram correspondendo às mensagens publicitárias cada vez mais apelativas. Era, no caso português, a evidência da “democratização das viagens”, com Portugal a replicar uma tendência já perfeitamente consolidada nos países seus congéneres da então Comunidade Económica Europeia, que passava pelo gozo de oito a quinze dias de férias no exterior.

Estes novos tempos convocaram a Abreu a mudar estruturalmente a vocação da Empresa, para adotar um modelo agora sobretudo voltado para a exportação, numa lógica de fomento da competitividade da oferta e da rentabilidade do negócio. Entretanto, agravando o turismo de importação, a Guerra do Golfo significou uma forte retração de turistas estrangeiros na procura de destinos externos, designadamente Portugal. É um facto que “o turismo não só se desenvolve com grande rapidez como também está sujeito a variadíssimas alterações exógenas que introduzem mudanças significativas da procura”¹⁵.

Efetivamente, a realidade começava a ser diferente dos anos 1985 a 1988 no tocante à evolução das receitas turísticas em termos reais, constatando-se, nesse período, variações aumentativas contínuas, registando o nosso país taxas de crescimento mais elevadas¹⁶.

Por todas as razões, entre 1991 e 1995 a aposta da Abreu foi claramente interpretativa dos sinais dados pelo mercado interno e pelo contexto mundial. Daí, mais turismo de exportação e menos turismo de importação – nos tempos áureos do recetivo, só no Algarve a Abreu chegou a dispor de um quadro de oitenta pessoas. A nova realidade determinou o início de um processo imparável de alargamento da rede de lojas, cujo número decuplicou em cerca de uma vintena de anos, passando de catorze no raiar dos anos 1990 para 145 em 2014, contando com 530 colaboradores, num esforço patente de cobertura do território continental e insular. A Abreu estendeu também a sua atividade a vários pontos do globo, não só na Europa, como no continente americano e, mais recentemente, em Angola¹⁷.



15. CUNHA, Licínio, 1997 – *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, pp. 188-189.

16. *O Turismo em 1988. Portugal. Continente e regiões autónomas*. Lisboa: Secretaria de Estado do Turismo – DGT, 1989, p. 20.

17. Ver Anexo II.

Quintoférias 1986

PORTUGAL

desde 1840
abreu

HOTÉIS • APARTAMENTOS • POUSADAS

City 1840

VERÃO **SOL Y SOMBRERO** 1986

GRANDES VIAGENS **1991** City 1840

FÉRIAS
1992

desde 1840
abreu



Aníbal Macedo Vieira de Abreu a receber a Medalha de Mérito Turístico, Grau Ouro, da Secretaria de Estado do Turismo, 1987

No panorama nacional – e mesmo internacional – uma empresa desta dimensão, longevidade e natureza está longe de constituir a regra. Não surpreende, pois, o reconhecimento que tem merecido por entidades governamentais de diversos países, associações da área profissional, companhias aéreas e do próprio público.

Em 1979, a Abreu foi distinguida com uma das duas Medalhas de Prata de Mérito Turístico atribuídas, até hoje, a agências de viagens pela APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo.

Depois, corria já o ano de 1987, outra relevante distinção foi-lhe conferida, agora com a chancela do governo português e por iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo: a Medalha de Mérito Turístico Grau Ouro.

Já em 1990, no âmbito do seu sesquicentenário, a Agência Abreu recebeu vários prémios da TAP, da Varig e de outros parceiros.

Dez anos depois, a Abreu foi agraciada com a única Medalha de Ouro de Mérito Turístico atribuída, até hoje, a agências de viagens pela APAVT.

Neste mesmo ano de 2000, realizou-se a primeira edição do European Trusted Brands, no qual a Agência Abreu foi eleita Marca de Confiança dos portugueses, na categoria “Agências de Viagens”, e esse reconhecimento tem sido reafirmado, ininterruptamente até ao presente, em cada edição anual da referida votação.

Em 2005, a obra feita e a relevância da Empresa eram distinguidas ao mais alto nível do Estado português: a 8 de novembro, o presidente do conselho de administração da Agência Abreu foi condecorado pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito Comercial.

Também no país vizinho, o papel da Agência Abreu foi reconhecido de forma inequívoca pelo governo espanhol, em 2007, tendo sido condecorada pelo Rei de Espanha com a Placa de Mérito Turístico – Ouro, atribuída pela primeira vez a uma empresa estrangeira. Esta distinção reconhece e premeia pessoas e instituições que “de forma notável e extraordinária, tenham contribuído para o desenvolvimento, fomento e promoção do turismo espanhol ou tenham proporcionado uma imagem positiva deste a nível internacional”.



Única Medalha de Ouro de Mérito Turístico atribuída, até hoje, a agências de viagens pela APAVT, 2000



Por sua vez, o governo de Cuba distinguiu a Agência Abreu, em 2008, “pelo seu contributo para o desenvolvimento turístico” daquele país, louvor concedido pela primeira vez a um operador turístico português.

De grande relevância e fiabilidade é a avaliação que as publicações especializadas em negócios têm feito nos últimos anos sobre a Empresa Abreu. Vejam-se algumas delas.

Em 2007, o suplemento “1000 Maiores Empresas”, publicado em 23 de novembro pelo *Diário Económico*, indicava a Viagens Abreu S.A. como líder incontestado no segmento lazer, sendo a primeira no setor de hotelaria e turismo e a 91.ª entre o milhar das maiores empresas portuguesas. A última edição desse suplemento, de 3 de dezembro de 2013, posiciona a Abreu em 84.º lugar nesse universo das mil maiores empresas nacionais.

Em conjunto com a *Deco Proteste*, a revista *Dinheiro & Direitos* publicou em 2009¹⁸ o texto “Excursões de Sonho a Preços Especiais”, as quais podiam esconder práticas desleais e proibidas, exigindo publicidade transparente e maior fiscalização; esta análise apontou “informação sem falhas” em apenas cinco operadores no setor das viagens: a Agência Abreu e quatro companhias aéreas.

Também em 2009, a revista *Exame* indicou a Viagens Abreu como a primeira agência de viagens e a quinta maior do setor de serviços, posicionando-a em 103.º lugar entre as quinhentas maiores empresas portuguesas.

Artur Abreu acompanhado do seu sobrinho e administrador Jorge Alberto Abreu, tendo ao centro o ministro da Indústria, Turismo e Comércio de Espanha, Joan Clos i Matheu, na entrega da Placa de Mérito Turístico Ouro 2007

Marca de Confiança dos Portugueses, diploma e prémios consecutivos, 2001 a 2015 ▼



18. *Dinheiro & Direitos*. N.º 93, maio/junho 2009.





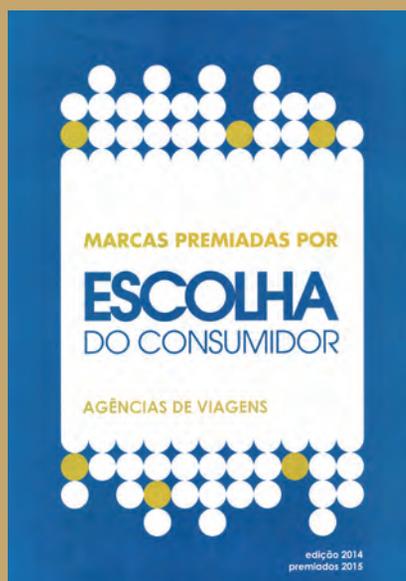
Em finais do mesmo ano, a revista *Focus* – no seu número especial sobre as 1000 maiores empresas portuguesas – apresentou a Viagens Abreu como a 107.ª da lista, sendo, no entanto, a primeira das vinte escolhidas na área de atividade “Hotelaria, Turismo e Restauração”. Também o suplemento “1000 maiores empresas”, publicado em 24 de novembro desse ano pelo *Diário Económico*, fez idênticas referências.

Adotando outros critérios de avaliação, o suplemento “1000 maiores empresas” do *Diário de Notícias*, publicado em Lisboa também em novembro de 2009, apresentou a Viagens Abreu como a 125.ª empresa do ano e igualmente como a primeira da sua atividade.

Em novembro de 2012, a Agência Abreu foi, em Londres, estrela na World Travel Market, a mais relevante feira de viagens realizada anualmente na Europa, ao receber o *Global Award*. Segundo o *Wall Street Journal*, os *World Travel Awards* são os verdadeiros “Óscares da indústria das Viagens”. Sendo a primeira agência de viagens portuguesa a receber esta distinção, a Abreu vê assim reconhecida “a sua permanente capacidade de inovar, tanto ao nível de ações como de produto, mantendo sempre o enfoque no cliente”.

Em dezembro do mesmo ano, o suplemento “Marcas que marcam 2012” do *Diário Económico* apresentou a Abreu como vencedora na categoria “Agências de Viagens” no inquérito de notoriedade espontânea.

Em 2013, no primeiro ano de criação da categoria “Agência de Viagem”, a Agência Abreu recebeu o galardão *A Escolha do Consumidor*. Trata-se de um sistema de avaliação e classificação de marcas, que tem por objetivo conhecer o grau de satisfação e aceitabilidade dos consumidores em relação a determinado produto ou serviço, ajudando-os a fazer uma compra informada.



Em abril de 2014, a revista *Exame*, na edição do seu 25.º aniversário, publicou a eleição das 25 empresas portuguesas com futuro, ou seja, as que “fazem a diferença na economia nacional e no seu setor, distinguem-se pela sustentabilidade e vão marcar os próximos anos”. No setor de “Turismo e Lazer” esta revista apenas indicou a Agência Abreu.

Nesse contexto, não surpreende que um estudo sobre turismo e inovação publicado em 2010 – por sinal, ano do 170.º aniversário da Agência Abreu – assinalasse o pioneirismo da Empresa bem como o seu extraordinário desenvolvimento, mercê da sua evolução como operador turístico, esquecendo todavia o mercado brasileiro:

Em Portugal, a agência de viagens Abreu, com 800 empregados e um volume de negócios que a coloca nos primeiros lugares do *ranking* nacional, foi uma das pioneiras do setor, pois em 1840 já comercializava passagens de comboio entre Lisboa e o Porto. Tal como a Thomas Cook, também se tornou operador turístico, distribuindo os seus produtos por 130 balcões de vendas, só em Portugal, e possuindo diversos pontos de venda em Espanha, em Angola e nos EUA¹⁹.



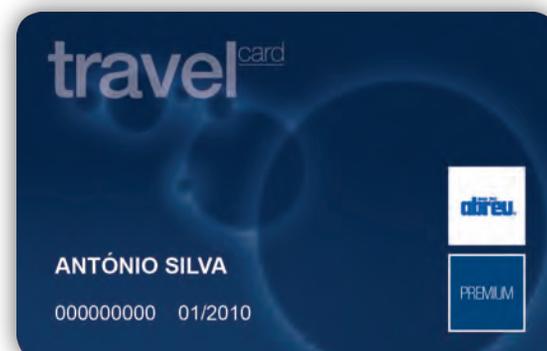
Prémio Publituris, 2013

6.9. Novas parcerias, modernização tecnológica, lógicas inovadoras

A orientação inovadora da Empresa assumida em 1991 revelou-se acertada. A entrada de operadores espanhóis em Portugal constituiu uma mais-valia, já que a Abreu alcançou uma dinâmica de tal forma significativa que se projetou nos anos seguintes, posicionando a Empresa entre as mais competitivas da Europa. E assim sucedeu porque, no momento de mudar e enfrentar num novo ciclo, a Abreu era já uma empresa com “escola” perfeitamente sedimentada. Soube então ler os sinais do mercado, tendo trazido à evidência toda a sua força institucional, de marca e de produto. A direção evoluiu para elevados patamares de coesão e eficiência e a administração ganhou uma nova consistência com a entrada em funções de dois novos administradores, em 2003, e com a constituição de uma comissão executiva profissional integrada por três dos seus administradores, em 2006, nenhum deles pertencendo à Família Abreu.

No início do novo milénio, a Agência Abreu consolidou a sua projeção internacional com uma nova aposta em Angola e reforçou a sua posição de maior organização de viagens em Portugal. É líder de mercado em vários segmentos de oferta e sucessivamente *Marca de Confiança* eleita pelos portugueses – e agora também *Escolha do Consumidor* – com quem mantém uma relação de proximidade singular através da maior rede de lojas (todas elas lojas próprias) a nível nacional, dos benefícios do seu programa de fidelização “Viaje Mais” via cartão Abreu Travel Card e de um evento ímpar que,

Programa de fidelização
Abreu Travel Card



19. MACHADO, Luís Pinto; ALMEIDA, António, 2010 – *Turismo. Inovação e Novas Tecnologias*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Disponível em: http://web.spi.pt/turismo/Manuais/Manual_III.pdf [acesso em 31 de jan. 2013].



ano após ano, regista largas dezenas de milhares de visitantes, a Feira de Viagens Mundo Abreu.

Com efeito, em 2003, Portugal foi palco da primeira edição deste acontecimento sem precedentes que continua a ser o maior certame dirigido ao consumidor final. Realizada anualmente no país para venda direta ao público e com a presença dos fornecedores, esta é, seguramente, uma das maiores feiras no espaço europeu. Uma área expositiva que em dez anos decuplicou. No capítulo das viagens, o Mundo Abreu representa a grande oportunidade para muitos milhares de portugueses reservarem as suas férias, já que os preços do catálogo são sempre especialmente acessíveis. Por isso, em Portugal, este é o grande momento anual de compra antecipada para quem procura viagens domésticas ou no estrangeiro, praias, cruzeiros, circuitos, cidades, parques temáticos, oferta spa, passagens aéreas, *rent-a-car* e outras referências em tempo de

férias. Também por essa razão, o mercado vê no certame um barómetro consolidado ao aferir com exatidão as tendências que, a cada ano, pontuam o setor das viagens.

Em cada edição do Mundo Abreu, a forte cobertura mediática dá projeção a um evento que se tornou no grande acontecimento para muitas pessoas que, de outra forma, dificilmente poderiam viajar. Agregador de destacados parceiros institucionais e comerciais, envolvendo representações do turismo vindas de Portugal e de diferentes países dos vários continentes, passando por companhias aéreas, operadores turísticos, cadeias hoteleiras e companhias de cruzeiros, o Mundo Abreu é ainda o tempo e o espaço onde se entrecruzam povos, culturas e civilizações, num ambiente pleno de cor e magia – elementos que dão especial sentido ao verbo viajar, em todas as suas aceções.

Todas as ações de *marketing* encetadas e dinamizadas no Brasil referidas anteriormente tiveram desenvolvimentos ulteriores, agregando mais tarde também o mercado português, onde atualmente a marca tem uma presença relevante nos palcos principais – desde as estações de televisão (RTP, SIC, TVI), aos jornais e revistas de referência (grande informação e viagens) *off-line* e *on-line*, passando pelas redes sociais e a blogosfera. De assinalar, igualmente,

Mundo Abreu,
Feira Internacional de Lisboa,
2014



as inúmeras iniciativas de *co-branding*²⁰ através de parcerias com outras marcas de notoriedade, como a Nestlé, Lipton, Delta, Kellogg's, Fnac, Zon, Vodafone, Glaxo Smith Kline, Danone, Pepsico, Unilever, Chicco, La Redoute, Timberland, Mars, Gorila, Bertrand, Público, Nickelodeon, etc. Uma nota ainda para a presença da marca Abreu em grandes eventos como o Rock in Rio, e para a sua forte ligação a outras referências do mundo do espetáculo, nomeadamente aos musicais assinados pelo produtor Filipe La Féria.

A convite da TV Cabo Portugal, a Agência Abreu participou, em 2001, no lançamento da “TV Interativa”, a primeira experiência do género em Portugal, com disponibilização de conteúdos interativos pelo canal televisivo.

No ano 2000, deu-se um acontecimento marcante na história recente da Empresa: a entrada, a convite da TAP, no capital da companhia *charter* Yes, para suporte das viagens tendo por destino as Caraíbas e, numa segunda fase, também o Brasil. Com esse passo, a Abreu teve de enfrentar no imediato problemas de grande complexidade, sobretudo no plano logístico, com impacto direto nos custos assumidos pela Empresa. Mas essa parceria era inevitável, uma vez que a alternativa significava não haver voos à partida de Portugal para as Caraíbas e, se tal viesse a acontecer (voos partindo de Espanha), seria manifestamente penalizador em preço e qualidade de serviço, quer para a Abreu, quer para todo o mercado nacional, desde logo para milhares de turistas portugueses que tinham já aquele destino como cenário emergente no horizonte das suas férias.

A entrada na nova companhia *charter* acabou por ser determinante em toda a dinâmica de alargamento da rede de distribuição da Agência Abreu, até então completamente litoralizada.

Mais ainda. A criação da Yes deu um impulso enorme na massificação das viagens em Portugal. E esse fenómeno sem precedentes, essa verdadeira corrida às viagens de lazer aconteceu não só, mas principalmente através da Abreu. E se nos anos 1990 havia um conjunto de operações *charter* que abriu caminho a essa massificação ou fruição muito alargada das viagens de lazer, muito mais notório isso seria no início dos anos 2000. De facto, muitos foram os portugueses que, pela primeira vez, viajaram para o estrangeiro. Assistiu-se, então, a uma clivagem geracional entre um Portugal antigo e um Portugal moderno – este com maior escolaridade e outras necessidades, a começar pela necessidade de fazer férias, que o mesmo é dizer, de viajar. Entretanto, a significativa descida do preço médio das viagens, resultante de uma oferta manifestamente excessiva, fez com que a prática de viajar se tornasse cada vez mais acessível.

Em 2003, o governo português decidiu privatizar em 49% o capital da ENATUR, entidade detentora das Pousadas de Portugal, bem como ceder a exploração destas ao con-

20. Associação de duas ou mais marcas distintas para desenvolver um produto ou serviço que ofereça duplo valor agregado ao consumidor.



Rock in Rio, Lisboa, maio/junho 2012



dannup

GANHA A DOBRAR sem sorteios

= 2,00€
em bilhetes
CINEMAS LUSOMUNDO

+ milhares de prémios

REEF UZO

Só falta trocar os códigos das tampas em
WWW.MAOPARES.COM

Fitness

ESTE VERÃO MOSTRA O TEU SAMBA STYLE

O presente chegou! Não vais de volta sem o presente que mais gostas do teu verão e de férias: um conjunto de bilhetes para participar nos festivais de verão.

Com os bilhetes das embalagens promocionais FITNESS Sambas e ganha participações nos festivais.

PARTICIPAR
nos festivais de verão

obreu



Nestlé GOLDEN GRAHAMS

Desafia as leis da gravidade.

GANHA
Tua 2ª viagem de Portugal para a Índia com a companhia aérea de escolha.

Tu + 2 Amigos
através de 2 participações

obreu voelving

Kellogg's CRISP X NEW GENERATION

GANHA PRÉMIOS
obreu jovem

TSUNAMI

375g

obreu

Yogurt Tribal Light

O iogurte que se junta ao gelado, junta-se agora à AGENCIA obreu para te oferecer

FINS DE SEMANA
para saborear a dor.

obreu

Aquafresh

paga as férias da sua família!

Solba mais no verso.

GANHE até 10.000€

obreu Aquafresh

Para o tal mahal visitar, arroz pato real vou ter de usar.

Compre 2kg Basmati + 1kg Vaporizado ou 2kg Vaporizado + 1kg Basmati e habilite-se à viagem à Índia para 2 pessoas ou a respectivo valor em dinheiro. Saiba tudo em www.patoreal.pt ou no folheto no ponto de venda.

obreu

Vaqueiro

VÁ AOS AÇORES COM VAQUEIRO E COM A AGENCIA obreu VISTA A PELE DO SR. MIGUEL E HABILITE-SE A GANHAR UMA VIAGEM AOS AÇORES

obreu

O NATAL ESTÁ A CREGAR!

GANHE PRESENTES
para Si e para a sua família.

1000 PRESENTES

obreu



Reserva de mesa,
2005



Cheque de viagem,
1999



Marcador de livros 3D,
2013



Porta-chaves,
2012



Etiqueta de bagagem,
2000



Marcador de livros,
2014



Crachá Convenção Abreu,
2014



Cinta de bagagem,
2014



Etiqueta de bagagem,
2000



Capa de documentação,
2005



Etiqueta de bagagem,
2005



Etiqueta de bagagem,
2005



Etiqueta de bagagem,
2013



Crachá Mundo Abreu,
2003



Crachá Mundo Abreu (visitante),
2003



Crachá Expo Abreu,
2014

FESTA MÁGICA
DE 4 DE FEVEREIRO A 4 DE MARÇO

ATÉ **20% DE DESCONTO**⁽¹⁾

REFEIÇÕES **GRÁTIS**⁽²⁾

ESTADIA E VOOS **GRÁTIS**⁽³⁾
PARA MENORES DE 7 ANOS

Disneyland Paris 30th Anniversary

Para chegadas de 29 nov. a 7 nov. 13.
 (1) Oferta aplicável para todos Disney+; excursos "1 dia a Paris" e "Paris Essencial".
 (2) Para chegadas de 29 nov. a 7 nov. 13 (exceto para menores de 3 anos).
 (3) Para 1 adulto pagante 1 criança menor de 7 anos a grátis.
 Acumula-se com voos grátis para crianças menores de 12 anos (por 1 adulto pagante 1 criança menor de 12 anos a grátis*) e 20% de desconto no jantar especial Buffet à la Mer (Menu Disney - Cat. 2). Ofertas válidas apenas para novas reservas e sujeitos a disponibilidade no momento da reserva.
 *Apenas terá de pagar os taxas de aeroporto e segurança, transferi e seguro de viagem. As crianças dos 7 aos 11 anos pagam também a estadia.

abreu desde 1848
abreu

abreu portuguesa
OZGONALIAZ
Global Award
World Travel
Market 2013

Exclu. despesas de reserva de 29 por processo e não por pessoa | Taxas seguras a alteração | Lugares limitados | Não acumulável com outras ofertas/promoções | Programa sujeito às condições gerais
A informação contida neste documento não dispensa a consulta do programa detalhado | Estamos em processo de adoção do novo acordo ortográfico
Viagens Abreu, S.A. - Capital Social € 1.500.000 - Sede: Av. dos Alibados, 257 - 4000-107 Fátima - RMAT 1702 - Operador - Com. Reg. Com. do Porto nº 15839 - Contribuinte nº 500 217 177 - 05/02/2013

"Flyer",
2013

sócio vencedor dessa privatização. A convite de um dos parceiros de referência de longa data – o Grupo Pestana –, a Agência Abreu integrou o referido consórcio ganhador: Grupo Pestana Pousadas. Assumindo a liderança da nova entidade gestora, que sucedeu à ENATUR, o Grupo Pestana estendeu igualmente a sua parceria ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, Fundação Oriente e Portimar. Assim, em 1 de setembro de 2003, o Grupo Pestana Pousadas tornou-se responsável pela exploração da rede atual de pousadas por um período de 20 anos, bem como pela sua expansão dentro e fora do país.

Desde a sua inauguração, em 1992, que a (hoje chamada) Disneyland Paris tem com a Agência Abreu uma parceria relevante. E isso traduz-se, entre outras dimensões, no facto de a Abreu ser um dos dois operadores turísticos portugueses com exclusividade na comercialização do produto. Com a implantação da campanha "Festa Mágica" em 2008, ocorreu uma maior dinamização da promoção deste destino e, presentemente, a Agência Abreu detém a liderança absoluta das vendas em Portugal.

Também a consultoria de viagens junto de instituições e empresas vocacionada para turismo de reuniões, conferências, congressos e eventos corporativos – recentemente denominado MICE – se revelou de extrema importância para a Agência

Abreu. Este segmento assumiu primordial relevância, já que "representa no turismo mundial, segundo a OMT, cerca de 16% de todas as chegadas internacionais, admitindo aquela organização mundial que possa ter um crescimento anual de 10% durante o próximo decénio"²¹.

Dados os compromentimentos históricos dos operadores espanhóis com mercados muito relevantes como as Caraíbas, num negócio verticalizado que vai da companhia de aviação *charter* até à gestão de cadeias hoteleiras naqueles países – e que passa também pela sustentação que proporciona a um mercado consumidor muito maior que o português, tanto em número de consumidores como em poder de compra – a Abreu assumiu a partilha com e sem risco de operações para esses destinos. Assim, associou-se a operadores que lhe possibilitam a manutenção de voos diretos para vários destinos e, em alguns casos, garantem a cedência de lugares sem tomada firme, isto é, sem risco, dando, em contrapartida, natural preferência aos produtos desses parceiros na rede de lojas Abreu.

21. ALMEIDA, Aurélia Rodrigues de, 2011 – *Turismo de Negócios. Planeamento estratégico de um destino turístico*. Porto: Media XXI, p. 70.

desde 1840
abreu online 2004

Os melhores roteiros na Europa

e centenas de outros que você mesmo pode montar

Veja também

- Pousadas de Portugal e Paradores de Espanha
- Viagens para Egito, Ilhas Maldivas, Malta, Marrocos, Tunísia e Turquia
- Monte seu próprio roteiro
- Fly and Drive
- Conheça as facilidades do nosso site

www.abreutur.com.br

Siga o mouse, escolha seu roteiro e acesse o site

"Flyer",
2004

Cabe referir que essa decisão foi previamente objeto de profunda discussão interna, uma vez que a hipótese de vender produto de terceiros era algo que mexia, de modo inescapável, com a cultura da Empresa. A opção tomada, claramente na busca de melhores índices de rentabilidade e com menor risco, era inevitável. Ainda assim, importa frisar que essa novidade a nível de produto não demoveu a Empresa de uma coisa absolutamente indeclinável – o rigoroso controlo de qualidade. Vale por dizer que, mesmo em relação a produtos de terceiros, a Abreu cuida ela própria de aferir a sua conformidade com os padrões de exigência que se mantêm como intocáveis na sua política de contratação. Todavia, os tempos de crescente variedade e complexidade dos produtos turísticos e dos segmentos de mercado²² impunham novas atitudes.

Acresce ainda, neste contexto de reequacionamento do risco e do conseqüente desinvestimento nas operações *charter*, o advento das companhias de aviação *low cost*. Excetuando nos países do Norte de África, que recebem tráfego mas não geram tráfego próprio – o que para uma companhia *low cost* significaria viagens sem retorno –, o *charter* praticamente saiu de cena, no médio curso, salvo nos períodos de época alta e em situações especiais.

Por outro lado, é alcançada a aproximação direta dos vendedores (operadores e companhias aéreas) ao consumidor final, nomeadamente via *internet*, publicidade *on-line* e redes sociais. Estas realidades contemporâneas vieram introduzir novas lógicas em várias latitudes da indústria do turismo e, concretamente, no capítulo das viagens.

Na década de 1970, os sistemas internacionais das companhias aéreas deram um importante contributo para a interação dos serviços de viagens. Depois de em 1972 ter iniciado os serviços do seu CRS (serviço computadorizado de reservas) – o *TAPmatic* –, a TAP associou-se, em 1989, ao CRS *Galileo* para diversificar a distribuição aos agentes de viagens. Desde então, a Agência Abreu é cliente do *Galileo*, tendo sido a primeira agência portuguesa a ser automatizada com o sistema ainda denominado *Apollo*.

Com o *Galileo*, ao nível da rede, a Agência Abreu foi igualmente a primeira a ser dotada de uma infraestrutura de *Frame Relay* – eficiente tecnologia de comunicação de dados usada para transmitir de forma rápida e barata a informação digital através de uma rede de dados – que suportava transmissão de dados e voz, conectadas a nível internacional com extensão às suas filiais no estrangeiro. Nesta área, foi também a primeira a ter uma infraestrutura central em fibra ótica *fast-ethernet*, sistema que decuplica a velocidade original na transmissão de dados.

Entretanto, além dos CRS já referidos, a Agência Abreu já usou o *Worldspan* da TWA, teve ligação ao sistema de emissão de bilhetes da SATA e, atualmente, também é utilizadora do

22. HOERNER, Jean Michel, 1997 – *Géographie de l'industrie touristique*. Paris: Ellipses.

Amadeus. A Travelport, denominação atual da empresa que detém o sistema *Galileo*, continua a ser, no entanto, a parceira principal nesta área, em mais um exemplo de parcerias de longa duração e proveito mútuo, sempre seguindo a matriz principal que guia as ações da Empresa.

Conhecidos nos nossos dias como sistemas globais de distribuição (GDS), estes sistemas permitem reservar não apenas voos, mas também outras tipologias de produtos de viagens. A Agência Abreu utiliza hoje e integra nos seus próprios sistemas, para além dos referidos GDS, diversos sistemas de reserva automatizados e especializados tanto no domínio da hotelaria, como da operação turística, de cruzeiros, aluguer de carros, *tours*, comboios e outros.

Com efeito, a utilização das tecnologias de informação e comunicação mudou o mundo e essa mudança trouxe com ela novos vetores de desenvolvimento da indústria do turismo, assentes sobretudo na *internet*, emergindo o fenómeno das vendas *on-line* e a revolução profunda na lógica de relacionamento entre as empresas e os consumidores. Especialmente atenta à realidade da economia digital, a Abreu assumiu um conjunto de investimentos e desenvolveu diferentes linhas de negócio que lhe permitiram posicionar-se, neste novo contexto, como empresa atualizada e tecnologicamente competitiva. Destaca-se, em 2003, a constituição da Abreu Online, plataforma B2B para venda *on-line* de hotelaria entre empresas. Esta nova unidade fez o seu caminho e agrega já mais de setenta colaboradores, posicionando-se essencialmente em Portugal, mas também no Brasil, em Espanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

A par desta nova abordagem ao mercado profissional, a Abreu tem presente nas suas prioridades o fenómeno das vendas *on-line* direcionadas para o consumidor final, que envolve um grande investimento, mas sendo certo que o futuro da Empresa passa também, e inevitavelmente, por aí.

E embora as vendas *on-line* assumam uma relevância indiscutível, o portefólio Abreu tem lugar reservado para o desenho de produtos cuja sofisticação e pluralidade de serviços agregados os coloca à margem das plataformas de comercialização *on-line*. O exemplo mais expressivo desta situação reside nos “circuitos europeus”, vendidos nos mercados português e latino-americanos, a par das chamadas “grandes viagens”, aliás com vários pontos em comum na sua composição. Ou seja, trata-se, em ambos os casos, de produtos que pela sua complexidade (designadamente contratação de avião, autocarro, hotéis em diferentes cidades, transferes) implicam dificuldades acrescidas para serem construídos pelo consumidor, a partir de sua casa ou do seu escritório, com recurso a fornecedores individualizados e mantendo um preço atrativo e a viabilidade da execução do itinerário.

desde 1948
abreu online
RESERVATION SYSTEM | e-commerce
Offices: Portugal | Spain | Brazil | UK | USA | Mexico | Angola

Para profissionais

O Seu Sistema de Reservas Global melhorou a pensar em si!

NOVAS FUNCIONALIDADES

- + Seleção de hotéis recomendados
- + Localização dos hotéis no mapa
- + Multi-idioma
- + Descritivos melhorados
- + Sistema otimizado
- + Mais rápido
- + Novos filtros
- + Mais oferta de produto

Juntos mudámos! Apresentamos o Novo Sistema com um layout melhorado e novas funcionalidades.
Reserve esta mudança a partir de 5 de Junho.

abreonline.com

+351 21 415 6075 Número de Emergência 24h +351 96 173 89 03

Skype: Abreu.aol2

Email: booking@abreonline.com



Autocarro de turismo, 2014
(Grupo Barraqueiro – Frota Azul)

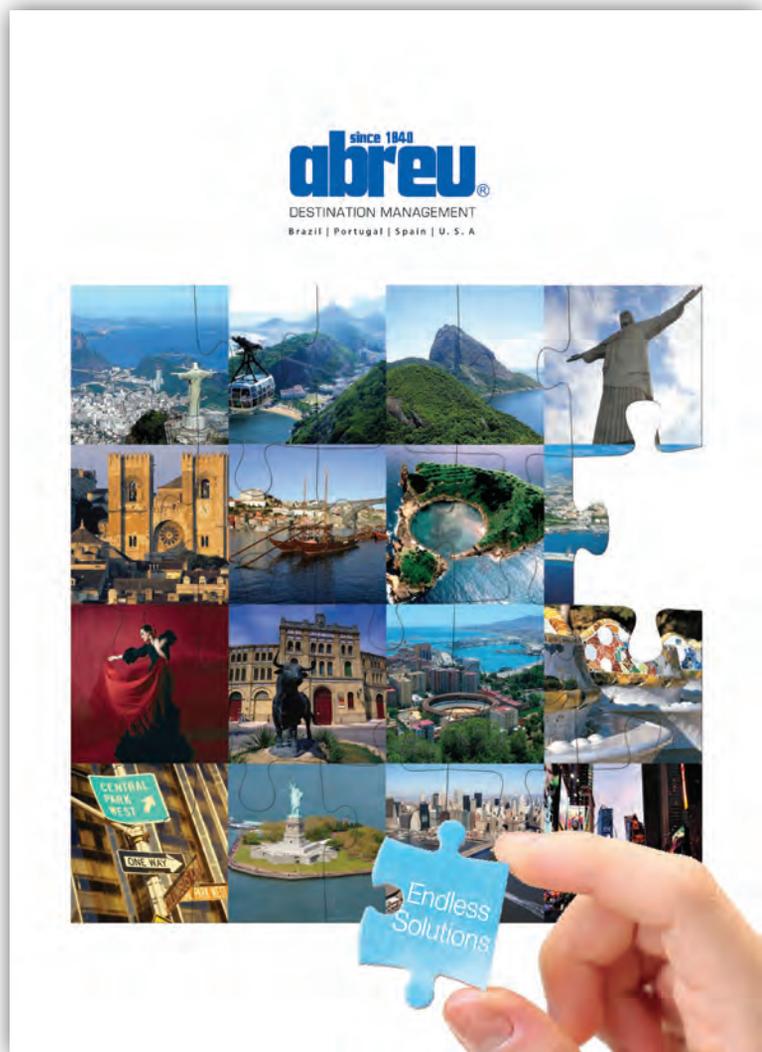
Impõem-se, no entanto, cada vez mais, novas lógicas de importação. A prestação de serviços turísticos locais a estrangeiros, nos seus contornos dos tempos áureos do século XX, faz parte do passado. Os próprios fluxos de turistas estrangeiros captados anualmente em Portugal mantêm-se sem qualquer variação, enquanto para países como a Turquia – excetuando o ano de 2011, conturbado pela chamada Primavera Árabe – se multiplicaram de modo exponencial.

Perante esta nova realidade, o turismo recetivo passou a significar para a Agência Abreu uma oferta dirigida a um universo de clientes institucionais e empresariais. A Abreu DMC PCO (*Destination Management Company e Professional Congress Organizer*), estrutura que atualmente conta com quarenta pessoas, cedo se afirmou como consultora de referência.

Na área dos congressos internacionais, podem destacar-se várias intervenções relevantes: a Gymnaestrada 2003, que trouxe a Lisboa cerca de 20 000 pessoas; o World Congress on Transport Research 2010, reunindo cerca de 3800 delegados; e, ainda nesse ano, a European Conference on Operational Research, com 2500 participantes.

No âmbito dos eventos e apresentação de produtos, é de salientar, em 2008, o lançamento para a imprensa britânica do novo Audi A4, envolvendo a participação de 300 jornalistas; em 2009, a Convenção Scania Brasil, que reuniu 4200 pessoas; ou, em 2010, o lançamento do novo Volvo S60, com a presença de 6000 concessionários de todo o mundo. Para além disso, deve considerar-se toda uma série de eventos organizados para clientes representativos de mercados tão diversificados que vão da Rússia aos Estados Unidos, passando pela América do Sul.

Em 2013, a Agência Abreu operou o lançamento do Jaguar S Type, que reuniu cerca de 2500 concessionários da marca, bem como a maior convenção jamais realizada em Portugal, com a participação de cerca de 20 000 integrantes – a Convenção Internacional dos Rotários. E, em dezembro de 2014, outro desafio se colocou neste segmento: o Congresso Mundial das Águas, com 3000 participantes.



Capa de apresentação de serviços, 2014

6.10. Mercados novos e renovados

O contexto peninsular afigurou-se fundamental desde meados dos anos 1970 e a presença da Abreu em Espanha é uma das chaves mestras da sua consolidação interna e externa. Hoje, com escritórios em Madrid e Barcelona, a Empresa assume no país vizinho um papel de complementaridade face à atividade desenvolvida em Portugal, numa lógica natural de integração ibérica. Aliás, esta estratégia percorre toda a filosofia do turismo nos dois países que pretendem assumir o desafio de se promoverem como destino conjunto em paragens longínquas. Além de que Portugal ocupa o 7.º lugar na emissão de turistas para Espanha e este país continua a ser o principal emissor de turistas para Portugal²³.

Quanto ao Brasil, a partir de 2005, na sequência de uma maior consistência e estabilização da economia, iniciou-se um ciclo de crescimento sustentado e o problema da inflação foi resolvido. O cenário que desde então se desenhou revela-se particularmente favorável ao reinvestimento. Assim, a Abreu olha com um interesse renovado para um mercado onde a sua presença, embora histórica, tinha sido entretanto reduzida por força de um contexto económico que, durante algum tempo, inviabilizou qualquer estratégia alternativa. Nesta recente conjuntura, a Empresa pôde voltar a afirmar-se e a reinvestir com confiança, sendo claramente positivos os resultados entretanto obtidos. Em 2014, a Abreu tem a sua presença consolidada naquele país com uma dezena de escritórios administrativos e de venda ao público: três localizados no Rio de Janeiro e quatro em São Paulo, as duas grandes metrópoles, mas também noutras importantes cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Para além de continuar a trabalhar no seu segmento de mercado tradicional de viagens para a Europa, grandes viagens e Estados Unidos e Canadá, este reinvestimento traduz-se também numa forte aposta na promoção do turismo interno no Brasil. Ou seja, Brasil para brasileiros. Desta forma, a Empresa conseguiu reavivar um segmento que alcançou tão bons resultados nas últimas três décadas do século XX.

No que diz respeito à sua filosofia identitária, a Abreu posiciona-se – e em resultado disso, é vista – como empresa portuguesa em Portugal, sendo que no Brasil o seu perfil é claramente o de uma empresa brasileira, da mesma forma que, em Angola, é percecionada como uma empresa angolana.

Justamente apoiada nos seus bons níveis de competitividade, a Abreu decidiu retomar uma experiência já testada nos anos 1970, iniciando em 2013 a promoção e venda de circuitos europeus junto de países hispânicos da América Central e da América do Sul. Esse imenso mercado caracteriza-se



Comboio Alfa Pendular,
1999
(Fotografia autorizada, REFER)



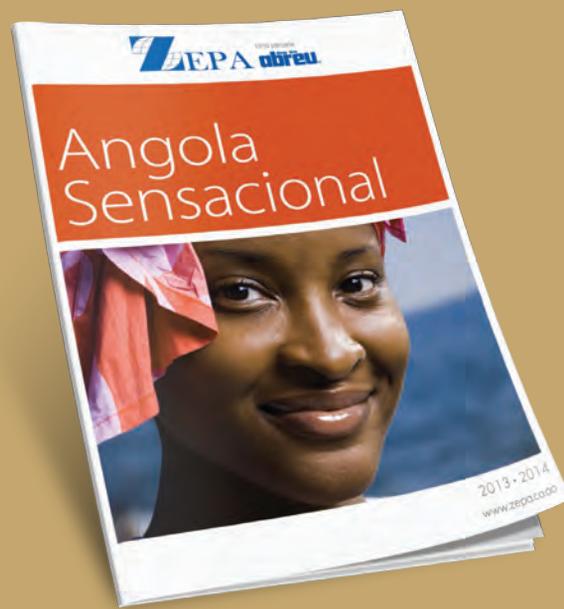
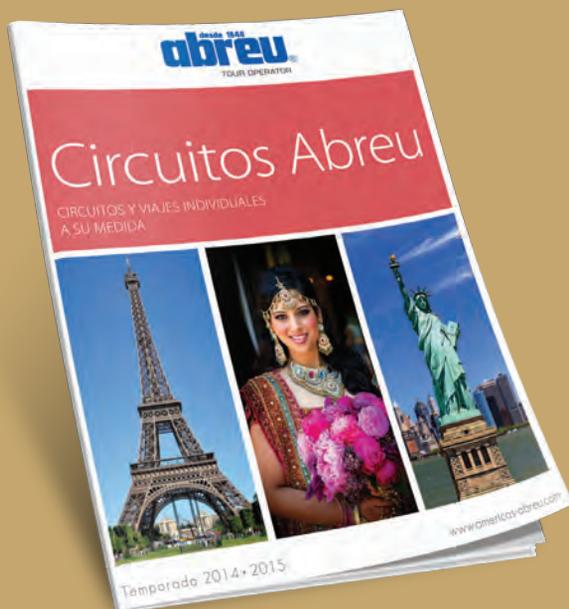
23. "Turismo na Ibéria. Portugal e Espanha juntos pelo mundo". *O Turismo* – 2008. Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, pp. 82-92.

por um enorme potencial, onde, aliás, se posicionam todos os principais operadores europeus. Para a comercialização deste produto, a estrutura de promoção e venda operacional da Abreu tira partido da plataforma que a Empresa já tem disponível em Orlando, nos Estados Unidos.

Neste país, todavia, dois momentos houve em que a continuidade do escritório de Nova Iorque chegou a ser questionada. Primeiro, na sequência da 1.ª Guerra do Golfo e, dez anos mais tarde, com o ataque às Torres Gémeas, em 11 de setembro de 2001. Mas, em 2010, havia já condições muito favoráveis para investir na presença da Abreu nos Estados Unidos. Foi justamente isso que aconteceu com a abertura do escritório em Orlando. Na base dessa decisão colocou-se a oportunidade de gerar um volume de tráfego substancial de clientes entre o Brasil e a Florida, onde a Abreu está certificada pela Disney World. O novo escritório, exatamente naquela localização, afigura-se de importância geoestratégica para a Empresa, como atrás se referiu, pelo lançamento da operação de circuitos europeus e grandes viagens junto de vários mercados hispânicos da América Central e da América do Sul. Outro argumento adicional deve ainda ser aduzido em relação ao significado desta nova estrutura nos Estados Unidos, uma vez que a plataforma B2B da Abreu Online já exigia também esse posicionamento.

E, para completar o triângulo, Angola. Deve esclarecer-se que quando a Abreu decidiu reinvestir no Brasil, fê-lo já com o firme propósito de estender esse investimento também a Angola que, após uma longa guerra civil (1975-2002), se impunha como mercado de grande relevância. A Empresa cedo percebeu que o seu futuro teria de passar pelo triângulo Portugal – Brasil – Angola. Nesse sentido, estabeleceu relações com um conjunto de representantes angolanos – agentes de viagem locais, instalados em Luanda – para venda dos destinos e produtos turísticos disponibilizados pela Abreu. E entre os agentes preferenciais então constituídos, manteve-se até ao presente a Charme Tours, sem dúvida uma referência de topo no setor do turismo e das viagens no mercado angolano.

Entretanto, o fulgurante crescimento daquele país, visível e tangível em importantes investimentos no domínio de infraestruturas (rede de estradas, novo aeroporto em Luanda,



equipamentos turísticos e hoteleiros, entre outros), interpelou a Abreu a posicionar-se em Angola. Em 2010, a Empresa estabeleceu uma parceria com a Zepa, assumindo de imediato a gestão dessa agência de viagens angolana e dando início, paralelamente, a um processo evolutivo da sua aquisição, hoje já totalmente consolidada.

A exemplo de outros países, como Portugal e o Brasil, também agora a filosofia identitária da Abreu afina pelo mesmo diapasão, ou seja, em Angola a Abreu pretende afirmar-se e consolidar-se como empresa angolana de referência no setor do turismo. À imagem de outras importantes decisões estratégicas, neste compromisso com o futuro a prudência será tida como boa conselheira. Assim, nesta primeira fase, não pode descurar um conjunto de atividades próprias de uma agência de viagens que ali lhe confirmam uma exploração sustentável do negócio, daí a importância do seu apoio a empresas portuguesas em Angola.

A grande dinâmica em curso pode aferir-se em registos já muito relevantes: a Abreu é a primeira empresa a lançar neste mercado um catálogo de viagens com a mesma importância dos catálogos divulgados em Portugal e no Brasil, decisão cujos resultados, em termos de vendas geradas, falam por si. Isso aconteceu em 2012, ano em que, simultaneamente, a Empresa lançou em Portugal um catálogo com pacotes de viagem para o destino Angola, o que representa mais um exemplo da lógica integradora e inovadora da Abreu e do seu pioneirismo.

Sendo certo que o caminho faz-se caminhando, é sempre preciso dar o primeiro passo. Foi justamente o que fez a Abreu no mercado angolano. E fê-lo, como tantas vezes ao longo da sua história, antes de todos os outros.

Assim, quatro anos após o início da gestão da loja da Zepa, a dois passos da marginal da baía de Luanda, em pleno centro empresarial, comercial e financeiro do país, a Abreu já se tinha instalado também em Talatona, uma das melhores zonas residenciais da capital angolana.

Ali também, para além de oferecer viagens para qualquer parte do mundo aos angolanos, sejam elas profissionais ou de lazer, trabalha afincadamente com o propósito de contribuir para o desenvolvimento turístico daquele país, promovendo o destino Angola quer no exterior, quer para os angolanos.



6.11. Sempre o futuro no horizonte

Os anos da segunda década do século XXI são de grande incerteza quanto à evolução económica, tanto a nível nacional como internacional, revelando os mercados financeiros uma manifesta instabilidade. O mundo assiste a uma progressiva escassez de recursos, em função das alterações climáticas. O desemprego atinge índices preocupantes. As desigualdades entre ricos e pobres – seja entre países ou entre pessoas individualmente consideradas – continua a ser um problema das sociedades contemporâneas. E a Europa não sabe como solucionar o problema das dívidas soberanas que afeta os países da Zona Euro e cujo impacto na economia global é inevitável e gravosamente prejudicial. Entretanto, a revolução digital desenrola-se com extrema celeridade. A crise económica geral que se revelou a partir de 2007-2008 suscita um reequacionamento das previsões da Organização Mundial do Turismo que apontavam para um extraordinário crescimento do turismo até 2020²⁴, impondo a necessidade de aliar otimismo com pragmatismo.

Perante este cenário de notória complexidade e exigência, a Abreu enfrenta a conjuntura presente com a mesma determinação e confiança que, noutros momentos cruciais da sua história, lhe permitiram seguir em frente, ainda mais forte e com maior robustez.

Sendo uma empresa conservadora mas não fixista, no sentido em que é perseverante na manutenção dos seus valores intemporais mas inovadora e pioneira em numerosos domínios, a Abreu continuará a aceitar a mudança sempre que for preciso adaptar-se às circunstâncias emergentes, abrindo caminho antes de todos os outros, como tantas vezes sucedeu ao longo da sua existência.

Justamente por ser uma organização que nunca contemporizou com lógicas de rutina, a Empresa afirmará, em qualquer cenário conjuntural, a sua filosofia gradualista, o que lhe

24. LÜÖND, Karl, 2006 – *Globally yours. Kuoni: the future of Travel. Since 1906*. Baden: AT Verlagen, p. 250.





Artur Abreu na homenagem da Agência Abreu à TAP Portugal pelo seu 70.º aniversário, junto ao presidente da companhia aérea portuguesa, Fernando Pinto, fevereiro de 2015

tem permitido manter uma matriz cultural forte, provavelmente o segredo da sua grande vitalidade e longevidade.

Nos nossos dias, assiste-se a uma transformação muito acelerada da indústria do turismo.

O Turismo é hoje o maior movimento pacífico de pessoas da história da Humanidade. Assumindo-se como um fenómeno complexo e transversal, esta atividade promove múltiplas consequências e inter-relações com as restantes atividades económicas, culturais e sociopolíticas, sendo hoje um facto social de importância à escala mundial²⁵.

Mas a Empresa manifesta-se plenamente confiante nos seus atributos que lhe permitem olhar de frente os novos desafios: desde logo, os seus colaboradores que, detentores de um

25. PIRES, Ema Cláudia, 2003 – *O baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, p. 3.



conjunto de competências, desde 1840 sempre elevaram a Abreu a patamares de primeira linha e, por outro lado, os seus investimentos em tecnologias, em comunicação interna e externa, nos novos *media* – blogosfera, redes sociais, canais *mobile*, etc. –, imperativo numa sociedade cada vez mais dominada pela economia digital.

Quadro n.º 6 – O Grupo Abreu ao presente

GRUPO ABREU		
VIAGENS E TURISMO - PORTUGAL VIAGENS ABREU	VIAGENS E TURISMO - OUTROS MERCADOS	ABREU CARGA E TRÂNSITOS
REDE DE LOJAS	BRASIL - ABREUTUR	PORTUGAL - CONTINENTE
150 pontos de venda em Portugal Continental, Açores e Madeira	RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO BELO HORIZONTE - RECIFE - PORTO ALEGRE	ST.ª IRIA (LISBOA) + CRESTINS (PORTO) Terminais de Carga dos Aeroportos de Lisboa e Porto
ABREU DIRETO - B2C	Operador Turístico + Agência de Viagens + DMC	Aérea + Marítima + Rodoviária
Venda <i>on-line</i> e por telefone + atendimento de emergência		PORTUGAL - ILHAS
GRUPOS, INCENTIVOS E CONGRESSOS EXPORTAÇÃO		FUNCHAL + PONTA DELGADA + ANGRA DO HEROÍSMO + HORTA + TERCEIRA Terminais de Carga dos Aeroportos da Madeira, de Ponta Delgada e das Lajes
Venda direta e apoio técnico às lojas	ESPAÑA - VIAJES ABREU	Aérea + Marítima
	MADRID - BARCELONA	
EMPRESAS	Operador Turístico + Agência de Viagens + DMC + Empresas	ANGOLA
Serviços de viagens a empresas		LUANDA
OPERADOR ABREU	U. S. A. - ABREU TOURS	Aérea + Marítima
Programação Turística para Portugal, Angola, Brasil e outros países da América Latina	ORLANDO	
ABREU ONLINE - B2B	Recetivo	PORTUGAL - CGELP
Plataforma global de hotelaria e serviços		ANGOLA - ZEPa: uma parceria Abreu
DMC (Destination Management Comp.) + PCO (Professional Congress Organizer)	LUANDA + TALATONA	PORTUGAL - RNCA
Grupos, Incentivos e Congressos para Portugal, Espanha e Brasil	Agência de Viagens + Empresas	Fretamento de aviões cargueiros + Representação de Companhias Aéreas
DEPARTAMENTOS DE APOIO, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS		
Sistemas de Informação + Design + Marketing + E-Commerce + Gestão de Produto + Gestão de Tarifas Aéreas + Apoio à Rede + Apoio a Clientes + Vistos + Administrativo e Financeiro + Jurídico + Recursos Humanos + Serviços Gerais		

E quando há, como é o caso, um conjunto de perceções sobre aquilo que exatamente se pretende, quando existe a capacidade estratégica de antecipar o futuro deste negócio, quando, acima de tudo, existem as pessoas que protagonizam essa estratégia, resulta então a convicção de que a Abreu está perfeitamente preparada para continuar o seu caminho. E até para se fortalecer, à semelhança do que acontecerá com a indústria do turismo.

Empresa credível, apoiada numa marca reconhecida, numa estrutura sustentada e robusta, a Abreu não deixará pois de moldar as suas grandes decisões com rigor e transparência, sabendo ler e interpretar os sinais dos tempos.

A Agência Abreu é hoje património da 5.ª geração de descendentes diretos do seu fundador. Um legado que é partilhado com os representantes da 6.ª geração, num ambiente de grande entendimento que sempre caracterizou a família detentora da Empresa.

Para os representantes da 5.ª geração, o contributo dos colaboradores da Abreu tem sido absolutamente determinante para o sucesso de uma organização na qual, em bom rigor, os clientes acabam por ser eles próprios os “verdadeiros acionistas”. E, confiantes nas capacidades dos seus descendentes, formulam o desejo de que o próprio espírito de família que passou para a Empresa, bem como para os seus colaboradores – que em 2015 rondam o milhar e meio – seja sabiamente preservado e estimulado pela nova geração acionista. Esta, a dar os seus primeiros passos na Agência Abreu, manifesta também o seu compromisso com o futuro, mantendo intacta a fórmula de sucesso da Empresa: um universo muito especial de clientes, uma grande equipa de colaboradores e uma seleção de parceiros de referência a nível nacional e internacional.

Neste tripé de excelência assenta o êxito de uma marca que continua a reinventar-se. Em Portugal, no Brasil, em Angola e no mundo.



Módulo expositivo itinerante,
2015





Instalações centrais em Linda-a-Velha



Mar Shopping, Matosinhos



Aeroporto do Porto



Estoril



Cascais Shopping



Antas, Porto



Avenida dos Aliados, Porto



Talatona, Luanda



Shopping Cidade São Paulo



Talatona, Luanda



BarraShopping, Rio de Janeiro

CONCLUSÃO

175
ANOS



1840 | 2015

... a construir memórias

... a abraçar culturas

... a partilhar histórias

... a conhecer o mundo

... **A SERVIR MELHOR**

PARA SERVIR SEMPRE

Grandes obras não são feitas com força mas com perseverança.

(Samuel Johnson, 1709-1784)

Em 13 de setembro de 2013 foi descerrada, em Rossas, Vieira do Minho, a placa da nova Rua Bernardo de Abreu, justamente aquela onde nasceu, em 1801, o fundador de um escritório situado na cidade do Porto e destinado ao negócio de passagens e passaportes.

No mesmo dia, foram também entregues os cinco prémios aos vencedores do passatempo “Dá cor às tuas viagens”, durante a inauguração do novo Centro Escolar de Rossas, em homenagem aos naturais da freguesia e a Bernardo Luís Vieira de Abreu, que fundou, em 1840, a Agência Abreu – a mais antiga empresa de viagens do mundo, que pertence aos seus descendentes diretos até aos nossos dias.

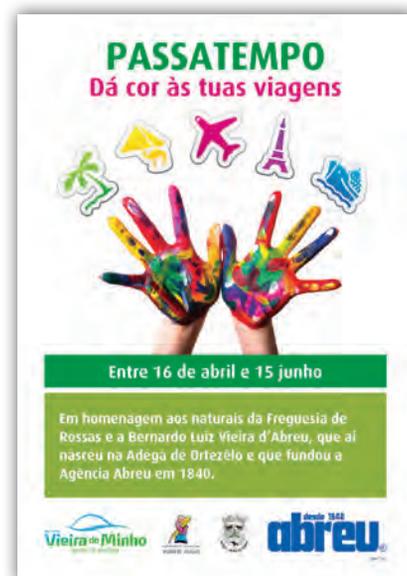
Com efeito, a criação do referido estabelecimento comercial terá ocorrido naquele ano e o seu negócio articulava-se com a emigração portuguesa para o Brasil, originária sobretudo do norte de Portugal, cada vez mais caudalosa, num fluxo que se manteria expressivo ainda por mais de um século.

Encontrando-se já registado como comerciante na praça do Porto em 1837, é admissível que em 1840 tivesse inaugurado o seu escritório de agente de viagens e representante de algumas companhias de navegação, fornecendo aos seus clientes um conjunto de serviços relativos a transportes, emissão de passaportes e abonação dos que pretendiam sair de Portugal, mediante o pagamento de uma verba ou comissão, se bem que o registo mais antigo encontrado de uma abonação feita por Bernardo de Abreu date de 8 de novembro de 1848. E, para estabelecer esse modesto escritório, não terá precisado de uma grande soma de dinheiro, já que as despesas eram reduzidas, assim como o capital imobilizado e o fundo de maneió, tendo em conta a natureza do negócio a que a Casa Abreu se dedicava, uma atividade económica baseada na confiança de emigrantes e viajantes que geralmente pagavam adiantadamente os serviços que adquiriam.

Se Bernardo trilhou os caminhos, tantas vezes agrestes, da diáspora brasileira é uma questão que nenhuma prova documental pôde esclarecer, pese embora os esforços envidados nesse sentido quer em arquivos portugueses,



Placa da inauguração da Rua Bernardo de Abreu, Ortzelzo, Rossas, Vieira do Minho, 13.9.2013





quer brasileiros. Prevalece a tradição familiar que, de geração em geração, veiculou a convicção da saída do patriarca para terras da Bahia, por volta dos seus 18 anos, embora cerca de dez anos mais tarde lhe nascesse o primeiro filho no Porto, cidade onde, a seguir, contraiu matrimónio.

Sem dúvida, Bernardo de Abreu foi um comerciante da praça do Porto, cuja pequena firma foi paulatinamente crescendo, enquanto outras, suas congéneres, sucumbiram ao embate dos tempos. Septuagenário, fez testamento pelo qual destinou a distribuição dos bens adquiridos pela indústria do seu trabalho. Dos treze filhos que lhe nasceram, eram então vivos apenas três. Pelo menos cinco haviam seguido para o Brasil, e desses, apenas um voltou para morrer em casa e somente outro lhe sobreviveu. Em terras brasileiras dedicaram-se ao comércio, mas nada transpareceu das suas atividades que as pudesse relacionar com o negócio do pai, podendo o mesmo dizer-se das ocupações profissionais dos seus netos “brasileiros”. Destes, um alcançou elevada notoriedade na praça comercial do Rio de Janeiro, mas a dinâmica empresarial de Eduardo Augusto Pinto de Abreu não denotou particular articulação com a firma criada pelo avô.

Tudo indica que a casa comercial iniciada por Bernardo de Abreu não tivesse, à época, dimensão suficiente para empregar todos os seus rapazes e eles daí pudessem tirar o granjeio de suas vidas, embora quase todos tenham nela colaborado, muito jovens, como se constata pelas abonações que fizeram. O filho Daniel, que aos 14 anos era já abonador de emigrantes que saíam para o Brasil, foi o único a permanecer na firma, trabalhando de forma contínua no escritório do pai.

Quando Bernardo enviuvou, em 1856, a situação económica da família não era desafogada. O negócio prosperou nos vinte anos seguintes – certamente alimentado pelo notório aumento do volume da emigração do norte de Portugal para o Brasil – e este minhoto empreendedor e perseverante, que morreu em finais de 1878, deixou aos seus herdeiros uma pequena fortuna, cabendo ao seu filho Daniel o legado mais relevante: o negócio da loja da Rua do Loureiro que praticamente já dirigia desde 1870.

Daniel casou com Ana Rita, de quem teve sete filhos mas, quando esta morreu, 25 anos depois, contraiu segundas núpcias com Claudina Cândida, com quem mantivera um relacionamento paralelo, e perfilhou os seis filhos desta relação que, até aí, tinham na sua identificação a menção de pai incógnito, embora Daniel tivesse provido e participado na criação dos filhos de ambos os leitos. Desta singular situação familiar resultaram quezílias várias, todavia só evidentes nos últimos anos de vida de Daniel, já que o primogénito do primeiro casamento, que recebera o nome do pai, tornou-se seu concorrente na mesma área de negócios, numa altura em que o meio-irmão Aníbal começara a trabalhar com o progenitor na sua casa de passagens e passaportes.

A gestão da Empresa por Daniel Luís Vieira de Abreu ficou marcada pela diversificação da atividade comercial, pois além de agente de passagens e



passaportes e representante de companhias de navegação, tornou-se também, juntamente com seu filho Daniel, revendedor de variadíssimos tipos de artigos nacionais e estrangeiros e representante de várias casas comerciais, sobretudo com sede fora do país.

No entanto, na Casa que herdara de seu pai, o segmento comercial preponderante continuava a ser o que se relacionava com a venda de passagens e obtenção de passaportes, maioritariamente para emigrantes que seguiam para o Brasil, cujo número atingiu cifras muito elevadas nas duas últimas décadas do século XIX. Nesta conjuntura, em que paralelamente recrudescia a emigração clandestina, surgiram as primeiras medidas governamentais com o fito de regular a atividade das agências de emigração. A iniciativa partiu do governador civil do Porto, que, pelo edital de 18 de julho de 1893, determinou que nesse distrito não poderiam estabelecer-se agências de emigração ou de passaportes nem continuar as que já existiam sem que os seus proprietários obtivessem licença concedida por aquele Governo Civil, alargando-se posteriormente esta disposição ao restante território nacional.

Embora não fosse uma agência de emigração, o estabelecimento de Daniel Luís Vieira de Abreu ficava abrangido por este diploma que contemplava todos os que tivessem ou não escritório próprio, estivessem associados a companhias que direta ou indiretamente recrutassem ou contratassem emigrantes, vendessem ou entregassem bilhetes de passagem e ainda que procurassem ou solicitassem habitualmente passaportes para saída do reino. Uma das novas atribuições destes agentes era registar em livros próprios todos os emigrantes a quem vendessem ou outorgassem bilhetes e passaportes ou outros documentos necessários à sua concessão, livros esses numerados e rubricados pelo administrador do concelho ou pelos comissários de polícia, autoridades estas que deveriam receber, periodicamente, as relações de emigrantes constantes dos respetivos livros de registo, isto é, os “mapas dos emigrantes”, como eram conhecidos à época.

Daniel Luís Vieira de Abreu cumpriu de imediato o preceituado neste edital, apresentando-se a 2 de agosto desse ano no Governo Civil, onde declarou que não podia comprovar que era agente de concessão de bilhetes de transporte uma vez que não tinha contrato escrito com qualquer companhia de navegação, limitando-se a sua atividade à entrega de bilhetes de sete conceituadas companhias, duas portuguesas e cinco estrangeiras. Mas como se propunha continuar a vender ou entregar bilhetes de transporte ou passagem e a solicitar passaportes, apresentou como seu fiador Henrique César Ferreira Pinto, proprietário e escrivão do Tribunal do Comércio (e também seu cunhado), o qual assumiu a responsabilidade da fiança de 1 500\$000 réis.

Foi ainda nesta gestão que a firma Abreu iniciou uma política de “propaganda comercial”, fazendo publicitar os seus serviços em diversos periódicos; refira-se que foi num anúncio publicado no *Jornal de Santo Tirso*, em 1896, que





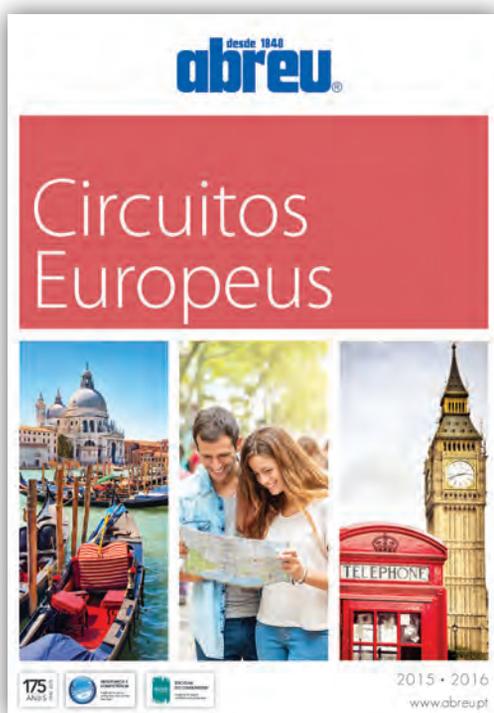
surgiu pela primeira vez a menção “Casa fundada em 1840”, comprovando que tal longevidade não era comum à época, e que, por outro lado, essa antiguidade se impunha como sinónimo de credibilidade e fiabilidade.

Todavia, a Empresa conheceu, na fase final desta administração, sérios problemas financeiros, facto que levou Daniel Luís Vieira de Abreu a constituir, em junho de 1900, uma sociedade com um sócio capitalista, que forneceu a totalidade do capital social da firma – um conto de réis, em dinheiro – enquanto ele entrou na qualidade de sócio trabalhador.

Após um período de doença, Daniel Luís Vieira de Abreu faleceu em junho de 1902, com 59 anos. Ao contrário do pai, não fizera testamento e os herdeiros eram numerosos: viúva, nove filhos (seis de Claudina e três do primeiro casamento, pois os restantes tinham morrido) e os cônjuges de seis deles (dois eram solteiros e um viúvo). Como morrera intestado e era necessário proceder à liquidação da sociedade Daniel Luís Vieira de Abreu & C.^a, foi elaborado o seu inventário orfanológico, peça documental imprescindível para compreender os últimos anos da sua vida quer do ponto de vista familiar, quer profissional, bem como as relações hostis entre as “duas famílias” de Daniel, em franca disputa pelos bens remanescentes, mas sobretudo pela Empresa, ou melhor, pelo capital de prestígio do seu nome. O referido inventário permite ainda dilucidar a situação financeira deixada pelo filho de Bernardo de Abreu: 7 341\$565 réis em dívidas a duas dúzias de credores, enquanto os bens arrolados circunscreviam-se ao recheio do escritório e da residência, o jazigo de família e alguns imóveis e terrenos localizados na cidade do Porto. Além disso, havia sido alvo, em 1898, de uma execução fiscal por dívidas de contribuições diretas, isto é, dois anos antes de ter constituído uma sociedade por falta de capital, não tinha conseguido pagar os seus impostos, embora o filho mais velho tenha alegado perante a justiça que tais bens haviam sido comprados com o dinheiro de seu pai, que continuava a servir-se deles para seu uso pessoal, mas como não podia adquirir em hasta pública os bens que lhe haviam sido penhorados e não lhe convinha comprar outros novos em seu nome para evitar nova penhora, a arrematação tinha sido feita por um genro.

A serem verdadeiras, estas declarações significavam que, apesar do incumprimento fiscal, Daniel Luís Vieira de Abreu não se encontrava em situação de rutura financeira. Também a fazer-se fé no depoimento do mesmo Daniel e seu irmão Armindo, a Agência Abreu tinha, à época, um rendimento mensal razoavelmente elevado e o seu funcionamento não foi interrompido com a morte de Daniel Luís Vieira de Abreu e consequente processo de liquidação da firma de que era sócio. Em bom rigor, a documentação existente não transmite a ideia de que a família atravessasse uma situação económica dramática.

O processo de inventário teve início logo após a morte de Daniel Luís Vieira de Abreu mas arrastou-se durante dois anos, terminando apenas em finais de 1904. A venda dos bens em hasta pública rendeu 25\$450 réis, valor



largamente ultrapassado pelo passivo que ascendia a 3 160\$005 réis. A verba apurada na arrematação, e depositada na Caixa Geral de Depósitos a 9 de maio de 1904, foi proporcionalmente distribuída pelos credores que assim receberam uma reduzida percentagem dos valores que lhe cabiam.

Ainda no ano de 1902, no mês de julho, Joaquim Marques da Silva, genro de Daniel e Claudina, passou procuração a um solicitador para tratar do subarrendamento do novo escritório da Casa Abreu – sito à Rua do Loureiro, números 38-40 – que, logo no mês seguinte, passou a ser dirigido por Aníbal Vieira de Abreu.

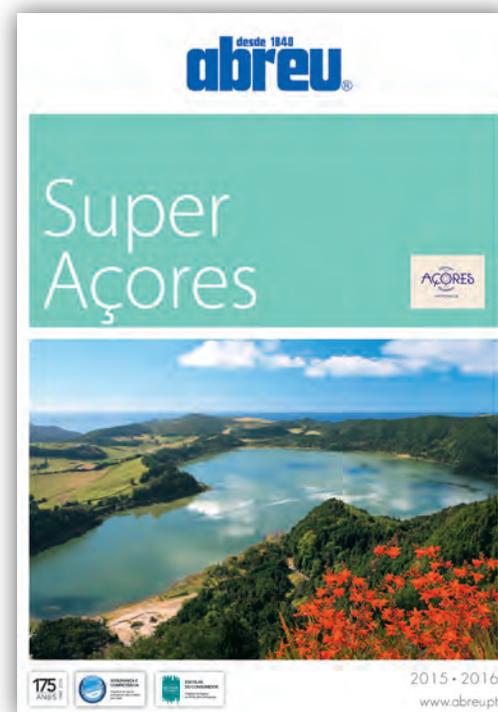
Este era o primeiro filho rapaz de Daniel e Claudina e havia regressado do Brasil há meia dúzia de anos, onde permaneceu entre os 13 e os 20 anos de idade, tendo desde o seu retorno trabalhado na empresa do pai. Agora, tinha 26, era já viúvo, e cabia-lhe a responsabilidade de dar continuidade a uma casa comercial que se mantinha na família há mais de seis décadas.

Do ponto de vista pessoal, Aníbal reconstruiu a sua vida, casando novamente em inícios de 1904, ano em que nasceu a filha Branca, seguindo-se dois rapazes, Augusto (1906) e Aníbal (1908), mas não teve oportunidade de desfrutar da família que formou, pois em outubro de 1908 sucumbiu a uma congestão pulmonar.

Assim, a direção da Empresa por Aníbal circunscreveu-se a um curto período de seis anos de trabalho intenso, haja em vista a continuação em alta dos números da emigração, mas com forte concorrência, facto que o levava a identificar-se nos anúncios publicados na imprensa periódica como “sucessor de Daniel Luís Vieira de Abreu”. O que realmente estava em causa era a disputa acesa pela reputada agência criada pelo avô Bernardo, como se denota da prevenção que Aníbal fez incluir num reclamo saído no *Jornal de Notícias*, em julho de 1903, que avisava haver outra casa “dirigida por um indivíduo com um cadastro assombroso nas repartições policiais e tribunais do país”, que se intitulava “sucessora de Daniel Luís Vieira de Abreu”. Em 1905, o seu irmão Daniel constituiu a sociedade Charles Cousin & Abreu, situada no Largo da Feira de S. Bento, a alguns metros de distância da Agência Abreu.

A querela familiar em torno da sucessão da Casa Abreu não só assombrou a curta gestão de Aníbal de Abreu, como perturbou ainda, fortemente, a administração seguinte assumida pela sua viúva. Com filhos em tenra idade, Anália da Conceição Lopes Vieira de Abreu, então com 28 anos, ficou à frente dos negócios, protagonizando uma situação de chefia empresarial feminina que, à época, estava longe de ser comum e, no caso concreto da Agência Abreu, constitui uma exceção até ao presente.

As adversidades com que se deparou foram numerosas e de diversa ordem, mas, por entre as tormentas, conseguiu conduzir a Empresa com sucesso e entregá-la incólume nas mãos dos seus dois rapazes, que viriam a representar a 4.ª geração da família Abreu na direção da agência.





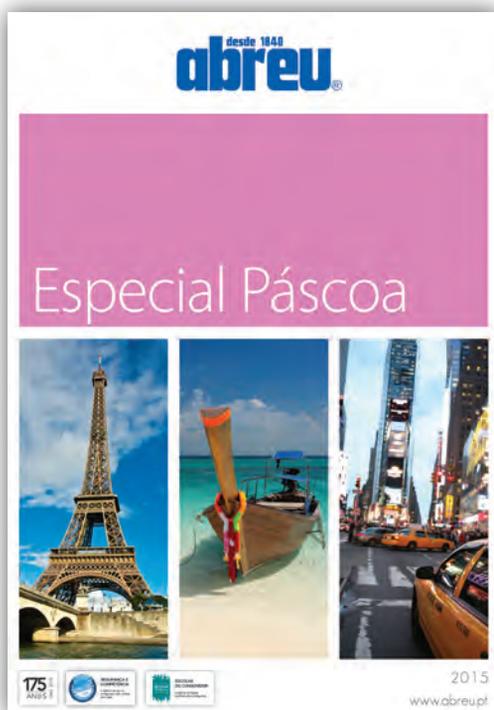
A gestão da sucessora de Aníbal decorreu num período particularmente conturbado da história do país, que então viveu a instabilidade da I República e participou na Grande Guerra Mundial (1914-1918). Por outro lado, a prolixa produção legislativa republicana sobre emigração implicou um esforço suplementar por parte das agências de passagens e passaportes no tocante ao cumprimento rigoroso das sucessivas leis publicadas, que tornaram os processos administrativos mais complexos e burocráticos. O decreto n.º 5624, de 10 de maio de 1919, não só definiu e regulamentou a sua atividade como foi particularmente exigente para com estes agentes, passando a imputar-lhes obrigações até então inéditas.

Paralelamente, a questão da posse e sucessão da Empresa tornou a colocar-se em 1915 e 1916 de tal forma que alguns almanaques apresentaram Anália da Conceição Vieira de Abreu como “única” representante e proprietária. O facto permite inferir a ocorrência de novas situações de disputa pela Empresa envolvendo outros descendentes de Daniel Luís Vieira de Abreu. Todavia, mais contundente e de contornos assaz graves, foi a tentativa de usurpação da firma que sobreveio no ano de 1922 por parte de um antigo colaborador, Nicolau da Silva Ferraz, que entre fevereiro e outubro surgiu na publicidade dos mais importantes órgãos da imprensa portuense como proprietário da “Antiga Casa Aníbal Vieira de Abreu”.

Com efeito, ainda em inícios do mês de outubro, anunciava-se como detentor do estabelecimento de passagens e passaportes situado na Rua do Loureiro, n.º 40, e outro do mesmo ramo e na mesma rua, com o n.º 60-62. Só o anúncio publicado no *Jornal de Notícias*, em 21 desse mês, permite inferir que a situação anómala fora neutralizada, publicitando a Agência Anália de Abreu expressamente identificada como viúva de Aníbal Vieira de Abreu. E, uma semana depois, no citado diário, um reclamo designava a agência com uma fórmula simples mas eficaz que marcou uma identidade que perdura até hoje: **A. Abreu**. Esta inicial podia remeter para Aníbal e sucessores, para a sua viúva Anália Lopes Vieira de Abreu, para os filhos do casal, Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu e, posteriormente, continuou a ser usada pelos filhos deste último: Aníbal, Alberto e Artur.

Esta conjuntura corrobora a memória familiar que veicula a informação de que os irmãos Augusto e Aníbal haviam assumido muito jovens a gestão da agência, o primeiro com 16 e o segundo com 14 anos, facto que terá ocorrido por finais de outubro do atribulado ano de 1922, que assim consolidaram a liderança e propriedade da Casa fundada por seu bisavô, depois sucessivamente gerida por seu avô, seu pai e sua mãe, tendo esta falecido pouco tempo depois, em março de 1924.

Este ciclo de cerca de três lustros de gestão da firma por Anália de Abreu, a que depois se associaram os seus jovens filhos, terá sido determinante para a sobrevivência da Empresa e sua manutenção nas mãos dos sucessores de Aníbal Vieira de Abreu.



Caberia aos irmãos – Augusto, desde a primeira hora, e Aníbal, pouco depois – gizar a estratégia diretiva da Empresa que a conduziria num longo percurso de décadas, entre os finais da I República e o ocaso do Estado Novo. Até 1973, data da morte de Aníbal, mantiveram-se à frente da Casa Abreu, e embora Augusto lhe tenha sobrevivido alguns anos (faleceu em 1980), decidiu então afastar-se da vida ativa, passando nessa data a direção da Empresa aos sobrinhos, uma vez que não tinha descendência.

Neste meio século que Augusto e Aníbal dirigiram a Agência Abreu, o mundo passou por inúmeras e vertiginosas mudanças. E nesta aceleração do devir característica dos tempos modernos, a agência conheceu um processo notável de expansão.

Em 1940 celebrou-se o centenário da Empresa, que, segundo *O Comércio do Porto*, constituía o “orgulho legítimo” da cidade e contribuía para o “engrandecimento da economia portuguesa”. Este ano coincidiu com a comemoração nacional do Duplo Centenário (independência e restauração do país) que o Estado Novo assumiu como uma das suas principais manifestações de propaganda, tendo sido realizada a grande Exposição Histórica do Mundo Português, patente em Lisboa entre junho e dezembro, e na qual as associações comerciais e industriais do país prestaram homenagem às empresas portuguesas centenárias. A Casa Abreu integrou pois estas cerimónias e, para ela, o gerente Augusto Lopes Vieira de Abreu solicitou em ofício ao presidente da Associação Comercial do Porto o destaque merecido, expondo a sua convicção de que “uma existência de 100 anos sem mácula adentro duma classe como esta, sempre tão abalada por toda a espécie de reformas e legislações dá a esta Firma foros verdadeiramente especiais, que a tornam merecedora do orgulho do comércio portuense”.

Todavia, continuava a ser um estabelecimento de passagens (trabalhando então com quase três dezenas de prestigiadas companhias de navegação), passaportes, comissões e consignações, cujos negócios assentavam ainda, e fundamentalmente, na emigração para a América do Sul, se bem que estes fluxos estivessem em franco decréscimo. Mas era também o tempo em que a Empresa começava a apostar nas viagens de lazer, isto é, no turismo, que será doravante a área de ação privilegiada da Abreu e sustentáculo do seu extraordinário desenvolvimento até ao presente.

Se bem que com algum atraso relativamente à situação que de facto se vivia, a produção legislativa acompanhou as transformações em curso neste setor, pelo que nos anos de 1947 e 1948 foram publicados diplomas que visaram a extinção dos agentes de passagem e passaportes, e o decreto n.º 36 942, de 28 de junho de 1948, foi o primeiro na legislação portuguesa a utilizar o termo “agência de viagens”, definindo-as como “empresas singulares ou coletivas que venham a constituir-se no continente e ilhas adjacentes para a realização das diligências indispensáveis à concessão de passaportes ordinários, aquisição de bilhetes de passagem em qualquer meio de transporte,





reserva de lugares, transporte de bagagem, instalações em hotéis ou estabelecimentos similares e ainda a organização e preparação de viagens no país e no estrangeiro, nos termos da legislação em vigor”.

As atividades das agências de viagem foram depois alvo de uma maior pormenorização pelo decreto-lei n.º 41 248, de 31 de agosto de 1957, num acrisolamento legislativo que apenas traduzia o que já se passava na realidade, mas no nosso país só obteve chancela legal nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial.

Augusto Lopes Vieira de Abreu, em julho de 1948, tinha então 42 anos, procedeu consoante o preceituado pela nova legislação com vista a converter a sua empresa numa agência de viagens. Todavia, a Agência Abreu já tinha razoável experiência nesse campo, pois, a par dos emigrantes, contou desde cedo, entre a sua clientela, com viajantes de diversas tipologias, tornando-se rapidamente marca de referência no mercado do turismo, fruto da dinâmica empresarial impressa pelos seus gerentes.

A par dos cruzeiros e da grande diversidade de viagens que incluíam a utilização dos transportes ferroviários e aéreos, das viagens pela Europa em automóvel que tinham nos brasileiros abastados o seu público preferencial, surgiram com especial notoriedade os circuitos europeus em autocarro, num afã empreendedor que incansavelmente selecionava as melhores parcerias e fornecedores (bancos, hotéis, petrolíferas, etc.), bem como formava colaboradores rapidamente destacados pelo seu prestígio e profissionalismo. Tudo isto, a par de uma estratégia de comunicação e publicidade que então plas-mou o nome da Agência Abreu na imprensa periódica portuguesa e depois na brasileira, em catálogos e folhetos criteriosamente elaborados e, posteriormente, em ações de patrocínio em diversos meios de comunicação social.

Por meados do século XX, o modesto escritório da Rua do Loureiro respondia com eficiência à multiplicação e diversificação das solicitações, pese embora a incipiente estrutura administrativa e contabilística da Empresa, com um número diminuto de colaboradores, que zelosamente enfrentavam as exigências que a expansão do negócio impunha, num ritmo de trabalho que frequentemente ultrapassava o horário estabelecido. Da mesma forma, os seus guias turísticos rapidamente ganharam a melhor reputação, com formação contínua nas vertentes teórica e prática, facto que não passou despercebido aos principais concorrentes e jamais deixou de ser timbre da Empresa, que nunca descurou a excelência da formação, como comprova, no presente, a Academia de Guias Abreu.

A emigração não deixara de ser um segmento importante – depois do Brasil, colocou-se a África, sobretudo Angola, e, já nos finais dos anos 1950, a gerência da Abreu tomou uma decisão marcante para o futuro próximo da Empresa ao acompanhar o novo destino da emigração lusa, isto é, a França. Mas o futuro pertencia às viagens de turismo, com um público crescente a procurar os serviços da agência.



Não menos decisiva e repleta de sucesso foi a estratégia de internacionalização da Empresa, tendo desde cedo a radicação da Abreu no Brasil sido considerada de primordial importância. A primeira representação naquele país foi iniciada em 1955, através da Agência Diplomata, que constituiu a primeira frente de promoção e venda dos circuitos europeus comercializados pela Agência Abreu junto de clientes brasileiros que, em viagem de cruzeiro, faziam escala em Portugal.

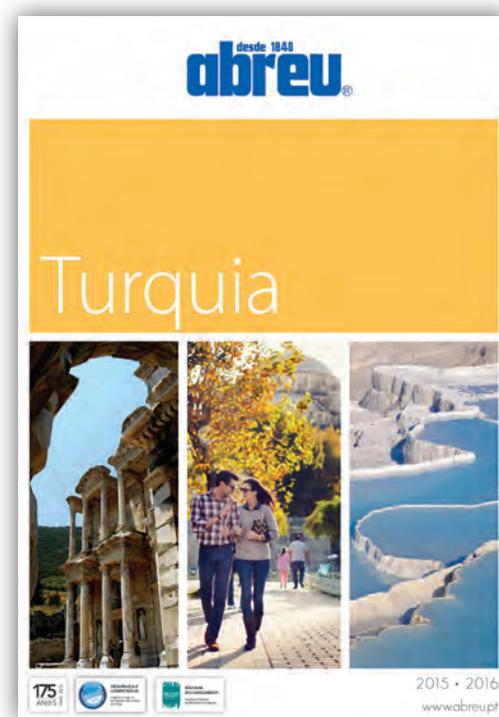
Em 1960, Aníbal Macedo Vieira de Abreu – filho de Aníbal Lopes Vieira de Abreu – fez um périplo pelo Brasil de que resultou o registo da marca em dezasseis capitais de Estado, embora só a partir da década seguinte o país passasse a dispor de uma lei geral para o registo de marcas. O êxito dessa política comercial da Abreu foi enorme e, por isso mesmo, alvo de utilização ilícita do seu nome por parte de uma agência de viagens paulista, situação dirimida nos tribunais a favor da Abreu. Em 1964, a representação da Abreu passou para uma empresa individual constituída por um ex-colaborador seu, solução todavia efémera por quebra de acordo daquele representante. Dois anos depois, a administração da Empresa tomou a resolução de estabelecer um protocolo com uma agência de viagens já bem posicionada no Brasil, instalada simultaneamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo a escolha recaído sobre a Realtur, cujos proprietários, no final da década, firmaram novo acordo com a Abreu, a quem cederam definitivamente a empresa; desta forma, em 1970, a Realtur deu lugar à Abreutur S.A., que transferiu a sua sede de São Paulo para o Rio de Janeiro, mantendo contudo na cidade dos bandeirantes um escritório comercial.

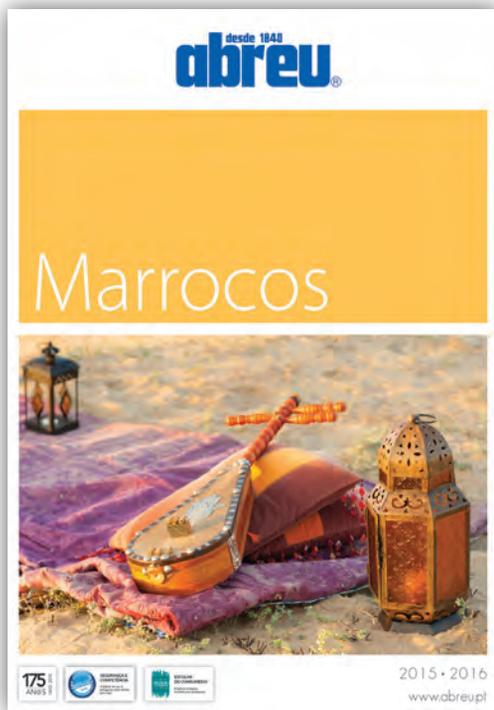
O agigantamento da Empresa exigia uma renovação profunda da sua casa-mãe, pelo que urgia pensar numa sede moderna com espaços funcionais, deixar a velha Rua do Loureiro que há 120 anos assistia ao desenvolvimento do negócio criado por Bernardo de Abreu.

Os anos 1960 – a “década maravilhosa” do turismo, na expressão de Fernández Fúster – trouxeram também à Agência Abreu novidades e maravilhas bastantes para escrever muitas páginas da sua história.

Desde logo, a inauguração das suas instalações (1959) na mais nobre artéria da nova baixa comercial, a Avenida dos Aliados, qual pequena “city” da Invicta onde a sociedade Viagens Abreu Ltd.^a passou a conviver com os mais importantes negócios portuenses. Com quatro linhas de telefone, a decoração elegante do conceituado arquiteto Viana de Lima, que também projetou a ampliação em 1967, obras de arte como o famoso fresco do pintor Júlio Resende, a nova Abreu revelava a modernidade e bom gosto que os seus proprietários sempre cultivaram.

Paralelamente, a Empresa passou a organizar-se em moldes também eles modernos, até porque em dezembro de 1962 expandia-se para a capital, abrindo a A. Abreu Ld.^a na Avenida da Liberdade; em 24 de setembro desse ano, a Secretaria de Estado do Comércio passou em nome de Augusto Abreu





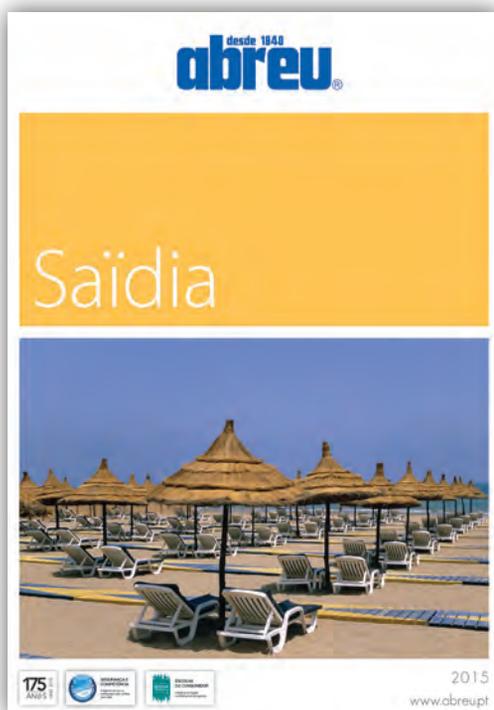
o título de registo de marca “Agência Abreu”, com a validade de dez anos e prorrogável por iguais períodos. Seguiu-se a terceira cidade do país, com a inauguração da delegação de Coimbra em 1964.

Esta indústria associada ao bem-estar e ao lazer foi cabalmente interpretada pelos dirigentes da Abreu, que passou a exercer uma profunda influência no hábito de viajar numa época em que em Portugal, paulatinamente embora, se iniciava a tendência da “democratização das viagens”. Augusto Abreu acreditava neste princípio mas recusava comprometer a qualidade; pretendia colocar ao alcance de um público mais vasto a fruição da viagem sem todavia descurar pormenores. Assim, a Agência Abreu ia aumentando o número de portugueses que levava ao exterior de férias ou em trabalho, bem como promovia o turismo recetivo; num mercado em mutação, a Abreu apresentava ofertas turísticas variadas, acompanhando, por exemplo, numerosos portugueses ao Parque de Heysel para a Exposição Universal de Bruxelas (1958), bem como trazendo a Portugal americanos por quinze dias pelo módico preço de 45 dólares (1959).

Os suportes promocionais cuja conceção Augusto Abreu entregou a artistas plásticos (Júlio Resende, Nuno Barreto, Jaime Isidoro, etc.) revelavam, como tantos outros aspetos que desenvolveu na agência, o empresário-esteta. Os cartazes, folhetos e brochuras teriam de conter a necessária informação mas, ao mesmo tempo, deveriam ser esteticamente atraentes e originais. Este moderno grafismo publicitário derramou-se em numerosas espécies de materiais promocionais, com surpreendentes efeitos visuais, sempre diversificados nas gramáticas utilizadas.

O catálogo “Férias 1960” revelava as seis secções por que se repartiam os serviços da agência: excursões, “viagens combinadas”, “viagens tudo pago cá”, estadias, cruzeiros e, ainda, apoio a quem viajava em carro próprio. Entretanto, os circuitos europeus ganhavam fama; em autocarros alugados às empresas do ramo e com guia da agência a acompanhar todo o percurso, estas excursões deram nome e alento financeiro à Abreu. Corriam a Europa das diferentes latitudes e regimes, mesmo para além da “cortina de ferro” onde as inspeções minuciosas eram contornadas pela experiência sagaz dos guias. Estes eram também os “tesoureiros” da viagem, já que transportavam na carteira o dinheiro para pagar todos os custos das viagens, podendo tais quantias ascender a mais de seis centenas de milhares de escudos como acontecia na “Europa Maravilhosa”, com duração de 36 dias e uma média de 45 passageiros, sendo que só a partir de 1975 se começaram a utilizar os *vouchers*. Outras agências turísticas efetuavam tais pagamentos *a posteriori*, o que explica a preferência que os estabelecimentos de restauração e hotelaria concediam à Abreu, que assim conseguia reservas de primeira escolha.

As grandes agências suas concorrentes eram, à época, a Star, no Porto, e, em Lisboa, a Wagons-Lits e a Europeia, apesar de com esta manter boas relações de trabalho, designadamente antes de abrir o escritório na capital, já que assegurava os serviços deste parceiro no Porto enquanto o inverso acontecia



em Lisboa com os serviços da Abreu. Já externamente, os circuitos europeus oferecidos ao mercado sul-americano eram disputados com a italiana Polvani e a espanhola Meliá.

Mas, no Brasil, as realizações e parcerias da Abreu sucediam-se. Na 2.ª metade dos anos 1960, a TAP, que incluía na sua frota os modernos aviões Boeing 707, facto que implicava o aumento inevitável do custo das tarifas e, conseqüentemente, do preço do pacote da viagem, propôs à Abreu e à Varig a criação do “Voo da Amizade” entre Portugal e o Brasil. A manutenção de um preço competitivo seria garantido pela utilização do Super Constellation por parte da TAP, enquanto a Varig continuaria a utilizar o seu avião Electra, conseguindo-se assim as melhores tarifas. A Abreu entrou neste acordo, o que lhe permitiu dinamizar a sua famosa excursão “Europa Maravilhosa” de 36 dias no continente europeu, em regime tudo incluído, pelo módico preço de 999 dólares, produto que logo alcançou um extraordinário sucesso, a par de outros, que através de numerosas agências locais, a empresa centenária ofereceu ao Brasil, onde a sua reputação floresceu.

Em fevereiro de 1967, da relação completa dos sócios e pessoal da Abreu que trabalhavam nos escritórios do Porto constavam 127 nomes, em Lisboa trabalhavam 34 e em Coimbra cinco, perfazendo um total de 166 colaboradores que a Empresa tinha no início desse ano.

Paralelamente, a Abreu valorizou as viagens de “inspeção”, isto é, a vinda de responsáveis de empresas ou agentes no exterior a Portugal com o objetivo de conhecer os serviços e as infraestruturas oferecidas para a realização de congressos, estadias de grupos de turismo temático ou mesmo de equipas desportivas. Também os colaboradores da Abreu faziam viagens “de prospecção e promoção” para captação deste tipo de negócios junto dos agentes no exterior. A Empresa desencadeou, entretanto, as suas próprias viagens de inspeção, de maneira a enriquecer a programação e organização de viagens com a chancela Abreu. Mais recentemente, as viagens técnicas de formação, denominadas “educacionais”, são frequentemente organizadas em colaboração com companhias aéreas ou marítimas e com os hotéis e agentes no exterior, destinando-se aos colaboradores e agentes de viagens que vendem os produtos da marca Abreu, a fim de conhecerem *in loco* os serviços das viagens programadas.

A Sociedade A. Abreu Limitada, inaugurada em 1962, em que Augusto e Aníbal Abreu eram acionistas maioritários, rapidamente viu os irmãos a deter a totalidade do capital. Em novembro de 1963 foi aprovada a aquisição da Agência Abreu ao sócio Augusto Lopes Vieira de Abreu, cujo trespasse deveria ter efeitos a partir de 2 de janeiro de 1964, e em 29 de novembro de 1963 foi aprovada a cessão das quotas dos dois sócios minoritários, continuando com o mandato de gerentes até 31 de dezembro desse ano. No mesmo mês, o capital foi reforçado mediante subscrição em dinheiro por Aníbal e por Augusto Lopes Vieira de Abreu.





Com o início do ano de 1964 deu-se uma modificação total do pacto da Sociedade que alterou a sua denominação para Viagens Abreu, Ltd.^a, com sede e estabelecimento na Avenida dos Aliados, n.º 207, no Porto, e filial na Avenida da Liberdade, 158-A, em Lisboa, podendo criar outras filiais, agências e representações que a gerência entendesse, tanto no país como no estrangeiro. O capital foi elevado, por subscrição de Aníbal Lopes Vieira de Abreu, do seu filho, Aníbal Macedo Vieira de Abreu, e mais nove gerentes da Empresa, sendo estes últimos e Aníbal Macedo Vieira de Abreu admitidos como novos sócios. A gerência ficava a cargo de Augusto e Aníbal Abreu, sócios com quotas que correspondiam a 82,5% do capital social, e ainda dos sócios que a assembleia geral designasse.

Os inícios do ano 1972 assistiram a nova mudança do pacto de Viagens Abreu, Ltd.^a, que evidenciava o controlo que a Família Abreu detinha da Empresa, já com a entrada de um membro da geração seguinte. Com efeito, a gerência passou a ser constituída pelos irmãos Augusto e Aníbal, mas também pelo primogénito deste, Aníbal Macedo Vieira de Abreu, além dos gerentes eleitos pela assembleia geral.

Em maio do mesmo ano de 1972, mantendo-se embora na gerência, Augusto Lopes Vieira de Abreu retirou-se da Sociedade, não sem antes preparar a favor do sobrinho Aníbal Macedo Vieira de Abreu a cessão da maior parte da quota que detinha do capital da Viagens Abreu, Ltd.^a.

Mas foi ainda sob o influxo da dinâmica gizada por Augusto e Aníbal Abreu que a Empresa e a TAP projetaram a sua imagem para o exterior. Tal desiderato foi alcançado por várias iniciativas conjuntas, como as parcerias de grande impacto mediático na televisão brasileira, especialmente na TV Tupi mas também na TV Globo. Ações de comunicação absolutamente marcantes, que hoje se poderiam considerar de *product placement* e de *soft sponsoring*, permitiram a presença constante da marca Abreu em programas recordistas de audiência, quer recreativos quer de informação, alguns deles emblemáticos na história da televisão brasileira.

Foi, pois, evidente o agigantamento que a Empresa conheceu sob a direção de Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu, os dois irmãos que protagonizaram a 4.^a geração à frente da Casa fundada pelo bisavô Bernardo de Abreu. A cumplicidade que desenvolveram em prol do negócio que geriam desde muito jovens não resultou da similitude dos seus temperamentos, terá antes brotado da diferença das suas personalidades e interesses.

Augusto, de caráter introvertido e aparentemente austero, era um homem de uma correção invulgar, que, à faceta de gestor de sucesso aliava a dimensão de esteta e homem de cultura, tendo convivido com numerosos intelectuais e artistas, quer nacionais quer estrangeiros. Fez parte do círculo de figuras próximas de Teixeira de Pascoaes e privado com figuras como António e Carlos Carneiro, Nadir Afonso, Domingos Alvarez. Com apurada visão do mundo e aberto às vanguardas artísticas, as suas frequentes estadas em



Paris permitiram-lhe conviver com Picasso, Dalí, Miró, Buñuel, entre outros. Considerado um dos principais especialistas em arte moderna e contemporânea da sua geração, iniciou-se pioneiramente nas lides do colecionismo artístico nos anos 1950, numa época em que o mercado da arte era incipiente no país e praticamente inexistente no Porto, tornando-se um dos maiores colecionadores portugueses do século XX, respeitadíssimo no grande meio internacional, designadamente entre os galeristas parisienses. O seu espólio integrou milhares de peças nacionais (nomeadamente os grandes mestres naturalistas) e estrangeiras (Picassos, Vuillards, entre tantos outros), mas houve alturas em que vendeu vastas porções deste imenso acervo artístico. Augusto Abreu foi também um mecenas compassivo de artistas que então despontavam no panorama nacional e depois se tornaram nomes de primeiro plano; foi o caso de Júlio Resende que, além do fresco da Avenida dos Aliados, assinou os mais belos cartazes e folhetos da Agência Abreu, tal como Nuno Barreto e Jaime Isidoro.

Já o irmão Aníbal, extrovertido e comunicativo, que pusera o seu finíssimo trato ao serviço do *marketing* relacional da Empresa, fora da sua atividade profissional nutria interesse pelo automobilismo, esqui e outros desportos competitivos. Gostava de automóveis e, como curiosidade, pode referir-se que, em 1953, possuía um Packard descapotável que foi posteriormente utilizado em visitas oficiais de estadistas estrangeiros a Portugal, como o Presidente do Brasil Café Filho ou a Rainha Isabel II de Inglaterra.

Após a morte de Aníbal Lopes Vieira de Abreu, nos inícios de 1973, e do afastamento voluntário do seu irmão, recaiu sobre os três filhos do primeiro – Aníbal, Alberto e Artur – a responsabilidade da condução dos negócios da Agência Abreu. Os membros desta 5.ª geração tinham então 40, 32 e 22 anos, respetivamente, pelo que a experiência que detinham neste domínio era necessariamente diferente. Enquanto o mais novo só se iniciou em tais funções após a morte do pai, Aníbal Macedo Vieira de Abreu já trabalhava na Empresa desde os 24 anos, após terminar a sua formação universitária em Ciências Económico-Financeiras, e logo idealizou a sua expansão. Em 1973 assumiu a gestão da Viagens Abreu, Ltd.^a (com mais quatro gerentes) e depois tornou-se presidente do seu conselho de administração, embora por pouco tempo, pois morreu no ano em que assumiu esse cargo (1991). A sua visão empresarial fez dele um pilar fundamental da Empresa, em tempos inclusivamente conturbados, projetando-a interna e externamente.

Em julho de 1991, a Viagens Abreu, Ltd.^a converteu-se em sociedade anónima, dando lugar à Viagens Abreu S.A., detendo a Família Abreu a totalidade do capital.

Para o triénio 2003/2005, foram constituídos mais dois vogais, passando o conselho de administração a ser composto por sete pessoas, composição que se mantém ao presente.





Na década de 1970 foi reforçada a vocação internacional da Empresa, que soube adaptar-se aos novos tempos, cumprindo o lema que ao longo da sua trajetória a havia guiado: “Servir melhor para servir sempre”. Assim, a cultura da Abreu manteve-se intacta e prosseguiu o seu rumo de consolidação e crescimento.

Como não podia deixar de ser, o Brasil continuou a ser uma aposta de futuro. Acompanhando a TAP, em 1974 e 1975, a Empresa abriu escritórios de representação e intermediação em Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Salvador da Bahia, num movimento que se projetaria até aos anos oitenta. Para venda ao público, a Abreu inaugurou uma loja em Campinas e segundas lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Todavia, devido à conjuntura existente à época no país e ao grande avanço verificado nas comunicações, sobretudo na generalização do uso do *fac-simile*, todos os escritórios e lojas em território brasileiro seriam encerrados em 1993, com exceção das lojas situadas nas duas metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1974, os turistas brasileiros passaram a dispor da oportunidade de fazer o *charter* “América Maravilhosa”, oito dias de viagem, na qual a Abreu utilizou principalmente as companhias aéreas Varig e Pan American. No final de 1983, a Agência Abreu assumiu o *charter* com a Transbrasil, voando diretamente de São Paulo para Orlando, quando não era necessária uma escala técnica em Manaus, em função das condições climáticas. Também as célebres “Voltas ao Mundo” organizadas pela Abreu entre 1975 e 1980, à partida de São Paulo e do Rio de Janeiro, eram dirigidas essencialmente a clientes brasileiros, a que se agregavam alguns portugueses que, para o efeito, se deslocavam ao Brasil. Por sua vez, o recetivo naquele país, que chegou a envolver 105 colaboradores Abreu, foi pontuado de importantes eventos como o Congresso da União Postal Universal, em 1978, que durante 45 dias fez deslocar ao Rio de Janeiro perto de 40 000 congressistas. O Brasil estava em vias de consolidar a posição que atualmente desfruta como um dos principais países, a nível mundial, na área da organização de eventos.

Os anos 1970 marcaram o início de outra parceria de grande sucesso em terras brasileiras, que iria superar as melhores expectativas, se bem que de grande complexidade logística. Em cooperação com a Varig foi lançado o Plano de Turismo Nacional Abreu, que tinha por suporte uma política de preços garantidos, a coberto de qualquer variação ou escalada inflacionista, e se prolongou até aos finais da década de 1990, momento em que a crise económica e financeira que se vivia no Brasil comprometeu definitivamente a continuidade do projeto.

A afirmação da marca Abreu no Brasil passou também pelas viagens de cruzeiro organizadas pela Empresa a partir de dezembro de 1973. O navio *Funchal* foi fretado em exclusividade pela Abreu, para navegar entre o Brasil e o Mediterrâneo. Os cruzeiros tinham partida no Rio de Janeiro, entre 26 de dezembro e 12 de março, para depois dessa data se realizarem no Mediterrâneo,



com partida de Lisboa. O sucesso dos cruzeiros do *Funchal*, realizados até 1985, foi de tal ordem junto do público brasileiro que muitos passageiros repetiam a viagem, chegando a fazer dois cruzeiros por temporada. Em novembro de 1991, a Costa Cruzeiros nomeou a Agência Abreu como seu agente geral, tanto no Brasil como em Portugal, neste caso em exclusividade até 2008.

A partir de 1982, em parceria com a companhia aérea Transbrasil, a Abreu foi responsável por uma operação *charter* exclusiva com um voo semanal São Paulo – Orlando (Florida, EUA) tendo por destino principal o Walt Disney World.

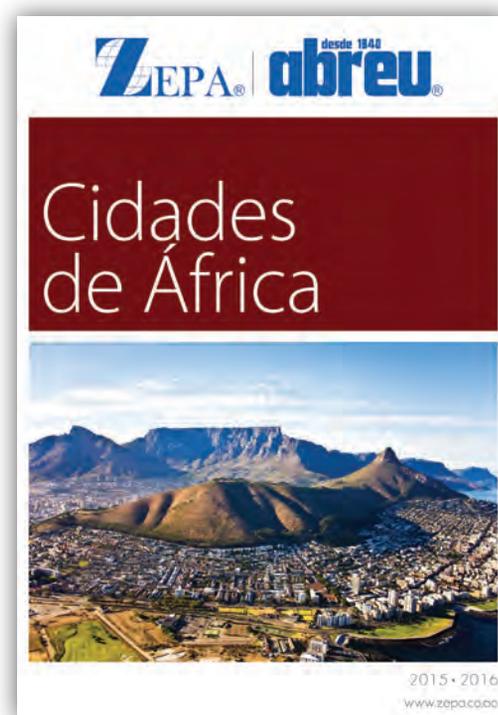
A consolidação da marca, com um prestígio intocável em todo o Brasil, resultou de uma imagem de inegável credibilidade e confiança. A aposta da Abreu no mercado brasileiro foi incentivada por várias personalidades, próximas dos responsáveis da agência, que reconheceram a dimensão ética da Empresa, a sua vocação, as suas competências, o seu espírito criativo e a sua capacidade de inovar.

Face ao portefólio de serviços e produtos que a Abreu disponibilizou no Brasil, as distinções que recebeu naquele país não surpreendem; por exemplo, em 1974, o administrador-delegado da Empresa foi agraciado com a distinção de “Cidadão Honorário do Estado da Guanabara” e distinguido, dois anos depois, pelas Organizações Globo com o título de “Cidadão Carioca”. Também várias organizações de turismo no Brasil premiaram a Agência Abreu em reconhecimento da relevância do seu papel para o desenvolvimento do turismo brasileiro, com destaque para os prémios concedidos pelos Jornais de Turismo do Estado de São Paulo (Jotesp), os vários prémios Bahiatursa, outorgados pela Empresa de Turismo da Bahia, e os diversos prémios Empetur, atribuídos pela Empresa de Turismo de Pernambuco.

Ainda no plano institucional, em 1984, a Abreu foi fundadora do Rio Convention & Visitors Bureau, uma fundação destinada a promover de forma organizada e permanente os destinos turísticos do Rio de Janeiro. Em São Paulo, no ano de 1986, foi igualmente fundadora da Cobrat – Câmara dos Operadores Brasileiros de Turismo – centrada na operação turística doméstica. Já em 1989, a Abreu foi também fundadora da Braztoa – Brazilian Tour Operators Association –, uma associação dos operadores com foco no turismo emissor internacional.

A obra feita e o prestígio alcançado no Brasil marcam já um largo período na vida da Agência Abreu, encetando no início do século XXI um novo ciclo de grande fulgor. Indubitavelmente, a história da Abreu no Brasil continua a escrever-se.

Quanto à presença da Abreu em Espanha, ela aconteceu logo a seguir à revolução portuguesa de 1974, fase também assinalada do outro lado da fronteira pela morte de Francisco Franco, que iniciou o processo de transição para o regime democrático. Numa conjuntura política marcada pela instabilidade, a Empresa preparava-se para a eventualidade de o fluxo de clientes oriundos da



Riviera Maya | México

Sim... Eu vou!



7 noites | TUDO INCLuíDO
Partidas de Lisboa às 2^{as} feiras de 2 nov a 28 dez'15
Operado por Jolidey

Desde **€ 990**
por pessoa em dobro (incluindo IVA e taxas)

Inclui: avião Lisboa/Punta Cana/Cancun/Lisboa + transfer + Hotel Catalonia Playa Mujeres (5 estrelas + taxa de aeroporto, taxa-canga e contribuições de € 546 + Seguro de Viagem).
Exclui: taxas a pagar localmente à saída de 60 sujeitos às alterações (algás).
Nota: o preço final depende da classe de reserva "Y" (todas as classes de reserva disponíveis mediante pagamento de suplemento) e do número de sujeitos. 18 a 23 nov'15.

175 ANOS

desde 1848
abreu

América Latina, sobretudo brasileiros, passar a ter entrada na Europa, não já por Lisboa mas via Madrid. Por outro lado, era indispensável o apoio na capital espanhola aos passageiros enviados pelos escritórios que se projetavam abrir em países sul-americanos. Assim, em setembro de 1976, a Abreu adquiriu a agência de viagens Prodespaña, que no ano seguinte mudou a sua designação social para Viajes Prodespaña Abreu e, passados alguns meses, ainda em 1977, alterou novamente a designação para Viajes Abreu S.A.

Todavia, a primeira grande aquisição no estrangeiro – tirando o Brasil – ocorreu nos Estados Unidos da América e concluiu-se em fevereiro de 1974 com a abertura da Abreu Tours Inc., em Nova Iorque. Este escritório da Abreu teve por missão inicial comercializar estadas curtas em Lisboa para clientes norte-americanos, pretendendo assim a empresa rendibilizar o grande fluxo de voos transatlânticos que então faziam escala na capital portuguesa, o qual progressivamente diminuiu, pelo que a estratégia da Abreu teve de ser reajustada. No final da década de 1990, numa aproximação comercial ao universo de clientes da segunda geração de emigrantes açorianos nos Estados Unidos gerou-se um tráfego de viagens para os Açores. Também com algum significado surgia o tráfego de clientes norte-americanos em viagem para Portugal continental e Espanha. No sentido inverso, o posicionamento da Empresa em Nova Iorque sempre lhe permitiu assegurar um serviço de recetivo a clientes portugueses de visita à *Big Apple*.

Seguiu-se a América do Sul. Em 1977, foram constituídas Viajes Abreu S.A. em Caracas (Venezuela), em Buenos Aires (Argentina) e na Cidade do México. Mas esse alargamento acabaria por ser fugaz, uma vez que a introdução de políticas cambiais malsucedidas naqueles países tornou inviável qualquer estratégia de continuidade, facto que determinou o encerramento daqueles escritórios em 1987. Ainda assim, na Venezuela, em poucos anos, a Abreu chegou a ser o maior operador para os Estados Unidos e para a Europa. O ano de 1977 ficou ainda marcado pela criação, em Londres, da Abreu Travel Agency.

Já no século XXI, a partir de 2012, verificou-se a aposta da Abreu no renascimento da sua presença nos mercados hispânicos da América Central e da América do Sul, apoiada em todo o suporte estrutural e de gestão de que dispunha no Brasil e nos Estados Unidos.

A vocação pioneira da Abreu a par da sua indefetível vontade de inovar impeliram-na a trilhar caminhos menos comuns, todavia destinados ao sucesso. Esta asserção aplica-se ao segmento carga, que desde 1957 passara a incluir no seu portefólio, com particular enfoque no movimento de carga aérea. Começando no norte do país, só em 1966 decidiu apostar na atividade em Lisboa, onde coabitava com a área das viagens, pois funcionava num contexto lateral à atividade-chave da Empresa, pautando-se por uma visibilidade discreta até à década seguinte. Mas em 1975 havia já sido criada a Agência Abreu Carga, que logo se filiou na Baltic and International Maritime Conference (BIMCO), a mais reputada associação de armadores e operadores no

**Andorra
Grandvalira**

Quero muito!



6 noites | Só Alojamento
Estadia de 11 a 17 fev.'15
Operado por Teski

Desde **€ 214**
por pessoa em dobro (incluindo IVA e taxas)

Inclui: 6 noites de alojamento + apartamentos (low cost) (desnive) + 5 dias de forfait de ski (incluindo o seguro de acidentes e de danos pessoais).
Exclui: Seguro, Skigift de equipamento e aulas de ski ou snowboard. Visite nos alojamentos, por favor, consulte-nos.

175 ANOS

desde 1848
abreu

sua programação às vantagens e destinos oferecidos pelo novo parceiro, o que significou um considerável incremento do seu volume de negócios. As viagens transcontinentais aumentaram na viragem do milénio: em 1998, a Abreu organizou os primeiros *charter* de Portugal para Cuba, depois para o Brasil (Maceió, Natal, Recife e Salvador, Porto Seguro e Fortaleza) e ainda os primeiros *charter* de Portugal para Antígua (2003), Maldivas (2003) e Jamaica (2005).

Para o histórico *charter* da Agência Abreu ficaram momentos inesquecíveis pela demonstração da sua grande capacidade organizativa, nomeadamente no segmento Grupos Especiais, em que se destacaram os voos *charter* relativos à participação de clubes de futebol portugueses nas fases finais de numerosas competições europeias.

Com o reforço do recetivo e a internacionalização, a Abreu conseguiu provar que os constrangimentos podem converter-se em oportunidades, de forma que nos anos 1980 tinha cerca de mil colaboradores espalhados pelo mundo. A agência, já de significativa dimensão nos anos 1960, tinha definitivamente dado lugar a uma organização de viagens, desenhando uma evolução invulgar no contexto empresarial português.

Em 1981 foi constituído o Operador Turístico Club 1840, que logo assumiu um papel-chave no panorama do ramo em Portugal, construindo pacotes turísticos para a Agência Abreu e agindo como grossista para todo o mercado de viagens nacional. Atualmente, constitui uma área essencialmente de produto, concentrando todas as suas competências no desenho de uma oferta distintiva servindo a frente de vendas da Empresa – a começar pela rede de lojas Abreu, o mercado brasileiro, os diferentes mercados hispânicos da América Central e do Sul e, ainda, o mercado angolano.

Indubitavelmente, a última década do século XX revelou um mundo em mudança vertiginosa e nas mais diversas vertentes e dimensões. O início dos anos 1990 significou, para a Agência Abreu, a entrada na era da concorrência universal, das novas tecnologias de informação, da gestão de custos – enfim, uma revolução nos seus modos de produzir, comunicar e gerir, que acompanhava o paradigma tecnológico que inexoravelmente se impunha nas vésperas do novo milénio.

Em 1991, a gestão da Empresa assumiu o imperativo estratégico de reorientar a Agência Abreu face a um Portugal diferente: o padrão de vida dos portugueses estava a mudar, refletindo uma capacidade aquisitiva em alta. Como o país começara a perder atratividade como destino de sol e praia, a solidez do turismo recetivo, que constituía então a trave-mestra do negócio da Abreu, estava seriamente em causa; por outro lado, os portugueses começavam a ter condições para fazer férias no exterior, replicando uma tendência já consolidada nos países da então Comunidade Económica Europeia. Estes novos tempos convocaram a Abreu a mudar estruturalmente a vocação da Empresa, para adotar um modelo agora sobretudo voltado

para a exportação, numa lógica de fomento da competitividade da oferta e da rentabilidade do negócio.

Por todas as razões, entre 1991 e 1995, a aposta da Abreu foi claramente interpretativa dos sinais dados pelo mercado interno e pelo contexto mundial. Daí, mais turismo de exportação e menos turismo de importação – nos tempos áureos do recetivo, só no Algarve a Abreu chegou a dispor de um quadro de oitenta pessoas. A nova realidade determinou o início de um processo imparável de alargamento da rede de lojas, cujo número decuplicou em cerca de uma vintena de anos, passando de catorze no raiar dos anos 1990 para 145 em 2014, envolvendo 530 colaboradores num esforço evidente de cobertura do território continental e insular. Com esta expansão, também resultou um importante incremento nas áreas de Grupos (promoção de viagens em grupo junto a várias instituições, como estabelecimentos de ensino, clubes, etc.) e de empresas (viagens de negócios).

Quer no panorama nacional, quer internacional, uma empresa desta dimensão, longevidade e natureza está longe de constituir a regra. Não surpreende, pois, o reconhecimento que tem merecido por entidades governamentais de diversos países, associações da área profissional, companhias aéreas e do próprio público.

A Abreu foi distinguida em 1979 com uma das duas *Medalhas de Prata de Mérito Turístico* atribuídas, até hoje, a agências de viagens pela Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo, e, dez anos depois, foi agraciada com a única *Medalha de Ouro de Mérito Turístico* atribuída, até ao presente, a agências de viagens pela mesma entidade (APAVT). Em 1987, outra relevante distinção foi-lhe conferida por iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo: a *Medalha de Mérito Turístico Grau Ouro*. Já em 1990, no âmbito do seu sesquicentenário, recebeu três prémios da TAP e um prémio da Varig.

No ano de 2000, realizou-se a primeira edição do *European Trusted Brands*, no qual a Agência Abreu foi eleita *Marca de Confiança* dos portugueses, na categoria “Agências de Viagens”, e esse reconhecimento tem sido reafirmado, ininterruptamente até ao presente, em cada edição anual da referida votação.

Em 2005, o presidente do conselho de administração da Agência Abreu foi condecorado pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de *Grande Oficial da Ordem de Mérito Comercial*. Também no país vizinho, o papel da Agência Abreu foi reconhecido de forma inequívoca pelo governo espanhol, em 2007, tendo sido condecorada com a *Placa de Mérito Turístico – Ouro*, atribuída pela primeira vez a uma empresa estrangeira. Por sua vez, o governo de Cuba distinguiu, em 2008, a Agência Abreu “pelo seu contributo para o desenvolvimento turístico” daquele país, louvor pela primeira vez concedido a um operador turístico português.

Em 2007, o suplemento “1000 Maiores Empresas”, publicado em 23 de novembro pelo *Diário Económico*, indicava a Viagens Abreu S.A. como líder



Siga-nos: [facebook.com/agenciaabreu](#), [twitter.com/agenciaabreu](#), [youtube.com/agenciaabreu](#), [google.com/agenciaabreu](#), [instagram.com/agenciaabreu](#)

UM MOMENTO PERFEITO
UMA VIAGEM DE SONHO

Luas de Mel
VANTAGENS EXCLUSIVAS

- 10% DESCONTO em programação da Agência Abreu
- Abertura de LISTA DE CASAMENTO
- Oferta de CHEQUE VIAGEM de €50 por pessoa para os Noivos (para descontar na próxima viagem)
- Oferta de CHEQUE VIAGEM de €25 para os participantes na lista de casamento

CONSULTE A BROCHURA

ALGARVE SHOPPING
Rua 9 099, Lameira, C.º Algarve,
Lote 5, Alameda 2.1, Estrada 111, Alameda
Lameira, Alameda Shopping, Lagos PT
Tel. 202 362 270

FARO
Av. da República, 114
8000-079 Faro
Lameira, FaroShopping PT
Tel. 202 678 100

PORTIMÃO
Largo 1.º de Maio, 11
8500-308 Portimão
Lameira, PortimãoShopping PT
Tel. 202 260 500

175 ANOS
SECURIDADE E COMPETÊNCIA
ESCOLHA DO CONSUMIDOR

incontestado no segmento lazer, sendo a primeira no setor de hotelaria e turismo e a 91.ª entre o milhar das maiores empresas portuguesas.

Em conjunto com a *Deco Proteste*, a revista *Dinheiro & Direitos* publicou em 2009 o texto “Excursões de Sonho a Preços Especiais” referindo que estas podiam esconder práticas desleais e proibidas; esta análise apontou “informação sem falhas” em apenas cinco operadores no setor das viagens: a Agência Abreu e quatro companhias aéreas.

Também em 2009, a revista *Exame* indicou a Viagens Abreu como a primeira agência de viagens e a quinta maior do setor de serviços, posicionando-a em 103.º lugar entre as quinhentas maiores empresas portuguesas.

Em finais do mesmo ano, a revista *Focus* – no seu número especial sobre as 1000 maiores empresas portuguesas – apresentou a Viagens Abreu S.A. como a 107.ª da lista, sendo, no entanto, a primeira das vinte escolhidas na área de atividade “Hotelaria, Turismo e Restauração”. Também o suplemento “1000 maiores empresas”, publicado em 24 de novembro desse ano pelo *Diário Económico*, fez idênticas referências.

Adotando outros critérios de avaliação, o suplemento “1000 maiores empresas” do *Diário de Notícias*, publicado em Lisboa também em novembro de 2009, apresentou a Viagens Abreu como a 125.ª empresa do ano e igualmente como a primeira da sua atividade.

Em novembro de 2012, a Agência Abreu foi, em Londres, estrela na World Travel Market, a mais relevante feira de viagens realizada anualmente na Europa, ao receber o Global Award.

Ainda naquele ano, no mês de dezembro, o suplemento “Marcas que marcam 2012” do *Diário Económico* apresentou a Abreu como vencedora na categoria “Agências de Viagens” no inquérito de notoriedade espontânea.

Já a edição do suplemento “1000 Maiores Empresas” do *Diário Económico*, de 3 de dezembro de 2013, posicionava a Abreu em 84.º lugar nesse universo das mil maiores empresas nacionais.

Em 2013, no primeiro ano de criação da categoria “agência de viagem”, a Agência Abreu recebeu o galardão A Escolha do Consumidor, organizada pela ConsumerChoice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor. Trata-se de um sistema de avaliação e classificação de marcas, que tem por objetivo conhecer o grau de satisfação e aceitabilidade dos consumidores em relação a determinado produto ou serviço, ajudando-os a fazer uma compra informada.

Em abril de 2014, a *Exame*, na edição do seu 25.º aniversário, publicou a eleição das 25 empresas portuguesas com futuro, entendidas como as que “fazem a diferença na economia nacional e no seu setor, distinguem-se pela sustentabilidade e vão marcar os próximos anos”. No setor de “Turismo e Lazer” esta revista apenas indicou a Agência Abreu.

A orientação inovadora da Empresa assumida em 1991 revelou-se acertada. A entrada de operadores espanhóis em Portugal constituiu uma mais-valia, já que a Abreu alcançou uma dinâmica de tal forma significativa que se

abreu

2 de abril de 2015

Royal Caribbean
SISTEMA ATRACÇÃO

Viva o verão azul!

AVIÃO E TRANSFERS INCLUIDOS

ROTA DOS PRÍNCIPES Allure of the Seas Visitas: Roma de Nápoles, Marsella, La Spezia, Capri e Nápoles Saídas de Santos de 12 jul. a 13 set. '15 7 noites de cruzeiro Preço Completo	desde € 1.156 por pessoa em cabine interior dupla
CRUZEIRO ILHAS GREGAS Rhapsody of the Seas Visitas: Atenas, Mikonos e Santorini Saídas de Roma (Capri e Nápoles) a 2 e 16 ago. '15 7 noites de cruzeiro Preço Completo	desde € 1.421 por pessoa em cabine interior dupla
CRUZEIRO TURQUIA E GRÉCIA Rhapsody of the Seas Visitas: Istambul, Fátima, Bodrum e Chania Saídas de Roma (Capri e Nápoles) a 2 e 16 ago. '15 7 noites de cruzeiro Preço Completo	desde € 1.434 por pessoa em cabine interior dupla
CARAÍBAS ORIENTAIS I Independence of the Seas Visitas: Labadee, Falmouth, George Town e Colson Saídas de Fort Lauderdale a 19 jul., 2 e 16 ago. '15 7 noites de cruzeiro Preço Completo Oferta de 1 noite no Hotel Savoy 4 estrelas em regime S&A Alojamento	desde € 1.860 por pessoa em cabine interior dupla
CARAÍBAS ORIENTAIS II Independence of the Seas Visitas: San Juan, Ponce e a Baía de San Juan Saídas de Fort Lauderdale a 19 jul., 2 e 16 ago. '15 7 noites de cruzeiro Preço Completo Oferta de 1 noite no Hotel Savoy 4 estrelas em regime S&A Alojamento	desde € 1.981 por pessoa em cabine interior dupla

175 ANOS
SECURIDADE E COMPETÊNCIA
ESCOLHA DO CONSUMIDOR

projetou nos anos seguintes, posicionando a Empresa entre as mais competitivas da Europa. No início do novo milénio, a Agência Abreu consolida a sua projeção internacional com uma nova aposta, desta feita em Angola, e reforça a sua posição de maior organização de viagens em Portugal.

Ano após ano, a Feira de Viagens Mundo Abreu, que se realizou pela primeira vez em 2003, reúne largas dezenas de milhares de visitantes, num certame que é um dos maiores no espaço europeu, com uma área expositiva que em dez anos decuplicou. Agregador de destacados parceiros institucionais e comerciais, envolvendo representações do turismo vindas de Portugal e de diferentes países dos vários continentes, passando por companhias aéreas, operadores turísticos, cadeias hoteleiras e companhias de cruzeiros, o Mundo Abreu é ainda o tempo e o espaço onde se entrecruzam povos, culturas e civilizações.

Por sua vez, as ações de comunicação encetadas e dinamizadas em importantes órgãos de informação do Brasil nos anos 1960 e inícios de 1970 tiveram desenvolvimentos ulteriores, agregando mais tarde também o mercado português, onde atualmente a marca tem uma presença relevante nos palcos principais – desde as estações de televisão aos jornais e revistas de referência (grande informação e viagens) *off-line* e *on-line*, passando pelas redes sociais e a blogosfera. De assinalar, igualmente, as inúmeras iniciativas de *co-branding* através de parcerias com outras marcas de notoriedade. Finalmente, uma nota ainda para a presença da marca Abreu em grandes eventos e para a sua forte ligação ao mundo do espetáculo, assim como a participação no lançamento da “TV Interativa”, a primeira experiência do género em Portugal, com disponibilização de conteúdos interativos pelo canal televisivo.

Em 2000 deu-se um acontecimento marcante na história recente da Empresa: a entrada, a convite da TAP, no capital da companhia *charter* Yes, para suporte das viagens tendo por destino as Caraíbas e, numa segunda fase, também o Brasil. A criação da Yes deu um impulso enorme na massificação das viagens em Portugal e essa verdadeira corrida às viagens de lazer aconteceu não só, mas principalmente através da Abreu.

Também a consultoria de viagens junto de instituições e empresas vocacionada para turismo de reuniões, conferências, congressos e eventos corporativos, recentemente denominado MICE, é extremamente relevante para a Agência Abreu. Este segmento é já muito significativo, estimando-se que possa crescer 10% no próximo decénio.

Dados os compromentimentos históricos dos operadores espanhóis com mercados de referência, como as Caraíbas, num negócio verticalizado que vai da companhia de aviação *charter* até à gestão de cadeias hoteleiras naqueles países, a Abreu assumiu a partilha sem risco de operações para esses destinos. E o mesmo é válido nas viagens para Cabo Verde, através da TAP e da TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde). Assim, a Abreu associou-se a operadores que lhe garantem a cedência de lugares sem tomada firme, isto é, sem risco,



Abreu 175 ANOS A VIAJAR

2 de fevereiro de 2015

1840 2015

Já se inscreveu? O passatempo do ano começa no dia 4 de fevereiro! Os nossos 175 anos dão-lhe 175 prémios.

INSCREVA-SE JÁ!

SEGURANÇA E CONFIANÇA
A Agência Abreu é a melhor escolha para garantir a sua viagem com total segurança.

ESCOLHA DO CONSUMIDOR
A Agência Abreu é a melhor escolha para garantir a sua viagem com total segurança.

Empresa em processo de avaliação de novo acordo coletivo: Viagens Abreu S.A. | N.º de Registo: 1100 | Capital Social: €7.500.000 | Sede: Av. Alameda, 107 | 4200-070 Porto | Portugal | Cont. Geral: Cont. de Pressão: 113800 | e-mail: suporte@abreu.pt | 900 997 177 | 3815

dando, em contrapartida, natural preferência aos produtos desses parceiros na rede de lojas Abreu.

Num contexto de reequacionamento do risco e do conseqüente desinvestimento nas operações *charter*, coloca-se com toda a pertinência o advento das companhias de aviação *low cost*, que promovem a aproximação direta dos vendedores (operadores e companhias aéreas) ao consumidor final, nomeadamente via *internet*, publicidade *on-line* e redes sociais. Estas novas realidades contemporâneas vieram introduzir novas lógicas em várias latitudes da indústria do turismo e, concretamente, no capítulo das viagens.

Com efeito, a utilização das tecnologias de informação e comunicação mudaram o mundo e essa mudança trouxe com ela novos vetores de desenvolvimento da indústria do turismo, assentes sobretudo na *internet*, emergindo o fenómeno das vendas *on-line* e a revolução profunda na lógica de relacionamento entre as empresas e os consumidores. Especialmente atenta à realidade da economia digital, a Abreu assumiu um conjunto de investimentos e desenvolveu diferentes linhas de negócio que lhe permitiram posicionar-se, neste novo contexto, como empresa atualizada e tecnologicamente competitiva. Destaca-se, em 2003, a constituição da Abreu Online, plataforma B2B para venda *on-line* de hotelaria entre empresas. Esta nova unidade agrega já mais de setenta colaboradores, posicionando-se essencialmente em Portugal, mas também no Brasil, em Espanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

A par desta nova abordagem ao mercado profissional, a Abreu tem presente nas suas prioridades o fenómeno das vendas *on-line* direcionadas para o consumidor final. E embora estas vendas assumam uma relevância indiscutível, o portefólio Abreu tem lugar reservado para o desenho de produtos cuja sofisticação e pluralidade de serviços agregados os coloca à margem das plataformas de comercialização *on-line*, de que são exemplos os “circuitos europeus”, vendidos nos mercados português e brasileiro, a par das chamadas “grandes viagens”, aliás com vários pontos em comum na sua composição. Impõem-se, no entanto, cada vez mais, novas lógicas de importação, pois a prestação de serviços turísticos locais a estrangeiros, nos seus contornos dos tempos áureos do século XX, faz parte do passado. Perante esta nova realidade, o turismo recetivo passou a significar para a Agência Abreu uma oferta dirigida a um universo de clientes institucionais e empresariais. A Abreu DMC PCO (Destination Management Company e Professional Congress Organizer), estrutura que atualmente conta com quarenta pessoas, cedo se afirmou como consultora de referência, gerando resultados muito positivos na área dos congressos internacionais e no âmbito da realização de eventos e lançamento de produtos.

Num momento em que Portugal e Espanha pretendem assumir o desafio de se promoverem como destino conjunto em paragens longínquas, a presença da Abreu em Espanha é uma das chaves-mestras da sua consolida-

Abreu

25 de junho de 2015

É AGORA

BLACK FRIDAY

26 JUNHO
CAMPANHA VÁLIDA ATÉ 29 DE JUNHO

PREÇOS ESCALDANTES

ÚLTIMA OPORTUNIDADE
PARA MARCAR AS SUAS FÉRIAS

RESERVE AGORA
E COMECE A PAGAR A 09:00:00

	ANTES	AGORA
SAÍDIA VOZ ESPECIAL DIRETO	€778	€585
TURQUIA MARAVILHOSA	€925	€760
CIRCUITO DAS 4 CAPITALS	€1.136	€947
BRASIL MARAGOGI	€1.597	€1.233

PARA DESTINOS AQUI

OU NUNCA

Esta é a agência de viagens nº1 em Portugal e não por acaso! | Taxas aéreas e portuárias | Lugares limitados | Não se esqueça de reservar com antecedência | Preço geral sujeito de condições gerais. A oferta é limitada e pode variar sem aviso prévio. A oferta de preços não é garantida. | Consulte os nossos condições de venda para RESERVAÇÃO ANTES DO COMEÇO DA PAGAR A 09:00:00

175 ANOS

SEGURANÇA E CONFIANÇA
A Agência Abreu é a melhor escolha para garantir a sua viagem com total segurança.

ESCOLHA DO CONSUMIDOR
A Agência Abreu é a melhor escolha para garantir a sua viagem com total segurança.

Viagens Abreu S.A. | N.º de Registo: 1100 | Capital Social: €7.500.000 | Sede: Av. Alameda, 107 | 4200-070 Porto | Portugal | Cont. Geral: Cont. de Pressão: 113800 | e-mail: suporte@abreu.pt | 900 997 177 | 3815



desde 1844

NEWSLETTERS | A ABREU | CONTACTOS | AJUDA | RECRUTAMENTO | REGISTO LOJA ONLINE |

Login com o Facebook

LOJA ONLINE **707 20 1840**

ABREU DIRETO

HOME
BROCHURAS
TRAVEL CARD
SERVIÇOS
SITES ABREU
PASSATEMPOS
ONDE ESTAMOS
APP MOBILE

PROMOÇÕES
DISNEYLAND PARIS
ESCAPADINHAS
ALGARVE
AÇORES E MADEIRA
FÉRIAS LÁ FORA
PRAIAS E ILHAS
VOOS
VOO + HOTEL
CRUIZEIROS

Selecione a opção

Férias Voos Hotel

Voo + Hotel Cruzeiros

Selecione o destino e tipo de produto

Nome do Programa / Destino

Tipo de Produto

Selecione um tipo Produto

Selecione a localização

Continente País

Região

Mais opções de pesquisa

Mês Preço

Limpar Pesquisar

Home

BRASIL
SALVADOR

GRANDES VIAGENS
O SONHO É AGORA

MARROCOS
SAÍDIA

ALGARVE
SUPER OFERTAS



OFERTA ESPECIAL

7 noites | APA **€ 939**

ÚLTIMOS LUGARES

ALMERÍA	7 noites MP	desde € 539
IBIZA	7 noites MP	desde € 575
BOAVISTA	7 noites TI	desde € 733
RIVIERA MAYA	7 noites TI de Madrid	desde € 849
SAÍDIA	7 noites TI	desde € 881

ESPECIAL AGOSTO

MONTE GORDO	7 noites APA	desde € 198
TENERIFE	7 noites SA	desde € 332
PORTO SANTO	7 noites APA	desde € 642
NORTE DE MAIORCA	7 noites MP	desde € 648
CAVO COCO	7 noites TI	desde € 925

VOO + HOTEL

MENORCA	Voo + 7 noites	desde € 299
IBIZA	Voo + 7 noites	desde € 334
ILHA DO SAL	Voo + 7 noites	desde € 644
MIAMI BEACH	Voo + 7 noites	desde € 824
PHUKET	Voo + 7 noites	desde € 827



CRUIZEIRO FLUVIAL

EMBARQUE A 24, 27 e 31 de julho Do Porto a Espanha, V. Douro, Salamanca Cruzeiro de 7 noites em pensão completa

desde € 583

[Ver \[1\]](#)



ILHA DO SAL

PARTIDAS ATÉ OUTUBRO Voo | transfers | 7 noites | pequeno-almoço | taxas | seguro

desde € 671

[Ver \[1\]](#)



MALDIVAS

PARTIDAS ATÉ OUTUBRO Voo | transfers | 7 noites | meal pensão | taxas | seguro

desde € 1.354

[Ver \[1\]](#)

CARAÍBAS

ALGARVE

Siga-nos >

[f](#) [+](#) [g+](#) [t](#) [v](#) [i](#)



TOP DESTINOS

ALVOR	5 noites tudo incluído	desde € 228
ABUFEIRA	5 noites tudo incluído	desde € 233
ROQUETAS DEL MAR	7 noites tudo incluído	desde € 303
SÃO MIGUEL FLY&DRIVE	4 noites pequeno-almoço viatura	desde € 338
CIRCUITO MADEIRA	4 noites 8 refeições visitas	desde € 596
ILHA DA BOAVISTA	7 noites pequeno-almoço	desde € 599
SÃO TOMÉ	7 noites pequeno-almoço	desde € 777
SALVADOR	7 noites pequeno-almoço	desde € 939
HAVANA E VARADERO	7 noites pequeno-almoço + tudo incluído	desde € 996
PUNTA CANA	7 noites tudo incluído saídas de Lisboa	desde € 1.030

ESPAÑA



Espanha - Cidades, Costas e Ilhas

desde € 108

[Ver \[1\]](#)

CABO VERDE



Super ofertas para Cabo Verde!

desde € 599

[Ver \[1\]](#)

CARAÍBAS



O melhor das Caraíbas está aqui!

desde € 754

[Ver \[1\]](#)

MARROCOS



Conheça um destino mítico e m'ástico!

desde € 368

[Ver \[1\]](#)

TURQUIA



Ofertas para um destino surpreendente!

desde € 490

[Ver \[1\]](#)

PRAIAS EXÓTICAS



Tome o seu sonho realidade!

desde € 720

[Ver \[1\]](#)

[f](#) Gosto 2.324

175 ANOS

1840-2015

SEGURANÇA E COMPETÊNCIA

A Agência em que os portugueses mais confiam para viajar

ESCOLHA DO CONSUMIDOR

A Agência de Viagens escolhida pelos portugueses

[f](#) [t](#) [g+](#) [v](#) [i](#)

Viagens Abreu SA | RNNAV 1702 | Capital Social €7.500.000 | Sede: Av. Aliados, 207-4000-067 Porto

Operador Cons. Reg. Com do Porto nº 15809 | NIF Abreu 500 297 177 | 2015

Condições de Utilização e Política de Confidencialidade | Termos e Condições



ção interna e externa. Hoje, com escritórios em Madrid e Barcelona, a Empresa assume no país vizinho um papel de complementaridade face à atividade desenvolvida em Portugal, numa lógica natural de integração ibérica.

Quanto ao Brasil, a partir de 2005, começou a apresentar sinais de maior estabilização e a economia iniciou um ciclo de crescimento sustentado. Assim, a Abreu tem olhado com um interesse renovado para um mercado onde a sua presença, embora histórica, tinha sido entretanto reduzida por força de um contexto económico depressivo. No que diz respeito à sua filosofia identitária, a Abreu posiciona-se – e em resultado disso, é vista – como empresa portuguesa em Portugal, sendo que no Brasil o seu perfil é claramente o de uma empresa brasileira, da mesma forma que, em Angola, é percebida como uma empresa angolana.

Justamente apoiada nos seus bons níveis de competitividade, a Abreu decidiu retomar uma experiência já testada nos anos 1970, iniciando em 2013 a promoção e venda de circuitos europeus junto de países hispânicos da América Central e do Sul. Para a comercialização deste produto, a estrutura de promoção e venda operacional da Abreu tira partido da plataforma que a Empresa já tem disponível em Orlando. Embora a continuidade do escritório de Nova Iorque tenha sido questionada em dois momentos – na 1.ª Guerra do Golfo e, dez anos mais tarde, com o ataque às Torres Gémeas, em 11 de setembro de 2001 – em 2010 havia já condições favoráveis para investir na presença da Abreu nos Estados Unidos, situação que se materializou com a abertura do escritório em Orlando. Na base dessa decisão colocou-se a oportunidade de gerar um volume de tráfego substancial de clientes entre o Brasil e a Florida, onde a Abreu está certificada pela Disney World. Outro argumento adicional deve ainda ser aduzido em relação ao significado desta nova estrutura nos Estados Unidos, uma vez que a plataforma B2B da Abreu Online já exigia também esse posicionamento.

E, para completar o triângulo, Angola. Deve esclarecer-se que quando a Abreu decidiu reinvestir no Brasil, fê-lo já com o firme propósito de estender esse investimento também a Angola que, após uma longa guerra civil (1975-2002), se impunha como um mercado de grande relevância. A Empresa cedo percebeu que o seu futuro teria de passar pelo triângulo Portugal – Brasil – Angola. Nesse sentido, estabeleceu relações com um conjunto de representantes angolanos para venda do destino turístico Portugal oferecido pela Abreu. E entre os agentes preferenciais então constituídos, manteve-se até ao presente a Charme Tours, sem dúvida uma referência de topo no setor do turismo e das viagens no mercado angolano.

O recente e fulgurante crescimento daquele país, visível em importantes investimentos no domínio de infraestruturas, interpelou a Abreu a posicionar-se no território. Desta forma, em 2010, a Empresa estabeleceu uma parceria com a Zepa, assumindo de imediato a gestão dessa agência de viagens angolana e dando início a um processo evolutivo da sua aquisição.



Agência Abreu
Agência de viagens

387.132 gostos
248 visitas

Publicação Foto ou vídeo

Escreve alguma coisa...

Publicar

Agência Abreu
55 min · 🌐

Agência Abreu
@agenciaabreu

Agência Abreu - a realizar sonhos desde 1840.

Portugal
abreu.pt
Joined September 2009

436 Photos and videos

TWEETS 3,594 FOLLOWING 444 FOLLOWERS 2,054 FAVORITES 89 LISTS 4

Agência Abreu @agenciaabreu · Aug 14
#Lanzarote, o paraíso com paisagens vulcânicas!
7 noites desde € 369 - bit.ly/1LbBtSq
@TurismoLZT

New to Twitter?
Sign up now to get your own personalized timeline!
Sign up



A exemplo de outros países, como Portugal e o Brasil, também agora a filosofia identitária da Abreu afina pelo mesmo diapasão, ou seja, em Angola a Abreu pretende afirmar-se e consolidar-se como empresa angolana de referência no setor do turismo. A dinâmica em curso pode aferir-se em registos já muito relevantes: a Abreu foi a primeira empresa a lançar em Angola um catálogo de viagens com a mesma relevância dos catálogos usados em Portugal e no Brasil, decisão que gerou excelentes resultados em termos de vendas. Isso aconteceu em 2012, ano em que, simultaneamente, é lançado em Portugal um catálogo com pacotes de viagem para o destino Angola, o que representa mais um exemplo da lógica inovadora e do pioneirismo da Abreu.

Com efeito, a Empresa colocou-se no mercado angolano, como tantas vezes ao longo da sua história, antes de todos os outros. Assim, quatro anos após o início da gestão da loja da Zepa, bem perto da marginal da baía de Luanda, em pleno centro económico do país, a agência instalou-se em Talatona, uma conhecida zona residencial da capital angolana. Para além de oferecer viagens para qualquer parte do mundo aos angolanos, sejam elas profissionais ou de lazer, a Abreu elegeu o propósito de contribuir para o desenvolvimento turístico de Angola, promovendo o destino, quer no exterior, quer junto dos angolanos.

Os anos da segunda década do século XXI são de grande incerteza quanto à evolução económica, tanto a nível nacional como internacional, revelando os mercados financeiros uma manifesta instabilidade. Entretanto, a revolução digital desenrola-se com extrema celeridade.

Perante este cenário de notória complexidade e exigência, a Abreu enfrenta a conjuntura presente com a mesma determinação e confiança que, noutros momentos cruciais da sua história, lhe permitiram seguir em frente, ainda mais forte e com maior robustez.

Sendo uma empresa conservadora mas não fixista, no sentido em que é perseverante na manutenção dos seus valores intemporais mas inovadora e pioneira em numerosos domínios, a Abreu continuará a aceitar a mudança sempre que for preciso adaptar-se às circunstâncias emergentes, abrindo caminho antes de todos os outros, como tantas vezes sucedeu ao longo da sua existência. Justamente por ser uma organização que nunca contemporizou com lógicas de rutura, a Empresa persevera na sua atitude gradualista, o que lhe tem permitido manter uma matriz cultural forte, provavelmente o segredo da sua grande vitalidade e longevidade.

Nos nossos dias assiste-se a uma transformação muito acelerada da indústria do turismo, mas a Empresa manifesta-se plenamente confiante nos seus atributos, que lhe permitem encarar os novos desafios: a sua estrutura dirigente, bem alicerçada num conjunto de competências indiscutíveis que elevam a equipa de colaboradores da Abreu a patamares de primeira linha e, por outro lado, os seus investimentos em tecnologias, em comunicação interna e externa, nos novos *media* – blogosfera, redes sociais, canais *mobile*, etc. – imperativo numa sociedade cada vez mais dominada pela economia digital.

A Agência Abreu é hoje responsabilidade da 5.ª geração de descendentes diretos do seu fundador, legado que é partilhado com os representantes da 6.ª geração. E, não obstante ter alcançado uma dimensão que nos primórdios da sua existência seria difícil vaticinar – basta lembrar que, em dezembro de 2014, o número dos seus colaboradores ronda o milhar e meio, distribuídos em duas centenas de instalações espalhadas pelo mundo –, pretende assegurar no seio da Família Abreu a titularidade do património societário, objetivo delineado na Convenção de Família assinada em março de 2007, sem que tal decisão afete o rigor da gestão, desenvolvimento e controlo do negócio, inteiramente profissionalizados, em obediência a critérios da mais estrita exigência.

Os membros da 5.ª geração revelam-se confiantes nas capacidades dos seus descendentes, formulando o desejo de que o espírito de família da Empresa seja sabiamente preservado e estimulado pela nova geração acionista, a qual, por sua vez, manifesta o seu compromisso com o futuro, mantendo intacta a fórmula de sucesso da Abreu: um universo muito especial de clientes, uma grande equipa de colaboradores e uma seleção de parceiros de referência a nível nacional e internacional.

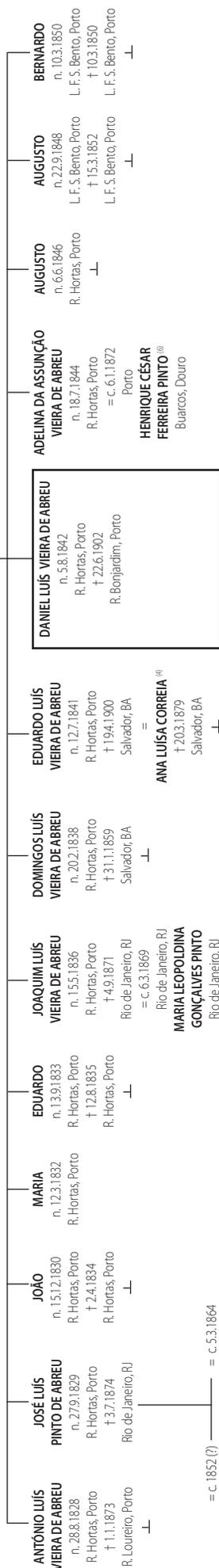
Neste tripé de excelência assenta o êxito de uma marca que continua a reinventar-se. Em Portugal, no Brasil, em Angola e no mundo.



ANEXOS

ANEXO I

ESQUEMAS GENEALÓGICOS



= c. 1852 (?) Rio de Janeiro, RJ
 = c. 5.3.1864 Rio de Janeiro, RJ

LEOPOLDINA RUFINA SOARES DE ANDRADE TORRES n. 6.12.1845 Rio de Janeiro, RJ

segue no esquema 1 g

= c. 21.11.1867 Porto

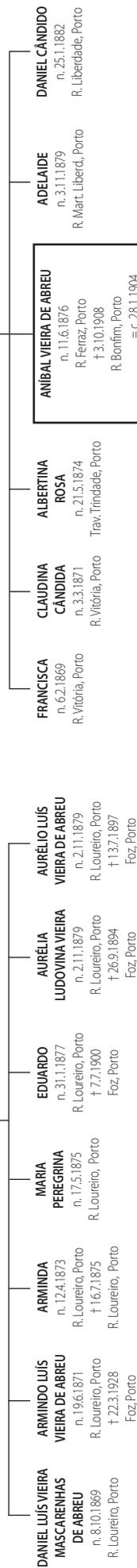
ANA RITA VIEIRA^(a) n. 27.1839 S.M. Recezinhos

+ 29.12.1892 Foz, Porto

CLAUDINA CÂNDIDA DA SILVA ABREU^(a) Porto

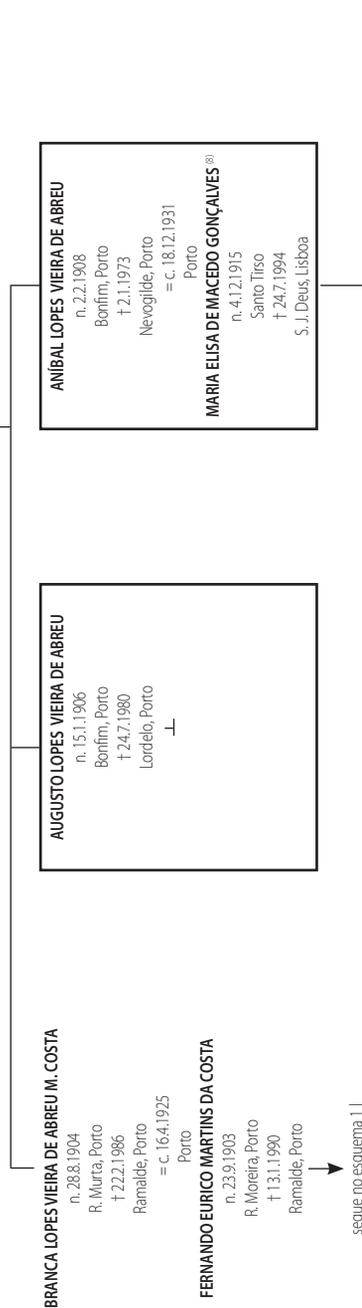
n. 13.4.1849 Vila Nova Gaia

+ 2.3.1933 Ramalde, Porto

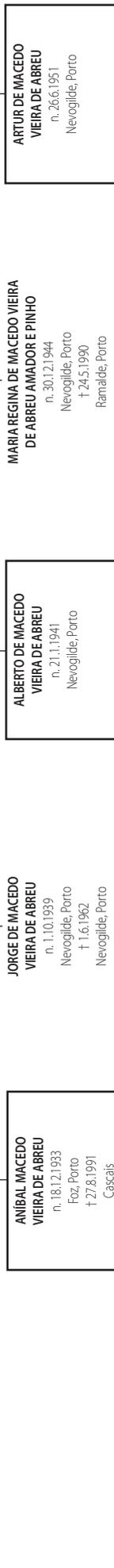


segue no esquema 1 f

segue no esquema 1 g



segue no esquema 1 i



A a D + 1 a 5 – indicação de gerações

n. – nascido a

= – casado com

+ – falecido a

c. – cerca de

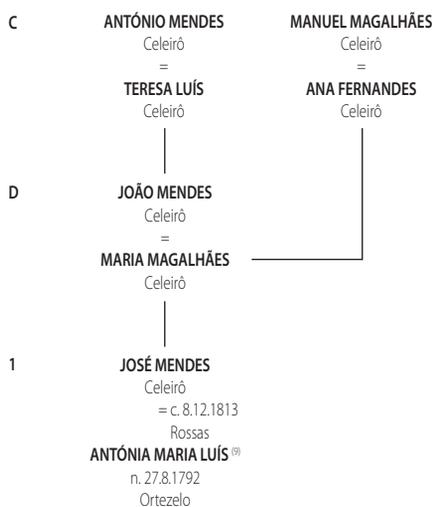
⊥ – sem geração

□ – da administração

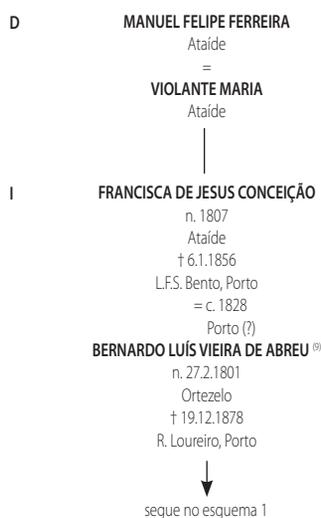
^(a) vem do esquema 1 a | ⁽²⁾ vem do esquema 1 b | ⁽³⁾ vem do esquema 1 c | ⁽⁴⁾ vem do esquema 1 d | ⁽⁵⁾ vem do esquema 1 e | ⁽⁶⁾ vem do esquema 1 f | ⁽⁷⁾ vem do esquema 1 g | ⁽⁸⁾ vem do esquema 1 h | ⁽⁹⁾ vem do esquema 1 i | ⁽¹⁰⁾ vem do esquema 1 j | ⁽¹¹⁾ vem do esquema 1 k | ⁽¹²⁾ vem do esquema 1 m



Esquema 1 a



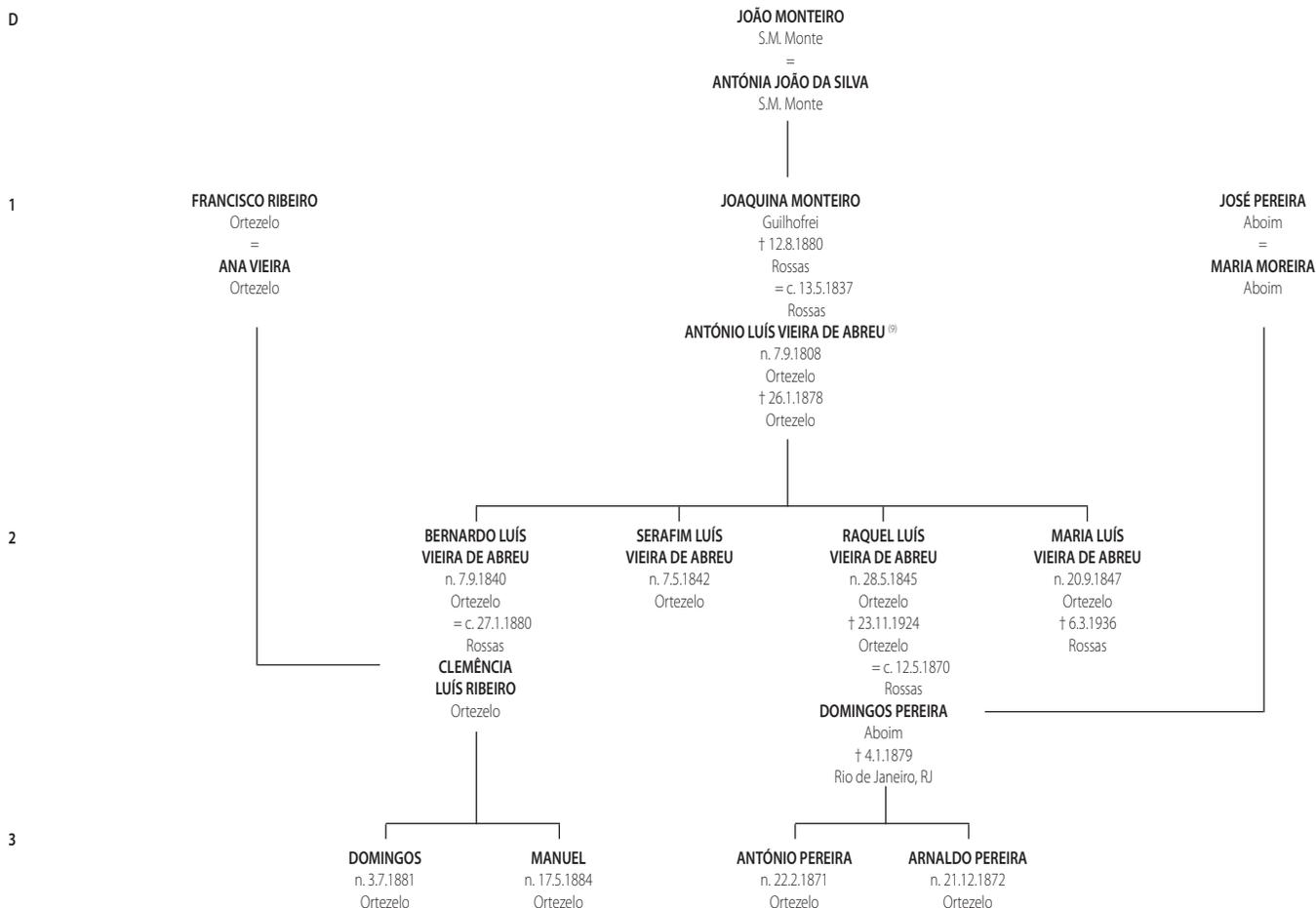
Esquema 1 b



Esquema 1 c



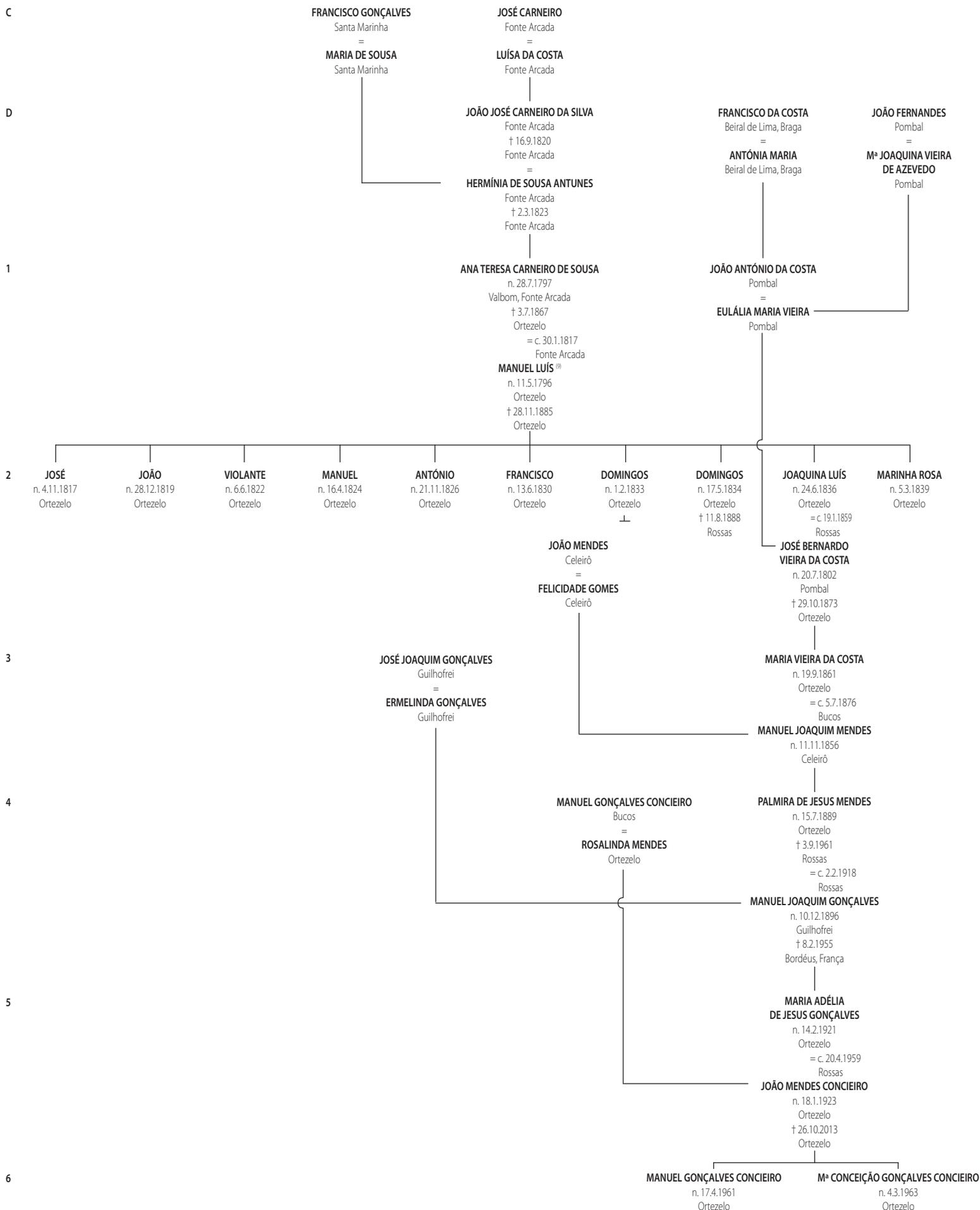
Esquema 1d



A a D + 1 a 6 – indicação de gerações
 n. – nascido a
 = – casado com
 † – falecido a
 c. – cerca de
 ⊥ – sem geração
 □ – da administração

⁽⁹⁾ vem do esquema 1

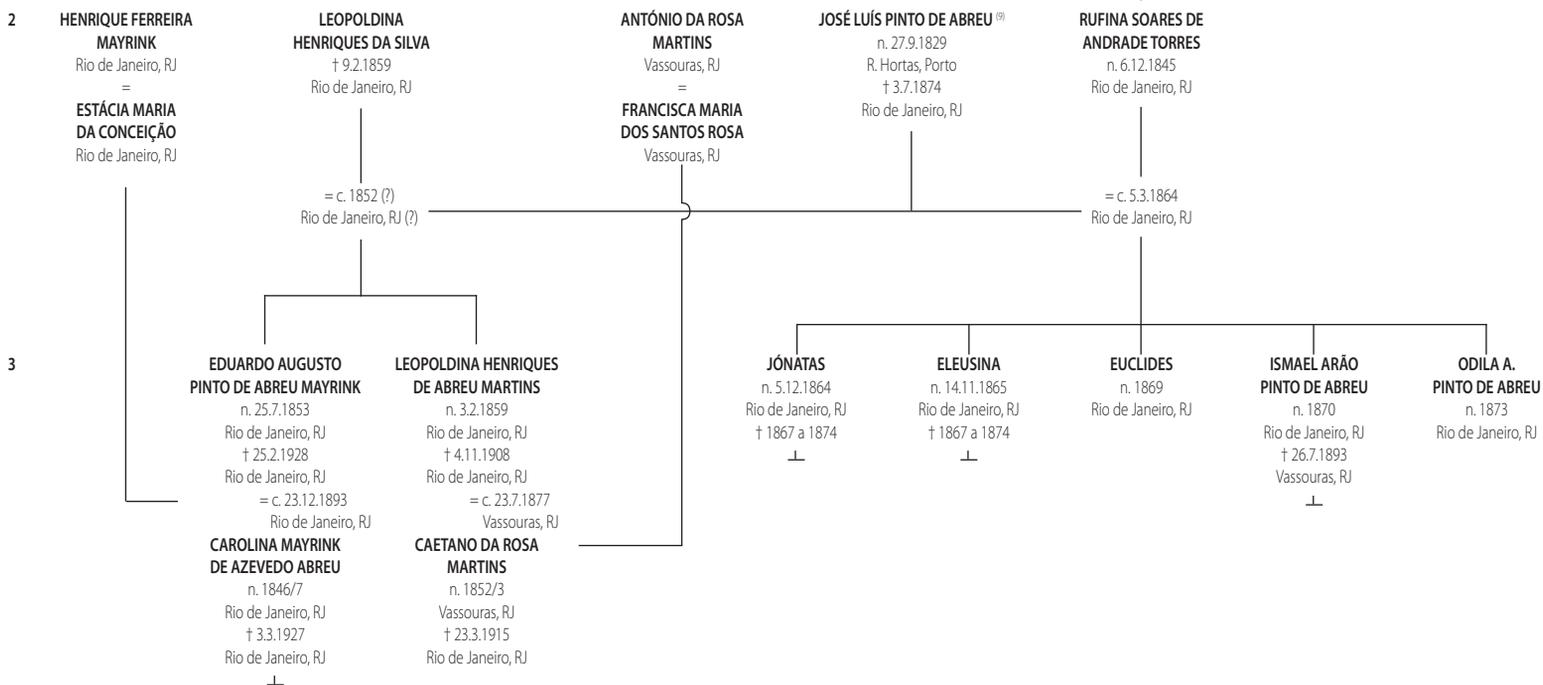
Esquema 1 e



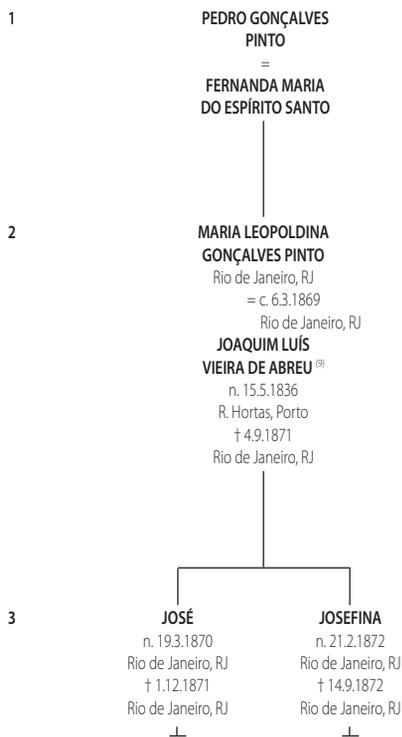
^(R) vem do esquema 1

Esquema 1 f

1



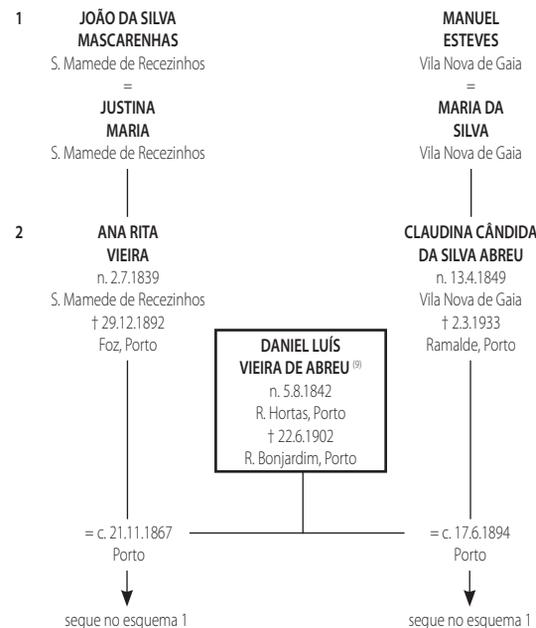
Esquema 1 g



Esquema 1 h



Esquema 1 i



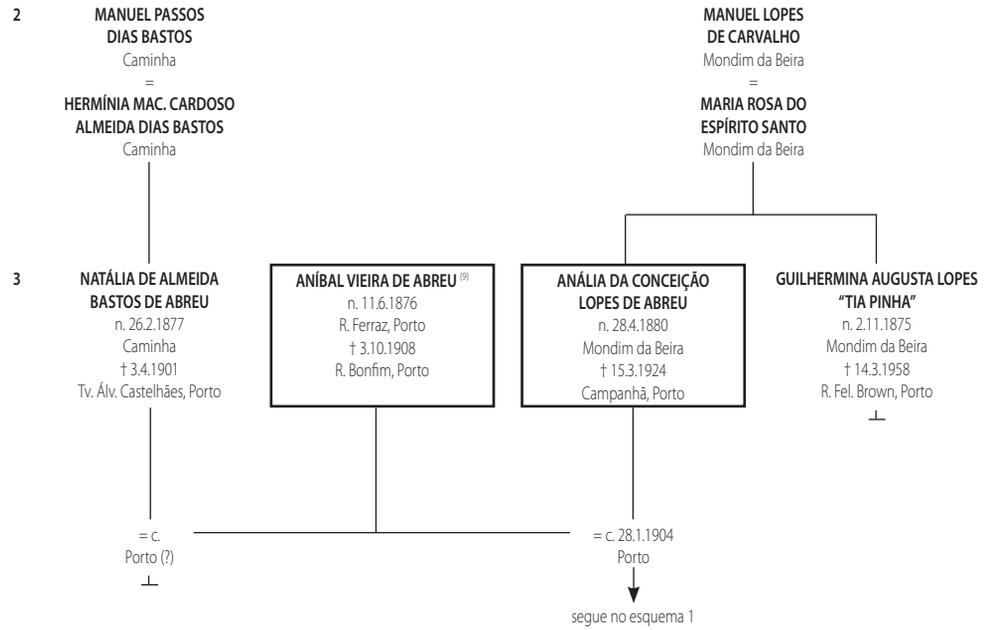
A a D + 1 a 6 – indicação de gerações
 n. – nascido a
 = – casado com
 † – falecido a
 c. – cerca de
 ⊥ – sem geração
 □ – da administração

⁹⁹ vem do esquema 1

Esquema 1 j



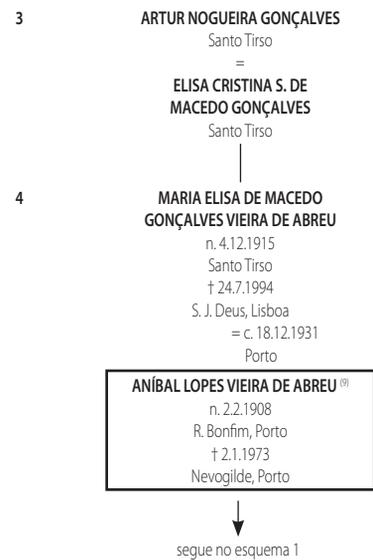
Esquema 1 k



Esquema 1 l



Esquema 1 m



⁽⁹⁾ ver do esquema 1

ANEXO II

ANO DE ABERTURA DAS DEPENDÊNCIAS
DO GRUPO ABREU

Ano de abertura das dependências do Grupo Abreu

ANO	LOCAL
1840	PORTUGAL – Porto – Rua do Loureiro
1959	PORTUGAL – Porto – Avenida dos Aliados
1962	PORTUGAL – Lisboa – Avenida da Liberdade
1964	PORTUGAL – Coimbra – Rua da Sota
1970	BRASIL – Rio de Janeiro, RJ – Rua México
1970	BRASIL – São Paulo, SP – Avenida São João
1972	PORTUGAL – Faro – Rua Conselheiro Bivar
1973	BRASIL – Recife, PE – Avenida Guararapes
1974	PORTUGAL – Faro – Avenida da República
1974	U.S.A. – New York – E 42th Street – Manhattan
1975	BRASIL – Porto Alegre, RS – Rua dos Andradas
1976	ESPAÑA – Madrid – Calle Virgen de los Peligros
1977	PORTUGAL – Funchal – Avenida do Infante (Ilha da Madeira)
1977	GRÃ-BRETANHA – London – Westbourne Grove – W2
1977	MÉXICO – México, DF – Paseo de la Reforma
1977	VENEZUELA – Caracas – Avenida Casanova
1977	ARGENTINA – Buenos Aires – Calle Florida
1977	BRASIL – Salvador, BA – Rua Visconde do Rosário – Comércio
1980	ESPAÑA – Madrid – Calle Génova
1981	BRASIL – Belo Horizonte, MG – Rua Goitacazes
1981	PORTUGAL – Lisboa – Avenida de Roma
1981	BRASIL – Curitiba, PR – Rua XV de Novembro
1982	PORTUGAL – Porto – Rua Eugénio de Castro – Foco
1982	PORTUGAL – Portimão – Rua Infante D. Henrique
1983	BRASIL – São Paulo, SP – Avenida Faria Lima
1983	PORTUGAL – Braga – Avenida Central
1983	PORTUGAL – Almada – Rua de Olivença – Centro
1983	PORTUGAL – Lisboa – Aeroporto de Lisboa – Carga
1984	PORTUGAL – Maia – Aeroporto Francisco Sá Carneiro – Carga
1984	PORTUGAL – Porto – Rua Oliveira Martins – Antas
1984	PORTUGAL – Guimarães – Avenida D. João IV
1984	PORTUGAL – Lisboa – São Domingos de Benfica – Benfica
1984	PORTUGAL – Aveiro – Avenida Dr. Lourenço Peixinho
1984	PORTUGAL – Cascais – Edifício do Hotel Estoril Sol
1984	PORTUGAL – Leiria – Rua Mouzinho de Albuquerque – Mercado
1984	BRASIL – Rio de Janeiro, RJ – Avenida Visconde de Pirajá – Ipanema
1984	BRASIL – Campinas, SP – Rua Conceição
1985	PORTUGAL – Viseu – Avenida Calouste Gulbenkian
1988	BRASIL – São Paulo, SP – Rua Dr. César – Santana
1989	PORTUGAL – Amadora – Rua Dr. António Correia
1990	PORTUGAL – Maia – Zona Industrial da Maia 1 – Carga
1991	PORTUGAL – Póvoa de Varzim – Avenida Mouzinho de Albuquerque

ANO	LOCAL
1991	PORTUGAL – Setúbal – Rua Cláudio Lagrange
1994	PORTUGAL – Lisboa – Rua Infanteria 16 – Campo de Ourique
1995	PORTUGAL – Linda-a-Velha – Avenida 25 de Abril (Oeiras)
1995	PORTUGAL – Linda-a-Velha – Avenida 25 de Abril (Oeiras) – Carga
1995	BRASIL – São Paulo, SP – Rua Joaquim Floriano – Itaim Bibi
1996	PORTUGAL – Tagus Park – Núcleo Central do Tagus Park (Oeiras)
1996	PORTUGAL – Vila Franca de Xira – Av. Combatentes da Grande Guerra
1996	PORTUGAL – Vila Nova de Famalicão – Avenida General Humberto Delgado
1996	PORTUGAL – Vila Nova de Gaia – Arrábida Shopping
1996	BRASIL – Rio de Janeiro, RJ – Torre Rio Sul – Botafogo
1997	PORTUGAL – Viana do Castelo – Praça da República
1998	PORTUGAL – Quinta da Fonte – Estrada de Paço de Arcos (Oeiras)
1998	PORTUGAL – Lisboa – Rua António Augusto Aguiar
1998	PORTUGAL – Lisboa – Rua Marquês de Tomar
1998	PORTUGAL – Algés – Rua Damião de Góis (Lisboa)
1998	PORTUGAL – Espinho – Rua 19
1998	PORTUGAL – Lisboa – Aeroporto da Portela (chegadas)
1998	PORTUGAL – Linda-a-Velha – Loja Abreu Direto (Oeiras)
1998	PORTUGAL – Ponta Delgada – Rua dos Mercadores (Açores – Ilha de São Miguel)
1999	PORTUGAL – Cascais – Avenida 25 de Abril
1999	PORTUGAL – Barcelos – Avenida da Liberdade
1999	PORTUGAL – Angra do Heroísmo – Rua Direita (Açores – Ilha Terceira)
1999	PORTUGAL – Horta – Largo do Infante (Açores – Ilha do Faial)
1999	PORTUGAL – Lisboa – Avenida Álvares Cabral – Jardim da Estrela
1999	PORTUGAL – Évora – Rua da Misericórdia
1999	PORTUGAL – Parede – Rua José Relvas (Cascais)
1999	PORTUGAL – Ponta Delgada – Avenida (Açores – Ilha de São Miguel)
1999	PORTUGAL – Ribeira Grande – Rua São Francisco (Açores – Ilha de São Miguel)
1999	PORTUGAL – Maia – Rua Padre António
2000	PORTUGAL – Matosinhos – Avenida da República
2000	PORTUGAL – Lisboa – Avenida Dr. Francisco Gentil Martins – Telheiras
2000	PORTUGAL – Santo Tirso – Rua Dr. António Augusto Pires de Lima
2000	PORTUGAL – Lisboa – Avenida da Liberdade II
2000	PORTUGAL – Lisboa – Rua da República do Paraguai – Lumiar
2000	PORTUGAL – Lisboa – Estrada da Luz – Laranjeiras
2000	PORTUGAL – Barreiro – Rua Alfredo da Silva
2000	PORTUGAL – Covilhã – Avenida do Anil
2000	PORTUGAL – Braga – Centro Comercial St.ª Bárbara
2000	PORTUGAL – Santa Cruz – Aeroporto da Madeira (Ilha da Madeira) – Carga
2000	PORTUGAL – Funchal – Caminho Velho da Chamorra (Ilha da Madeira) – Carga
2001	PORTUGAL – Gondomar – Largo de Santo António
2001	PORTUGAL – Lisboa – Praça de Londres
2001	PORTUGAL – Amadora – Avenida Santos Matos

ANO	LOCAL
2001	PORTUGAL – Paredes – Rua Serpa Pinto
2001	PORTUGAL – Porto – Campus São João
2001	PORTUGAL – Vila do Conde – Avenida Dr. João Canavarro
2001	PORTUGAL – Lisboa – Portas de Benfica – Benfica
2001	PORTUGAL – Lisboa – Praça Duque da Terceira – Cais do Sodré
2001	PORTUGAL – Caldas da Rainha – Avenida 1.º de Maio
2002	PORTUGAL – Porto – Centro Comercial do Bom Sucesso
2002	PORTUGAL – São João da Madeira – Avenida Dr. Renato Araújo
2002	PORTUGAL – Portimão – Rua Pé da Cruz
2002	PORTUGAL – Vila Nova de Gaia – Rua Marquês de Sá da Bandeira
2002	PORTUGAL – Crestins – Rua Vasconcelos Costa (Maia) – Carga
2003	PORTUGAL – Santa Iria da Azóia – Avenida Santa Iria (Loures) – Carga
2003	PORTUGAL – Estoril – Avenida Aida
2003	PORTUGAL – Lisboa – Avenida D. João II – Parque das Nações
2003	PORTUGAL – Carregado – Campera Shopping (Alenquer)
2003	PORTUGAL – Santa Iria da Azóia – Avenida Santa Iria (Loures)
2003	PORTUGAL – Lagoas Park – Galeria Comercial Lagoas Park (Oeiras)
2003	PORTUGAL – Lisboa – Rua Artilharia Um
2003	PORTUGAL – Vila Real – Avenida Carvalho Araújo
2004	PORTUGAL – Sintra – Avenida Heliodoro Salgado
2004	PORTUGAL – Felgueiras – Praça da Comunidade Lusíada
2004	PORTUGAL – Portalegre – Rua D. Nuno Álvares Pereira
2004	PORTUGAL – Marco de Canaveses – Rua Eusébio da Silva Ferreira
2004	PORTUGAL – Castelo Branco – Avenida Nuno Álvares
2005	PORTUGAL – Lisboa – Cooperativa dos Bancários
2005	PORTUGAL – Funchal – Caminho da Penteada – Tecnopolo
2005	PORTUGAL – Ponta Delgada – Valados (Açores – Ilha de São Miguel) – Carga
2006	PORTUGAL – Estoril – CascaiShopping
2006	PORTUGAL – Lisboa – Amoreiras Shopping
2006	PORTUGAL – Coimbra – Avenida João de Deus Ramos – Solum
2006	PORTUGAL – Cascais – Avenida Combatentes da Grande Guerra
2006	PORTUGAL – Lisboa – Monumental Shopping
2006	PORTUGAL – Braga – Centro Comercial Braga Parque
2007	PORTUGAL – Porto – Rua Arquitecto Cassiano Barbosa
2007	PORTUGAL – Torres Vedras – Avenida General Humberto Delgado
2007	PORTUGAL – Praia da Vitória – Rua da Alfândega (Açores – Ilha Terceira)
2007	PORTUGAL – Viseu – Rua do Palácio do Gelo
2007	PORTUGAL – Lisboa – Rua do Carmo – Chiado
2007	PORTUGAL – Funchal – Centro Comercial Dolce Vita (Ilha da Madeira)
2007	PORTUGAL – Matosinhos – Norte Shopping
2007	PORTUGAL – Leiria – Avenida Marquês de Pombal
2007	PORTUGAL – Porto – Shopping Via Catarina
2007	PORTUGAL – Quinta do Conde – Praceta da Juventude (Almada)

ANO	LOCAL
2007	PORTUGAL – Moita – Rua Dr. Alexandre Sequeira
2007	PORTUGAL – Lisboa – Rua do Carmo
2007	PORTUGAL – Ponta Delgada – Av. D. João III (Açores – Ilha de São Miguel)
2007	PORTUGAL – Fátima – Avenida Beato Nuno
2007	PORTUGAL – Vila Nova de Santo André – Avenida Manuel da Fonseca
2007	PORTUGAL – Vila Nova de Gaia – Gaia Shopping
2007	PORTUGAL – Lisboa – Shopping Picoas Plaza
2007	PORTUGAL – Albufeira – Algarve Shopping
2007	PORTUGAL – Guarda – Avenida Cidade Safed
2008	PORTUGAL – Póvoa de Lanhoso – Largo Eng.º Armando Rodrigues
2008	PORTUGAL – Madalena – Rua da Madalena (Açores – Ilha do Pico)
2008	PORTUGAL – Paço de Arcos – Rua Costa Pinto (Oeiras)
2008	PORTUGAL – Santa Maria da Feira – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro
2008	PORTUGAL – Corroios – Avenida 25 de Abril (Seixal)
2008	PORTUGAL – Porto – Centro Comercial Dolce Vita Porto
2008	PORTUGAL – Coimbra – Alameda Armando Gonçalves – Celas
2008	PORTUGAL – Cascais – Casa da Guia
2008	PORTUGAL – Beja – Rua da Liberdade
2008	PORTUGAL – Bragança – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2008	PORTUGAL – Lisboa – Aeroporto (partidas)
2008	PORTUGAL – Águeda – Avenida Dr. Eugénio Ribeiro
2008	PORTUGAL – Barreiro – Rua Stara Zagora
2008	PORTUGAL – Torres Novas – Avenida 8 de Julho
2008	PORTUGAL – Figueira da Foz – Avenida 25 de Abril
2008	PORTUGAL – Matosinhos – Mar Shopping
2008	PORTUGAL – Penafiel – Avenida José Júlio
2008	PORTUGAL – Porto – Rua do Crasto – Foz
2008	PORTUGAL – Lisboa – Centro Comercial Colombo
2008	PORTUGAL – Seixal – RioSul Shopping
2009	PORTUGAL – Maia – Aeroporto Francisco Sá Carneiro
2009	PORTUGAL – Odivelas – Centro Comercial Odivelas Parque
2009	PORTUGAL – Santarém – Quinta de São Roque
2009	PORTUGAL – Barreiro – Centro Comercial Fórum
2009	PORTUGAL – Almada – Fórum Almada
2009	PORTUGAL – Amarante – Rua Cândido dos Reis
2009	PORTUGAL – Amadora – Centro Comercial Dolce Vita Tejo
2010	PORTUGAL – Mafra – Rua José Elias Garcia
2010	PORTUGAL – Coimbra – Centro Comercial Fórum Coimbra
2010	PORTUGAL – Oliveira de Azeméis – Rua Dr. Aníbal Bezeza
2010	PORTUGAL – Guimarães – Centro Comercial Espaço Guimarães
2010	PORTUGAL – Montijo – Centro Comercial Fórum Montijo
2010	PORTUGAL – Maia – Centro Comercial Maia Shopping
2010	PORTUGAL – Loures – Centro Comercial Loures Shopping

ANO	LOCAL
2010	PORTUGAL – Oeiras – Centro Comercial Oeiras Parque
2010	PORTUGAL – Santa Cruz – Aeroporto (Ilha da Madeira)
2010	PORTUGAL – Funchal – Avenida das Madalenas (Ilha da Madeira)
2010	PORTUGAL – Cacém – Avenida dos Bons Amigos, Aqualva (Sintra)
2010	PORTUGAL – Aveiro – Centro Comercial Glicínias
2010	PORTUGAL – Setúbal – Avenida Bento Gonçalves
2010	PORTUGAL – Horta – Zona Ind. Stª Bárbara (Açores – Ilha do Faial) – Carga
2010	PORTUGAL – Angra do Heroísmo – Cam. Justa (Açores – Ilha Terceira) – Carga
2011	PORTUGAL – Lisboa – Avenida da Igreja – Alvalade
2011	PORTUGAL – Pombal – Largo 25 de Abril
2011	PORTUGAL – Sintra – Centro Comercial Fórum Sintra
2011	PORTUGAL – Lisboa – Centro Comercial Vasco da Gama
2011	PORTUGAL – Abrantes – Rua Monteiro Lima
2011	PORTUGAL – Covilhã – Centro Comercial Serra Shopping
2011	PORTUGAL – Lisboa – Rua Elias Garcia
2011	ANGOLA – Luanda – Rua Robert Shields – Ingombotas
2011	ANGOLA – Luanda – Avenida 4 de Fevereiro – Carga
2011	BRASIL – Recife, PE – Avenida Eng.º Domingos Ferreira
2011	BRASIL – Rio de Janeiro, RJ – Shopping Rio Sul
2012	U.S.A. – Orlando – Major Center Plaza
2012	PORTUGAL – Alfragide – Centro Comercial Alegro (Amadora)
2012	PORTUGAL – Chaves – Rua Terreiro da Cavalaria
2012	PORTUGAL – Coimbra – Centro Comercial Dolce Vita Coimbra
2012	PORTUGAL – Lisboa – Galeria Comercial do Campo Pequeno
2012	BRASIL – Porto Alegre – Avenida Dr. Nilo Peçanha
2012	BRASIL – São Paulo, SP – Shopping Morumbi
2012	BRASIL – Belo Horizonte, MG – Rua Sergipe
2013	ANGOLA – Luanda – Via Al. 16 – Talatona
2013	PORTUGAL – Rio Tinto – Centro Comercial Parque Nascente (Gondomar)
2013	BRASIL – São Paulo, SP – Shopping Higienópolis
2013	PORTUGAL – Maia – Rua Eng.º Frederico Ulrich – Tcmaia
2013	PORTUGAL – Lisboa – Avenida Prof. João Barreira – Telheiras
2014	PORTUGAL – Ponta Delgada – Parque Atlântico (Açores – Ilha de São Miguel)
2014	PORTUGAL – Funchal – Madeira Shopping (Ilha da Madeira)
2014	PORTUGAL – Vila Real – Centro Comercial Dolce Vita Douro
2014	BRASIL – São Paulo, SP – Alameda Santos
2014	BRASIL – São Paulo, SP – Shopping Anália Franco
2014	PORTUGAL – Espinho – Rua 20
2014	GRÃ-BRETANHA – London – Putney High Street
2014	BRASIL – Rio de Janeiro, RJ – Barra Shopping

CRONOLOGIA

Da Agência Abreu**1801**

A 27 de fevereiro, Bernardo Luís Vieira de Abreu nasce na freguesia de Rossas, concelho Vieira do Minho, filho de José Luís Gonçalves Vieira e de Teresa de Abreu.

1819

Provável ano em que Bernardo de Abreu emigra para o Brasil.

1828

Em agosto, nasce António Luís Vieira de Abreu, filho primogénito de Bernardo Luís Vieira de Abreu.
Bernardo Luís Vieira de Abreu casa no final do ano com Francisca de Jesus, natural de Amaranthe, filha de Manuel Filipe Ferreira e de Violante Maria.

1837

Bernardo de Abreu passa a residir no n.º 182 da Rua das Hortas, cidade do Porto (atual zona do Largo dos Loios e início da Rua do Almada). O seu nome surge entre os “negociantes nacionais” da praça do Porto.

1840

Bernardo de Abreu funda a Agência Abreu, com sede no Porto, na Rua do Loureiro, cuja finalidade era a venda de passagens para o Brasil, assim como a solicitação de passaportes.

1842

Nasce, na cidade do Porto, Daniel Luís Vieira de Abreu, nono filho de Bernardo Luís Vieira de Abreu e seu sucessor na condução dos negócios.
Bernardo de Abreu reside no n.º 73 da Rua das Hortas.
José Luís Pinto de Abreu, filho de Bernardo de Abreu, parte para o Brasil, com apenas 13 anos.

Da História de Portugal**1801**

A 27 de fevereiro, Espanha declara guerra a Portugal – a Guerra das Laranjas –, em sequência do ultimato franco-espanhol a Portugal, que requeria o abandono da aliança inglesa e o fecho dos portos aos navios britânicos.

1819

A 4 de Abril nasce a futura Rainha D. Maria II, filha de D. Pedro IV.

1828

O infante Miguel dissolve as Cortes e a Câmara dos Deputados, nomeando em seguida uma Junta para preparar a convocação da antiga Assembleia dos Três Estados do Reino (clero, nobreza e povo), que se viria a reunir entre 23 e 25 de junho, sendo aí o infante aclamado como rei absoluto. Segue-se um período de repressão, instabilidade política e guerra civil.

1837

O Governo manda publicar a primeira pauta de direitos alfandegários (pauta de Passos Manuel). As taxas alfandegárias sobre a exportação de produtos nacionais baixam de 8% para 1%.
Nova Reforma da organização judiciária.

1840

A Lei das Rolhas, de Costa Cabral, limita a liberdade de imprensa.
É realizada a Exposição Industrial Portuguesa.

1842

Golpe de Estado de Costa Cabral. Forma-se o primeiro Governo cartista presidido pelo duque da Terceira, com Cabral na pasta do Reino. É publicado um novo Código Administrativo, a 18 de março.
O Código Administrativo de 1842 regulamenta a concessão de passaportes para o exterior do Reino (18.3.1842).

Da Agência Abreu**Da História de Portugal****1844**

António Luís Vieira de Abreu, filho mais velho de Bernardo de Abreu, emigra para o Brasil, com passaporte abonado pelo seu pai.

1844

Reforma do ensino e publicação de um decreto a compelir os pais dos menores de sete a quinze anos a mandar os seus filhos para a escola.

1847

Bernardo de Abreu surge como residente no n.º 68 da Rua das Hortas, na cidade do Porto.

1847

Convenção do Gramido, que põe fim à guerra civil, obrigando os revoltosos da Patuleia a depor as armas, mas sem perda de direitos e honrarias.

1848

Bernardo Luís Vieira de Abreu é dado como residente no Largo das Freiras de São Bento, n.º 9, na cidade do Porto.

1848

Criação da Carbonária Lusitana, sociedade secreta de caráter conspirativo, fundada em Coimbra, adversária do clericalismo e identificada com os valores do republicanismo.

1852

José Luís Pinto de Abreu casa no Rio de Janeiro com Leopoldina Henriques da Silva Abreu, natural da mesma cidade.

1852

A 30 de agosto é criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que tem como primeiro titular António Maria Fontes Pereira de Melo.

1856

A 6 de janeiro, morre Francisca de Jesus Abreu, mulher de Bernardo de Abreu, com 48 anos.

1856

Inauguração do primeiro troço dos caminhos-de-ferro portugueses, de Lisboa ao Carregado. Inauguração da rede oficial de telégrafo elétrico.

1858

Bernardo de Abreu e Domingos de Abreu aparecem como abonadores de emigrantes em diversos passaportes.

Bernardo de Abreu abona o seu filho Domingos Luís Vieira de Abreu, com 20 anos de idade, caixeiro, solteiro, não engajado, que parte para a Bahia, Brasil. Aporta na costa baiana a 3 de agosto, juntamente com o seu irmão Eduardo.

1858

Concordata com a Santa Sé sobre o Padroado Português no Oriente, criticada por Alexandre Herculano.

A Companhia União Mercantil estabelece as primeiras carreiras regulares a vapor da metrópole para Angola. Existem no país três estabelecimentos bancários.

1860

No *Almanaque Comercial, Fabril, Judicial, Administrativo e Militar do Porto e seu Distrito para 1861-1862*, Bernardo de Abreu surge inscrito como negociante da cidade do Porto e com endereço na Rua do Loureiro, n.º 80. A partir deste ano, Bernardo Luís Vieira de Abreu aparece com cada vez maior regularidade como abonador de titulares de passaportes.

1860

Fundação da Associação Industrial Portuguesa. Suprimidos os morgados e capelas ainda existentes.

Criação da contribuição industrial pessoal, que agrava os impostos sobre as pequenas empresas.

1862

Um dos filhos de Bernardo de Abreu, José Luís Pinto de Abreu, encontra-se a residir no Rio de Janeiro, há 20 anos, provavelmente negociante e representante dos negócios de Bernardo Luís Vieira de Abreu.

1862

Proibição do funcionamento das congregações religiosas.

Criação da Associação Civilização Popular, de luta contra o analfabetismo entre os trabalhadores.

Da Agência Abreu**1867**

Bernardo de Abreu reside na Rua do Loureiro n.ºs 75 a 79, numa morada de casas de dois andares e águas-furtadas.

Ação cominatória em que é autor Bernardo de Abreu e ré Margarida de Cartona de Sousa Silva, a propósito de um prédio contíguo ao seu, pertença desta, que ameaçava desabar sobre a sua morada.

A 21 de novembro, Daniel de Abreu, que virá a suceder ao seu pai, Bernardo de Abreu, casa-se na paróquia de Cedofeita com Ana Rita Vieira, natural de Penafiel, de quem virá a ter sete filhos.

1870

Daniel de Abreu começa a dirigir o negócio do seu pai.

1875

Bernardo Luís Vieira de Abreu faz testamento, dele constando quatro herdeiros: três filhos, Daniel de Abreu, a residir no Porto, Eduardo de Abreu, a residir na Bahia, e Adelina de Abreu Ferreira Pinto, a residir no Porto; e a nora, Rufina Soares Torres de Abreu, com filhos, residentes no Rio de Janeiro e órfãos de pai, José de Abreu, falecido no ano anterior.

1876

Nasce, no Porto, Aníbal Vieira de Abreu, filho de Daniel Luís Vieira de Abreu e Claudina Cândida da Silva, e neto de Bernardo Luís Vieira de Abreu, e que sucederá ao pai e avô na condução da Agência Abreu.

1878

A 18 de dezembro, Bernardo de Abreu, ainda negociante na cidade do Porto, morre na sua casa na Rua do Loureiro n.º 75 a 79, na sequência de uma epidemia de tifo. O seu filho Daniel, único que não parte para o Brasil, permanecendo na cidade do Porto, garante a condução dos negócios.

1882

Um anúncio publicado em *O Primeiro de Janeiro* publicita a "Antiga Agência de Passaportes" liderada por Daniel de Abreu, sita na Rua do Loureiro, n.ºs 56-58.

Da História de Portugal**1867**

É abolida a pena de morte para os crimes civis. Publicação do diploma que regulamenta o imposto de consumo (sisa).

Na Exposição Universal de Paris, o Vinho do Porto aparece pela primeira vez em competições internacionais e recebe 30 prémios.

Nova convenção peninsular, assinada e aprovada em 25 de junho entre Portugal e Espanha para a recíproca entrega de malfeitores, desertores e prófugos do serviço militar.

1870

É autorizado o ensino livre nos níveis primário, secundário e superior.

1875

Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, que se vai tornar o fulcro do renascimento colonial português.

Início da construção da ponte ferroviária D. Maria Pia, entre o Porto e Vila Nova de Gaia, da autoria de Gustave Eiffel.

Eça de Queirós publica *O Crime do Padre Amaro*.

1876

Primeiro Diretório do Partido Republicano. Nascimento do Partido Progressista, surgido da fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista, na sequência do Pacto da Granja.

1878

Rodrigues de Freitas torna-se o primeiro deputado republicano a ser eleito para a Câmara dos Deputados.

Em Lisboa, fazem-se as primeiras experiências de iluminação elétrica.

O recenseamento da população portuguesa indica um total de 4 160 315 habitantes.

1882

Concluídas as linha da Beira Alta e a linha do Minho a Valença.

Manuel de Arriaga conclui o *Projeto de Organização Definitiva do Partido Republicano*.



Da Agência Abreu**1883**

Daniel de Abreu surge na qualidade de capelista, no recenseamento de ruas da freguesia da Sé.

Daniel de Abreu Júnior, filho de Daniel de Abreu, com apenas 13 anos, torna-se administrador da revista de índole literária *O Eco da Juventude*, publicada no Porto entre janeiro e abril deste ano.

1887

Um anúncio do *Novo Almanaque Portuense* publicita que a firma de Daniel de Abreu trata de “casamentos e assuntos relacionados”, dispensas militares e “passagens para os portos do Brasil e Rio da Prata”.

1889

O *Boletim Anunciador*, periódico do Porto, propriedade do filho mais velho de Daniel de Abreu, Daniel de Abreu Júnior, publica anúncios em grande formato da “Casa Daniel Luiz Vieira d’Abreu”.

Aníbal Vieira de Abreu, filho mais velho da relação informal de Daniel de Abreu com Claudina da Silva, e futuro sucessor na condução da Casa Abreu, emigra para o Brasil.

1890

Daniel de Abreu transfere a Agência Abreu do n.º 56-58 da Rua do Loureiro para o n.º 5 da mesma artéria, “ao pátio das Freiras”.

Daniel de Abreu Júnior funda o periódico *Gazeta de Notícias*, sediado na Rua do Loureiro, que se publicará até 1904.

1891

A Casa Abreu anuncia passagens gratuitas para o Brasil, “tanto a famílias como a pessoas solteiras”.

1892

A 21 de novembro, morre Ana Rita Vieira, mulher de Daniel de Abreu.

Da História de Portugal**1883**

Portugal assina a Convenção da União de Paris para defesa e proteção das marcas de origem. Luciano Cordeiro publica *Emigração – Relatório e Projeto de Regulamento*.

1887

É concluída a linha férrea do Douro. Cesário Verde publica *O Livro de Cesário Verde*. Eça de Queiroz publica *A Relíquia*.

1889

Morte de Luís I. Início do reinado de Carlos I. A Linha Férrea do Sul chega a Faro. Iluminação elétrica da Avenida da Liberdade, em Lisboa. Nasce António de Oliveira Salazar.

1890

Ultimato inglês, que exige de Portugal a renúncia ao território que liga Angola a Moçambique. Alfredo Keil compõe *A Portuguesa*, que se tornará o hino nacional da República.

1891

Revolta republicana no Porto (31 de Janeiro). Aprovação da lei que fixa a jornada de trabalho em oito horas e a tarifa de salários mínimos.

1892

Publicação de um conjunto de medidas com vista ao saneamento financeiro do país, da responsabilidade do ministro das Finanças, Oliveira Martins.

Da Agência Abreu**1893**

Por edital de 18 de julho, o governador civil do Porto determina que não se podem estabelecer no distrito agências de emigração ou de passaportes nem continuar as que já existiam sem que os seus proprietários obtivessem licença concedida por aquele Governo Civil. Na sequência deste edital, a 2 de agosto, Daniel de Abreu comparece no Governo Civil, declarando não poder comprovar que é um simples agente de concessão de bilhetes de transporte, uma vez que não tem contrato escrito com qualquer companhia de navegação, limitando-se a sua atividade à entrega de bilhetes de algumas companhias.

Daniel de Abreu faz publicar um esclarecimento onde afirma que “a sua antiga casa de agência das companhias de paquetes para o Brasil continua estabelecida na Rua do Loureiro n.º 5, e que nada tem de comum com a nova casa de Daniel & Filhos, da Praça da Batalha”.

Daniel de Abreu cria o Centro Mercantil, Industrial e Agrícola, com escritório na Rua do Loureiro, 106, com o objetivo de promover a venda de “todos os artigos que lhe sejam enviados, tanto no Porto e Lisboa, como nas principais terras do país e estrangeiro, onde tem agentes e correspondentes”.

1894

A 17 de junho, Daniel de Abreu casa em segundas núpcias com Claudina Cândida da Silva, natural de Vila Nova de Gaia, com quem já vivia em união de facto e de quem teve seis filhos, pouco tempo depois legitimados. Indicam como residência a Rua Gonçalo Cristóvão, no Porto.

1895

Daniel de Abreu transfere a Agência Abreu para o n.º 72-74 da Rua do Loureiro, em frente à igreja do convento de São Bento, demolido no ano seguinte para dar lugar à Estação de São Bento.

O decreto de 6 de fevereiro reitera que todo o indivíduo que represente, numa cidade, agentes ligados à emigração ou companhias de navegação, terá de ser coletado como agente de emigração ou de passaportes, o que inclui Daniel de Abreu.

Da História de Portugal**1893**

Em fevereiro, demite-se o segundo governo de Dias Ferreira, substituído por Hintze Ribeiro.

Publicação do decreto sobre a criação das bolsas de trabalho.

Regulamento sobre o trabalho das mulheres e dos menores, fixando a idade mínima para início da vida laboral nos 16 anos para os homens e 21 para as mulheres.

Lei limitando a liberdade de reunião, a obrigar os promotores de reuniões a informar com antecedência os governadores civis ou administradores dos concelhos.

Decreto de Bernardino Machado que, no sentido de tentar resolver o problema do despovoamento no Alentejo, prevê a instalação de colónias agrícolas nos terrenos incultos do Estado.

Os círculos republicanos conseguem eleger três deputados (Lisboa, Porto e Santiago do Cacém), mas o Rei decide dissolver o Parlamento e marcar novas eleições para o ano seguinte.

Bento Carqueja publica *A Liberdade de Imprensa*.

1894

Criação da primeira fábrica de cimento em Portugal, a *Fábrica Tejo*, em Alhandra.

Aprovação do decreto de Hintze-Franco que dissolve as associações Comercial, Industrial Portuguesa e dos Lojistas de Lisboa.

1895

A emigração de Portugal para o Brasil atinge as 44 000 saídas, o valor mais elevado em todo o século XIX.

Concessão da autonomia administrativa aos Açores.

Reforma do ensino secundário, de Jaime Moniz, que acentua o pendor humanístico do plano de estudos, valorizando as línguas vivas e o latim em detrimento das ciências exatas e naturais.



Da Agência Abreu**Da História de Portugal****1896**

O *Almanaque do Porto e seu Distrito* associa à Agência Abreu um outro endereço comercial, na Rua da Liberdade, n.º 56.

Pela primeira vez, um anúncio publicado na *Gazeta de Notícias* apresenta a Casa de Daniel de Abreu primeiramente como agência de passaportes e, em segundo plano, como agência das companhias de pacotes para os portos do Brasil.

Aníbal Vieira de Abreu, entretanto legitimado pelo seu pai, regressa do Brasil.

1896

Lei de João Franco visando a repressão do movimento operário.

Ato adicional à Carta Constitucional.

Atentado anarquista contra o Rei D. Carlos.

Aprovação da lei contra os anarquistas.

Primeiro espetáculo público de cinema em Portugal, no Teatro do Príncipe Real, no Porto.

1898

Daniel de Abreu Júnior entra em concorrência direta com o seu pai, abrindo uma agência comercial na Rua da Batalha n.º 36-1.º, sendo encarregado pelas companhias de navegação da entrega e venda de bilhetes de transporte ou passagens e de passaportes

1898

Decreto de Elvino de Brito sobre segurança e higiene no trabalho.

É criada a Direção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais.

Tratado anglo-germânico que prevê, em cláusula secreta, a divisão das possessões portuguesas ao sul do Equador.

1899

Daniel de Abreu transfere a Agência Abreu para o n.º 76-78 da Rua do Loureiro.

1899

Epidemia de peste bubónica no Porto e estabelecimento de um cordão sanitário em volta da cidade.

1900

Daniel de Abreu cria uma sociedade comercial com Manuel Dias Lopes, denominada *Daniel Luiz Vieira d'Abreu & Companhia* e sediada na Rua do Loureiro n.º 76-78, para "exploração de uma agência de passaportes de passagens para qualquer porto e solicitação de documentos em repartições públicas ou particulares, e tratar em geral de todos os negócios a que estas agências se costumam dedicar".

A *Gazeta de Notícias*, de Daniel de Abreu Júnior, denuncia numa série de artigos a existência de agências de emigração ilegais e a perseguição movida pela polícia à Casa Abreu, apesar de cumprir a lei.

1900

A Real Associação de Agricultura lança um manifesto ao país, exigindo medidas prontas e eficazes contra a crise vinícola.

Portugal participa na Exposição Universal de Paris.

Novo governo de Hintze Ribeiro, que sucede a José Luciano de Castro.

Eça de Queirós publica *A Ilustre Casa de Ramires*, falecendo muito pouco tempo depois.

Morre o poeta António Nobre.

1901

A publicidade da Casa Abreu começa a destacar dois portos brasileiros, Pará e Manaus, devido à expansão da produção de borracha naquela região brasileira.

Aníbal Vieira de Abreu enviúva de Natália de Almeida Bastos de Abreu.

1901

Primeiro Congresso Colonial Português.

Concessão de autonomia administrativa à Madeira.

Publicação de *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós.



Da Agência Abreu**1902**

A 22 de junho, morre Daniel de Abreu, aos 59 anos, ficando sepultado no cemitério do Prado do Reposo. De imediato, o seu filho mais velho, Daniel de Abreu Júnior, assume a intenção de suceder-lhe na direção da Casa Abreu, na qualidade de “filho legítimo e o mais velho”, e também para “evitar o extravio de valores e outros objetos de que se compõe a herança”. Aníbal Vieira de Abreu mantém-se na gestão da firma do pai, abrindo escritório no n.º 38-40 da Rua do Loureiro, em agosto.

1903

Aníbal Vieira de Abreu denuncia a concorrência desleal por parte de outra agência, fazendo publicar na imprensa um esclarecimento onde afirma ser o único sucessor legítimo da agência de Daniel Luís Vieira de Abreu.

1904

Aníbal Vieira de Abreu casa em segundas núpcias com Anália da Conceição Lopes, de quem virá a ter três filhos.

1905

Daniel de Abreu Júnior funda a Charles Cousin & Abreu, sediada no 1.º andar do n.º 21 do Largo da Feira de S. Bento, também dedicada ao negócio de passagens e passaportes para o Brasil.

O *Almanaque do Porto e seu Distrito* apresenta Aníbal Vieira de Abreu como agente de passaportes, agente das companhias de pacotes para o Brasil e Rio da Prata e agente de negócios civis e eclesiásticos.

1907

Daniel de Abreu Júnior cria e dirige o jornal *Correio de Portugal*.

1908

A 3 de outubro, morre Aníbal Vieira de Abreu, com apenas 32 anos, vítima de congestão pulmonar. A sua mulher, Anália da Conceição, assume a condução dos negócios.

Da História de Portugal**1902**

Criação da Escola de Medicina Tropical. Forte agitação nas Universidades do Porto e de Coimbra e na Escola Politécnica de Lisboa, onde ocorrem motins estudantis. Inicia-se o alargamento a toda a cidade de Lisboa da iluminação elétrica pelas Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade. Sampaio Bruno publica *A Ideia de Deus*.

1903

Fundação do Real Automóvel Club de Portugal. A Empresa Nacional de Navegação inicia carreiras para Moçambique. Eduardo VII de Inglaterra e Afonso XIII de Espanha visitam Portugal.

1904

Dissolução do Parlamento por decisão de Hintze Ribeiro. Nas eleições subsequentes, triunfa o Partido Regenerador. Instalação da primeira linha telefónica entre Lisboa e Porto.

1905

Promulgação do Código do Processo Comercial. Questão do Contrato dos Tabacos. Decreto que promulga a reforma do Ensino Secundário, da autoria do ministro Eduardo José Coelho. É publicado o Regulamento Policial dos Mendigos da Cidade de Lisboa.

1907

A lei de 25 de abril de 1907 restringe à categoria de emigrante todos os que partem em más condições económicas, mantendo a exigência de passaportes apenas para estes e com aumento de custos.

1908

Assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís. D. Manuel II, com apenas 18 anos, sucede a D. Carlos I. Queda do Governo de João Franco, que parte para o exílio.

Da Agência Abreu**Da História de Portugal****1909**

Dois empregados da Casa Abreu abandonam a Empresa e estabelecem-se por conta própria na Rua Mouzinho da Silveira, sob a denominação Manuel Francisco dos Santos & Freitas, e identificando-se como “os mais antigos empregados de Aníbal Vieira de Abreu e seus sucessores”.

1909

A Sociedade Propaganda de Portugal faz-se representar no II Congresso Internacional de Turismo, ocorrido em San Sebastian, franqueando assim a entrada de Portugal na Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda.

1915

O *Almanaque do Porto e seu Distrito* refere Anália da Conceição Vieira de Abreu como “única” representante e proprietária da Agência Abreu.

1915

É colocado à venda o primeiro número da revista *Orpheu*, onde colaboram nomes como Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro.

1922

Vários anúncios publicados na imprensa referem como proprietário da “Antiga Casa Aníbal Vieira de Abreu” um antigo colaborador da firma, Nicolau da Silva Ferraz. Em jeito de esclarecimento, Anália de Abreu faz publicar um anúncio onde, identificando-se expressamente como viúva de Aníbal Vieira de Abreu, apresenta a Empresa como Agência Anália L. de Abreu.

Em 29 de outubro de 1922, no *Jornal de Notícias*, um pequeno reclamo emprega pela primeira vez a expressão “A. Abreu” para designar a Empresa, que continuaria a ser utilizada até aos dias de hoje.

1922

António José de Almeida visita o Brasil, para participar nas comemorações do 1.º centenário da independência daquele país.

Travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Fundação da Companhia Colonial de Navegação. Portugal subscreve, em Paris, a convenção sanitária internacional.

António de Oliveira Salazar publica *Lições de Finanças*.

Nasce a revista *Contemporânea*, que conta com a colaboração de Fernando Pessoa e Almada Negreiros.

1924

Em março de 1924, morre Anália de Abreu. A gestão da Empresa passa para Augusto e Aníbal Lopes Vieira de Abreu, com apenas 18 e 16 anos, respetivamente, embora apenas o primeiro, mais velho, assuma a direção executiva. O *Almanaque Comercial e Industrial do Porto*, publicado em finais do ano, associa já Augusto Abreu ao negócio de passaportes, com escritório na Rua do Loureiro n.º 40.

1924

Criação da União dos Interesses Económicos. É efetuada a primeira ligação aérea Lisboa-Macau.

A Associação Comercial de Lisboa lança um movimento para reivindicar que os ministros das pastas económicas sejam nomeados sem que fatores políticos sejam tidos em conta.

Sacadura Cabral desaparece quando se encontrava a sobrevoar o Mar do Norte.

1929

Numa apólice de assinatura por contador, datada de 3 de agosto, Augusto Lopes Vieira de Abreu, utiliza um carimbo que identifica a firma simplesmente como “AGÊNCIA ABREU. Fundada em 1840. Passaportes – Passagens”.

1929

É criado o Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo ministro do Interior, para coordenar toda a política de turismo.

O decreto-lei n.º 16 782, de 27 de abril, proíbe a emigração aos indivíduos entre os 15 e 45 anos sem certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário.

Da Agência Abreu**1931**

Aníbal Abreu casa, a 18 de dezembro, com Maria Elisa de Macedo Gonçalves.

O periódico *Semana Tirsense* reconhece Aníbal Abreu como “importante negociante da praça do Porto”.

1937

Segundo os registos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, existem em Portugal 93 agentes de passagem e passaportes habilitados pelos Serviços de Emigração, dos quais nove na cidade do Porto, onde se inclui o nome de Augusto Lopes Vieira de Abreu.

1940

O Comércio do Porto, de 7 de abril, publica uma notícia intitulada “Um século de vida comercial. A reputada e conhecida Agência Abreu comemora, este ano, 100 anos de trabalho honesto”.

A Agência Abreu é uma das empresas homenageadas no Ato de Consagração das Casas Centenárias que tem lugar na Exposição do Mundo Português, no mês de novembro.

A Empresa alarga a sua atividade aos automóveis, anunciando receber pedidos de esclarecimento sobre os “Automóveis Minerva”, carros de fabrico belga que caracteriza como “rápidos e económicos”.

1948

Ao abrigo da nova legislação sobre agências de viagens, Augusto Abreu requer ao governador civil do Porto que lhe seja passado alvará para poder exercer atividade como agente de viagens, diploma que lhe é passado em 24 de julho. A Agência Abreu é assim transformada formalmente em agência de viagens, deixando de ser uma agência de passagens e passaportes.

1949

Num evidente sinal da sua expansão, a Agência Abreu decide recrutar para o seu quadro três datilógrafas.

Da História de Portugal**1931**

Reestruturação da Polícia Internacional dá lugar à Polícia Internacional Portuguesa.

1937

Morrem no Campo de Concentração do Tarrafal os primeiros seis presos políticos.

António de Oliveira Salazar escapa ileso a um atentado bombista organizado em Lisboa.

1940

Exposição do Mundo Português, em Lisboa, no âmbito das comemorações do “Duplo Centenário” da Fundação de Portugal e Restauração da Independência.

O Governo português e a Santa Sé assinam a Concordata, a demonstrar a coincidência de pontos de vista entre a cúpula da Igreja Católica e o Estado Novo.

Declaração conjunta dos governos português e espanhol relacionada com o compromisso assumido pelos dois regimes no sentido de evitar um envolvimento direto na II Guerra Mundial (1939-1945).

1948

O decreto n.º 36.942, de 28 de junho, utiliza pela primeira vez na legislação portuguesa o termo “agência de viagens”, definida como empresa constituída para a realização das diligências indispensáveis à concessão de passaportes ordinários, aquisição de bilhetes de passagem em qualquer meio de transporte, reserva de lugares, transporte de bagagem, instalações em hotéis ou estabelecimentos similares e ainda a organização e preparação de viagens no país e no estrangeiro.

1949

Portugal torna-se membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).



Da Agência Abreu**1950**

Em 23 de fevereiro, a Agência Abreu, que mantém a sua sede na Rua do Loureiro, n.º 40, obtém alvará do Governo Civil do Porto para realizar excursões turísticas no continente.

A Agência Abreu passa a representar a Companhia Aérea Portuguesa (integrada na TAP dois anos depois), procurando alargar a sua base de clientes.

1955

A Agência Abreu adquire dois automóveis de luxo, de marcas *Dodge* e *Oldsmobile*, e começa a alugá-los a clientes, com motorista, maioritariamente para a realização de viagens pela Europa. A Empresa conta então catorze colaboradores.

A Agência Diplomata, instalada no centro do Rio de Janeiro, começa a promover e vender os circuitos europeus comercializados pela Agência Abreu junto de clientes brasileiros que, em viagem de cruzeiro, faziam escala em Portugal, dando assim início à representação da Abreu no Brasil.

1956

A Abreu publicou um anúncio no *Guia Itinerário para a Europa de 1956* com o slogan "Agência Abreu (116 Anos de Experiência)".

1957

Aníbal Macedo Vieira de Abreu, filho de Aníbal Abreu, começa a trabalhar na Agência Abreu. A Agência Abreu inicia as suas atividades no setor da carga, ainda nos escritórios da Rua do Loureiro, com a mediação do transporte de anémonas vivas para a Bélgica.

Da História de Portugal**1950**

A população portuguesa atinge os 8 441 812 indivíduos.

Portugal recebe 70 307 turistas estrangeiros. O setor de viagens e turismo representa ligeiramente menos de 1% do PIB português.

O PIB *per capita* em Portugal é então de 2 086 dólares.

1955

Portugal é admitido na Organização das Nações Unidas.

A Índia corta relações diplomáticas com Portugal.

Criação da Radiotelevisão Portuguesa.

Morre Calouste Gulbenkian, milionário de origem arménia, deixando como legado a Portugal uma Fundação com o seu nome, ainda hoje de enorme importância no plano cultural.

1956

É reativado o Conselho Nacional de Turismo, criada a figura das Regiões Turísticas, administradas por Comissões Regionais de Turismo, e constituído o Fundo de Turismo, para o fomento hoteleiro.

É criada a Fundação Calouste Gulbenkian.

1957

O decreto-lei n.º 41.248, de 31 de agosto, especifica as atividades das agências de viagens: obtenção de passaportes, certificados de identidade e viagem e respetivos vistos; aquisição e venda de passagens em qualquer meio de transporte; reserva de lugares; expedição de bagagens; realização de seguros contra riscos de viagem; reserva de quartos em hotéis e similares; receção de turistas e assistência em viagem; representação de agências similares estrangeiras; e organização de cruzeiros, viagens e excursões no país ou no estrangeiro.



Da Agência Abreu**1958**

A Exposição Universal de Bruxelas – a primeira grande exposição mundial realizada após a II Guerra Mundial – provoca grande movimento na Agência Abreu, graças ao grande número de portugueses interessados em visitar o evento. Após despacho da Direção Geral do Turismo, de 20 de setembro, é concedida licença à Agência Abreu para o exercício da atividade de agência de viagens e turismo.

1959

A Agência Abreu inaugura um novo estabelecimento, transferindo-se da Rua do Loureiro para o n.º 207 da Avenida dos Aliados, então a artéria mais nobre e mais central da cidade do Porto; foi autor da sua decoração requintada e elegante o conceituado arquiteto Viana de Lima.

1960

O catálogo “Férias 1960” revela um importante conjunto de parcerias estabelecidas pela Agência Abreu, onde se incluem os banqueiros Pinto de Magalhães, o Hotel Mundial, Hotéis Internacionais Limitada e a Shell, referenciados na publicação como “coadjuvantes do bom êxito da sua viagem”. Os serviços da Agência repartem-se então por cinco secções: excursões, viagens combinadas, viagens “tudo pago cá”, estadias e cruzeiros. Aníbal Macedo Vieira de Abreu faz um périplo pelo Brasil, de que resulta o registo da marca Agência Abreu em dezasseis capitais de Estado.

1962

Em 24 de setembro, a Repartição de Propriedade Industrial da Direção-Geral do Comércio passa finalmente o título de registo de marca “Agência Abreu”, com a validade de dez anos, prorrogável por iguais períodos, e extensivo às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique. A Agência Abreu introduz o sistema de contabilidade organizada. A Empresa expande-se para Lisboa, aí abrindo a A. Abreu Lda. A partir de 1 de abril de 1962, passa a funcionar na Agência Abreu uma secção de aviação, a par das secções de turismo, caminhos-de-ferro, secção marítima e passaportes e vistos.

Da História de Portugal**1958**

Grande movimento popular em favor da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República. É eleito Presidente da República o almirante Américo Tomás, tendo Humberto Delgado e o bispo do Porto abandonado o país. É aprovado o II Plano de Fomento. É publicada a obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro.

1959

Humberto Delgado pede asilo político na embaixada do Brasil, onde se irá exilar. É inaugurado o Monumento a Cristo-Rei, em Almada. É inaugurado o Hotel Ritz, em Lisboa, da autoria do arquiteto Pardal Monteiro.

1960

Portugal torna-se membro da EFTA, tendo as exportações crescido cerca de 25% nos primeiros nove meses do funcionamento da Associação. Adesão portuguesa ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). É inaugurado o Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, uma réplica do original construído com materiais perecíveis em 1940, para a Exposição do Mundo Português. A população portuguesa cifra-se em 8 milhões e 600 mil indivíduos.

1962

Manifestações de vulto por parte de estudantes universitários, na sequência da proibição pelo Governo das comemorações do Dia do Estudante. Reabertura da Faculdade de Letras do Porto. Portugal adere ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). A Cidade Universitária de Lisboa é projetada pelo ateliê Pardal Monteiro. Sophia de Mello Breyner Andresen publica *Contos Exemplares*.



Da Agência Abreu**Da História de Portugal****1963**

A TAP propõe à Abreu e à Varig a criação do “Voo da Amizade” entre o Brasil e Portugal, em ordem a garantir a manutenção de um preço competitivo nos voos entre o Brasil e Portugal. A Abreu aceita a proposta, o que lhe permite dinamizar a excursão “Europa Maravilhosa”, que inclui 36 dias no continente europeu, em regime tudo incluído, pelo preço de 999 dólares.

1963

Início da guerra colonial na Guiné.
Inauguração da Ponte da Arrábida, no Porto. Pela primeira vez, França ultrapassa o Brasil como destino preferencial da emigração portuguesa.
É criada a Fundação Cupertino de Miranda.

1964

A denominação da sociedade A. Abreu Limitada é alterada para Viagens Abreu, Ltd.ª, com sede e estabelecimento na Avenida dos Aliados, n.º 207, no Porto, e filial na Avenida da Liberdade, 158-A, em Lisboa.
É criada uma sucursal da Empresa em Coimbra, na Rua da Sota.
A representação da Agência Abreu no Brasil passa para uma empresa individual constituída por um ex-colaborador da Agência Abreu no Porto e em Lisboa, mas tal solução será efémera.

1964

A lei n.º 2.123, de 14 de dezembro, aprova a inclusão do turismo, pela primeira vez, num Plano de Fomento, o Plano Intercalar (1965-1967).
Início da guerra colonial em Moçambique.
Fundação da Ação Socialista Portuguesa (futuro Partido Socialista), criada em Genebra e liderada por Tito de Morais, Ramos da Costa e Mário Soares.
Incêndio no Teatro Nacional D. Maria II.

1966

A Empresa decide apostar na atividade de carga em Lisboa, instalando-se na Avenida da Liberdade e aí tratando exclusivamente de carga aérea, dedicando-se especialmente ao transporte de peixe com destino a Itália, Grécia e Estados Unidos, e ao envio de jornais e revistas para as províncias ultramarinas e a diáspora portuguesa.
São encerrados os escritórios da Agência Abreu em Guimarães e São João da Madeira, por se dedicarem exclusivamente a trânsitos, um segmento do futuro departamento de Carga.
A Agência Abreu estabelece um protocolo com uma agência de viagens bem posicionada no Brasil, a Realtur, com sede em São Paulo e uma filial no Rio de Janeiro.
Alberto de Macedo Vieira de Abreu, filho de Aníbal Abreu e residente no Rio de Janeiro, inicia funções na Agência Abreu.

1966

Formação da União Nacional para a Independência de Angola (UNITA), que combaterá o Exército português naquele território.
Criação da Universidade Católica Portuguesa.
Inauguração da Ponte Salazar, atual Ponte 25 de Abril, sobre o rio Tejo, unindo Lisboa e Almada.
Ao longo do ano, emigram mais de 120 mil portugueses.
Os estabelecimentos hoteleiros em Portugal (hotéis, pensões, estalagens, pousadas, motéis, apartamentos e aldeamentos turísticos) contam com 20 100 colaboradores.
Portugal classifica-se em terceiro lugar no Campeonato Mundial de Futebol, realizado em Inglaterra.

1967

A sede da Agência Abreu na Avenida dos Aliados é ampliada, novamente sob a supervisão do arquiteto Viana de Lima.
Em fevereiro, a Agência Abreu conta com 166 colaboradores, dos quais, 127 no Porto, 34 em Lisboa e cinco em Coimbra.
A Agência Abreu é a maior agência de viagens do país no que se refere à venda de bilhetes de avião.

1967

A Assembleia-Geral da ONU recomenda a aplicação de sanções a Portugal, devido à sua política colonial.
A NATO instala em Lisboa o recém-criado Comando da Área Ibero-Atlântica.

Da Agência Abreu**1968**

A Abreu é responsável pelo primeiro *charter* para a Madeira com um voo Lisboa – Funchal, em avião da TAP, para celebrar o *réveillon*.

1969

Os proprietários da Realtur decidem reforçar a sua aposta no setor da hotelaria, opção que implicou o reequacionamento dos outros negócios do grupo empresarial, pelo que estabelecem um novo acordo com a Abreu, a quem cedem definitivamente a empresa.

A Agência Abreu afirma o seu pioneirismo no universo das viagens e a sua capacidade de autopromoção, ao solicitar o registo, no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Brasil, de três títulos de Circuitos Turísticos à Lua: “Grande Circuito Espacial”, “Grande Circuito Interplanetário” e “Grande Circuito à Lua”.

A Abreu é responsável pelo primeiro *charter* Lisboa – Londres, em parceria com a TAP.

1970

Na sequência da aquisição da Realtur pela Abreu, aquela empresa assume a designação de Abreutur S. A. e transfere a sua sede de São Paulo para o Rio de Janeiro, mantendo na capital paulista uma loja e um escritório operacional.

1971

A Abreu instala o seu departamento de carga em Xabregas e passa a dispor, em Camarate, de um armazém para suporte às operações de carga aérea, rodoviária e marítima.

1972

A Agência Abreu abre uma loja em Faro, para servir toda a região do Algarve.

Em fevereiro, Aníbal Macedo Vieira de Abreu, filho mais velho de Aníbal Abreu, junta-se ao pai e ao tio, Augusto, na gerência da Empresa. Em maio, Augusto Abreu retira-se da Sociedade, embora se mantenha na gerência, cedendo a favor do sobrinho Aníbal a maior parte da quota que detinha.

A Abreu realiza o primeiro *charter* de longo curso, num avião da BOAC (*British Overseas Airways Corporation*) que leva a “Família Toyota Portuguesa” ao Japão.

Da História de Portugal**1968**

O III Plano de Fomento (1968-1973) considera o Turismo como um setor estratégico do crescimento económico.

1969

Segundo Congresso da Oposição Democrática em Aveiro.

O Comité de Descolonização da ONU condena a presença portuguesa nas colónias.

Realização de um recenseamento eleitoral, que apenas contempla 1 800 000 eleitores, cerca de 20% da população.

É anunciada pelo Governo a dissolução da PIDE, substituída pela Direção Geral de Segurança (DGS), que mantém a estrutura da primeira.

É criada a Fundação Eng.º António de Almeida, no Porto.

1970

Maria Teresa Lobo é nomeada subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, tornando-se a primeira mulher a integrar um Governo em Portugal.

Morre António de Oliveira Salazar.

1971

Portugal e Espanha assinam um acordo sobre proteção da denominação de origem.

1972

O decreto-lei n.º 478/72, de 28 de novembro, relativo às atividades das agências de viagens e turismo, reconhece no seu preâmbulo a importância do papel e funções de tais empresas face às novas exigências e transformações do setor.

Criação do “Movimento dos Capitães”, que estará na origem da organização e efetivação da revolução de 25 de Abril de 1974.

Promulgada a “Lei do Exame Prévio”, que substitui a anterior lei da censura.

O Presidente da República, Américo Tomás, realiza uma visita oficial ao Brasil, no âmbito das comemorações dos 150 anos da independência daquele país.



Da Agência Abreu**1973**

Morre Aníbal Lopes Vieira de Abreu, gestor da Agência Abreu desde 1924 juntamente com o seu irmão Augusto.

Aníbal Macedo Vieira de Abreu passa a gestor principal da Viagens Abreu, Ltd.^a, a ele se juntando mais quatro gerentes, dois na área de Lisboa e os outros dois na do Porto.

A Empresa compra o imóvel de Lisboa onde tinha as suas instalações, sito na Avenida da Liberdade, números 160, 162 e 164.

Artur de Macedo Vieira de Abreu, filho mais novo de Aníbal Abreu e radicado em São Paulo, inicia funções na Agência Abreu.

A partir de dezembro, traduzindo uma maior aposta na organização de viagens de cruzeiro, a Abreu freta em exclusividade o paquete *Funchal*, para navegar na costa sul-americana, à partida do Brasil, nos meses de dezembro a março, e à partida de Lisboa, nos restantes meses do ano, tendo por destinos os portos da Madeira, Açores, Canárias e do Mediterrâneo.

1974

Augusto Abreu suspende as suas funções na Agência Abreu e instala-se num apartamento em Paris, onde continua a receber colaboradores e a estabelecer contactos com os seus negócios em Portugal.

A Agência Abreu dá início à abertura de uma série de novos escritórios no Brasil, que se distribuem por Recife (Pernambuco), Belo Horizonte (Minas Gerais), Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Salvador (Bahia). A Abreu funda em Nova Iorque a Abreu Tours Inc., com o objetivo de comercializar estadas curtas em Lisboa para clientes norte-americanos.

A Agência Abreu estabelece um acordo com a TAP para a realização de dois voos *charter* partindo de Chicago com destino a Faro.

Da História de Portugal**1973**

Formação do PS – Partido Socialista.

A ONU reconhece a república da Guiné-Bissau.

Estabelecimento da gratuitidade do ensino até ao oitavo ano.

Inicia-se a publicação do semanário *Expresso*, ligado à ala liberal da Assembleia Nacional.

O pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal ultrapassa pela primeira vez os 30 000, que neste ano recebem praticamente 1 600 000 turistas estrangeiros, a que se juntam mais de 1 900 000 portugueses.

A população portuguesa ronda os 8,6 milhões de indivíduos.

Portugal apresenta um saldo migratório negativo de 83 900 indivíduos.

Apenas 1% dos portugueses tem formação superior e 2,5% o ensino secundário completo.

1974

António de Spínola publica o livro *Portugal e o Futuro*, no qual contesta a política portuguesa. Revolução do 25 de Abril.

António de Spínola assume a Presidência da República, sendo substituído, após renúncia, por Costa Gomes.

Início da descolonização, com a independência da Guiné.

Criação do Partido Popular Democrático (PPD) e do Centro Democrático Social (CDS).

Pela primeira vez em Portugal, é fixado um salário mínimo nacional.

Portugal assina em Bruxelas a nova carta da NATO.

O Primeiro de Maio passa a ser feriado nacional obrigatório.

Da Agência Abreu**1975**

A partir deste ano e até 1980, a Agência Abreu organiza “Voltas ao Mundo”, com saídas regulares e partindo do Brasil, destinada principalmente a clientes brasileiros, a que se juntam portugueses.

É criada a Agência Abreu Carga, sediada em Lisboa, que logo se filia na BIMCO – *Baltic and International Maritime Conference*, a mais reputada associação de armadores e operadores no ramo do transporte marítimo.

A Abreu passa a cumprir quatro voos *charter* semanais entre Portugal e a capital britânica, um deles com partida do Porto, a bordo do avião britânico BAC One-Eleven.

A Abreu organiza o primeiro *charter* Lisboa – Ponta Delgada, com enorme impacto mediático, não apenas nos Açores, como no continente.

O administrador-delegado da Abreu no Brasil recebe do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara a distinção de “Cidadão Honorário” daquele Estado brasileiro.

1976

O administrador-delegado da Agência Abreu no Brasil é distinguido pelas Organizações Globo com o título de “Cidadão Carioca”.

Em setembro, a Agência Abreu adquire a agência de viagens Prodespaña, situada no centro de Madrid.

1977

A agência de viagens Prodespaña, muda a sua designação social para Viajes Prodespaña Abreu e, passados alguns meses, para Viajes Abreu S. A.

São constituídas Viajes Abreu S. A. em Caracas (Venezuela), Buenos Aires (Argentina) e na Cidade do México.

A Agência Abreu organiza a “Volta ao Mundo” com o maior número de participantes até então, 106, num percurso que inclui Rio de Janeiro, Cidade do México, Acapulco, Los Angeles, São Francisco, Honolulu, Tóquio, Quioto, Osaka, Manila, Hong Kong, Banguécoque, Nova Deli, Teerão, Istambul, Cairo, Luxor, Atenas e Roma. Durante os meses de julho, agosto e setembro, a Abreu organiza seis voos *charter* semanais de Lisboa e Porto para o Funchal.

Da História de Portugal**1975**

Independência de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.

Início do processo das nacionalizações, passando para o Estado os bancos e companhia de seguros.

A 25 de abril, são realizadas as primeiras eleições livres ao fim de 50 anos, para a Assembleia Constituinte.

Movimento militar do 25 de Novembro.

Portugal e o Vaticano assinam o Protocolo Adicional à Concordata, que reconhece o direito dos católicos ao divórcio.

É criado o subsídio de desemprego.

A 26 de março, toma posse o IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves e composto por elementos dos mais variados quadrantes partidários (PS, PPD, PCP, MDP/CDE, ex-MES), militares e independentes.

1976

É aprovada a nova Constituição da República Portuguesa.

Ramalho Eanes é eleito Presidente da República. I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares.

Início da utilização do passe social nos transportes públicos.

1977

Portugal formula, oficialmente, o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, mais tarde aceite pelos ministros dos Estados-membros.

Portugal ratifica a convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho, sobre liberdade sindical e proteção do direito sindical.

A Lei n.º 65/77 aprova o direito à greve.

O dia 10 de junho, dia de Camões, passa também a ser dedicado às comunidades portuguesas no estrangeiro.

São oficializados os cursos ministrados na Universidade Católica e estabelecidas as normas de acesso ao ensino superior (*numerus clausus*). É criado o Sistema Público de Educação pré-Escolar.



Da Agência Abreu**1979**

A Agência Abreu organiza os primeiros *charter* Madrid – Funchal, operados pela TAP num Boeing 727, inicialmente partilhados com a Iberojet.

A Agência Abreu é distinguida com uma das únicas duas Medalhas de Prata de Mérito Turístico atribuídas, até hoje, a agências de viagens pela APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo.

1980

A 24 de julho, morre Augusto Lopes Vieira de Abreu, que desde 1924 era a figura de topo da Agência Abreu.

A Agência Abreu abre uma nova loja em Madrid, na Calle Génova.

1981

A Abreu cria um operador exclusivo, o *Club 1840*, que constrói pacotes turísticos para a Agência Abreu e age como grossista para todo o mercado de agentes de viagens em Portugal.

A Abreu Carga participa na constituição da TERTIR, Terminais de Portugal, SARL.

1982

A partir deste ano, em parceria com a companhia aérea Transbrasil, a Abreu responsabiliza-se por uma operação *charter* exclusiva com um voo semanal São Paulo – Orlando (Florida, EUA) tendo por destino principal o *Walt Disney World*.

1983

No final do ano, a Agência Abreu assume o *charter* com a Transbrasil, voando diretamente de São Paulo para Orlando, sempre que não era necessária uma escala técnica em Manaus. A Abreu investe na abertura de um escritório de carga no aeroporto de Lisboa.

1984

A Abreu é uma das fundadoras do *Rio Convention & Visitors Bureau*, fundação destinada a promover de forma organizada e permanente os destinos turísticos do Rio de Janeiro.

Da História de Portugal**1979**

Governo Constitucional, chefiado por Maria de Lurdes Pintassilgo.

Início do mandato de dois anos de Portugal como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China.

Inicia-se a publicação do matutino *Correio da Manhã*.

1980

Governo da Aliança Democrática, presidido por Sá Carneiro.

Reeleição do general Ramalho Eanes para Presidente da República.

Um violento tremor de terra nos Açores provoca 46 mortos.

1981

Sétimo e oitavo governos constitucionais, chefiados por Pinto Balsemão.

Ramalho Eanes é reeleito Presidente da República.

Criação do Movimento Nacional contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

1982

É criado o Conselho Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica.

O Papa João Paulo II desloca-se a Fátima, para presidir às cerimónias do 13 de Maio.

1983

IX Governo Constitucional, presidido por Mário Soares.

Toma posse o Tribunal Constitucional.

A UNESCO considera Angra do Heroísmo património mundial.

Os setores bancário, segurador, cimenteiro e adubeiro são abertos à iniciativa privada.

1984

Rosa Mota ganha a medalha de bronze na maratona olímpica de Los Angeles.

Carlos Lopes sagra-se campeão mundial de corta-mato, em Nova Iorque, e campeão olímpico da maratona, em Los Angeles.

Da Agência Abreu**1985**

As operações *charter* organizadas pela Abreu passam a contar com o parceiro Air Atlantis, uma companhia *charter*, propriedade da TAP, que opera exclusivamente para cidades europeias. A Abreu Carga aposta na informatização do negócio, alicerçada num programa de *software* desenhado à medida das necessidades dos clientes de carga aérea e integralmente arquitetado e desenvolvido com recursos internos da Abreu, posicionando a Empresa entre as mais avançadas tecnologicamente.

1986

A Abreu ajuda a fundar a Cobrat – Câmara dos Operadores Brasileiros de Turismo, focada na operação turística doméstica. A Empresa passou a operar nos cruzeiros no Mediterrâneo com o navio soviético *Dimitri Shostakovich*, da companhia russa Marflot.

1987

O êxito da ligação entre São Paulo e Orlando é tal que o presidente da Transbrasil propõe à Abreu que se passasse de um para três voos semanais, o que não chega a suceder por a Empresa considerar que o tráfego, embora abundante, não justificava tal aumento. São encerradas as Viagens Abreu S.A. em Caracas (Venezuela), Buenos Aires (Argentina) e na Cidade do México, uma vez que a introdução de políticas cambiais mal sucedidas naqueles países tornou inviável qualquer estratégia de continuidade. É criada em Londres a Abreu Travel Agency. A Abreu organiza uma série de voos especiais para a final da Taça dos Campeões Europeus entre o Futebol Clube do Porto e o Bayern de Munique, em Viena, que pela grande procura levou a Empresa a fretar três Douglas DC-10, dois à companhia espanhola Spantax e outro à Air Marrocos. A Secretaria de Estado do Turismo atribui à Abreu a Medalha de Mérito Turístico Grau Ouro.

1988

A Agência Abreu abre uma nova loja em São Paulo.

Da História de Portugal**1985**

A 12 de Junho é assinado no Mosteiro dos Jerónimos o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). O PSD, liderado por Aníbal Cavaco Silva, ganha as eleições legislativas. Fundação do Partido Renovador Democrático. A Rainha Isabel II da Grã-Bretanha e o Presidente dos EUA, Ronald Reagan, visitam Portugal.

1986

Mário Soares é eleito Presidente da República. Criação da Taxa Social Única. A escolaridade obrigatória passa de seis para nove anos.

1987

Cavaco Silva conquista a maioria absoluta nas eleições legislativas. A inflação em Portugal desce dos 10%, o que acontece pela primeira vez desde 1974. Acordo entre Portugal e a República Popular da China para a devolução ao Estado chinês do território de Macau. Visita oficial a Portugal do Presidente da República Francesa François Mitterrand. O pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros ultrapassa pela primeira vez os 35 000 colaboradores. Iniciam-se as comemorações oficiais dos 500 anos dos Descobrimentos. O Futebol Clube do Porto conquista a Taça dos Campeões Europeus, em Viena, e a Taça Intercontinental, em Tóquio. Morre Zeca Afonso, poeta, músico e cantor, que se destacou na oposição ao Estado Novo.

1988

Incêndio do Chiado, em Lisboa.



Da Agência Abreu**1989**

A Abreu participa na criação da Braztoa – Brazilian Tour Operators Association, associação dos operadores com foco no turismo emissivo internacional.

Na iminência do fim da URSS, a Empresa deixa operar no Mediterrâneo com o navio soviético *Dimitri Shostakovich*.

A Agência Abreu torna-se cliente do *Galileo*, serviço computadorizado de reservas, tornando-se a primeira agência portuguesa a ser automatizada com este sistema e igualmente a primeira a ser dotada de uma infraestrutura de *Frame Relay*, tecnologia de comunicação de dados usada para transmitir de forma rápida e barata a informação digital através de uma rede de dados.

1990

A Abreu organiza uma série de voos especiais para a final da Taça dos Campeões Europeus entre o Benfica e o AC Milan, em Viena, com uma imensa procura.

A Agência Abreu conta com uma rede de catorze lojas.

No âmbito do seu 150.º aniversário, a Agência Abreu recebe vários prémios atribuídos pela TAP, Varig e outros parceiros.

1991

Em julho, a Viagens Abreu, Ltd.^a converte-se em sociedade anónima, dando lugar à Viagens Abreu S.A., mantendo a sua sede na Avenida dos Aliados, detendo a Família Abreu a totalidade do capital. A nova sociedade matricula-se para o exercício da atividade da prestação de serviços de agência de viagens e de turismo, despachos e trânsitos nacionais e estrangeiros. A 27 de agosto, morre Aníbal Macedo Vieira de Abreu.

Em novembro, a Costa Cruzeiros nomeia a Agência Abreu como seu agente geral, tanto no Brasil como em Portugal, neste caso em exclusividade até 2008.

1993

É criada a Abreu Carga e Trânsito, Ltd.^a, autonomizando esta área de negócio.

A Agência Abreu encerra todos os escritórios e lojas em território brasileiro, com exceção das lojas do Rio de Janeiro e São Paulo, devido à conjuntura existente à época no país e ao grande avanço verificado nas comunicações, sobretudo na generalização do uso do *fac-simile*.

Da História de Portugal**1989**

Os alunos do 12.º ano submetem-se pela primeira vez à Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, que será objeto de grande controvérsia e contestação até à sua extinção em 1993.

O Papa João Paulo II visita Díli, Timor.

Pela primeira vez, são admitidas mulheres como sócias efetivas da Academia de Ciências de Lisboa.

O escritor Miguel Torga é galardoado com o Prémio Camões.

A seleção portuguesa de futebol sub21 sagra-se Campeã Mundial, em Riade (Arábia Saudita).

Morre Fernando Namora, um dos mais traduzidos escritores portugueses do século XX.

1990

Redução do número de deputados da Assembleia da República, de 250 para 230.

Inicia-se a publicação do jornal *Público*.

Espetáculo comemorativo dos 50 anos de carreira artística de Amália Rodrigues, no Coliseu dos Recreios.

Morre Amélia Rey Colaço, considerada a mais importante figura do teatro português do século XX.

1991

Reeleição de Mário Soares na Presidência da República.

Nova maioria absoluta para Aníbal Cavaco Silva.

João Paulo II realiza uma visita oficial a Portugal.

Início das obras de reconstrução do Chiado.

Portugal assina, em Bona, o Acordo de Schengen.

Recenseamento da população portuguesa, a maior operação estatística realizada até então em Portugal, que apura 9 867 147 residentes no país.

1993

Inauguração do Centro Cultural de Belém.

A estação de televisão TVI inicia as suas emissões regulares.

No espaço de uma semana desaparecem diversas figuras de topo da cultura portuguesa: Manuel da Fonseca, Franco Nogueira, Natália Correia, António José Saraiva e António Quadros.

Da Agência Abreu**Da História de Portugal****1994**

A Agência Abreu adquire as instalações da Nestlé Portugal na grande Lisboa, no n.º 2 da Avenida 25 de Abril, em Linda-a-Velha.

1994

Lisboa é Capital Europeia da Cultura.
Entra em vigor o Espaço Económico Europeu.

1995

A Abreu Carga e Trânsito muda os seus escritórios para Linda-a-Velha.

1995

António Guterres vence as eleições legislativas. São abertos ao público os arquivos de Salazar, na Torre do Tombo.

1996

A Agência Abreu abre três novas lojas em Portugal (Oeiras, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia) e uma no Rio de Janeiro, em Botafogo.

1996

Jorge Sampaio é eleito Presidente da República. Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
A UNESCO declara o Porto Património da Humanidade.

1997

A Agência Abreu abre uma loja em Viana do Castelo.

1997

A bolsa de valores de Lisboa passa integrar o índice *Morgan Stanley Capital International* (MSCI).

1998

A Agência Abreu organiza os primeiros voos *charter* de Portugal para Cuba.
São abertas várias novas lojas Abreu: três em Lisboa, uma em Oeiras, uma em Algés, uma em Espinho e uma em Ponta Delgada.

1998

Realização da Expo'98, em Lisboa.
Portugal é anunciado como um dos países fundadores do euro.
É inaugurada a Ponte Vasco da Gama, sobre o rio Tejo, a maior ponte da Europa.

1999

A Agência Abreu inaugura uma dezena de lojas, distribuídas por todo o país: Angra do Heroísmo, Barcelos, Cascais, Évora, Horta, Lisboa, Maia, Parede, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

1999

O euro torna-se a moeda comum de 12 países europeus, incluindo Portugal.
António Guterres vence, pela segunda vez, as eleições legislativas.

2000

A Abreu é agraciada com a única Medalha de Ouro de Mérito Turístico atribuída, até hoje, a agências de viagens pela APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo. Na primeira edição do European Trusted Brands, a Agência Abreu é eleita Marca de Confiança dos portugueses, na categoria “Agências de Viagens”, reconhecimento que seria reafirmado, ininterruptamente até ao presente, em cada edição anual da referida votação.
A convite da TAP, a Empresa entra no capital da companhia *charter* Yes, para suporte das viagens com destino às Caraíbas e, numa segunda fase, também ao Brasil.

2000

João Paulo II visita Portugal e beatifica os pastores Francisco e Jacinta.
Em Porto Seguro, Jorge Sampaio e Fernando Henrique Cardoso inauguram as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.
Segunda presidência de Portugal no Conselho Europeu.
A bolsa de Lisboa passa a negociar em euros.



Da Agência Abreu**2001**

A Abreu passa a organizar voos *charter* para o Brasil (Maceió, Natal, Recife e Salvador).
A convite da TV Cabo Portugal, a Agência Abreu participa no lançamento da “TV Interativa”, a primeira experiência do género em Portugal, com disponibilização de conteúdos interativos.

2002

A Abreu expande os destinos dos voos *charter* para o Brasil (Porto Seguro e Fortaleza).
São abertas novas lojas Abreu no Porto, São João da Madeira, Portimão e Vila Nova de Gaia, e uma loja na Maia dedicada ao setor de carga.

2003

Para suportar o crescimento da Abreu Carga e Trânsito, são contruídos armazéns e criadas modernas plataformas na Grande Lisboa (Santa Iria de Azóia) e no Grande Porto (Maia).
A Abreu organiza os primeiros voos *charter* de Portugal para Antígua e Maldivas.
A Empresa organiza a primeira edição da Feira de Viagens Mundo Abreu, que continua a ser o maior certame de venda direta ao público com a presença dos fornecedores.
A Agência Abreu integra o consórcio Grupo Pestana Pousadas, vencedor da privatização de 40% da ENATUR, entidade detentora das Pousadas de Portugal, e que inclui a exploração destes estabelecimentos hoteleiros por um período de vinte anos.
É constituída a Abreu Online, plataforma B2B para venda *on-line* de hotelaria entre empresas, posicionando-se essencialmente em Portugal, mas também no Brasil, em Espanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

2004

Dando continuidade à expansão da sua rede comercial, são inauguradas lojas Abreu em Castelo Branco, Felgueiras, Marco de Canaveses, Portalegre e Sintra.

Da História de Portugal**2001**

Decorre o Porto Capital Europeia da Cultura, que revoluciona o panorama cultural da cidade, com milhares de eventos.
Jorge Sampaio é reeleito Presidente da República.
O Boavista F. C., clube da cidade do Porto, sagra-se pela primeira vez campeão nacional de futebol.

2002

A 1 de janeiro, entram em circulação as notas e moedas de euro.
Durão Barroso, líder do Partido Social Democrata, vence as eleições legislativas e torna-se Primeiro-Ministro.
Início da circulação do Metro do Porto.

2003

A Ryanair, companhia de aviação *low cost*, começa a operar em Portugal, a partir do aeroporto do Porto.
Efetuada a inauguração da Ponte Infante D. Henrique, uma ponte com 371 metros ligando as duas margens do Douro, entre o Porto e Vila Nova de Gaia.
Cimeira das Lajes, na qual participam Tony Blair, José Maria Aznar, George W. Bush e o Primeiro-Ministro de Portugal, Durão Barroso, e de onde resulta a decisão de impor um ultimato ao Iraque para desarmar.
Inauguração de Coimbra 2003 – Capital da Cultura.
Inauguração do Estádio Alvalade XXI, do Estádio da Luz e do Estádio do Dragão, construídos para o Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

2004

Realiza-se o Campeonato Europeu de Futebol 2004 em Portugal, com a vitória da Grécia.
José Manuel Durão Barroso é nomeado Presidente da Comissão Europeia, abandonando a chefia do Governo português.

Da Agência Abreu**2005**

A Abreu Carga e Trânsito passa a dispor de estruturas próprias na Madeira e nos Açores (S. Miguel), aí abrindo escritórios e armazéns.

A Abreu organiza os primeiros voos *charter* de Portugal para a Jamaica.

O presidente do conselho de administração da Agência Abreu é condecorado pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito Comercial.

2006

É constituída na Abreu uma comissão executiva profissional integrada por três dos seus administradores, nenhum deles pertencente à Família Abreu.

2007

Em março, é assinada uma Convenção de Família, constituída por um conjunto de regras para assegurar a titularidade do património societário da Empresa no seio da Família Abreu, sem comprometer o rigor da gestão, desenvolvimento e controlo do negócio, inteiramente profissionalizados.

A Agência Abreu é condecorada pelo Rei de Espanha com a Placa de Mérito Turístico – Ouro, atribuída pela primeira vez a uma empresa estrangeira, distinção reconhece e premeia pessoas e instituições que “de forma notável e extraordinária, tenham contribuído para o desenvolvimento, fomento e promoção do turismo espanhol ou tenham proporcionado uma imagem positiva deste a nível internacional”.

O suplemento “1000 Maiores Empresas”, publicado pelo *Diário Económico*, indica a Viagens Abreu S.A. como líder incontestada no segmento lazer, sendo a primeira no setor de hotelaria e turismo e a 91.^a entre as maiores empresas portuguesas.

2008

O governo de Cuba distingue a Agência Abreu pelo seu contributo para o desenvolvimento turístico daquele país, louvor concedido pela primeira vez a um operador turístico português. É implementada a campanha “Festa Mágica”, no âmbito do parque temático Disneyland Paris, que catapultava a Agência Abreu para a liderança absoluta das vendas para este destino em Portugal.

Da História de Portugal**2005**

Na sequência de eleições legislativas, José Sócrates é eleito Primeiro-Ministro.

Eleição de António Guterres para alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

É inaugurada, no Porto, a Casa da Música.

2006

Aníbal Cavaco Silva é eleito Presidente da República Portuguesa.

A seleção portuguesa de futebol conquista o quarto lugar no Campeonato do Mundo da modalidade.

2007

Assinatura do Tratado de Lisboa, a 13 de dezembro, no Mosteiro dos Jerónimos, documento que reforma o funcionamento da União Europeia, com vista a reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da UE.

Inauguração das estações do Terreiro do Paço e Santa Apolónia, do Metropolitano de Lisboa, a 19 de dezembro.

É inaugurado o Museu Berardo de Arte Moderna e Contemporânea, no Centro Cultural de Belém.

Pela primeira vez na história demográfica recente, Portugal regista um saldo natural negativo.

As cidades do Porto e Vila Nova de Gaia recebem a Red Bull Air Race, reunindo perto de 600 000 mil espetadores e praticamente esgotando a capacidade hoteleira do Grande Porto.

Portugal participa pela primeira vez num Campeonato Mundial de rãguebi.

2008

A 23 de abril, Portugal ratifica o Tratado de Lisboa.

Nacionalização do Banco Português de Negócios, por acumulação de prejuízos e perigo de rutura iminente.

Passa a ser proibido fumar em todos os locais públicos, incluindo em bares e restaurantes.



Da Agência Abreu**Da História de Portugal****2009**

A revista *Dinheiro & Direitos* publica o texto “Excursões de Sonho a Preços Especiais”, onde conclui que apenas cinco operadores no setor das viagens apresenta “informação sem falhas”: a Agência Abreu e quatro companhias aéreas.

A revista *Exame* indica a Viagens Abreu como a primeira agência de viagens em Portugal e a quinta maior do setor de serviços, posicionando-a em 103.º lugar entre as quinhentas maiores empresas portuguesas.

A revista *Focus*, no seu número especial sobre as 1000 maiores empresas portuguesas, coloca a Viagens Abreu na 107.ª posição e a primeira na área de “Hotelaria, Turismo e Restauração”.

2009

Na sequência de eleições legislativas, José Sócrates é reeleito Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional.

Pela primeira vez, listas de grupos de cidadãos independentes concorrem em eleições autárquicas, conquistando sete câmaras.

Durão Barroso é reeleito, pelo Parlamento Europeu, para um segundo mandato de cinco anos como Presidente da Comissão Europeia.

2010

A Abreu Carga e Trânsito expande-se para as ilhas Terceira e Faial, nos Açores.

A Abreu opera o *World Congress on Transport Research 2010*, que reúne cerca de 3 800 delegados, a *European Conference on Operational Research*, com 2 500 participantes, e o lançamento do Volvo S60, com a presença de 6 000 concessionários de todo o mundo.

A Empresa abre escritório em Orlando, nos EUA, com o objetivo de gerar um volume de tráfego substancial de clientes entre o Brasil e a Florida, onde a Abreu está certificada pela Disney World.

A Empresa estabelece uma parceria com a agência de viagens angolana Zepa, assumindo de imediato a sua gestão e dando início a um processo evolutivo da sua aquisição, entretanto totalmente consolidada.

2010

Realização em Lisboa da Cimeira da NATO, que conta com a participação de cerca de 60 chefes de Estado.

Portugal assinala o centenário da implantação da República com uma série de livros, colóquios e outras atividades.

O Papa Bento XVI visita Portugal e celebra missa no Terreiro do Paço e no Santuário de Fátima.

Inauguração do Centro Champalimaud em Lisboa, que tem como objetivo a realização de estudos de investigação na área das neurociências e oncologia.

Morre o escritor português José Saramago, único autor lusófono galardoado com o Prémio Nobel da Literatura.

O Rock in Rio Lisboa recebe mais de 200 mil pessoas em cinco dias, atraindo turistas de todo o mundo.

2011

A Abreu expande o seu setor de cargas e trânsito para Luanda, Angola.

São abertas sete novas lojas Abreu em Portugal (três em Lisboa, uma em Abrantes, uma na Covilhã, uma em Pombal e uma em Sintra), e ainda duas lojas em Luanda e outras duas no Brasil (Recife e Rio de Janeiro).

2011

Reeleição de Aníbal Cavaco Silva como Presidente da República.

José Sócrates anuncia que chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, para a ajuda financeira da Portugal.

A 23 de março, o Primeiro-Ministro apresenta a sua demissão ao Presidente da República. Na sequência de eleições legislativas, Pedro Passos Coelho é eleito Primeiro-Ministro.

Da Agência Abreu

2012

A Abreu decide apostar no renascimento da sua presença nos mercados hispânicos da América Central e da América do Sul, apoiada no suporte estrutural e de gestão de que dispõe no Brasil e nos Estados Unidos.

A Agência Abreu é a estrela na *World Travel Market*, a mais relevante feira de viagens realizada anualmente na Europa, ao receber, em Londres, o *Global Award*, sendo a primeira agência de viagens portuguesa a receber esta distinção, sendo reconhecida “a sua permanente capacidade de inovar, tanto ao nível de ações como de produto, mantendo sempre o enfoque no cliente”.

Em dezembro, o suplemento “Marcas que marcam 2012”, do *Diário Económico*, apresenta a Abreu como vencedora na categoria “Agências de Viagens” no inquérito de notoriedade espontânea.

2013

Em 13 de setembro, é descerrada em Rossas, Vieira do Minho, a placa da Rua Bernardo de Abreu, justamente aquela onde nasceu, em 1801, o fundador da Agência Abreu.

O suplemento “1000 Maiores Empresas”, publicado pelo *Diário Económico*, posiciona a Viagens Abreu no 84.º lugar no universo das maiores empresas portuguesas.

No primeiro ano de criação da categoria “Agência de Viagem”, a Agência Abreu recebe o galardão *A Escolha do Consumidor*, sistema de avaliação e classificação de marcas, que tem por objetivo conhecer o grau de satisfação e aceitabilidade dos consumidores em relação a determinado produto ou serviço.

Retomando uma experiência testada nos anos 1970, a Abreu inicia a promoção e venda de circuitos europeus junto de países hispânicos da América Central e da América do Sul.

A Abreu opera a maior convenção jamais realizada em Portugal, a Convenção Internacional dos Rotários, com a participação de cerca de 20 000 integrantes.

Da História de Portugal

2012

A cidade de Guimarães é Capital Europeia da Cultura, em conjunto com a cidade eslovena de Maribor.

Arrancam as emissões da Televisão Digital Terrestre.

A cidade do Porto vence a competição *European Best Destinations*, promovida pela *European Consumers Choice*, organização sem fins lucrativos de consumidores e especialistas de turismo.

É inaugurada, em Lisboa, a Fundação José Saramago com uma exposição da vida e obra do Nobel da Literatura.

A população residente em Portugal ultrapassa os 10,5 milhões de habitantes.

A população estrangeira em Portugal é de 414 610 habitantes.

2013

A cidade de Lisboa vence a categoria *Europe's Leading City Break Destination* nos *World Travel Awards*, considerados os óscares do turismo.

A Ryanair, companhia de aviação *low cost*, começa a operar no aeroporto de Lisboa.

A Universidade de Coimbra e a dieta mediterrânica tornam-se Património da Mundial da Humanidade, classificação atribuída pela UNESCO.

Entrada em vigor da lei das 40 horas de trabalho na função pública.

Os CTT – Correios de Portugal são privatizados.

D. Manuel Clemente é nomeado cardeal patriarca de Lisboa.

Uma exposição da artista plástica Joana Vasconcelos, patente no Palácio Nacional da Ajuda, recebe mais de 235 mil visitantes, tornando-a na mostra individual mais vista de sempre em Portugal.



Da Agência Abreu**2014**

A Abreu apresenta uma rede de 145 lojas e 530 colaboradores, espalhada pelo território continental e insular de Portugal, estendendo a sua atividade à Europa, ao continente americano e a Angola, contando com milhar e meio de colaboradores a nível global.

A Abreu apresenta, no Brasil, uma dezena de escritórios administrativos e de venda ao público: três localizados no Rio de Janeiro, quatro em São Paulo, e três distribuídas por Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.

A Abreu instala-se em Talatona, uma das mais importantes zonas residenciais de Luanda.

A revista *Exame*, na edição do seu 25.º aniversário, publica a eleição das 25 empresas portuguesas que “fazem a diferença na economia nacional e que no seu setor se distinguem pela sustentabilidade e vão marcar os próximos anos”, referindo a Agência Abreu como única representante no setor de “Turismo e Lazer”.

Da História de Portugal**2014**

O programa de assistência financeira internacional a Portugal termina em meados de maio.

Mais de 134 mil portugueses emigram de Portugal, o maior contingente, em termos absoluto, alguma vez registado no país, provocando um saldo migratório altamente deficitário. A cidade do Porto vence, pela segunda vez, a competição *European Best Destinations*.

Lisboa recebe a final da Liga dos Campeões, entre o Real Madrid e o Atlético de Madrid, levando à capital portuguesa largas dezenas de milhares de turistas espanhóis.

Acompanhando o ritmo de crescimento do setor turístico, existem em Portugal perto de 45 mil estabelecimentos hoteleiros, com especial destaque para os hotéis, em número superior a 30 mil, evidenciando a evolução da qualidade deste tipo de infraestrutura.

A balança de viagens e turismo em Portugal apresenta um saldo positivo superior a sete milhões de euros, registando o melhor resultado de sempre.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico da Agência Abreu – Documentação vária.

Arquivo da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Documentação vária, 1940.

Arquivo da Associação Comercial do Porto – Documentação vária, 1940.

Arquivo Central do Porto (Conservatória do Registo Civil) – Documentação vária.

Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho
 Cartório do Cabido da Sé de Braga (vários)
 Cartório Notarial de Vieira do Minho, 1810-1837
 Fundo *Paroquiais*

Arquivo Distrital do Porto
 Fundo *Administração Central (Governo Civil)*
 Fundo *Notariais*
 Fundo *Paroquiais*

Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Fundo *Paroquiais*.

Arquivo Distrital de Viseu – Fundo *Paroquiais*.

Arquivo da Escola de Belas-Artes do Porto – *Livros de Matrículas*, 1842-1844.

Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP – Documentação vária.

Arquivo Histórico Municipal do Porto
Processo de Obras (vários).
Recenseamento da freguesia da Sé, 1883.
Testamentos, 1878.

Arquivo Histórico Ultramarino

Livros de registo de passaportes, 1810-1821

Arquivo da Junta de Freguesia de Rossas (Vieira do Minho) – Documentação vária.

Arquivo do Museu da TAP Air Portugal – Documentação vária.

Arquivo da Ordem do Terço – Documentação vária.

Arquivo do Palácio da Justiça do Porto

Inventário Orfanológico de Daniel Luís Vieira de Abreu, maço 972, 1902-1904.

Fundo do Tribunal do Comércio

Arquivo Particular da Casa da Adega (Rossas, Vieira do Minho) – Documentação vária.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Entrada de passageiros, livro 1, 1851-1858.

Fundo Consulado de Portugal, livro 1204, 1842-1849.

Fundo Judiciário, livro 74/2630/4, 1865-1867.

Fundo Junta Comercial, livro 11, 1857-1858; livro 20, 1861-1864; livro 22, 1863-1866; livro 30, 1868-1871.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia – *Livro de enterramentos em carneiros*, n.º 1311.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Documentação vária.

Conservatória do Registo Civil de Lisboa – Documentação vária.

Conservatória do Registo Civil do Porto – Documentação vária.

Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso – Documentação vária.

Conservatória do Registo Civil de Vieira do Minho – Documentação vária.

Fontes hemerográficas

- Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia.* Bahia, vários anos.
- Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia.* Bahia, vários anos.
- Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia.* Bahia, 1854-1863.
- Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert).* Rio de Janeiro, vários anos.
- Almanaque Comercial do Porto para 1943.*
- Almanaque da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia.* Porto, vários anos.
- Almanaque do Porto e seu Distrito.* Porto, vários anos.
- Almanaque Português do Comércio e Indústria do Porto, Vila Nova de Gaia, Foz, Matosinhos e Lisboa.* Porto, 1879.
- Anuário Comercial de Portugal para 1946.*
- Anuário Comercial e Industrial do Porto.* Porto, vários anos.
- Anuário do Comércio do Porto.* Porto, vários anos.
- Arcoense.* Arcos de Valdevez, 1900.
- Boletim Anunciador (O).* Porto, 1899.
- Cidade do Rio.* Rio de Janeiro, 1900.
- Comércio do Porto (O).* Porto, vários anos.
- Correio da Bahia.* Bahia, 1879.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro, vários anos.
- Correio do Brasil. Jornal do Comércio, Lavoura e Indústria.* Rio de Janeiro, 1872.
- Correio Mercantil.* Bahia, 1844.
- Correio Mercantil.* Rio de Janeiro, 1848-1864.
- Correio Paulistano.* São Paulo, 1899.
- Diário Carioca.* Rio de Janeiro, 1963.
- Diário da República.* Lisboa, vários anos.
- Diário de Notícias.* Lisboa, 1941, 2009.
- Diário do Comércio.* Rio de Janeiro, 1889-1890.
- Diário do Governo.* Lisboa, vários anos.
- Diário do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 1871.
- Diário Económico.* Lisboa, vários anos.
- Diário Oficial.* Rio de Janeiro, vários anos.
- Diário Popular.* Lisboa, 1974.
- Dinheiro & Direitos,* maio/junho 2009.



Diretório civil, político e comercial da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto e Vila Nova de Gaia. Porto, 1838.

Exame (Portugal), 2009 e 2014.

Focus, 2009.

Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

Gazeta de Armamar. Armamar, 1900.

Gazeta de Joinville. Joinville, 1907.

Gazeta de Notícias. Porto, 1890-1904.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, vários anos.

Gazeta Moderna: semanário portuense. Porto, 1887.

Globo (O). Rio de Janeiro, 1963-1968.

Imparcial (O). Rio de Janeiro, 1928.

Jornal de Basto. Celorico de Basto, 1900.

Jornal de Notícias. Porto, vários anos.

Jornal de Paços Ferreira: Semanário Republicano. Paços de Ferreira, 1895-1910.

Jornal de Santo Tirso. Santo Tirso, 1893-1910.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, vários anos.

Jornal do Porto. Porto, vários anos.

Mercantil. Bahia, 1845.

Nacional (O). Porto, 1856.

Norte (O). Diário Republicano da Manhã. Porto, 1907-1910.

Notícia (A). Curitiba, 1907.

Noticiador comercial, civil e político da cidade do Porto para o ano de 1843. Porto, 1842.

Novo Almanaque Portuense para 1888. Porto, 1887.

País (O). Rio de Janeiro, vários anos.

Palavra (A). Porto, 1900.

Porto (O). Porto, 25.2.1973.

Portugal. Lisboa, 1900.

Primeiro de Janeiro (O). Porto, vários anos.

Província (A). Porto, 1904.

Província (A). Recife, 1911.

Revolução de Setembro. Lisboa, 1900.

Sábado. Lisboa, 8.1.2014.

Semana Tirsense. Santo Tirso, 1931-1932.

Torre de Moncorvo. Torre de Moncorvo, 1900.

Tripeiro, (O). Porto, vários anos.

Verdade (A). Porto, 1900.

Visão. Lisboa, 7.1.2014.

Fontes orais

Entrevistas aos colaboradores mais antigos, aposentados ou ainda no ativo, da Agência Abreu.

Outras fontes

Abreu Travel Agency. Confidential Tariff for Tourist and Travel Agencies. Porto: Agência Abreu, 1959.

Alexandre Pomar: Chiado. Disponível em: http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/chiado/ [acesso em 28 de jul. 2013].

Arquivo L + Arte. Coleção Jorge de Brito. Disponível em: <http://arquivolarte.blogspot.pt/2011/01/colecao-jorge-de-brito.html> [acesso em 28 de jul. 2013].

Azevedo Vareta. Disponível em: www.rochapeixoto.net/azevedovareta/index.htm [acesso em 30 de abr. 2015].

BESSA, Alberto – “Jornaes da Minha Terra”. *O Tripeiro*. Porto, n.º 47 (167), 3.ª série, 2.º ano, 1.12.1927.

COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Código Administrativo Português. Porto: Impr. de M. J. A. Franco, 1837.

Código Administrativo Português de 18 de março de 1842. Coimbra: Impr. da Universidade, 1836.

Código Comercial Português: aprovado por decreto de 18 de setembro de 1833 com um apêndice contendo toda a legislação que modificou, alterou ou completou o mesmo. Coimbra: Impr. da Universidade, 2 volumes, 1890-1893.

COSTA, Jorge Felner da, 1957 – “Coordenação do Turismo” in *Problemas de Administração Local*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais.

Dolo Eventual. Grandes Dramas Judiciários: Urbino de Freitas. Disponível em: http://odoloeventual.blogspot.pt/2006/07/grandes-dramas-judicirios-urbino-de_16.html [acesso em 8 de fev. 2014].

Family Search, on-line (vários).

“Mestre Júlio Resende. Goa na tela das viagens memoráveis”. *Viage Mais*. Porto: Agência Abreu, Abril de 2007.

MONTEIRO, J. (compil.) – *Roteiro histórico, comercial e industrial da cidade do Porto*. Porto: Comp. Portuguesa Editora, 1935.

Morreu o pintor Nuno Barreto. Disponível em: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/morreu-o-pintor-nuno-barreto-1388466> [acesso em 30 de abr. 2013].

O Turismo em 1988. Portugal. Continente e regiões autónomas. Lisboa: Secretaria de Estado do Turismo – DGT, 1989.

PVDE – *Serviços de Emigração. Relação dos Agentes de passagens e passaportes habilitados em cada Distrito, referida a 1 de janeiro de 1937.*

RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira.

Bibliografia

- “Turismo na Ibéria. Portugal e Espanha juntos pelo mundo”. *O Turismo – 2008*. Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, pp. 82-92.
- ALMEIDA, Aurélia Rodrigues de, 2011 – *Turismo de Negócios. Planeamento estratégico de um destino turístico*. Porto: Media XXI.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. do Autor.
- AMADO, Ruy, 1987 – *Mercado Internacional da Arte Moderna*. Lisboa: R. Amado.
- ARROTEIA, Jorge, 1983 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BARATA, José Fernando Nunes, 1964 – *O Turismo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais.
- BRENDON, Piers, 1992 – *Thomas Cook. 150 Years of Popular Tourism*. London: Secker & Warburg.
- BRITO, Sérgio Palma, 2003 – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, volumes 1 e 2. Lisboa: Medialivros.
- CAMPOS, João, 2011 – *Viana de Lima e a introdução da arquitectura moderna em Portugal*. Porto.
- COLLI, Andrea; ROSE, Mary, 2008 – “Family Business” in JONES, G.; ZEITLING, J. – *The Oxford handbook of business history*. Oxford: Oxford University Press.
- CORBIN, Alain (ed.), 2001 – *História dos Tempos Livres*. Lisboa: Editorial Teorema.
- COSTA, Agostinho Rebelo da, 1789 – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Oficina de ANTÓNIO Alvarez Ribeiro.
- CRUZ, Manuel Ivo, 1999 – “Serrana, um século em cena” in *Serrana. Padre Nosso. Aria de Nabor – Baixo*. Porto: Renascimento Musical Editores, Coleção Lírica Portuguesa.
- CUNHA, Licínio, 1997 – *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.
- DÍAS ALVAREZ, José R., 1993 – *Geografía del Turismo*. Madrid: Editorial Síntesis.
- FAUSTO, Boris, 2006 – *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2.ª edição.
- FERNANDEZ FÚSTER, Luis, 1991 – *Historia general del turismo de masas*. Madrid: Alianza Editorial.
- FERREIRA, Diogo; RODRIGUES, Bruno; AMORIM, Paulo; BRAGA, Sílvia, 2012 – *A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, 2014 – *A Barra do Douro e a navegação atlântica nas primeiras décadas do século XIX*. (Trabalho académico apresentado à FLUP).
- HARGREAVES, Manuela, 2012 – *Coleccionismo e Mercado de Arte em Portugal. O Território e o Mapa*. Porto: Afrontamento, 2013.
- HOERNER, Jean Michel, 1997 – *Géographie de l'industrie touristique*. Paris: Ellipses.
- LEITE, Joaquim Costa, 2000 – “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)” in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2.ª edição.

- LÜÖND, Karl, 2006 – *Globally yours. Kuoni: the future of Travel. Since 1906*. Baden: AT Verlagen.
- MACHADO, Luís Pinto; ALMEIDA, António, 2010 – *Turismo. Inovação e Novas Tecnologias*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Disponível em: http://web.spi.pt/turismo/Manuais/Manual_III.pdf [acesso em 31 de jan. 2013].
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal – Brasil*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAGALHÃES, Felipe, 2006 – “Os bichos fugiram do Zôol!”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n.º 12, Setembro de 2006, p. 16-25.
- MAGALHÃES, João de Noronha e Távora; OLIVEIRA, Rodrigo Ortigão, 2004 – *Lawn Tennis Club da Foz (1900-2003)*. Porto: Nova Lello.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2007 – “A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Oitocentista” in SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (org.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 51-68.
- MATHIAS, Peter; POSTAN, M. M. (dir.), 1981-1983 – “La economía industrial: capital, trabajo y empresa” in *Historia Economica de Europa*. Jaén: Editorial Revista de Derecho Privado, tomo VII.
- MENDES, José Amado, 2004 – “Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003”. *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*. Coimbra: Ceis 20/Quarteto, n.º 4.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2010 – *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos / CEPESE, colecção Os Portugueses no Mundo, n.º 4.
- MONTEIRO, Tânia Penido, 1985 – *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX – Emigração e Comércio*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- NETO, Alexandre Ribeiro, 2011 – “O fio do novelo: o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras de 1889 a 1930” in *Anais do XXVI Simpósio de História*. São Paulo: ANPUH.
- OLIVEIRA, António Pereira, 2001 – *Turismo e desenvolvimento. Planeamento e Organização*. São Paulo: Editora Atlas, 3.ª ed. revista e ampliada.
- PELAYO, Maria Raquel Nunes de Almeida e Casal, 1999 – *Artes Plásticas e Vanguarda. Portugal, 1968 – Abril 1974*, vol. I. (Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional” in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, Sp: Edusc, p. 35-47.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques dos, 2009 – “Legislação sobre a emigração para o Brasil na Primeira República” in SOUSA, Fernando; MATOS, Ismênia de Lima; MATOS, Izilda – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento/CEPESE, p. 307-327.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PERNES, Fernando, 1988-1989 – *200 Anos. Bicentenário do Ministério das Finanças. Exposição de Pintura Portuguesa*. Lisboa: Ministério das Finanças.
- PINA, Paulo, 1982 – *Cronologia do Turismo Português. 1900-1929*. Porto: Secretaria de Estado do Turismo/Direcção-Geral do Turismo.
- PINA, Paulo, 1988 – *Portugal, o turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda.
- PIRES, Ema Cláudia, 2003 – *O baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio.

- RAMOS, Francisco Martins, 1996 – *Textos Antropológicos*. Monsaraz: ADIM.
- RAMOS, Francisco Martins, 2010 – “Antropologia, turismo e invasão das periferias”. *Etnicex*. N.º 1, 2010, p. 19-30.
- REIS, João José, 1976 – “A elite baiana face aos movimentos sociais 1824-1840”. *História*. São Paulo, n.º 18.
- REIS, João José, 1991 – *A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RESENDE, Júlio, 1989 – *A Arte Como/Vida*. Livraria Civilização.
- RIBEIRO, F. G. Cassola, 1987 – *Emigração Portuguesa. Regulamentação emigratória: do Liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, 2002 – *A liberdade em construção – identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ROSAS, Fernando, 1992 – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” in SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença.
- ROWLAND, Robert, 2000 – “Portugueses no Brasil independente: processos e representações”. *Oceanos*. N.º 44, out.-dez.
- RUSSELL, Roslyn; MURPHY, Peter, 2004 – “Entrepreneurial leadership in times of uncertainty: implications for tourism research and education” in ARAMBERRI, Julio; BUTLER, Richard (eds.) – *Tourism Development. Issues for a vulnerable industry*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Channel View Publications.
- SANTOS, Figueiredo, 2002 – *Turismo mosaico de sonhos: incursões sociológicas pela cultura turística*. Lisboa: Edições Colibri.
- SERRÃO, Joel – *Conspecto histórico da emigração portuguesa*. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258510R3rFG4jc9La79ZA4.pdf>. [acesso em 3 de fev. 2013].
- SILVA, Maria José Nunes da – *A Distribuição Turística e as Redes nas Agências de Viagens em Portugal*. Disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1669/1/2009001206.pdf> [acesso em 10 de fev. 2013].
- SMITH, Valene (ed.), 1989 – *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- SOUSA, Fernando *et al*, 2005 – “A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil” in SOUSA, Fernando (coord.) – *O vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando, 2009 – *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, Coleção Portugueses no Mundo, n.º 3.
- SOUSA, Fernando; CIRNE, Teresa, 2007 – “Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)” in SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, p. 489-556.
- VAQUINHAS, Irene (coord.), 2011 – “A Época Contemporânea” in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- VIANA, Hélio, 1975 – *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2 volumes, 9.ª ed. revista e atualizada.
- VIEIRA, João Martins, 1997 – *A economia do turismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- WILLIAMSON, Andrew, 1998 – *The Golden Age of Travel. The Romantic Years of Tourism in Images from the Thomas Cook Archives*. United Kingdom: Thomas Cook Publishing.

Agência Abreu – Uma Viagem de 175 Anos é a consequência editorial de um trabalho de aturada pesquisa desenvolvido ao longo de oito anos, em torno das figuras, dos factos e da documentação relevante que narram a história da primeira agência de viagens, no mundo, a abrir um estabelecimento de atendimento direto ao público, estávamos, então, em 1840.

A edição do livro foi valorizada com vários contributos que vão para além da investigação dos reputados historiadores que trabalharam neste projeto.

É, por isso, justo reconhecer, desde logo, o empenho inestimável do professor Domingos Mangas, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Rossas, Vieira do Minho, e a generosidade da Família Gonçalves Concieiro, descendente direta do irmão mais velho do fundador da Agência Abreu.

A obra feita resulta de um conjunto alargado de testemunhos, vindos de antigos responsáveis da Empresa, guias de turismo e outros colaboradores, alguns dos quais ainda no ativo, que assim reviveram, partilhando-os, momentos marcantes da história da Agência Abreu.

O reconhecimento é igualmente extensível aos parceiros e aos clientes que participaram na recolha de documentos vários que, manifestamente, vêm enriquecer o acervo histórico da Empresa.

Mas, em boa verdade, este projeto seria de todo em todo impossível de concretizar sem o trabalho competente, diligente e devotado de um homem da casa – José Quintas do Couto.

Responsável pelo Arquivo Histórico da Agência Abreu, com um percurso rico e longo na vida da Empresa, exerceu inicialmente funções ao balcão de loja e como guia turístico, tendo finalmente desempenhado cargos de direção em Portugal, no Brasil e no México. Deve-se, justamente, a José Quintas do Couto não só a coordenação das tarefas que conduziram à feitura deste livro, mas também, numa latitude mais vasta, à investigação, classificação, tratamento e organização do espólio documental que torna perene a memória da Empresa.

A Administração da Agência Abreu

Fernando de Sousa

Professor catedrático da Universidade do Porto (1984). Presidente e coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto).

Foi membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000) e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999).

De entre as largas dezenas de trabalhos que publicou e coordenou no âmbito da História Económica, Social e Política da Época Contemporânea destacam-se: *Banco Borges & Irmão. Uma Instituição Centenária (1884-1984)*, 1984; *Jornal de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988)*, 1990; *História da Estatística em Portugal*, 1995; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, 2006; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, 2006; *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*, 2007; *Espólio Fotográfico Português*, 2008; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, 2009; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, 2011; *Os Presidentes do Parlamento Português. I República (1910-1926)*, 2012; *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, 2012; *Os Paços do Concelho do Porto*, 2013; *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, 2013; *Dicionário de Relações Internacionais*, 2014 [3.ª ed.]; *Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, 2014.

Maria da Conceição Meireles Pereira

Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, na área de História Contemporânea. Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Colaborou em diversos projetos de investigação (*A Emigração Portuguesa para o Brasil; Utopias Literárias e Pensamento Utópico: a cultura portuguesa e a tradição intelectual do Ocidente I e II*) e coordenou outros: *Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2014)* e *Primeiros-Ministros de Portugal (1821-2015)* (em curso).

Tem colaborado em diversas revistas e obras coletivas, publicadas em Portugal e no estrangeiro, de que são exemplos: *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*, 2008; *As Águas do Douro*, 2008; *Histoire Transnationale de L'Utopie Littéraire et de L'Utopisme*, 2008; *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, 2009; *Trans/Forming Utopia. Looking Forward to the End*, 2009; *O Porto e as Invasões Francesas*, 2009; *25 Olhares sobre a República. Do Republicanismo ao 28 de Maio*, 2010; *Uns apartats germans: Portugal i Catalunya*, 2010; *Identidade Nacional. Entre o Discurso e a Prática*, 2011; *Nação e Memória*, 2012; *História Regional e Local – o plural e o singular em debate*, 2012; *Brasil e Portugal: reflexões sobre a República*, 2012; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto*, 2013; *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 2013-2014; *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo* (no prelo). É autora dos livros: *O Porto no Tempo de Garrett*, 2000; *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria – Uma Ucrânia Federativa de Joaquim Maria da Silva*, 2006; *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*, 2008 (em colaboração).



desde 1840
abreu®